**ESCOLA DE HUMANIDADES**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - DOUTORADO EM HISTÓRIA**

CLAUDIO LOPES PREZA JÚNIOR

# **GOLPE FINAL À RESISTÊNCIA AO CONCEITO JURÍDICO DO TRABALHO LIVRE INDÍGENA**: DOS PRECEDENTES LEGISLATIVOS PRÉ-POMBALINOS À LEGISLAÇÃO POMBALINA DO SÉCULO XVIII

Porto Alegre/RS
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*

Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

CLAUDIO LOPES PREZA JÚNIOR

# **GOLPE FINAL À RESISTÊNCIA AO CONCEITO JURÍDICO DO TRABALHO LIVRE INDÍGENA**: DOS PRECEDENTES LEGISLATIVOS PRÉ-POMBALINOS À LEGISLAÇÃO POMBALINA DO SÉCULO XVIII

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Cultura e Etnicidade

Orientador: Prof. Dr. Édison Hüttner

PORTO ALEGRE/RS
2024

CLÁUDIO LOPES PREZA JÚNIOR

# **GOLPE FINAL À RESISTÊNCIA AO CONCEITO JURÍDICO DO TRABALHO LIVRE INDÍGENA**: DOS PRECEDENTES LEGISLATIVOS PRÉ-POMBALINOS À LEGISLAÇÃO POMBALINA DO SÉCULO XVIII

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em: 19 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Édison Hüttner - PUCRS (Orientador)

Professora Doutora Rosemay Negreiros de Araújo - UFT

Professor Doutor Francisco Pinheiro de Assis - UFAC

Professora Doutora Cláudia Musa Fay - PUCRS

Professor Doutor Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira - PUCRS

PORTO ALEGRE/RS
2024

## Ficha Catalográfica

P944g Preza Júnior, Cláudio Lopes

Golpe Final à Resistência ao Conceito Jurídico do Trabalho Livre Indígena : Dos Precedentes Legislativos Pré-Pombalinos à Legislação Pombalina do Século XVIII / Cláudio Lopes Preza Júnior. – 2024.
459.
Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Édison Hüttner.

1. Escravização indígena. 2. Guerra Justa. 3. Canibalismo. 4. Legislação Pombalina e Josefina. 5. Diretório dos Índios de 1757. I. Hüttner, Édison. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

## RESUMO

Na presente pesquisa analisa-se a história das legislações coloniais hispânicas e lusitanas para a América, quanto à insistência na determinação da liberdade dos indígenas como regra geral e, ao mesmo tempo, a inclusão de diversas razões que excepcionavam a regra, como a guerra justa e o que seria o combate ao canibalismo; ambas as situações como justificadores da escravização de alguns grupos dos povos ameríndios. Desse modo, questiona-se a dubiedade da proscrição completa da escravização dos indígenas, para, logo em seguida, ver-se editar novas leis estabelecendo as referidas exceções justificadoras, à época, da mão de obra escrava dos indígenas. Investigam-se, ainda, as razões para tal comportamento legislativo, desde as econômicas, como político-institucionais, e mesmo as filosóficas. Nesse contexto, as legislações aprovadas em 1755 e 1757, para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, e 1758, para o Estado do Brasil, durante o reinado de Dom José I de Portugal (1714-1777), e na gestão do seu secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o famoso Marquês de Pombal, proscreveram a escravização dos indígenas, sem estabelecer exceção alguma. Mesmo após a *Viradeira*, movimento de revogação das leis pombalinas no reinado de Dona Maria I de Portugal (1734-1816), a influência das leis josefino-pombalinas fez-se sentir na história da legislação indigenista brasileira até os dias atuais, em especial o estabelecimento de um caráter estatal-tutelar aos povos originários.

**Palavras-chave:** Escravização indígena. Guerra justa. Canibalismo. Legislação Pombalina e Josefina. Diretório dos Índios de 1757.

## RESUMEN

Ne presente investigación se analiza la historia de la legislación colonial hispana y portuguesa para América en cuanto a la insistencia en determinar la libertad de los indígenas como regla general y, al mismo tiempo, incluyó varias razones que excluían la regla, como la guerra justa y lo que sería la lucha contra el canibalismo. Ambas situaciones justifican la esclavización de algunos grupos de pueblos amerindios. Se explora lo dudoso de la completa proscripción de la esclavización de los pueblos indígenas, sólo para ver cómo se promulgan nuevas leyes que establecen las excepciones antes mencionadas justificando, en su momento, el trabajo esclavo indígena. Se investigan las razones de tal comportamiento legislativo, que van desde las económicas hasta las político-institucionales e incluso filosóficas. En este contexto, las leyes aprobadas en 1755 y 1757 para el Estado de Grão-Pará y Maranho y en 1758 para el Estado de Brasil durante el reinado de Don José I de Portugal (1714-1777) y en la gestión de su Secretario de Estado , Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), el célebre marqués de Pombal, prohibió la esclavización de los indígenas, sin establecer excepción alguna. Incluso después de Viradeira, un movimiento para revocar las leyes pombalinas durante el reinado de Doña María I de Portugal (1734-1816), la influencia de las leyes josefino-pombalinas se dejó sentir en la historia de la legislación indígena brasileña hasta nuestros días, especialmente en el establecimiento de un carácter de Estado tutelar para los pueblos originarios.



**Palabras clave:** Esclavitud indígena. Guerra justa. Canibalismo. Legislación pombalina y josefina. Directorio de indios de 1757.

## ABSTRACT

In this research we analyze the history of Spanish and Portuguese colonial legislation for America in terms of the insistence on determining the freedom of the indigenous people as a general rule and, at the same time, included several reasons that excluded the rule, such as just war and what would be the fight against cannibalism. Both situations justify the enslavement of some groups of Amerindian peoples. The dubious nature of the complete prohibition of the enslavement of indigenous peoples is explored, only to see how new laws are enacted that establish the aforementioned exceptions, justifying, at the time, indigenous slave labor. The reasons for such legislative behavior are investigated, ranging from economic to political-institutional and even philosophical. In this context, the laws approved in 1755 and 1757 for the State of Grão-Pará and Maranho and in 1758 for the State of Brazil during the reign of Don José I of Portugal (1714-1777) and in the management of his Secretary of State, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), the famous Marquis of Pombal, prohibited the enslavement of indigenous people, without establishing any exception. Even after Viradeira, a movement to repeal the Pombaline laws during the reign of Dona María I of Portugal (1734-1816), the influence of the Josephine-Pombaline laws was felt in the history of Brazilian indigenous legislation to the present day, especially in the establishment of a tutelary State character for indigenous peoples.



**Keywords:** Indigenous slavery. Just war. Cannibalism. Pombaline and Josephine legislation. Directory of Indians of 1757.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Temporalidade própria e imprópria .....18
Figura 2 - Ordenanzas de Alfaro (1611) - Número 56.....72
Figura 3 - Ordenanzas de Alfaro - Titulo de Reducciones.....80
Figura 4 - Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias .....87
Figura 5 - Regimento e Leis sobre as Missões do Estado do Maranhão e Pará.....108

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO ..... 11**

**2 ANTECEDENTES E PRESSUPOSTOS ACERCA DO CONCEITO DE TRABALHO LIVRE DOS POVOS AUTÓCTONES NOS DOMÍNIOS IBÉRICOS NO CONTINENTE AMERICANO ..... 25**

2.1 À GUISA DE INTRODUÇÃO SOBRE O USO DAS FONTES: INTERSEÇÕES POSSÍVEIS ENTRE UM PONTO DE VISTA DA *GLOBAL HISTORY* E O DA MICRO-HISTÓRIA ..... 25

2.2. OS PRESSUPOSTOS BÁSICOS A PARTIR DOS QUAIS SE PRETENDE ANALISAR O CONCEITO DE TRABALHO LIVRE DOS POVOS ORIGINÁRIOS ESTABELECIDOS NAS LEGISLAÇÕES COLONIAIS DE ESPANHA E PORTUGAL ..... 39

2.3 AS PRIMEIRAS LEGISLAÇÕES ACERCA DO TRABALHO DOS POVOS ORIGINÁRIOS PRODUZIDAS NA ESPANHA PARA SEUS DOMÍNIOS NA AMÉRICA: AS LEIS DE BURGOS DE 1511/1512, AS ORDENANÇAS DE GRANADA DE 1526, AS LEIS NOVAS DE 1542, A CONTROVÉRSIA DE VALLADOLID DE 1550 – A LIBERDADE NATURAL E ESCRAVIZAÇÃO DOS INDÍGENAS ..... 48

**3 LEGISLAÇÕES COLONIAIS HISPÂNICAS E METROPOLITANAS LUSAS ACERCA DO TRABALHO DOS INDÍGENAS NOS SÉCULOS XVI, XVI E XVIII .... 58**

3.1 AS ORDENANÇAS DE ÁLVAR NÚÑEZ, CABEZA DE VACA, DE 1542, AS ORDENANÇAS DE MARTÍNEZ DE IRALA DE 1545, AS DIVERSAS ORDENANÇAS DO VICE-REI FRANCISCO DE TOLEDO NOS ANOS 1570, AS ORDENANÇAS DE RAMÍREZ DE VELASCO DE 1597 E AS ORDENANÇAS DE HERNANDERIAS DE 1598 E 1603 ..... 58

3.2 AS INSTRUÇÕES DO PADRE DIEGO BOLLO, DE 1609, AS ORDENANÇAS DO JUIZ DOM FRANCISCO DE ALFARO, HOMOLOGADAS EM 1611, E SUAS DISPOSIÇÕES ACERCA DO TRABALHO INDÍGENA NOS DOMÍNIOS COLONIAIS HISPÂNICOS ..... 66

3.3 BREVE INVENTÁRIO DAS PRIMEIRAS LEGISLAÇÕES ACERCA DO TRABALHO DOS POVOS ORIGINÁRIOS PRODUZIDAS EM PORTUGAL PARA SEUS DOMÍNIOS NA AMÉRICA: A PERMANÊNCIA DO ARGUMENTO DA POSSIBILIDADE DA ESCRAVIZAÇÃO DOS ÍNDIOS ..... 97

**4 GOLPE FINAL À RESISTÊNCIA AO CONCEITO DO TRABALHO LIVRE INDÍGENA: A LEGISLAÇÃO POMBALINA DO SÉCULO XVIII ..... 123**

4.1 O GOVERNO DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO (CONDE DE OEIRAS E MARQUÊS DE POMBAL) SOB O ÂNGULO DA *GLOBAL HISTORY* E SEUS REFLEXOS NO ESTABELECIMENTO DA LEGISLAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA NA AMÉRICA, COM ÊNFASE NO PAPEL A SER EXERCIDO PELOS POVOS INDÍGENAS ..... 123

4.2 O PAPEL DO GOVERNADOR-GERAL DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO, FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO (IRMÃO DO MARQUÊS DE POMBAL), ENTRE OS ANOS DE 1751 E 1759, PARA O FORTALECIMENTO DA RECEPÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE O TRABALHO LIVRE DOS INDÍGENAS.....138

4.3 AS LEIS POMBALINAS DE 1755 E A EFETIVIDADE DE SUAS DETERMINAÇÕES NA PROIBIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO INDÍGENA.....151

4.4 O ALVARÁ DE 07 DE JULHO DE 1755 E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1757 .....165

**5 CONCLUSÃO .....183**

**REFERÊNCIAS**..... 192

**ANEXO A -** Ordenações de Cabeza de Vaca de 1542 (Documento nº 909), Biblioteca Nacional de Buenos Aires, Coleccion de Copias de Documentos del Archivo General de Indias - Tomo 45 - Documento nº 907 AL nº 930 ..... 204

**ANEXO B -** Primeira e Segunda Instruções do Padre Diogo de Torres Bollo, respectivamente, de 1609 e 1610 ..... 229

**ANEXO C -** Ordenações do Ouvidor Dom Francisco de Alfaro, Visitador das Províncias de Tucumán, datado de 1611, sendo duas cópias digitalizadas (com qualidades diferentes de visualização) - Versão Original Manuscrita ..... 249

**ANEXO D -** Ordenações de Alfaro de 1611 e decisão Real no Conselho das Índias, Aprovatória das Ordenanções de Alfaro, com as modificações nelas introduzidas obtidas por transcição na obra Misiones del Paraguay - Organización Social de las Doctrinas Guaraniíes de la Compañia de Jesús Por El P. Pablo Hernandez, S.J.. .. 322

**ANEXO E -** Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias - Tomo Segundo, Libro VI, Titulo II, Titulo Segundo - De la Libertad de los Indios. En Madrid: Por Ivlian de Paredes, año de 1681 ..... 344

**ANEXO F -** Regimento & Leys sobre as Missões do Estado do Maranhão & Pará & Sobre a Liberdade dos Índios - Ano de 1686..... 353

**ANEXO G -** Alvará de Lei de 04 de abril de 1755 ..... 385

**ANEXO H -** Lei de 06 de junho de 1755..... 388

**ANEXO J – "**Directorio que se deve observar nas povoações dos Indios do Pará, Maranhão em quanto Sua Magestade naõ mandar o contrario". De 03 de maio de 1757 e Alvará de Confirmação de 17 de agosto de 1758, que estende o Diretório ao Estado do Brasil ..... 406

**ANEXO K -** Alvará com Força de Lei de 19 de setembro de 1761..... 451

**ANEXO L -** Alvará com Força de Lei de 16 de janeiro de 1773 ..... 456

# 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre a história do Direito; história de um instituto jurídico-legal, qual seja, o instituto jurídico da escravidão dos indígenas, mais especificamente dos indígenas sob os domínios coloniais portugueses na América. Impossível, no entanto, não atrelar, de início, a discussão acerca do instituto jurídico da escravidão, em si mesmo, à História.

Obviamente, não é o intento aqui realizar um tratado de tal dimensão. O fato é que a escravização é um fenômeno histórico-antropológico, havido nos mais diversos momentos e locais no mundo. No decorrer do texto abordam-se – ainda que brevemente – os conceitos de "escravidão doméstica" e "escravidão mercantil". Também, de "sociedade escravagista" e "sociedade na qual há escravidão", isto é, a primeira quer-se referir a uma sociedade onde a escravidão é o principal sistema de produção sob o qual se assenta toda a economia; a segunda na qual a escravidão não é o principal sustentáculo econômico, sendo, assim, um modo periférico (e na maior parte das vezes ilegal mesmo) de exploração da mão de obra dos seres humanos.

Abre-se, nesta introdução, portanto, uma discussão teórica e uma importante reflexão, e isso na seara dos possíveis impactos quanto aos traços gerais da pesquisa que se pretende delinear. Entende-se que esta discussão precisa ser realizada, pois na exata medida em que se enfrenta este debate, de forma aberta e com lucidez, que se possa afastar a maior parte de "acusações" que, porventura, venham a ser feitas quanto a vícios, especialmente epistemológicos e de "posicionamentos prévios" do pesquisador. Nesse contexto, fazem-se algumas digressões, neste momento, por julgá-las essenciais. Não sendo comum, na maior parte das vezes, em um texto introdutório, diversas referências, ainda assim, com a vênia dos leitores e avaliadores deste estudo, ousam-se realizá-las. Se sairão a contento e na devida forma que o autor originalmente pretendia, somente se saberá após as críticas que lhe serão feitas!

Desse mondo, julga-se que a contribuição das reflexões sobre a questão das teorias acerca da "História do Tempo Presente" (expressão que se passa a utilizar porque condensa aquilo que se pretende explicitar em seguida) se articulam com os objetos de pesquisa. Isso, na verdade, a partir de uma ainda brevíssima revisão bibliográfica referente às críticas que podem ser realizadas ao que seria um excesso

de “presentismos” e “atualismos” na interpretação da realidade sobre questões como desigualdades sociais e racismo/discriminação racial, relações sociais estas que se deram no passado, o que, obviamente, parece ser um ponto caro para o trabalho que se quer empreender.

Aqui, para inaugurar e pautar os desdobramentos dos próximos parágrafos, nos quais problematizam-se as questões acima levantadas, traz-se como François Hartog inicia a conclusão da introdução de sua obra “Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo”:

> Formulada a partir de nossa contemporaneidade, a hipótese do regime de historicidade deveria permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo. Historiador, por lidar com vários tempos, instaurando um vaivém entre o presente e o passado, ou melhor, passados, eventualmente bem distanciados, tanto no tempo quanto no espaço. Este movimento é sua única especificidade. Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quanto vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro. Isso não é inicialmente uma “crise” do tempo? Seria, dessa maneira, uma forma de esclarecer, quase do cerne, as interrogações de hoje sobre o tempo, marcado pela equivocidade das categorias: há relação entre um passado esquecido ou demasiadamente lembrado, entre um futuro que quase desapareceu do horizonte ou entre um porvir ameaçador, um presente continuamente consumado no imediatismo ou quase estático ou interminável, senão eterno? Seria também uma maneira de lançar uma luz sobre os debates múltiplos, aqui e lá, sobre a memória e a história, a memória contra a história, sobre o jamais suficiente ou o já em excesso de patrimônio[1].

Logo, busca-se discutir a seguir as transformações acerca da experiência do tempo em si, em especial aquelas situações nas quais o “(...) passado que não passa é ainda presente. Mas seria ele atual, contemporâneo?”[2]. Esta pesquisa, pois, analisa as origens históricas do estabelecimento do regramento eurocentrado da exploração da mão de obra na América, pautada, inequivocadamente, na discriminação racial dos indígenas e dos africanos escravizados. Ora, levando-se em consideração que as discussões sobre o combate ao racismo constituem um “momento” importante de nossa contemporaneidade, notoriamente, aquele passado ainda está “aqui” presente. A questão é delicada, pois seria a abordagem metodológica a desvelar as questões

[1] HARTOG, François. Regimes de historicidade: presenteísmo e experiências do tempo. 1. ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 37-38.

[2] MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sérgio da; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; VARELLA, Flávia. **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 9.

próprias do passado e articular aquilo que seriam ou não seus efeitos anacrônicos sobre o presente e, ainda mais, nestes embates no presente (tanto na sua eminência política, quanto na sua transcendência filosófica) em relação à superação dos mais diversos tipos de discriminações. Ainda, quanto ao anacronismo e com uma abordagem a partir da *Global History*, de acordo com o que seria uma perspectiva levantada por Vengoa[3], tem-se:

> *Quinto, es una historia que replantea un tema que ha sido considerado como el pecado fundamental de la historia: el anacronismo. Arif Dirlik no duda en afirmar que "el pasado no es sólo un legado; también es un proyecto". Lo mismo se observa en la concepción de temporalidad desarrollada por Walter Benjamin, cuando argumentaba que el pasado y el presente nacen simultáneamente, o el mismo problema se visualiza en el título del célebre libro de Reinhart Koselleck Futuro pasado. En rigor, el sentido de la historia se construye como un reflejo de la manera como se experimenta la historicidad, es decir, se inscribe dentro de un determinado régimen de historicidad, que se forja a partir de diversas temporalidades según regímenes inestables, heterogéneos y em tensión posible. En lo que respecta al pasado, como la historia global pretende realizar una arqueología de las disyuntivas del presente, no se propone realizar una genealogía sino referenciar las marcas de antigüedad de nuestra historicidad. Cierto anacronismo es por tanto pertinente*.

Então, em que medida poder-se-ia admitir ou não a questão desses anacronismos? Tenta-se, pois, problematizar, tanto quanto possível neste primeiro momento, o que também poderia ser ou não, de alguma forma, um *trade-off* metodológico para esta pesquisa. Logo, quando se destaca a relação mais extensa, temporal e geograficamente, entre o que era inequivocamente centro e periferia (metrópole e colônia), parece que se deva levar em conta a temporalidade própria daquelas circunstâncias.

A extrapolação do que seria ou não seus efeitos deletérios no presente é o que, de forma inescapável, deve-se manejar na sua devida forma. Em outros termos, sem dúvidas, é preciso "falar" sobre o racismo do presente em uma pesquisa que trata justamente da dimensão de suas origens históricas no passado (no caso, a histórico-jurídica), mas até que ponto a sinceridade epistemológica, a revelar a plena impossibilidade da imparcialidade do pesquisador, deve ser explicitada e, assim, não ocasionar vícios metodológicos-interpretativos a distorcer a busca do resultado historiográfico em termos acadêmicos, racionais, portanto? É o que se pretende, a seguir, esquematizar, ainda que o seja de forma muito preliminar.

---

[3] VENGOA, Hugo Fazio. La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado del presente. **Revista Historia Critica**, Edición Especial, Bogotá, nov. 2009, p. 313-314.

O objeto da pesquisa a ser desenvolvida, como explicado no início deste texto, tem como enfoque primeiro a análise das fontes histórico-legais principais que regularam o trabalho dos povos originários, dentro e em volta das experiências de colonização luso-hispânicas iniciais, isto é, séculos XVI e XVII, principalmente. Sempre lembrando que os primeiros anos em si estavam sob a jurisdição dos monarcas espanhóis, dado que Colombo aporta na *Hispaniola* em 1492, sob o manto e proteção dos reis católicos Fenando II de Aragão (1452-1516) e Isabel I de Castela (1451-1504).

Também, como constantemente será ressaltado, está entre os objetos a serem pesquisados as legislações do período no qual Portugal e Espanha estiveram unidos, uma união pessoal, na figura do monarca hispânico, a partir de 1580, tendo assumido o trono lusitano Felipe II de Espanha (1527-1598) devido à crise sucessória aberta por Dom Sebastião (1554-1578), quando desaparece na batalha de Alcácer Quibir no norte do Marrocos.

Estes documentos, como se busca demonstrar, são importantes para a comparação com a legislação aplicada para os domínios lusitanos, no começo da segunda metade do século XVIII, capitaneadas por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), célebre por seus títulos nobiliárquicos de Conde de Oeiras e, sobretudo, Marquês de Pombal, enquanto era Secretário de Estado no reinado do monarca português Dom José I (1714-1777).

A legislação aprovada no período josefino-pombalino, para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1755 e 1757, e depois sendo estendida para o Estado do Brasil, em 1758, representam uma virada de 180º na lógica jurídico-institucional aplicada até então (desde as primeiras legislações produzidas no século XVI) à regulação do trabalho dos indígenas.

Após as legislações de Pombal, o direito indigenista brasileiro jamais será o mesmo. Ainda que, por exemplo, sendo consabido que após a morte de Dom José I, em 1777, e a ascensão ao trono lusitano de Dona Maria I (1734-1816) tenha ocorrido um movimento de revogação das principais leis pombalinas, o qual ficou conhecido como *Viradeira*.

Nesse contexto, Dom João (futuro João VI), na condição de príncipe regente, devido à enfermidade mental pela qual passava a rainha Dona Maria, editou lei em 1808 – já em território brasileiro em razão da fuga da invasão napoleônica em Portugal – a Carta Régia de 13 de maio (o dia e mês da lei aprovada, por outra princesa

regente, Dona Isabel, a determinar o fim jurídico absoluto do instituto jurídico da escravidão) daquele ano, determinando guerra e cativeiro aos “índios” Botocudos, por serem estes bravios e antropófagos.

Entretanto, em 1831, o já independente Brasil revoga a tal Carta Régia de 1808 e reestabelece regramento muito similar àquele aprovado por Pombal em seu Diretório em 1757. Daí para frente – como se costuma dizer – todas as legislações brasileiras tratarão os indígenas como súditos ou cidadãos que exigem permanente tutela por parte das autoridades estatais. Tal característica, como será vista, tem o condão de ser analisada tanto favoravelmente quanto criticamente, em relação ao papel do Estado brasileiro aos seus cidadãos descendentes dos povos originários.

A pesquisa, como se vê, visa analisar e confrontar estes textos legais, procurando demonstrar suas contradições e aquilo que, frequentemente, refere-se como um “avançar” da legislação sobre os indígenas”. Um avançar no sentido da vedação irrestrita à escravização dos povos originários. Isso, contudo, não pode ser feito, como já adiantado um tanto anteriormente, sem voltar à discussão sobre o confronto entre a vedação da escravização dos indígenas e a manutenção da escravização das pessoas trazidas à força do continente africano, ainda que este não seja o objeto de pesquisa, reitera-se.

Portanto, busca-se refletir sobre o que se acredita ser um papel renovado do historiador no que diz respeito, nesta segunda década do século XXI, à ressignificação do passado dentro e para as expectativas dos cidadãos do presente, especialmente frente a questões históricas tidas – com justeza (na falta de outro termo) – traumáticas, como a exploração (dizimação?) dos povos originários americanos e da escravização dos africanos trazidos à força para a América.

Ainda que se trate de uma pesquisa acerca de um período distante do tempo presente (dos “primordiais” documentos legais do século XVI até o XVIII), as possíveis considerações a serem traçadas aqui teriam o condão de trazer novas luzes sobre essas tragédias passadas ou, pior, polemizar o que por si só já é extremamente delicado no presente em que vivemos?

Aqui citam-se Pereira e Araújo[4], quando analisam o trabalho de Hartog sobre as questões suscitadas:

---

[4] PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Atualismo 1.0** – Como a ideia de atualização mudou o século XXI. 1. ed. Ouro Preto: SBTHH, 2018, p. 73.

> Nesse contexto, o passado é constantemente fabricado para o presente, sobretudo por meio de imagens, filmes, séries, jogos e encenações, e a história disciplina não sabe o que dizer, pois sua autoridade sobre o passado foi superada. A história disciplina apresenta sérias dificuldades em 'apreender o mundo no seu curso atual. O conceito moderno de história é basicamente futurista e, desde o momento em que o presente se impõe como categoria dominante, a história também não o vê claramente'.

Ora, não há, nessa altura, como fugir da indagação, perante a pesquisa que se pretende empreender, sobre a luta presente contra o racismo, a discriminação, o anti-imperialismo, o anticolonialismo, os quais permeiam todo o debate político e mundial atual acerca de problemas que, sem a menor sombra de dúvida, tiveram suas origens neste passado distante a ser estudado. Para auxiliar nessa reflexão, traz-se pequeno trecho de Carlos Fico[5], sobre a obra de Dominick LaCapra, o qual insere-se bem nesse debate que se abre:

> A abordagem mais instigante é a de Dominick LaCapra: apesar de sugerir cuidado com a suposição de que toda a história seria trauma, de que todos compartilharíamos de uma esfera pública patológica ou uma 'cultura do trauma' (especialmente quando as noções de ausência e perda são confundidas), LaCapra – não obstante preocupe-se com a possibilidade de o trauma tornar-se uma 'obsessão' – considera que todos os que 'invocam o conceito de experiência' devem analisar 'o problema do trauma e sua relação com a historiografia e a representação em geral'.

Assim, a relevância da pesquisa que se propõe poderia residir, além de alguma contribuição para a historiografia do período colonial da América do Sul, o ensejo de provocar novas reflexões sobre situações, sim, necessariamente traumáticas para as presentes sociedades, que passaram pela escravidão e extermínio de seus grupos originários. Porém, justamente através da História enquanto disciplina, enquanto *lócus* adequado para rediscutir e repensar estas questões, com os atributos e qualidades inerentes às pesquisas acadêmicas.

Logo, é dentro desse contexto que se pretende também analisar os registros históricos e as fontes que possibilitarão a identificação e o estudo articulado dessas normativas, as quais aparentemente ainda não tiveram a articulação inicialmente proposta aqui. A sua divulgação será de relevância fundamental para a compreensão do cenário e o desenrolar dos acontecimentos que caracterizaram o processo de formatação das estruturas socioeconômicas do trabalho e geração de riqueza, pelos

[5] FICO, Carlo. ***História que temos vivido***. *In:* MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sérgio da; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; VARELLA, Flávia. **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 76.

integrantes das comunidades existentes entre os indígenas e, também, fora delas, tais como os trabalhadores africanos escravizados. Lembrando-se, ainda, que tais excedentes econômicos foram transferidos para as metrópoles coloniais, e que contribuíram inclusive para o acúmulo necessário às futuras fases de expansão do mercantilismo e do capitalismo, “liderados” naquele momento pelos europeus.

Assim, entende-se que a introdução desta perspectiva na revisão bibliográfica sobre a pesquisa que será realizada possibilitará estabelecer um método de estudo – quiçá, em alguma medida original – e de análise para identificar e correlacionar fontes certamente já conhecidas, porém, talvez, ainda não suficientemente bem analisadas sob estas perspectivas, com cruzamento de dados eminentemente legais-textuais a serem revelados durante o período de busca desses diversos tipos de fontes.

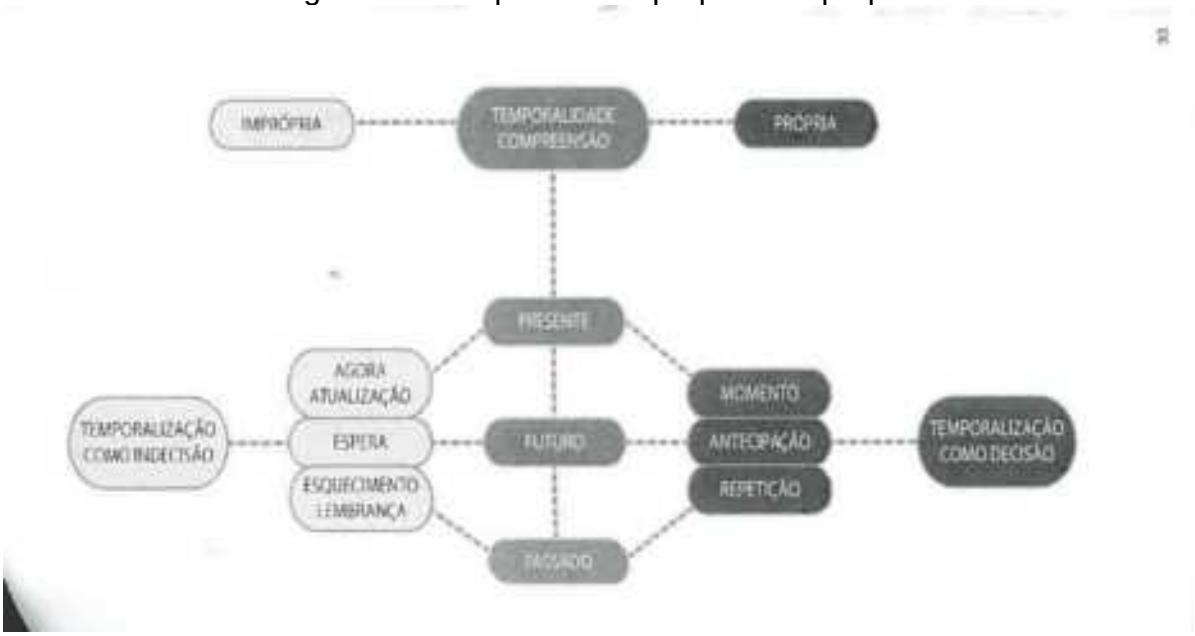
A indagação (e preocupação, nesse momento) passa, sem dúvida alguma, como esta análise pode e será recebida e percebida pelos campos institucionais da historiografia. Pois sabe-se, como afirmava Benedetto Croce, em seu livro “Teoria e história da historiografia”, escrito durante a Primeira Guerra Mundial, “a verdadeira história é a história contemporânea”. Epistemologicamente, eis a questão quanto ao ponto ao realizar uma pesquisa que versará sobre alguns documentos do início do século XVI até meados do século XVIII, paradoxal e evidentemente, mesmo o interesse pela análise dessa temporalidade ocorrerá pautada, sim, pelos interesses do presente, no caso, a crítica à persistência de posições filosófico-políticas entusiastas do preconceito e desigualdades sócio-econômico-raciais.

Nesse aspecto, uma das perspectivas teóricas que, num primeiro momento, pareceu verdadeiramente mais impressionante para iniciar esta abordagem, sobre entrelaçamentos entre o passado pesquisado e sua relação com o tempo presente, é a explicação oferecida por Pereira e Araújo quando analisam o pensamento de Heidegger sobre as diversas temporalizações do presente (e, consequentemente, do passado e mesmo do futuro!).

Assim, a primeira evidência teórica que parece admirável, quando se traz a abordagem da fenomenologia heideggeriana, seria a unicidade ontológica do passado-presente-futuro – futuro enquanto compreensão, passado enquanto disposição e presente enquanto decadência. Ainda, na correlação entre eles, no sentido próprio e impróprio, pode haver um engendramento mais profícuo ou menos profícuo do “andamento” da sociedade presente. Desse modo, apenas o presente não teria o condão de possuir uma correlação própria, apenas imprópria, o que se afigura

bastante pertinente quando se articula uma crítica à exacerbação dos atualismos contemporâneos, conforme a figura abaixo:

Figura 1 – Temporalidade própria e imprópria




Fonte: Pereira e Araújo (2018, p. 93)

A correlação, em sentido impróprio, entre as temporalidades, conduz à percepção do futuro como pautado pela curiosidade e, assim, ansiogênico! E a um passado pautado pelo seu traumatismo e constante processo de esquecer e relembrar, quase que simultâneos, ou seja, em clara contradição. A correlação em sentido próprio poderia conduzir a um futuro percebido/realizado (*to realize*, do inglês, que parece bem se encaixar aqui, embora Heiddeger escrevesse originalmente em alemão) como antecipação; o passado, aqui, como repetição, mas no sentido de sua percepção como fundador de uma verdadeira análise que possa conduzir a um avanço civilizatório mesmo (esta intepretação, por óbvio, é minha!).

Em outros termos, quando e se fosse possível encarar os “erros” do passado (erros porque agora na evolução do presente/futuro podem assim ser percebidos), articulando um compreender, um decidir e um projetar a partir do agora (presente) se poderia articular uma antecipação própria do futuro, um avanço, um progresso efetivo. Sendo, então, bem direto, com a permissão dos leitores, ao analisar o “horror” do **passado** escravista, estabelece-se o combate **presente** e irrestrito aos racismos e preconceitos e visualiza-se um **futuro** no qual tal contexto social e econômico – o da discriminação racial e consequentes desigualdades sociais – inexiste completamente!

O que se quer dizer com tudo isso? Ora, uma vez que se possa realizar, por exemplo, uma pesquisa historiográfica sobre a regulação do trabalho indígena, e, por via de consequência, também sobre a condição do trabalho escravo[6] dos indivíduos africanos trazidos à força para a América, pautada pela seriedade e preocupação acadêmica, mesmo sabendo da impossibilidade epistêmica da imparcialidade verdadeira, e a partir disso contribuir para um porvir que "fixasse" o acontecido no passado enquanto lá ocorrido, superando – mas nunca esquecendo – a questão do trauma, por exemplo, se poderia engendrar um futuro (antecipado) de realização de progresso no combate aos racismos, preconceitos e diversas situação desse jaez?

Portanto, dos muitos movimentos e deslocamentos políticos existentes e em andamento no momento presente (atualidade no sentido de atualismo), uma pesquisa historiográfica como esta não quer, de forma alguma, ser "capturada" por uma maneira imprópria da correlação entre passado-presente-futuro. Em outros termos:

[6] Traz-se, aqui, um esclarecimento inicial, assim como será feito mais à frente, em relação ao uso da expressão "índio" ou "índios" e "indígenas". "Escravização" é a expressão para definir o ato ou efeito de escravizar. Portanto, as pessoas (de qualquer origem ou tempo) foram escravizadas por outros grupos de pessoas, isso perante a História mesmo. Portanto, há, sim, diferença em falar-se em "escravos" e pessoas "escravizadas". A expressão "escravo" parece implicar a admissão de que esta é uma condição que pode ser impingida a um ser humano – e isso em qualquer momento da História. No decorrer do trabalho, aborda-se a questão da definição de uma sociedade na qual há escravização e de uma sociedade escravista ou escravagista. Na primeira, o uso do trabalho forçado de seres humanos ou é ilegal (como nos tempos atuais) ou é utilizado como forma periférica no todo do contexto econômico daquela comunidade. As sociedades escravistas ou escravagistas têm o uso da "escravidão" (outra expressão que merece ser destacada, porque ao seguir tudo que se está tentando explicar aqui, o mais ideal seria o uso da expressão "escravização) como sistema produtivo principal e central de sua economia. "Escravos" e "escravidão" são termos que serão utilizados porque se parte de uma abordagem de pesquisa sobre tais conceitos jurídicos, em especial, para o caso dos povos originários no Brasil. Por sua vez, enquanto forma contemporânea de tratamento da questão, prefere-se o uso das seguintes formas de expressão: pessoas escravizadas, escravização e uso ou exploração do trabalho humano de forma análoga à escravidão. Esta última maneira, isto é, "uso ou exploração do trabalho humano de forma análoga à escravidão", também se usa ao referir a história de outros institutos jurídicos havidos na experiência colonial-imperialista luso-hispânica nas Américas, tais como *encomienda*, *mita, repartiamento* e outros abordados durante a pesquisa em si. Isso porque foram institutos jurídicos que se pretenderam (na falta, no momento, de outra forma para expressar) "diferentes" da "escravidão" enquanto institutos jurídicos em si mesmos. Tomando como pressuposto mesmo, quer seja através da aplicação dos "cativeiros" (outra expressão que os exploradores europeus usavam em relação aos povos originários americanos em suas legislações, mas que bem se sabe o que significa, ou seja, nada mais, nada menos do que a escravização desses povos/pessoas), quer seja através da *encomienda*, *mita, repartiamento*; em todas essa situações, os povos autóctones das Américas foram reduzidos à condição análoga à escravidão, foram escravizados e explorados sem piedade na maior parte do tempo da experiência colonial-imperialista (quanto ao espaço temporal, pois esta pesquisa tem como recorte parte da história colonial; pois bem se sabe, também, que a exploração dos povos indígenas – lamentavelmente – tem tenebrosos capítulos em relação à História do Tempo Presente). Por derradeiro, o uso constante, e até mesmo abusivo em alguns momentos (admite-se), de aspas nas palavras, tem o objetivo de tentar destacar os paradoxismos, ou, ainda, oxímoros, dos conceitos todos que se trata na presente pesquisa.

> Essa atualidade se vê em toda a história, seja do presente, seja do futuro, mas é uma identificação como uma variedade do mesmo, a qual "atualiza em função da atualidade" [...] A imagem de um 'presente amplo' ou de um 'presentismo' encontra na temporalidade da decadência um parentesco evidente e nos ajuda a entender o paradoxo de um presente ao mesmo tempo cheio de novidades e vazio de eventos. Por mais que as novidades se apresentem, seja mesmo vindas do passado ou do futuro, elas não são capazes de refazer vínculos conjunturais, pois nossa 'atualidade' se atualiza (quase) exclusivamente em função da própria atualidade. O que esse movimento pode trazer de novo ao argumento presentista é esclarecer que não se trata substancialmente de uma ampliação do presente, mas mesmo da ampliação de referências ao passado e futuro, porém em formas atualistas. Assim, podemos entender como a moda da história e das coisas históricas pode ser contemporânea do presentismo ou de como uma sociedade que teria um futuro fechado ser, ao mesmo tempo, viciada em novidades e ávida pelo mais novo programa de TV, filme, jogo *on line* ou *gadget*.[7]

Este trabalho, assim, não pretende (ao menos é o sincero desejo) ser mais um *gadget* acerca de um "futuro fechado". Como escreveram os autores acima: "Por mais que as novidades se apresentem, sejam mesmo vindas do passado ou do futuro, elas não são capazes de refazer vínculos conjunturais, pois nossa 'atualidade' se atualiza (quase) exclusivamente em função da própria atualidade"[8]. Borbulham nas livrarias – físicas ou virtuais – trabalhos sobre os horrores do passado, sobre a escravidão, sobre o Holocausto; canais de assinatura a cabo oferecem séries ou documentários históricos sobre os "erros" do passado, e tais tentativas de ampliação do debate histórico podem mesmo ser válidas em si. O que se quer ressaltar é que o intento aqui se restringe a uma tentativa séria de pesquisa acadêmica sobre o que poderia ser encarado como um ponto de inflexão importante na história legislativa indigenista brasileira, porém sabedores da profundidade das questões sociais, políticas e institucionais que ainda cercam o debate sobre o racismo e das desigualdades sociais e econômicas daí advindas atualmente.

Sendo assim, para cumprir o referido intento, a pesquisa foi organizada em três capítulos. No primeiro analisa-se uma série de pressupostos, a partir dos quais se pretende enquadrar os objetos de pesquisa. A correlação dos eventos coloniais no contexto dos eventos ocorridos nas metrópoles, o embate entre os impérios europeus e seus reflexos possíveis, observáveis na produção legislativa para a América.

---

[7] PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Atualismo 1.0** – Como a ideia de atualização mudou o século XXI. 1. ed. Ouro Preto: SBTHH, 2018, p. 96.
[8] *Idem*.

Busca-se, também, abordar a complexidade da empresa que é a análise legislativa nos domínios lusitanos, uma vez que se torna impraticável dissociar sua história do avanço dos domínios espanhóis americanos; primeiro porque foram os hispânicos que acabaram por ter a prerrogativa de aportar primeiro nos territórios do "Novo Mundo"; segundo porque de 1580 a 1640, como referido, Portugal e Espanha estiveram "unidos" sob uma mesma coroa da dinastia Habsburgo.

Apesar de os portugueses terem mantido, nesse período de "união", certa autonomia, até pela questão do idioma, a influência e preponderância do domínio hispânico é questão irrefutável na análise das legislações produzidas na época. Além do que, como se tenta argumentar, a lógica das primeiras legislações hispânicas, desde o que se denominam "primórdios legislativos", ainda no final do século XVI e, principalmente, na primeira metade do século XVII, julga-se fundamental suas análises para a compreensão das legislações colonialistas acerca dos indígenas americanos.

No segundo capítulo, o estudo se detém nas legislações produzidas em solo americano, acerca da regulação do uso da mão de obra indígena na América. Procura-se justificar as escolhas para um estudo inicial das legislações hispânicas. Isso porque, mesmo tendo os portugueses mantido certa autonomia legislativa (como já referido) durante a submissão dinástica a Espanha, as normativas espanholas apresentam grande riqueza de conceitos e determinações de institutos jurídicos, tais como a *encomienda*, a *mita*, dentre outros institutos legais, os quais trazem dados importantes para a compreensão do desenvolvimento do conceito de trabalho livre dos indígenas. Além do que, a experiência das chamadas reduções ou missões jesuítas, especialmente na região da província do Rio da Prata e Paraguai, sob domínio espanhol até o advento do Tratado de Madri de 1750, possibilitou a produção de diversas legislações sobre as relações entres os exploradores europeus, os religiosos católicos e os indígenas, sem a análise das quais esta pesquisa não poderia ter sido concluída. Dentre estas normativas, especificamente, as Instruções do Padre Diego Bollo, de 1609, e as Ordenações do Juiz Dom Francisco Alfaro, de 1611.

Ainda, busca-se realizar brevíssimo inventário das legislações lusas, tanto as produzidas antes da união de 1580-1640, quanto aquelas editadas posteriormente, até o advento das legislações pombalinas, a partir de 1755, para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Por isso mesmo denominam-se as mesmas de legislações pré-pombalinas. Tal inventário dessas legislações portuguesas não é completo – nem

pretende ser –, pois destacam-se apenas aqueles documentos que, pelos critérios de relevância e generalidade, são realçados na historiografia legal luso-colonial. O método utilizado foi da revisão bibliográfica e, assim, evidenciam-se aquelas legislações que parecem repetir a lógica das legislações hispânicas prévias e contemporâneas, qual seja, vedam como regra a escravização dos indígenas, porém estabelecem diversas exceções através das quais os povos originários podem ser submetidos à escravidão ou trabalho análogo à escravidão.

O terceiro e último capítulo dedica-se à legislação pombalina em si. Primeiramente, apresenta-se a contextualização do surgimento da administração do Marquês de Pombal e como a questão indigenista se apresentou nos planos de Sebastião José de Carvalho e Melo, enquanto Secretário de Estado de Dom José I. Em seguida, o estudo se concentra na administração do Governador Geral e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o qual era irmão de Pombal (Sebastião José o mais velho, e Francisco Xavier o segundo mais velho). Aqui, o trabalho está centrado nas Instruções Régias Públicas e Secretas que o Governador Geral recebeu e quais eram seus principais objetivos para a administração da colônia portuguesa na América, a qual tinha ganho dimensões territoriais imensas após a assinatura entre Portugal e Espanha do Tratado de Madri de 1750. Dentro desse contexto, procura-se identificar como a política para os indígenas deveria se desenvolver e quais seriam seus reflexos legislativos – lembrando que esta pesquisa é sobre, justamente, a história dessas leis.

Portanto, a pesquisa termina com a análise de quatro diplomas legais, a saber: Alvará com força de lei, de 04 de abril de 1755, que permite e estimula os matrimônios entre europeus e indígenas; Alvará com força de lei, de 06 de junho de 1755, que veda por completo (sem exceções) a escravização dos indígenas; Alvará com força de lei, de 07 de junho de 1755, que põe fim ao poder temporal dos religiosos (visando sobretudo aos jesuítas) nas povoações indígenas; e, finalmente, “o Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário”, de 1757, o qual ficou conhecido na História como o “Diretório dos Índios”, tendo sua aplicação estendida ao território do Estado do Brasil pelo Alvará de confirmação, de 17 de agosto de 1758.

A importância de tais legislações é devidamente analisada nos seus itens respectivos, o que já foi dito anteriormente nesta introdução, e será objeto da pesquisa em si, reitera-se, a título de “avanço” da conclusão: após as legislações pombalinas

de 1755 e 1757 (1758), o direito indigenista brasileiro jamais será o mesmo. O breve período após a queda de Pombal, em 1777, no qual suas principais legislações foram revogadas, não tiveram o condão de fazer retornar o direito brasileiro ao passado pré-pombalino. Após a passagem da administração do Marquês, o direito brasileiro adota posição de defesa dos povos originários, sobretudo através de uma situação de tutelados. A tutela, em si, poderá ser discutida no sentido de – e hoje é amplamente debatida entre especialistas, estudiosos e lideranças indígenas – se trouxe maiores ou menores benefícios para a autodeterminação dos povos originários americanos.

A título derradeiro de conclusão desta introdução, também é, de certa forma, consabido que as mudanças legislativas em si não implicam necessariamente mudanças sociais e econômicas efetivas. A situação dos indígenas brasileiros, em pleno século XXI, padece de problemas gravíssimos a serem enfrentados. A crise humanitária, por exemplo, ocorrida no ano recente de 2023, de fome e desnutrição profunda de diversas etnias indígenas na Amazônia, demonstram que o fim jurídico da escravização dos povos originários (a partir por exemplo do célebre Diretório de 1757), não implicou a melhora significativa nas condições de vida dos concidadãos brasileiros de ascendência indígena. Dizer isso – sabe-se – é uma obviedade.

Ainda, a legislação pombalina, de um lado, na “cabeça” de Pombal, estaria representando um “avanço”, um “civilizar” daquelas populações que estavam sob seu julgo, sob o domínio do império português; igualmente, é consabido que representou, também, uma pretendida “integração” dos indígenas que passava (e, ainda, inacreditavelmente, ao analisar algumas óticas específicas, passa) pela negação e fim das culturas originárias. Conforme referido diversas vezes no texto, nunca se saberá o que realmente “pensava” Sebastião José; nem se os jesuítas (e outros religiosos) tivessem sido mantidos na administração temporal dos povoamentos indígenas se a cultura e saberes dos povos originários não teriam tido melhor sorte, enfim, nunca se saberá.

O que se sabe – no tempo presente – é que a situação dos irmãos e concidadãos (insiste-se neste termo) indígenas é precária. Renovadas discussões e posicionamentos e, acima de tudo, novas políticas de defesa e cuidados em relação aos povos originários precisam urgentemente serem implementadas. Outra, e outra obviedade – escusa-se pela repetição dessas obviedades. Contudo, as repetições do que é óbvio destacam a gravidade do que está sob análise nesta investigação.

A situação, como dito, é gravíssima. Mais grave ainda quando se assiste, não só no Brasil, mas em muitos outros lugares, o que alguns denominam de “revisionismos”, ou melhor, de “negacionismos”. Não se vai entrar a fundo nessa discussão, não é o momento, nem talvez o melhor *lócus* textual para fazê-lo. Porém, os imperativos de consciências exigem que se faça. Não se deseja, pois, resgatar discussões complexas, à moda de um Jaques Le Goff (História e Memória), ou de um Paul Ricoeur, apenas denunciar, a título de conclusão dessa introdução. Aos leitores e avaliadores, pedidos de escusas e espera-se que sejam aceitas.

A título de conclusão dessas breves reflexões, quer-se comparar os objetos de pesquisa e todas as considerações realizadas sobre este passado que lamentavelmente ainda é presente, com o fenômeno que ocorre em outras partes do mundo contemporâneo, em especial nos EUA. Na terra d*os livres e lar dos bravos*, um grupo de historiadores lançou o *challenge* de recontar as origens dos “patriarcas” da nação, não simplesmente pela chegada dos primeiros colonizadores ingleses no *Mayflower*, em 1620, mas pela chegada do que teriam sido os primeiros escravos africanos em terras norte-americanas, no ano de 1619[9]. A proximidade de datas com as fontes iniciais (1609, 1610, 1611) não são, no entanto, o único ponto de similaridade entre as duas circunstâncias históricas. Em ambos os lugares, do passado ao presente (ou melhor seria dizer, do presente ao passado), persistem os anacronismos de uma histórica hipocrisia jurídica que permitiu, no nascer da Modernidade cristã, o extermínio dos povos originários das Américas e a inacreditavelmente desumana escravização das pessoas trazidas à força da África para o outro lado do Atlântico.

Espera-se, porém, que feitas tais observações, que a presente pesquisa possa, tendo em consideração todas estas circunstâncias e pressupostos, apresentar uma conclusão acadêmica racional sobre o desenvolvimento da legislação brasileira acerca da regulação do trabalho livre dos povos indígenas, e como a legislação pombalina influenciou a produção legal posterior sobre este tema.

[9] Disponível em: https://www.nytimes.com/2021/11/09/magazine/1619-project-us-history.html. Acesso em: 13 dez. 2021.

# 2 ANTECEDENTES E PRESSUPOSTOS ACERCA DO CONCEITO DE TRABALHO LIVRE DOS POVOS AUTÓCTONES NOS DOMÍNIOS IBÉRICOS NO CONTINENTE AMERICANO

## 2.1 À GUISA DE INTRODUÇÃO SOBRE O USO DAS FONTES: INTERSEÇÕES POSSÍVEIS ENTRE UM PONTO DE VISTA DA *GLOBAL HISTORY* E O DA MICRO-HISTÓRIA

Esta pesquisa pretende demonstrar como a legislação pombalina do final do século XVIII provém de uma longa e sucessiva linha de legislações prévias ibéricas acerca da vedação da escravização dos povos originários na América, e de sua consequente regulamentação enquanto força de trabalho livre.

Portanto, na primeira parte desta tese, aborda-se uma série de precedentes legislativos, desde os primórdios da chegada dos europeus no continente americano, especialmente de origem hispânica.

Tal fator é mais essencial ainda quando se pensa que parte importante da história colonial brasileira está inclusa no longo período da “união” das coroas ibéricas, entre 1580 e 1640.

Porém, não somente isso, mas também o contexto geral dentro da Europa nos momentos precedentes das chamadas “Grandes Descobertas” se afigura importante para elucidar alguns pressupostos de pesquisa.

Assim, acredita-se que a análise mais “rica” em termos metodológicos – e porque não dizer, epistemológicos mesmo – deve contemplar a questão dos grandes movimentos realizados pelos europeus entre os séculos XV, XVI e XVII, isto é, a era das chamadas grandes navegações.

Este “macro”, por sua vez, entende-se deve ser explorado na sua inserção em uma dimensão geográfica mais ampla possível, para o período e em relação ao objeto inicial de pesquisa.

Então, apenas a título de exemplificação, entre os diversos motivos que devem ter impulsionado os europeus a investir tempo e recursos no aperfeiçoamento de técnicas de navegação oceânica, deve estar a tomada de Constantinopla pelos turcos

otomanos em 1453[10]. A presente pesquisa não diz respeito a este acontecimento, quer-se apenas citar o exemplo como uma abordagem do que implicaria ganhos metodológicos quanto à aplicação da *Global History* à esta análise.

[10] Os motivos os quais poderiam ser elencados que estimularam os europeus, particularmente portugueses e espanhóis, a tomar o mar na busca de rotas "alternativas" na direção do comércio com o oriente, são, certamente, muito diversos. Neste artigo de Abbas Hamdani, publicado no *Journal of the American Oriental Society*, selecionamos trecho que julgamos riquíssimos quanto a estes aspectos relacionados à dimensão da g*lobal history*: *Insofar as the "Age of Discovery" was charged with a desire to reach India and the Orient, Portugal proved more successful than Spain. Although the first serious attempts in this Direction were made by the Vivaldi brothers of Genoa in 1291 (incidentally, the year of the Fall of Acre), both of whom perished off the Atlantic coast of North Africa, it was the Portuguese who made the most remarkable progress. Portugal's King Diniz (1279-1325) initiated this drive from the outset was viewed as a crusade. The first step was taken in 1317 with the appointment of Manuel Peçanha (Pessagno), a rich Genoese merchant, as the Admiral of Portugal. He and Gonçalho Pereira were sent to Pope John XXII at Avignon to solicit funds for construction of a fleet to be used against Muslims. The Pope created for this purpose the Order of Christ, to which he transferred all the Portuguese properties of the suppressed Crusading Order of the Templars. The first chapter of the Order of Christ was established at Lisbon in 1321. Although the Order was presided over by its own Masters, its finances came under the management of the Portuguese royal family. During his time, Prince Henry the Navigator (1394-1460) administered the Order and used its resources both for maritime trade and overland military offensives against the Muslims. In this capacity, Prince Henry master-minded the conquest of Ceuta in 1415. From this North African outpost, the Moroccan caravan routes and the Atlantic coast became channels of the Portuguese crusade southward into West Africa. Gomez Eanes de Azurara, a contemporary of Prince Henry, wrote, in 1453, what he considered to be the Prince's motives for patronage of the explorations. According to Azurara, Henry the Navaigator was actuated by the zeal for God, by the desire for alliance with the Eastern Christians, by an eagerness to know how far the power of the "infidel" existed, by the wish to convert people to Christianity, and by the desire to fight the Moors. Gold, ivory, slaves, or spices as Prince Henry's objectives do not figure n Azurara's account. "Portuguese ports were a part of the Muslim trade empire just as Portuguese learning was a part of Muslim geographical and nautical science," observes Bailey Diffie. In the early fifteenth century a certain type of vessel, the caravel, was adopted for exploration, in preference to the galley (or galera), nau, barcha, and barinel. The caravel, which was also used by Columbus, was adapted from the Araba qãrib which hab been successfully used by the Arabs in the eastern Mediterranean for centuries. Whereas Madeira had been discovered between 1330 and 1418, and the Canaries in 1341, more distant islands could now be reached by the caravel, such as the Azores in 1431 and the Cape Verde Islands between 1456 and 1459. The fall of Constantinople in 1453 revived crusading activities in Europe. Prince Henry saw this in terms of circumnavigating Africa and reaching the elusive Christian rules of the East. He saw this also in terms of trade-monopoly, and exemption from payment of the customary tithe to the Pope. All this was confirmed by a Papal bull of 8 January 1455. The next Portuguese ruler, Dom João II, sent a reconnaissance-cum-intelligence mission overland through the Mamlük Middle East, charged with contacting the Emperor of Ethiopia as well as with discovering the sources of the spice-trade in the East. This was led by two Arabic-speaking gentlemen, Pero de Covilha and Afonso de Paiva. At the same time Bartholomeu Diaz reached the Cape of Good Hope. Diaz's report in 1488 and that of Covilha in 1492 convinced Dom João of the feasibility of reaching India and the Orient by a sea-route via the Cape of Good Hope. News of Columbus' discovery of the Indies may have delayed João's plan, but latter realisation that Columbus had discovered a new continent which was not India revived the Portuguese ruler's determination to equip a new expedition to the south. Rounding the Cape in 1497, Vasco da Gama followed the African coast northward to Malindi (near Zanzibar). There he contacted a renowned Arab navigator who was the author of books on navigation, Ahmad b. Mãjid. The latter helped the Portuguese to cross the Indian Ocean and to reach Calicut on the west coast of Southern India, a major emporium of the Eastern spice-trade. India spice was thus added to West African gold, ivory, and slaves. The Portuguese established colonies along the route to India, and wherever they went encountered Arab and Muslim states. Conditions were right to revive the political and economic offensive against the Mamlüks.* HAMDANI, Abbas. Ottoman response to the discovery of America and the New Route to India. **Journal of the American Oriental Society**, v. 101, n. 3, p. 323-330, jul./set. 1981. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/602594

Logo, não haveria como entender adequadamente o que documentos como as Ordenanças de Hernanderias, de 1603, ou as Ordenanças de Alfaro, de 1611 – produzidas em solo sul-americano – pretendiam engendrar sem antes compreender o debate fundamental havido pelos acadêmicos da Universidade de Sevilla, quando da Controvérsia de Valladolid, entre 1550 e 1551[11] e, antes, o que foi determinado nas Leis de Burgos. Nesse ponto, julga-se pertinente citar as reflexões de Bresciano[12] sobre a *Global History*:

> *[...] Otros autores – como Wallerstein – sostienen que la conformación de um sistema mundial debe retotraerse a fines del siglo XV, con la consolidacióin de un capitalismo mercantil que, originado em Europa Occidental, subordina a regiones significativas del Oriente europeo, conquista América, e incorpora y afecta a diversos espacios del África, de la India, del Asia Oriental y del Asia Sudoriental. [...] Esta ampliación de la escala temporal no se detiene en el siglo XV. Janet Abu Lughod, partiendo de los mismos supuestos que Wallerstein, asegura que antes de la expansión europea se desarrolla um sistema mundial euroasiático durante los siglos XIII y XIV. A través de la ruta de la seda, este sistema (que no es capitalista sino tributario) vincula China, la India, el mundo árabe-islámico y el Occidente europeo. Samir Amín, por su parte, considera que tal sistema no es excepcional sino que se gesta – com algunos períodos de retracción – en los siglos y milenios anteriores. [...]*.

Portanto, esta investigação, embora recortada temporalmente ao período pombalino da segunda metade do século XVIII e centrada na temática da regulação pelos dominadores europeus do trabalho indígena, certamente não tem como "escapar" tanto à correlação com os acontecimentos dos dois séculos anteriores (XV e XVI), quanto à questão do surgimento da chamada "escravidão moderna" – termo filosoficamente contraditório na Modernidade[13], mas que acabou sendo possível em

---

[11] Consistiu numa série de pontos de vista opostos, tendo como figuras principais enfrentadas de Frei Bartolomeu de las Casas, que defendia os nativos, e o teólogo Juan Ginés de Sepúlveda, que argumentava que estes eram seres inferiores. Falaram sobre a maneira como os nativos deveriam ser integrados à sociedade espanhola, a sua conversão à religião católica (defendida por ambas as partes), se seriam ou não seres racionais possuindo alma, e concluindo em suma, quais os direitos a que poderiam aspirar. Um dos assistentes foi o dominicano Domingo de Soto, que tinha a tarefa de reportar a argumentação dos dois opositores. (Ver: MEIRINHOS, José (2016). «Domingo de Soto contra o direito de submeter os infiéis por idolatria, sodomia ou antropofagia». Universidade do Porto. Revista Española de Filosofía Medieval.

[12] BRESCIANO, Juan Andrés. La Historia global como campo emergente. **Revista Confluências Culturais**, v. 4, n. 2, p. 105-106, set. 2015.

[13] O jesuíta Jorge Benci (c. 1650-1708), de origem italiana, mas que viveu parte de sua vida em Portugal e esteve no Brasil entre 1681 e 1700, escreveu famosa obra intitulada *"*Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*"*, na qual discorre, sobretudo, sobre o papel dos "senhores cristãos" para com os "escravos", tudo no sentido de facultar-lhes, especialmente, o acesso à doutrina católico-cristã e inclusive a alguns sacramentos. Logo no início da obra (que lemos no original graças à versão digitalizada disponibilizada pela Biblioteca Nacional de Portugal), o autor resgata o argumento jurídico acerca da escravização, argumento este pré-cristão, pois remonta ao que seria o "direito" de

uma espécie de terrível oximoro que se desenvolveu nas Américas. Nesse sentido, cita-se trecho do texto de Marquese e Pimenta[14]:

> James e Wiliams [referindo-se a Cyril Lionel Robert James e Eric Williams] estiveram, assim, entre os primeiros historiadores a conectar a formação do capitalismo europeu à escravização em massa dos africanos no Novo Mundo. Com eles, a escravidão negra foi alçada à gênese do mundo moderno, abrindo caminho para toda uma linhagem de investigações sobre o problema do desenvolvimento desigual na arena da economia mundial capitalista. Foram também dos primeiros a apresentar um modelo de análise que encarava os processos históricos desenrolados em diferentes partes do espaço atlântico como constituindo uma unidade orgânica, com eventos do Velho Mundo (a Europa e a África) e do Novo Mundo (a América) em um jogo de determinações recíprocas.

Neste ponto, acredita-se que uma das melhores maneiras de demonstração sobre a ligação dos acontecimentos ocorridos nos domínios hispano-lusitanos e aqueles ocorridos na Europa, se dá, paradoxalmente, na exploração de outras fontes que não tão somente as leis e regulamentos editados[15].

Fala-se aqui de cartas, diários e registros similares, nos quais diversos atores fazem consultas, questionamentos, às autoridades eclesiásticas e civis, sobre os desafios da aplicação das legislações então aprovadas e a serem aplicadas nos domínios territoriais europeus no continente americano. Este, considera-se, uma

---

escravizar os “vencidos” na guerra, pensamento próprio do mundo “pagão” greco-romano, a saber parágrafo 4º da citada obra (adaptamos a grafia do original para as dos tempos atuais, porém mantemos as regras de pontuação da época): *O pecado pois foi o que abriu as portas, por onde entrou o cativeiro no mundo; porque rebelando-se o homem contra seu Criador, se rebelaram nele, e contra ele o seus mesmos apetites. Deste tiveram sua origem as suas dissensões, e guerras de um povo contra outro povo, de uma nação contra outra nação, e de um Reino contra outro Reino. E porque nas batalhas, que contra si davam as gentes, se achou que era mais humano não haver tanta efusão de sangue; introduziu o direito das mesmas gentes que se perdoasse a vida aos que não resistiam, e espontaneamente se entregavam aos vencedores; ficando estes com o domínio, e senhorio perpétuo sobre os vencidos, e os vencidos com perpétua sujeição, e obrigação de servir aos vencedores.* BENCI, Giorgio, S.J. ca. 1650-1708, Economia christãa dos senhores no governo dos escravos / deduzida... pelo padre Jorge Benci de Arimino.... - Em Roma: na Officina de Antonio de Rossi..., 1705. - [12], 282, [2]; 12º. Disponível em: https://purl.pt/24731. Acesso em: 20 nov. 2024. Sobre Jorge Benci, ver OLIVEIRA, Natália de Almeida. **Jorge Benci e a escravidão**: percepções de um jesuíta italiano em uma sociedade escravista. In: Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, ISBN 978-85-65957-00-7. Disponível em: https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338255954_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

[14] MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. **Revista História da Historiografia**, n. 17, p. 36, abr. 2015.

[15] As duas principais fontes utilizadas para este tipo de documentação foram correspondências, notícias e documentos similares que constam da publicação “A Conquista Espirtual da América Espanhola”, de Paulo Suess, Petrópolis/RJ: Vozes, 1992, referentes, sobretudo, ao século XVI. Ainda, para as correspondências selecionadas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Mello (Marquês do Pombal), utiliza-se a edição da Editora do Senado, em três volumes, “A Amazônia na Era Pombalina – Correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado”, organizado por Marcos Carneiro de Mendonça, Brasília, 2005.

dimensão do “micro” que poderia lançar, talvez, algumas luzes renovadas sobre diversas questões – ainda que já exploradas em alguma medida na historiografia existente – sobre a *bricolage*, que representou a nova civilização sul-americana erguida por indígenas, africanos e europeus.

Portanto, parece ser justamente no encontro de uma microanálise que se poderia destacar a inserção do recorte histórico, no qual está inserido o tema de pesquisa, no cenário mais amplo de sua inserção “global”: as legislações aprovadas, as dúvidas acerca de suas implementações, as dificuldades sobre sua eficácia na prática daqueles tempos, as intenções que pretensamente vinham da metrópole espanhola/portuguesa, as idiossincrasias das elites europeias coloniais e também das lideranças indígenas, tudo a se entrelaçar e a ser estudado, comprovado com fontes e métodos claramente pertencentes à dimensão própria do que seria uma micro-história. Ainda, no campo da aplicação da microanálise como suporte teórico-metodológico em relação à presente pesquisa, citam-se Moreira e Matheus[16]:

> Portanto, acreditamos que a ferramenta da microanálise pode contribuir sobremaneira para o estudo da escravidão no Brasil. Como já passou o tempo em que não se acreditava na existência de fontes suficientes para o estudo do sistema escravista, escravidão e da vida dos escravos, resta ao pesquisador garimpar em diferentes arquivos e fontes para encontrar histórias coletivas e individuais que, além de complicar – complexificar seria a palavra correta, nosso entendimento sobre esse grande processo histórico, certamente também pode contribuir para a compreensão da sociedade brasileira hoje, não deixando análises mais simplistas e, por isso, de fácil questionamento, responderem o porquê da encruzilhada que o Brasil ainda vive em função da permanência, mais de 130 anos após a abolição da escravatura, do racismo entre nós.

Embora os autores citados acima estejam realizando uma pesquisa sobre a escravidão dos africanos e afrodescendentes no Brasil, entende-se que as considerações gerais podem ser facilmente extrapoladas para a questão da regulação do trabalho indígena, ainda que se esteja falando dos anos iniciais ou primeiras décadas do século XVII ou, ainda, da legislação pombalina correlata aplicada no século XVIII.

---

[16] MOREIRA, Paulo Roberto Saudt; MATHEUS, Marcelo Santos. A microanálise como suporte teórico-metodológico para o estudo do sistema escravista brasileiro a partir da reconstituição de trajetórias de escravos (Alegrete, século XIX). **Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, v. 28, n. 2, p. 18, [s.d.].

Ainda, uma que parece ser característica deste “uso” da microanálise, a evidenciar as interligações dos fenômenos locais/regionais, no cenário de sua inserção numa dimensão histórico-geográfica-econômica-política mais ampliada (global, portanto), seria justamente a necessidade de reflexões antropológicas. Desse confronto, em particular para este estudo, entre o pensamento europeu-cristão, nascido em parte em Valladolid e aplicado (em parte também!) nos domínios luso-hispânicos na América, deve-se prestar a devida atenção, pois, como adverte Revel[17]:

> Porém, se renunciarmos a esse ponto de vista central, que é precisamente aquele com base no qual foi elaborado o projeto estatal (e também o conjunto de argumentos ideológicos que o legitimava), se modificarmos a escala de observação, as realidades começam a aparecer de forma bem diferente. Apanhado nas suas mais finas ramificações, o Estado moderno não é mais aquela mecânica imperiosa e unificadora: ele precisa aceitar negociações com o mundo social para poder ser reconhecido, como o mostraram, no caso da Europa, os trabalhos de Levi (1985), de Raggio (1990) e outros ou como o demonstram as pesquisas sobre os mundos colonizados pela Europa, nos quais ele se esforçou em impor suas concepções do mundo social. Para afirmar a existência de princípios, de regras de direito, é preciso compor com os usos e as formas de gestão tradicionais, como, por exemplo, na questão judiciária. Submetidos a novas coações, os atores sociais desenvolvem táticas para contorná-las ou evitá-las (elas são familiares, sob outro sistema de coações, aos sociólogos do trabalho industrial contemporâneo). Isso não equivale a dizer que o Estado não tem existência nesse nível, o que seria absurdo. Mas que ele não existe nas formas que mais lhe agradam e que existe, sim, ao preço de tornar-se outra coisa.

Nesse sentido o “macro” e o “micro” parecem estar presentes. Pois, como analisa Santos[18], até a redução dos índios às missões, a divisão do tempo do trabalho e do lazer, por exemplo, implicariam uma concepção do próprio mundo, isso na melhor expressão de uma *Weltanschauung* dos povos originários. Assim, a própria experiência proposta pelos jesuítas, desde o início, e que teria sido referendada por estas primeiras legislações, tenta preservar vários aspectos da tradição guaranítica, como a terra originária (*tekohá*) ou o modo de ser dos guaranis (*ñande reko*)[19]. Ao mesmo tempo, a introdução para os índios da jornada de trabalho regrada, proposta clara destas primeiras leis, é contraditória a estas tradições primordiais de uma terra sem males (*Yvy Marã-ey*).

---

[17] REVEL, Jaques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 442, set./dez. 2010.

[18] SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A regulamentação do trabalho indígena nas Missões Jesuíticas. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, p. 30, mar. 2012, Edição Especial – Lugares da História do Trabalho.

[19] *Ibid.*, p. 44.

Ora, a noção de tempo regrado do trabalho, assim como uma incrível previsão constante destas legislações sobre o trabalho assalariado do indígena reduzido, não pode ser entendido fora da expansão mercantilista (enquanto *momentum* do capitalismo) impingida pelos europeus aos outros povos que entraram em contato. Ao melhor estilo do que também parece ser um reconhecimento feito pelo próprio Bourdieu[20] sobre o reconhecimento de que *"*um tipo determinado de relações sociais adquirem seu verdadeiro sentido quanto referidos às relações de força que os tornam possíveis e sociologicamente necessários (uma vez que sua função social não é senão o conjunto de suas 'razões sociais de existência')", as conclusões sobre as transmutações dentro do espaço negociado entre o europeu colonizador e o indígena colonizado não podem ser entendidas sem a devida correlação entre o que se tem chamado aqui de categorias "micro" e "macro", decorrentes da análise dos documentos legais propostos à época.

Talvez, neste ponto, uma vez mais a tentativa de sistematização feita por Poutignat, sobre as teorias acerca da etnicidade, possa auxiliar quando refere o que seria a influência dos reflexos dos antagonismos econômicos (segundo o autor, das teorias neomarxistas):

> [...] As divisões étnicas e raciais são apreendidas a partir das funções que elas preenchem no sistema capitalista, especialmente as de permitir a criação de uma força de trabalho barata ou a constituição de um exército reserva do trabalho (Szymansky, 1976). Bonacich (1972) mostra, assim, como nas sociedades industriais os antagonismos entre imigrados e nacionais encontram seu fundamento na segmentação do mercado de trabalho: a divisão dos trabalhadores de acordo com as linhas étnicas ou raciais não deriva dos preconceitos em relação a pessoas de cor ou a membros dos grupos étnicos, mas da tendência geral do capitalismo em fixar o menor preço possível para o trabalho.

Embora Poutignat não esteja endossando ou simplesmente refutando o que ele denomina de teses ou posicionamentos neomarxistas, as quais determinariam, como primazia, em uma teoria acerca da etnicidade, a influência dos reflexos dos antagonismos econômicos e, também, esteja se referindo a um mundo industrial, parece assustadoramente possível utilizar o trecho acima para refletir sobre as categorias e as maneiras pelas quais os legisladores europeus, do início do século XVII, propõem "manejar" o trabalho do indígena reduzido.

---

[20] BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 176.

Isso, de forma alguma, implica o reconhecimento de uma primazia do econômico sobre o social e o cultural, ou do político e econômico sobre os aspectos sociais e culturais. Muito pelo contrário, o que se tem tentado até aqui alinhavar é que se faz necessária uma difícil equação de elementos analíticos para, como referido, um "bom aproveitamento" das informações históricas "contidas" nestas primeiras legislações, as quais pretendem regulamentar a questão das missões jesuítico-guaranis, por exemplo.

Santos demonstra, em breve resumo sobre as dificuldades de análise das "Instruções do Padre Provincial Diego Torres Bollo, de 1609 e 1610" e das "Ordenações do Juiz Dom Francisco de Alfaro, de 1611":

> Essas legislações se constituíram em formas de regulamentar as formas de produção e de trabalho indígena, tendo por fulcro a redução, enquanto comunidade de indígenas cristãos. Entretanto, elas devem ser compreendidas como construções necessárias à ordem reducional e a formação de uma categoria particular de trabalhadores indígenas – o índio reduzido, enquanto produtor e trabalhador na América Espanhola. Ambas legislações são realidades de seu tempo, de seu momento, de um contexto de conquista espanhola e conflitos com as comunidades indígenas, assim, elas foram construídas para dirimir e neutralizar os conflitos entre o Estado, a Igreja e as comunidades indígenas. Por fim, elas resultavam das negociações entre as organizações ibéricas e as comunidades indígenas, ou seja, o que pretendemos discorrer neste artigo é a forma pela qual a organização do trabalho indígena se deu pela negociação, pela pressão dos indígenas, cujo fulcro foi à legislação que coibia a exploração do trabalho e oportunizava garantias de produção autossuficiente, numa nítida relação entre o legislado e o negociado[21].
> Assim como E. P. Thompson na obra "Senhores e Caçadores: a origem da lei negra" [Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987] analisa a experiência da revolta dos Negros enquanto política e coletiva, mas também como necessidades econômicas, portanto, de relações de produção, que definem a legislação própria para suprimir os impasses e o direito irrompe como um campo complexo de lutas, entendemos o protagonismo das comunidades indígenas no Paraguai colonial na luta pelos seus direitos e pelas garantias de terra, produção e trabalho.[22]

Traz-se a citação do trecho de Santos, a nota de rodapé, do texto original, sobre a obra de E. P. Thompson, "Senhores e caçadores: a origem da lei negra", porque realmente reforça a percepção do autor sobre a complexidade da análise destes documentos legais.

---

[21] SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A regulamentação do trabalho indígena nas Missões Jesuíticas. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, p. 26-27, mar. 2012, Edição Especial – Lugares da História do Trabalho.

[22] *Ibid*., p. 30.

O que se procurou mostrar e argumentar até aqui foi tão somente trazer a lume um tanto do que se pretende pesquisar nesta tese, e demonstrar a necessidade de aprimoramento da percepção sobre as cautelas na pesquisa historiográfica e a ampliação dos horizontes conceituais/teóricos acerca dos aspectos dos estudos culturais e históricos em âmbito geral mesmo.

A presente pesquisa se inicia com a análise do instrumento normativo-legal aplicado nos domínios hispano-lusitanos do início do século XVII, em especial no Vice-Reinado do Perú (criado em 1542).[23] O período aqui abordado refere-se à expressão hispano-lusitana, pois no ano de 1611 Portugal encontrava-se sob domínio da Espanha (1580-1640). Ainda, sendo objeto de estudo a questão do trabalho livre indígena, no âmbito da atuação da Companhia de Jesus na construção das chamadas "missões" ou "reduções", a legislação paradigmática para esta época é aquela que ficou conhecida como as Ordenações de Alfaro, as quais, com maiores detalhes, passa-se a expor a seguir acerca de suas circunstâncias, origens e desdobramentos.

Todavia, antes de adentrar especificamente na discussão sobre os possíveis impactos e entrelaçamentos entre o olhar para o passado com os olhos do presente, apresenta-se o cenário geral das fontes e circunstâncias fático-temporais básicas que constituem os pressupostos essenciais desta proposta de pesquisa.

Assim, julga-se que, primeiramente, se faz necessário pensar algumas possíveis correlações com a questão da desconstrução/construção de novos cenários de identidades pelos quais passaram os povos originários do continente americano, em especial o grupo dos guaranis.

Pode-se identificar, assim, a passagem do "índio" originário para a figura do "índio reduzido" (que habita/trabalha/vive em uma redução jesuíta)[24]. Portanto, a questão que se gostaria de enfrentar, por assim dizer, diz respeito ao processo histórico que teria "transmutado" a identidade dos guaranis pela aplicação à realidade originária, dos mesmos dos regramentos "negociados" pelos dominadores europeus

---

[23] *"Con motivo de la promulgación de la Real Cédula del 20 de noviembre de 1542 el Rey Carlos I de España dispuso la creación del Virreinato del Perú, en reemplazo de las gobernaciones de Nueva Castilla y Nueva León fundadas por los conquistadores. A partir de ese momento se instauró un nuevo régimen político, administrativo, económico, social, religioso y cultural que continuó por casi tres siglos"* (p. 321). De acordo com VALENCIA Alvares, Giovana. Un análisis diplomático a la correspondencia de los Virreyes del Perú (1698-1821). **Estudios Humanísticos**, Historia, n. 10, p. 321-346, 2011.

[24] SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A regulamentação do trabalho indígena nas Missões Jesuíticas. *In*: **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, mar. 2012, Edição Especial – Lugares da História do Trabalho.

(Igreja Católica, Companhia de Jesus e autoridades civis dos Reinos da Espanha/Portugal).

Estes regramentos se basearam praticamente no estabelecimento de dois institutos principais desconhecidos dos guaranis: o trabalho retribuído por salário e a tributação deste mesmo trabalho[25]. Todo este processo foi marcado por intenso processo negocial multipolar entre os índios reduzidos, os representantes da Igreja Católica e da Companhia de Jesus e das Coroas de Espanha/Portugal. Justamente esta característica faz lembrar das observações de Hall[26]:

> É nesse contexto que a "teoria da cultura" é definida como "o estudo das relações entre elementos em um modo de vida global". A cultura não é uma prática; nem apenas a soma descritiva dos costumes e "culturas populares" [folkways] das sociedades, como ela tende a se tornar em certos tipos de antropologia. Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. Desse modo, a questão do que e como ela é estudada se resolve por si mesma. A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas – "dentro de identidades e correspondências inesperadas", assim como em descontinuidades de tipos inesperados – dentro ou subjacente a todas as demais práticas sociais. A análise da cultura é, portanto, "a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos". Começa com a "a descoberta de padrões característicos". Iremos descobri-los não na arte, produção, comércio, política, criação de filhos, tratados como atividades isoladas, mas através do "estudo da organização geral em um caso particular". Analiticamente, é necessário estudar "as relações entre esses padrões. O propósito da análise é entender como as inter-relações de todas essas práticas e padrões são vividas e experimentadas como um todo, em um dado período: essa é sua "estrutura de experiência [structure of feeling][27].

A sugestão de Hall torna-se mais problemática quando se pensa numa análise baseada em registros que remontam ao início do século XVII. Todavia, ao mesmo tempo, Hunt chama a atenção aos trabalhos feitos por *"*George Rudé sobre as classes populares parisienses, de Albert Soboul sobre os sans-cullotes parisienses, e os de E. P. Thompson, sobre a classe operária inglesa"[28].

---

[25] Santos ao citar texto das "Ordenanzas de Alfaro": "*Ningún índio se le pueda concertar ni pagar su trabajo en vino, chicha, miel y yerba: y todo lo que en este gênero se pagare, sea perdido, sin que el índio lo deba recibir en cuenta: y al español que lo pretendiere dar por paga, á veinte pesos de pena por cada vez*". SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A regulamentação do trabalho indígena nas Missões Jesuíticas. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, p. 42 mar. 2012, Edição Especial – Lugares da História do Trabalho.

[26] HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

[27] *Ibid.*, p. 136.

[28] HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 2.

Desse modo, acredita-se que é possível tentar traçar alguns pontos de identificação do que teria sido este processo de construção cultural da figura do "índio reduzido" através dos documentos citados acima. Nesse aspecto, os impactos que os regulamentos legais do dominador europeu tiveram sobre os povos guaranis cerca-se de complexidades e imbricações, demonstrando-se, com o que foi esta experiência histórica, os riscos de conclusões equivocadas. Particularmente neste ponto, impossível não citar a constatação feita por De Cherteau[29]:

> Há bastante tempo que se tem estudado que equívoco rachava, por dentro, o "sucesso" dos colonizadores espanhóis entre as etnias indígenas: submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas *faziam* das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas, outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, não as rejeitando diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir. Elas eram outros, mesmo no seio da colonização que os "assimilava" exteriormente; seu modo de usar a ordem dominante exercia o seu poder, que não tinham meios para recusar; a esse poder escapavam sem deixá-lo. A força de sua diferença se mantinha nos procedimentos de "consumo". Em grau menor, um equívoco semelhante se insinua em nossas sociedades com o uso que os meios "populares" fazem das culturas difundidas e impostas pelas "elites" produtoras de linguagem[30].

Entrementes, as informações propiciadas pela normativa legal ora em análise, ao mesmo tempo parecem desvelar um mundo de correlações que ainda precisam ser examinadas e exigem do historiador o que aquilo que talvez chame a atenção às observações feitas por Chartier[31]. O pesquisador do evento passado necessita cada vez de um posicionamento analítico, "o que significa constituir os novos territórios dos historiados por meio da anexação dos territórios dos outros (etnólogos, sociólogos, demógrafos)"[32].

Portanto, os documentos legais que procuraram organizar a maneira pela qual o conquistador europeu poderia equacionar no cenário da época o "aproveitamento" do trabalho dos povos indígenas – em especial os guaranis – para o benefício justamente da dominação pretendida, trazem em seu bojo muito mais elementos de elucidação do que num primeiro momento se poderia imaginar. Não se trata aqui somente de reconhecer o que parece ser um fato já bastante admitido em toda a literatura histórica especializada sobre o período das missões jesuíticas de que o

---

[29] CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
[30] *Ibid*., p. 39-40.
[31] CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
[32] *Ibid*., p. 63.

"colonizador" se utilizou de "estratagemas inteligentes" de dominação, como a aceitação temporária de práticas culturais dos indígenas, para convencê-los a se cristianizarem e trabalharem nas reduções.

Além disso, outras fontes (cartas, petições, crônicas) parecem revelar que entre os próprios guaranis havia dúvidas sobre os benefícios ou malefícios de se tornarem "índios reduzidos", ou fugirem em retorno ao *modus vivendi* originário, ou mesmo se o melhor não seria viver sob o domínio dos "***encomienderos"***[33]. Porém, muito mais se poderia articular a respeito das informações trazidas por estes documentos, porque neles surge muito fortemente a questão do regramento do trabalho indígena e da tributação deste trabalho.

O que se pretende destacar é o quão necessário é reunir capacidades e recursos analíticos dos mais diversos pontos de vista. Por exemplo, o regramento que se pretende dar ao trabalho dos índios – destaca-se uma vez mais, em especial dos guaranis –, com fixação de jornada de trabalho e instrução de pagamento em moeda para os mesmos – surgindo aqui uma inesperada similaridade com o Direito do Trabalho que só nasceria no mundo industrializado do final do século XIX – com forte advertência da proibição do trabalho escravo indígena, contrasta enormemente com o avanço simultâneo na época da escravização dos indivíduos trazidos à força pelos europeus do continente africano[34].

A literatura especializada também tem tradicionalmente destacado estes pontos, ao que parece frequentemente pelo que teria sido a não aceitação pelo indígena do *modus laboris* imposto pelo colonizador, o qual teve, então, que "tergiversar" na imposição de alguma ordem que lhe possibilitasse auferir benefícios do trabalho dos indígenas, enquanto as pessoas escravizadas trazidas da África puderam ser mais "facilmente" submetidas à força ao trabalho compulsório, isto é,

---

[33] Segundo Santos, "O encomiendero era responsável pela encomienda de indígenas, forma de trabalho compulsório indígena, praticado nas áreas rurais da América Espanhola, pelo qual a força de trabalho era trocada pela catequese, já que o trabalho escravo indígena era proibido pela Igreja Católica. Os indígenas deviam receber ensinamentos religiosos, o que contentava a Igreja, que defendia que eles estariam ganhando a catequese em troca de seu trabalho. A encomienda tratava-se, portanto, da entrega de um lote de indígenas sob a guarda de um fazendeiro, o encomiendero, que os usava como mão de obra, em troca estava encarregado de proteger os indígenas e pagar seus tributos ao Estado Espanhol". SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A regulamentação do trabalho indígena nas Missões Jesuíticas. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, p. 28, mar. 2012, Edição Especial – Lugares da História do Trabalho.

[34] Situação que já no século XVI, em 1560, chamou a atenção do então arcebispo do México, Alonso de Montúfar, o qual escreveu uma carta ao monarca espanhol Felipe II na qual tecia argumentos acerca da consideração da escravidão dos africanos ser tão injusta como a dos índios. O texto desta carta será abordado nos capítulos seguintes.

escravização. Além do que, o terrível e desumano comércio transatlântico, entre América e África, de pessoas escravizadas, representava possibilidades de montantes vultosos de lucros aos perpetradores brancos que o comércio dos "escravos vermelhos" (isto é, dos indígenas) não alcaçava no Grão-Pará ou no Brasil[35].

Dos elementos trazidos nas "Ordenações de Alfaro", percebe-se que a tentativa de sistematização do trabalho indígena teria maiores implicações estratégicas, inclusive em termos de tributação para a coroa espanhola. Apesar do muito já escrito – correndo-se o risco de fazer mais uma afirmação possivelmente temerária em termos do completo conhecimento da literatura histórica sobre o período – todas estas imbricações parecem indicar um caminho de pesquisa fértil sobre tais acontecimentos. Acima de tudo, claro, procurando-se igualmente encontrar aquela posição epistemológica e de metodologia que possa, tanto quanto possível, afastar os riscos de uma análise empobrecida em termos do encontro das diversas dimensões que parecem se cruzar, quando se tenta "visualizar" os diversos campos pelos quais observar aqueles fatos. Não se está aqui falando em "campo" no sentido de Bourdieu, mas das diversas variáveis a serem consideradas, tanto mais do que se deseja destacar acima, ao citar o texto do De Certeau.

Outro elemento igualmente importante, na análise inicial que se propõe, é que as categorias principais identificadas, principalmente a questão do trabalho, chama a atenção para a discussão de base teórica sobre estes mesmos fatos, no que tange à construção/desconstrução da "etnicidade" dos povos indígenas e sua "redução"[36], ressaltando a transformação histórica dos indígenas originários para os indígenas reduzidos (ou que estavam integrados nas missões jesuíticas).

---

[35] "O apelo dos oficiais da Câmara de São Luís à Corte, em 1665,104 continuou ressoando na segunda metade do século XVIII entre os moradores e autoridades coloniais do estado do Grão-Pará e Maranhão. Ainda nos Seiscentos, o governo português tentou estimular o tráfico negreiro para o Norte, por meio de isenções tributárias. Estes foram os casos das Provisões Régias de 18 de março de 1662, que livrava da metade dos direitos os negros de Angola que fossem introduzidos no estado do Maranhão, e de 1º de abril de 1680, que determinava o envio, todos os anos, de negros da costa da Guiné para o Maranhão e Pará por conta da Fazenda Real. Com essas medidas, a Coroa procurava reduzir o preço do escravo africano na região e tornar tal alternativa de mão de obra atraente aos moradores, levando-os a abandonar a utilização e o tráfico de escravos vermelhos.105" Nota 104 Carta ao rei dos oficiais da Câmara de São Luís, 22/08/1665, AHU, Maranhão (Avulsos), Cx.4, D. 499. Nota 105 Provisões de 18 de março de 1662 e de 1º de abril de 1680, APEP, diversos, 1655-1778, doc. s/n. SOUZA JÚNIOR, José Alves. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, v. 48, p. 173-211, 2013.

[36] O termo "redução", daí "índio reduzido", surgiu em 1546, numa cédula real de Felipe II que determinava «*que los indios fuesen reducidos a pueblos y no vivisen divididos y separados por las sierras y monte*». BARCELOS, A. H. F. **Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas**: o caso de São João Batista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

Aqui parece que a análise de Poutignat[37] ganha relevância, quando se pensa nas teorias acerca da etnicidade, ou melhor, sobre a "identificação" da etnicidade. Porque a questão dos povos originários, antes da chegada do explorador europeu, poderia ser analisada sob quais termos de suas etnicidades? Faria sentido pensar deste modo? Julga-se que assim seria agir ao modo de um precursor, à moda de um Malinowski? Ou ainda, com outras implicações e distinções, à moda de um Claude Lévi-Strauss?

Porém, quando se trata da constituição (constituída ou referendada, outra questão a ser analisada) pelos instrumentos legais de Alfaro do índio reduzido, como se podería pensar sobre a possível questão de sua etnicidade? No melhor sentido da análise empreendida por Poutignat, caberia fazer referência sobre uma "etnia" construída pela "expressão de interesses comuns", por exemplo? Isso quando parece mesmo ter existido, no decorrer deste período, uma espécie de diferenciação entre os próprios indígenas, entre aqueles que "aceitaram" a vida nas missões jesuíticas, aqueles que lutaram pelo seu modo de vida originário, e outros, ainda, que preferiram outros tipos de relacionamento com o explorador europeu, como o então chamado "trabalho doméstico do índio" ou ainda, como referido, na preferência pela manutenção da relação com os *encomienderos*.

Considera-se que estas ponderações – pelo menos em uma primeira reflexão – da análise de documentos legais sobre o período, precisa ser enriquecida por todas estas nuances. Isso porque a lei então aprovada, como referido, quer constituir algo ou vem a dar instrumento a algo que socialmente/economicamente já vinha sendo constituído. Esta relação lei/fato/história também tem implicações importantes para aquele pesquisador que pretende se debruçar em documentos legais da época.

Daí a importância, ao que parece, de uma reflexão, diga-se, apropriada destas fontes. Não somente quanto à discussão sobre a desconstrução/construção daquilo que vem até agora a ser considerado como o indígena "pré" e "pós" a presença do europeu colonizador. As categorias utilizadas na análise, por exemplo, podem levar a considerações mais amplas ainda, muito mais ao modelo dos precursores dos *Annales* por exemplo (Marc Bloch, Lucien Fevre, Fernand Braudel)[38].

---

[37] POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. Seguindo Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Ed. da UNESP, 1998, p. 106-107.

[38] HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 2-3.

Desse modo, a construção da experiência histórica, sobretudo da missões guaranítico-jesuítas, não poderia ser descolada do cenário maior da expansão econômica dos europeus sobre o continente americano.

Entende-se que a correta compreensão da construção do próprio capitalismo, enquanto fenômeno econômico-histórico, necessita de aprofundamento do que foi a expansão moderna europeia em um sentido de suposta superioridade de dominação técnica, militar e política sobre os demais continentes do mundo, sendo a América, obviamente, a experiência primeira.

Assim, as categorias presentes nas legislações dos séculos XVI, XVII e até aquelas do final do século XVIII, as quais se abordam com maior especificidade para os domínios portugueses na América (Estado do Grão-Pará e Maranho e Estado do Brasil), todas são próprias da expansão deste domínio mercantil-capitalista europeu ocidental, tais como o acúmulo gerado pelo trabalho, trabalho este a ser gerenciado de uma determinada forma, forma esta que implica, ao que parece, em última instância, “destruição” da etnicidade originária dos indígenas?

Não há como dizer que é “certo” – especialmente em campo tão complexo como este que se pretende pesquisar –, porém, a “globalização” iniciada pelos europeus no final do século XV implicará confrontos civilizacionais a gerar sofrimentos, adaptações e questões ainda hoje não complemente “encaminhadas”.

## 2.2. OS PRESSUPOSTOS BÁSICOS A PARTIR DOS QUAIS SE PRETENDE ANALISAR O CONCEITO DE TRABALHO LIVRE DOS POVOS ORIGINÁRIOS ESTABELECIDOS NAS LEGISLAÇÕES COLONIAIS DE ESPANHA E PORTUGAL

Esta pesquisa quer tratar sobre a longa cadeia de legislações coloniais-estatais (tanto espanhola, quanto portuguesa) que desde os primórdios do século XVI afastou a possibilidade jurídico-institucional da escravização dos povos originários da América. Eis que aqui, de início, procura-se deixar estabelecidos alguns pontos definidores essenciais para a constituição do presente estudo.

O primeiro ponto se dá quanto à questão de “nomenclatura”, a qual é importante. Não se desconhece a ampla e notável discussão sobre como se referir às populações que se encontravam no continente, que veio a se chamar América, quando os exploradores europeus chegaram. A expressão “índios”, decorrente do que

teria sido um “equívoco” de Cristóvão Colombo por acreditar ter chegado às Índias (orientais, no caso), traria em seu bojo a pecha colonialista[39]. Ameríndios, por sua vez, não diminuiria a questão, pois de todos os continentes, a América é a única que leva o nome em homenagem de um “profano/leigo!”, Américo Vespúcio[40].

Restariam expressões – as quais deveriam estar desprovidas de semântica discriminatória – como aborígenes, povos originários, povos primeiros, nativos ou autóctones. Ainda, há a expressão representada pelo vocábulo“indígena” ou como adjetivação ao referir-se aos “povos indígenas” – utilizada preferencialmente neste texto. Concorda-se com a discussão sobre a denominação daqueles seres humanos que viviam no continente americano antes da chegada do europeu. Todavia, utilizam-se[41], de forma um tanto indistinta, todas estas expressões, ainda que reconhecendo que podem trazer em si uma série de discussões epistemológicas e metodológicas.

---

[39] URQUIZA, Antônio H. Anguilera; MEDINA, Maria de Fátima Rocha. As fronteiras da alteridade: o outro – indígena como provocador do discurso em Colombo e Pero Vaz de Caminha. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande-MS, n. 31, p. 75-83, jan./jun. 2011, onde na conclusão, p. 81-82 encontra-se: “Segundo a carta de Santangel (apud TODOROV, 1999, p. 32), Colombo nomeia tudo o que vê a partir de seu contexto, como se nada tivesse nome antes. Na Bíblia, nomear é dar existência a algo. Assim que, ao sentir-se provocado, trata de pôr nomes de sua língua, de sua cultura, tentando fazer nascer o que ali já existia há muito tempo: os conquistadores ignoraram os nomes já existentes e nomearam tudo novamente, para possuir aquilo que já pertencia a outros. (...) Certamente por isto, o Almirante e o escrivão olham aos nativos, também, como “meras peças” descritivas, incluindo a todos, mesmo sendo de várias nações, lhes impuseram um único nome – índios – o qual foi transposto erroneamente de outro contexto. Alem disso, tratam aos nativos como macho/fêmea: “Quando nossas caravelas tiveram que partir para a Espanha, reunimos em nosso acampamento mil e seiscentas pessoas, machos e fêmeas desses índios, dos quais embarcamos em nossas caravelas” (MICHELE DE CUENO apud TODOROV, 1999, p. 56) e, ainda mais, como objetos ou animais: “Enviei alguns homens a uma casa na margem oeste do rio. Eles me trouxeram sete cabeças de mulheres, jovens e adultas, e três crianças” (Idem, p. 57).

[40] PAPAVERO, Nelson. Origem do nome “América” e o Brasil na cartografia quinhentista [livo eletrônico]. São Paulo: NEHILP/FFLCH/USP, 2018, p. 9-10: “Martin Waldseemüller (Wolfenweiler, Baden, ca.1475 – Saint Dié, Lorena, 1522) (…) humanista e cartógrafo alemão. Seu planisfério, de 1507, foi o primeiro a chamar de “AMÉRICA” o continente americano. Pouco se sabe acerca de sua biografia. Matriculou-se na Universidade de Freiburg em 7 de dezembro de 1490 e, embora não haja registros do que estudou, acredita-se tenha sido Teologia, uma vez que, em 1514, quando clérigo na diocese de Constança, tentou ser cônego em St. Dié, o que conseguiu. Também fica claro, dos importantes mapas que realizou, que deve ter-se devotado a estudos geográficos e cartográficos. Em 1507 trouxe à luz o primeiro mapa em que figura o nome “América”, [Figuras 1.3-1.5], para designar o até então denominado “Novo Mundo”, de que existe um exemplar na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América. O texto que acompanha o mapa e o globo terrestre é o célebre *Cosmographiae introductio*, que explica, entre outras coisas, a razão de ter dado o nome de América, tendo como apêndice uma tradução latina das quatro jornadas do navegador florentino Américo Vespúcio1. O título completo do trabalho é: *Cosmographiae introductio cum quibusdam geometriae ac astronomiae principiis ad eam rem necessariis. Insuper quatuor Americi Vespucii navigationes. Universalis Cosmographiae descriptio tam in solido quam plano, eis etiam insertis, quae Ptholomaeo ignota a nuperis reperta sunt* (Waldseemüller, 1507).

[41] Todavia, prefere-se evitar, tanto quanto possível, a expressão “índios”. Faz-se uso da expressão “índios” quanto, obviamente, constarem dos documentos analisados ou, ainda, quando for necessário para não causar qualquer tipo de confusão ao fenômeno histórico ao qual se quer referir e analisar.

Portanto, índios, indígenas, ameríndios, populações aborígenes, originárias, primeiras, autóctones ou nativos dizem respeito ao vasto conjunto de grupos de seres humanos que chegaram à América milhares de anos antes dos colonizadores europeus por acá aportarem. O segundo ponto a esclarecer, enquanto pressuposto, se dá em torno da ideia do iberismo ou legislação luso-hispânica que abarca parte do período proposto e – para muitos de forma surpreendente – um período que é somente lusitano. Então, explica-se da seguinte maneira: 1º momento, do Tratado de Tordesilhas, dos "descobrimentos", espanhol da América e português do Brasil, até o estabelecimento da União Ibérica (1580-1640); 2º momento, a própria União Ibérica (1580-1640); 3º momento, da Restauração dos Bragança (1640) até a era pombalina para a Amazônia brasileira (1755/1757). O terceiro ponto é sobre o fato histórico da manutenção do trabalho forçado dos indígenas, apesar das diversas legislações estabelecendo a vedação de sua escravização[42].

Embora se possa constatar, em alguns textos legais estabelecidos no início do período pesquisado, a "possibilidade" da subordinação ao trabalho forçado do indígena resistente à conversão ao Cristianismo; a "evolução" desta legislação deixa clara a vedação da escravização do indígena, desaparecendo a questão da conversão em si. Isso talvez porque no final do período proposto (metade do século XVIII), o avanço do processo dito "civilizatório" pelo colonizador europeu já estivesse consideravelmente avançado quando comparado aos "primórdios" do século XVI[43].

---

[42] Tais constatações são comprovadas pelas inúmeras correspondências, desde o início do processo de conquista das Américas pelos europeus, que os religiosos enviavam aos monarcas. Eis alguns exemplos: Carta de Pedro de Córdoba O.P. a Antônio Montesino O.P. sobre o seu empenho contra a escravidão dos índios, Santo Domingo, 26.9.1517; Carta coletiva dos Franciscanos de Méximo a Carlos V contra a escravidão dos índios, México, 31.7.1533; Carta do Doutor Melgarejo, protetor dos índios, a Filipe II informando o número de índios escravos que conseguiu por em liberdade e pedindo o pagamento dos seus serviços, México, 28.7.1559. *In*: SUESS, Paulo (Coord.). A conquista espiritual da América Espanhola, Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

[43] As referências às "necessidades" de "fazer conhecer a fé cristã" ao "gentio" aparece diversas vezes nas legislações pombalinas do século XVIII. Os procedimentos quanto à "catequização" dos indígenas já apresentavam um "conhecimento" e um "saber fazer" mais "apurado" nos setecentos do que no início do processo de conquista da América, nos séculos XVI e XVII. Ainda assim, tanto através de documentos como cartas, quanto as próprias leis enfatizando a vedação da escravização dos indígenas, quanto o que se constata por revisão bibliográfica, os povos originários continuaram a ser explorados e submetidos a condições de indignidade no relacionamento com o explorador branco-europeu. O Diretório de 1757 prevê esta situação e Souza Jr. destaca: "Apesar da imposição do pagamento de salários aos índios ter sido uma constante na legislação, dificilmente isso acontecia, pois os colonos encontravam inúmeras formas de burlar a legislação e utilizá-los como escravos. Por isso, o pagamento antecipado procurava prevenir esta possibilidade, mas provocava clamores de descontentamento entre os colonos que alegavam sofrer grandes prejuízos, devido às constantes fugas dos índios de suas lavouras antes de se completarem os seis meses de trabalho devidos". SOUZA JÚNIOR, José Alves. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, v. 48, p. 176, 2013.

Assim, a partir de extensas provas documentais, como as próprias leis aprovadas, na repetição da vedação do trabalho escravo do indígena, diversas correspondências e relatos das épocas demonstram a inefetividade destas legislações.

Ou seja, os indígenas foram sistematicamente escravizados em clara afronta às tentativas dos reinos ibéricos de, institucionalmente, vedar tal ato pelos colonizadores. Aqui – assim como quanto à primeira "advertência" anteriormente feita – já se trata, *ab initio*, da discussão/teoria acerca da história destes conceitos/ideias jurídico-institucionais.

Como será exposto nesta pesquisa, através das legislações aprovadas, em termos da lógica institucional, parece não residir dúvida sobre a questão jurídica da vedação da escravização do indígena na América.

Como já referido, apesar da constatação do conceito jurídico-institucional, por outras diversas fontes, tais como cartas ou petições de colonos e autoridades eclesiásticas[44], aos reis ibéricos[45], fica evidente uma espécie de "desobediência civil" quanto às determinações de proibição do trabalho escravo dos indígenas, tenham estes se convertido ou não ao Cristianismo.

Eis que – iniciando, portanto, a análise conceitual – se faz necessária uma distinção essencial entre escravidão e escravismo:

> Escravidão e escravismo distinguem-se na medida em que a primeira pode existir em qualquer sociedade, enquanto o segundo apenas em sociedades com escravos como força de trabalho dominante. A diferenciação consiste na importância dos cativos na vida social dessas comunidades. Quando se afigura estrutural, pode-se afirmar existir o sistema escravista. Se ocupar apenas posição secundária, ainda que haja escravos, não se verifica o escravismo. Historicamente, apenas na Grécia clássica, Roma antiga, Estados Unidos (no Sul), Brasil e no Caribe se reconhece tal tipo de estruturação social. (...)[46]

Embora se discorde dos autores na parte final, pois entende-se que em outros momentos e lugares o escravismo se estabeleceu, além da Grécia e Roma antigas ou na Modernidade nos EUA (no Sul), Brasil e Caribe, o esclarecimento conceitual parece pertinente.

---

[44] SUESS, Paulo (Coord.). **A conquista espiritual da América Espanhola**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

[45] *Ibid*.

[46] CAMPOS, Adriana Pereira; LIMA NETO, Francisco Vieria. Da morte ao renascimento social: direito, escravidão e liberdade na Roma clássica. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 14, p. 14-32, 2019. ISSN 2318-9304.

Assim, mesmo tendo havido escravização dos indígenas, apesar das amplas proibições legal-estatais, não se pode afirmar que houve escravismo dos indígenas nos domínios luso-americanos após a legislação josefina-pombalina do final do século XVIII.

Desse ponto, há que necessariamente se adentrar em tema visceralmente correlato, porém distinto do objeto de pesquisa imediato: o escravismo dos seres humanos raptados no continente africano e trazidos de forma extremamente violenta para trabalhos forçados no continente americano, ou seja, o estabelecimento de sociedade escravagista na América em relação aos seres humanos de origem africana.

Reitera-se, portanto, que a pesquisa não tratará da fundamentação conceitual histórico-legal que teria embasado um sistema escravista das pessoas trazidas à força da África para a América.

Porém, ao vislumbrar todas as argumentações conceituais acerca da "natureza" do indígena e da impossibilidade "sistêmica" e "institucional" da aceitação de sua escravização, inevitavelmente, vem à baila o contraponto da "institucionalização" da escravização das pessoas de origem africana trazidas para o continente americano.

Isto é, do escravismo dos seres humanos trazidos violentamente para a América (e não dos seres humanos já presentes na América quando da chegada dos "invasores" europeus)[47].

No entanto, é inevitável este "contraste" conceitual. A tal "aceitabilidade" da escravização das pessoas de origem africana poderia ser encarada a partir de diversos fatores e de diversas possíveis abordagens epistemo-metodológicas.

Assim, pode-se dizer que, sob o ponto de análise do materialismo, os ganhos econômicos do comércio de escravos estabelecidos no Atlântico Sul, entre África e América, poderiam ser suficientes para explicar os mais de 300 anos desta desumana mercancia.

Ou, ainda, o que poderia ter sido um elemento importante quanto à institucionalização do escravismo com cunho mercantil, já praticado pela influência

[47] Embora esta não seja a tônica desta pesquisa, é um fato em si que se acredita merecer renovadas análises e reflexões. Os seres humanos "originários" do continente americano, ao fim e ao cabo, acabaram por ter um "tratamento" diferente das pessoas que foram raptadas do continente americano e escravizadas na América.

árabe-mulçumana no continente africano antes da chegada do explorador europeu-cristão[48]. Também, a hermenêutica anacrônica – à época, principalmente após o Debate de Valladolid – feita pelos juristas a serviço dos interesses colonizadores europeus, quanto à condição de se encontrarem muitas pessoas reduzidas à escravidão nas costas atlânticas africanas, não sendo assim o explorador cristão o escravizador daqueles seres humanos, os quais já seriam *res moventes* – a semelhança do gado (sic!) – e, portanto, passíveis de serem compradas/adquiridas já naquela condição de escravização[49].

Esta última situação, quanto ao papel da hermenêutica jurídica, é particularmente importante para o desenvolvimento da pesquisa, quanto ao conceito de trabalho livre do indígena em contraposição ao trabalho forçado daquelas pessoas de origem africana trazidas violentamente para a América. Como dito, o objeto de análise não se dá em torno da justificação[50] (pretendida) do trabalho escravo do

---

[48] "Não era só na guerra que se corria o risco de ser escravizado. Em muitas sociedades africanas, o cativeiro era a punição para quem fosse condenado por roubo, assassinato, feitiçaria e, às vezes, adultério. A penhora, o rapto individual, a troca e a compra eram outras maneiras de se tornar escravo. As pessoas podiam ser penhoradas como garantia para o pagamento de dívidas. Nesta situação, caso seus parentes saldassem o débito, extinguia-se o cativeiro. Tais formas de aquisição de cativos foram mais ou menos comuns em diferentes períodos e lugares da África. O rapto e o ataque a vilas se tornaram mais frequentes quando o tráfico de escravos tomou grandes proporções. (...) desde que os árabes ocuparam o Egito e o norte da África, entre o fim do século VII e metade do século VIII, a escravidão doméstica, de pequena escala, passou a conviver com o comércio mais intenso de escravos. A escravidão africana foi transformada significativamente com a ofensiva dos muçulmanos. Os árabes organizaram e desenvolveram o tráfico de escravos como empreendimento comercial de grande escala na África. Não se tratava mais de alguns poucos cativos, mas de centenas deles a serem trocados e vendidos, tanto dentro da própria África quanto no mundo árabe e, posteriormente, no tráfico transatlântico para as Américas, inclusive para o Brasil". ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 15.

[49] MORAES, Evaristo de. **A escravidão africana no Brasil** (Das origens à extinção). São Paulo: Companhia Editora nacional, 1933, p. 17: "Demais, conforme se deduz das discussões havidas na célebre junta de Burgos (1511), prevalecia o falso suposto de que todos os africanos traficados já eram escravos em seus países de origem, e, pois, vindo para América, apenas mudavam de senhores (...)".

[50] Nota do autor. Justificação é diferente de tentativa de explicação. Os analistas podem procurar explicar porque a institucionalização da escravização do africano na América se estabeleceu, seja através de razões econômicas e materiais, seja através de razões culturais-institucionais, quais sejam. Já a justificação teria a ver com o pensamento do tempo em si, como, por exemplo, a escravização do africano como uma espécie de privilégio por poderem conhecer o Cristianismo, argumento utilizado, por exemplo, pelo Padre Antônio Vieira no Sermão XXVII. Outras "justificações" de jaez ultrarracistas, que vigoravam já entre escritos da época – e que, lamentavelmente, ainda podem ser encontrados em pleno século XXI – dizem respeito ao que seria o mito bíblico da maldição de Cam, o qual "justificaria" a maldição (punição) aos africanos quanto à escravidão moderna. A título desta referida "maldição de Cam", lembra-se, ainda, a pintura a óleo de Modesto Brocos (1852-1936), feita em 1895, intitulada "A Redenção de Cam" (hoje no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro), no qual o autor-pintor, declaradamente eugenista, celebra o "embraquecimento" da sociedade brasileira, projeto pretendido por movimentos eugenistas presentes em alguns círculos da elite brasileira, tanto no segundo Império, quanto no início da República, quanto depois nos movimentos nazi-fascistas a partir dos anos 1930.

africano pelo explorador europeu. Ainda, reitera-se, as “justificações” pretendidas foram de diversos matizes, inclusive de cunho pseudo-teológico, como a maldição de Cam[51] sobre os povos africanos.

A presente análise ocorre, portanto, quanto à história do conceito do trabalho livre do indígena no período colonial luso-hispânico, pelo menos a partir de uma primeira legislação estatal local bem fixada, no caso, as Ordenações de Alfaro, de 1611, até as legislações pombalinas estabelecidas para este tema, mais exatamente nos anos de 1755 e 1757.

Nessas legislações, procura-se entender como se deram os pressupostos para o seu estabelecimento, inclusive hermenêutico.

Para tanto, há que serem feitas outras reflexões sobre alguns documentos antecedentes, mas que também não são o objeto imediato da pesquisa:

- as Leis de Burgos de 1511/1512;

- as Ordenanças de Granada de 1526;

- as Leis Novas de 1542; e

- as conclusões acerca do Debate de Valladoid de 1550.

Note-se, todavia, que todas são produzidas na metrópole espanhola e não localmente, como as Ordenações de Alfaro.

Ainda, deve-se estabelecer questões conceituais paralelas sobre, por exemplo, pressupostos terminológico-filosóficos como liberdade e trabalho. Quanto a tais terminologias, faz-se agora; quanto aos referidos documentos produzidos no século XVI, no item seguinte.

Portanto, há um quarto ponto – enquanto pressuposto – quando se trata de “trabalho livre” e, assim, deve-se estabelecer uma espécie de consenso terminológico-conceitual acerca de “trabalho” e “liberdade”.

---

[51] MENDES, Alex da Silva. O humanimo do padre Antônio Vieira*.* **Revista Eletrônica Espaço Teológico** da Faculdade de Teologia da PUCSP, v. 16, n. 30, jul/dez 2022, p. 64: “Uma das formas pelas quais setores da Igreja justificava a sua aceitação da escravidão era baseada na possibilidade de salvar os escravos “do fogo do inferno”. O fundamentalismo de algumas denominações protestantes, se transformou em terreno fértil para justificativas da escravidão, que buscavam embasamento doutrinário para apaziguar a consciência dos escravocratas do sul. Citando a história de Noé, identificavam a maldição de Cam, por ter surpreendido o patriarca nu e embriagado, como a maldição dos negros. Scott Kenneth Latourette, diz o seguinte: “Os Teólogos racistas acrescentaram que os negros descendem de Cam e, portanto, estão condenados à servidão e à escravidão permanente. Juan Bautista Casas, sacerdote espanhol alegava, em 1869, que a raça negra sofre da maldição narrada no Pentateuco e que a sua inferioridade se perpetuava através de séculos” (LATOURETTE, 1977, p. 677[8]). Era interesse da Igreja que os escravos se transformassem em cristãos o mais rápido possível, mas isso não garantia a eles nenhuma benesse”.

Quanto à questão do trabalho, este é um tema que será abordado com mais detalhes quanto se expuserem os fundamentos das Ordenações de Alfaro, pois ali teria ocorrido um importante primeiro encontro e resumo da atuação prévia dos eclesiásticos – sobretudo da Companhia de Jesus – referendadas naquela que teria sido uma das primeiras legislações-estatais coloniais luso-hispânicas sobre a regulação do trabalho indígena.

Daí a necessidade de explorar questões de cunho antropológico e histórico concomitantes, como a reinterpretação do conceito de labor diário pelos povos ameríndios.

Quanto à liberdade, parece que uma reflexão breve poderia estabelecer o pressuposto necessário para o embasamento desta análise. Liberdade enquanto um direito inalienável dos seres humanos é um constructo jurídico posterior ao período estudado. Do ponto de vista do pensamento político-jurídico moderno, pode-se pensar em Locke e o contexto político inglês consubstanciado no que ficou conhecido como Revolução Gloriosa (1688/1689).

Todavia, enquanto direito estruturado e reconhecido do ponto de vista estatal, em documentos constitucionais (também em termos modernos), somente no final do século XVIII, com a Revolução Americana (Independência dos EUA) e Revolução Francesa, pode-se começar a entender, de alguma forma, a liberdade enquanto direito natural reconhecido pelo Estado[52].

O intuito, aqui, quanto à liberdade, não é, nem de longe, esgotar uma história de seu conceito a partir da Modernidade, em especial com o nascimento do que se convencionou denominar ‘constitucionalismo moderno’.

---

[52] Por exemplo, de forma antecedente aos pensadores ditos liberais, como John Locke, ou, ainda, Thomas Hobbes, quanto ao papel da lei e do direito naturais, dentro de conceitos que embasariam o constitucionalismo contemporâneo, Francisco de Vitória pode ser visto como um precursor deste debate acerca da liberdade, porém, aqui, muito mais como um autor que lança novas luzes ao debate aristotélico-tomista prévio, do que um defensor da liberdade enquanto direito natural ligado ao direito da propriedade e do necessário respeito das instituições estatais a tais direitos, os quais estariam salvaguardados numa constituição escrita, a moda dos americanos em 1787 ou dos franceses em 1791. Conforme Castro e Tenório: “(...) Em outras palavras, Vitória deu os primeiros passos para deixar de lado a ideia de matriz aristotélica, adaptada por Tomás de Aquino, segundo a qual diferentes classes de homens possuem naturezas diferentes, uns nascendo escravos/servos, outros nascendo para comandar. Tais ideias tornar-se-iam dominantes ao longo dos próximos séculos no pensamento político, sobretudo graças aos autores do direito natural, como Thomas Hobbes e John Locke. Mas representavam à época uma substancial ruptura com a forma medieval de pensar. Pode-se dizer mesmo que Vitória pensou o poder papal e o poder real com uma lógica que ganharam contornos de secularidade”. CASTRO, Alexander; TENÓRIO, Cristian Rodrigues. O humanismo ibérico e a humanidade dos indígenas: Francisco de Vitória e as Leis de Burgos. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (Unifafibe)**, v. 9, n. 2, 2021, p. 42.

Quando, por exemplo, analisa-se a legislação pombalina (sendo o Marquês de Pombal figura histórica, correlata ao que também se poderia denominar a versão do Despotismo Esclarecido português)[53] de certa forma contemporânea ao contexto destas chamadas revoluções liberais do final do século XVIII, ainda assim não se está falando do conceito de liberdade enquanto direito fundamental inscrito em uma constituição. Ao pensar na discussão da Escola dos juristas espanhóis do século XVI, baseados fortemente na tradição escolástica e aristotélico-tomista dos direitos naturais, ainda assim, não é exatamente desta ideia ou conceito de liberdade que se trará como pressuposto.

É bem verdade que o conceito escolástico do direito natural e do direito das gentes parece, sim, importante como um dos pressupostos a embasar a nascente legislação colonial acerca da proibição da escravização do indígena. Porém, aqui, o foco se dá muito mais na ideia – que será vista com mais cuidado à frente – sobre a "dignidade" de "alguém" portador de uma "alma" (dentro das discussões jurídico-teológicas da época), que não está "originariamente" reduzida à condição de escravo e que um cristão não poderá alterar essa mesma condição originária com um processo de submissão violenta à escravidão.

---

[53] Laura Valladão de Mattos, ao realizar um estudo sobre a posição de J. S. Mill (1806-1873) – o qual viveu já no período pós-revoluções liberais de fins dos setecentos, mas que bem representa os ideias que destes movimentos derivaram no século XIX precedente – em relação às formas de Estado e governo "melhor" aplicáveis a sociedades "civilizadas" e "atrasadas", consegue expor – de forma muito elucidativa, aliás – o que poderia ser um resumo do próprio ideal pombalino para a situação portuguesa no início da segunda metade do século XVIII e, mais especificamente para aplicação de seus projetos às colônias lusitanas ao redor do mundo: Para Mill, "a forma de governo deveria ser compatível com o nível de aprimoramento humano prevalecente na sociedade e deveria contribuir para sanar as principais deficiências da população, preparando-a para dar um próximo passo rumo ao progresso. E dadas as características dos 'selvagens' ou dos povos 'atrasados', a questão da liberdade, tão importante no contexto das sociedades 'adiantadas', não constitui, para Mill, um ingrediente essencial ao progresso, podendo vir até a ser um entrave. No caso de sociedades muito pouco evoluídas, nas quais a total falta de disciplina e a incapacidade para empenho regular no trabalho obstam o progresso", "(…) até mesmo a escravidão, ao fornecer um início para a vida industrial e ao forçá-la como a ocupação exclusiva da porção mais numerosa da comunidade, pode acelerar a transição para uma liberdade melhor do que aquela de brigar e rapinar (…)" (Mill, [1861], 1958, p. 31). Assim, inclusive a completa ausência de liberdade poderia ser tolerada contanto que levasse a população a superar os principais obstáculos que atravancavam o progresso social. Do mesmo modo, governos despóticos ou paternalistas – rechaçados com veemência no caso da Inglaterra e outros países 'avançados' – são vistos como alternativas a serem consideradas no caso dos 'selvagens'. Para Mill, "(...) [o] despotismo é um modo legítimo de governo para tratar com bárbaros, desde que a finalidade seja aprimorá-los e os meios realmente se justifiquem para realizar tal fim" (Mill, [1859], 2000, p. 18, ênfase adicionada). A ressalva feita por ele é fundamental para compreensão de sua posição. O objetivo do governo teria que ser melhorar os homens, e os meios empregados teriam que ser aqueles necessários e eficazes para atingir essa finalidade – caso contrário, seria ilegítimo. MATTOS, Laura Valladão. A posição de J. S. Mill em relação ao Estado: os casos das sociedades 'civilizadas' e das sociedades 'atrasadas'. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 135-155, abr. 2008.

Obviamente, esta pesquisa procura abranger reflexões acerca não somente da Filosofia do Direito a embasar a construção destas legislações proibidoras do trabalho indígena forçado, como elementos antropológicos e políticos circunstanciais que teriam influenciado o estabelecimento de posicionamentos legais-estatais. Porém, o embasamento jurídico-filosófico destas normas é fundamental para tentar traçar a história deste conceito – o trabalho livre do indígena na América colonial luso-hispânica; muito mais como contraponto ao trabalho escravo do que o estabelecimento de um conceito constitucional moderno de liberdade enquanto direito individual.

## 2.3 AS PRIMEIRAS LEGISLAÇÕES ACERCA DO TRABALHO DOS POVOS ORIGINÁRIOS PRODUZIDAS NA ESPANHA PARA SEUS DOMÍNIOS NA AMÉRICA: AS LEIS DE BURGOS DE 1511/1512, AS ORDENANÇAS DE GRANADA DE 1526, AS LEIS NOVAS DE 1542, A CONTROVÉRSIA DE VALLADOLID DE 1550 – A LIBERDADE NATURAL E ESCRAVIZAÇÃO DOS INDÍGENAS

A partir principalmente de uma revisão bibliográfica, o intuito aqui é destacar os pontos que demonstrariam uma lógica em avanço das primeiras legislações para a América a respeito da regulação dos trabalhos dos povos autóctones.

Tais legislações e discussões, havidas na Europa, tinham como objetivo sua aplicação no continente americano. Todas elas de origem na Espanha, porém, como se pretende provar, a "lógica" delas restaram reproduzidas, *a posterori*, inclusive na legislação lusitana para o Brasil dos séculos XVI até XVIII, quando, com a edição das leis pombalinas, a partir da segunda metade dos setecentos, se verifica uma inflexão nessa lógica.

Assim, a tentativa de analisar este avançar legislativo se mostra bastante importante para o argumento sobre o ineditismo daquelas leis produzidas, inicialmente, para a colônia portuguesa do Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre 1755 e 1757 (e posteriormente estendidas ao Estado do Brasil em 1758), acerca da "abolição" do trabalho escravo ou análogo ao escravo dos povos originários da América. Este "avançar" mostra-se ser relevante no que tange ao inventário tanto das legislações espanholas quanto portuguesas, anteriores ao período pombalino.

Obviamente, torna-se impraticável no âmbito da pesquisa doutoral abarcar um período tão grande, utilizando-se o método das leituras completas dos principais textos legais produzidos anteriormente ao período pombalino. Para este intento o

método principal utilizado revela-se na revisão bibliográfica, especialmente através de artigos acadêmicos produzidos para cada período e, conjuntamente, quando possível, pela leitura mesmo dos textos legais originais.

Feitas estas observações, quer-se destacar o ponto em comum que todas essas legislações, sejam hispânicas ou lusitanas, parecem apresentar, a saber: **querem regular o uso da mão de obra indígena pelos exploradores europeus vetando a escravização dos povos nativos, porém sempre permitem algumas formas remanescentes de uso forçado ou análogo à escravidão da força de trabalho dos mesmos indígenas**.

Portanto, tais legislações apresentam enormes incoerências em suas redações, isso ao analisar esses textos legais sob o ponto de vista estrito da lógica jurídico-legal.

Claramente, tal contradição não resulta tão simplesmente de um erro material no momento redacional da lei; essas incongruências são resultantes das próprias contradições filosóficas, políticas, econômicas, sociais e históricas que foi o processo de dominação pelas potências europeias do continente americano e seus povos, que aqui estavam antes da chegada dos exploradores europeus.

Segundo Inocêncio[54], ao analisar uma das legislações que será abordada aqui, no caso as Ordenações do Juiz Alfaro, de 1611/1612, não se trata de leis apenas sobre a proibição de maus tratos aos povos originários e numa vedação expressa à escravização dos indígenas, mas antes parecem buscar uma espécie de clivagem entre as situações nas quais os povos nativos podem ou não ser escravizados.

Os argumentos ou maneiras pelas quais as legislações coloniais permitem o uso do trabalho escravo ou análogo à escravidão dos indígenas são: **(1º)** o conceito de guerra justa, ideia através da qual os povos nativos que atacassem os exploradores europeus ou se mostrassem violentos quando da abordagem relativa à sua respectiva cristianização e, assim, fossem vencidos e capturados, poderiam ser considerados escravos; **(2º)** o conceito de resgate, ideia através da qual indígenas que se encontrassem escravizados por outros povos nativos e, assim, fossem "libertados"

[54] INOCÊNCIO, Bruno Felipe Ferreira. A encomenda no Paraguai colonial e as Ordenanzas de Alfaro de 1611-1612. *In*: História & Democracia (precisamos falar sobre isso), 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 3 a 6 de setembro de 2018, Garulhos/SP, UNIFESP. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1534988602_ARQUIVO_BrunoFelipeFerreiraInocencio-TextoCompleto.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

pela intervenção dos conquistadores europeus, deveriam como que remir a dívida pela libertação trabalhando por alguns anos (geralmente de 10 a 15 anos) para os colonos europeus "libertadores"; **(3º)**[55] adaptação, ou criação mesmo, baseados em institutos jurídicos já existentes previamente na Europa, no que diz respeito aos sistemas de servidão, próprios da Idade Média europeia, portanto, para serem aplicados nos domínios americanos em relação aos povos originários; tais como a *encomienda*, *mitaya*, *yanaconas, servicio personal, servidumbre* e *repartimiento*, todos representando, ao fim e ao cabo, maneiras de submeter os indígenas à situação que, se do ponto de vista jurídico-formal não poderia ser definido como escravidão enquanto instituto jurídico, significavam submetê-los à condição análoga ao trabalho escravo.

As legislações produzidas, especialmente no século XVI, tanto na Europa, quanto na América, tratam com mais detalhes as ditas possibilidades por exceção de submissão à escravidão dos indígenas no que tange às guerras justas ou resgate de escravos prévios.

No decorrer do avanço do processo de exploração e conquista da América pelos europeus, ocorre uma estruturação de institutos jurídicos, o quais, se nominal e formalmente, não seriam tidos por escravidão, na verdade submetiam os povos autóctones a condições de tratamento e trabalho análogas ao da escravização.

Por isso inicia-se, nessa parte, o inventário e a análise das primeiras leis produzidas na Europa destinadas à regulação do trabalho dos indígenas na América. Estas primeiras leis são espanholas pela óbvia razão de que o império hispânico teve a primazia da chegada oficial no continente americano com Cristóvão Colombo, em 1492[56].

---

[55] INOCÊNCIO, Bruno Felipe Ferreira. A encomenda no Paraguai colonial e as Ordenanzas de Alfaro de 1611-1612. In: História & Democracia (precisamos falar sobre isso), 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 3 a 6 de setembro de 2018, Garulhos/SP, UNIFESP. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1534988602_ARQUIVO_BrunoFelipeFerreiraInocencio-TextoCompleto.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

[56] Encontra-se na célebre obra coordenada por Suess a referência do que seriam os primeiros documentos produzidos pelos reis católicos Dom Fernando II de Aragão e Dona Isabel de Castela, nos quais já se verifica o início das discussões que são tratadas nesta pesquisa. A seguir listam-se ao menos os títulos destes documentos e por ordem cronológica: **(i)** Instrução dos reis católicos a Cristóvão Colombo para que em sua segunda viagem zele junto com o Minimita Frei Boyl e outros religiosos pela conversão e pelo bom tratamento dos índios, em Barcelona, 29.5.1493; **(ii)** Real carta pedindo informações sobre a legalidade da venda dos índios como escravos que Colombo tinha enviado à Espanha, Madrid, 16.4.1795; **(iii)** Real carta mandando que os índios vendidos por ordem de Colombo em Sevilha e outras partes da Andaluzia sejam postos em liberdade, em Sevilha, 20.6.1500; **(iv)** Instrução ao Comendador Frei Nicolás de Ovando, Governador das Índias, sobre o

Assim, a questão a respeito dos abusos e desumanas condições infringidas aos povos autóctones, logo após a chegada de Cristóvão Colombo na região do Caribe, já surge antes de findar o primeiro quartel do século XVI.

Mesmo antes da célebre homília de Montesinos, no Advento de 1511, o monarca hispânico Fernando II, o Católico (na verdade rei de Aragão), fez editar uma Régia Carta, datada de 21 de junho de 1511, reconhecendo a desumanidade da utilização dos indígenas como animais de carga[57].

Seguiu-se, imediatamente, nos anos de 1512/1513, as chamadas Leis de Burgos, como ficaram conhecidas na historiografia, sendo compostas por dois instrumentos legais, a saber: **(1º)** as Ordenanças Reais para o bom regimento e tratamento dos índios, de 27 de dezembro de 1512; e **(2º)** uma declaração e moderação das mesmas ordenanças, de 28 de julho de 1513. Foram uma espécie de resposta dada pela monarquia espanhola ao discurso do frade dominicano Antônio de Montesinos contra as condições desumanas de exploração dos indígenas durante o Advento de 1511[58].

Esta legislação é importante por ser uma das primeiras na qual então consta a vedação da escravização dos indígenas, apesar de prever para tal questão a regulação do que então passou a ser conhecida como as *encomiendas*[59]. Aqui,

---

bom tratamento e a conversão dos índios, sobre o pagamento de tributos e o serviço obrigatório, em Granada, 16.9.1501; **(v)** Real carta ao Governador Frei Nicolás de Ovando com instruções sobre o salário dos clérigos, o envio de escravos negros e outros assuntos administrativos, em Saragoça, 29.3.1503; **(vi)** Real carta que os índios, que aceitem a santa fé e o serviço real, são livres; que os índios canibais, porém, que não querem converter-se, devem ser cativados e desterrados, em agosto de 1503; **(vii)** ReaL provisão sobre os vícios causados pelo excesso de liberdade e sobre o serviços obrigatório dos índios aos cristãos, em Medina del Campo, 20.12.1503; **(viii)** Real provisão sobre os índios caribe que podem ser escravizados, em Burgos, 23.12.1511; **(ix)** Real carta decretando que ninguém pode ter mais de 300 índios de repartimento numa mesma ilha, em Burgos, 22.2.1512; **(x)** Requerimento: catequese relâmpago e ultimato aos índios antes de sua conquista, em 1513. SUESS, Paulo (Coord.). A Conquista Espiritual da América Espanhola, Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

[57] DOMINGO, Rafel Sánchez. Las Leyes de Burgos de 1512 y La Doctrina Jurídica de La Conquista. **Revista Jurídica de Castilla y León**, n. 28, set. 2012. Disponível em: https://www.jcyl.es/web/jcyl/AdministracionPublica/es/Plantilla100Detalle/1248367026092/Publicacion/1284233984600/Redaccion. Acesso em: 26 ago. 2024.

[58] DOMINGO, Rafel Sánchez, Las Leyes de Burgos de 1512 y La Doctrina Jurídica de la Conquista. **Revista Jurídica de Castilla y León**, n. 28, set. 2012. Disponível em: https://www.jcyl.es/web/jcyl/AdministracionPublica/es/Plantilla100Detalle/1248367026092/Publicacion/1284233984600/Redaccion. Acesso em: 26 ago. 2024. ZELAYA, Antonio Pizarro. Leyes de Burgos: 500 años. **Diálogos - Revista Electrónica de Historia**, v. 14, n.1, San Pedro, fev-ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-469X2013000100002. Acesso em: 26 ago. 2024. ALTAMIRA, Rafael. El Texto de las Leyes de Burgos de 1512. **Revista Historia de América**, n. 4 (Dec. 1938), pp. 5-79 (75 pages). Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20135913. Acesso em: 26 ago. 2024.

[59] De acordo com o Diccionario histórico del español de Costa Rica: "*Encomienda I f. A princípios de la época colonial, derecho outorgado por la Corona a um conquistador, com el fin de que este*

nesses primórdios legislativos, ainda pendente restava a discussão sobre a possibilidade (em termos estritamente jurídicos) da utilização “forçada” do trabalho dos índios.

Assim, após a edição das referidas legislações de Burgos, as constantes denúncias e reclamações que chegavam da América à Espanha fez com o Conselho das Índias – que adquiriu plena autonomia em 1524 relação ao Conselho Real – editasse as denominadas Ordenanças de Granada de 1526, as quais renovavam as admoestações aos colonizadores no uso da não violência no trato com os indígenas e, novamente, a vedação da escravização dos índios, porém, estabelecendo exceções: **(i)** quando não permitiam que os religiosos católicos estivessem entre os indígenas; **(ii)** quando não quiserem obedecer e resistirem de forma armada e impedissem que os exploradores europeus buscassem minas de metais preciosos, especialmente ouro[60].

Em 1542, pois, surgem as chamadas *Leyes Nuevas*, as quais seguem a mesma lógica das anteriores legislações. Novas determinações sobre o repartimento dos índios, regras sobre a gestão das *encomiendas*, as proibições de maus-tratos e, a princípio, a escravização dos povos originários. Porém, como todas as legislações prévias às referidas “novas” leis, preveem-se hipóteses nas quais a submissão dos indígenas à escravização seria legítima. De acordo com Méndez[61]:

> *La segunda cuestión fundamental abordada en Burgos fue la relativa a la guerra al indio y su justificación. Nuevamente se insistió en los argumentos habituales, pero se introdujo un importante matiz; la guerra contra el indio era justa, pero sólo em el caso de que estos se resistieran a la evangelización; no obstante, algunas de las palabras de Montesinos cayeron en saco roto: en ningún momento se cuestionaron los justos títulos reales sobre el Nuevo Mundo, pero se introducía un matiz: la cuestión misionera se ponía por delante de cualquier consideración. Esta conclusión y su proyección práctica son la génesis del requerimiento, que trataremos más adelante dado su papel como instrumento legal.*

---

*dispusiera del servicio de certa cantidad de aborígenes y de sus tributos*”. Real Academia Española. Disponível em: https://www.rae.es/tdhle/encomienda. Acesso em: 26 ago. 2024.

[60] Leitura do texto desse documento histórico transcrito no site denominado *Memoria Politica de México*, no qual consta a transcrição desse documento com o seguinte título: “*1526 Real provisión dad por D. Carlos, que dispone y trata la ordem que antiguamente se tenía em los descubriementos y poblaciones que se hacían em indias, e en buen tratamiento de sus naturales”*. Disponível em: https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/1Independencia/1526-RP-CV-DPI-TN.html. Acesso em: 24 ago. 2024.

[61] MÉNDEZ, Miguel Menéndez. El trato al índio y las Leyes Nuevas: uma aproximación a um debate del siglo XVI. Revista Tiempo y Sociedad, n. I, 2009, p. 23-47. E, também, sobre as Leis Novas: DUSSEL, Enrique. II. La crisis de las leyes nuevas. *In*: DUSSEL, Enrique (Org). **El episcopado latino-americano y la Liberación de los pobres 1504-1620**. Disponível em://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/14b.Episcopado_latinoamericano.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

Todas essas legislações, de 1511, 1512, 1513, 1526, 1542, parecem ter em comum: **(1º)** admoestação para evitar o uso da violência contra os indígenas, para "convencê-los" à conversão ao cristianismo, e que este "convencimento" se estenda ao "convite" de passarem a trabalhar para os conquistadores recém-chegados; **(2º)** proibição da escravização dos nativos, desde que não ataquem com violência os europeus, não ofereçam violência quando contatados para a conversão à fé cristã e para trabalharem sobre os novos institutos jurídicos "ofertados" pelos conquistadores, tais como, por exemplo, as *encomiedas* e seus respectivos *repartimientos*[62] ou, ainda, estabelecem a possibilidade da escravidão "temporária" quando dos denominados (e já explicados) resgastes. Na prática, como se observa, ou os indígenas eram mesmo diretamente escravizados ou eram submetidos a condições semelhantes ou análogas à escravização[63].

Qualquer dos institutos jurídicos surgidos, tais como as citadas *encomiendas* ou *repartimientos*, sempre eram aplicados de maneira desumana e, assim, pode-se

---

[62] REIS, Anderson Roberti dos. O Repartimiento sob juízo no México. Os pareceres de franciscanos e jesuítas a respeito do trabalho indígena no final do século XVI. *In:* Encontro Internacional da ANPHLAC, 9., 2010. Goiás. **Anais [...]**. Universidade Federal de Goiás, 26 a 29 de julho de 2010. Disponível em: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/cehal/download/acervo/anplac-2010/REIS.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024. No texto de REIS encontra-se a seguinte explicação (p. 5-6): "As Leis Novas criaram obstáculos aos encomenderos e àqueles que pretendiam viajar à Nova Espanha e se valer de tal instituição. Vários colonos e funcionários reais se rebelaram contra a legislação, enquanto outros fingiram não conhecê-la, ignorando suas prescrições. A despeito disso e da dificuldade de fiscalizar todas as terras e minas, as Leis Novas colocaram travas que emperraram parcialmente as engrenagens que impulsionavam, havia duas décadas, a economia mexicana. (...) Em meio às tensões e repercussões geradas pela legislação de 1542, surgiu nos anos 1550 um novo mecanismo legal que propiciava a exploração do trabalho indígena: o repartimiento. Tratava-se da repartição, administrada pelo Estado, de certo número de indígenas que deveriam trabalhar, para o bem comum, em fazendas, engenhos e minas durante um período determinado, recebendo salários e pagando impostos. Ao final da jornada de trabalho, esses nativos deveriam regressar a seus pueblos. De modo prático, o funcionamento se dava quase sempre assim: aqueles que precisavam de mão de obra indígena solicitavam aos funcionários reais incumbidos da repartição e, a partir da anuência destes e da distribuição dos nativos, ficavam obrigados a respeitar as regras que regiam aquele sistema de trabalho. Quais sejam: receber os obreros em quadrilhas por semana, pagar-lhes salários previamente estabelecidos e, ao fim da jornada, providenciar o retorno dos trabalhadores a suas comunidades de origem (Israel, 2005, p. 26)".

[63] Uma das primeiras versões dos "Requerimentos" aos monarcas espanhóis para que se classificasse um confronto com os indígenas como legítimas e, portanto, capazes de "justificar" que os prisioneiros "aborígenes", feitos nessas batalhas, fossem escravizados, encontra-se na obra de Paulo Suess, A conquista espiritual da América Espanhola. De acordo com Suess: *"O Requerimento – uma declaração de guerra ritualizada – pretendia explicar a "razão da conquista" aos índios da América Central (1524), de Yucatán (1527), da Guatemala (1530), do Peru (1532), da Venezuela (1534), do Panamá (1535), de Nova Granada (1537) e do Rio de Prata (1540), praticamente até a promulgação das Leis Novas, de 1542/43. Existem várias versões e adaptações do Requerimento".* SUESS, Paulo (Coord.). **A conquista espiritual da América Espanhola**. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 674-675.

dizer que equivaliam a um sistema análogo à escravidão (tudo de acordo com as diversas “denúncias” que continuavam a ser enviadas aos monarcas espanhóis, especialmente por religiosos cristãos)[64] e, ainda, mesmo que se pudesse pensar que esses instrumentos legais estariam proibindo, de todo, a escravização dos indígenas, se previa a hipótese através das quais alguns grupos dos povos originários poderiam ser submetidos à escravidão em si.

Assim, em seguida a tais legislações e frente às sucessivas denúncias que por todos os meios chegavam à metrópole sobre os tratamentos desumanos destinados aos indígenas, ocorre o estabelecimento do que ficou conhecido como a Controvérsia de Valladolid. Este evento, apesar de não se constituir em nova legislação, representa um momento fulcral no debate filosófico-moral, teológico e jurídico acerca do tratamento a ser dado aos povos originários pelos colonos/conquistadores europeus.

A Controvérsia de Valladolid[65] ocorreu devido à convocação realizada pelo Imperador Carlos V, em 1550, para que Bartolomé de Las Casas (1474-1566) e Juan Ginés de Sepúlveda (1490-1573), dois religiosos católicos e eruditos da época, discutissem e argumentassem sobre a possiblidade da escravização dos indígenas. Quanto a este debate, realizado perante uma banca de notáveis, na cidade de Valladolid, muito mais do que uma definição sobre a questão do tratamento que deveria ser destinado aos povos originários da América, deixa patente o ambivalente posicionamento dos exploradores europeus sobre como os cristãos deveriam se comportar no Novo Mundo.

Ambos os pensadores, a partir da obra de Aristóteles, “A Política”, procurarão argumentar sobre a possibilidade ou não de escravização do indígena. Ao que parece,

---

[64] Uma vez mais, buscam-se as transcrições realizadas por Suess: **(i)** Carta coletiva dos Franciscanos de México a Carlos V contra a escravidão dos índios em México, 31.7.1533; **(ii)** Carta de Juan de Zumárraga O.F.M., Arcebispo de México, sobre as conquistas sangrentas e a evangelização pacífica em México, 4.4.1537; **(iii)** Carta coletiva de vários dominicanos a Carlos V sobre os escândalos e a carestia na Nova Espanha em Tlaxcala, 4.5.1539; **(iv)** Carta de Frei Pedro de Ângulo O.P ao Imperador suplicando que por um prazo de 15 anos os espanhóis não entrem na “Vera Paz” em Guatemala, 19.2.1542. (Ibidem, p. 805-825).

[65] Para parte deste item ver: TRINDADE, Célio Juliano B. A Controvérsia de Valladolid: a virada ontológica do direito a partir do debate da escravidão e da guerra justa no século XVI. **Revista Projeção, Direito e Sociedade**, v. 9, n.1, p. 25-36, 2018; GUTIÉREZ, Jorge Luis. A Controvérsia de Valladolid (1550): Aristóteles, os índios e a guerra justa. **Revista da USP**, São Paulo, n. 101, p. 223-235, mar/abr/maio 2014; RODRIGUES, Juan Pablo Martín. Raízes da Escolástica Medieval na Controvérsia de Valladolid sobre a legitimidade da conquista de Índias. **Revista Graphos**, v. 22, n. 3, p. 163-176, 2020, UFPB/PPGL; RIBEIRO, Graziele; STRASSER, Francislaine de Almeida Coimbra; CASTILHO, Ricardo dos Santos. A controvérsia indígena e a questão indígena. **Revista Singular (Sociais e Humanidades)**, out. 2019. Digital Object Identifier: https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i2.32.

ambos os lados se declararam vencedores, não importando, porém, para esta pesquisa, conhecer se houve ou não declaração de ganhadores do referido debate[66]. Valladolid se mostra mais importante porque plasmou dois posicionamentos jusfilosóficos distintos e, de certa forma, fundadores do que, posteriormente, na História do Direito, é reconhecido como precursor na fundação do jusnaturalismo moderno, lançando as bases do Direito Internacional contemporâneo, inclusive.

A Controvérsia de Valladolid possui significados acerca da fundamentação filosófico-moral, e mesmo teológica, sobre o desenvolvimento posterior do direito dito ocidental que se entende precisam ainda de maiores reflexões, apesar das muitas já realizadas até aqui. Trindade[67] reflete que o próprio debate havido entre La Casas e Sepúlveda, sobre as guerras contra os indígenas serem justas ou injustas, representa apenas um dos desdobramentos daquela época, os quais influenciavam a permanência de legislações que permitiam a escravização de povos não-cristãos:

> A escola ibérica da paz significou uma mudança de perspectiva teológico-política em relação à teologia política da época, que era bastante influenciada pelo "augustinismo político". Este augustinismo foi o fundamento da teologia da conquista. A respeito da teologia da conquista, apontamos aqui o texto de Francisco Rejon Moreno (REJON (a) 1997) que afirma que havia na época o que ele chama de "Teologia da Conquista". De modo que, "não só os missionários, mas também os colonizadores e conquistadores tinham uma teologia" (Rejon, 1997(a), p. 28). Trata-se, segundo ele, de uma "teologia política" e vai existir em toda Europa da época e mais precisamente na Espanha por causa do ainda imperante espírito da luta pela reconquista que foi a luta contra os árabes na península ibérica terminada em 1492 com vitória da Espanha. Esta teologia política, segundo Rejon (1997(a), p. 29) apresenta as seguintes características: Predomínio do augustinismo político que justifica, ao aplicar a teoria da guerra justa, as regras de conquista como guerra religiosas; e a ideia da teocracia que acaba propugnando pelo totalitarismo político-religioso: pagãos e inimigos são no final das contas as mesmas coisas. Para esta teologia, a moral da guerra justa e suas leis só se aplicariam para guerra entre reinos e príncipes cristãos. Para os ditos pagãos, valeria a "guerra romana" (saques, represálias, escravidões...).

---

[66] Para uma leitura mais profunda sobre os debates aristotélicos no século XVI, acerca da natureza dos indígenas e a (im) possibilidade de escravização dos povos nativos americanos, ver GUTIÉRREZ, Jorge Luis. **Aristóteles em Valladoid**. São Paulo: Mackenzie, 2007. O mesmo Gutiérrez, em seu artigo já referenciado, faz considerações sobre os "ganhos" da Controvérsia havida entre Las Casas e Sepúlveda: *"*Os resultados práticos da luta de Las Casas foram poucos: só algumas leis mornas e atrasadas. Seus maiores triunfos se situam na história da luta pela dignidade dos seres humanos e pelos seus direitos. Ele foi uma das poucas vozes, não a única, que se alçou valentemente para gritar ao mundo os crimes de seus patrícios. Nisso, Las Casas deu mostras de dignidade e coerência. Ele nunca renunciou às suas convicções. Essa foi uma de suas maiores vitórias morais. Lamentavelmente, essa vitória moral não conseguiu salvar a vida de milhares de índios: na época em que ele discutia com Sepúlveda, em Valladolid, a chacina que o frade pretendia evitar estava praticamente consumada" (p. 231).

[67] TRINDADE, Célio Juliano B. A "Controvérsia de Valladolid": a virada ontológica do direito a partir do debate da escravidão e da guerra justa no século XVI. **Revista Projeção, Direito e Sociedade**, v. 9, n.1, p. 25-36, 2018.

Las Casas pertencia ao que ficou depois conhecido como a Escola de Salamanca dos Direito Naturais ou, também, a Escola Ibérica da Paz[68]. Portanto, estes pensadores desenvolverão argumentos que superam, inclusive, a própria questão do conceito de guerra justa, enquanto justificadora do apresamento dos inimigos sobreviventes e sua consequente escravização.

A ideia da liberdade como direito natural concedido por Deus a todos os seres humanos, independentemente de serem cristãos ou não, acabaria por influenciar o próprio desenrolar do posicionamento da Igreja Católica na condenação da escravização dos povos originários do continente americano. Isso pode ser exemplificado da edição das bulas *Dum Diversas,* de 1452, e *Romanus Potifex,* de 1455, ambas do Papa Nicolau V[69], as quais outorgavam poderes aos monarcas católicos de dominar, conquistar e escravizar todos os povos do mundo não cristãos que se negassem a seguir a fé católica, à edição da bula *Sublimis Deus,* de 1537[70], do papa Paulo III[71], que estabelecia serem os indígenas seres humanos e, assim, condenando a escravização dos povos nativos americanos e de todos os demais povos nestas condições que viessem, então, a ser "descobertos".

Por outro lado, como destaca igualmente Trindade[72], Sepúlveda, apesar de procurar embasar no aristotelismo seus argumentos sobre a possiblidade de realizar guerras justas em relação aos indígenas e, daí, resultar na escravização destes, tem um pensamento que poderia remeter a uma teologia-política e jusfilosófica mais antiga, remontando ao tempo do medievo na reconquista da Península Ibérica pelos

---

[68] BRAGATO, Fernanda. Raízes históricas dos direitos humanos na conquista da América: o protagonismo de Bartolomé de Las Casas e da Escola de Salamanca. *In:* **IHU On-line**, edição 487, 13 jun. 2016. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6495-fernanda-bragato-2. Acesso em: 27 ago. 2024.

[69] OLIVEIRA, Cleiton. A prole de Caim e os descendentes de Cam: legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas Dum diversas (1452) e Romanus Pontífex (1455). 2017. 119f. Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2017.

[70] Apesar de ter sido "revogada" pelo papa Paulo III, por pressão do imperador Carlos V, através *do Breve Non indecens videtur* (29 de junho de 1538). CÉSAR, José Vicente. Situação legal dos índios durante o Período Colonial (1500-1822). **América Indígena**, v. XLV, n. 2, abr.-jun. 1985. Disponível em: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/REVISTAS/ america indigena/MFN-10591.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

[71] CÉSAR, José Vicente. Situação legal dos índios durante o Período Colonial (1500-1822). **América Indígena**, v. XLV, n. 2, abr.-jun. 1985. Disponível em: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/ http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/REVISTAS/ america indigena/MFN-10591.pdf. Acesso em: 27 ago. 2024.

[72] TRINDADE, Célio Juliano B. A "Controvérsia de Valladolid": a virada ontológica do direito a partir do debate da escravidão e da guerra justa no século XVI. **Revista Projeção, Direito e Sociedade**, v. 9, n.1, p. 25-36, 2018.

cristãos aos mulçumanos.

E, assim, se se poderia, de alguma forma, afirmar que o resultado pragmático do Debate de Valladoid, no âmbito do Direito Eclesiástico, teria sido uma revolução copernicana da permissão à vedação da escravização dos indígenas; porém, já no direito dito leigo, a ideia da teologia da conquista permitiu a manutenção da escravidão dos povos nativos americanos por diversos subterfúgios jushermenêuticos, tais como a guerra justa e outros, como já visto.

Nas colônias espanhola-americanas houve, também, uma multiplicidade de textos legais publicados, todos na mesma tônica acerca da regulação do trabalho indígena, isto é, vedação formal à escravização dos indígenas, porém sempre estabelecendo situações nas quais, por exceção, poderiam se tornar escravos ou sua força de trabalho seria utilizada de maneira análoga à escravidão.

A multiplicidade de legislações, sua sobreposição e, muitas vezes, no meio de uma espécie de caos legislativo entre leis aprovadas na metrópole, na colônia, por autoridades legais e, também, por autoridades eclesiais, impossibilita qualquer segura e definitiva cronologia destas normas.

O intuito, aqui, é tentar esgotar – naquilo que é possível através de uma revisão bibliográfica para o período específico – a nomeação destas legislações e argumentar que todas elas possuem, apesar de suas peculiaridades, sempre a mesma normativa contraditória e incongruente sobre a proibição do trabalho escravo dos indígenas.

Dessa forma, parece que Sepúlveda teve uma vitória de alguns séculos, pois toda a legislação editada posteriormente ao debate, havido com Las Casas, deixou aberta possibilidades de submissão dos indígenas à escravidão. Apenas a inusitada (no decorrer do texto explica-se porque a atribuição dessa locução adjetiva) legislação pombalina, de origem portuguesa e para seus domínios no continente americano, abandona em grande medida a teologia da dominação como fundamento ético-jurídico da possibilidade de escravização dos povos originários americanos.

# 3 LEGISLAÇÕES COLONIAIS HISPÂNICAS E METROPOLITANAS LUSAS ACERCA DO TRABALHO DOS INDÍGENAS NOS SÉCULOS XVI, XVI E XVIII

## 3.1 AS ORDENANÇAS DE ÁLVAR NÚÑEZ CABEZA DE VACA DE 1542, AS ORDENANÇAS DE MARTÍNEZ DE IRALA DE 1545, AS DIVERSAS ORDENANÇAS DO VICE-REI FRANCISCO DE TOLEDO NOS ANOS 1570, AS ORDENANÇAS DE RAMÍREZ DE VELASCO DE 1597 E AS ORDENANÇAS DE HERNANDERIAS DE 1598 E 1603

Anteriormente, preferiu-se listar as legislações realizadas na Espanha, durante o século XVI, isso porque, como já referido, foram os espanhóis os precursores, na Modernidade, da exploração do continente americano, sendo natural que as primeiras leis tenham surgido na metrópole hispânica. Agora, ainda focalizando na legislação hispânica, porém com aplicação no continente americano, destacam-se as principais leis que, entre a segunda metade do século XVI e início do XVII, pretenderam reger as relações entre os exploradores brancos e os povos originários.

Ainda, justificando tal escolha, utilizaram-se as legislações produzidas na região do Vice-Reinado do Peru[73] (divisão administrativa-colonial à época ora abordada do império espanhol, a qual foi subdivida em outras unidades administrativas coloniais hispânicas com o passar do tempo), especialmente da região onde hoje se encontra o Paraguai e a cidade de Assunção. Isso porque esta região foi o epicentro do qual organizou-se a experiência das reduções jesuíticas no cone sul da América Latina e, assim, teve impacto na história brasileira.

Outro ponto a destacar, ainda que brevemente, é que o tipo de colonização dos espanhóis na América possui algumas diferenças em relação ao tipo lusitano. Uma delas é o maio grau de autonomia dada às diversas divisões dos domínios hispânico-americanos. Não sendo objeto da presente pesquisa, ainda assim ressalta-se que diversos fatores são elencados na historiografia para tais diferenças, tais como: **(a)** a extensão territorial dos domínios espanhóis bem maior do que as colônias portuguesas e, também, a disposição geográfico-longitudinal da presença hispânica

[73] De acordo com VALENCIA ALVARES, Giovana. Un análisis diplomático a la correspon-dencia de los Virreyes del Perú (1698-1821). **Estudios Humanísticos. História**, n. 10, p. 321-346, 2011: “Con motivo de la promulgación de la Real Cédula del 20 de noviembre de 1542 el Rey Carlos I de España dispuso la creación del Virreinato del Perú, en reemplazo de las gobernaciones de Nueva Castilla y Nueva León fundadas por los conquistadores. A partir de ese momento se instauró un nuevo régimen político, administrativo, económico, social, religioso y cultural que continuó por casi tres siglos” (p. 321).

nas Américas; **(b)** como decorrência do ponto anterior, a diversidade dos biomas e a diversidade de origens dos povos autoctónes (e das suas formas de organização político-institucionais, como os astecas, maias e incas, por exemplo) com os quais os espanhóis entraram em contato; **(c)** a estruturação da exploração econômica, com a "descoberta" precoce de metais preciosos nos domínios espanhóis; **(d)** a forma como a monarquia espanhola e suas dinastias se relacionavam com as demais potências europeias, destacando-se o fato de que os aliados e adversários da família Habsburgo (reinante na maior parte do tempo no período agora estudado), ao mesmo tempo em que poderiam fortalecer alianças na manutenção de seus domínios coloniais, poderiam fomentar contraofensivas dos demais Estados-Nação europeus, com o fito de enfraquecer o poderio da potência hispânica (a qual estava ligada, no seu destino, muitas vezes, aos destinos do Sacro Império Romano-Germânico). Tudo isso criou a necessidade de administrar com mais eficiência os domínios espanhóis e implicou uma certa descentralização, a fim de otimizar a autodefesa e a administração das diversas partes do império espanhol no mundo[74].

Disso decorre uma diversidade de documentos legislativos verdadeiramente locais, com um impacto muito maior do que, por exemplo, a experiência luso-brasileira. Portugal tinha maior necessidade de concentrar o poder na metrópole, basicamente porque as condições da colonização lusitana na América são, por assim dizer, quase que justamente o inverso daquelas elencadas em relação à colonização hispânica. Por isso, a lógica legislativa para as colônias portugueses está sempre firmemente baseada em documentos antes produzidos e vindos da metrópole. Não que a legislação local produzida não seja relevante, porém, ousa-se dizer, bem menos do que aquela produzida nas divisões administrativas hispano-americanas[75].

Portanto, as Ordenanças de Alvar Núñez Cabeza de Vaca de 1542, as Ordenanças de Martínez de Irala de 1545, as Ordenanças de Ramírez de Velasco de 1597 e as Ordenanças de Hernanderias de 1598 e 1603 são documentos legislativos que julga-se, inicialmente, tiveram um impacto muito importante como normativas complementares às principais leis vindas da metrópole espanhola[76].

---

[74] Ver a coleção de Leslie Bethell, **Historia da América Latina**. Cambrigde University Press / Editorial Crítica.

[75] RIBEIRO, Orlando. **Opúsculos Geográficos, v. 5** – Temas Urbanos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 491-497.

[76] Para as informações básicas de todas estas Ordenações, utilizou-se o texto de Macarena PERUSSET, "Reglamentación jurídica vc usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612)".

Ainda, entre a legislação de Martínez de Irala de 1545 e aquela de Ramírez de Velasco de 1597, ambos governadores da província do Paraguai e do Rio da Prata, houve as diversas ordenações do Vice-rei Dom Francisco de Toledo nos anos 1570. As leis de Toledo abarcariam uma competência territorial maior, isto é, todo o Vice-reinado do Perú, dentro do qual estava incluída a província do Paraguai e Rio da Prata. Esta legislação do Vice-reinado é reconhecida como sendo aquela que introduziu importantes reformas no sistema de utilização do trabalho indígena nos domínios espanhóis, sem, contudo, eliminar a possibilidade da escravização ou do uso análogo à escravidão do trabalho dos povos autóctones americanos[77].

Todas elas, de uma maneira muito similar à lógica das legislações produzidas anterior e concomitantemente na Espanha e Portugal, implicam o estabelecimento da mesma lógica que se está ressaltando: vedação da escravização dos povos nativos/originários, porém, com a possibilidade de forçar os aborígenes americanos ao trabalho (escravização, portanto) frente algumas situações ditas e tidas como "excepcionais", tal como a captura de indígenas enquanto derrotados em batalhas pautadas pelo conceito de guerra justa. Mesmo nas Ordenanças do Juiz Alfaro, de 1611/1612, a mesma lógica como descrita antes permanece. Dize-se "mesma" pois as leis de Alfaro são tidas como um avanço importante na legislação quanto à proteção dos indígenas, pelo menos por parte importante da historiografia. Todavia, esta legislação autorizou aquelas ditas "exceções", as quais permitiriam o uso do trabalho forçado dos indígenas, ou seja, da escravização dos povos nativos.

Assim, passa-se, a seguir, a breves resumos dos principais pontos das Ordenanças antes elencadas, a partir de revisões bibliográficas. Quanto à legislação do Juiz Alfaro, a qual é precedida das Instruções do Padre Bollo, de 1609/1610, julga-se relevante destinar um item específico, dada a importância desses documentos

[77] As informações sobre a legislação do Vice-rei Francisco Toledo foram coletadas a partir da revisão bibliográfica, a saber: GONZÁLEZ, Freddy Ronald Centurión. Apuntes de Historia del Derecho Peruano. Francisco Toledo, a cinco siglos de su nascimiento 1515-2015. **Revista de Investigación Jurídica**, n. 10, versão transcrita das "Ordenanzas para corregidores de índios del Virrey Don Francisco de Toledo - publica por vez primera Ruben Vargas Ugarte. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5143900.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024. Para uma análise do papel dessa legislação, recomenda-se o livro: SAITO, Akira; LAURO, Claudia Rosas. **Reducciones**: la concentración forzada de la poblaciones indígenas em el Virreinato del Peru. 1. ed. Lima: National Museum of Ethnology: Pontifícia Universidade Católica del Perú, Fondo Editorial, 2017. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/414369876/Reducciones-La-Concentracion-Forzada-de-Las-Poblaciones-Indigenas-en-El-Virreinato-Del-Peru. Acesso em: 28 ago. 2024. Ainda, interessante artigo sobre a cosmovisão de Toledo, a saber: MUMFORD, Jeremy Ravi. Francisco de Toledo, admirador y émulo de la "tirania" inca. **Histórica**, v. 35, n. 2, p. 45-67, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.18800/historica.201102.002. Acesso em: 28 abr. 2024.

dentro desta pesquisa. Lembrando que as Instruções foram de natureza eclesial e precedentes às Ordenações do juiz visitador (cargo principal exercido por Alfaro enquanto enviado de Madri à região do Rio da Prata à época). O documento – "interno" da Companhia de Jesus – produzido por Bollo, teria sido o primeiro para a província do Paraguai, quanto à regulação das primeiras missões jesuítas para a região. Passa-se às considerações sobre as legislações mencionadas no subtítulo do presente item.

Álvar Núñez Cabeza de Vaca, certamente, constitui-se em uma figura histórica de grande interesse de estudo. Explorador, náufrago, "prisioneiro dos índios", literato, dentre outras diversas aventuras e destinos, foi nomeado governador de Assunción, tendo chegado à cidade paraguaia em 1542. Cabeza de Vaca baixou suas Ordenanças no sentido de combater os maus tratos aos indígenas e vedando a escravização dos ameríndios como regra geral, porém permitindo em determinadas situações – como regra nas legislações deste período – o apresamento dos nativos e o uso de seus trabalhos forçados (escravidão)[78].

As determinações de Cabeza de Vaca possuem algum sentido precursor na defesa dos nativos na América, especialmente porque o dirigente espanhol pareceu querer combater a exploração sexual que haveria em relação às mulheres indígenas. Todavia, Perusset[79] destaca que Cabeza de Vaca talvez não tenha compreendido que nesses primeiros contatos entre exploradores europeus e os povos originários, nesta região na qual prevaleceria a presença do povo Guarani, os líderes autóctones orquestrariam matrimônios das mulheres indígenas com os europeus como forma de estabelecer alianças que lhes pudessem ser favoráveis.

Todavia, ao fazer a leitura completa das ordens de Cabeza de Vaca, tanto as de 1542 e as 1544 (ambas quase bem dizer cópias uma das outras e naquilo que têm de diferentes não alteram nada significativo o sentido das legislações), tem-se duas observações: **(1º)** não fica claro que não se possa escravizar "índios" outros que não sejam aqueles mencionados nas ordens, como os Guarani ou os Cairó; **(2º)** encontramos no final das ordens de 6 (seis) de janeiro de 1544 (mil quinhentos e quarenta e quatro) a possibilidade de escravização de "índios" que possam "ser

[78] Em seguida, traz-se trecho original de uma das legislações, no qual fica evidenciado o que se afirma. A cópia digitalizada do documento original, no qual consta o trecho transcrito, está entre os anexos da presente tese.

[79] PERUSSET, Macarena. Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612). **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 991-1010, jul-dez. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em: 28 ago. 2024.

aproveitados como mais convenha ao serviço de sua majestade, sem descontentamento e prejuízo dos índios que andam em nossa companhia”[80].

Seguiram-se às Ordenações até aqui analisadas, aquelas de Domingo Martínes de Irala, em 1545, o qual sucedeu Cabeza de Vaca como *Adelantado* de Assunção pertencente à Província do Paraguai e do Rio da Prata. Irala repete argumentos sobre a excessiva e pesada exploração do trabalho indígena, porém muito mais preocupado com a diminuição numérica dos “índios”. O uso intensivo da mão-de-obra indígena alcançava uma situação de extenuação dos nativos, havendo empréstimos entre *encomederos* e não *encomederos* (*vecinos*), tendo Irala proibido este tipo de “mútuo” dos indígenas entre os exploradores europeus. Ainda, quis regular a questão do deslocamento dos indígenas entre as aldeias, com o intuito de otimizar as “repartições” dos nativos americanos. Apesar das recomendações sobre a necessidade de “não se dar excessivos trabalhos como até aqui”, fica patente a regulação acerca da escravização dos povos originários na medida em que prevê a possibilidade do uso forçado desta força de trabalho[81].

Antes de finalizar o inventário das principais legislações produzidas na região da província do Paraguai e do Rio da Prata, unidade administrava, lembra-se que pertencia ao Vice-Reinado do Perú, menciona-se a figura de Francisco de Toledo, justamente o Vice-Rei. Toledo é importante porque empreendeu uma tentativa de organização dos indígenas nas chamadas reduções, experiência que será tentada de outra forma e por outros atores, no caso os jesuítas, nas cercanias da região paraguaia partindo-se de Assunção. Ainda, ocorrerá a implantação e regramento do que ficará conhecido como o sistema das *mitas*. Assim, de acordo com González[82]:

---

[80] Fonte: Coleccion de Copias de Documentos del Archivo General de Indias. Tomo 45, doc. 909, 322/1 y 373, p. 16, Bblioteca Nacional de Buenos Aires. Eis o trecho: “(...) *Atento que yo prometo a los españoles que traygo em mi conpañia em serviçio de su Magestad que si por esta tierra donde al presente estamos no se fallare la entrada para conquistar esta provinçia que yo les dar libertad para que puedan aver e tomar esclavos e dare horden como puedan ser aprovechados como mas convega al serviçio de sua Magestad sin descontento e perjuizio de los yndios que andan em nuestra conpañia de lo qual mande dar la presente fecha em el Puerto de los Rreyes a seys de henero de mill e quinientos y quarenta y quatro años el Adelantado Cabeza de Vaca por mandado del Señor Governador Pero Hernandez*”.

[81] PERUSSET, Macarena. Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612). **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 991-1010, jul-dez. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em: 28 ago. 2024.

[82] GONZÁLEZ, Freddy Ronald Centurión. Apuntes de historia del derecho peruano. Francisco de Toledo, a cinco siglos de su nacimiento 1515-2015. **IUS**: Revista de investigación de la Facultad de Derecho, n. 10, p. 31-60, 2015, ISSN-e 2222-9655. Disponível em: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/ http://www.usat.edu.pe/files/revista/ius/2015-II/paper02.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

> Si con la mita se podía poner en marcha la economía del virreinato, era preciso facilitar el reclutamiento de su mano de obra, y ello impulsaría la creación de las reducciones de indios. Hasta entonces, los indígenas vivían en pequeñas comunidades, los *ayllus*, diseminados por todo el territorio. Ello dificultaba el control efectivo por parte de la administración española, en particular el cobro del tributo y el reclutamiento de los mitayos.

A quantidade de leis editadas por Toledo é impressionante, tendo influenciado diversas legislações posteriores, inclusive cerca de um século posterior, quando da Recompilação das Leis das Índias Ocidentais em 1680 (legislação hispânica). Na historiografia existem, também, aqueles que se posicionam sobre o importante trabalho *toledano* na reorganização do Vice-reinado do Perú, enquanto outros destacam o que teria sido uma atuação tirânica do Vice-rei, especialmente em relação à reorganização da maneira pela qual os exploradores europeus usaram a mão de obra forçada dos indígenas, reenfatizando os procedimentos que, na prática, implicavam o uso do trabalho escravo dos nativos americanos[83]. Assim, retornando à legislação dirigida à província do Paraguai e do Rio da Prata, passa-se à análise das leis editadas pelo governador Juan Ramírez de Velazco a partir de 1597. Ao retomar a cronologia legislativa na província paraguaia, as regras estabelecidas por Irala – governador anterior a Velazco – permaneceram em vigor por cerca de 40 anos, até que o novo governador edita suas ordenações em 1597. Velazco menciona, diferentemente das primeiras legislações analisadas, a questão da evangelização dos indígenas[84], provavelmente por influência do Vice-rei Toledo, o qual procurou regrar também estas questões em todo o Vice-reinado do Perú[85].

---

[83] GONZÁLEZ, Freddy Ronald Centurión. Apuntes de historia del derecho peruano. Francisco de Toledo, a cinco siglos de su nacimiento 1515-2015. **IUS**: Revista de investigación de la Facultad de Derecho, n.10, p.31-60, 2015, ISSN-e2222-9655. Disponível em: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.usat.edu.pe/files/revista/ius/2015-II/paper02.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024; Ver: ZAGALSKY, Paula C. La mita de Potosí: una imposición colonial invariable en un contexto de múltiples transformaciones (siglos XVI-XVII; Charcas, Virreinato del Perú). **Revista de Antropología Chilena**, v. 46, n. 3, p. 375-395, 2014. Chungara. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0717-73562014000300005&script=sci_abstract. Acesso em: 29 ago. 2024. Ver: VARGAS UGARTE, R. Ordenanzas para Corregidores de Indias del Virrey Don Francisco de Toledo. Historia del Derecho Peruano. **Revista de La Facultad de Derecho da PUCP**, n. 17, p. 155-184, 1958. Disponível em: https://doi.org/10.18800/derechopucp.195801.010. Acesso em: 29 ago. 2024. Este último trata da transcrição do texto original da legislação de Francisco de Toledo, por Rubén Vargas Ugarte, da PUC del Perú (PUCP) e publicada pela Revista de La Facultad de Derecho PUCP.

[84] PERUSSET, Macarena. Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612). **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 991-1010, jul-dez. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em: 28 ago. 2024.

[85] GONZÁLEZ, Freddy Ronald Centurión. Apuntes de historia del derecho peruano. Francisco de Toledo, a cinco siglos de su nacimiento 1515-2015. **IUS**: Revista de investigación de la Facultad de Derecho, n. 10, p. 31-60, 2015, ISSN-e 2222-9655. Disponível em: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.usat.edu.pe/files/revista/ius/2015-II/paper02.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

Assim, para que pudessem se dedicar ao aprendizado religioso, Velazco determina que o trabalho dos indígenas fosse de segunda a quinta-feira, sexta e sábado estariam livres para trabalhar para si ou descansar e o domingo, por óbvio, seria dedicado à missa e a aprender a doutrina cristã. Velazco, como os demais, se preocupava com as condições pelas quais os indígenas eram tratados e, assim, reforçava as normas para amenizar a exploração do trabalho dos indígenas. Estabeleceu idade de 15 a 50 anos, limite de ¼ de retirada de população das aldeias, vedação de empréstimos entre *encomenderos* e *vecinos* e muitas outras regras burocráticas, para intentar controlar os desmandos dos exploradores europeus em relação aos povos autóctones. Todavia, o argumento principal aqui – como sempre – é que, do ponto de vista da história legal, as normas de Velazco não vedavam a utilização da mão de obra do indígena pelo sistema de *encomiendas*[86]*,* ou o estabelecimento de índios *mitayos* (repartimiento) ou *yanaconas* por exemplo[87].

E, finalmente, para encerrar esta espécie de inventário das primeiras legislações na região da província do Paraguai e do Rio da Prata, pertencente aos

---

[86] PERRUSET, Macarena. Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612). **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 991-1010, jul-dez. 2009, p. 997. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em: 28 ago. 2024. “Con el establecimiento de la encomienda en 1556 quedaba establecido y consolidado el sistema de mitayos y los abusos que se producían para con ellos” (...).

[87] Todos estes institutos jurídicos, alguns com origem na Europa medieval feudal, especialmente na Península Ibérica na época da Reconquista cristã em relação aos mulçumanos, como a *encomienda*, não deixavam de representar subterfúgios jurídico-hermenêuticos a justificar a exploração do trabalho forçado dos indígenas, tornando-os, na prática, escravos ou os reduzindo à condição análoga à escravidão. O objetivo não é o de conceituar tais institutos, mas demonstrar que as *encomiendas* consistiam numa espécie de concessão da monarquia espanhola aos exploradores europeus, no que tange a um certo número de indígenas que deveriam “pagar tributos” aos *encomenderos*, seja em espécie ou por trabalho, pela proteção e instrução na fé cristã que os nativos teriam “em troca”. Na *encomienda,* os europeus não ganhavam o controle das terras indígenas, porém na prática passaram a controlar esses territórios. As *mitas* e/ou *repartimientos* eram uma espécie de permissão da monarquia hispânica para que os exploradores europeus “recrutassem” indígenas por um determinado período de tempo, durante um ano, e que deveriam pagar um salário em troca aos nativos, o que, todavia, era sistematicamente não cumprido, pode-se afirmar isso pelo vasto número de documentos que fazem denúncias à coroa espanhola dos abusos feitos em relação aos indígenas, especialmente pelos religiosos católicos. A expressão *yanacona,* explica Perruset (*op. cit*., p. 1003-1004): *“¿Pero qué sucedía con los indígenas que no estaban sujetos al régimen de encomienda? En una carta enviada a la metrópoli, Juan de Salazar y Martín González denunciaban que desde la salida de Cabeza de Vaca (1544) se habían capturado en las rancheadas unas 50 mil indias y que solo quedaban 15 mil entre los españoles. Estas eran empleadas para hacer trueques con los portugueses del Brasil y además se valían de ellas (y de los hombres que también capturaban en las rancheadas) como siervos para el servicio de los españoles. El número de yanaconas se veía incrementado regularmente por los miles de esclavos que hacían en las distintas entradas los guaraníes amigos y que después rescataban con los hispanos. Por lo tanto, estos números aproximados nos hacen pensar que no más de 400 españoles estarían haciéndose de un gran número de naturales (más de 50 mil indias, más los hombres extraídos de las rancheadas y los esclavos intercambiados, números que iban en aumento), sumados a los que estaban encomendados*”.

domínios coloniais espanhóis na América, serão analisadas brevemente as ordenações de Hernando Arias de Saavedra, também conhecido por Hernanderias. Este foi governador de Buenos Aires e editou uma legislação em 1598 e outra em 1603. Perusset refere que as de 1598 são muito similares à de Velasco de 1597. Então, as observações aqui dizem respeito àquela editada em 1603[88].

Algo que passa a ser uma espécie de costume redacional comum nas legislações posteriores – inclusive na legislação pombalina – é um inventário feito pela nova autoridade colonial de todas as legislações previamente editadas. Tudo para enfatizar que nenhuma delas foi anteriormente obedecida e que a nova edição teria por função tentar implementar de vez os regramentos até então descumpridos pelos colonos europeus. Portanto, Hernanderias repete que as condições de trabalho dos indígenas – dentro do sistema das *encomiedas* – deveria ser regulado quanto aos exageros de desumanidades praticadas contra eles. Veda, uma vez mais, o "empréstimo" entre *encomenderos* e *vecinos* e repete a necessidade de evangelização dos indígenas, determinando a construção de templos nas reduções. Segundo Perusset[89], o que haveria de novo é a questão dos matrimônios impedidos ou forçados pelos *encomederos* (casamentos entre os indígenas) e a proibição do trabalho indígena na produção de erva mate, uma vez que as notícias chegadas a Hernanderias era de que a mortalidade dos indígenas em tal tarefa era demasiado grande.

Cabe reiterar que a questão deste breve inventário não é tanto procurar uma análise exaustiva das legislações previamente citadas. O intento é demonstrar que nenhuma delas, assim como aquelas produzidas a partir de 1511/512 na própria Espanha, mesmo quando vedam a escravização dos indígenas e insistem na questão de um tratamento menos desumano aos mesmos, sempre existem brechas ao uso forçado do trabalho dos indígenas, seja através do argumento da guerra justa, seja através do argumento da necessidade de evangelizar as comunidades originárias, seja através da sistematização das *encomiendas,* por exemplo.

Nesse contexto histórico, surgem, em 1611, as Ordenações do Juiz Alfarro, legislação que parece trazer implementações distintas de todas as demais acima

---

[88] PERRUSET, Macarena. Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612). **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 991-1010, jul-dez. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em: 28 ago. 2024.

[89] *Ibid*.

citadas. Junto a estas Ordenações, cita-se um documento de ordem privada-eclesiástica que são as Instruções do padre Diego Torres Bollo, de 1609/1610. Estes dois documentos se relacionam de maneira bastante pertinente para o que parece ser – na legislação colonial espanhola na América – um ponto de inflexão. Todavia, destaca-se, novamente, a natureza distinta das duas fontes: **(i)** as Instruções de Bollo são um documento de ordem privada (apesar da não completa separação do Estado e da Igreja Católica para o período)[90]; **(ii)** e as Ordenações do Juiz Alfaro, como as demais Ordenações elencadas anteriormente, é uma legislação estatal e, portanto, oficial das autoridades coloniais espanholas na região.

De um lado, quanto ao direito diretamente provindo da Igreja, através da ordem jesuítica e das Instruções do padre Bollo, ocorre o estabelecimento da vedação da escravização do indígena. De outro lado, as Ordenações do juiz Alfaro, apesar do avanço quanto às garantias estendidas aos povos originários no que tange à proibição de maus tratos, ainda possui "brechas" interpretativas a legitimar, em alguns casos, o uso do trabalho indígena em condições similares à escravidão. Assim, as ordens do então juiz visitador não tiveram maior sorte, tendo sido revogadas posteriormente; e, mesmo durante a sua vigência, sofreu grande contrariedade por parte dos *encomenderos* e demais exploradores europeus, tendo sido, na prática, amplamente desobedecida[91].

## 3.2 AS INSTRUÇÕES DO PADRE DIEGO BOLLO, DE 1609, AS ORDENANÇAS DO JUIZ DOM FRANCISCO DE ALFARO, HOMOLOGADAS EM 1611, E SUAS DISPOSIÇÕES ACERCA DO TRABALHO INDÍGENA NOS DOMÍNIOS COLONIAIS HISPÂNICOS

Após apresentar as primeiras legislações produzidas na Espanha, na primeira metade do século XVI e, em seguida, a produção de diversas legislações locais nas colônias hispânicas no continente americano, especialmente a partir do início da segunda metade do mesmo século, chega-se ao início do século XVII encontrando dois documentos relevantes na questão da regulação do trabalho indígena. Continua-

[90] NUMHAUSER, Paulina. El real patronato em Indias y la Compañia de Jesús durante el período filipino (1580-1640). Um análisis inicial. **Boletín Americanista**, Barcelona, año LXIII, n. 67, p. 85-103, 2013. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/BoletinAmericanista/article/view/13735. Acesso em: 28 ago. 2024.

[91] PERRUSET, Macarena. Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612). **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 991-1010, jul-dez. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em: 28 ago. 2024.

se a pesquisa no que tange às leis produzidas no âmbito territorial da governação da província do Paraguai e do Rio da Prata (também chamada, até por volta do fim da primeira metade do século XVI, de Governação da Nova Andalucía[92]), pelos motivos e razões já explicados anteriormente.

Todavia, antes de fazer referência à legislação estatal propriamente dita, menciona-se uma normativa de origem eclesiástico-regular, isto é, uma espécie de regimento interno produzido por um padre jesuíta, que visava orientar como o trabalho dos indígenas deveria ser regulado no âmbito das missões jesuítas, na região do Rio da Prata, no caso, especialmente, no que também é conhecida como a Província Jesuíta do Paraguai[93]. E isso justamente no início desse processo no começo do século XVII para a região.

Assim, há as Instruções do padre jesuíta Diego Torres Bollo, de 1609 e 1610, tendo a de 1609 sido feitas de forma particular aos padres jesuítas Cataldino e Mazeta, os quais tinham sido enviados ao Guairá[94] para iniciar a instalação de novas missões, e a de 1610 feita para abranger todas as reduções então já criadas. De acordo com Santos[95]:

> Os jesuítas ao formularem o projeto apostólico-político tiveram presente esta preocupação: a transformação de comunidades aldeãs especializadas na caça, coleta e na horticultura em trabalhadores que atendessem às necessidades do sistema colonial vigente. Nesse sentido, os padres jesuítas José Cataldino e Simão Mazeta partiram de Assunção em 8 de dezembro de 1609, enviados pelo bispo Lizárraga e pelo governador Hernandarias sob as instruções do jesuíta provincial Diego de Torres Bollo de missionar no Guayrá, oeste do atual estado do Paraná. Esses padres fundaram as reduções de Nuestra Señora de Loreto e San Ignacio Mini, nas margens do rio Paranapanema.

---

[92] ESCUDERO, Antonio Gutiérrez. Las capitulaciones de descubrimiento y rescate: La Nueva Andalucía. **Araucaria**, Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, v. 11, n. 21, p. 257-276, 2009. Disponível em: http://institucional.us.es/araucaria/nro21/doc21.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

[93] RUBIANI, Jorge. Los Jesuitas em el Paraguay (1610-1767). **TSN. Transatlantic Studies Network**: Revista de Estudios Internacionales, v. 4, n. 7, p. 153-173, enero-junio 2019. (Ejemplar dedicado a: Comunicación, ética y conocimiento: una aproximación multidisciplinar). Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434676. Acesso em: 30 ago. 2024. Segunto RUBIANI, "*En 1607 se creó la provincia jesuítica de la Paraquaria. Un par de años después, por indicación de Felipe III, el gobernador Hernando Arias de Saavedra entregaba a la Orden cinco pueblos ya fundados españoles: San Ignacio Miní, Santa María de Fe, Santiago y San Ignacio Guasu y Loreto. En este último, los sacerdotes italianos Simón Masceta y José Cataldino establecieron la primera reducción, en 1610.*

[94] Também era conhecida como *Gobernación del Guayrá*, à época sob domínio espanhol e que hoje corresponde em grande parte ao território do atual estado federado braseiro do Paraná.

[95] SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. A regulação do trabalho indígena nas Missões Jesuítas. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, mar. 2012, Edição Especial – Lugares da História do Trabalho. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/66/44 Acesso em: 30 ago. 2024.

Qual a importância deste documento e normativa? Distingue-se por ser uma norma a ser observada dentro das missões e prolatada por autoridade eclesiástica, o provincial dos jesuítas da região, Diego Torres Bollo. Não se confunde com instruções vindas de autoridades leigas coloniais, porém tal ação foi possível porque as autoridades leigas a autorizaram, no caso das Instruções de Bollo há o aval do governador Hernanderias[96]. Existe certa sincronia entre as Instruções de Bollo e o envio de Dom Francisco de Alfaro como juiz visitador da Audiência de Charcas.

[96] MASSIMI, Marina. A elaboração da experiência nos escritos e na correspondência do jesuíta Diego de Torres Bollo (1551-1638). **Memorandum**, n. 39, 2022, Belo Horizonte: UFMG, ISSN 1676-1669 – DOI: https://doi.org/10.35699/1676-1669.2022.37300). "O projeto de Torres Bollo, inspirado pela proposta de Procuranda salutis Indorum do jesuíta José de Acosta, encontrou a parceria do governador do Paraguay, Hernandarias (Hernando Arias de Saavedra) e foi iniciado a partir de 1609 com duração até 1756, quando a reorganização política das fronteiras decorrente do Tratado de Madri, levou a destruição dos espaços reducionais (Frias, 2002). Torres Bollo destinou ao projeto alguns jesuítas, cujo número aumentou ao longo do tempo e da demanda: dentre eles, os italianos Giuseppe Cataldini, Simone Mascetta e Vincenzo Griffi, Roque Gonzales e Antônio Ruiz de Montoya, os quais iniciaram suas missões perto de Asunción junto aos índios Guaicurués. Aos poucos, formaram-se comunidades contabilizando cada uma, centenas, as vezes milhares, de nativos e com a presença de dois ou três jesuítas (Del Techo, 1673/2005). [...] Nesse tempo, o Governador do Rio da Prata e do Paraguai, Hernando Arias de Saavedra, após ter lutado contra os índios, começou a promover sua conversão pacífica. Para limitar a presença portuguesa e dos bandeirantes na região, considerava fundamental povoar a região desde o Rio Uruguai até a cidade de Santa Caterina (a região do Rio Guayrá). Por esta razão, ele apresentou ao Rei da Espanha, em 1609, um projeto de povoamento (em forma de aldeamentos), solicitando a presença de cinquenta jesuítas, a metade dos quais deviam ser italianos. Colhendo essa oportunidade, Torres Bollo negociou com ele e com o bispo do Paraguai, Reinaldo de Lizarraga, obtendo que fosse concedida pela Hacienda Real aos missionários uma pensão; a liberdade dos índios na região e o estabelecimento de um vínculo direto entre eles e o Rei da Espanha. A fim de garantir a manutenção dessas decisões, Torres Bollo escreveu ao Rei, obtendo a Cédula Real de 16 de março de 1608, que liberou do sistema de encomiendas todos os índios Guaycurués e os da região do rio Guayrá e Paraná e proibiu o uso da força com os índios, mesmo para fins de evangelização. Ao mesmo tempo, o Governador do Paraguai ordenou que os espanhóis fossem proibidos de entrar na região de Guayrá. A partir daquele momento, o território passou sob a responsabilidade exclusiva dos jesuítas. O fato despertou uma dura reação contra os jesuítas por parte dos colonos paraguaios que se viram privados da força de trabalho indígena e iniciaram a hostilizar a ação dos padres. Em 1610, Torres Bollo redigiu as Instruciones, as primeiras normas para os missionários jesuítas que deveriam fundar as reduções junto aos índios. Entre 1611 e 1615, o religioso esteve em diversas paragens, onde fundou Colégios: partiu de Assunção, desceu os rios Paraguai e La Plata; chegou em Buenos Aires, seguindo para Santa Fé, cruzou novamente a Cordilheira dos Andes e retornou ao Chile, de onde partiu para uma nova missão para evangelizar as Ilhas Chiloé (Del Techo (1673/2005)). Em 1615, após terminar a função de Provincial, dirigiu-se para Córdoba, onde fundou o Colégio e permaneceu como Reitor do mesmo, até 162315. Em 1631, o Catálogo refere que Torres Bollo estava na Bolívia, no Colégio de La Plata: tinha 79 anos e apesar de estar exausto pela intensa vida missionária, continuava a pregar aos nativos, espanhóis e africanos16. As mesmas informações aparecem no seguinte Catálogo trienal de 163717. Em 8 de agosto de 1638, o jesuíta morreu em Cuquisaca (Bolívia)18. [...] A biografia de Torres Bollo é expressão de um modo-de-ser característico dos seguidores do carisma inaciano no contexto histórico do catolicismo tridentino e do debate teológico jurídico levantado a partir das empresas coloniais. A atuação do missionário se inscreve integralmente no movimento surgido no catolicismo após as conquistas coloniais, voltado para a afirmação da dimensão pessoal dos nativos americanos e dos decorrentes direitos daquelas populações, contra os abusos dos colonizadores espanhóis e portugueses. Melià ressalta que "essa consciência crítica foi expressa através de pensadores convergentes na chamada Escola Ibérica de Paz, que deu origem à Lei das Nações, fundamento do direito internacional em vigor até hoje" (Melià, 2018, p. 20)".

Nas divisões administrativas dos domínios hispânicos, a *gobernación* implicava o exercício da jurisdição civil, o cargo de *capitán-general* dizia respeito à autoridade máxima militar para a região, e os diversos cargos a serem exercidos dentro das chamadas *Audiencias* ao exercício da jurisdição judicial propriamente dita[97]. O cargo de visitador, hodiernamente, equivale ao de um auditor. Assim, Dom Alfaro é enviado para a Audiência de Charcas, a qual tem competência judicial sobre a governação da província do Paraguai e do Rio da Prata, para averiguar o cumprimento das diversas ordenações previamente editadas pelas autoridades representativas da monarquia espanhola no que concerne à regulação do uso da mão de obra indígena para a região. É inegável, ao menos do ponto de vista temporal, a proximidade e a influência entre as Instruções do padre Bollo e as Ordenações do Juiz Alfaro. Porém, Alfaro, na condição de ouvidor, antes de produzir seus regulamentos, entrevistou diversas pessoas sobre as condições nas quais encontravam-se os indígenas na região[98].

---

[97] GARCÍA GALLO, Alfonso. Las reales audiencias de las Índias y la Capitanía General de Venezuela. **Revista de Santander**, v. 14, 2019. Disponível em: https://revistas.uis.edu.co/index.php/revistasantander/article/download/9409/9169/46319. Acesso em: 5 nov. 2024. “La equivocidad de la palabra audiência (distrito o tribunal) y la pluralidade de cargos tipificados que habitualmente se ejercen por el presidente de la Audiencia, refiriendo indiscriminadamente las disposiciones legales lo que es propio de cada uno (gobierno, capitanía general, presidencia de la Audiencia) al presidente, dan pie a una serie de confusiones. Supuesto que la Audiencia es un tribunal de justicia que no se ocupa del gobierno de la provincia, en negocios que se refieren a este la Audiencia está sujeta y obedece siempre (como cualquier otra autoridade u organismo) al que ejerce el Gobierno en la provincia: que puede ser su propio presidente (si es a la vez virrey o gobernador) o el virrey (si el presidente no es gobernador). En cualquier caso, en materias de Gobierno la Audiencia está subordinada al gobernador. Ahora bien, así como cuando el virrey o gobernador es el presidente (que en cuanto tal presidente en cosas de justicia ejerce su autoridad sobre la Audiencia) no se destaca la sumisión de esta, cuando el presidente no es gobernador sí se dice que la Audiencia está subordinada al virrey; bien entendido, que solo lo está en materias de gobierno, hacienda y guerra; no en las de justicia, en las que actúa plenamente por su cuenta bajo la dirección de su propio presidente, sin sumisión a otra autoridad o Audiencia. [...]La división de materias y el distinto tratamiento que a cada una había de darse determinaron ya en el siglo XV la creación, al menos en ciertos niveles de la administración, de oficiales u órganos especializados. Así, las audiencias como tribunales de justicia, los gobernadores como jefes de uma provincia, los oficiales de la Real Hacienda u oficiales reales, los capitanes generales y los capitanes a guerra.”

[98] INOCÊNCIO, Bruno F.F. A encomenda no Paraguai colonial e as Ordenanzas de Alfaro de 1611-1612. In: História & Democracia (precisamos falar sobre isso), 2018, São Paulo. **Anais [...]**. Garulhos/SP, UNIFESP, 3-6 set. 2018. Disponível em: //efaidnbmnnnibpCajpcglclefindmkaj/https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1534988602_ARQUIVO_BrunoFelipeFerreiraInocencio-TextoCompleto.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024. “Durante a visita, Alfaro ouviu o parecer de diversos espanhóis, de governadores, provinciais de ordens religiosas, letrados, teólogos, juristas e deputados das cidades por onde passou (Jurado, 2014, p.103). Dessa forma, pode-se pensar sobre as influências que agiram sobre a produção do documento. Segundo Aldea Vaquero, as Ordenanzas de Alfaro, enquanto conjunto e corpo normativo, pressupõem uma grande dose de experiência, de prudência política e de preocupação com o bem-estar dos indígenas. Assim, não poderiam ter sido ditadas com base no parecer de um único sujeito, Francisco de Alfaro, mas com a assessoria de outros homens com considerável influência na região. Cabe destacar, ainda, que estas ordenanzas foram produzidas dois anos depois da fundação das primeiras reduções jesuíticas no Paraguai, sob o comando do primeiro provincial dos jesuítas na região, Diego de Torres, que esteve presente em reuniões com Alfaro para a elaboração do documento (Aldea Vaquero, 1993, p. 150).

Dessa forma, o padre Bollo, na condição de provincial jesuíta, provavelmente deve ter tido algum papel relevante quanto às informações fornecidas ao juiz visitador na produção de sua legislação.

As Instruções, como referido, deveriam ser aplicadas estritamente dentro das reduções jesuítas, as quais estavam se instalando na região, e suas determinações são suficientemente claras para estabelecer a afirmação de que os indígenas deveriam ser cooptados ao projeto das reduções. Para isso se fazia necessária a devida organização das atividades necessárias para tal consecução, sem, no entanto, implicar isso tudo no uso escravo dos indígenas. Assim, de acordo com os artigos 4º, 14º e 17º das Instruções referidas, tem-se[99]:

> **ARTIGO 4º** [os missionários] ajudarão os índios e os orientarão para que façam chácaras de milho, mandioca, batatas e outros gêneros alimentícios, bem como para que plantem algodão para seu vestido. Para tanto, tratem de conseguir bois de arado.
> **ARTIGO 14º** procurem fazer chácara [roça] de milho e legumes, pagando muitos bons salários aos índios e esforçando-se para que isto aconteça sem peso para eles. Para facilitar ainda esse trabalho, tratem de conseguir bois e arados, e, havendo boas terras, façam chácaras de algodão para vestir os índios – a este no menor número possível –, para fabricar as alfaias da igreja e o vestuário dos próprios padres [...] tenham horta e hortelão, a quem hajam de pagar bem. Procurem criar algum gado maior e menor sendo fácil, pois, ajudará a que se tenha com que favorecer e regalar a todos os pobres e enfermos, bem como aos espanhóis em pobreza que acorram à aldeia.
> **ARTIGO 17º** a seu tempo, faz-se preciso conseguir que eles [os indígenas] se metam a fazer as suas chácaras, a tecer, semear algodoais, plantar árvores frutíferas e a todos os legumes, para que não lhes falte o sustento e vestido. Da mesma forma, para que passem a criar porcos, galinhas e pombas, bem como façam açudes de pescado e se apliquem em granjas, resgates e policiamento. Passando algum tempo e gostando disso os índios, façam Vossas Reverências para si uma chácara e horta de todos os legumes possíveis, e criem para si galinhas e porcos, tanto para sustento próprio e dos serviçais, bem como para os pobres e transeuntes. Tendo com que, façam todos os dias uma boa panela de milho ou legumes ou o que puderem, para dá-lo diariamente aos pobres diante da porta.

Percebe-se que a preocupação principal é a "orientação"[100] aos indígenas sobre trabalho, produção e, também, manutenção de níveis básicos de disponibilidade de alimentos e bens que guarneçam e sustentem a experiência da fundação das

---

[99] Para uma análise das Instruções do Padre Bollo, ver também RABUSKE, A. A Carta-Magna das Reduções do Paraguai. *In:* Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros, II., 1977, Santa Rosa**. Anais [...]**. Santa Rosa, 18-22 de outubro de 1977, p. 171-187. Nesse estudo, constam as referências dos artigos colacionados neste texto, dessas Instruões de 1609/1610.

[100] SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. A regulação do trabalho indígena nas Missões Jesuítas. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, mar. 2012, Edição Especial – Lugares da História do Trabalho. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/66/44 Acesso em: 30 ago. 2024.

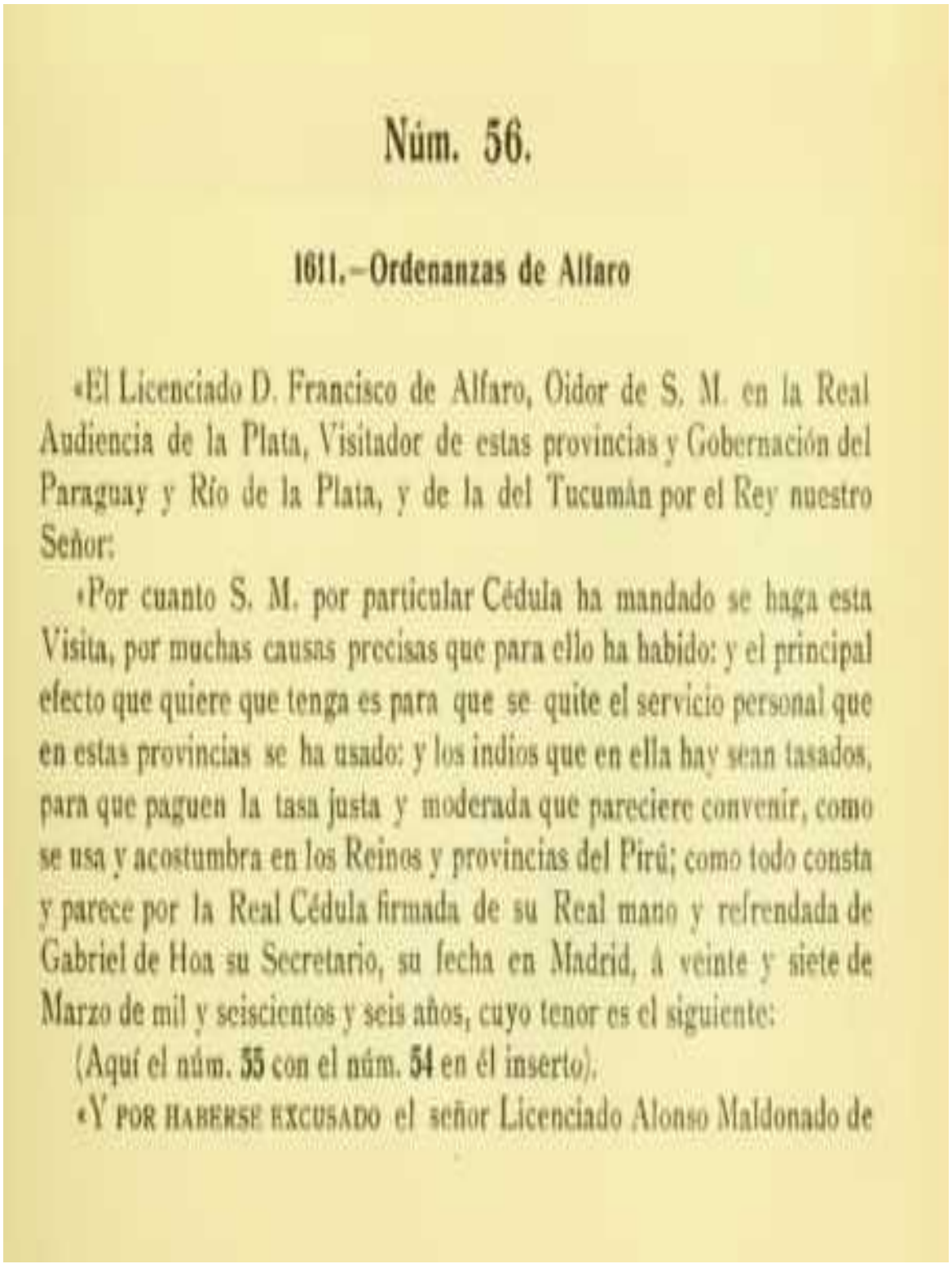
novas reduções. Apesar do que parece ser um evidente e permanente argumento acerca da necessidade de “ensinar” os indígenas o que seria o uso e manejo do resultado do trabalho sistematizado pelos jesuítas e, também, de que a organização do trabalho dos indígenas não implique sobrecarga de atividades; para a presente pesquisa interessa, fundamentalmente, as referências constantes ao pagamento deste trabalho. Isto é, em sendo trabalho pago, por razões óbvias, não é trabalho escravo.

Logo após o início da experiência jesuíta das reduções, em 1609/1610 (experimento histórico que durará até 1767)[101], Dom Francisco Alfaro inicia sua “visita” para averiguar, principalmente, as diversas queixas e denúncias acerca do tratamento desumano que seria dado aos indígenas. Para analisar este ponto, utiliza-se a versão transcrita das referidas Ordenações, na obra do Padre Pablo Hernández, S.J., “Missiones del Paraguay – Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañia de Jesús”[102]:

[101] RUBIANI, Jorge. Los Jesuitas em el Paraguay (1610-1767). *In:* **TSN,** 7., enero-junio 2019, p. 155-173. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434676 Acesso em: 03 set. 2024.

[102] HERNÁNDEZ, Padre Pablo. **De las doctrinas de la Compañia de Jesús**. Barcelona: Gustavo Gili Editor, 1913.

Figura 2 - Ordenanzas de Alfaro (1611) - Número 56



# Núm. 56.

## 1611.–Ordenanzas de Alfaro

«El Licenciado D. Francisco de Alfaro, Oidor de S. M. en la Real Audiencia de la Plata, Visitador de estas provincias y Gobernación del Paraguay y Río de la Plata, y de la del Tucumán por el Rey nuestro Señor:

«Por cuanto S. M. por particular Cédula ha mandado se haga esta Visita, por muchas causas precisas que para ello ha habido: y el principal efecto que quiere que tenga es para que se quite el servicio personal que en estas provincias se ha usado: y los indios que en ella hay sean tasados, para que paguen la tasa justa y moderada que pareciere convenir, como se usa y acostumbra en los Reinos y provincias del Pirú; como todo consta y parece por la Real Cédula firmada de su Real mano y refrendada de Gabriel de Hoa su Secretario, su fecha en Madrid, á veinte y siete de Marzo de mil y seiscientos y seis años, cuyo tenor es el siguiente:

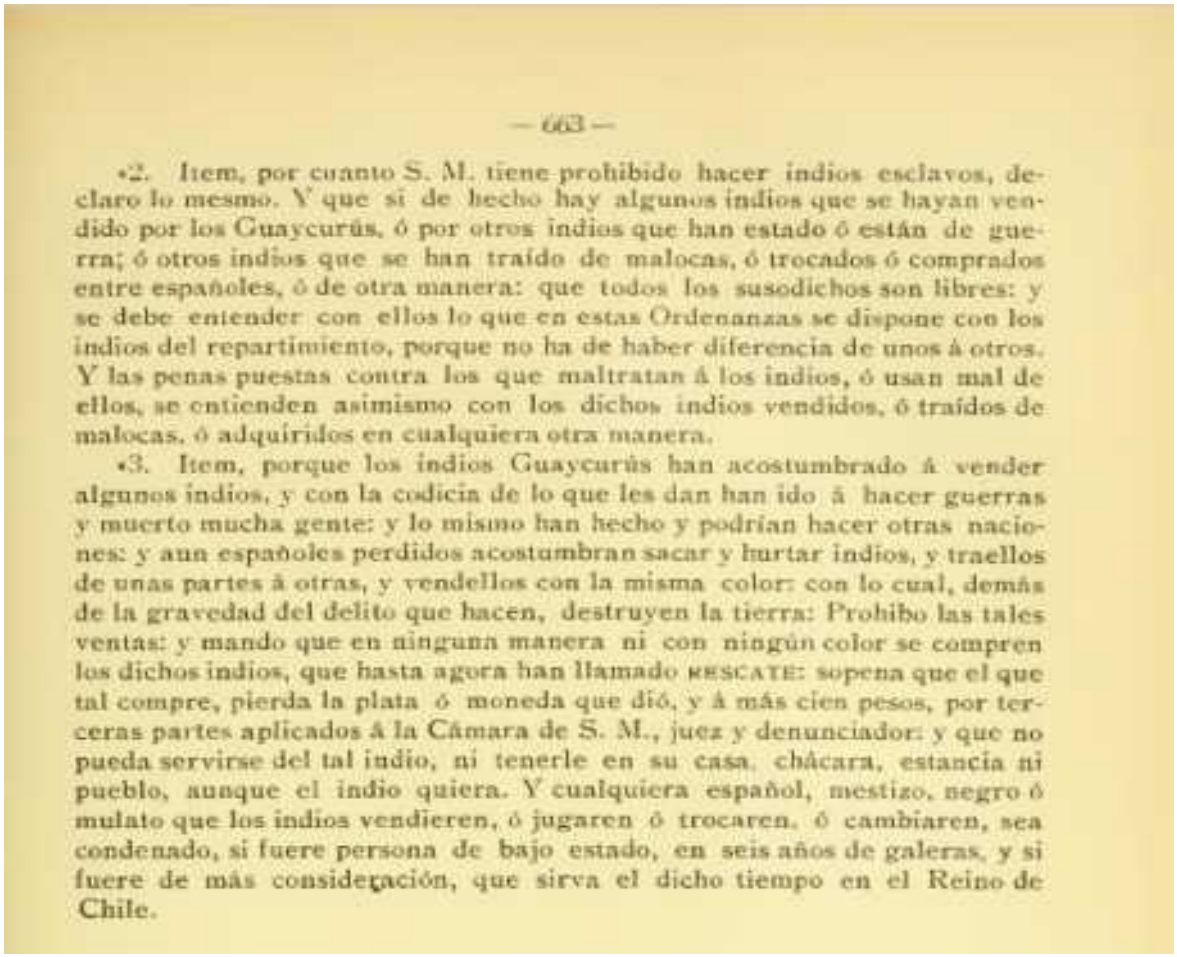
(Aquí el núm. **55** con el núm. **54** en él inserto).

«Y POR HABERSE EXCUSADO el señor Licenciado Alonso Maldonado de

Torres de hacer la Visita, me nombró para hacerla el señor D. Diego de Portugal, Presidente de la Real Audiencia, en diez de Setiembre del año pasado de seiscientos y diez, ante Juan Bautista de la Gasca, Escribano de Cámara, y me fueron entregadas algunas Cédulas Reales y otras Provisiones de la dicha Real Audiencia en la dicha razón. Porque la Real Cédula no decide cosa de nuevo en cuanto á declarar no haberse podido llevar el servicio personal; antes ejecuta el derecho antiguo fundado en derecho canónico y natural y en Cédulas y Provisiones de S. M. Respecto de lo cual, y de los grandes inconvenientes de que he tenido noticia en esta Visita, que han resultado del mal uso que ha habido de parte de los Gobernadores en el modo de las encomiendas que han hecho merced: y de parte de los vecinos en el exceder en usar del servicio de los dichos indios, con violencia algunas veces, en más de lo que han podido y debido llevar: sirviéndose de algunas mujeres y muchachos y viejos, demás del servicio de los varones de trabajo; trayéndolos muy lejos de sus naturales á que les hiciesen mita: trasladando á otros en sus chácaras, quitándoles la libertad de los matrimonios, especial á los que tienen en sus casas y chácaras; no dándoles doctrina suficiente: que hay indios de diez años y más encomendados que sirven, que muchos no son cristianos, ni aun están medianamente instruídos en nuestra santa fe Católica: De donde ha venido á estar este nombre de cristiano no en buena opinión entre los bárbaros: que algunos no lo han querido recibir: y otros se han huído diferentes veces, y idose á ladroneras, por excusarse de la opresión en que ven que los demás están y ellos mismos han estado: y con este color han sido maloqueados y debelados contra las expresas Cédulas de S. M.: por lo cual han venido en notable disminución. Y aunque yo pudiera y debiera proceder en las dichas causas con todo rigor, y hacer satisfacer á los indios en lo que injustamente se les ha llevado, ó parte dello: porque aun para hacer moderada satisfacción no hay hacienda en poder de los herederos interesados comúnmente, por la pobreza de la tierra: dejo esto para que S. E. del señor Virrey ó su Real Audiencia mande lo que más convenga en cuanto á lo pasado.

»Pero para que en cuanto á lo porvenir cesen los inconvenientes y se cumpla lo que S. M. manda, y los Gobernadores sepan lo que pueden y en la forma que ha de encomendar: y los dichos lleven con alguna moderación los tributos, ordeno y mando que en lo susodicho y en lo demás tocante á esto y al tratamiento, se guarde y tenga el orden siguiente:

»1. PRIMERAMENTE, declaro no poderse ni deberse hacer encomiendas de indios de servicio personal, ahora se dén á título de yanaconas, como hasta ahora los han encomendado algunos Gobernadores, ó en otra cualquier manera ni forma: por cuanto S. M. así lo tiene mandado. Y si algún Gobernador hiciere encomienda de servicio personal, desde agora la declaro por ninguna, y al Gobernador por suspenso del oficio, y perdimiento del salario que de allí adelante le corriere: y al vecino que usare de tal servicio personal, en privación de la encomienda. La cual desde luego declaro y pongo en cabeza de S. M. Y esto de no poderse usar el dicho servicio personal, entiéndese no sólo de las encomiendas que de aquí adelante se hicieren; sino en las hechas hasta aquí. Pero permito que las tales encomiendas antes de agora hechas se entiendan ser de indios tributarios como los demás lo son.



— 663 —

•2. Item, por cuanto S. M. tiene prohibido hacer indios esclavos, declaro lo mesmo. Y que si de hecho hay algunos indios que se hayan vendido por los Guaycurús, ó por otros indios que han estado ó están de guerra; ó otros indios que se han traído de malocas, ó trocados ó comprados entre españoles, ó de otra manera: que todos los susodichos son libres: y se debe entender con ellos lo que en estas Ordenanzas se dispone con los indios del repartimiento, porque no ha de haber diferencia de unos á otros. Y las penas puestas contra los que maltratan á los indios, ó usan mal de ellos, se entienden asimismo con los dichos indios vendidos, ó traídos de malocas, ó adquiridos en cualquiera otra manera.

•3. Item, porque los indios Guaycurús han acostumbrado á vender algunos indios, y con la codicia de lo que les dan han ido á hacer guerras y muerto mucha gente: y lo mismo han hecho y podrían hacer otras naciones: y aun españoles perdidos acostumbran sacar y hurtar indios, y traellos de unas partes á otras, y vendellos con la misma color: con lo cual, demás de la gravedad del delito que hacen, destruyen la tierra: Prohibo las tales ventas: y mando que en ninguna manera ni con ningún color se compren los dichos indios, que hasta agora han llamado RESCATE: sopena que el que tal compre, pierda la plata ó moneda que dió, y á más cien pesos, por terceras partes aplicados á la Cámara de S. M., juez y denunciador: y que no pueda servirse del tal indio, ni tenerle en su casa, chácara, estancia ni pueblo, aunque el indio quiera. Y cualquiera español, mestizo, negro ó mulato que los indios vendieren, ó jugaren ó trocaren, ó cambiaren, sea condenado, si fuere persona de bajo estado, en seis años de galeras, y si fuere de más consideración, que sirva el dicho tiempo en el Reino de Chile.

Fonte: Hernández (1913, p. 661-663).

Percebe-se que nos itens das Ordenações acima colacionadas, Alfaro determina o fim das *encomiendas*, assim como fixa a proibição expressa da escravização do indígena. Porém, a interpretação de tais disposições parece ser um pouco mais complexa. Para uma compreensão mais detalhada dos institutos das *encomiendas*, da situação dos *yanaconas* (ou originários) e das mitayas, cabe citar Salinas[103], que explica cada um desses sistemas:

> Dentro del sistema de encomiendas en el territorio que estudiamos, el indígena se encontraba sometido a la autoridad del encomendero bajo diversas formas:
> **a-** Los mitarios: eran indígenas que vivían en pueblos. Aparte de la sumisión que le debían al encomendero, dichos mitarios estaban bajo la autoridad del cacique lo que permitía mantener una organización tribal que intentaba respetar las características propias de la comunidad indígena. Trabajaban para sus encomenderos dos meses al año y el resto del tiempo podían

[103] SALINAS, Maria Laura. **Encomienda, trabajo y servidumbre indígena en Corrientes**. Siglos XVII-XVIII. Dissertação (Mestrado em Historia de América) - Universidad Internacional de Andalucía, 2008. Disponível em: //efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://dspace.unia.es/bitstream/ handle/ 10334/37/0012_Salinas.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 set. 2024.

> dedicarse a cultivar tierras dentro de la reducción o a tareas diferentes. Esta obligación de servicios por turnos se llamó Mita, de allí el nombre de Mitarios o Mitayos.
> **b-** Los Yanaconas u Originarios: eran indígenas que por lo general habían sido repartidos por los gobernadores individualmente, o por familias. Vivían en las chacras o estancias de sus encomenderos y estaban obligados a servirlos de por vida. Estos no tenían tierras para dedicarse. Su situación en la práctica era similar a la esclavitud, y por lo general eran indios capturados en batidas o hechos prisioneros en ataques provocados por pueblos indígenas. Se debe destacar que en las regiones de Corrientes, Santa Fe y el Paraguay no se los reconoce con el nombre de yanaconas sino con el de originarios. Las diferencias que existían entre las dos formas de sumisión, radicaban en el modo y el tiempo de servicio a sus encomenderos. Los originarios servían durante toda su vida, y estaban sujetos a igual rigor que los esclavos. Los habitantes de los pueblos, los mitarios, asistían al encomendero sólo dos meses al año, aunque en ocasiones eran tratados, durante ese corto tiempo, igual que los originarios. Otra particularidad del sistema radicaba en que los mitarios tenían la posibilidad de dejar de servir a su encomendero a los 50 años, edad estipulada en la reglamentación.

As leis de Dom Alfaro vedavam expressamente a escravização dos indígenas, sem fazer constar as exceções referentes às guerras justas. Ainda que as legislações posteriores alterem este posicionamento legal, como se verá ao citar as disposições constantes na Recompilação feita em 1680, a discussão se dá em torno da manutenção justamente dos institutos dos *yanaconas* e dos *mitarios*[104]:

> A fase inicial da economia colonial do Paraguai caracterizou-se pela escravidão indígena, mas esta foi substituída, a meados do século XVI, por duas versões de uma forma de servidão, a *encomienda yanacona*, que na realidade disfarçou a escravidão anterior, e a *encomienda de la mita*, mais parecida com a servidão européia. Os *yanacona*, também chamados depois de originários, viviam nas casas, chácaras e, mais tarde – estâncias de seus *encomenderos* e lhes serviam com todo tipo de trabalho. Os índios da *mita*, ao contrário, proporcionavam certos tipos de trabalho especificados para seus *encomederos*, em turnos cuja duração reduziu-se no final a dois meses por ano[1]. A partir da década de 1580 os *mitarios* foram também reunidos e confinados em aldeias segregadas, fundados em sua maioria por missionários franciscanos. Os "índios de aldeia" logo também foram submetidos aos chamados *mandamientos*, um sistema de trabalho forçado operado pela administração colonial pelo qual particulares que o desejassem podiam contratar trabalhadores indígenas por períodos de curta duração.
> A população indígena, que havia começado a declinar desde os primeiros anos da escravidão, continuou decaindo depois que se impuseram as *encomiendas* e as aldeias. Depois de 1610 começaram a fundir-se as aldeias fundadas por franciscanos às de origem jesuíta. Na década de 1630, tanto a população indígena subjugada quanto a que ainda permanecia livre haviam se reduzido notavelmente. Junto às propriedades de tamanho relativamente maior que os espanhóis exploravam com a ainda decrescente mão de obra indígena *encomendada* dos dois tipos, nas missões que os franciscanos tinham fundado, e nas missões jesuíticas ainda não firmemente estabelecidas, começou a difundir-se um pequeno campesinato mestiço

[104] PASTORE, Mario. Trabalho forçado indígena e campesinato mestiço livre no Paraguai: uma visão de suas causas baseada na teoria da procura de rendas econômicas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 147-185, set. 1990 / fevereiro 1991.

> guarani-falante cuja importância relativa foi cada vez maior. O resto do século XVII e a primeira parte do XVIII se caracterizam por conflitos políticos e militares nos quais estiveram envolvidos *encomenderos* do Paraguai, jesuítas e caçadores de escravos indígenas provenientes do Brasil, os chamados "bandeirantes" de São Paulo. [105]

Ou seja, no sistema pelo qual os indígenas são conhecidos como *yanaconas* ou originários, na prática, equivaleria à condição análoga à escravidão. Eis a razão pela qual Inocêncio[106] afirma sobre as Ordenações do juiz visitador Dom Francisco de Alfaro o seguinte:

> Essas duas formas definiam, ao que parece, o modo e o tempo dos serviços prestados aos encomenderos. Ao proibir as encomiendas de serviço pessoal, a ordenanza determina o modo. Porém, com relação ao tempo, seguindo a definição de Salinas, prescreve que os yanaconas de encomiendas devem estar permanentemente submetidos ao encomendero. Ao final, Alfaro decreta uma permissão para a tributação dos indígenas nas encomiendas já existentes.

Perusset[107] agrega sobre a análise das disposições das Ordenações de Alfaro:

> (...) En cuanto a la esclavización de los indios estaba "estrictamente prohibida" aun mediante la compra o el rescate. Todos los indígenas e incluso los antiguos originarios debían ser reunidos en reducciones próximas a las tierras en las que trabajaran para los encomenderos, o bien en las cercanías de su lugar de origen. El marco normativo de las ordenanzas de Francisco de Alfaro de 1611 y 1612 se propuso crear un régimen laboral basado en la tributación, que poco contemplaba las diversidades que las configuraciones culturales de los distintos actores sociales habían impreso en el Paraguay temprano colonial.

Realmente, quando se lê todo o documento editado por Alfaro, a maneira pela qual Perusset analisa a situação leva a crer que, pelo menos do ponto de vista estritamente legal, o sistema de *encomiendas* até então estabelecido deveria ser alterado. Isto é, toda a utilização do trabalho indígena pelos conquistadores europeus

---

[105] O termo "yanaconas" foi levado ao Paraguai por alguns dos que escaparam à repressão das revoltas de Pizzaro no Peru. Foi utilizado nos primeiros tempos do período colonial, mas depois substituído por "originário", forma abreviada de dizer "índios que se encontram fora de sua aldeia de origem". Mita provém de "mi'ta", que em quéchua significa turno. Ver Garavaglia (1983, p. 272).

[106] INOCÊNCIO, Bruno F.F. A encomenda no Paraguai colonial e as Ordenanzas de Alfaro de 1611-1612. In: História & Democracia (precisamos falar sobre isso), 2018, São Paulo. **Anais [...]**. Garulhos/SP, UNIFESP, 3-6 set. 2018. Disponível em: //efaidnbmnnnibpCajpcglclefindmkaj/ https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1534988602_ARQUIVO_BrunoFelipeFerreiraInocencio-TextoCompleto.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

[107] PERRUSET, Macarena. Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612). **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 991-1010, jul-dez. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em: 28 ago. 2024. p. 1000.

deveria obedecer a um sistema de tributação, pagando-se à monarquia espanhola justamente o tributo correspondente à possibilidade de contratação do trabalho indígena.

E, assim, estritamente sob este ponto de vista, o trabalho escravo dos nativos estaria "regovado" dos domínios hispânicos. Porém, a mesma autora destaca que estas determinações não tiveram maior sorte, e não passaram, na prática, de letra legal morta:

> Alfaro asimiló en sus ordenanzas los principales capítulos de las disposiciones del virrey Toledo, pero incurrió en el error de pretender que los naturales cobrasen un estipendio por su trabajo y a la vez costeasen un tributo, sin tener en cuenta que el Paraguay, el indígena trabajaba a título de pariente político de los españoles, como lo dictaban las leyes de reciprocidad propias de la cultura guaraní. A raíz de estas cuestiones, la reforma que trataba de implementar Alfaro enfrentó serios obstáculos en su implementación, ya que los encomenderos resistieron la abolición del servicio personal que claramente limitaba su poder y reducía los márgenes de beneficio. De la misma manera muchos indígenas que estaban acostumbrados a servir "cuando quieren y como quieren" se quejaban de esta nueva regulación ya que alegaban cumplir con los españoles como parientes y no a título de tasa y servicio, como queria implementarse a partir de entonces.
>
> Si bien a través esta diversa y nutrida reglamentación jurídica, redactada por distintos gobernadores y otros actores regionales desde 1542 en adelante, se intentaba reemplazar la conducta de los españoles así como las tradiciones indígenas y se pretendía "civilizarlos" dándole un rol destacado a las nuevas "leyes", que se creía generarían comportamientos compatibles con los valores y tradición españoles, los indígenas seguían experimentando el peso de sus respectivas costumbres ancestrales, propias de su bagaje cultural. Como consecuencia de este peso que ejercía la tradición entre los guaraníes, el punto más importante de la legislación de Alfaro no fue cumplido, continuando la práctica del servicio personal. La continuidad de esta práctica incidió en la desestructuración social de las comunidades indígenas, sufriendo como consecuencia los naturales los efectos del cambio y la transformación cultural. Poco a poco, el accionar de los encomenderos tendieron a la explotación excesiva del indígena y a la desestructuración de sus comunidades desde el punto de vista étnico, social, económico y cultural.[108]

A posição de Perusset é compartilhada por Oyarzabal[109], a qual ainda destaca a manutenção do uso *servicio personal* (isto é, o uso da força de trabalho dos nativos em situação análoga à escravidão) até os fins do século XVII. Portanto, se por um lado as normativas de Alfaro implicaram um choque na maneira pela qual a coroa

---

[108] PERRUSET, Macarena. Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612). **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 991-1010, jul-dez. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em: 28 ago. 2024. p. 1001.

[109] OYARZABAL, M. C. Los caminos de la palabras. La incidencia de las Ordenanzas de Alfaro en la jurisdicción de Jujuy, siglo XVII. **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, v. 13, 2013. Disponível em: http://www.anuarioiha.fahce.unlp.edu.ar/article/view/IHAn13a01.

espanhola vinha gestando juridicamente a questão das *encomiendas* até o início do seiscentos, por outro lado a situação sociológica e econômica não apresentou grande alteração:

> El cuerpo de las Ordenanzas muestra disposiciones que atañen al servicio personal, al movimiento de los indígenas en el espacio y a la organización de los pueblos de indios, entre otros muchos puntos. Estas normas, derivadas de la experiencia y observación de Alfaro en el territorio, pueden brindarnos un interesante panorama sobre la estructura de las relaciones interétnicas en las primeras décadas del siglo XVII. Sabemos que el simple análisis de un corpus de leyes es una visión extremadamente parcial sobre ellas. Serán la circulación, la aplicación, las respuestas que generen en la población lo que les brinde entidad y relevancia. En este sentido, comprobamos que los intentos de implementar las Ordenanzas de Alfaro en el espacio tucumano generaron um airado rechazo de parte del sector encomendero. Particularmente, los apartados que tocaban al servicio personal fueron fuertemente cuestionados por su carácter contrario a los intereses privados. Las condiciones marginales de la zona en contraposición al núcleo central del imperio aparecen como argumentos compartidos por los poderes locales de todas las ciudades del Tucumán. En este sentido, se desoirá la ley que aparece como uma imposición de la Corona por sobre los intereses del sector encomendero y el sistema del servicio personal se mantendrá en todo el Tucumán hasta finales del siglo XVII.

A título de finalização deste item de pesquisa, quer-se destacar:

**(1)** as Ordenações de Alfaro enquadram-se dentro de um contexto geral, a partir das Ordenações de Toledo[110] (Vice-rei do Perú) e, também, com o efetivo início das atividades das missões jesuítas para a região de Tucumán e da província do Paraguai e do Rio da Prata, à época dentro do Vice-reinado do Perú e, portanto, devem ser analisadas conjuntamente com as Instruções do padre Bollo;

**(2)** do ponto de vista do constructo jurídico da vedação do trabalho escravo do indígena, da organização deste trabalho como passando a ser pago pelo "colono" europeu e, também, tributado pela coroa de Espanha, a hermenêutica do texto escrito parece endossar estes mecanismos, os quais, inclusive, representaram numa desestruturação nos sistemas utilizados para a região até então desde meados do século XVI;

**(3)** apesar das vedações no corpo do texto legal quanto à escravização dos indígenas, ainda existiria a possibilidade de entendimento da permanência dos

[110] Como visto no item precedente, o Vice-rei Francisco de Toledo, que ocupou essa função entre 1569 e 1581, reforçou sobremaneira o processo de segregação e organização dos indígenas através das chamadas reduções. Processo este mais civil do que religioso, mas que, porém, fundiu-se à sistemática aplicada depois pelos jesuítas. Assim, Dom Alfaro, para a região paraguaia e do Rio da Prata, mas dentro do Vice-reinado do Perú, fez avançar, pelo menos legalmente, o projeto iniciado anteriormente ainda perto do final da segunda metade do século anterior, isto é, séc. XVI.

nativos sob a égide de um regramento jurídico que, senão nominalmente, os colocariam em situação análoga à escravidão quanto à situação dos *yanaconas*;

**(4)** independentemente das divergências anteriormente apontadas, a revisão da historiografia sobre este documento aponta o seu insucesso prático, tendo permanecido os indígenas submetidos à exploração de sua força de trabalho como se escravos fossem.

Logo, o que se pretende realçar é que as Ordenações do juiz Alfaro realmente se destacam em relação às anteriores analisadas. Todavia, apesar dessas características, a condição dos indígenas não sofreu maiores alterações, permanecendo ainda, por período considerável, submetidos à situação análoga à escravidão.

Apesar do "avanço normativo" das Ordenações do juiz visitador, especialmente quanto à vedação plena da escravização dos indígenas, sem fazer menção, por exemplo, às guerras justas, o contexto histórico no qual são produzidas suas disposições é – por óbvio até – bastante diverso daquele no qual a legislação pombalina será realizada em meados do século XVIII para os domínios portugueses (inclusive já "liberados" do domínio espanhol havido entre 1580-1640).

Alfaro, como referido, produz suas normas fundamentadas em um projeto iniciado anteriormente, pelo Vice-rei Francisco de Toledo, a partir de 1569, baseado no movimento de redução forçada dos indígenas. Este projeto de domínio colonial na América hispânica não estava assentado no mesmo propósito posterior de Marquês Pombal de "civilizar"[111] os povos originários e, dessa forma, "incluí-los" definitivamente no rol de súditos da monarquia lusitana. O temo "civilizar" apresenta desdobramentos conceituais os quais serão analisados nesta tese[112]. Porém, pode-se dizer que o projeto português iniciado no começo da segunda metade dos oitocentos estabelecerá a extinção da escravização do indígena em situação diametralmente oposta àquela adotada pelo império espanhol entre o final do século XVI e início do XVII.

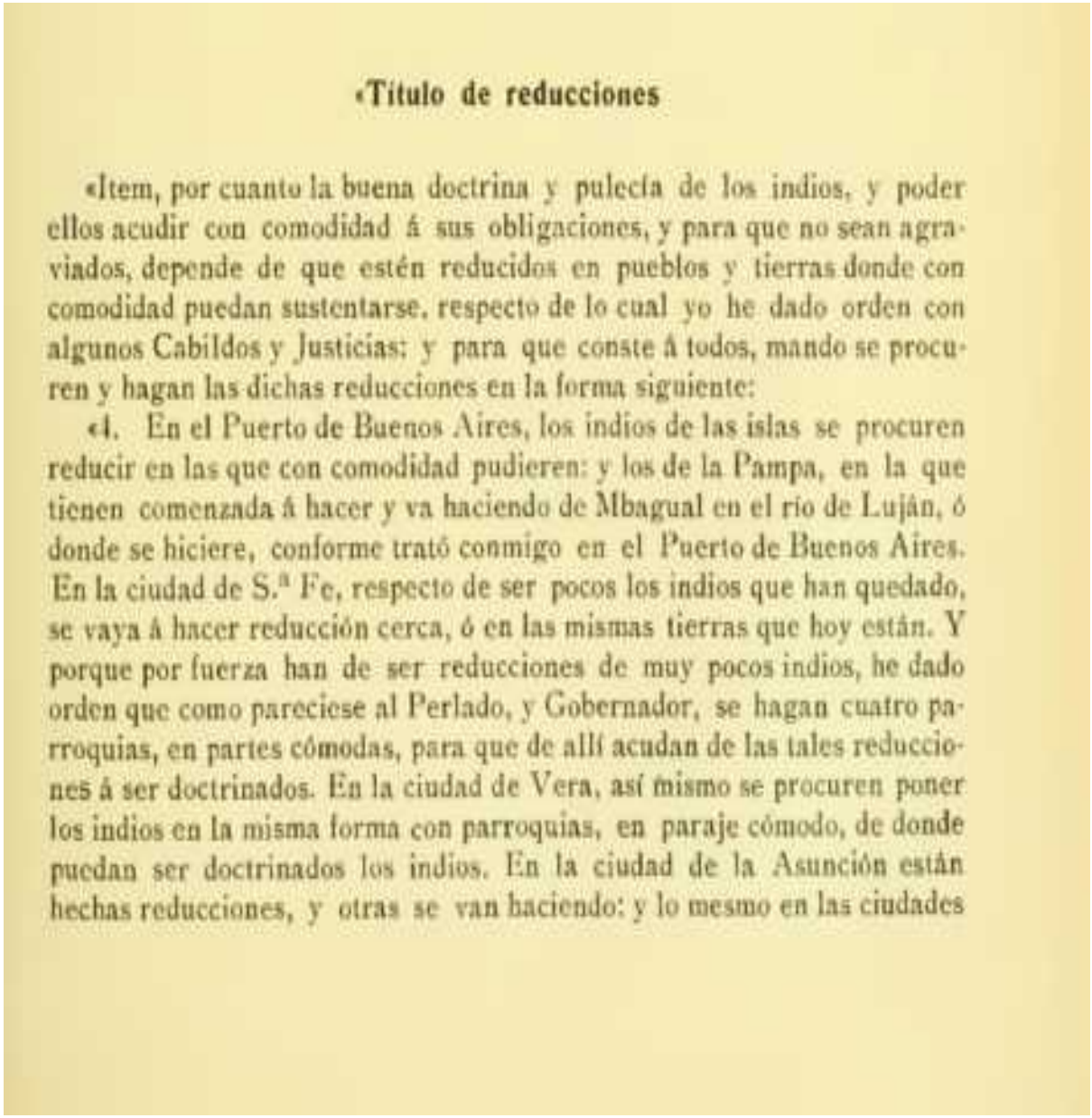
---

[111] No capítulo seguinte analisa-se o significado "iluminista" da ação civilizadora pretendida por Sebastião José (1699-1782), o todo poderoso primeiro-ministro do monarca português Dom José I (1714-1777), entre os anos de 1750 a 1777. São conceitos distintos, o do "civilizar" os indígenas, em fins do século XVIII, e o objetivo pretendido de catequização/evangelização dos povos originários, no período agora abordado, tanto do ponto de vista leigo-estatal como imaginado pelo Vice-rei Francisco de Toledo (1515-1584), quanto pela temporalmente consentânea "assimilação" do projeto "toledano" pelas ordens religiosas, especialmente da Companhia de Jesus.

[112] SANTOS, Fabricio Lyrio. A civilização dos índios no século XVII: da legislação pombalina ao "plano" de Domingos Barreto. **Revista de História**, São Paulo, n. 170, p. 233-260, jan-jun. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p233-260

Assim, as disposições das Ordenações de Alfaro têm o intento de controlar os povos autóctones no sentido de separá-los, tanto quanto possível, dos exploradores europeus. Ou seja, ao analisar o texto legal, percebe-se a segregação dos indígenas em suas reduções e a partir delas a organização da exploração de sua mão de obra. Os itens 4 a 26 das Ordenações assim dispõem[113]:

Figura 3 - Ordenanzas de Alfaro - Título de Reducciones



«Título de reducciones

«Item, por cuanto la buena doctrina y pulecía de los indios, y poder ellos acudir con comodidad á sus obligaciones, y para que no sean agraviados, depende de que estén reducidos en pueblos y tierras donde con comodidad puedan sustentarse, respecto de lo cual yo he dado orden con algunos Cabildos y Justicias; y para que conste á todos, mando se procuren y hagan las dichas reducciones en la forma siguiente:

«1. En el Puerto de Buenos Aires, los indios de las islas se procuren reducir en las que con comodidad pudieren: y los de la Pampa, en la que tienen comenzada á hacer y va haciendo de Mbagual en el rio de Luján, ó donde se hiciere, conforme trató conmigo en el Puerto de Buenos Aires. En la ciudad de S.ª Fe, respecto de ser pocos los indios que han quedado, se vaya á hacer reducción cerca, ó en las mismas tierras que hoy están. Y porque por fuerza han de ser reducciones de muy pocos indios, he dado orden que como pareciese al Perlado, y Gobernador, se hagan cuatro parroquias, en partes cómodas, para que de allí acudan de las tales reducciones á ser doctrinados. En la ciudad de Vera, así mismo se procuren poner los indios en la misma forma con parroquias, en paraje cómodo, de donde puedan ser doctrinados los indios. En la ciudad de la Asunción están hechas reducciones, y otras se van haciendo: y lo mesmo en las ciudades

[113] HERNÁNDEZ, Padre Pablo, S.J. **Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compania de Jesús.** Missiones del Paraguay, 1913. Biblioteca Digital Luso-brasileira. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/442982

de arriba. En la ciudad de la Concepción del río Bermejo, demás de las dichas reducciones, mando que en cada pueblo de españoles se haga una reducción á un lado de la ciudad: para que en ella estén los indios que he permitido por mi Visita que asistan en las tales ciudades, por ser de tierras muy lejos, y haber mucho tiempo que están en las tales ciudades, ó por no tenerse noticia de sus naturales. Y á estos mismos se les señalen tierras para ellos y sus descendientes, para que puedan continuar la tal asistencia en las ciudades, aprendiendo oficios, y sirviendo á los españoles en sus casas ó haciendas.

casas ó haciendas.

85. Item, por cuanto en esta ciudad de la Asunción los más de los indios que sirven en casas y chácaras de los españoles, me han pedido que quieren continuar el servirles, y yo lo he permitido por la comodidad de las chácaras: Ordeno y mando que los indios que quisieren puedan perseverar en las chácaras y estancias. Aunque si dentro de dos años quisieren irse á las reducciones hechas, de donde son originarios, ó á la de la ciudad, puedan hacerlo. Y pasado el término de dos años, queden reducidos, y tengan por reducción la tal hacienda donde hoy estuvieren. Y para ello desde luego se recojan en los confines de las chácaras y lugar cómodo, para que los indios de diferentes chácaras vengan á estar juntos: porque aquéllo ha de quedar por reducción. Pero no por esto se ha de entender que quedan por yanaconas de las chácaras, como en el Pirú se han dicho yanaconas; antes desde luego declaro que las tales reducciones ó juntas se han de tener por pueblo y reducción: y entenderse con los indios que en ellas estuvieren lo que con las demás reducciones. Lo cual hago á instancia de los mismos interesados en esto: y porque me han dicho que les quieren dar tierras en sus chácaras; y así señalo todo el año de doce y trece para que de ellas los indios que quisieren vayan á otras reducciones, y los que tuvieren derecho á las chácaras los puedan echar: porque si se quedaren, han de tener tierras suficientes perpetuas para sí en las dichas tierras junto á sus bohíos, y siguiendo de allí todo lo que pudieren sembrar entre año.

86. Item, por cuanto de haberse mudado los indios de donde estaban por orden de sus encomenderos, y muchas veces por mandado de los Gobernadores, socolor de que lo pedían los indios, ó que se hacía por su comodidad, siendo en realidad de verdad la de los encomenderos, la cual se procuraba y conseguía las más veces á costa de la salud y vida de los indios; ordeno y mando que de aquí adelante, ninguna Justicia de esta Gobernación, aunque sea el Gobernador que por tiempo fuere, no pueda alterar las reducciones ó pueblos que por la dicha orden que dejo se hicieren de nuevo, ni las que de los antiguos dejo concertadas, ni las que nuevamente reducidas se van haciendo y hicieren por la forma de Ordenanza que desto dispone. Y las dichas reducciones queden, sin que se puedan mudar, ni muden sin orden expresa que el señor Visorrey ó Real Audiencia despachare. Lo cual ejecuten, sin embargo que los encomenderos, doctrinantes ó indios pidan la tal mudanza, y quieran dar ó den relación de utilidad. Y cuando la mudanza se hubiere de hacer, se dé razón de esta Ordenanza: y la Provisión que sin esto se sacare, se entienda ser subrepticia. Porque las más veces los tales pedimentos son procurados por intereses particulares, y no de los indios. Sopena de mil pesos al juez ó encomendero que contraviniere á esta Ordenanza.

«11. Item, ordeno y mando que los encomenderos que hoy son, y adelante fueren, no puedan hacer ni tener en el pueblo que tuviesen indios casa ni buhío, aunque digan no son para su vivienda, sino para bodega ó granjería, y que la darán después de sus días ó desde luego á los indios, sopena de perdida la tal casa ó bodega y aplicada á los indios, y otro tanto á la Cámara de S. M. Y asimismo se provee que los tales encomenderos no pueden dormir en el pueblo más de una noche, sopena de veinte pesos por cada vez que contravinieren, para la Cámara de S. M., juez y denunciador.

«12. Item, por cuanto han resultado mayores inconvenientes de entrar mujeres y hijos de encomenderos en los tales pueblos, y S. M. lo tiene prohibido: ordeno y mando que ninguna mujer ni hijo pueda entrar en el pueblo que tiene indios de encomienda su marido ó padre; aunque digan que van por utilidad de los indios, á curarlos ó curarse, y que no hay otro temple donde puedan acudir á su salud. Porque sin embargo de todo, se ha de guardar precisamente esta Ordenanza; sopena de cincuenta pesos aplicados en la forma susodicha.

«13. Item; que aunque de lo dicho está bien claro que no ha de haber pobleros de los indios, y así lo tiene mandado S. M. por muchas Cédulas Reales: con todo, á mayor abundamiento, de nuevo ordeno y mando que



«7. Item, mando que en cualquiera reducción, por pequeña que sea, dentro de seis meses se haya de hacer y haga iglesia, donde con decencia se pueda decir Misa, y que tenga puerta con llave. Lo cual sea precisamente, sin embargo de que la tal reducción sea sujeta á parroquia, y no esté apartada de ella; porque sin embargo de esto, en cada reducción ha de haber iglesia.

«8. Item, para que los indios vayan entrando en policía, mando que en cada pueblo haya un alcalde que sea indio de la misma reducción. Y si pasare de ochenta casas, habrá dos alcaldes, y dos regidores. Y aunque sea el pueblo más grande, no ha de poder haber más de dos alcaldes y cuatro regidores. Y si el pueblo fuere de menos de ochenta indios, que llegan á cuarenta, no ha de haber más de un alcalde, y un regidor. Los cuales han de elegir por año nuevo á otros, como se usa en los pueblos de españoles y en los de indios del Pirú.

«9. Item, declaro que se les ha de dar á entender á los indios que los tales alcaldes de los tales pueblos de indios sólo tienen jurisdicción para prender delincuentes y buscar los que lo fueren, y traellos á la cárcel del pueblo de españoles en cuya jurisdicción cayeron. Pero pueden castigar con un día de prisión y seis ú ocho azotes al indio que faltare á Misa en día de fiesta, ó se emborrachare, ó hiciere otra cosa semejante. Porque si fuere borrachera de muchos, se ha de castigar con mayor rigor.

«10. Item, conforme á Cédulas Reales, ordeno y mando que en pueblos de indios no estén ni se reciban ningún español, ni mestizo, negro ni mulato. Y especialmente se entiende esto con las mujeres: y más precisamente con los padres y madres, mujeres y hijos, deudos y güéspedes y criados de encomenderos ó doctrinantes. Sopena de veinte pesos cada vez que contravinieren, la mitad para el juez que lo sentenciare, y la otra mitad para la iglesia del tal pueblo: y si fuere persona baja, cincuenta azotes.

«11. Item, ordeno y mando que los encomenderos que hoy son, y ade-

no haya en los dichos pueblos de los indios pobleros, con el dicho título de poblero, de mayordomo, administrador, ni cualesquier títulos que sean, sopena de doscientos azotes y cuatro años de galeras al remo á quien tal oficio aceptare. Y para ello cualquier Justicia lo prenda y lo envíe á la cárcel de la Real Audiencia. Y el encomendero que tal nombrare, incurra en perdimiento de tal encomienda, que desde luego la pongo en cabeza de S. M.; y al vecino declaro por incapaz de tener indios por diez años.

«14. Item, declaro que todos los daños que hicieren á los indios cualesquier hijos, deudos, güéspedes, criados, esclavos de los encomenderos, sean á cargo de los tales encomenderos, y hayan de pagar el interés al indio; y cualquiera condenación que por esta causa se haga, aunque la condenación no sea interés sino pena.

«15. Item, mando que en contorno del pueblo de indios, ni de chácaras suyas, no puedan haber chácaras de españoles en distancia de media legua. Lo cual se entienda de las que ya están pobladas. Y en cuanto á las reducciones que adelante se hicieren, ha de ser el término una legua. Y declaro que se tengan por pueblos y reducciones nuevas todas las que se hicieren en esta ciudad, excepto la de Itá y Yaguarón, los Altos y Tobatí. Porque aunque las otras se van haciendo, no tienen españoles cercanos poblados, y parece que conviene estén en la dicha distancia de una legua las chácaras de españoles, si algunos se vinieren á poblar fuera de los pagos que hay en esta ciudad de la Asunción; y en las demás ciudades se tengan por reducciones nuevas las que se hicieren después de esta Ordenanza.

«16. Item, mando que las estancias de ganado mayor no puedan estar ni estén legua y media de las dichas reducciones antiguas; y las de ganado menor, media legua. Y en las reducciones nuevas que digo en la Ordenanza pasada, haya de ser el término dos tantos. Sopena de perdida la estancia y la mitad del ganado que en ella se metiere. Y todos los que enviaren ganados, los tengan con buena guarda, sopena de pagar el daño que hicieren: y de que el que entrare en tierra de los indios lo puedan matar sin pena alguna.

matar sin pena alguna.

«17. Item, mando que á las reducciones de los indios se les señale un egido junto á su pueblo, que tenga de largo una legua: donde puedan tener sus ganados sin que se les revuelvan con otros de los españoles.

«18. Item, por cuanto el mayor daño de las reducciones procede de sacar indios de sus pueblos á título de trajines, ó por servir á los caminantes, mando que en ninguna manera, persona de cualquier estado y condición que sea, no puedan sacar ni saquen india ninguna, si no fuere que vaya con su marido; ni ningún indio salga de esta gobernación por ninguna causa, si no fuere los del Río Bermejo hasta los pueblos de Santiago; y los de Santa Fe hasta Buenos Aires y hasta Córdoba en la misma gobernación puedan pasar más de hasta la primera población de españoles. De suerte que los indios de la Villarrica no pasen de Guayrá; y los de Guayrá ó Jerez no pasen de la Asunción. Ni los de la Asunción pasen de las Corrientes: ni los de las Corrientes puedan ir por tierra más de hasta el Río Bermejo, ó hasta Santa Fe por el río; y los de Santa Fe hasta Buenos Aires, ó hasta Córdoba ó Santiago de la Gobernación de Tucumán. Y lo mismo se entienda el río arriba. Porque no se han de sacar de ninguna parte indios mas que hasta el primer punto de españoles, y se les ha de pagar en propia



mano: y registrarlos ante las Justicias. Y llegados, como se ha dicho, se les ha de dar avío para volverse sin que les detengan. Y por cuanto al presente hay muy pocos indios en la ciudad de las Corrientes, será posible que, llegando allí cantidad de balsas, no hallen avío de indios: se permite que con voluntad de los indios puedan pasar de allí al pueblo más cercano. Y fuera de este caso, se guarde en todo la dicha Ordenanza, pena de cincuenta pesos á quien la quebrantare, por tercias partes: y al indio que la quebrantare, veinte azotes.

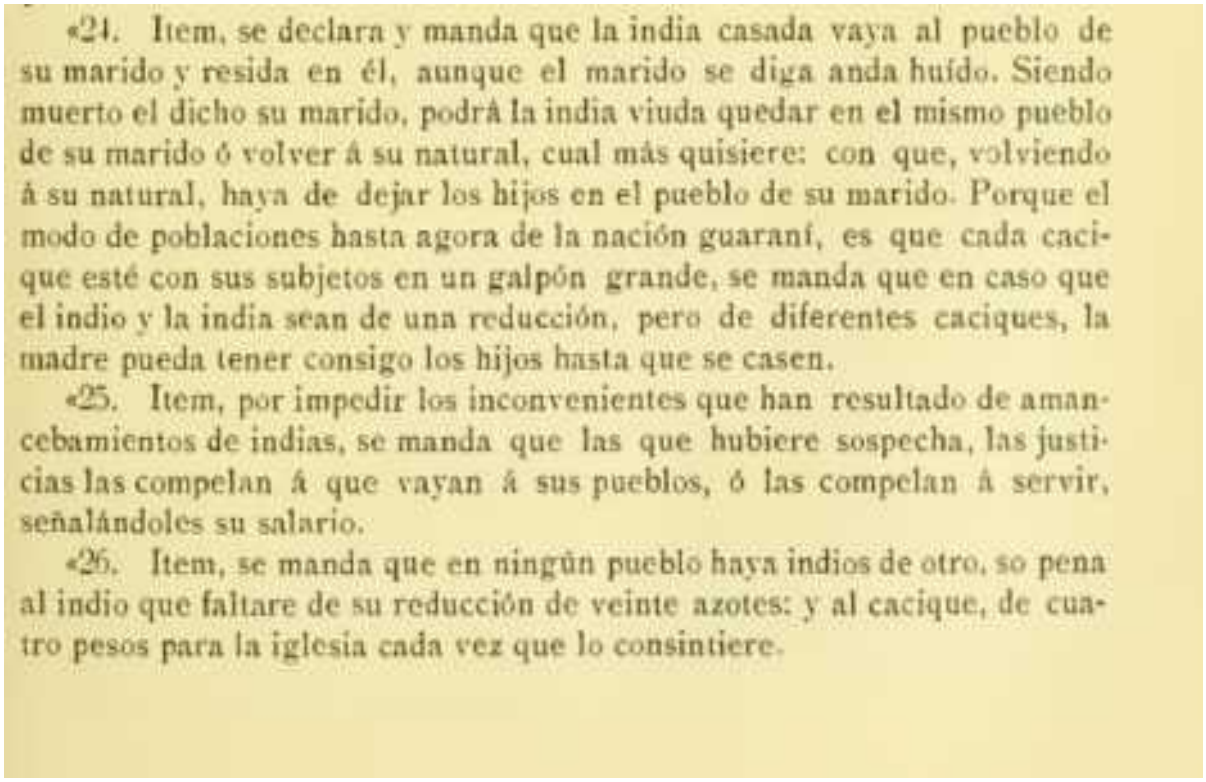
«19. Item, para que los españoles tengan más servicio, y avíen sus haciendas, se permite que los indios que quisieren, puedan alquilarse con españoles por días ó por un año: con que siendo por un año, no pueda bajar el concierto de veinte pesos.

«20. Item, por cuanto conviene que los indios de esta tierra se enseñen á alquilarse, se procurará que dén la mita siquiera la duodécima parte. Pero en esto no ha de haber compulsión, por lo que se dirá en el título de las tasas. Y así son menester medios de mucha suavidad hasta que el tiempo que les enseñe. Asimismo los que vinieren se han de poder concertar con quien quisieren, sin que las justicias los repartan contra su voluntad.

«21. Item, se manda que ningún indio pueda sembrar para sí fuera de su reducción, aunque sea en chácara de españoles; si no los que por esta Visita es permitido puedan estar en ellas. Lo cual se manda precisamente, aunque el indio alegue que le está mejor, y que por su comodidad hace lo susodicho.

«22. Item, por el daño que la experiencia ha mostrado que resulta de admitir probanzas en materia de filiaciones de indios, y por ser así de derecho, declaro que los hijos que fueren de indias casadas se tengan por del marido: sin que se pueda admitir probanza en contrario. Y como hijo de tal indio, haya de seguir el pueblo del padre, y traiga hábito de indio; aunque se diga ser hijo de español.

«23. Item, los hijos de las indias solteras, hayan de seguir y sigan el pueblo de la madre.



«24. Item, se declara y manda que la india casada vaya al pueblo de su marido y resida en él, aunque el marido se diga anda huído. Siendo muerto el dicho su marido, podrá la india viuda quedar en el mismo pueblo de su marido ó volver á su natural, cual más quisiere: con que, volviendo á su natural, haya de dejar los hijos en el pueblo de su marido. Porque el modo de poblaciones hasta agora de la nación guaraní, es que cada cacique esté con sus subjetos en un galpón grande, se manda que en caso que el indio y la india sean de una reducción, pero de diferentes caciques, la madre pueda tener consigo los hijos hasta que se casen.

«25. Item, por impedir los inconvenientes que han resultado de amancebamientos de indias, se manda que las que hubiere sospecha, las justicias las compelan á que vayan á sus pueblos, ó las compelan á servir, señalándoles su salario.

«26. Item, se manda que en ningún pueblo haya indios de otro, so pena al indio que faltare de su reducción de veinte azotes: y al cacique, de cuatro pesos para la iglesia cada vez que lo consintiere.

Fonte: Hernández (1913, p. 662-667)

No contexto da legislação proposta para os domínios espanhóis na América, os nativos americanos deveriam ser reorganizados com sua segregação e regulação do uso de sua força de trabalho. Tudo segundo os interesses metropolitanos-coloniais, os quais, ao mesmo tempo, procuravam preservar os indígenas de uma exploração excessiva. Isso porque o tratamento desumano preponderante não preencheria os requisitos para uma monarquia cristã, que possuía aquelas terras justamente devido ao patronato estabelecido com a Igreja Católica[114]. Assim, a legislação hispânica seguirá por longa data com esta lógica, entre avanços e retrocessos, pois, após as legislações do juiz visitador, diversas alterações legislativas retomaram o conceito de guerra justa e da possibilidade de fazer escravos indígenas através desse meio[115].

[114] Sobre a questão da contestação à atribuição pelas bulas alexandrinas das terras americanas a Portugal e Espanha, e disso a necessidade da discussão sobre o papel dos cristãos no Novo Mundo e sua correlação com o conceito de *terra nullius*, ver GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira iluminada. História do povoamento. Conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas**. Porto Alegre: Sulina, 2012. Ver também NUMHAUSER. Paulina. El real patronato em Indias y la Compañia de Jesús durante el período filipino (1580-1640). Um análisis inicial. **Boletín Americanista**, Barcelona, año LXIII.2, n. 67, p. 85-103, 2013.

[115] FRONTERA. Carlos Guilhermo. Las Ordenanzas de Hernanderias de 1598 y 1603: su relacíon normativa com las de Francisco de Alfaro y disposiciones de la recopilación de 1680. *In:* Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano, XI., Buenos Aires, 4 al 9 de septiembre de 1995. **Actas y estudios**, v. 2, p. 145-166, 1997, ISBN 950-9494-12-7.

Nessa linha, (diversamente do estabelecido pelo Diretório de 1757, aprovado por José I de Portugal), os nativos americanos não serão tratados – ao menos do ponto de vista legal – como súditos plenos que devam ser incorporados aos reinos espanhóis. Diferentemente do projeto pombalino, como será visto a seguir.

Como referido anteriormente, às Ordenações de Alfaro seguiram-se diversas normativas, todas influenciadas, por certo, pela reorganização do sistema de exploração da mão de obra indígena, a qual, em verdade, tinha sito inaugurada pelo trabalho feito pelo Vice-rei Francisco Toledo em meados do século XVI. Por fim, as próprias autoridades espanholas se dão conta do caos legislativo em seus domínios americanos e em 1680 fazem publicar, em quatro tomos, o que ficou conhecido como a *Recopilación de Leyes de Los Reybos de Las Indias mandadas imprimir, y publicar por la Magestad Catolica del Rey Don Carlos II Nuestro Señor;* uma das primeiras tentativas de organizar as leis até então publicadas, às quais, nos séculos XVIII e XIX, seguiram muitas outras.

A Recompilação de 1680 parece ser um resumo das contradições legislativas acerca da pretendida regulação do trabalho dos indígenas[116]. Feitas para os domínios espanhóis, já em período posterior à União Ibérica de 1580-1640, ainda assim pode-se afirmar que os contrassensos legais do lado hispânico não tiveram melhor sorte no lado lusitano já liberado do domínio espanhol. Ao tratar, a seguir, do inventário das legislações portuguesas para seus domínios americanos, se poderá constatar a referida lógica.

As contradições ficam evidentes nos trechos a seguir, selecionados do Tomo II, Livro VI, Título II, da *Recopilación*[117]:

---

[116] MAHECHA, Andrea; MAZUERA, Paula. Las Leyes de los Reinos de las Indias. **Revista Diálogos de Saberes**, n. 47, p. 31-49, julio/diciembre de 2017, Bogotá D.C., Colômbia. Também, DOUGNAC, A. Rodríguez. **Manual de historia del derecho indiano**. México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1994. Ainda, ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. La recopilación: dificultades para su aplicación. **Revista Chilena de Historia del Derecho**, v. 11, p. 77-84. Disponível em: https://doi.org/10.5354/rchd.v0i11.25003.

[117] BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE, Memoria Chilena. Disponível em: https://www.memoriachilena.gob.cl/ 602/w3-article-8941.html. Acesso em: 22 nov. 2024.

Figura 4 - Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias



De la libertad de los Indios. 195

*Ley ij. Que sean castigadas con rigor las Encomenderos, que vendieren sus Indios.*

El Emperador D. Carlos y el Cardenal Tabera G. en Valladolid á 26 de Octubre de 1542.

AVERIGVEN Los Virreyes, Audiencias, y Governadores, si algunos Encomenderos han vendido, ó venden los Indios de sus encomiendas publica, ó secretamente, y á qué personas: y si hallaren, que alguno huviere cometido tan grave excesso le castiguen severa, y exemplarmente, y pongan á los Indios en su libertad natural, y por el mismo hecho quede privado de la encomienda, y de poder conseguir otra.

*Ley iij. Que los Caciques, y Principales no tengan por esclavos á sus sujetos.*

El Emperador D. Carlos y la Emperatriz G. en Toledo á 6. de Noviembre de 1538. El Cardenal Tabera G. en Valladolid á 26 de Octubre de 1542. D. Felipe Segundo á 18. de Febrero de 1563.

PROHIBIMOS Y defendemos á los Caciques, y Principales tener, vender, ó trocar por esclavos á los Indios, que les estuvieren sujetos: y asimismo á los Españoles poderselos comprar, ni rescatar, y el que contraviniere incurra en las penas estatuidas por la ley antecedente, quedando libres los Indios, que assi fueren tenidos, vendidos, ó cambiados.

*Ley iiij. Que los Indios del Marañon, llevados á los Puertos de las Indias, sean puestos en libertad.*

D. Felipe Quarto en Madrid á 18 de Mayo de 1609.

ALGVNOS Navios llegan á las Indias despachados por el Governador del descubrimiento del Marañon, con Indios del gentio de el Brasil, y despacho, y registro, diziendo, que son verdaderos esclavos. Mandamos, que las Audiencias, y Governadores no los admitan sin especial licencia nuestra, y á los que huvieren entrado hagan poner en libertad.

*Ley v. Que los Indios del Brasil, ó demarcacion de Portugal, sean libres en las Indias.*

El Emperador D. Carlos, y los Reyes de Gobernadores G. en Valladolid á 5. de Julio de 1570. El mismo y la Princesa G. en 4 de Septiembre de 1548.

LO Resuelto acerca de la libertad de los Indios se entienda, guarde, y execute, aunque sean del Brasil, ó demarcacion de Portugal, llevados á nuestras Indias, que en ellos tambien declaramos, que ha, y deve tener lugar.

*Ley vj. Que se procure castigar á los que de la Villa de San Pablo del Brasil vàn á cautivar Indios del Paraguay.*

D. Felipe IV. en Madrid á 11. de Setiembre de 1628.

LOS Portugueses de la Villa de San Pablo, Pueblo de el Brasil, que dista diez jornadas de las vltimas Reducciones de Indios de la Provincia de el Paraguay, contra toda piedad Christiana ván cada año á cautivar los Indios della, y los llevan, y venden en el Brasil, como si fueran esclavos. Y por lo que conviene reprimir todo genero de atrevimiento, delacato, y excesso cometido en desservicio de Dios nuestro Señor, ordenamos y mandamos á los Governadores de el Rio de la Plata, y Paraguay, que por todas las vias posibles procuren aprehender, y castigar con gran demostracion á los delinquentes, y personas, que cometieren estos delitos, con que cessa la propagacion del Sãto Evangelio, y se perturba la paz, y quietud, haziendo para la execucion de lo susodicho todas las diligencias, que con-

vengan, sin escusar ninguna, de suerte, que se consiga el castigo, correccion, y enmienda, sobre que les encargamos las conciencias.

¶ *Ley vij. Que en Tucuman, y Rio de la Plata no se vendan, ni compren los Indios, que llaman de rescates.*

D. Felipe III. en Madrid á 10 de Octubre de 1618

ES Costumbre entre los Indios Guaycuries de Tucuman, Rio de la Plata, y Paraguay, hazer guerra á otros, que cautivan, y venden, matandose muchos con esta ocasion, y lo mismo hazen otras naciones, y aun los Españoles perdidos han sacado, y hurtado Indios, trayendolos de vnas partes á otras, y vendiendolos, con el mismo color, con que demás de la gravedad del delito, destruyen la tierra. Mandamos, que no haya, ni se permita tal comercio, ni trato, llamado rescates, pena de que el Indio quede libre, y el precio aplicado á nuestra Camara, Iuez, y Denunciador, y prohibimos, que el comprador pueda servirse del, ó tenerle en su casa, chacra, estancia, ni Pueblo, aunque el Indio quiera: y qualquier Español, ó Mestizo, que le vendiere, jugare, trocare, ó cambiare, si fuere de baxo estado, sea condenado en seis años de Galeras, ó otro servicio equivalente, y siendo de mas consideracion, sirva el mismo tiempo en el Reyno de Chile: y al Negro, ó Mulato se le imponga la dicha pena de Galeras.

¶ *Ley viij. Que la prohibicion de esclavitud se entienda con los Indios aprisionados en Malocas.*

El mismo alli.

ORDENAMOS, Que la prohibicion general de esclavitud en los Indios se guarde, y cumpla tan bien en las Provincias de Tucuman, Rio de la Plata, y Paraguay, con los que fueren aprisionados en Malocas, ó adquiridos en otra qualquier forma.

¶ *Ley ix. Que se nombre vn Ministro, ó persona de satisfacion, que conozca de la libertad de los Indios.*

D. Felipe Segundo alla a 9. de Noviembre de 1551. D. Felipe Quarto alli. á 26. de Marzo de 1621.

MANDAMOS, Que ningun Español pueda tener Indio esclavo por ninguna causa en Filipinas, aunque el Indio lo haya sido de otros Indios, ó Españoles, y havido en buena guerra. Y porque en aquellas Islas, y otras partes se ha entendido, que están fuera de su libertad muchos Indios, que tiranicamente han hecho esclavos otros principales, diziendo, que tienen posseesion dellos por muchos años, y venden, y comercian á padres, y á hijos, Nos deseando su libertad, ordenamos, que los Virreyes, y Presidentes de todas las Reales Audiencias nombren vn Ministro, ó otra persona de satisfacion, y buena conciencia, que visite, y conozca de estas causas en cada Provincia, para que no siendo las esclavitudes permitidas por derecho, y leyes de este libro, las dé por nulas, y ponga á los Indios en su libertad natural, sin embargo de qualquiera posseesion.

Ley

¶ *Ley x. Que los Corregidores, y Alcaldes mayores no conozcan de la libertad de los Indios, dén cuenta à las Audiencias, y los Fiscales sigan las causas.*

El Emperador D. Carlos, y el Príncipe Gobernador en Barcelona à 11. de Agosto de 1552.

NO Conviene, que los Corregidores, y Alcaldes mayores conozcan en primera instancia de la libertad de los Indios, dén cuenta à las Audiencias con toda puntualidad, diligencia, y cuidado: y si fuere mucha la distancia, y esta impidiere, que consigan libertad, nuestros Fiscales sigan las causas, y guarden la l. 37. tit. 18. lib. 2.

¶ *Ley xj. Que los Indios no se presten, ni enagenen por ningun titulo, ni pongan en las ventas de las haziendas.*

D. Felipe Tercero en Aranjuez à 16. de Mayo de 1609.

NO Se puedan prestar los Indios, ni passar de vnos Españoles à otros, ni enagenarlos por via de venta, donacion, testamento, paga, trueco, ni en otra forma de contrato, con obrajes, ganados, chacras, minas, ó sin ellas, y lo mismo se entienda en todas las haziendas de esta calidad, ó de otros generos, que se beneficiaren con Indios, que libre, y voluntariamente acudieren à su labor, y beneficio, ni se haga mencion de los dichos Indios, ni de su servicio en las escrituras, que otorgaren los dueños de heredades, y haziendas referidas, ni en otra forma alguna, porque son de su naturaleza libres, como los mismos Españoles, y assi no se han de vender, mandar, donar, ni enagenar cõ los sólares do ide estuvieren trabajando, sin distincion de los que son de mita, ó acuden voluntariamente à trabajar en ellos: y el que à esto contraviniere, si fuere de baxa condicion, incurra en pena de vergüença publica, y destierro perpetuo de las Indias, ora compre, ó venda, ó reciva, ó done los Indios en alguna de las formas susodichas: y si tuviere calidad, ó estado, que no permita la execucion de estas penas, sea condenado en perdimiento de los dichos Indios, y quede incapaz de recevir ningun repartimiento deste genero, y pague mas dos mil ducados, aplicados por tercias partes, las dos para el Iuez, y Denunciador, y la tercera para los Indios, contenidos en la escritura, ó contrato, y desde luego anulamos, y revocamos las dichas escrituras, y las damos por ningunas, y de ningun valor, y efecto: y lo mismo sea, y se guarde en qualquiera de los casos referidos, aunque no intervengan escrituras, y los Escrivanos ante quien passaren sean privados de sus oficios, y paguen dos mil ducados, aplicados en la misma forma, y las Iusticias, que dissimularen algun delito destos, incurran en pena de otra tanta cantidad, con la misma aplicacion, y en destierro de las Indias.

¶ *Ley xij. Que dispone sobre la libertad, ò esclavitud de los Mindanaos.*

D. Felipe Segundo à 4. de Iunio de 1569. D. Felipe Tercero en Madrid à 11. de Mayo de 1609.

AL Distrito de las Islas Filipinas, y sus confines son adjacentes las de Mindanáo, cuyos naturales se han rebelado, tomado la secta de Mahoma, y confederandose con los enemigos de esta Corona, y hecho muy grandes daños à nuestros

tros vaſſallos, y para facilitar ſu caſtigo ha parecido eficaz remedio declarar por eſclavos á los que fueren cautivos en la guerra. Mandamos, que aſsi ſe haga, procediendo con tal diſtincion, que ſi los Mindanaos fueren puramente Gentiles, no ſean dados por eſclavos, y ſi fueren de nacion, y naturaleza Moros, y vinieren á otras Islas á dogmatizar, ó enſeñar ſu ſeta Mahometana, ó hazer guerra á los Eſpañoles, ó Indios, que eſtán ſujetos á Nos, ó á nueſtro Real ſervicio, en eſte caſo puedan ſer hechos eſclavos; mas á los que fueren Indios, y huvieren recevido la ſeta no los harán eſclavos, y ſerán perſuadidos por licitos, y buenos medios, que ſe conviertan á nueſtra Santa Fé Catolica.

*¶ Ley xiij. Que los Caribes, que fueren á hazer guerra á las Islas, ſe hagan eſclavos, como ſe ordena.*

D. Felipe Segundo en Madrid á 11 de Enero de 1589.

TIENEN Licencia los vezinos de las Islas de Barlovento para hazer guerra á los Indios Caribes, que las ván á infeſtar con mano armada, y comen carne humana, y pueden hazer ſus eſclavos á los que cautivaren, con que no ſean menores de catorze años, ni mugeres de qualquiera edad. Mandamos, que aſsi ſe execute, guardando las inſtrucciones, que diere la Audiencia de Santo Domingo para mas juſtificacion.

*¶ Ley xiiij. Sobre la libertad de los Indios de Chile, y que á ella ſean reſtituidos.*

D. Felipe Tercero en Ventoſilla á 11 de Mayo de 1608. D. Felipe Quarto en Aranjuez á 17 de Abril de 1627. en Madrid á 9. de Abril de 1642. y á 17. de Agoſto de 1665. D. Carlos Segundo y la Reg.

HAVIENDOSE Intentado todos los medios poſsibles para reducir á los Indios naturales de las Provincias de Chile al Gremio de la Santa Igleſia Catolica Romana, y obediencia nueſtra, procurádolos perſuadir por medios ſuaves, y pacificos, han vſado tan mal de ellos, que rompiendo la paz en que nunca han perſeverado, ſe ha reconocido, que en todas ocaſiones la dieron falſa, y fingida, y ſi la conſervaron, fue haſta el tiẽpo que llegó la ocaſion de quebrantarla, negando la obediencia á la S. Madre Igleſia, y tomando las armas contra los Eſpañoles, é Indios amigos, aſſolando las fuerças, Pueblos, y Ciudades, derribando, y profanando los Templos, matando á muchos Religioſos, y vaſſallos nueſtros, cautivando la gente, que han podido haver, y permaneciendo muchos años en ſu obſtinacion, y pertinacia, y cometiendo otros delitos dignos de caſtigo, y rigor, porque merecieron ſer dados por eſclavos, como gẽte perſeguidora de la Igleſia, y Religion Chriſtiana: y vltimamente eſtando la tierra en ſu mayor paz, hizieron alçamiento general, con muchas entradas, y hoſtilidades por todas las partes, que facilitó la ocaſion. Y Nos vſando de toda piedad, y clemencia, tuvimos por bien de remitir, y perdonar eſte delito, y cõcederles graciosamente, que no pudieſſen ſer cautivos, preſos, moleſtados, ni acuſados por él, ni ſus tierras

ni

ni otros qualesquier bienes, tomados, ni embargados. Y aora por ampliar mas nuestra gracia, y benignidad, haviendo reconocido, que está impedida, y aun imposibilitada la dilatacion de el Santo Evangelio, paz, y quietud de aquel Reyno, y poblacion de la tierra, por la esclavitud de los Indios. Ordenamos y mandamos, que los Virreyes del Perú, Governadores, Capitanes generales, y Audiencia de aquellas Provincias, guarden, cumplan, y executen las ordenes dadas sobre no permitirla, y que todos los varones, ó hembras, que con pretexto de esclavitud se huvieren vendido, y sacado fuera de aquellas Provincias á la Ciudad de los Reyes, ó otras qualesquiera del Perú, se recojan, y sean reducidos á sus tierras, con efecto, reservando, como reservamos, á los posseedores actuales su derecho á salvo, contra los vendedores, que los enagenaron, teniendo entendido, que este, ni otro qualquier derecho no ha de embaraçar, ni retardar la reduccion de los dichos Indios, porque se ha de executar inviolablemente, sin ninguna dilacion. Y ordenamos al Virrey del Perú, y Governador de Chile, que como se fueren reduciendo, los entreguen á sus Encomenderos. Y todo lo cõtenido en esta nuestra ley se guarde por aora, y entretanto que otra cosa proveemos.

¶ *Ley xv. Que los que huvieren tenido Indios por esclavos, con titulo no sean condenados á que les paguen cosa alguna.*

D. Felipe Segundo y la Princesa Governadora en Valladolid á 9 de Setiembre de 1558

HAVIENDO Pedido, y conseguido libertad algunos Indios, tenidos por esclavos, se dudó si serian condenados sus dueños en alguna cantidad, por el servicio, que les hizieron: y se declaró, que teniendolos con titulo, y buena fee, no estavan obligados á pagar servicio hasta el dia de la contestacion de la demanda, y que no incurrieron en pena. Es nuestra voluntad, que assi se regule quando el caso sucediere.

¶ *Ley xvj. Revalida las ordenes de la libertad de los Indios, y dà nueva providencia en los de Chile.*

D. Carlos Segundo en Madrid á 11 de Iunio de 1673

HAVIENDO Resuelto, que los Indios de Chile gozassen entera libertad, se introduxo, que los apresados en guerra viva se hiziessen esclavos, por el derecho de ella: y por otro, llamado de servidumbre, quando cogidos los Indios de tierna edad servian hasta veinte años, y despues quedavan libres: y assimismo por otro derecho, llamado de la vsança, que es vender los padres, y las madres, y parientes mas cercanos á sus hijos, y parientes en cambio de algunas alhajas, hasta cierto tiempo, como en prendas. Y nos fuimos servido de mandar al Governador de aquellas Provincias, que todos los Indios esclavos se pusiessen en libertad natural, reservando á los posseedores, y compradores de ellos su derecho á salvo contra los vendedores, y que los

los Indios, Indias, y niños prisioneros no se pudiessen vender por esclavos, ni llevarse fuera del Reyno de Chile, reduciendo á él, y á sus propias tierras con efecto los que se huvieren vendido, sin que el derecho de los compradores contra los vendedores, ni otro ninguno pudiesse embaraçar, ni retardar esta reducció, sin embargo de qualesquiera suplicas, nuevas razones, y representaciones, que se ofreciesse. Y porque es de mucha importancia, que los Indios de aquellas Provincias sean tratados con todo amor, como vassallos nuestros, y no sean oprimidos, ni molestados, y se cuide de su alivio, y conservacion, procediendo por todo rigor de derecho cõtra los que los hizieren malos tratamientos, aunque sea cõ pretexto de dezir, que son enemigos, y hazen guerra: y hemos encargado al dicho Governador el buen tratamiẽto, conversion, y reduccion de estos Indios, por los medios mas suaves y benignos, que se hallassen, y principalmente por la predicacion del Sãto Evangelio, y propagacion de nuestra Santa Fé Catolica, y que saliessen los Indios de tan miserable estado. Y haviendo el Governador de Chile suspendido el efecto desta resolucion cõ varios pretextos, por la buena fee de los poseedores, depositando algunos Indios en ellos, para que los tuviessen con buẽ tratamiento. Visto en nuestro Consejo, y con Nos consultado, hemos resuelto, que lo referido en esta nuestra ley se guarde, cumpla, y execute precisa, y puntualmente, sin permitir, ni dar lugar á que se vaya, ni passe contra lo dispuesto en ella por ninguna causa, y porque en adelante con ningun pretexto, ó motivo de justa guerra, ó otro qualquiera, no puedan quedar por esclavos, ni vẽderse por tales los que se aprehendieren en guerra, ó fuera della, ni los que llaman de servidumbre, ni de la vsança, y todos los que aora viven en esclavitud, y sus hijos, y descendientes queden con efecto libres de todos tres generos, de guerra, servidumbre, y vsança. Mandamos, que esto se pronuncie por ley general en los Reynos del Perú, y Nueva España, y se inserte en esta Recopilacion. Y para ovtar el inconveniente de que los Indios de las dichas Provincias de Chile abusen desta libertad, y buelvan á la idolatria, y á incorporarse con los enemigos, mandamos á los Governadores, que los hagan transportar á todos á la Ciudad de los Reyes en cada ocasion, que se huviere de ir por el situado, que esta señalado en las Caxas Reales della, para el sustento del Exercito de aquel Reyno, sin embargo de estar ordenado, que todos los Indios, varones, y hembras, vendidos en aquel Reyno, y otras partes, fueren reducidos á sus tierras, por quanto nuestra voluntad es, que como vá expressado, se trãsporten á Lima, pues llevandolos á mejor temple de tierra, irán sin riesgo de su salud, y vida. Y mandamos á los Virreyes de las Provincias del Perú, que como se fueren remitiendo los dichos Indios, los repartan en los encomiendas, ó si el numero fue-

fuere grande, los encomienden de nuevo. Y asimismo mandamos á la Real Audiencia de los Reyes, que cuide de el cumplimiento de lo contenido en esta nuestra ley, por la parte, que le toca, y de lo que se fuere obrando, y executando nos darán cuenta en las ocasiones, que se ofrecieren.

¶ *Que los Fiscales tengan por obligacion particular el acudir à la libertad de los Indios, ley 37. titulo 18. lib. 2.*

¶ *Que los Virreyes conozcan en primera instancia de causas de Indios, con apelacion à sus Audiencias, ley 65. titulo 3. libro 3.*

¶ *Que los Ecclesiasticos, y Seglares avisen à los Protectores, Procuradores, y Defensores, si algunos Indios no gozan de libertad, ley 14. tit. 6. deste libro.*

¶ *Que las Indias no sean encerradas para que hilen, y texan lo que han de tributar sus maridos, l. 15. tit. 10. deste libro.*

## Titulo Tercero. De las Reducciones, y Pueblos de Indios.

El Emperador D. Carlos y el Principe G. en Cigales à 21 de Mayo de 1551 D. Felipe Segundo en Toledo à 19. de Febrero de 1560 en el Bosque de Segovia: y de Setiembre de 1567 en el Escorial à 10 de Noviembre de 1568 Ord. 109 de Poblaciones de 1573 en S. Lorenzo à 10 de Mayo de 1578

¶ *Ley primera. Que los Indios sean reducidos à Poblaciones.*

CON Mucho cuidado, y particular atencion se ha procurado siempre interponer los medios mas convenientes, para que los Indios sean instruidos en la Santa Fé Catolica, y Ley Evangelica, y olvidando los errores de sus antiguos ritos, y ceremonias vivan en concierto, y policia, y para que esto se executasse con mejor acierto se juntaron diversas vezes los de nuestro Consejo de Indias, y otras personas Religiosas, y congregaron los Prelados de Nueva España el año de mil quinientos y quarenta y seis, por mandado de el señor Emperador Carlos V. de gloriosa memoria, los quales con deseo de acertar en servicio de Dios, y nuestro, resolvieron, que los Indios fuessen reducidos á Pueblos, y no viviessen divididos, y separados por las Sierras, y Montes, privandose de todo beneficio espiritual, y temporal, sin socorro de nuestros Ministros, y del que obligan las necessidades humanas, que deven dar vnos hombres á otros. Y por haverse reconocido la conveniencia de esta resolucion por diferentes ordenes de los señores Reyes nuestros predecessores, fue encargado, y mandado á los Virreyes, Presidentes, y Governadores, que con mucha templança, y moderacion executassen la reduccion, poblacion, y doctrina de los Indios, con tanta suavidad, y blandura, que sin causar inconvenientes diesse motivo á los que no se pudiessen poblar luego, que viendo el buen tratamiento, y amparo de

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE - PAREDES (1681, p. 195-198)

Observa-se neste título segundo, *"De la libertad de los Indios"*, da *Recopilación* de 1680, aquela lógica da vedação da escravização dos indígenas (com referências inclusive à atividade dos bandeirantes brasileiros quanto à captura dos nativos para colocá-los em cativeiro), porém permitindo a aplicação do conceito de "guerra justa" para tornar cativos aqueles grupos de autóctones "resistentes" e "violentos", em relação ao contato (submissão) com o conquistador europeu. Assim, necessita-se destacar as contradições do texto legal, logo no início do Livro VI, Título II, "*Ley primera. Que los Indios sean libres, y no sujetos à servidumbre"* (cada parágrafo resta denominado *Ley*, sempre acompanhado do respectivo subtítulo). Retira-se desta *Ley primera* (extraída do texto geral os trechos através dos quais se quer demonstrar as contradições redacionais e, porque não dizer, conceituais):

> *En Conformidad de lo que está dispuesto sobre la libertad de los Indios. Es nuestra voluntad, y mandamos, que ningun Adelantado, Governador, Capitan, Alcaide, ni otra persona, de qualquer estado, dignidade, oficio, ó calidad, que sea, em tempo, y ocasion de paz, ó guerra, aunque justa, y mandada hazer por Nos, ó por quien nuestro poder huviere, sea ossado de cautivar Indios naturales de nuestras Indias, Islas, y Tierras firme del Mar Oceano, descubiertas, ni por descobrir, ni ternerlos por esclavos, aunque sean de las Islas, y Tierras que por Nos, ó quiẽ nuestro poder para ello haya tenido, y tenga, este declarado, que se les pueda hazer justamente guerra, ó los matar, prender, ó cautivar; excepto em los casos, y naciones, que por las leyes de este titulo estuviere permitido, y dispuesto, por quanto todas las licencias, y declarciones hasta ou hechas, que em estas leyes no estuvieren recopiladas, y las que se dieren, é hizieren, no siendo dadas, y hechas por Nos com expressa mencion desta ley, las revocamos, y suspendemos en lo que toca á cautivar, y hazer esclavos a los Indios em guerra, aunque seja justa, y hayan dado, y dén causa á ella, y al rescate de aquellos, que otros Indios huvieren cautivado, con ocasion de las guerras, que entre si tienen. Y asimismo mandamos, que ninguma persona, en guerra, ni fuera de ella pueda tomar, apreender, ni ocupar, vender, ni cambiar por esclavo á ningum Indio, ni ternele por tal, com titulo de que le huvo en guerra justa, ni por compra, rescate, trueque, ó cambio, ni outro alguno, ni por outra qualquer causa, aunque sea de los Indios, que los mismos naturales tenian, tienen, ó tuvieren entre si alguno fuere hallado, que cautivó, ó tiene por esclavo algun Indio, incurra em perdimento de todos sus bienes, aplicados á nuestra Camara, y Fisco, y el Indio, ó Indios sean luego bueltos, y restituídos á sus propias tierras, y naturalezas, com entera, y natural libertad, á costa de los que assi los cautivarem, ó tuvieren por esclavos (...).*

Embora se tenha posto o texto original, anteriormente, desta Lei Primeira, do Livro VI, Título II, da "Recompilação das Leis dos Reinos das Indias", repete-se o texto, agora, adaptando a grafia de algumas letras para facilitação de sua leitura contemporânea. Percebe-se, assim, a vedação da guerra justa como meio a legitimar a escravização dos indígenas, desde que

> *Ni ternerlos por esclavos, aunque sean de las Islas, y Tierras que por Nos, ó quiẽ nuestro poder para ello haya tenido, y tenga, este declarado, que se les pueda hazer justamente guerra, ó los matar, prender, ó cautivar; excepto em los casos, y naciones, que por las leyes de este titulo estuviere permitido, y dispuesto, por quanto todas las licencias, y declarciones hasta ou hechas*[118]*, que em estas leyes no estuvieren recopiladas, y las que se dieren, é hizieren, no siendo dadas, y hechas por Nos com expressa mencion desta ley.*

É o caso, por exemplo, do que está regulado na *Ley xij "Que dispone sobre la libertad, ó esclavitud de los Mindanaos* ou a *Ley xiij. Que Los Caribes, que fueren à hazer guerra à las Islas, se hagan esclavos*, *como se ordena"*.

Na primeira, Lei XII, os *mindanaos*[119], nome dado pelos espanhóis aos habitantes da segunda maior ilha do arquipélago das Filipinas, cuja denominação geográfica é Mindanau ou Mindanao, região onde existiram sultanatos, tendo sido habitada parte da ilha por população mulçumana e outra parte por nativos não islamizados, poderiam ser escravizados estes habitantes islamizados, os quais teriam se rebelado ao domínio espanhol, devendo fazer a distinção da seguinte maneira:

> (...) Mandamos, que assi se haga, procediendo com tal distincion, que si los Mindanaos fueren puramente Gentiles, no sean dados por esclavos, y si fueren de nacion, y natureza Moros, y vinieren á otras Islas á dogmatizar, ó enseñar su feta Mahometana, ó hazer guerra á los Españoles, ó Indios, que están sujetos á Nos, ó á nuestro Real servicio, em este caso puedan ser hechos esclavos; mas á los que fueren Indios, y huvieren recebido la feta no los harán esclavos, y serán persuadidos por lícitos, y buenos médios, que se conviertan á nuestra Santa Fé Catolica.

---

[118] Sublinhado incluído (tradução nossa): *"(...) exceto nos casos, nações, que por leis a este título tiverem permitido, e disposto, porquanto todas as licenças, e declarações já feitas (...)".*

[119] *As the passage demonstrates, "Moro" is the term used to designate the shared identity postulated for Philippine Muslims. "Moro" (or "Moor") was the appellation applied to all the Muslim populations of Southeast Asia by the Portuguese who seized Melaka in 1511. It was the same label used by the Spanish conquerors of the northern Philippines. With their Reconquista of Muslim Spain a recent collective memory, the Spaniards in Manila regarded the Southern sultanates and beheld Moros—familiar Muslim enemies. "Moro" denoted a Muslim inhabitant of the unsubjugated southern islands. It was applied categorically and pejoratively with scant attention paid to linguistic or political distinctions among various "Moro" societies. While, for instance, eighteenth-century British and Dutch chroniclers most often refer to sea raiders from Cotabato as "Iranun" or "Illano" (see, e.g., Forrest 1969 [1779]; Hunt 1957), contemporaneous Spanish reports virtually always denominate them as "Moros" (Warren 1981, 165 ff). [...] The Spaniards referred to the non-Muslim inhabitants of the Philippines as "indios," a term that eventually came to designate the subjugated and Christianized populace. For indios—the principal victims of "Moro" marauders—the term "Moro" connoted savage and treacherous pirates. A folk-theater form known as the moro-moro survived into the postcolonial period. It enacted the defeat of pillaging Muslim villains by Christian heroes (Majul 1985).* McKENNA, Thomas M. **Muslim rulers and rebels**: everyday politics and armed separatism in the southern Philippines. Berkeley: University of California Press, 1998, versão eletrônica da obra, p. 80-81. Disponível em: https://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft0199n64c&chunk.id=d0e1257&toc.depth=1&toc.id=d0e1085&brand=ucpress

Já não tiveram maior “sorte” os indígenas americanos *los Caribes*, pois assim dispõe a Lei XIII:

> Tienen Licencia los vezinos de las Islas de Barlovento para hazer guerra á los Indios Caribes, que las ván a infestar com mano armada, y comen carne humana, y pueden hazer sus esclavos á los que cautivaren, com que no sean menores de catorze años, ni mugeres de qualquiera edad. Mandamos, que assi se execute, guardando las instrucciones, que diere la Audiencia de Santo Domingo para mas justificacion.

O intuito aqui é demonstrar que a *Recopilación* segue aquela lógica que se tem destacado: os indígenas não devem ser maltratados e nem escravizados como regra geral e, a princípio, nem mesmo pela aplicação do conceito de guerra justa, a não ser aquelas guerras autorizadas desta forma pela Coroa!

Até este momento, no desenrolar do processo de conquista e exploração da América pelos impérios, tanto hispânico quanto lusitano, os povos originários passaram a seguir o modelo das reduções e a partir delas do uso da sua força de trabalho, através de institutos jurídicos como *encomienda*, *repartimiento*, *mita* e outros, todos nos quais o instituto em si da escravidão, com origem no direito romano clássico, a princípio estaria afastado, mas que na prática coloca os indígenas em situação análoga à escravidão.

Nesse modelo que o indígena estará inserido no projeto colonial até então. Porém, após a resolução de uma série de conflitos fronteiriços entre Portugal e Espanha, na América do Sul especialmente – os quais foram acirrados pela crescente contestação da validade do Tratado de Tordesilhas (1494) após 60 anos de domínio espanhol sobre os portugueses entre 1580-1640[120] –, pela assinatura do Tratado de Madrid em 1750 e a ascensão ao poder de Sebastião José de Carvalho e Melo (o famoso Marquês do Pombal), a questão dos povos originários tomou outras direções a partir de uma redefinição de como os indígenas deveriam ser integrados à sociedade colonial a partir da segunda metade do século XVIII.

[120] As instigantes questões geográfico-jurídico-históricas da contestação sobre o Tratado de Tordesilhas de 1494, especialmente após o fim da chamada “união ibérica”, a partir de 1640, e daí a assintura do Tratado de Madri, em 1750, e depois de outros, como o de Santo Ildefonso, em 1777, podem ser esclarecidas pela leitura da obra (dentre, obviamente, muitos outros trabalhos acadêmicos sobre o tema) de Fernando Cacciatore de Garcia, a saber: GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira iluminada. História do povoamento, Conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

Assim, a saber: **(1)** por um lado, o “incômodo” jusfilosófico e, consequentemente também teológico cristão-católico, dos maus-tratos sistemáticos e da escravização em si dos povos originários e; **(2)** por outro, o necessário processo evangelizador dos nativos americanos a endossar a legitimação dos domínios lusitanos e hispânicos na América, através da figura dos patronatos régios como ficaram consagrados, pelas bulas *Dum Diversas* de 1421, *Romanus Pontifex* de 1455, *Inter Coetera* de 1493 e *Dudum Siquidem* também de 1493.

Ambas as situações fizeram surgir documentos como as Leis de Burgos, As Leis Novas, os debates da Controvérsia de Valladolid, chegando-se até as legislações, todas analisadas, para a região da província do Paraguai e do Rio da Prata, não tendo se alterado de forma substancial a situação dos indígenas até o início da segunda metade do século XVIII.

Isto é, as diversas leis condenaram os maus tratos realizados pelos conquistadores europeus, vedando o instituto jurídico da escravização direta dos nativos, porém isso não implicou o abandono de diversos subterfúgios de construções de novos institutos e interpretação das leis, que endossavam a redução dos povos autóctones à situação similar à escravidão ou ao próprio instituto jurídico da escravidão em si, como visto em relação ao Livro VI, Título II, Lei XIII da *Recopilación* de 1680.

## 3.3 BREVE INVENTÁRIO DAS PRIMEIRAS LEGISLAÇÕES ACERCA DO TRABALHO DOS POVOS ORIGINÁRIOS PRODUZIDAS EM PORTUGAL PARA SEUS DOMÍNIOS NA AMÉRICA: A PERMANÊNCIA DO ARGUMENTO DA POSSIBILIDADE DA ESCRAVIZAÇÃO DOS ÍNDIOS

Realizar um inventário de legislações coloniais não é tarefa fácil. Na historiografia encontram-se algumas tentativas. Nos itens precedentes, quanto às leis para os domínios hispânico-americanos, fizeram-se diversas observações e recortes. Todos, aliás, necessários para a consecução da tarefa proposta para esta pesquisa.

Nesse contexto, a tarefa, ainda que minimamente pretendida, similar quanto às leis lusitanas, torna-se hercúlea e praticamente irrealizável nos limites da presente proposta de tese.

Então, como se poderia abordar tal item, o qual é imprescindível para a sequência do presente estudo? Primeiramente, alertando que a breve tentativa de inventariar, a qual procura-se realizar, através sobretudo de revisão bibliográfica e pesquisa direta à legislação, quando possível e viável, tem por objetivo demonstrar o que José Vicente César muito bem resumiu:

> Passados dois séculos da presença europeia no Brasil, chega-se à conclusão de que o Governo da Metrópole jamais adotou uma política de posições nítidas na defesa do índio, senão sempre vacilante e aquiescendo às exigências dos colonos. Os missionários, na qualidade de funcionários de Sua Majestade, tinham que submeter-se e acomodar-se a situações dúbias, ora avançando ora retrocedendo em suas práticas e convicções. Os jesuítas, às vezes sucumbindo à tentação de empregar o trabalho indígena em interesses da Ordem, de modo geral abraçavam a defesa de seus convertidos, pelo que se viram sempre odiados e perseguidos pelos civilizados. Os outros religiosos eram mais tranquilos, conformados com a sociedade dominante. Esta, apoiada pelas autoridades, entendia poder usar os silvícolas a seu bel-prazer. Mais que nunca vigorou o velho princípio: o fim justifica os meios – o serviço devia ser feito, o país devia progredir e desenvolver-se. Frequentemente, a catequese, a redução à Fé Católica e a conversão não passavam de pretextos para a sujeição e escravização dos filhos da selva. No Maranhão chegou-se ao cúmulo da desfaçatez de obter-se, pela Carta Régia de 30 de maio de 1718, autorização para o resgaste de 200 índios, caçados à força, cujo produto de venda seria aplicado na construção da futura catedral de São Luís[121].

Embora, muitas vezes, a legislação lusa, para os seus domínios na América, proscrevia a escravização dos indígenas, ao fim e ao cabo, foram letra morta na prática e sempre revogadas *a posteriori* por outras normativas que seguiam o padrão por nós já apontado, ou seja, os indígenas como regra geral (sic!) não podiam ser submetidos à escravidão, porém diversas exceções eram pontuadas nas leis, quase sempre, a maior parte delas, em torno do já consabido conceito da “guerra justa”” ou “combate ao canibalismo”. Logo, o intento será destacar – uma vez mais, baseado sobretudo em revisão bibliográfica – aquiles que parecem ser os principais marcos legais lusitanos acerca da questão indígena em seus domínios sul-americanos. Tenta-se pautar a “escolha” desses marcos pelas generalidades e representatividades que se percebem na historiografia consultada, porém, sobretudo, pelo destaque do infindável vai-e-vem de leis que ora vedam a escravização dos povos originários, ora permitem submeter os indígenas aos trabalhos forçados pelo estabelecimento de diversos subterfúgios jurídico-hermenêuticos.

---

[121] CÉSAR, José Vicente. Situação legal do índio durante o Período Colonial (1500-1822). **América Indígena**, v. XLV, n. 2, abr-jun. 1985, p. 412.

Assim, nos domínios portugueses na América, a primeira legislação mais relevante constitui-se no Regimento de Tomé de Souza, datado de 17 de dezembro de 1548. Aquele foi o primeiro Governador-Geral da colônia brasileira. Da mesma forma que a legislação produzida pelos espanhóis, ainda bem no início da segunda década do século XVI, o regramento passado ao nobre português faz referência à necessidade de sempre procurar apaziguar os indígenas e apenas "dar combate" àqueles que atacassem aos colonos e autoridades coloniais[122]. Contudo, o destino dos Tupinambás, os quais supostamente atacavam os exploradores europeus, será o cativeiro (grifos adicionados ao texto original):

> Eu são enformado que a jemte que pesue a dita terra da Bahia he hua pequena parte da linhagem dos topinambais e que podera aver deles nela de cinquo ate seis mil homens de peleja os quaes acupão ao lomguo da costa pera a parte do norte atee Totuapara que são seis leguoas e pelo sertão atee entrada do Peraçuu que serão cinquo leguoas e que tem de dentro da dita Bahia a Ilha de Taparica e outras tres mais pequenas povoadas da dita nação e que a dita terra e ilhas tem muito aparelho pera em pouco tempo com pouca jemte bem ordenada se lhe poder tomar por ser escampada e de bom serviço e ter poucas serras e matos e asy sou enformado que no ano de 45 estando Francisco Pereyra Coutynho por capitão da dita Bahia allgua desta jemte lhe fez guerra e o lamçou da terra e estruyo as fazendas e fez outros muytos danos aos christãos de que outros tomarão eyxempro e fezerão o semelhante em outros capitanias e que allgûus outros jemtios da dita Bahia não consentirão nem forão no dito alevantamento amtes esteverão sempre de paz e estão ora em companhia dos cristãos e os ajudão e que asy estes que ahy estão de paz como todas as outras nações da costa do Brasill estão esperando pera ver o castiguo que se daa aos que primeiro fizerão os ditos danos pelo que cumpre muito a serviço de Deus e meu os que asy se alevamtarão e fizerão guerra serem castiguados com muito riguor por tamto vos mando que como cheguardes a dita Bahia vos enformeis de quaes são os jemtios que sosteverão a paz e os favoreçais de maneira que sendo vos necesario sua ajuda a tenhais certa. **E tanto que a dita cerqua for repairada e esteverdes provido do necesario e o tempo vos parecer desposto pera iso praticareis com pesoas que o bem entendão a maneira que tereis pera poder castiguar os culpados o mais a voso salvo e com menos risquo da jemte que poder ser e como o asy tiverdes praticado o poreis em ordem destruindo lhe suas aldeas e povoações e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que abasta pera seu castiguo e exempro de todos e dahy em diamte** pedindo vos paz lha concedais damdo lhe perdão e **iso será porem com eles ficarem reconhecendo sogeição e vasalajem e com encargo de darem em cada hum ano alguns mantimentos pera a jemte da povoação e no tempo que vos pedirem paz trabalhareis por aver a voso poder allgûns dos principaes que forão no dito alevantamento e estes mandareis per justiça enforcar nas aldeas donde erão principaes**[123]. (sic)

---

[122] VALE, Eliara Bianospino Ferreira do. O indígena e a legislação brasileira. **Revista JurisFIB**, Bauru/SP, v. V, ano V, p. 427-452, dez. 2014.

[123] A pesquisa da legislação colonial brasileira, partindo-se dos avanços tecnológicos hoje existentes como a digitalização, não é tarefa fácil. Assim, utiliza-se aqui uma pesquisa realizada por Beatriz Perrone-Moisés, a qual, em sua dissertação de mestrado, teve a árdua tarefa de pesquisar e transcrever trechos das principais legislações deste período. Seu mestrado foi orientado pela

Em agosto de 1566, após período de fome e peste na Bahia, em 1564[124], reuniu-se uma Junta composta pelo Governador-Geral Mem de Sá, o Bispo da Bahia Dom Pedro Leitão, o Ouvidor Geral Brás Fragoso, e os Padres Luís da Grã (provincial dos jesuítas), Inácio de Azevedo e Manuel da Nóbrega[125], a qual foi convocada para discutir justamente sobre o problema da escravização dos indígenas:

> **Carta Régia a Mem de Sá, para que convoque uma Junta para se ocupar especialmente da venda de escravos sob o título de extrema necessidade. 08/1566**
> Men de Saa amigo. Eu El-Rey vos envio muito saudar. Porque o principal e primeiro intento, que tenho em todas as partes da minha conquista, hee o augmento e conservaçam de nossa sancta Fee Catholica e conversão dos gentios dellas, vos encomendo muito que deste negocio tenhais nessas partes muy grande e especial cuydado, como de cousa a vós principalmente encomendada, porque com assi ser, e em tais obras se ter este intento, se justifica o temporal que Nosso Senhor muitas vezes nega quando há descuydo no spiritual. Eu sam informado que geralmente nessas partes se fazem cativeiros injustos, e correm os resgates com titulo de extrema necessidade, fazendo-se os vendedores pais dos que vendem, que são as cousas com que as tais vendas podião ser licitas, conforme ao assento que se tomou, não avendo as mais das vezes as ditas cousas, antes polo contrario intercedendo força, manhas, enganos, com que os induzem facilmente a se venderem por ser gente barbara e ignorante. E por este negocio dos resgates e cativeiros injustos ser de tanta importancia, e ao que convem prover com brevidade, vos encomendo muito que com o Bispo e o Pe Provincial da Companhia e com o Pe Ignacio d'Azevedo e Manuel da Nobrega e o Ouvidor Geral, que laa está, e o que ora vay, consulteis e pratiqueis este caso e o modo que se pode e deve ter pera se atalhar aos tais resgates e cativeiros. E me escrevais miudamente como correm, e as desordens que nelles há e o remedio que pode averá pera os tais injustos cativeiros se evitarem, de maneira que aja gente com que se grangeem as fazendas e se cultive a terra; pera, com a dita informação, se tomar determinação no dito caso e ordenar o modo que nisso se deve ter, que ser como parecer mais serviço de N.S. e meu. E em quanto não for recado meu, que ser com ayuda de Nosso Senhor brevemente, se fará acerca disso o que por todos for assentado.
> Muito vos encomendo que aos novamente convertidos favoreçais e conserveis em seus bons propositos e não consintais serem-lhe feitas avexações, nem desaguisados alguns, nem lançados das terras, que possuirem, pera que com isso se animem a receber o sacramento do baptismo e se veja que se pretende mais sua salvação que sua fazenda;

---

Professora Manuela Carneiro da Cunha, na Unicamp, em 1990. No caso, para o Regimento de Tomé de Souza, a fonte utilizada por Perrone-Moisés foram os Documentos Históricos localizados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A própria autora explica as razões da manutenção da grafia da época: "Mantém-se a ortografia da fonte transcrita, quer provenha de manuscrito ou de impresso; por respeito ao valor do documento, mas sobretudo porque essas estranhas ortografias têm o poder de lembrar repetidamente ao leitor que os valores fundamentais e inegociáveis permanecem os mesmos ao longo dos séculos, desde a invasão da América pelos europeus: a liberdade dos índios e seu direito primário e inalienável a suas terras" (p. 1). MOISÉS, Beatriz Perrone (Org.). **Documentos de legislação indigenista colonial** [livro eletrônico]: parte 1: 1500-1700. 1. ed. São Paulo: Centro de Estudos Ameríndios, 2021, p. 45.

[124] CÉSAR, José Vicente. Situação legal do indio durante o Período Colonial (1500-1822). **América Indígena**, v. XLV, n. 2, p. 391-425, abr.-jun. 1985.

[125] *Ibid*.

> antes aos que as não tiverem provejais e ordeneis como se lhe dêm de que commodamente possão viver. E, sendo possivel, dareis ordem como alguns portugueses, de boa vida e exemplo, vivão nas Aldeias entre os que se convertem, aynda que seja como lhe fazerdes algumas aventagens, pera com sua conversação e exemplo yrem avante em seus bons propositos[126]. (sic)

Passados mais de vinte anos, o monarca lusitano Dom Sebastião fez promulgar a Lei sobre a Liberdade dos Gentios, de 20 de março de 1570[127]. Esta legislação é, sem dúvida, muito importante na história do direito brasileiro sobre a questão dos povos originários.

Todavia, em termos de "avanços" no tratamento aos indígenas, esta lei pode mesmo ser encarada como uma espécie de retrocesso, isso porque justifica a escravização dos indígenas que se mostrassem "arredios" à conversão cristã, ou seja, regula a questão chamada à época de "guerra justa", questão esta justamente debatida em Valladolid em 1550! Também poderiam "manter-se" escravos aqueles "nativos" que fossem resgatados da escravidão de outros povos indígenas. Nos termos da própria lei (grifo adicionado ao texto original):

> **Lei. Sobre a liberdade dos gentios das terras do Brasil, e em que casos se podem ou não podem cativar. 20/03/1570**
> D. Sebastião etc. Faço saber aos que esta lei virem que sendo eu informado dos modos illicitos que se tem nas partes do Brasil em captivar os gentios das ditas partes, e dos grandes inconvenientes que disso nascem, assim para as conciencias das pessoas que o captivam pelos ditos modos como para o que toca a meu serviço e bem e conservação do estado das ditas partes, e parecendo-me que convinha muito ao serviço de Nosso Senhor prover nisso em maneira que se atalhasse aos ditos inconvenientes, mandei ver o caso na Mesa da Consciencia, pelos deputados do despacho della, e por outros lettrados; e conformando-me n'isso com sua determinação e parecer: **Defendo e mando que d'aqui em diante se não use nas ditas partes do Brasil dos modos que se at, ora usou em fazer captivos os ditos gentios, nem se possam captivar por modo nem maneira alguma, salvo aquelles que forem tomados em guerra justa que os portuguezes fizerem aos ditos gentios, com autoridade e licença minha, ou do meu governador nas ditas partes, ou aquelles que costumam saltear os Portuguezes, ou a outros gentios para os comerem: assim como são os que se chamam Aymorés e outros semelhantes.** E as pessoas que pelas ditas maneiras licitas captivarem os ditos gentios serão obrigados dentro de dois mezes primeiros seguintes, que se começarão do tempo em que os captivarem, fazerem escrever os taes gentios captivos nos livros das provedorias das ditas partes, para se poder ver e saber quaes são os que licitamente foram

[126] MOISÉS, Beatriz Perrone (Org.). **Documentos de legislação indigenista colonial** [livro eletrônico]: parte 1: 1500-1700. 1. ed. São Paulo: Centro de Estudos Ameríndios, 2021, p. 57-58. Fonte utilizada por: LEITE, Serafim S.J. **Monumenta Brasiliæ**. Roma, 4 v., 1956-60. No caso do volume IV, p. 357-360.

[127] VALE, Eliara Bianospino Ferreira do. O indígena e a legislação brasileira. **Revista JurisFIB**, Bauru/SP, v. V, ano V, p. 427-452, dez. 2014. Ver também CÉSAR, José Vicente. Situação legal do indio durante o Período Colonial (1500-1822). **América Indígena**, v. XLV, n. 2, p. 391-425, abr.-jun. 1985.

> captivos. E não o cumprindo assim no dito tempo de dois mezes: Hei por bem que percam a acção dos ditos captivos e senhorio. E que por esse mesmo geito sejam forros e livres. E os gentios que por qualquer outro modo e maneira forem captivos nas ditas partes declaro por livres, e que as pessoas que os captivarem não tenham n'elles direito nem senhorio algum[128].

Todas as regras e lógicas já “manejadas” nas legislações espanholas foram anteriormente analisadas. Ou seja, toda as incoerências e contradições – incongruências estas quando comparadas com sistemas jurídicos em termos de modernidade – características dos vacilantes posicionamentos sobre a escravização dos povos originários. Nesse diapasão, a seguir trazem-se brevíssimas notícias de algumas legislações lusas para o período, pesquisas feitas nas mesmas fontes bibliográficas já citadas.

Em 24 de fevereiro de 1587, (já o reino de Portugal sob o jugo da monarquia espanhola dos Habsburgos) nova legislação determina quais são os autóctones que podem ser cativos ou não – baseando nos critérios estabelecidos pela Lei de 1570 – proibindo incursões nos sertões sem a autorização do governador e dos jesuítas (porém, a questão, aqui, é que continuavam sendo dadas permissões para as incursões para captura de nativos) e, novamente, regula a repartição do trabalho dos indígenas (ou seja, da escravização dos mesmos). Traz-se o texto completo desta lei de 1587, por ser exemplo claro do sistema jurídico colonial sobre o uso da mão de obra indígena (grifos adicionados ao texto original):

> **Lei que SM passou sobre os Indios do Brasil que não podem ser captivos e declara os que o podem ser. 24/02/1587**
> Dom Phelippe pergraça dedeos Rey deportugual etc. faço saber aos que esta ley virem que avendo Respeito ao Snor Rey dõ Sebastião meu sobrinho que deos tem fazer huã ley no ano de quinhentos setenta, per que ouve por bem e mandou pellos Respeitos nella declarados que nas partes do Brasil se não usasse dos modos ilicitos que ate o dito tempo se usaraõ em captivar os gentios dellas e que soomemte fossem captivos aquelles que fossem tomados em guerra Justa se fezesse com autoridade e licença do meu governador das ditas partes como mais larguamente he declarado nadita ley de que o trelado heo seguinte:
> E cõformando-me com a dita ley e por evitar os execços de que meus vasallos moradores nas ditas partes do brasil vaõ com os Indios dellas assy em os trazere do sertaõ por força e com enguanos como pellos mal tratarem e venderem como cativos sendo livres e se servire delles sen lhes paguarem seus serviços e outras estrações e Iniurias que Recebem de que se assy pera a comservaçaõ dos mesmos Indios, como pera aquietação daquellas partes e dos ja convertidos a nossa santa fee ey por bem e mando que daqui em diante

[128] MOISÉS, Beatriz Perrone (Org.). **Documentos de legislação indigenista colonial** [livro eletrônico]: parte 1: 1500-1700. 1. ed. São Paulo: Centro de Estudos Ameríndios, 2021, p. 59-60. Fonte utilizada pela autora: RIO DE JANEIRO. **Documentos para a história do açúcar**. V. I. Legislação. Rio de Janeiro: IAA/Serviço Especial de Documentação Histórica, 1954, p. 370.

nenhuã para de qualquer calidade e condiçaõ que seya va ao sertaõ com armaçoes a buscar Indios sem licença do dito meu guovernador. Aqual lhe elle dara precedendo primeiro o exame necessario da bondade e calidade da pessoa ou pessoas que forem fazer as taes armaçoes e da comfianca dellas, cõ as quais Jraõ dous ou tres padres da companhia de Jesus que pello bom credito que tem entre os gentios os presuadiraõ mais facilmente avirem servir aos ditos meus vasallos em seus emgenhos e fazendas sem força nem emguano declarando lhes que lhes paguaraõ seus serviços conforme a meu Regimento, e que quando se quiserem tirar dos emgenhos ou fazendas onde estivere o poderaõ fazer sem lhes ser feita força alguã, e depois de vindos os ditos Indios do sertaõ ey por bem que se naõ Repartaõ emtre os ditos moradores sem serem pressentes a Isso o dito meu guovernador, o ouvidor geral e os padres que foraõ nas tais armações ou outros da mesma companhia: os quais procuraraõ que a dita Repartiçaõ se faça mais a gosto e proveito dos Indios que das pessoas por quem se Repartirem naõ os constrangendo a servirem contra suas vontades e o dito guovernador ou ouvidor geral lhes fara paguar seus trabalhos e sevjços segundo mereçere, e pera que com mais clareza se sajba, a todo o tenpo os Indios que serve nos tais engenhos e fazendas mando que aja hu livro na camara de cada huã das capitanias das ditas partes em que se todos escrevaõ com declaraçaõ das aldeas em que viverem e as pessoas que os tiverem seraõ obriguados a ter hu Rol do numero delles con declaraçaõ dos nomes e jdades que sera assinado pellas Justiças de cada hua das ditas capitanias, e o dito ouvidor geral sera obrigado a vizytar os taes Indios com o procurador delles duas vezes em cada hu anno tomando a cada hua das taes pessoas conta dos que tivere no seu Rol.

E se emformara particularmente se os vendem ou trataõ mal e achando que naõ tem ciudado de os doutrinar nas cousas da nossa santa fee como cõve o fara saber ao prellado daquellas partes pera nisso dar o Remedio necessario e lhes fara paguar todo o devido de seus serviços e nas partes onde naõ estiver o dito ouvjdor geral e for presente o provedor moor de minha fazenda visitara os ditos Indios na maneira atras declarada. E querendo algus dos ditos Indios por Recebere mao tratamento das taes pessoas ou por outro qualquer Respeito, tirarse das fazendas onde estivere o poderaõ livremente fazer como pessoas livres e naõ o comprindo assy o dito ouvidor geral que ora he e ao diante for das ditas partes, se lhe dara em culpa na residencia que se tirar della na qual se perguntara pello sobredito e nas capitanias e povoaçoes onde o dito guovernador naõ for pressente ey por bem que façaõ a mesma diligencia os capitaes das ditas capitanias ou as pessoas que estiverem em seu lugar com os ouvidores dellas. **E outrossy ey por bem que nas ditas partes do brasil naõ aja Indio algu cativo e todos seyaõ livres e como taes seyaõ tratados excepto os que foren cativos em alguã guerra Justa que per meu mandado ou do dito meu guovernador se fezese ou for conprado por naõ ser comido dos outros Indios naõ se podendo doutra maneira salvar da cruza desumana com que se comem hus aos outros.** E o que assy for comprado ficara cativo ate, o tempo que tornar a seu snõr o que deu por elle e pera que com mayor deligencia e cuidado se Requerer e procurar a Justiça dos ditos Indios, Mando ao dito guovernador ordene em cada huã das ditas capitanias e povoaçoes pessoas que teraõ carguo de a procurar e Requerer e de fazer ao dito guovernador e as Justiças todas as lembranças que lhe parecerem necessarias, assy pera os conservar em suas liberdades como pera os defender das Injurias e maos tratamentos que se lhes fizer. E ey por bem que em todos os casos tocantes as liberdades dos ditos Yndios Jornaes e soldadas duvidas ou avexaçoes que lhe foren feitas contra as provisões que em seu favor saõ passadas ou ao diante se lhes passare o dito ouvidor geral e as mais Justiças das outras capitanias e povoações procedaõ nelles sumariamente sem mais ordem nem figura de Juizo que a que for necessaria para se saber a verdade sem embargo de quaisquer ordenaçoes que emcontro aja, e de se naõ fazer aqui expressa mençaõ e derroguaçaõ da sustancia dellas que nestes casos ey por

> derroguadas, e da ordenaçaõ do Livro segundo, titulo 49 que diz que se naõ emtenda nunqua ser deroguada a ordenaçaõ se da sustancia della senaõ fizer expressa mençaõ notefico o assy ao meu guovernador, e ouvidor geral, e aos capitaes das capitanias e ouvidores dellas, e a todas as mais Justiças e offiçiaes e pessoas das ditas partes a que o conhecimto desta ley pertencer, e lhes mando que a cunpraõ, e guardem, e façaõ comprir e gardar inteiramente como se nella conthem semaisso ser posto duvida nen contradiçaõ alguã porque assy ho ay por meu serviço. E ao chanceler moor mando que a publique na chra e envie o trellado della sob seu sinal e meu sello por quatro ou cinco vias as ditas partes do brazil, E mando outro ssy ao guovernador das ditas partes que a faça pubricar em todas as capitanias e povoaçoes dellas e Registar no Livro da casa da Relaçaõ que ora emvio as ditas partes, e nos livros das camaras dos lugares das ditas capitanias pera que a todos seya notorio, e se cumpra Inteiramente e assy se Registara no Livro da mesa do despacho dos meus desembarguadores do Paço, e nos livros das Relaçoes das casas da suplicaçaõ e do porto em que se Registaõ as semelhantes provisoes, Francisco de Barros a fez em madrid a xxiu de fevo ano do nacimento de nosso senhor Jesu christo de M.B.LXXX sete. Roque vieira a fez escrever[129].

Em 30 de julho de 1609, nova lei "determina que por ser contra o Direito natural o cativeiro não se podem cativar os gentios do Brasil"[130], legislação que proscreve qualquer tipo de escravização do indígena. Porém, devido aos fortes descontentamentos havidos entre os colonos[131], nova lei é editada, em 10 de setembro de 1611, restabelecendo os conceitos de "guerra justa" e canibalismo a referendarem as possibilidades de escravização do indígena. Pela relevância desta "alteração" legislativa, apresenta-se a colação do seu trecho inicial, onde consta a "mudança" legal determinada por Felipe II de Espanha (grifo adicionado ao texto original):

> **Lei sobre a liberdade do gentio da terra e da guerra que se lhe pode fazer. 10/09/1611**
> D. Felipe por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalém mar em Africa Senhor de Guiné e da conquista navegação e comércio de Etiopia Arabia, Persia e da India ultramarina. Faço saber aos que esta lei virem que sendo o senhor D.Sebastião meu primo que Deus tem informado dos modos ilicitos com que na parte do Brasil se cativam os gentios delas dos grandes inconvenientes que disso resultarão e mandou por uma lei feita em Evora a vinte de Março do ano de mil quinhentos e setenta que se não pudessem cativar por maneira alguma salvo aqueles que fossem tomados em guerra justa que se fizesse e com sua licença, ou do governador das ditas partes e os que salteassem os portugueses e outros gentios para os comerem com declaração que as pessoas que pela dita maneira os cativassem dentro

[129] MOISÉS, Beatriz Perrone (Org.). **Documentos de legislação indigenista colonial** [livro eletrônico]: parte 1: 1500-1700. 1. ed. São Paulo: Centro de Estudos Ameríndios, 2021, p. 67-69. Fonte utilizada pela autora: THOMAS, Georg. **Política indigenista dos portugueses no Brasil, 1500-1640**. São Paulo: Loyola, 1982, p. 222-224. Georg Thomas, por sua vez, utilizou como fonte Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Códice 112, folhas 45-47.

[130] *Ibid*., p. 85. Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador, v. 29, p. 24-29, 1943.

[131] CÉSAR, José Vicente. Situação legal do indio durante o Período Colonial (1500-1822). **América Indígena**, v. XLV, n. 2, p. 391-425, abr.-jun. 1985.

de dois meses primeiros seguintes os fizessem escrever nos livros das provedorias das mesmas partes para se poder quais eram os que licitamente foram cativos e não o fazendo assim perdessem a ação se os terem por tais e eles ficassem livres e todos os mais que por qualquer outro modo se cativassem a qual lei El Rei meu Sr. que santa gloria haja houve por bem de revogar por outra que fez em onze de novembro do ano de mil e quinhentos e noventa e cinco, pelas causas nela declaradas e mandou que em nenhum caso fossem cativos, salvo aqueles que se cativassem na guerra que por suas provisões particulares assinadas por êle mandasse que se lhe fizesse, havendo por livre aos que por qualquer outra maneira fossem cativos, **sendo eu informado que contudo era necessário prover com diferente remédio mandei por minha provisão passada em cinco de junho de mil seiscentos e cinco que em nenhum caso se pudessem os ditos indios cativar e por lei feita em trinta de julho de mil seiscentos e nove os declarei a todos por livres conforme o direito e seu nascimento natural com outras declarações e cousas conteudas na dita lei e tornando ora a mandar ver e considerar os inconvenientes que se representaram conforme a importância da matéria e querendo atalhar a êles e aos que ao diante se podem seguir e juntamente prover no que mais convém ao governo dos ditos gentios e sua conversão á nossa santa fé católica e a conservação da paz daquêle Estado com parecer dos do meu Concelho mandei ultimamente fazer esta lei pela qual dita maneira declaro todos os gentios das ditas partes do Brasil livres, conforme o direito e seu nascimento natural, assim os que já foram batizados e reduzidos á nossa santa fé católica, como os que ainda vivem como gentios, conforme a seus ritos e ceremonias e que todos sejam tratados, e havidos por pessoas livres, como são sem poderem ser constrangidos a serviço, nem a cousa alguma contra sua livre vontade e as pessoas que deles se servirem lhe pagarão seu trabalho assim, e da maneira que são obrigados pagar a todas as mais pessoas livres, porém sucedendo caso que os ditos gentios movam guerra rebelião e levantamento, fará o governador do dito Estado junta com o bispo, sendo presente e com o Chanceler e desembargadores da Relação e todos os prelados das ordens que forem presentes no lugar onde se fizer a tal junta e nela se averiguar se convém e é necessário ao bem do Estado fazer-se guerra ao dito gentio e se ela é justa e do assento que se tomar se me dará conta com relação das causas que para isso ha e eu as mandar ver e aprovando que se deve fazer a guerra se fará e serão cativos todos os gentios que nela se cativarem. E porque poder suceder que na dilação de se esperar minha resposta e aprovação de se fazer a guerra haja perigo hei por bem e mando que havendo na tardança e sendo tomado assento pela dita maneira que se deve fazer guerra, se faça e execute o que se assentar, dando-se-me conta do assento, como fica referido e os gentios que se cativarem se assentarão em um livro que para isso se fará por seus próprios nomes e lugares donde são com declaração de suas idades, sinais e circunstâncias que houver em seu cativeiro; e as pessoas que os cativarem e a quem pertenceram os terão como cativos (sendo feitas as ditas diligências porque não as fazendo o não serão e delas não poderão vender até eu ter confirmado o assento que se tomar sobre se fazer a tal guerra e confirmando-as eu poderão fazer dêles o que lhes bem estiver como se os cativos que ficaram sendo livremente e não os confirmando se cumprir o que sobre isso mandar. E porque sendo entendido que os ditos gentios teem guerras uns com os outros e costumam matar e comer todos os que nelas se cativam, o que não fazem achando que lh'os cumpre, desejando prover com remédio ao bem dêles e salvação de suas almas que se deve antepor a tudo e considerando como é certo que nenhuma pessoa querer dar por êles cousa alguma não lhe havendo ficar sujeitos, hei por bem que sejam cativos todos os gentios que estando presos e cativos de outros para oscomerem, forem comprados justificando os compradores dêles pelas**

> **pessoas que conformeesta lei podem ir ao sertão com ordem do Governador que os comprarão estando comofica dito presos de outros gentios para os comerem com declaração que não passando opreço por que os tais gentios foram comprados da quantia que o governador com osadjuntos declarar serão cativos somente por tempo de dez anos que se contarão do diada tal compra e passados êles ficarão livres e em sua liberdade e os que foremcomprados por mais ficarão cativos, como dito é**. [...] [132] (sic)

Entre o "libertar o gentio" e "permitir a sua escravização em alguns casos", surge uma Provisão régia sobre os escravos de corda, de 20 de julho de 1647. Chamavam-se "escravos de corda", pelos colonizadores, os indígenas capturados por outros grupos autóctones que estariam destinados ao sacrifício ritualístico (canibalismo) e eram, então, "resgatados" pelos "cristãos brancos"[133]. Assim, tendo sido "salvos" de serem comidos vivos, tornam-se escravos de seus "libertadores".

> **Provisão régia sobre os escravos de corda. 20/07/1647**
> Dom João por Graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves de aquem e de alem mar em africa Senhor de Guiné & Ca. Faço saber a vos Governador do Maranhão, que no meu Concelho Ultramarino se teve por informação que no dito Estado e Capitania do Caité (de que donatario Alvaro de Souza) tem os gentios que chamão escravos decorda, guerra entre si e que he estilo seu comerem-se uns aos outros, resultando disto perderem-se suas almas, e que de se resgatarem o dito gentio assim condenado epresioneiro se segião dous bens, que erão redusillos a nossa santa fé e livrallos da morte, e terem os brancos quem os sirva em suas roças e canaviais, sem os quaes escravos era imposivel sustentar-se a costa do Maranhão e Brazil; Pelo que vos mando que vendo areferida com atenção quepede negocio de tanta importaricia me envieis dizer o meio que poderá haver para oresgate destes Indios que entre si tem cativos em guerras e os comem quando lhos não resgatão, comtanto que se não tome daqui ocazião para se não captivarem outros livres a sombra d'estes avisando ao dito Conselho Ultramarino detudo omais que nesta materia vos parecer para se ordenar o que mais convier ao serviço de Deos emeu cumprio asim. El Rey nosso Senhor o mandou pello Marques de Monte Alvão do seu Conselho de Estado e Prezidente do mesmo Conselho Ultramarino. Manoel Antonio o fez em Lisboa a 20 de julho de 1647. (sic) e eu o Secretario Affonço de Barros Caminha o fiz escrever//O Marques de Monte Alvão// Nesta forma sepassou outra carta para o guardião de S. Antonio do Maranhão no mesmo dia 20 de julho de 1646. (sic)[134]

---

[132] MOISÉS, Beatriz Perrone (Org.). **Documentos de legislação indigenista colonial** [livro eletrônico]: parte 1: 1500-1700. 1. ed. São Paulo: Centro de Estudos Ameríndios, 2021, p. 88-93. Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador, v. 29, p. 8-15, 1943.

[133] CÉSAR, José Vicente. Situação legal do indio durante o Período Colonial (1500-1822). **América Indígena**, v. XLV, n. 2, p. 391-425, abr.-jun. 1985.

[134] MOISÉS, Beatriz Perrone (Org.). **Documentos de legislação indigenista colonial** [livro eletrônico]: parte 1: 1500-1700. 1. ed. São Paulo: Centro de Estudos Ameríndios, 2021, p. 119. Fonte: RIO DE JANEIRO. **Livro Grosso do Maranhão**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 28 (1906); 66, 1948, p. 23.

O próximo documento que merece destaque é a célebre Carta Régia de 21 de dezembro de 1686[135], ou Regimento das Missões[136], a qual concedeu poder espiritual e temporal aos jesuítas e franciscanos nas aldeias e missões administradas/criadas pelos mesmos na região Amazônica.

Mais uma legislação que procurava regulamentar a administração da exploração do trabalho indígena. Proibia a presença de "não índios" (com exceção dos religiosos) nas povoações indígenas. Estabelecia que estas povoações tivessem pelo menos 150 casais e que se cuidasse, no momento dos tais descimentos, que os indivíduos pertencentes a nações diferentes fossem separados. E, claro, por último, regulava a repartição destes mesmos indígenas entre os moradores (colonos europeus) e as missões (religiosas)[137].

Todavia, em 1688, houve por bem Dom Pedro II "emendar" algumas disposições do Regimento das Missões, através do Alvará com força de lei editado em 8 de abril.

As disposições desta legislação resumem tudo o que até agora se tem demonstrado. Pela força e representatividade do seu texto, colaciona-se o texto original impresso em Portugal em 1724 e disponível em forma digitalizada na Internet[138]:

---

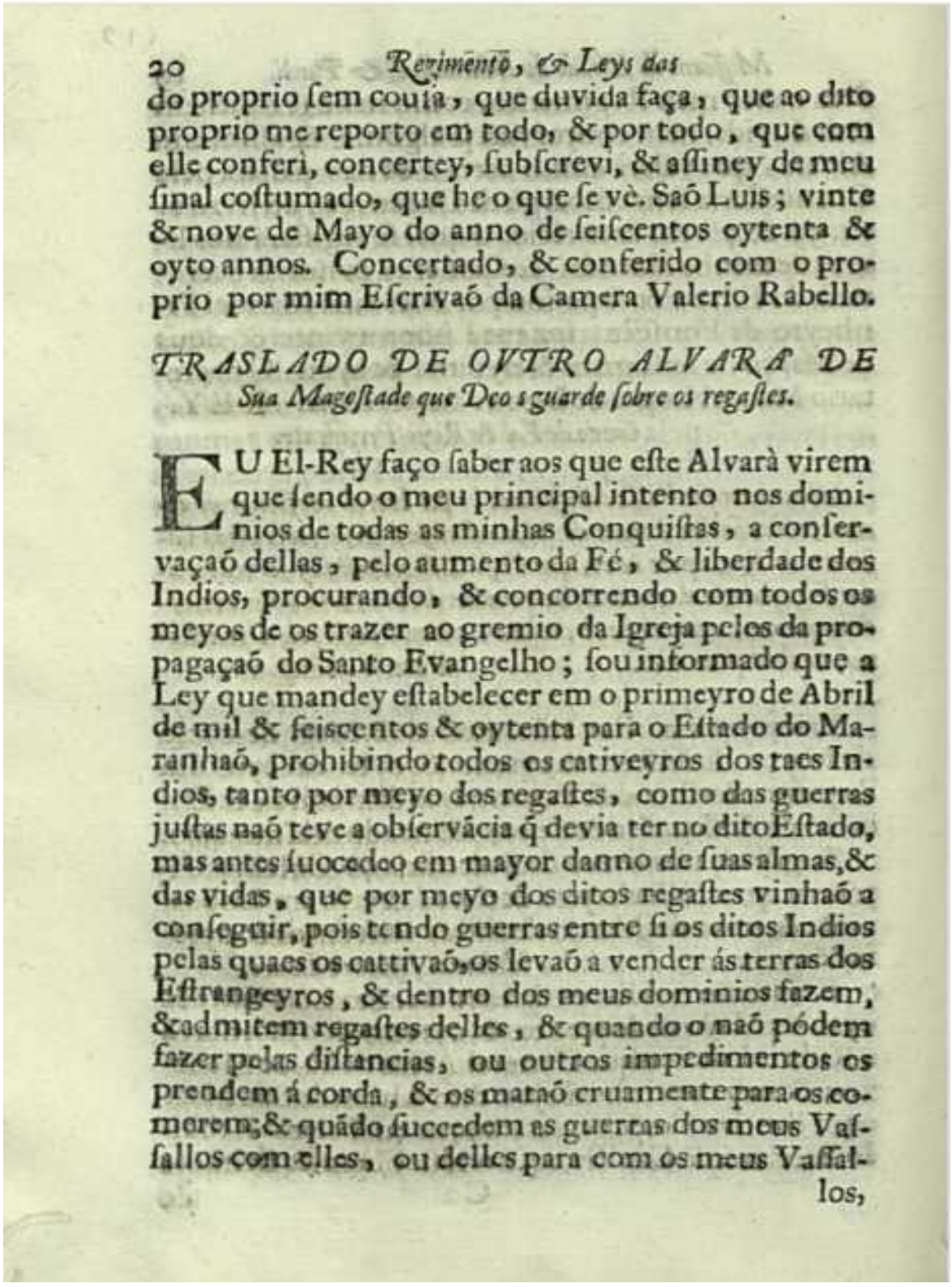
[135] Nas primeiras linhas do Regimento de 1686, El-Rei Dom Pedro III, cita a Lei de 1º de abril de 1680, a qual não diverge da lógica das incongruências até aqui apontadas. Mercio Pereira Gomes afirma sobre esta lei de 1680: "Declara a liberdade dos índios, conforme a Lei de 1609, mantendo, porém, os escravos existentes. Continua a admitir as guerras justas e o aprisionamento de índios, porém com a ressalva de que os prisioneiros sejam tratados 'como as pessoas que se tomam nas guerras de Europa'. Dá plenos poderes aos jesuítas para estabelecerem missões exclusivas onde haja índios que não queiram 'descer'. Nas aldeias cristãs os índios deveriam ser governados por seus chefes e pelo pároco local. A repartição de índios descidos fica a cargo do bispo junto com o prelado dos franciscanos e um representante da Câmara". GOMES, Mercio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988, p. 71-72.

[136] A cópia do texto original, conforme impresso em Portugal em 1722, está nos anexos da presente tese.

[137] VALE, Eliara Bianospino Ferreira do. O indígena e a legislação brasileira. **Revista JurisFIB**, Bauru/SP, v. V, ano V, p. 427-452, dez. 2014. CÉSAR, José Vicente. Situação legal do indio durante o Período Colonial (1500-1822). **América Indígena**, v. XLV, n. 2, p. 391-425, abr.-jun. 1985.

[138] Cópia digitalizada do documento original datado de 1724. Disponível em: https://purl.pt/15102

Figura 5- -Regimento e Leis sobre as Missões do Estado do Maranhão e Pará



20 *Regimento, & Leys das*

do proprio ſem couſa, que duvida faça, que ao dito proprio me reporto em todo, & por todo, que com elle conferi, concertey, ſubſcrevi, & aſſiney de meu final coſtumado, que he o que ſe vè. Saõ Luis; vinte & nove de Mayo do anno de ſeiſcentos oytenta & oyto annos. Concertado, & conferido com o proprio por mim Eſcrivaõ da Camera Valerio Rabello.

## *TRASLADO DE OVTRO ALVARÁ DE Sua Mageſtade que Deos guarde ſobre os regaſtes.*

EU El-Rey faço ſaber aos que eſte Alvarà virem que ſendo o meu principal intento nos dominios de todas as minhas Conquiſtas, a conſervaçaõ dellas, pelo aumento da Fé, & liberdade dos Indios, procurando, & concorrendo com todos os meyos de os trazer ao gremio da Igreja pelos da propagaçaõ do Santo Evangelho; ſou informado que a Ley que mandey eſtabelecer em o primeyro de Abril de mil & ſeiscentos & oytenta para o Eſtado do Maranhaõ, prohibindo todos os cativeyros dos taes Indios, tanto por meyo dos regaſtes, como das guerras juſtas naõ teve a obſervàcia q devia ter no dito Eſtado, mas antes ſuccedeo em mayor danno de ſuas almas, & das vidas, que por meyo dos ditos regaſtes vinhaõ a conſeguir, pois tendo guerras entre ſi os ditos Indios pelas quaes os cattivaõ, os levaõ a vender ás terras dos Eſtrangeyros, & dentro dos meus dominios fazem, & admitem regaſtes delles, & quando o naõ pódem fazer pelas diſtancias, ou outros impedimentos os prendem á corda, & os matáõ cruamente para os comerem; & quãdo ſuccedem as guerras dos meus Vaſſallos com elles, ou delles para com os meus Vaſſallos,

los, pelas cauſas que para iſſo daõ os ditos Indios, & nos caſos que por direyto ſaõ permitidos os mateõ no meſmo furor da guerra temendo a ſua infiel barbaridade depois de vẽcidos, & ſem a piedade que delles poderiaõ ter, ſe das ſuas vidas pódeſſem tirar o fruto dos cativeyros occaſionando-ſe por eſtas meſmas cauſas a mais dura guerra, & as mais deſeſperadas mortes, & ſendome tudo aſſim preſente por muytas informaçoens, & todas dignas de credito, pela qualidade das peſſoas, que mas deraõ com mayor experiencia das materias, & pela occaſiaõ, & differença dos tempos que as neceſſitaõ, principalmente ſendo ordenadas para mayor ſerviço de Deos, & bem commum de meus Vaſſallos, mandey conſiderar de novo eſtas informaçoens por Miniſtros, & Letrados de todas as perfeyçoens, doutos, & prudentes nas ſuas faculdades, & com o parecer, que uniformemente me deraõ todos por eſcrito; houve por bem derrogar a dita Ley do primeyro de Abril de mil & ſeiſcentos & oytenta, que prohibia totalmente os ditos regaſtes, & cativeyros, & ſuſcitar em parte a que havia feyto ElRey meu Senhor, & Pay em tres de Abril de mil & ſeiſcẽtos & ſincoẽta & ſinco, que os admitia nos caſos nella expreçados com novas clauſulas, & certas condiçoens, que ſeraõ abayxo declaradas.

Quanto ao reſgate dos Indios, ſou ſervido que ſe façaõ por conta de minha fazenda, para com todos os que acharem cativos em guerra de outros Indios, ou ſejaõ prezos à corda para os comerem, ou cativos para os venderem, a quaeſquer naçoens, tanto que naõ forem cativos para o effeyto das vendas ſómente, & que elles a naõ repugnem, entendendo que por outro modo pódem livrar a vida. E para eſte effeyto,

to, mando, ſe empreguem neſta Cidade tres mil cruzados nos generos mais convenientes aos ditos reſgates, & que delles ſe deputem dous mil cruzados para a Cidade de Bellem do Parà, & mil cruzados para a de Saõ Luis do Maranhaõ, os quaes ſe depoſitaraõ nas ditas Cidader em maõ de peſſoas abonadas, & approvadas pelos Prelados das Miſſoens da Companhia de Jeſus ainda que ſeja com o interece de ſe lhe darem alguns dos Indios reſgatados em premio de ſeu trabalho, por juſto arbitrio dos Miniſtros nomeados por eſte Alvará para eſta repartiçaõ, & em falta das taes peſſoas ſe depoſitaráõ na maõ dos Almoxarifes de minha fazenda das ditas Cidades, que os teraõ ſeparados, & diſtinctos de quaeſquer outros effeytos; & aſſim elles, como as outras peſſoas, que forem depoſitarios dos ditos generos, os entregaráõ á ordem dos ditos Prelados das Miſſoens da Companhia em as ditas Cidades de Saõ Luis do Maranhaõ, & Bellem do Pará, os quaes, ſeraõ obrigados a fazer os reſgates, naõ ſò nas Miſſoens ordinarias, de ſuas reſidencias, mas para eſte effeyto, entraràõ todos os annos em diverſos tempos pelos Certoens, com a gente, que entenderem neceſſaria, & cabo de eſcolta à ſua ſatisfaçaõ, que huma, & outra couſa lhe mandarà dar próptamente nas ditas occaſioens o meu Governador, & Capitaõ geral do dito Eſtado, levando outroſim as peſſoas que lhe parecerem convenientes, em cujo poder vaõ os ditos generos, para da ſua maõ os mandarem deſtribuir, & feytos os taes reſgates enviaraõ os Indios reſgatados ás Cameras das ditas Cidades, que os repartiràõ com igualdade aos que mais neceſſidade delles tiverem, por razaõ de ſuas fazendas, grangearias, & lavouras, o que ſe farà cõ authoridade do dito

Go-

Governador, & ſempre com aſſiſtencia do Ouvidor geral, & as peſſoas a quem ſe repartirem entregaráõ outros tantos generos aos ditos depoſitarios, quanto os taes Indios reſgatados cuſtarem até ſerem poſtos nas ditas Cidades, por toda a deſpeza das ditas entradas, & reſgates, & da meſma qualidade, & bondade, como o toraõ os que por elles ſe deraõ, de maneyra que ſe reponhaõ, & conſerve ſempre na maõ dos ditos depoſitarios, a dita quantia de tres mil cruzados, ſem deminuiçaõ alguma, fazendo-ſe, álem diſto a cõta dos ditos reſgates naõ ſó pelo cuſto de cada hú dos Indios que chegarem vivos, mas repartindo-ſe por elles a importancia dos que falecerem depois de reſgatados, & tambem dos que ſe derem aos depoſitarios, naõ ſendo aos Almoxarifes, que vencem ordenados de minha fazenda, & aſſim meſmo pagaràõ direyto dos taes eſcravos a razaõ de tres mil reis por cabeça, os quaes cobraráõ os ditos depoſitarios, ou Almoxarifes, & os teraõ como dito he ſeparados, de qualquer outro recebimento, por quanto deſde logo aplico eſtes direytos para a deſpeza das Miſſoens, tanto das entradas dos Certoẽs em ordem aos reſgates para aliviar mais o cuſto delles, como das que tenho mandado fazer para ſe deſcerem aldeas novas, & fornecimento das velhas, & os ditos depoſitarios, ou Almoxarifes entregaràõ o procedido dos taes direytos, à ordem dos ditos Prelados das Miſſoens no tempo que fizerem as ditas entradas, os quaes daraõ conta por carta ſua com toda adiſtinçaõ, & clareza ao Governador, aſſim deſta deſpeza, como da que ouverem feyto dos generos no emprego dos reſgates, & cuſtos delles atè ſerem poſtos, & entregues nas ditas Cameras, pela qual conta ſe eſtará, ſem alguma duvida, & o Governador

nador ſerà tambem obrigado remeter todos os annos as copias deſtas cartas pelo Conſelho Ultramarino, & mandará outroſim lançallas em o livro, que haverà nas Cameras expecial para eſte regiſto, & ſe guardaráõ nellas, ſeparados de outros, & particularmente emcarrego, & mando áo dito Ouvidor geral ténha grande cuydado de ſaber, ſe ſatisfazem, o dito Governador, & Miſſionarios as obrigaçoens referidas, & me farà preſente em todas as monçoens o que obraraõ todos neſta materia, com cominaçaõ de me haver por muyto mal ſervido delle ſe o naõ cumprir aſſim, & de ſe lhe dar em culpa na ſua reſidencia, para o que mando accreſcentar a ella hum capitulo deſte theor. E quanto aos cativeyros por occaſiaõ das guerras dos meus Vaſſallos para cõ os Indios, & deſtes para com os meus Vaſſallos. Hey por bem de permitir ſe poſſaõ fazer nos caſos ſeguintes; o primeyro da guerra deffenſiva, que ſe entenderá ſómente no acto da invazam, que os Indios inimigos, & infieis fizerem nas aldeas, & terras do Eſtado do Maranhaõ com cabeça, ou comunidade, que tiver ſoberania, ou juriſdicçaõ, principalmente, quando os ditos Indios impedirem com maõ armada, & força de armas aos Miſſionarios a entrada dos Certoens, & a doutrina do Santo Evangelho fazendo com effeyto hoſtilidades ás peſſoas que levarem em ſua companhia. O ſegundo da guerra offenſiva quádo houver temor certo, & infalivel, que os ditos Indios inimigos da Fé, procuraõ invadir as terras de meus dominios, & ajuntando gente para eſte effeyto, ſem que por outro modo ſe lhes poſſa impedir a dita invazam, o qual ſe procurará primeyro por todos os meyos de perſuaçaõ, do temor, & de boa paz, ou tambem quando os ditos Indios inimigos, &

infieis

inficis tiverem feyto hoſtilidades graves, & notorias, & não derem ſatisfaçaõ condigna dellas, ſugeytando-ſe a receber aquelle caſtigo, que for conveniente ao decóro de minhas armas, & neceſſario para a conſervaçaõ do dito Eſtado. Neſtes caſos poderàõ ſer cativos os Indios infieis no tempo que durar o conflicto das guerras, & fóra delles ſenão poderáõ fazer as ditas guerras, nem ſe poderàõ admitir os ditos cativeyros, & para cõſtar da legalidade deſtes meſmos caſos com toda aquella certeza, que he neceſſaria, & conveniente para a juſtiça delles. Sou ſervido declarar, & ordenar ao Governador, & Capitaõ geral do Eſtado do Maranhaõ por condiçaõ que ha de guardar, & que ha de concorrer, & preceder neceſſariamente a húa contraguerra; que a deffenſiva da invazaõ dos inimigos ſe juſtificará cõ documentos juridicos de mayor prova de teſtemunhas, que tirará o Ouvidor geral ao tẽpo, que der lugar a meſma guerra, & por Certidoens juradas dos Miſſionarios, que aſſiſtirem nas terras, & aldeas, que forem invadidas. E do meſmo modo ſerà juſtificada quando os Indios, & inimigos da Fè impedirem a entrada dos Certoens aos Miſſionarios, & a pregaçaõ do Santo Evangelho, declarádo-ſe no teor dos autos, & nos documentos dos meſmos Miſſionarios ás circunſtancias, & qualidades que ficaõ apontadas, & que a offenſiva ſe juſtificará legaliſſimamente primeyro, & antes de ſe fazer a guerra, ſendo a primeyra prova os pareceres por eſcrito dos Padres Superiores, & Prelados das Miſſoens da Companhia, & da Religiaõ de Santo Antonio, que aſſiſtirem nas Cidades de Saõ Luis do Maranhaõ, ou de Bellem do Pará onde a tal guerra ſe ordenar, & outroſim do Ouvidor geral, ſem os quaes em nenhum modo ſe poderá

fazer, & os daraõ com toda a diſtinçaõ, & individualidade das circunſtancias, tambem que ficaõ apontadas a eſte fim. Deſtas guerras, & com os documentos referidos me dará conta todos os annos o dito Governador, & Ouvidor geral por duas vias; huma do Cõſelho Ultramarino, outra da Secretaria do Eſtado, para que por huma, & outra me ſeja preſente, & para eu os mandar ver, & examinar, & determinar ſobre elles como parecer juſtiça; naõ o fazendo aſſim ſeraõ havidos por livres todos os Indios que de facto tiverem ſido cativos, & me darey por muyto mal ſervido dos ditos Governador, & Ouvidor, & deſta culpa mando ſe inquira em ſuas reſidencias, & que ſendolhe poſta nellas ſe me de expecial conta de como as incorreraõ para mandar ter cõ elles a demoſtraçaõ q̃ me parecer conveniente, & quero que eſte Alvará tenha força, & valha para ſempre como Ley ſem embargo de naõ paſſar pela Chãcellaria, & de quaeſquer outras Leys, & Ordenaçoens em contrario, & em expecial a do livro 2. tit. 44. Ayres Monteyro a fez em Lisboa a vinte & oyto do mez de Abril de mil & ſeiſcentos & oytenta & oyto. Eu Mendo Foyos Pereyra a ſobſcrevi.

REY.

*Alvará porque V. Mag. pelos reſpeytos nelles declarados, ha por bem derrogar a Ley feyta no primeyro de Abril de mil & ſeiſcẽtos & oytenta, que prohibia totalmente os reſgates, & cativeyros dos Indios, & ſuſcitar em parte, o q̃ fez o Senhor Rey Dom Joaõ IV. que ſanta gloria haja em nove de Abril do anno de mil & ſeiſcentos & ſincoenta & ſinco, que os admitia nos caſos nelles expreçados cõ novas clauſulas, & certas condiçoens, que ſaõ aſima declaradas.*

Para V. Mag. ver.

Re-

Para facilitar a leitura, destaca-se que neste Alvará de 1688, a escravização dos indígenas estava “justificada” das seguintes maneiras (utilizam-se transcrições de trechos com adaptação da grafia:

> **(i)** Quanto aos resgastes dos Índios, sou servido que se façam por conta de minha fazenda, para com todos os que se acharem cativos em guerra de outros Índios, ou sejam presos à corda para os comerem, ou cativos para os venderem, a quaisquer nações, tanto que não forem cativos para o efeito das vendas somente, e que eles não repugnem, entendo que por outro modo podem livrar a vida;
> **(ii)** E quanto aos cativeiros por ocasião das guerras dos meus Vassalos para com os Índios, e destes para com os meus Vassalos. Hei por bem de permitir se possam fazer nos casos seguintes: o primeiro da guerra defensiva, que se se entenderá somente no ato da invasão, que os Índios inimigos e infiéis fizerem na aldeias, e terras do Estado do Maranhão com a cabeça, ou comunidade, que tiver soberania, ou jurisdição, principalmente, quando os ditos Índios impedirem com mão armada, e força de armas aos Missionários a entrada nos Sertões, e a doutrina do Santo Evangelho fazendo com efeito hostilidades às pessoas que levarem em sua companhia. O segundo da guerra ofensiva quando houver temor certo, e infalível, que os ditos Índios inimigos da Fé, procuram invadir as terras de meus domínios, e ajuntando gente para este efeito, sem que por outro modo se lhes possa impedir a dita invasão, o qual se procurará primeiro por todos os meios de persuasão, do temor, e de boa paz, ou também quando os ditos Índios inimigos e infiéis tiverem feito hostilidades graves, e notórias, e não derem satisfação condigna delas, sujeitando-se a receber aquele castigo, que for conveniente ao decoro de minhas armas, e necessário para a conservação do dito Estado. (Referência completa no rodapé)

Basicamente, as razões pelas quais se pode escravizar os povos originários se dá através da aplicação dos já explanados conceitos – igualmente jurídicos à época – do *resgaste* e da *guerra justa*[139].

---

[139] A essa altura razoável lembrar parágrafo escrito por Mércio Pereira Gomes: “Para não deixar dúvidas, esse direito foi reafirmado aos portugueses em 1529, portanto já há algum tempo desde a descoberta, e quando se debatia por toda a Europa a legitimidade e a brutalidade da conquista. A bula I*nter Arcana*, expedida pelo papa Clemente VII, a 8 de maio daquele ano, usa expressões que parecem desconhecer os argumentos do Frei Bartolomé de Las Casas em favor dos direitos naturais dos índios, e são de uma indiferença total à sua integridade física e espiritual, pontificando: “(...) que as nações bárbaras venham ao conhecimento de Deus não por meio de editos e admonições como também pela força das armas, se for necessário, para que suas almas possam participar do reino do céu”. Reconhecendo as dificuldades da conversão e antecipando o dilema da catequese, o papa não poderia ter sido mais realista do que o rei. E o rei, por sua vez, não precisou fazer grandes esforços para seguir as suas palavras e permanecer cristão. A justificativa do uso de armas para catequizar foi sempre uma das principais razões para de declarar e praticar *guerras justas* contra os índios durante quase todo o período da colonização portuguesa. GOMES, Mercio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988, p. 66.

Bem diferente será, conforme se entende e defende, as bases a partir das quais o Marquês de Pombal pretenderá eliminar o trabalho escravo dos indígenas, apesar de suas ações em si mesmas não terem implicado significativa melhora nas condições de vida dos ameríndios e, até mesmo, poder ser encarado como um sistema no qual a cultura e a etnicidade indígena foram definitivamente destruídas quanto à sua originalidade mesmo[140].

Assim, o intuito, nesse breve inventário das legislações portuguesas para os povos originários, é fixar como a legislação pombalina partiu de pressupostos distintos ao tratar da questão indígena[141].

O projeto de Pombal implicava não somente vedar quaisquer tipos de institutos jurídicos que subjugassem os indígenas à escravização ou situação análoga à escravidão, mas também ia na direção de aplicar um conceito novo – ou pelo menos estruturado sob novas perspectivas – do chamado processo de "civilizar" os autóctones americanos[142].

Este ideal civilizador de Pombal, como se tenta demonstrar, afasta-se daquele que se poderia trazer a contraponto quanto ao processo de evangelização dos ameríndios, do final do século XVI ao início do século XIX.

---

[140] Por fim, cabe uma palavra sobre o famoso Diretório de Pombal e as leis que o antecederam de imediato. A expulsão definitiva dos jesuítas do território brasileiro, a transformação das aldeias indígenas em vilas e lugares, e a promoção da miscigenação física e cultural dos índios fazem parte tanto de uma política de modernização do Estado português e da definição de fronteiras, quanto da eliminação hipocritamente pacífica do índio como *nação* ou etnia específica. De fato, alguns anos após a iniciação dessa política, que levou à haste pública os bens e benfeitorias dos jesuítas, abrindo, dessa forma, caminho para a entrada da incipiente elite fazendeira nas antigas aldeias indígenas, já se sabia que a ideia de promover o desenvolvimento econômico dos índios implicava a sua destruição enquanto povo organizado, transformando-os em meros posseiros em suas próprias terras ou simples artesãos nas novas vilas portuguesas. Somente em alguns locais isolados é que esses lugares ou vilas se mantiveram indígenas, e, portanto, coletivamente coesas e pobres. A Carta Régia de 1798 exprime esse estado de coisas, extingue o Diretório e institui, formalmente, a relação paternalista como medida de controle dos índios remanescentes e como base de uma futura política indigenista. Só na Amazônia mais de 60 aldeias jesuítas se transformaram em vilas e lugares, alguns dos quais hoje são cidades, todas com nomes portugueses, como Santarém, Bragança, Viana, Guimarães, etc. A maioria deixou de existir, transformando-se em fazendas de particulares, a exemplo das antigas aldeias do Xingu e do Itapecuru. A história das missões jesuítas no Sul do país foi uma versão mais violenta do que ocorreu no Norte e exemplifica, claramente, a incapacidade do Estado português em comportar no seu seio variações viáveis do seu sistema colonial. GOMES, Mercio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988, p. 77-78.

[141] CÉSAR, José Vicente. Situação legal do indio durante o Período Colonial (1500-1822). **América Indígena**, v. XLV, n. 2, p. 391-425, abr.-jun. 1985.

[142] SANTOS, Fabrício Lyrio. A "Civilização dos Índios" no século XVIII: da legislação pombalina ao "Plano" de Domingos Barreto. *In:* Revista História (São Paulo), nº 170, páginas 233-260, jan-jun, 2014. Acessado em http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p233-260

Isso especialmente nos primeiros séculos da presença dos Estados europeus na América – como igualmente já abordado –, porque a posse das terras americanas pelas monarquias ibéricas se deu, em grande medida, com base na aplicação dos princípios do Patronato[143].

Não que tais questões não estejam razoavelmente demonstradas na historiografia brasileira sobre o tema. Ainda assim, traz-se, nesta parte da pesquisa, tais fatos que ficam mais reforçados, em certa medida – quanto à importância do período de Pombal – na legislação que veio, imediatamente, após o célebre Diretório de 1757.

No contexto após a morte de Dom José I e o afastamento de Sebastião José de Carvalho e Mello do poder, estabeleceu-se, em Portugal, o que algumas fontes historiográficas denominam como o movimento da *Viradeira*[144]. Isto é, Dona Maria I, em clara visão de mundo distinta daquela implementa por Pombal até então, revoga as principais legislações aprovadas pelo primeiro-ministro josefino.

Assim, as legislações editadas a partir da Carta Régia de 12 de maio de 1798, ou das diversas outras Cartas Régias editadas em 1806, 1808 e 1809, se caracterizam por duas situações bem distintas: **(i)** institui como regramento geral a conduzir toda a legislação indigenista futura (até mesmo no texto da Constituição de 1988) o sistema de tutoria dos povos originários; **(ii)** permite a realização do que agora se chamara "guerras defensivas", uma outra expressão para o antigo instituto da "guerra justa", realizado, porém, em menor extensão e enquanto durou o período colonial até a independência do Brasil.

---

[143] Uma vez mais, cita-se Mércio Pereira Gomes: "A reação indígena, através das guerras, das guerrilhas, das fugas à escravidão e ao trabalho forçado, o seu sofrimento em massa, a brutalidade praticada nas conquistas e na colonização, de um exagero e gravidade até então inconcebíveis para uma nação cristã (mesmo contando o que os portugueses já haviam feito contra os sarracenos e os hindus), provocaram escrúpulos e preocupação na alta cúpula da Coroa, sobretudo porque o discurso colonialista rezava que o propósito da presença portuguesa nessas plagas era propagar a fé católica pela conversão dos gentios. Havia, além do mais, questões de ordem jurídica a serem conveniadas a respeito da doutrina do direito natural dos povos não-cristãos que iam sendo conquistados. As leis eram elaboradas pelos jurisconsultos da Corte que, em grande parte, eram religiosos, e assim procuravam obedecer aos cânones da doutrina em vigor". GOMES, Mercio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988, p. 67.

[144] Sobre pombalismo e antipombalismo, sob a perspectiva das comemorações do centenário e bicentenário do Marquês de Pombal, entre elogios e críticas no campo das reformas do ensino, por exemplo, a demonstrar que, entre a celebração dos feitos de Pombal e a "Viradeira" dos fins do setecentos permaneceu, em certa medida, até os dias atuais, suas discussões. Assim, ver: OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Pombalismo e antipombalismo no Brasil: representações das reformas do ensino no centenário e no bicentenário do Marquês de Pombal. Revista Brasileira de História da Rducação, v. 22, 2022. ISSN: 2238-0094. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e195.

Após a legislação pombalina de 1755/1757/1758, seguiu-se ainda – por pouco tempo, considerando os mais de 250 anos precedentes – a possibilidade de realizar embates contra povos indígenas que, na visão euro-centrada, permaneciam “violentos”. Porém, findo o domínio colonial português, em 1822, a característica principal das leis para os povos originários brasileiros será mesmo a da tutela.

A lei de 27 de outubro de 1831 consagra, de uma vez por todas, a proscrição permanente desde então, do Direito Brasileiro, do instituto jurídico da escravização dos povos indígenas:

> **LEI DE 27 DE OUTUBRO DE 1831**[145]
>
> Revoga as Cartas Régias que mandaram fazer guerra, e pôr em servidão os índios.
> A Regencia, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os Subditos do Imperio, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Ella Sanccionou a Lei seguinte:
> **Art. 1º** Fica revogada a Carta Régia de 5 de Novembro de 1808, na parte em que mandou declarar a guerra aos Indios Bugres da Provincia de S. Paulo, e determinou que os prisioneiros fossem obrigados a servir por 15 annos aos milicianos ou moradores, que os apprehendessem.
> **Art. 2º** Ficam tambem revogadas as Cartas Régias de 13 de Maio, e de 2 de Dezembro de 1808, na parte, em que autorizam na Provincia de Minas Geraes a mesma guerra, e servidão dos índios prisioneiros.
> **Art. 3º** Os índios todos até aqui em servidão serão della desonerados.
> **Art. 4º** Serão considerados como orphãos, e entregues aos respectivos Juizes, para lhes applicarem as providencias da Ordenação Livro primeiro, Titulo oitenta e oito.
> **Art. 5º** Serão soccorridos pelo Thesouro do preciso, até que os Juizes de Orphãos os depositem, onde tenham salarios, ou aprendam officios fabris.
> **Art. 6º** Os Juizes de Paz nos seus districtos vigiarão, e occorrerão aos abusos contra a liberdade dos Indios.
> Manda portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, a faça imprimir, publicar e correr.
> Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e sete dias do mez de Outubro de mil oitocentos trinta e um, decimo da Independencia e do Imperio.

Destaca-se que a análise – nesse momento – se dá em relação à história do instituto jurídico da escravidão em relação aos indígenas.

Reitera-se, ainda, que este mesmo instituto jurídico somente será proscrito para todos em 1888, pois a escravização dos africanos é a mácula que fez do Brasil um

---

[145] Legislação facilmente obtida graças ao trabalho de catalogação das leis imperiais realizado pela Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37625-27-outubro-1831-564675-publicacaooriginal-88614-pl.html#:~:text=Revoga%20as%20Cartas%20R%C3%A9gias%20, do%20Imperador%20o%20Senhor%20D.

dos últimos países do mundo a acabar com a possibilidade jurídica do uso de mão de obra escrava[146].

A situação dos indígenas permaneceu em evidente perigo socioeconômico durante todo o período imperial, especialmente com o início da chegada dos imigrantes europeus vindos da Alemanha e Itália. O avanço urbano para o interior do país só fez aumentar os confrontos entre os povos indígenas remanescentes e os novos colonizadores. Agora, uma questão de Direito Penal, fundamentalmente, pois os novos colonos, muitas vezes, estabelecem políticas de assassinatos sistemáticos dos indígenas, uma situação, lamentavelmente, repetida, com pequenas diferenças, no decorrer dos séculos XX e primeiras décadas do século XXI.

Seja como for e pelas mais diversas razões e motivos, a tradição pós-pombalina (salvo as legislações do período da *Viradeira*) da tutela dos indígenas se desdobrará em vários capítulos de nossa história legal mais recente. Assim, o Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910, cria o Serviço de Proteção dos Índios (SPI). A lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (o antigo Código Civil), em seu artigo 6º, inciso IV, considera os "silvícolas" relativamente incapazes e em seu parágrafo único determina: "Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará á medida que se forem adaptando á civilização do paiz".

[146] Três quartas partes da História do Brasil desenvolveram-se sob a égide da escravidão (1500-1888). Entre todos os países da terra, o Brasil foi o que por mais longo tempo manteve a escravidão. Apenas em 1888 o Brasil eliminou a escravidão. Quando os países da América proclamaram sua independência, eliminaram também a escravidão. As únicas exceções foram o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte. Quando este último país eliminou a escravidão, os negros perfaziam 10% da população. Em 1822, ano da independência brasileira, 50% da população brasileira era formada por escravos, que não possuíam diretos políticos, o mesmo acontecendo com os imigrantes da Europa Central e os indígenas. O político brasileiro Joaquim Nabuco caracterizou muito bem o fato de que é sem paralelo a produção de riquezas feita pelo negro e dada de graça "da raça que trabalha à que faz trabalhar". Açúcar, ouro, diamante, fumo, algodão e café não eram produzidos sem o braço escravo. No século XVIII, em determinados períodos, segundo fontes britânicas, as remessas brasileiras de ouro para Londres chegavam a alcançar a astronômica cifra de 50.000 libras semanais. Nessa produção de ouro participaram, predominantemente, escravos africanos. A tragédia e a miséria dos negros estão intimamente ligadas à miséria e à tragédia dos povos indígenas brasileiros. Todos os países da América escravizaram os indígenas; o Brasil conseguiu suplantar todos. Conta-se com a possibilidade de que tenham sido massacrados 1.000.000 de indígenas no Brasil. Oficialmente, a escravidão indígena no Brasil teve seu final no século XVIII. No entanto, o holocausto africano não pode ser comparado ao indígena. Foi muito maior. Alguns números podem esclarecer esse aspecto: 9.500.000 negros foram transportados para a América. O Brasil recebeu 45%, os Estados Unidos 6%, a América Espanhola 18%, o Caribe inglês 17% e o Caribe francês 14%. Esses números evidenciam que o Brasil era o país americano que esteve mais determinado pela economia escravocrata. Hoje, 2/3 dos brasileiros descendem de ex-escravos. Ao iniciar o século XX, os descendentes desses escravos, que durante séculos haviam produzido as riquezas do Brasil para a Europa, foram colocados completamente à margem da sociedade. DREHER, Martin Norberto. **A igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999, p. 80-81.

Em 1934, a nova constituição altera a competência para legislar sobre as questões indígenas, a qual na constituição de 1891 havia ficado com os estados-federados, passando esta atribuição legislativa à União, tradição esta que permaneceu em todos os demais documentos constitucionais até o presente, promulgado em 1988.

O SPI é extinto e a Lei nº 5.371 de 1967 cria a Fundação Nacional do Índios, a FUNAI. O Estatuto do Índio é criado pela Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. A fase tutelar inaugurada pelo Diretório de 1757 pode-se perceber nos artigos primeiros da Lei nº 6.001/1973:

> **Art. 1º** Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.
> **Parágrafo único.** Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei.
> [...]
> **Art. 3º** Para os efeitos de lei, ficam estabelecidas as definições a seguir discriminadas:
> **I -** Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;
> **II -** Comunidade Indígena ou Grupo Tribal - É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem, contudo, estarem neles integrados.
> **Art 4º** Os índios são considerados:
> **I -** Isolados - Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional;
> **II -** Em vias de integração - Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento;
> **III -** Integrados - Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.

Apesar do artigo 5º do mesmo Estatuto do Índio prever que aos indígenas aplicam-se todos os direitos inerentes à nacionalidade e à cidadania brasileiras, percebe-se que as redações dos artigos 1º, 3º e 4º da Lei nº 6.001/1973 destaca serem os “índios” ainda não completamente “integrados à comunhão nacional” e que possuem “características culturais que os distinguem da sociedade nacional”!

A Constituição promulgada em 05 de outubro de 1988, atualmente em vigor, constitui o diploma constitucional brasileiro que mais desenvolveu a questão indígena

em seu texto, dedicando o capítulo VIII, do Título VIII, “Dos Índios”, nos artigos 231 e 232. Todavia, em seu artigo 20, inciso XI, determina que “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” pertencem à União. Em relação às comunidades quilombolas, por exemplo, no artigo 68 dos seus Atos, das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), dispõe que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Evidentemente que as legislações a respeito da FUNAI e do Estatuto do Índio, apesar das críticas antes encetadas, tem como predicado a proteção dos povos indígenas. Assim como as disposições constitucionais de 1988, fornecem diversas garantias aos povos indígenas, inclusive quanto às suas terras, embora de propriedade da União, de acordo com os §2º, §3º e §4º:

> **§2º:** As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. **§3º** O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. **§4º** As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

O que se procura destacar é a mudança na história do Direito Brasileiro nesse ponto, e, consequentemente, seus desafios. Ou seja, de um passado de ofensas graves aos direitos dos povos originários, como visto nas legislações nas quais a posição dúbia sobre o fim da escravização dos indígenas permitiu o cativeiro massacrante dos ameríndios, passando pela proscrição do instituto jurídico do trabalho escravos dos indígenas, estabeleceu-se a relação paternalista do Estado brasileiro, tanto garantidora e protetora dos direitos dos povos autóctones, quanto empecimento de uma genuína autonomia dos sobreviventes dos povos ameríndios.

Nesse contexto, no “meio” da história da legislação indigenista pátria, defende-se a posição estratégica das leis de Pombal em relação a tudo que antes delas tinha sido editado. E apesar do breve período destacado terem sido as legislações editadas na *Viradeira*, perante as quais voltou-se a permitir o uso da violência contra os indígenas e seu cativeiro, em algumas circunstâncias, após as leis de 1755 e o Diretório de 1757 inaugurou-se nova tradição legal indigenista na história legal brasileira. Uma lógica tutelar dos direitos dos povos originários, a qual, evidentemente,

teve seus avanços e retrocessos, e mesmo nos dias atuais é passível de severas críticas analíticas sobre a defesa da plena autonomia e autodeterminação dos indígenas enquanto cidadãos brasileiros “plenos”.

Vale reforçar, aqui, que o objetivo de realizar esta espécie de inventário legislativo, tanto da legislação portuguesa produzida na Europa para as Américas e antes das legislações espanholas respectivas, é de demarcar, com clareza, a importância da legislação pombalina acerca do mesmo tema – que é a situação e *status* dos indígenas. Por diversas razões que se tenta argumentar, Pombal estabelece uma normativa em relação aos indígenas que se diferencia em relação a tudo antes produzido em termos de lei.

Obviamente, a legislação pombalina repete muito dos argumentos e conceitos estabelecidos previamente, em praticamente 250 anos de atividade legislativa, sobre a temática do tratamento que deveria ser dispensado aos povos originários americanos.

Todavia, por razões diversas, Pombal assume, de forma plena, a situação incondicional do “índio” como ser livre. Ainda que tal “assumir” tenha tido limitações práticas óbvias, isto é, uma espécie de desobediência civil em relação à vedação da escravização do “índio”, importa, aqui, analisar como os textos legais pombalinos introduzem perspectivas novas de como “pensar” a posição dos indígenas na sociedade colonial brasileira. E, ainda, como tal “visão” acaba por engendrar diversas outras questões embaraçosas na história da colonização da América, como, por exemplo, a manutenção legal da escravização dos africanos.

# 4 GOLPE FINAL À RESISTÊNCIA AO CONCEITO DO TRABALHO LIVRE INDÍGENA: A LEGISLAÇÃO POMBALINA DO SÉCULO XVIII

## 4.1 O GOVERNO DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO (CONDE DE OEIRAS E MARQUÊS DE POMBAL) SOB O ÂNGULO DA *GLOBAL HISTORY* E SEUS REFLEXOS NO ESTABELECIMENTO DA LEGISLAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA NA AMÉRICA, COM ÊNFASE NO PAPEL A SER EXERCIDO PELOS POVOS INDÍGENAS

Sebastião José de Carvalho e Melo[147] poderia ser definido como o estadista que introduz Portugal no concerto das potências europeias na era das Luzes. Sua atuação é marcada indelevelmente por diversas polêmicas, mesmo para uma época caracterizada pelo intenso pragmatismo político-institucional das monarquias absolutistas atuantes, sob a égide do pretenso despotismo esclarecido. É sob esse contexto e definições que se inicia esta análise sobre o papel da legislação pombalina e seus reflexos na história brasileira, especialmente naquilo que influenciou na época, e, posteriormente, quanto ao regramento dos indígenas. Assim, o ponto de partida desta análise, especificamente enquanto dado factual, é a assinatura do denominado Tratado de Madri, em 1750. Por este pacto havido entre Portugal e Espanha, muitas questões que restavam em aberto entre as duas potências ibéricas foram encaminhadas, porém não de forma definitiva, como se poderá ver adiante.

Um dos eixos centrais do referido tratado se dá em relação às disputas fronteiriças, que apresentam certa complexidade quanto à sua explanação. O entendimento do Tratado de Madri de 1750 passa, de forma incontornável, pela compreensão do Tratado de Tordesilhas, de 1494, que procurou regular o avanço das duas potências marítimas europeias, Portugal e Espanha, na conquista do Novo Mundo por Colombo em 1492, contudo, mostrou-se pouco efetivo no desenrolar do processo de ocupação do continente americano por portugueses e espanhóis[148].

---

[147] O objetivo deste trabalho não é fazer uma revisão das diversas e muitas biografias escritas acerca da vida do senhor Sebastião José de Carvalho e Melo. O intuito é procurar analisar a legislação pombalina, produzida para as colônias portuguesas na América (na época Estado do Brasil e Estado do Grão-Pará e Maranho), quanto às estruturas e às razões que fizeram surgir a vedação da escravização dos indígenas. Certamente, impossível não adentrar em alguns aspectos da "'história" da vida de Pombal, a qual enriquece o processo de análise desta mesma legislação. Assim, utiliza-se o método da revisão bibliográfica sobre a vida de Sebastião José, na qual se encontram importantes questões as quais auxiliam no entendimento do complexo processo histórico que "endossou" o surgimento das leis pombalinas para o Brasil.

[148] GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira iluminada**. História do Povoamento, Conquista e Limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Sulina, 2010.

O pacto firmado entre portugueses e espanhóis, no final do século XV, tem origens no começo do mesmo século, quando, a partir de 1421, com a bula papal *Dum Diversas* (1421), os lusitanos haviam sido como que premiados pelos seus protagonismos na exploração do Atlântico e da respectiva costa africana, determinando, o Papa Nicolau V, o monopólio português na aquisição das novas terras e povos a serem conquistados pela Cristandade.

Frente às descobertas colombinas, os reis católicos espanhóis se apressaram a modificar o privilégio então outorgado a Portugal, especialmente porque ocupava o trono de Pedro um pontífice de origem espanhola, Alexandre VI. Este, através de diversas bulas (Segunda *Inter Coetera,* de 4 de maio de 1493, e a D*udum Siquidem,* de setembro também de 1493) como que repassou os privilégios lusitanos aos espanhóis.

Então, o rei português, Dom João I, passou a ver a guerra como único meio de debelar o avanço hispânico sobre os seus então privilégios papais. Sabedores em Madrid dos preparativos portugueses para o confronto militar, os monarcas espanhóis, então, através da intervenção do mesmo Alexandre VI, assinam com os portugueses um tratado na cidade de Tordesilhas, dividindo a incorporação das novas conquistas entre os dois reinos ibéricos[149].

Todavia, os termos do pacto firmado em 1494 eram muito imprecisos, o que causou um conflito, bem dizer, permanente entre Portugal e Espanha até meados e segunda metade do século XVIII. Segundo Garcia, acerca do Tratado de Tordesilhas:

> No entanto, o Tratado de Tordesilhas foi muito impreciso, com irremediáveis lacunas. Isso porque deixou de mencionar a partir de qual das ilhas de Cabo Verde começaria a contagem das trezentas e setenta léguas e, também, a medida dessas léguas. A distância entre os extremos do arquipélago, na Ilha de Boa Vista, ao leste, e na de Santo Antão, a oeste, é de cerca de 2º40', ou seja, a importante distância de cerca de duzentos e noventa quilômetros. Quanto às léguas, na época do tratado, correspondiam elas a diversas e inúmeras medidas, de acordo com cada país e cultura, na verdade, até com cada piloto. Nessas condições, o texto combinado não deu meios para que se calculasse com facilidade por onde passava o meridiano que dividia o mundo entre portugueses e espanhóis. Essas imprecisões condicionarão a impraticabilidade de suas disposições. Além disso, na época do tratado, não se sabia marcar com precisão a longitude (os meridianos). Veja-se o que Vespúcio escreveu a respeito, em 1501, quanto à localização do meridiano de Cabo Verde, depois de ter estabelecido sua latitude (paralelo): "a longitude [do arquipélago] é uma questão mais difícil, porque pode ser conhecida por poucos [...]. Por causa da sobredita longitude, perdi muito sono e abreviei minha vida em dez anos". Essas dificuldades também impediam que se

[149] GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira iluminada**. História do Povoamento, Conquista e Limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Sulina, 2010.

> soubesse quantas léguas caberiam em um grau no Equador, medida essencial em cosmografia e, por isso, para estabelecer a localização da linha divisória ou meridiano de Tordesilhas.[150]

Esta situação, acerca das imprecisões do Tratado de Tordesilhas, perdurou por quase todo o período colonial. Lembrando que de 1580 a 1640 esta não foi uma questão a preocupar, como no período anterior da chegada de Colombo à América em 1492 e, posteriormente, de Cabral ao Brasil em 1500, pois a coroa lusitana estava em mãos dos monarcas espanhóis. Todavia, da restauração da dinastia Bragança ao trono português ao final do ano de 1640[151] e nos próximos 110 anos, as disputas entre os reinos ibéricos voltaram à tona, tendo então, como a primeira e significativa tentativa de solucioná-los em 1750 com a assinatura do Tratado de Madri. Porém, a tentativa não logrou total êxito, sendo assinados outros e posteriores pactos para efetivar a solução dos problemas fronteiriços entre os domínios ultramar dos portugueses e espanhóis[152]. Em torno do pacto firmado em 1750, Pombal iniciará sua política para os domínios portugueses na América. O Marquês, como afirma Franco, primeiramente mostrou-se insatisfeito com os termos do referido pacto firmado entre as coroas ibéricas. Porém, à época da sua assinatura, Dom José I ainda não havia subido ao trono lusitano e Carvalho e Melo também não exercia poder algum[153].

---

[150] GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira iluminada**. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 30.

[151] A "presença" portuguesa além da linha de Tordesilhas, durante o período de 1580-1640, foi "facilitada" pela união das coroas luso-hispânicas. Após 1640 os portugueses encontravam-se majoritariamente nas iniciais posses dos sertões brasileiros. Segundo Garcia: "Em 1640, fazia pelo menos setenta anos que, da costa de Cananeia à margem setentrional do Prata, não havia qualquer presença de instituições espanholas, inexistindo arranchamentos, povoados, vilas, fortins, guardas, etc. mantidos por Madri. Desse modo, ficava todo esse litoral fora da posse efetiva da Espanha, bem com os sertões a partir desse litoral, despovoados que tinha sido pelos luso-brasileiros e pelo terror que atrás de si por muito tempo deixavam os atos cruentos de nossos bandeirantes. A rala população hispânica partiu, foi expulsa, aniquilada ou absorvida. (...)". *Ibid*., p. 62.

[152] Tratado d'El Prado (1761), Tratado de Santo Ildefonso (1777).

[153] Sena-Lino, em sua biografia de Pombal, ao analisar o período em que Sebastião José retorna à Lisboa após seu período como embaixador lusitano em Viena, destaca como o futuro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal se apercebia das negociações sobre o tratado de limites (Tratado de Madri) e, especialmente, frente à figura de Alexandre de Gusmão, o qual assessorava Dom João V na feitura desse acordo internacional, o qual passará a ser, como consta em diversas biografias sobre Pombal, adversário ferrenho de Sebastião José: "Porém, este poder confuso adiava muitos assuntos que aguardavam uma decisão urgente. Gusmão ultimava o tratado sobre os limites do Brasil, querendo resolver assim a constante questão da colónia do Sacramento; corneteava pela corte que seria 'a primeira vez que os Portugueses enganam os Castelhanos'. Sebastião José conta em um escrito do final da vida que 'acabara de chegar da Alemanha com absoluta ignorância do estado interno da corte. Não podia conhecer individualmente pessoas algumas que tivessem formado conspiração. (...)". SENA-LINO, Pedro. **De quase nada a quase rei** – Biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. 1.ed. Lisboa: Contraponto/Bertrand. Edição em papel, em setembro de 2020, acesso à versão eletrônica no site da própria editora.

No entanto, uma vez no poder, a partir do mesmo ano de 1750, o agora todo poderoso Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra mudará de opinião:

Curiosamente, Carvalho e Melo, que no início tinha manifestado o seu desacordo em relação ao articulado do Tratado dos Limites, vendo nele um entrave à paz entre as duas coroas (tendo mesmo chegado a propor ao Soberano a sua anulação), acabaria por tornar-se um dos seus mais intrépidos defensores, usando o processo da sua aplicação como um meio para afirmar o poder absoluto do Estado e atacar os seus críticos e os poderes considerados concorrentes ou obstrutivos do intocável poder do Rei.[154]

Importante considerar que o Tratado de Limites (como também se conhecia o Tratado de Madrid) outorga a Portugal a posse do que hoje constitui a Amazônia brasileira, além de incluir nos domínios lusitanos o que hoje constitui o noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A dinâmica toda incluía a retirada do enclave português na margem oriental do Rio da Prata, que era a cidade de Colônia do Sacramento[155].

Vale lembrar que as dúvidas anteriores sobre a verdadeira linha divisória do Tratado de Tordesilhas, conjuntamente com as ambições portuguesas de se estabelecerem ao menos na banda oriental do Rio da Prata, interessados sobremaneira na possibilidade de se "aproveitarem" do fluxo da prata que descia de Potosí na Bolívia, fez com que fundassem Colônia do Sacramento ainda em 1680. A cidade foi destruída diversas vezes pelos espanhóis e, também, refundada pelos portugueses. Porém, com o acordo de fronteiras de 1750, a retirada de Portugal foi definitiva[156].

Com isso, abriram-se novas perspectivas para a administração lusitana em seus domínios americanos. Desde o período do domínio espanhol já se vislumbrava que a região norte do Brasil apresentava entraves importantes de comunicação e logística com a capital Rio de Janeiro. Por isso a Carta Régia de Felipe III, em 13 de

---

[154] FRANCO, José Eduardo. O Marquês de Pombal e a invenção do Brasil: reformas coloniais iluministas e a protogênese da nação brasileira. **Cadernos IHU Ideias**, v. 13, ano 13, n. 220, 2015.

[155] "Assim, por meados do século XVIII, os incidentes repetidos em torno da posse de Colônia indicavam que não era mais possível protelar a solução do longo litígio em que se encontravam espanhóis e portugueses. O Brasil antigira ao máximo de sua expansão territorial, definindo, de certo modo, a sua linha de fronteiras. Com a obsessão de possuir Colônia, os espanhóis ignoravam a penetração ao norte e ao centro que entregavam a Portugal as zonas de Paraná, Amazonas e Rio Grande do Sul". RIO-BRANCO, Miguel Paranhos. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750**. Brasília: FUNAG, 2010, p. 13.

[156] GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira iluminada**. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 30.

junho de 1621[157], criou no norte brasileiro o Estado do Maranhão. Em 1654 foi renomeado para Estado do Maranhão e Grão-Pará[158] e, novamente, alterada sua denominação em 1751 para o Estado do Grão-Pará[159].

Importante, também, contextualizar que na mesma época, no Estado do Brasil iniciará a era da exploração do ouro e diamantes em Minas Gerais[160]. Ainda, no planalto das Guianas, ao norte do Estado do Grão-Pará e Maranhão, interesses de outras potências europeias, tais como França, Países Baixos e Reino Unido, representavam ameaças à fixação portuguesa na Amazônia[161].

Posto este contexto do colonialismo europeu à época, especialmente na América do Sul, importante também analisar, a essa altura, o contexto do

---

157 CÉSAR, José Vicente. Situação legal do indio durante o Período Colonial (1500-1822). **América Indígena**, v. XLV, n. 2, p. 391-425, abr.-jun. 1985, p. 405.

158 Isso porque no breve período de 1652 a 1654 as capitanias justamente do Pará e Maranhão não ficaram agregadas sob a égide de um Estado. Lembra-se que as redefinições das divisões territoriais nos domínios portugueses na América do Sul estão, em alguma medida, para este período, ligadas à capitulação dos holandeses em Recife em 1654. A mudança da denominação em 1751, por razões óbvias, está ligada ao advento do Tratado de Madri de 1750 e à subida ao poder de Sebastião José em Portugal, a partir de 3 de agosto de 1750. Para tais estudos, ver: SANTOS, Fabiano Vilaça. O governo-geral do estado do Maranhão e Grão-Pará no império português (1621-1751): trajetórias e circuitos governativos*. In:* **Encontro Internacional História & Parcerias**, 2., Anais [...]. ISBN 978-85-65957-15-1; SANTOS, Roberg Januário. O fim do Grão-Pará e a institucionalização da região amazônica: o papeldos liberais paraenses na mudança do status regional no século XIX. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Cienc. Hum**., Belém, v. 18, n. 1, e20210099, 2023; DAMASCENO, Alberto; MIRANDA, Joaquina Ianca. Origens do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a política pombalina: discursos e relações de poder. **Novos Cardernos NAEA**, v. 24, n. 2, p.37-61, maio-agosto 2021; FONSECA, André Augusto da. Os mapas da população no Estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII. **R. Bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.3, p.439-464, set./dez. 2017; VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Imigração açoriana para a Amazônia, capitania do Grão-Pará 1751-1754. **Revista del CESLA. International Latin American Studies Review**, v.31, p. 109-124, 2023; OLVEIRA, Luciana de Fátima. Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território. *In:* Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI., São Paulo, Anais [...]. São Paulo, julho de 2011.

159 Ainda, ver SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do Norte**. Trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). Santos/SP: Annablume, 2011.

160 RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia. **Cadernos IHU Ideias**, ano 9, n. 151, p. 31, 2011: “Ficava proibida qualquer comunicação do Pará com as Minas; que os moradores do Estado não ultrapassassem os domínios da América Portuguesa; e se reprimisse o contrabando e a introdução dos gêneros da Europa, os quais prejudicavam a Fazenda Real”. [...] Nota 97. “A proibição não era uma invenção do reinado de D. José. Já D. João V proibira as comunicações entre as regiões amazônica e mato-grossense, com o deliberado propósito de impedir que, pelos rios Guaporé e Madeira, se dessem os descaminhos do ouro e dos diamantes de Cuiabá, e, ao mesmo tempo, impedir aos colonos do Maranhão e Grão-Pará, iludidos por um fácil e rápido enriquecimento, de entrarem floresta adentro, expondo-se dos inúmeros perigos da floresta que, na maioria das vezes, conduziam à morte”. MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O caminho do Mato Grosso e as fortificações pombalinas da Amazônia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 251, p. 5, 1961.

161 Ibid., p. 29: “Na observância da política de ocupação efetiva da Amazônia, o artigo 19 dispunha que a administração promovesse a extensão da cultura e a povoação do território, particularmente do distrito do Rio Mearim, e, sobretudo, das Missões do Cabo do Norte, onde o governador assentaria povoações e fortificações de contenção às invasões francesa e holandesa”.

desenvolvimento do que vem a ser conhecido como ideais iluministas. Sebastião José de Carvalho e Melo, perante a história luso-brasileira, condensa, em sua gestão, a aplicação contraditória da ideia de "modernização" da sociedade e Estado portugueses, na segunda metade do século XVIII[162].

Para facilitar, o tanto quanto possível, pode-se realizar uma divisão analítica de como exprimir os referidos ideais iluministas, isto é, do ponto de vista político, econômico e social, sempre levando em consideração que o governo pombalino se encontra perante a historiografia presente classificado com um dos exemplos do denominado paradoxal despotismo esclarecido[163].

Contradição em termos, um déspota (do que Pombal certamente pode ser classificado) esclarecido, pois dos princípios que as revoluções do final do século XVIII legarão, ao menos no campo da evolução do pensamento jurídico, é justamente a ideia de governos democráticos e legitimados pelo respeito aos direitos naturais dos agora cidadãos (e não tão somente "súditos").

E, embora ainda ao final do governo de Sebastião José, tivesse ocorrido a revolução da independência das colônias britânicas na América do Norte (1776), Pombal deixaria este mundo antes dos acontecimentos franceses de 1789 e, assim, pode "atuar" na sua gestão em plena contradição decisória, sem maiores questionamentos à suas antíteses governativas[164].

---

[162] MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Para uma análise dos intentos pombalinos, recomenda-se esta leitura.

[163] WEHLING, A. Ilustração e política estatal no Brasil, 1750-1808. **Humanidades**: Revista de la Universidad de Montevideo, año 1, p. 61-86, 2001. Disponível em: https://revistas.um.edu.uy/index.php/revistahumanidades/article/view/6. Acesso em: 7 nov. 2024.

[164] Cláudia Rodrigues sobre o despotismo esclarecido: "Se, por um lado, o termo "despotismo" foi superestimado, no processo de caracterização do 'despotismo esclarecido' como exceção, o seu par "esclarecido" também o foi. Neste caso, pelo fato de o termo remeter para certa visão do iluminismo, que o identifica mais como ruptura do que como continuidade. Por trás dessa abordagem está a clássica perspectiva que associava iluminismo a uma ideologia burguesa e a um espírito revolucionário, incompatíveis com o chamado "absolutismo" (Blanning, 1991). Ou seja, nesse tipo de abordagem, iluminismo não se conciliaria com absolutismo e/ou antigo Regime, mas sim com aquilo que o negaria. Novas abordagens, entretanto, demonstraram que o iluminismo esteve profundamente vinculado àquela sociedade do antigo Regime e que os filósofos pensavam muito mais em reformas do que em revolução. É nesse sentido que é possível compreender a relação de dependência material de muitos dos filósofos para com o monarca e sua Corte, que os protegiam e sustentavam, o que acabava dando um tom moderado as suas propostas de mudança. Visto dessa forma, não há como ignorar que as próprias monarquias centralizadas apresentariam um quadro de reformismo que os reis adotariam, com base nas ideias de alguns filósofos". ROGRIGUES, Cláudia. Intervindo sobre a morte para melhor regular a vida: significados da legislação testamentária no governo pombalino. *In:* FALCON Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 323-324.

Então, primeiramente, no plano político, Marquês de Pombal procurou imprimir uma reforma de gestão no reino de Portugal. Tendo sua história pessoal, anterior à chegada ao poder, marcada por enfrentamentos com a pesada e ineficiente burocracia da corte de Dom João V[165], uma vez no cargo de Secretário de Estado, imprimirá simplificação de procedimentos e agilização nos processos decisórios – ao menos nos primeiros anos[166].

Em segundo lugar, no plano econômico, fomentará o que se denomina a "indústria" portuguesa, isto é, as manufaturas (uma vez que a Revolução Industrial se iniciará em seguida na Inglaterra, justamente após a fase mercantil-manufatureira capitalista). Algumas manufaturas foram criadas em associação com capitais privados, outras patrocinadas pelo erário público. As companhias de comércio também são outra característica do governo pombalino e, aqui, com importantes mudanças nos rumos da política externa portuguesa na relação com sua histórica (e necessária) aliada Inglaterra[167].

Em terceiro lugar – e aqui reside um ponto importante quanto ao desenvolvimento da presente pesquisa – Pombal tentará promover alterações no campo social. Ligada à questão política propriamente dita, o Marquês tentará um equilíbrio quanto à escolha dos preenchimentos dos cargos burocráticos, ora

---

[165] SENA-LINO, Pedro. **De quase nada a quase rei** – Biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. 1.ed. Lisboa: Contraponto/Bertrand. Edição em papel, em setembro de 2020, acesso à versão eletrônica no site da própria editora. Nesta obra, o autor relata em detalhes todo o processo de "ascensão social" de Sebastião José de Carvalho e Melo, seus apoiadores e seus adversários. Ver também SANTOS, Fabiano Vilaça dos, Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 301-329, 2004.

[166] Pombal dialogava com certa intensidade com os compatriotas "estrangeirados", os quais, como ele nas missões de Londres e Viena, viveram ou ainda viviam no exterior, mas eram membros da alta nobreza quando Sebastião José ainda não o era, dentre eles Manuel Teles da Silva, 4º Conde de Tarouca, que vivia e trabalhava em Viena. Essas relações permaneceram, especialmente com a chegada ao poder de Carvalho e Melo, o qual trocava ideias com Tarouca (o autor equivocou-se na classe nobiliárquica de Manuel Teles, que não era duque e sim conde): "Teles ainda foi consultado sobre as questões das cláusulas do Tratado de Madri e sobre a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Em ambas as questões, o duque opinava que seria fundamental que houvesse um controle sobre os jesuítas e que fosse introduzido o negro como mão de obra na Amazônia. [...] No pensamento deste português estrangeirado, era inconcebível pensar num Portugal reduzido exclusivamente às dimensões europeias. A Espanha, eterna rival, não perderia ocasião para anexar o Brasil aos seus domínios americanos ou, pelos menos, apoderar-se da maior extensão territorial brasileira possível". RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. **Cadernos IHU Ideias**, ano 9, n. 151, p. 11, 2011.

[167] BOXER, C.R. **O império colonial português**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1981; SOUSA, Fernando de. A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia. Porto: Cepese; Afrontamento, 2008; SERRATH, Pablo Oller Mont. Crise geral e política manufatureira em Portugal na segunda metade do século XVIII: novos indícios e questionamentos. **Saeculum** – Revista de História, João Pessoa, n. 29, jul-dez. 2013.

preferindo recair as indicações a partir do mérito e análise das capacidades “técnicas” dos indicados, ora vislumbrando alguma necessidade de manter indicações de figuras ligadas mais à tradição nobiliárquica do que às reais competências dos nobres[168]. Porém, nesse âmbito das reformas “sociais”, Sebastião José avança sobre a questão dos cristãos novos e dos escravos no território da própria metrópole. Assim, em 16 de julho de 1761 e em 16 de janeiro de 1773, são editados alvarás que visam extinguir – ainda que não de forma automática e imediata – o instituto jurídico da escravidão em Portugal[169]. Em 25 de maio de 1773 outro alvará veda a distinção de tratamento entre cristão novos e cristãos velhos. Para cada uma dessas legislações, em especial as duas primeiras, dedica-se uma análise mais detida[170].

---

[168] NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979; OLIVEIRA, Luiz Eduardo et al. (Org.). **Pombal e os Projetos de Brasil** - reflexões em torno do Bicentenário da Independência. Aracaju/SE: Criação; Lisboa: Theya, 2023; FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro/RJ: FGV, 2015.

[169] SILVA, Luiz Geraldo. Esperança de liberdade. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). **Revista de História**, v.144, p. 107-149, 2001; FALCON, Francisco C.; NOVAIS, Fernando A. A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da política econômica pombalina. In: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, VI., Goiânia, 1971. **Anais [...]**. Goiânia, 1971. Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, Equipe A, 9 set. 1971; ASSIS, Cátia da Costa Louzada. Liberdade sob controle: lei de emancipação de famílias escravas. In: Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e práticas científicas, XVI., Rio de Janeiro, 2014. **Anais [...].** Rio de Janeiro, 28 jul. - 1 ago. 2014, ISBN 978-85-65957-03-8; FONSECA, Jorde. As leis pombalinas sobre a escravidão e as suas repercussões em Portugal. **Africana Studia**, n.14, 2010. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, p. 29-36.

[170] Quanto aos cristãos-novos: “Distante da população cristã-velha que os rejeitavam e da Santa Inquisição que estava às portas. Ressalta-se que “A bula papal de 23 de maio de 1536 autorizou a inquisição no reino lusitano, e em 1540 realizou-se o primeiro auto-de-fé em Lisboa. Pela bula *Meditatio Cordis*, de 16 de julho de 1547, o Tribunal foi definitivamente estabelecido” (Novinsky, 2007, p. 34), vindo a funcionar por 285 anos, sendo oficialmente abolido apenas em 1821, pelo decreto que data de 5 de abril. Embora ela já não fosse aplicada desde as mudanças realizadas pelo primeiro-ministro do rei D. José I, Marquês de Pombal, iniciadas pelo alvará de 22 de maio de 1768, que determina a anulação e destruição das listas de cristãos novos. Em Lei de 25 de maio 1773, “suprime a necessidade de provas de pureza de sangue para cargos púbicos e honrosos e condena de forma geral ‘a sediciosa e ímpia distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos’” (Saraiva, 1969, p. 311). E cria um novo Regimento da Inquisição em 1 de setembro de 1774, que proíbe os autos-de-fé públicos e suprime a pena de morte, a não ser em casos excepcionais, que nunca vieram a se verificar (Saraiva, 1969)”. GONÇALVES, Dhiancarlly Fodra. Cristãos-novos no Brasil: sua história de assimilação e sobrevivência (séculos XVI-XVIII). *In:* Congresso Internacional de História, VIII., Semana de História, XXII., 9-11 out. 2017. **Anais[...]**. ISSN 2175-4446, Doi: 10.4025/8chi.pphuem.3741. Ver também, o próprio texto de Antônio. J. Saraiva: “[...] Em 1748 saiu ainda um livro da longa série anti-semita, Invectiva Católica contra a obstinação e perfídia dos Hebreus, de um obscuro frade capucho. A massa dos frades e fidalgos, bem como o povo, continuava a viver num mundo de aparência, numa cenografia de teatro a que a Inquisição dava a realidade do terror. O mito governava a gente e as coisas, e, como se não bastasse, sobreviveu nos escritores dos nossos dias que falam de um <antagonismo de raça> que <divide a Nação>. No entanto, esse antagonismo desapareceu, com a mesma facilidade com que muda um cenário, quando o Marquês de Pombal tomou as medidas suficientemente enérgicas para destruir o mito. O castelo ameaçador, que ere já só um punhado de poeira sustentado pela inércia, desfez-se ao contacto de alguns decretos”. SARAIVA, Antônio José. **Inquisição e cristãos-novos**. 4.ed. Porto: Editorial Nova, 1969, p. 305-306.

O primeiro documento legal, o Alvará de 19 de julho de 1761, assim estabelecia[171]:

> Eu el-rei. Faço saber aos que este alvará com força de lei virem, que sendo informado dos muitos, e grandes inconvenientes, que resultam do excesso, e devassidão, com que contras as leis, e costumes de outras cortes polidas se transporta anualmente da África, América e Ásia, para estes reinos um tão extraordinário número de escravos pretos, que, fazendo nos meus domínios ultramarinos uma sensível falta para a cultura das terras, e das minas, só vem a este continente ocupar os lugares dos moços de servir, que ficando sem cômodo, se entregam à ociosidade, e se precipitam nos vícios, que dela são naturais consequências: e havendo mandado conferir os referidos inconvenientes, e outros dignos da minha real providência, com muitos ministros do meu conselho, e desembargo, doutos, timoratos, e zelosos do serviço de Deus, e meu, e do bem comum, com cujos pareceres me conformei: estabeleço, que no dia da publicação desta lei, nos portos da América, África, e Ásia; e depois de haverem passados seis meses a respeito dos primeiros e segundos dos referidos portos, e um ano a respeito dos terceiros, se não possam em algum deles carregar, nem descarregar nestes reinos de Portugal, e dos Algarves, preto, ou preta alguma: ordenando, que todos os que chegarem aos sobreditos reinos, depois de haverem passado os referidos termos, contados do dia da publicação desta, fiquem pelo benefício dela libertos, e forros, sem necessitarem de outra alguma carta de manumissão, ou alforria, nem de outro algum despacho, além das certidões dos administradores, e oficiais de alfândegas dos lugares onde portarem, as quais mando que se lhes passem logo com as declarações dos lugares donde houverem saído, dos navios em que vierem, e do dia, mês, e ano em que desembarcarem [...]. Além delas mando que a todas, e quaisquer pessoas, de qualquer estado e condição, que sejam, que venderem, comprarem, ou retiverem na sua sujeição e serviço, contra suas vontades, como escravos, os pretos, ou pretas, que chegarem a estes reinos, depois de serem passados os referidos termos, se imponham as penas, que por direito se acham estabelecidas, contra os que fazem cárceres privados e sujeitam ao cativeiro os homens que são livres. Não é porém da minha real intenção, nem que a respeito dos pretos e pretas, que já se acham nestes reinos, e a eles vierem dentro dos referidos termos, se inove coisa alguma, com o motivo desta lei; nem que com o pretexto dela desertem dos meus domínios ultramarinos os escravos, que neles se acham, ou acharem; antes pelo contrário ordeno que todos os pretos e pretas livres, que vierem para estes reinos viver, negociar, ou servir, sendo da plena liberdade que para isto lhe compete, tragam indispensavelmente guias das respectivas câmeras dos lugares donde saírem, pelas quais conste o seu sexo, idade e figura; de sorte, que concluam a sua identidade e manifestem que são os mesmos pretos, forros, e livres: e que vindo alguns sem as sobreditas guias na referida forma, sejam presos a custa das pessoas em cujas companhias ou embarcações vierem, ou se acharem. [...]

[171] Cópia da versão impressa original presente nos anexos desta tese, mantendo-se as pontuações e o uso de letras maiúsculas constante do documento, adaptando apenas a grafia das palavras. Julga-se essencial a citação deste trecho para as considerações que seguirão no texto. **Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que compreende o feliz reinado Del Rey Fidelíssimo D. Jose o I. Nosso senhor**. Desde 31 de Julho de 1769 até 25 de Janeiro de 1777, p. 291 e 293, versão digitalizada.

Do referido trecho, se pode interpretar: (01) a “comparação” com as demais cortes “polidas” da Europa frente à manutenção da escravidão no próprio solo português e, sobretudo, europeu; (02) conjugada à questão comparativa europeia está presente o “argumento” de que a presença de mãos escravas em solo lusitano dificulta o emprego da mão de obra livre na economia portuguesa, sendo um dos objetivos da política econômica pombalina a promoção da produção nacional, tanto no campo, quanto nas cidades e indústrias (manufaturas), estimulando-se assim a construção de um mercado interno fortalecido e menos dependente das importações, especialmente da Grã-Bretanha; (03) as pessoas escravizadas no território metropolitano permaneceriam nessa situação, valendo as disposições legais apenas quanto à proibição da entrada de novos escravizados em solo português, a partir de 6 meses da publicação do referido “Alvará com força de lei”, para os vindos dos portos da África e América e um ano para aqueles vindos de portos da Ásia; (04) a vedação do uso da mão de obra escrava em Portugal não afasta o seu emprego nas colônias ultramarinas na África, Ásia e América (leia-se, Brasil). Ou seja, resta claro do texto legal que os escravizados eram necessários à exploração  da agricultura e mineração nas colônias e, mais, existindo a preocupação de que tal proibição em solo português atraia o fluxo de escravos que procurem o provável estratagema (situação evidentemente prevista na legislação) de se fazerem libertos uma vez chegados na metrópole fugidos das colônias, ao que Pombal contrapõe rígido controle burocrático de prova que já tenham saído livres dos territórios coloniais, impingindo, ainda, a prisão a tais “escravos fugidios” e corresponsabilidade àquelas pessoas que levassem a Portugal tais “Pretos e Pretas”! Segundo Jorge Fonseca, as questões econômicas a embasar tal legislação parecem ser a principal explicação para sua existência:

> Quase todos os comentadores desta disposição legal têm realçado os seus fins economicistas, ou seja, de que não fossem desviados para o reino recursos humanos que faziam falta aos territórios ultramarinos, lembrando que a mesma tinha sido antecedida de outras destinadas ao reforço do aprovisionamento do Brasil em escravos, como a criação das companhias do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba. É verdade. Mas igualmente o é ter a lei constituído a primeira decisiva machadada no sistema esclavagista português, ao suster a fonte que alimentava a renovação do efectivo escravo do país. De aí em diante, só a reprodução natural das escravas que viviam no reino poderia continuar a sustentá-lo, o que, com a prática ancestral de alforriar muitos dos cativos, acabaria por conduzir ao seu esgotamento.[172]

[172] FONSECA, Jorge. As leis pombalinas sobre a escravidão e as suas repercussões em Portugal. **Africana Studia**, n.14, p. 29-36, 2010. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

A questão econômica constitui um dos catalisadores da legislação josefina, acerca da permanência ou não do instituto jurídico da escravidão, no território metropolitano português. No entanto, a visão pombalina sobre as necessidades de modernização da sociedade e Estados lusitanos, além das dimensões da economia, devem, também, ter influído no avanço legislativo para o término da permissão legal do uso de mão de obra escrava em Portugal. Assim, em 16 de janeiro de 1773 adveio igual Alvará com força de lei, proscrevendo a escravidão para todos que nascessem a partir da sua publicação, nos seguintes termos:

> Eu El Rey Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que depois de ter obviado pelo outro Alvará de dezenove de Setembro de mil setecentos e sessenta e um aos grandes inconvenientes, que a estes Reinos se seguiam de se perpetuar neles a Escravidão dos Homens pretos, tive certas informações, de que em todo o Reino de Algarve, e em algumas Províncias de Portugal, existem ainda Pessoas tão faltas de sentimentos de Humanidade, e de Religião, que guardando nas suas casas Escravas, uma mais brancas do que eles, com os nomes de Pretas, e de Negras, outras Mestiças, e outras verdadeiramente Negras; para pela repreensível propagação delas perpetuarem os Cativeiros por um abominável comércio de pecados, e de usurpações das liberdades dos miseráveis nascidos daqueles sucessivos e lucrosos concubinatos, debaixo do pretexto de que os ventres das Mães Escravas não podem produzir Filhos livres, conforme o Direito Civil: E não permitindo, nem ainda o mesmo Direito, de que se tem feito um tão grande abuso, que os Descendentes dos Escravos, em que não há mais culpa, que a da sua infeliz condição de Cativos, se estenda a infâmia do Cativeiro, além do termos, que as Leis determinam, contra os que descendem dos mais abomináveis Réus dos atrocíssimos crimes de lesa Majestade Divina ou Humana: E considerando a grande indecência, que as ditas Escravidões inferem aos Meus Vassalos lesos, baldados, e inúteis, quantos são aqueles miseráveis, que a sua infeliz condição faz incapazes para os Ofícios públicos, e contratos de todas as espécies: Sou servido obviar a todos os sobreditos absurdos, Ordenando, como por este Ordeno: Quanto ao pretérito, que todos aqueles Escravos, ou Escravas, ou sejam nascidos dos sobreditos concubinatos, ou ainda de legítimos Matrimônios, cujas Mães, e Avós, são, ou houverem sido Escravas, fique no Cativeiro, em que se acham, durante sua vida somente: Que porém aqueles, cuja escravidão vier das Bisavós, fiquem livres, e desembargados, posto que as Mães, e Avós tenham vivido em Cativeiro: Que quanto ao futuro, todos os que nascerem do dia da publicação desta Lei em diante, nasçam por benefício desta inteiramente livres, posto que as Mães, e Avós hajam sido escravas: E que todos os sobreditos por efeito desta Minha Paternal, e Pia Providência libertados, fiquem hábeis para todos os Ofícios, honras, e dignidades, sem a Nota distintiva de Libertos, que a superstição dos Romanos estabeleceu nos seus costumes, e que a União Cristã, e a Sociedade Civil faz hoje intolerável no Meu Reinado, como o tem sido em todos os outros da Europa.[173].

[173] Cópia da versão impressa original presente nos anexos desta tese, mantendo-se as pontuações e o uso de letras maiúsculas constante do documento, adaptando apenas a grafia das palavras. Julga-se essencial a citação deste trecho para as considerações que seguirão no texto. **Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que compreende o feliz reinado Del Rey Fidelíssimo D. Jose o I**. **Nosso senhor**. Desde 31 de Julho de 1769 até 25 de Janeiro de 1777, p. 291 e 293, versão digitalizada.

Este Alvará com força de lei, datado de 16 de janeiro, representa o fim futuro da escravidão em Portugal. Futuro porque as pessoas escravizadas permaneceram nesse estado, a não ser que comprovassem que suas bisavós já não eram escravizadas, prova aliás, na prática, quase impossível de ser realizada. Porém, para todos os nascidos de mães já escravizadas, a partir da publicação da lei, tornam-se livres. O referido Alvará, assim, representa uma espécie de "lei do ventre livre", editada para efeitos no território metropolitano, quase 100 anos antes (na verdade 98 anos) da lei de 28 de setembro de 1871 que no Império do Brasil estabeleceu que as mulheres escravizadas dariam à luz apenas a bebês livres.

Quando se conjugam os Alvarás de 1761 e 1773, nota-se que a questão do instituto da escravidão na sede do império português foi – ao menos jurídico-institucionalmente – abolida. Não se poderia mais "levar" escravos a Portugal e não mais nasceriam escravos em solo português.

Remanesceram algumas situações inusitadas, como, por exemplo, uma interpretação *reductio ad absurdum* que algumas pessoas pretenderam realizar com as expressões "pretos" e "pretas" utilizadas nas legislações pombalinas, querendo fazer crer, à época, que a escravização poderia ter sido mantida para os "mestiços"!

Outra questão que acabou sendo, também, como uma espécie de efeitos não pretendidos desta legislação era a questão dos escravos embarcados de naus que passavam por Portugal[174].

Ambas as situações acabaram gerando os chamados avisos de esclarecimento. Luiz Geraldo Silva esclarece:

> [...] Contudo, as contorções legais não paravam por aí. A lei de 1761 indicava, ainda, que não era sua intenção que os escravos dos domínios ultramarinos – e leia-se aqui antes de tudo a América portuguesa – desertassem de suas terras e fossem a Portugal em busca da liberdade; antes, determinou-se, com certo grau de liberalidade, que "os Pretos, e Pretas livres, que virem para estes Reinos viver, negociar, ou servir, usando da plena liberdade, que para isso lhes compete, tragam indispensavelmente Guias das respectivas Câmaras dos lugares donde saíram". Homens e mulheres de cor livres poderiam ir a Portugal, mas deveriam trazer um outro tipo de documento, no qual se comprovasse sua liberdade (Novais & Falcon 1973: 419). Em 1767

[174] ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Valer-se da autoridade do trono para obter sua liberdade: fuga e alforria – Bahia e Lisboa, 1761-1804. **Revista de História**, São Paulo, n.179, a00120, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.165479; RODRIGUES, Jaime. Escravos, senhores e vida marítima no Atlântico: Portugal, África e América portuguesa, c.1760 – c.1825. **Almanack Guarulhos**, São Paulo, n. 5, p. 145-177, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320130508

> foi preciso resolver, ademais, um problema de léxico suscitado pelo texto legal de 1761: muitos burlaram a lei que prescrevia a liberdade para “pretos” e “pretas” e mantiveram em cativeiro mestiços, mulatos e mulatas. Dois avisos daquele ano informaram que a lei dizia respeito a todo e qualquer cativo, não importando a cor deste, uma vez que grande seria a injustiça se “ficando os pais e mães pretos, livres e forros por benefício do mesmo Alvará, fiquem os filhos escravos” (Novais & Falcon 1973: 419).
> Por sua vez, sabe-se que um aspecto não previsto na lei de 1773 dizia respeito ao grande número de marinheiros escravos que, lotados em embarcações brasileiras, ia até Portugal com espantosa regularidade – tal como ocorria na navegação de cabotagem na costa brasileira até meados do século XIX, como se demonstrou em estudo anterior (Silva, 1996). Esta matéria foi, assim, alvo de uma longa e extensa legislação, a qual incluiu os avisos de 22 de fevereiro de 1776 e de 10 de março de 1800 (Pimentel, 1995: 318); finalmente, um novo Alvará, de 10 de março de 1802, deu fim a este problema, pois este tendia a resolver os “embaraços, que desde a publicação do Alvará de 19 de Setembro de 1761 se tem posto nos portos dos Meus Domínios Ultramarinos a virem escravos a estes Reinos, no exercício de marinheiros”. A determinação deste novo Alvará era a de que os marinheiros cativos “por título algum se estabeleçam e fiquem demorando no Reino em estado de escravidão” (Novais & Falcon 1973: 425). [...][175]

O intuito aqui, muito mais do que analisar os dois Alvarás quanto à abolição, na prática, do instituto jurídico da escravidão em Portugal, é perscrutar as bases filosófico-jurídicas e político-institucionais que fizeram surgir tais leis para a metrópole e porque a escravização se mantém como instituto jurídico aplicável às colônias lusitanas na América, na África e na Ásia (além das já citadas razões econômicas, as quais, evidentemente, são claras e inequívocas, como, por exemplo, interromper fluxo do tráfico de escravos dos territórios coloniais para os metropolitanos). Ainda, para esta pesquisa, como e porque o instituto jurídico da escravidão é abolido para os indígenas no Brasil? (entendido aqui tanto para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, quanto para o Estado do Brasil em si)[176].

---

[175] SILVA, Luiz Geraldo. Esperança de liberdade. Interpretações populares da abolição Ilustrada (1773-1774). **Revista de História**, v. 144, p. 107-149, 2001.

[176] Quanto a estes pontos, relacionados ao que se denominam de “efeitos perversos”, isto é, não pretendidos ou “bem pensados” acerca das legislações de 1761 e 1773, recomendam-se as seguintes referências utilizadas para esta parte da pesquisa: SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Priscila de Lima. Escravos marinheiros, senhores e locadores: leis pombalinas, faina marítima e economia mundial (1761-1810). **Afro-Ásia**, n. 60, p. 45-79, jul-dez. 2019; LIMA, Priscila de. **O alvará de 16 de janeiro de 1773 e o status dos homens livres de cor na América portuguesa** – segunda metade do século XVIII e início do XIX. [Curitiba]: [s.n.: s.d.], p. 3. Disponível em: < http://people.ufpr.br/~cpghis/TextoseminarioPriscila.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2013; LIMA, Priscila de. **De libertos a habilitados**: interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810). 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2011; FALCON, F. C.; NOVAIS, F. A. A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da política econômica pombalina. *In*: Simpósio dos Professores Universitários de História, VI. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, ANPUH, 1973.

Essas legislações aplicáveis à metrópole podem ser encaradas, também, do ponto de vista de um processo civilizador – à maneira como Nobert Elias[177] faz referência em suas análises –, o que para Pombal era um elemento central de sua política de "modernização" da economia, sociedade e Estados portugueses. Luiz Geraldo Silva fornece uma análise nesse sentido que parece bastante plausível:

Nessa direção, deve-se crer que a referência às demais "Cortes polidas" européias no corpo legal de 1761, por exemplo, articule-se com a problemática colocada por Norbert Elias (1993a) a respeito do processo civilizador.

Na teoria eliasiana, referente à civilização dos costumes, há dois problemas centrais que dizem respeito diretamente às questões que estão em jogo no processo de abolição da escravidão em Portugal.

O primeiro deles é concernente ao fato de que, em conjunto, a Europa ocidental, sobretudo após o século XVIII, construiu acerca de si mesma uma identidade social marcada pela presença da "civilização" – isto é, do autocontrole dos indivíduos, da pacificação do corpo social mediante o monopólio da violência pelo Estado, do surgimento de uma nova economia psíquica e das paixões – em oposição a um mundo não europeu e não civilizado, marcado pela escravidão, pelo controle social de cunho senhorial, pela violência física disseminada por amplos setores do mundo social. Sobretudo após o século XVIII, com a difusão do comportamento civilizado, camadas inferiores e superiores na Europa se tornam paulatinamente "estabelecidas" (*insiders*), enquanto as redes de interdependência se estendiam para outras áreas do globo fazendo suas populações serem encaradas como *outsiders*.

> Ao que parece, as Luzes chegaram a Portugal no século XVIII como uma maneira de ajustar o velho Reino em termos de paridade com as "Cortes polidas" da Europa; nesse caso, "civilizar" o corpo social significava extirpar a anômala instituição do escravismo, diminuir os contrastes sociais, bem como expulsar para a periferia do império, para o mundo não civilizado, as formas de sujeição pessoal que deveriam tão somente impulsionar o comércio e a produção coloniais. O mais importante era Portugal, finalmente, graças às Luzes, encontrar-se com a Europa, e não mais ter sua população vista como os cafres daquele continente, tal como formulou, no século XVII, o Padre Antônio Vieira (Boxer 1981: 323). A relação entre Portugal e os espaços além Pirineus no século XVIII, no plano das idéias e do processo de civilização, podem ser interpretadas desse modo. Fazia-se premente, portanto, romper com a dúvida segundo a qual não se sabia se Portugal era o fim da Europa ou o começo da África.[178]

[177] ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes (volumes I e II). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

[178] SILVA, Luiz Geraldo. Esperança de liberdade. Interpretações populares da abolição Ilustrada (1773-1774). **Revista de História**, v. 144, p. 107-149, 2001.

Portanto, muito além das razões econômicas, tais como manter o comércio de escravos apenas no eixo América-África ou não “importar” escravos para a metrópole para que os “moços” não ficassem “ociosos” e, assim, trabalhassem e criassem riqueza no território metropolitano; há, também, esse intento “civilizador”. Um Portugal europeu, que assim como as demais cortes, proscreve o uso da mão-de-obra escrava em suas próprias terras, mas não, porém, de suas colônias, as quais, no âmbito desta lógica, ainda não são “civilizadas”[179].

[179] O “projeto civilizador” de Pombal para os indígenas brasileiros teve reflexos entre o que se poderia chamar de *intelligentsia* genuinamente brasileira. Contemporâneo a Sebastião José foi Domingos Álvares Branco Munis Barreto, militar de carreira à época, e que teve postumamente publicado em 1856 o seu manuscrito “Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil”, o qual teria sido redigido originariamente em 1788 (portanto, levado a prelo 68 anos após sua escrita). De acordo com Fabrício Lyrio Santos*: “*Barreto não logrou publicar em vida nenhum destes manuscritos, o que não significa que não tivessem tido importância. A circulação de manuscritos era uma prática comum no período e fazia parte da cultura dos ≪letrados≫ e ≪eruditos≫. O ≪Plano sobre a civilização dos Índios do Brasil≫, por exemplo, possui exemplares manuscritos nas bibliotecas da Ajuda, Évora, Lisboa e Rio de Janeiro (SANTOS, 2014: 242-4). Em 1856, seria finalmente publicado nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob os cuidados do famoso escritor e intelectual brasileiro Goncalves Dias (BARRETO, 1856: 33-91). Anteriormente, no dia 22 de fevereiro de 1840, na 33.a sessão do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barbosa fez a leitura de uma lista de manuscritos ≪que haviam pertencido ao finado tenente general Domingos Alves Branco Moniz Barreto≫, propondo que se nomeasse uma comissão para examina-los e indagar de seu preço, visto se acharem a venda. A proposta entrou em discussão e foi aprovada, sendo nomeada uma comissão *ad hoc* composta pelo próprio Cunha Barbosa e o desembargador Pontes (IHGB, 1916:151). E provável que tenha surgido daí a compra do manuscrito que serviria de base para a publicação do ≪Plano≫ na década seguinte. [...] Permanece, de certo modo, um mistério, o fato de Domingos Barreto ter redigido o seu ≪Plano sobre a civilização dos índios do Brasil≫ antes de ter empreendido suas viagens e tomado conhecimento prático da realidade. Sua versão mais antiga foi redigida em 1788, sendo o primeiro tratado sobre a civilização dos índios de que se tem notícia. As motivações de Barreto para escrevê-lo estão ligadas à busca por se afirmar como intelectual ilustrado, visando alcançar honras e mercês, à semelhança dos naturalistas e demais escritores do período. Seu método de civilização dos índios, no entanto, não diferia muito do já presente no ≪Diretório dos Índios do Maranhão≫, de 1757. A grande novidade de seu Plano reside no fato de o mesmo não ter emanado do poder régio, responsável pelas políticas coloniais e indigenistas, tendo sido redigido e proposto por um simples colono, imbuído de ideais ilustrados e convencido de que as ≪Luzes≫ – tanto do Cristianismo quanto da civilização – deveriam chegar a todos os povos, incluindo os índios da América. Se estes não as quisessem aceitar, no entanto, afirma Barreto: ≪de uma vez se deve decidir com eles≫, ou seja, deveriam dar lugar à marcha do progresso e ao aproveitamento econômico de suas terras. SANTOS, Fabrício Lyrio. Colonização e pensamento ilustrado: Domingos Álvares Branco Muniz Barreto e seus primeiros escritos. Disponível em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17367.pdf, p. 194-195. Ver, também, do mesmo autor: A civilização dos índios no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. **Revista de História**, São Paulo, n. 170, p. 233-260, jan-jun. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p233-260. Já ligeiramente após Pombal, o Patrono da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, irá escrever em 1821 os seus “Apontamentos para a civilização dos índios bravos no Império do Brasil”. Sobre o texto de Andrada e Silva ver: DA COSTA, A. M. R. F. M.; MENDES, L. Álvares. José Bonifácio de Andrada e Silva: revisitando os ‘apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil’. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá (MT), v. 1, n. 84, p. 44–65, 2022. Disponível em: https://revistaihgmt.com.br/index.php/revistaihgmt/article/view/14. Acesso em: 8 nov. 2024.

Nesse contexto geral, a política de “libertação” dos indígenas nas colônias americanas de Portugal precisa, igualmente, ser investigada. A presente pesquisa não diz respeito ao fim da escravização em Portugal, nem ao fim da escravização das pessoas raptadas na África e trazidas à força para a América – apesar, obviamente, de buscar-se fazer as devidas considerações e ponderações entre uma e outra legislação, especialmente porque a legislação pombalina utiliza-se de termos como “pretos” e “pretas”, “brancos”, “negros”, “mestiços” e, ainda, “caboclos”[180].

## 4.2 O PAPEL DO GOVERNADOR-GERAL DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO, FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO (IRMÃO DO MARQUÊS DE POMBAL), ENTRE OS ANOS DE 1751 E 1759, PARA O FORTALECIMENTO DA RECEPÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE O TRABALHO LIVRE DOS INDÍGENAS

No contexto de um projeto pretensamente civilizador e iluminista a ser aplicado nos domínios portugueses na América, em especial para a recém-adquirida região amazônica (não só de fato, mas agora também de direito devido ao Tratado de Madri de 1750), o Marquês de Pombal enviará como governador e capitão general do então renomeado Estado do Grão-Pará e Maranhão, seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado[181]. Mendonça Furtado era oficial do exército português e membro da fildalguia portuguesa, sendo irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o célebre Conde de Oeiras e mais tarde Marques de Pombal, o qual, entre os anos de 1750 e 1777, esteve à frente do governo lusitano, exercendo função típica do que hoje

[180] Para uma análise interessante quanto ao uso desses vocábulos ver: GUEDES, Roberto. Escravidão e legados pombalinos nos registros de cores (Itu/Porto Feliz, São Paulo, 1766-1824). In: FALCON Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 215-244.

[181] Manuel Nunes Dias, em 1967, com tom ufanista e “pombaliano”, assim analisa a colonização da Amazônia entre 1755 e 1778: “A utilização econômica da Capitanias do Norte representa magnífica etapa da ação colonizadora da política ultramarina de Pombal. Graças a esse expediente, pode o Estado do Grão-Pará e Maranhão constituir parte integrante da economia transoceânica na segunda metade do século XVIII. O empreendimento compõe a primeira experiência séria de colonização da Amazônia. É certo que o embrião colonizador vem de época distanciada. A divisão do espaço amazônico em Capitanias e a obra missionária constituem ensaios de aproveitamento útil da terra. O grande arranco data, todavia, da governança do Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado. O incitamento continuou nas administrações de seus sucessores: Manoel Bernardo de Melo e Castro, Fernando da Costa de Ataíde Teive e João Pereira Caldas. A florada colonizadora encontra-se, vigorosa, nesse período com a marca vivificante da Companhia pombalina. DIAS, Manuel Nunes. Colonização da Amazônia (1755-1778). **Revista de História**, São Paulo, v. 34, n. 70, p. 471–490, 1967. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1967.126117. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/126117. Acesso em: 8 nov. 2024, p. 471-472.

se define como de primeiro-ministro[182]. Nesse contexto, Francisco Xavier foi enviado à colônia portuguesa do Grão-Pará e Maranhão com alguns objetivos a serem cumpridos, trazendo consigo as "Instruções Régias, públicas e secretas"[183], que, dentre as muitas atribuições que lhe foram outorgadas, constam as a seguir elencadas.

Primeiro, a "promoção" da liberdade dos indígenas que, apesar das proibições da escravização dos ameríndios, pelo menos desde as Leis de Burgos de 1511 e o parecer final da Controvérsia de Valadolid em 1551[184], ainda seriam mantidas pelos colonos europeus e mesmo em especial pelos missionários católicos, inclusive por alguns representantes da própria Companhia de Jesus, conforme visto nos itens precedentes. Segundo, a abolição do governo temporal dos jesuítas em suas missões[185], exigindo-se ou que se transformassem em clérigos seculares, deixando

---

[182] A relação pessoal de José Sebastião com Francisco Xavier, irmãos que eram, fica bem evidenciada na obra de SENA-LINO, Pedro. **De quase nada a quase rei** – Biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. 1.ed. Lisboa: Contraponto/Bertrand. A morte de Francisco Xavier em 15/11/1769 abalou profundamente José Sebastião, o qual, ainda que sendo o irmão mais velho (Mendonça Furtado era o segundo mais velho), faleceu anos mais tarde, em 8/05/1782.

[183] Utiliza-se a versão transcrita das legislações e correspondências de Francisco Xavier Mendonça de Furtado, constantes da obra "A Amazônia na era pombalina", em 3 volumes. As instruções régias constam das páginas 67-80 do 1º volume. Ver: MENDONÇA, Marcos Carneiro de, 1894-1988. A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. Brasília/DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

[184] Como, com até certa exaustão, abordou-se nos outros capítulos deste texto.

[185] Esta é uma das dimensões mais estudas e pesquisadas, certamente, do período pombalino. Não se pretende, no âmbito da presente tese, o aprofundamento dessa questão, até porque é uma questão que fica um tanto clara e explícita quando se analisa, nos itens precedentes, o texto legal em si do Diretório de 1757. Cita-se, aqui, pelo estilo até certa forma inimitável (embora não se concorde plenamente com a ênfase dada às razões econômicas para a extinção da Companhia de Jesus), e ainda que de uma obra da historiografia luso-brasileira publicada na década de 1940, de autor lusitano, que já na república portuguesa ainda ostentava o título de Visconde de Carnaxide: "As despesas públicas iam num crescendo louco. Cresceram já por circunstâncias ocorridas nesse reinado e que adiante se referem, já porque duma maneira geral não podia ser econômica uma administração, como aquela, empenhada em acelerar o progresso material do país e em se lançar nas realizações corajosas. Aonde ir buscar dinheiro? Imposto? Empréstimo? Sim, os impostos foram elevados constantemente, foram elevados até o máximo, como se mostra no capítulo seguinte. Mas o aumento dos impostos não deu um aumento correspondente do rédito público. Apenas impediu que este se reduzisse. Compensou a diminuição de certos rendimentos. Nada mais. A dívida pública, também se verá no capítulo imediato, que se agravou até onde foi possível. Mas nem sempre era possível quem emprestasse. El-Rei já em 1759 estava sem crédito, como se lê num depoimento do Conde de Merle atrás transcrito. Que fazer então? Assediado pelas dificuldades, o Ministro principiou a valer-se de expedientes. [...] Depois do atentado contra D. José, cuja autoria foi em parte atribuída aos Jesuítas, ordenou-se a apreensão de todos os bens que estes possuíssem. A Carta-Régia de 19 de Janeiro de 1759, que incumbe o Chanceler da Casa de Suplicação de proceder à diligência, confessa que o sequestro é aplicado 'não por via de jurisdição, mas sim e tão somente de INDISPENSÁVEL ECONOMIA, e de natural e precisa defesa da minha real pessoa e governo e do sossego público dos meus reinos e vassalos'. Por conseguinte, a peça fundamental do processo de confisco da Ordem, ou seja, a Carta Régia de 19 de Janeiro de 1759, não só menciona o fator econômico, como ainda o coloca antes da defesa do Soberano, do Governo e do sossego público". CARNAXIDE, Antônio S. P. **O Brasil na administração pombalina**: economia e política externa. São Paulo/SP: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 82 e 84.

de ser membros do clero regular da Companhia e, assim, transferindo suas funções administrativas à tutela do bispado[186], ou que simplesmente “deixassem” de suas funções e retornassem mesmo à Portugal. O prelado, por sua vez, dentro da política pombalina tipicamente cesaropapista[187], submetia-se primeiro à Lisboa e somente depois à Roma[188]. Além disso, dentro desse plano estava a retirada do poder temporal dos religiosos (sejam quais fossem, regulares ou seculares) dos agrupamentos indígenas, sendo substituídos por um representante direto da coroa, os quais ficaram conhecidos como diretores, daí a célebre denominação dos Diretórios dos Índios de 1757, como ficou conhecido o documento legal, que em breve analisa-se com mais detalhes.

---

[186] DAMACENA, Estevão Barbosa. O período pombalino no norte da América portuguesa: a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e a colaboração regalista do bispo Miguel de Bulhões em Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). *In*: Encontro de História da Anpuh-Rio, XVII., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Instituto Multidisciplinar, UFRJ, Campus Nova Iguaçu, de 8 a 11 de agosto de 2016. ISBN 978.85.65957-05-2. Disponível em http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465575433_ARQUIVO_trabalho_completo_ESTEVAO_DAMACENA.pdf. Ver também: MUNIZ, Pollyana Gouveia Mendonça. Cruz e coroa: igreja, estado e conflito de jurisdições no Maranhão colonial. **Revista Brasileira de História**, v. 32, p. 39-58, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000100003.

[187] Na definição do Dicionário de Política de Bobbio: “O termo Cesaropapismo indica um sistema de relações entre Estado e Igreja em que o chefe do Estado, julgando caber-lhe a competência de regular a doutrina, a disciplina e a organização da *Societas fidelium*, exerce poderes tradicionalmente reservados à suprema autoridade religiosa, unificando (pelo menos em via tendencial) na própria pessoa as funções de imperator e de pontifex. Decorre daí um traço característico do sistema cesaropapista: a subordinação da Igreja ao Estado, que atingiu formas às vezes tão acentuadas de levar a considerar a primeira como um órgão do segundo. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicol; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et al. (Coord.). Rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1. ed., 1998, p. 162.

[188] Mais uma vez, cita-se um trecho de Manuel Nunes Dias; e isso na exata medida que “promove” os “movimentos” realizados por Pombal (incluindo um grifo para destacar parte do trecho sobremaneira “interessante”): “De São Luís e, sobretudo, de Belém, capital do Estado, partiu a irradiação civilizante. A ocupação de áreas ignotas processou-se com a faina agro-pecuária fornecedora dos produtos comerciáveis que formavam as carregações de torna-viagem dos navios da Companhia. O mercantilismo ‘ilustrado’ gerava, assim, centros estáveis de colonização e de enriquecimento social com o surgimento de novos núcleos demográficos. Nas vastas áreas do Mearin, do Itapecurú, de Marajó, do Baixo Amazonas e de toda hinterlândia, estenderam-se os campos agrícolas de onde saíam as mercadorias tropicais desejadas pela Europa. O valor e o volume dos carregamentos embarcados nos portos de São Luís e Belém refletem a ampliação da empresa. A ação civilizadora não era apena horizontal. Era vertical também. A colonização expandia-se no espaço através do agrarismo e aprofundava-se no tempo por meio da imigração e cruzamento de elementos oriundos das ilhas atlânticas, da metrópole e da África, com os quais se argamassou a nova sociedade do Norte da colônia. **A empresa pombalina nucleou as populações, reunindo os lavradores em torno de si, sedentarizando-os e fixando-os à terra agriculturada, processo esse diverso do catequista que proibia ao branco sua entrada na missão.** Em derredor do amanho da terra condensaram-se os grupos demográficos das Baixadas amazônicas e maranhense, forças sociais e econômicas animadoras do povoamento”. DIAS, Manuel Nunes. Colonização da Amazônia (1755-1778). **Revista de História**, São Paulo, v. 34, n. 70, p. 471–490, 1967. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1967.126117. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/126117. Acesso em: 8 nov. 2024, p. 472.

Terceiro: **(i)** incentivar a produção e o comércio na colônia luso-amazônica; **(ii)** que houvesse a fixação e adensamento de colonos portugueses na região; **(iii)** e a promoção da integração dos indígenas à sociedade colonial; tendo tais missões, ainda, a necessidade sempre presente de reforçar a presença e a tutela de Lisboa. Tudo, também, para fazer frente às ameaças de expansionismos de outras potências europeias, tais como os franceses, ingleses e holandeses que já se encontravam fixados na região mais ao norte das Guianas, quanto em relação à questão da demarcação das fronteiras mais ao oeste com o império espanhol, devido às determinações do Tratado de Madri de 1750[189].

Luiz Fernando Medeiros Rodrigues[190], em "As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão", resume as intenções estratégicas pretendidas e inauguradas por Pombal e articuladas *in loco* por seu irmão, o governador-geral Francisco Furtado:

Concluindo, pode-se dizer que a atuação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador, capitão-general do Grão-Pará e Maranhão e plenipotenciário das demarcações visava à aplicação de um projeto "reformador" da Amazônia portuguesa.

Do ponto de vista econômico e político, a reforma fundamentou-se sobre cinco peças-chave: a Lei da Liberdade dos Índios, a Lei da Abolição do Governo Temporal das aldeias administradas pelos religiosos, a instituição da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, estas, em 1755, o Diretório dos Índios, que viria a ser confirmada do pelo monarca em 1758, e o total redimensionamento da presença

---

189 Recomenda-se a leitura do artigo de Mont Serrath, no qual se encontra o seguinte trecho: "O presente artigo tem por objetivo apresentar novos indícios e alguns questionamentos que estão longe de pretender, simplesmente, deitar por terra a visão corrente sobre as últimas décadas do reinado de D. José I (1750-1777). A ideia é, a partir dos dados quantitativos, com destaque para os de caráter fiscal, apontar para a necessidade de reavaliação dessa suposta crise geral. Será que, de fato, ela foi tão abrangente e tão intensa quanto se costuma apontar? Será que o impulso manufatureiro de fins do Setecentos não pode ser vinculado a questões mentais de políticas que se intentavam pôr em prática, independentemente da conjuntura econômica e fiscal? São essas duas principais perguntas que o texto ora apresentado buscará responder". MONT SERRATH, P. O. Crise geral e política manufatureira em Portugal na segunda metade do século XVIII: novos indícios e questionamentos. **Saeculum**, n. 29, 2013, p. 75-76. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/19810. Acesso em: 8 nov. 2024. Sugere-se a leitura deste artigo, que logo no início o autor apresenta argumento que está em torno também do que se argumenta na presente proposta de tese, isto é, além das crises (econômicas, políticas, institucionais), não haveria em Pombal questões "mentais de políticas" que impulsionaram grande parte de suas ações? Inclusive aquelas relacionadas ao fim do instituto jurídico da escravização?

190 RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. **Cadernos IHU Ideias**, ano 9, n. 151, p. 42-43, 2011.

dos religiosos na região. Na sua instrução secreta, Francisco Xavier trazia a ordem para reduzir significativamente o número dos missionários atuantes na Amazônia. Estas medidas serviriam como base de sustentação para a administração que Mendonça Furtado pretendia, literalmente, redesenhar na Amazônia.

Com efeito, na base de toda a ação de Sebastião José e do seu irmão, no governo do norte do Brasil, estava a ideia de um novo "desenho" da região, o qual implicava não somente a fixação de fronteiras concretamente demarcadas, como visava também um outro desígnio, o da transformação do quadro socioeconômico da região redesenhada em moldes iluministas.

Portanto, a política iluminista que a maior parte da literatura historiográfica sobre o período parece destacar, nesta singela e primeira reflexão, precisaria ser colocada em contexto, principalmente no que tange aos interesses da manutenção da unidade do império colonial português na América. Enquanto as ideias iluministas, correntes na segunda metade do século XVIII na Europa, poderiam pregar a ideia de governos conduzidos pela razão, pelos avanços da ciência na época, pela racionalização dos processos decisórios, no sentido inclusive de melhorar as condições gerais de bem-estar dos súditos governados, questiona-se, a esta altura, como tais desdobramentos estariam relacionados à aplicação dos domínios lusitanos sul-americanos?

O possível reflexo do ideário iluminista acerca da liberdade humana, por exemplo, aplicada aos indígenas, ao que tudo indica, não está relacionado com a discussão filosófica acerca da natureza humana, mas acima de tudo na necessidade de fixar súditos leais à Lisboa na região amazônica, em especial pertencentes a culturas locais de profunda presença temporal e, assim, o estímulo à agricultura, ao comércio, à indústria básica local estariam incluídos nos planos expansionistas portugueses quanto à fixação de seus domínios na região amazônica. Destaca-se, sobre o tema, o que refere em seu estudo Luiz Fernando Medeiros Rodrigues[191]:

> Da experiência diplomática e dos seus contatos com o conde Teles, Sebastião José articulou alguns princípios que serviram de base para a sua ação governativa e que seriam a base programática do governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.
> Primeiro, fazer a Coroa de Portugal poderosa e brilhante, recuperando a sua força como potência marítima dos tempos dos descobrimentos, independente de outras nações, nomeadamente a Inglaterra.
> Segundo, consolidar entre a Igreja e o Estado uma certa união, pressuposto

[191] RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. **Cadernos IHU Ideias**, ano 9, n. 151, p. 12-13, 2011.

> de um reino católico como era Portugal, mas no qual a Igreja agiria em modo dependente e subalterno às necessidades do Estado, e o clero, sobretudo nas colônias, especialmente os religiosos, como agente de "civilização" dos indígenas, controlado e à disposição dos projetos de desenvolvimento político e econômico do governo.
> Terceiro, restituir força à administração pública e aos seus representantes, especialmente aos governadores dos estados no Brasil amazônico.
> Quarto, estimular as ciências e as artes liberais em Portugal, e as escolas de português no Brasil, em oposição à "língua geral" usada pelos religiosos no norte brasileiro.
> Quinto, levantar as forças úteis do Estado (os índios, os colonos e os religiosos) do letargo em que jaziam quase mortas, para que defendessem Portugal e o seu Ultramar dos seus inimigos.
> Sexto, favorecer e animar o comércio interior, fonte de riqueza, de independência e de força política das monarquias.
> Sétimo, sempre exaltar e ajudar os fins fabris que são as mãos e os braços dos corpos políticos, as manufaturas nacionais que formam a opulência do Estado.
> Oitavo, promover a agricultura, a abertura das terras baldias, sustentando os colonos, com terras e escravos; dar "liberdade dos índios"; e incentivar a povoação das terras com colonos, especialmente no Brasil amazônico, com o estabelecimento de uma política de colonização.
> Nono, ocupar e defender territorialmente o Brasil com uma política de fundação de vilas e fortalezas e explorar as suas riquezas, sobretudo o ouro e os gêneros do sertão amazônico, como base para a retomada da economia do Reino, favorecendo uma política de "paraguaização" das missões jesuíticas no norte do Brasil.
> Com estes princípios gerais, Sebastião José impostou a ação governamental de Francisco Xavier de Mendonça Furtado na Amazônia brasileira.

Destaca-se, ao final, o termo "paraguaização" das missões jesuíticas, que parece revelar o que a elite governativa em Lisboa "invejaria" os "jesuítas castelhanos", os quais "trabalhariam" para a fixação do elemento humano regional (no caso, os povos indígenas) à terra, promovendo a agricultura e a indústria locais, o que representaria maior alinhamento aos interesses de Madri na manutenção de seus domínios no cone sul da América. Claro, com a passagem daqueles territórios ao domínio português a questão ficou mais complexa, e a expulsão da Companhia de Jesus de ambos os territórios coloniais ibéricos se prestou melhor aos interesses geoestratégicos daquele momento às duas metrópoles, isto é, Portugal e Espanha.

Portanto, a ideia, ou, ainda, o conceito, de manter a "unidade" do império português, passaria pela estratégia não somente de fixar as pessoas nos territórios, mas também de "unificar" os colonos súditos de Lisboa, especialmente pela adoção e cultivo da língua portuguesa como obrigatória. Uma vez mais, recorre-se ao texto de Luiz Fernando Medeiros Rodrigues[192]:

---

[192] RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. **Cadernos IHU Ideias**, ano 9, n. 151, p. 34-35, 2011.

> Seguindo as suas instruções, Francisco Xavier passou a visitar as aldeias administradas pelos religiosos. Sua impressão foi a pior possível. Os índios não sabiam falar o português. Nas poucas aldeias onde havia uma escola para o ensino da língua, o governador constatara que por vários motivos estas não tinham prosperado.
> Os índios descidos eram disputados entra as várias congregações. Tais disputas eram tão acirradas que o governador classificou-as para a Coroa como uma verdadeira guerra entre as religiões, sobretudo entre os jesuítas e os carmelitas. Urgia, portanto, que Lisboa aprovasse um regimento para um procurador dos índios, como meio mais eficaz para retirar os índios das aldeias dos religiosos e devolvê-los à liberdade. Para tanto, era fundamental que se introduzisse o escravo negro como substituto da força de trabalho indígena.
> No primeiro semestre de 1755, o monarca sancionou três diplomas da maior importância, relativos à integração dos índios na sociedade luso-brasileira. Tratavam-se do Alvará com força de lei de 4 de abril, referente aos casamentos com as índias; da lei de 6 de junho de 1755, que restituía aos índios a liberdade de suas pessoas, bens e comércio; e, por fim, o Alvará com força de lei de 7 de junho também de 1755, que renovou as disposições da lei de 12 de setembro de 1653, proibindo as congregações religiosas atuantes nas missões de exercitarem jurisdição temporal sobre os índios, e aprovando o estabelecimento de governo e justiça seculares para as aldeias indígenas.

Chama a atenção, inicialmente, algumas questões suscitadas no trecho acima citado. Em primeiro plano, isso por já terem sido citadas anteriormente neste texto, e não por serem mais ou menos importantes, tem-se a referente à unidade linguística e à eliminação do poder temporal das congregações religiosas, em especial da Companhia de Jesus.

Porém, questões que suscitam reflexões, que julgam-se necessárias na revisitação acerca de seus ideários e contexto, tem-se o que teria sido a efetivação da liberdade dos povos indígenas, os quais, em hipótese alguma, deveriam ser escravizados e, por conseguinte, daí surgindo a indagação sobre a necessidade de conduzir à região maior número de “escravos africanos”[193].

Ainda nesse contexto de dimensões antropológicas e filosóficas, acerca da “aceitação” do trabalho escravo dos povos africanos trazidos à força para a América

---

[193] Carta Régia ao Governador Mendonça Furtado sobre as Companhias de Comércio que os moradores de São Luís do Maranhão pretendiam fundar, na qual há referência a uma resolução de 17 de julho de 1752, sobre o assentamento de escravos africanos. Lisboa, 22 de novembro de 1752. Cita-se pequeno trecho: “(...) e para se reparar a grande falta que há da dita escravatura, Vos ordeno dês licença, não só aos interessados na dita Companhia, mas também a qualquer dos homens de negócios dessa Capitania, que de lá quiserem mandar embarcações a resgatar os ditos escravos de Guiné, que introduzam nesse Estado; levando para estes resgates os gêneros do país; não sendo dos que se acham proibidos para se levarem do Estado do Brasil para a costa da Mina”. MENDONÇA, Marcos Carneiro de, 1894-1988. A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed. 1º tomo, Brasília/DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 399-400.

pelos conquistadores europeus, circunda aqui a questão da “aceitação” do elemento indígena pela edição da lei de 04 de abril de 1755, a qual permitiu o casamento do colonizador português com as mulheres dos povos indígenas, podendo os filhos resultantes destes matrimônios exercerem todas as prerrogativas legais próprias dos súditos de Lisboa[194].

[194] A questão da aceitação tanto do matrimônio entre os indígenas, quanto entre as pessoas escravizadas, é anterior à discussão proposta por Pombal. Legislações anteriores a respeito dos casamentos entre os indígenas já haviam disso editadas, especialmente por Cabeza de Vaca (c. 1488/1492-1556/1559), como visto. A questão dos matrimônios indígenas dizia respeito, também, ao estatuto da própria liberdade dos povos originários. Uma vez “livres”, embora submetidos a condições análogas à escravidão, através de institutos jurídicos como o repartimiento ou mita, por exemplo, os indígenas estavam “livres” para contrair matrimônios, os quais deviam ser respeitados pelo explorador branco-europeu. Como se diz, a proposta de Pombal vai mais longe, pois não só permite como estimula mesmo o casamento entre brancos-europeus e indígenas. Outra é a discussão da possibilidade do matrimônio entre pessoas escravizadas, especialmente, para o caso, entre os “escravos africanos”. Esta questão do casamento entre pessoas escravizadas, no período colonial brasileiro, enquanto sacramento cristão-católico, foi vislumbrada pelo jesuíta Jorge Benci (c. 1650-1708), na sua obra “Economia cristã dos senhores no governo dos escravos”, a qual já se fez referência em outra nota de rodapé (de número 13). Cita-se, a seguir, os parágrafos 89 a 94 do livro de Benci, sobre o sacramento do matrimônio aos “escravos”, o que estaria vedado pelo Direito Imperial, mas não pelo Direito Canônico (adaptou-se a grafia do original para as dos tempos atuais, porém mantendo as regras de pontuação da época e traduzindo os pequenos trechos em latim para o português; ainda, a obra de Sanchez que Benci faz referência provavelmente é de Tomás Sánchez, intitulada *Disputationum de Sancto Matrimonii Sacramento*, datada de 1612; as letras entre parênteses, no texto original, dizem respeito ao que hoje se denomina nota de rodapé; chama-se, ainda, a atenção para o trecho no qual a escrava é qualificada como “enorme, monstruosa, e vil”, isso quando o senhor “deixa” sua esposa – branca, obviamente – pela mulher negra): 89. “Mas não é este o único Sacramento que os senhores impedem aos escravos, pois também lhes atalham o Santo Matrimónio. É o estado do Matrimónio tão livre ainda aos Cativos, que não há poder na terra (diz o doutíssimo Padre Sanchez) que lho possa impedir: (t) *Nulli juri positivo datum est, ut possit omnino matrimonium alicui interdicere*: [Nenhum direito positivo foi concedido para proibir absolutamente o casamento com qualquer pessoa]. E suposto que pelo Direito Imperial aos livres somente seja permitido contrair matrimónio; o direito Canónico, revogando nesta parte a disposição da lei civil, como contrária ao direito divino e natural, que concede aos homens a multiplicação de sua espécie? (u) *Crescite, & multipticamini, & replete terram* [Cresça e multiplique-se e encha a terra]; declara que aos servos se não deve impedir o matrimónio, e que fica válido, ainda fazendo-se contra a vontade dos senhores: (x) *Necinter servos matrimonia debent nullatenus prohiberi: & si contradicentibus dominis, & invitis contracta fuerint, nulla ratione sunt propter hoc dissolvenda* [Nem deveriam os casamentos entre escravos ser proibidos de forma alguma]. Pois o que não podem proibir os Imperadores, poderão proibi-lo os senhores do Brasil? 90. Pergunto: Para que foi instituído o Santo Matrimónio? Não só para propagação do gênero humano, senão também (refere Sanchez, já citado) para remédio da concupiscência e para evitar pecados: (y) *Matrimonium concessum este in remedium concupiscentiae, ut evitarentur fornicationes, & alia carnis flagitia* [Conceda-se o casamento como remédio para a concupiscência, para que se evitem a fornicação e outras indecências da carne]. Há porventura algum senhor que tenha poder para enfrear a concupiscência nos escravos de sorte que não brote em seus efeitos, e os não provoque e estimule a pecar? É certo que não. Pois se não podeis reprimir nos escravos os efeitos e estímulos da concupiscência, porque lhes haveis de tirar o remédio que Deus lhes deu? E não vedes que além de incorrerdes na excomunhão que contra os que impedem os matrimónios promulgou o Sagrado Concílio Tridentino, vindes desta sorte a fazer-vos participantes de todos os pecados, que contra o sexto Mandamento cometem os servos? 91. Dir-me-eis, que para essa gente bruta não são os matrimónios; pois tanto que casaram, deixam, assim os maridos como as mulheres, de fazer vida entre si, e se entregam a maiores pecados depois de casados. Mas se vos parece bastante esta razão, respondei-me no que agora vos quero perguntar. Quantos senhores há casados com mulheres dotadas assim de honra como de fermosura, e as deixam talvez por uma escrava enorme, monstruosa, e vil? Logo diremos

E para corroborar este raciocínio inicial, de uma política centralizadora, no sentido de unificação da cultura, das gentes e do que se poderia chamar de desenvolvimento econômico-produtivo geral da colônia portuguesa, especialmente naquele momento na região amazônica, salta aos olhos as reflexões acerca de necessidades práticas a impedir o rareamento populacional e a falta de centralização de comando[195]:

> O monarca desejava, igualmente, que o governador se servisse de todos os meios necessários para ocupar o Estado e desenvolver o comércio. Portanto, além de servir-se dos aldeamentos dos índios, especialmente nos confins das Capitanias, a Coroa esperava que Francisco Xavier favorecesse o povoamento de todas as terras possíveis, introduzindo novos colonos. Ponto crucial para a posse do território era a defesa das fronteiras. Assim, Francisco Xavier e o neogovernador do Maranhão, cada um no seu distrito, ficavam encarregados de promover um acurado exame das fortalezas e, se necessário, repará-las. Também deveriam estar atentos aos locais mais

que não convém que casem também os brancos e os senhores? Ninguém dirá que é boa esta conseqüência; porque ainda que haja nos senhores depois de casados estas solturas, nem por isso se lhes há-de negar o matrimónio. Logo, ainda que haja entre os escravos e pretos, alguns e algumas, que se desmandem depois de casados, nem por isso se segue que não convêm casá-los. Casai-os vós, querendo eles; que desta maneira satisfareis à vossa obrigação. E se depois de vinculados com o Santo matrimónio, forem viciosos; a eles tocará, e não a vós, dar conta a Deus dos pecados, que cometerem. 92. E não devendo os senhores impedir o matrimónio aos servos, também lhes não devem impedir o uso dele depois de casados, apartando o marido da mulher e deixando a um em casa e mandando vender ou viver o outro em partes tão remotas que não possam fazer vida conjugal. Porque quando não pequeis contra a justiça, privando ao servo do que lhe compete por direito natural, como ensina o Padre Sanchez; (z) não se pode negar que pecais ao menos contra a Caridade: (a) porque, apartando os servos casados um do outro, vindes a privá-los do bem do matrimónio, no que lhes causais dano mui grave, que a caridade proíbe se faça ao próximo sem urgentíssima causa. 93. E sendo isto assim, muito para admirar a facilidade com que alguns senhores, por qualquer leve causa, mandam vender a outras terras ou o servo casado ou a serva casada, ou de qualquer outro modo os apartam um do outro. Quem vos deu poder para fazer estes divórcios, se a Igreja, em quem unicamente se acha este poder, é tão delicada nesta matéria, que não consente que haja divórcio entre o marido e a mulher, sem haver causas mui justificadas e urgentes? 94. Bem sei que pode haver caso em que possam e talvez devam os senhores mandar vender ou viver em partes remotas os escravos, ainda que casados, principalmente quando de os reter em seu poder se segue grave dano às almas ou dos mesmos escravos ou de seus senhores; porém neste caso não deve o senhor proceder *ex abrupto* e com paixão, senão com muita madureza e grande ponderação, consultando primeiro a Teólogos doutos e timoratos para que vejam e examinem se há causa suficiente para isso. E no caso em que determinem que há causa bastante, sendo o sido o que merece este degredo; deveis perguntar à mulher se o quer seguir. E querendo ela acompanhar o marido, vá ela também com ele, e corra a mesma fortuna que ele correr; e se o não quiser seguir, por razão do grave incómodo que nisto haja de padecer, então vá embora a vender só o marido. E sendo a mulher a delinquente, se há de proceder com o marido do mesmo modo que acabamos de dizer da mulher. Assim deve obrar quem quer obrar o que Deus manda, para não impedir aos servos os Sacramentos e uso deles, que o senhor lhes deve procurar como pasto espiritual de suas almas: *Sacramentorum administratione pascere* [Administração dos sacramentos para alimentar]. BENCI, Giorgio, S.J. ca. 1650-1708. **Economia christã dos senhores no governo dos escravos deduzida pelo padre Jorge Benci de Arimino em Roma**: na Officina de Antonio de Rossi, 1705 - [12], 282, [2] p.; 12º; Disponível em: https://purl.pt/24731. Acesso em: 24 nov. 2024.

[195] RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. **Cadernos IHU Ideias**, ano 9, n. 151, p. 31-32, 2011.

> propícios para a edificação de novas fortalezas, especialmente na costa de Macapá, que desde o tempo de D. João V (8 de março de 1749) assinalava-se como necessária.
> Nesta questão, era um dado de fato que as tropas usadas para a defesa do Estado estavam destituídas de toda a disciplina militar. Por isso, encarregava-se ao governador de discipliná-las.
> Ficava proibida qualquer comunicação do Pará com as Minas; que os moradores do Estado não ultrapassem os domínios da América Portuguesa; e se reprimisse o contrabando e a introdução dos gêneros da Europa, os quais prejudicavam a Fazenda Real.
> O comércio, as lavouras e a extração das riquezas naturais constituíam a base da vida econômica do Estado. Havia, pois, que animar o espírito comercial. Consequentemente, por determinação régia, ordenava-se que o governador investigasse, entre os gêneros produzidos naquelas capitanias, quais serviriam para o comércio; que gêneros poderiam ser mais facilmente produzidos; e a forma mais barata para incentivar uma produção abundante. Sempre informando o monarca, pelo Conselho Ultramarinho, de todas as medidas que tomasse, depois de consultar os interessados locais e as pessoas mais peritas no comércio e cultura dos ditos gêneros.

Vê-se aqui, de forma clara, o fortalecimento do conceito ou ideia necessária de centralização ou, ainda, de governar os interesses locais ou regionais tendo como objetivo final o que seria um propósito maior, de um governo geral, de manutenção da unidade e da expansão do império ultramarino português. O suposto respeito aos povos locais, a promoção dos mesmos no sentido de incentivá-los a fixar-se na terra segundo os moldes eurocêntricos de produção agrícola e indústria urbana incipiente, diz muito mais respeito aos interesses maiores de fortalecimento de Portugal enquanto um Estado-Nação frente aos seus concorrentes no concerto dos Estados soberanos europeus.

Questão que se considera interessante suscitar, que não seria de toda inovadora, e que teria mesmo existido enquanto determinação em período anterior ao governo de Francisco Xavier, é o impedir o trânsito dos colonos nos territórios das colônias em busca da riqueza “fácil” do ouro, por exemplo. Os propósitos, quais sejam, de extração de minerais preciosos ou de manutenção e fixação de uma população “lusitanizada” na Amazônia portuguesa, devem servir a um propósito central, no caso aquele que advém do centro metropolitano representado obviamente pelas cortes em Lisboa.

Desse modo, o governo de Francisco Xavier, irmão de Marquês de Pombal, baseou-se em um projeto geral do que se poderia chamar de centralização da administração colonial na América, ou ainda, de um projeto de centralização mesmo de todo o império português no mundo. Todavia, na segunda metade do século XVIII e após principalmente o Tratado de Madri, e acima de tudo mais adiante, em 1777,

com o Tratado de Santo Idelfonso, parece que restaria claro à Lisboa a importância central da colônia brasileira à sustentabilidade da monarquia portuguesa frente as demais potências europeias. A questão napoleônica, algumas décadas mais tarde, após 1777, parece convalidar este pensamento, pois então em 1808 a colônia transforma-se em metrópole, ao menos a Corte agora não mais lisboeta e sim carioca![196]

O fato de haver a divisão entre dois Estados, do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão, não parece afastar o cerne do argumento que até agora tem-se ensaiado. A divisão mostrou-se infrutífera e ainda mesmo antes do final dos setecentos, em 1774, a região amazônica e suas divisões são integradas como capitanias ao Estado brasileiro[197].

Assim, arrisca-se a dizer que o projeto pombalino consagra, de certa forma, a discussão sobre a necessidade de maior centralização ou não dentro do gerenciamento dos interesses políticos e econômicos dos territórios coloniais portugueses, especialmente na América.

José Eduardo Franco[198], em "O Marquês de Pombal e a invenção do Brasil: reformas coloniais iluministas e a protogênese da nação brasileira", destaca:

> Foi à luz de uma doutrina iluminista totalizadora, unificadora, geometrizada assente no ideário de afirmação total o poder do Estado e do Rei que o encarnava que, pela mão do primeiro-ministro todo-poderoso Marquês de Pombal, se projetou uma série de leis reformistas que visavam reformar a administração colonial: impor uma língua única e eliminar todos os focos de oposição ou de divergência em relação a um plano político centralizador e estatizador, que visava atingir todos os setores vitais da metrópole e do império ultramarino português.

Como já ressaltado, a expulsão dos jesuítas[199] fez parte deste projeto e, apesar da existência de profusa literatura historiográfica sobre este evento, certamente muitos pontos em aberto ainda necessitam de renovadas reflexões.

---

[196] GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira iluminada**. História do Povoamento. Conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas. Porto Alegre: Sulina, 2012.

[197] Santos, R. J. O fim do Grão-Pará e a institucionalização da região amazônica: o papel dos liberais paraenses na mudança do status regional no século XIX. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 18, n. 1, 2023, e20210099. Doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0099.

[198] FRANCO, José Eduardo. O Marquês de Pombal e a invenção do Brasil: reformas coloniais iluministas e a protogênese da nação brasileira. **Cadernos IHU Ideias**, v. 13, n. 220, 2015, p. 3.

[199] AMANTINO, Márcia; CARVALHO, Marieta Pinheiro de. Pombal, a riqueza dos jesuítas e a expulsão. *In:* FALCON Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 59-90.

Assim, seria quase impossível tentar nomear de alguma forma estes pontos, mas arrisca-se a destacar dentre muitas hipóteses as realmente possíveis de abordagem:

**(i)** a questão da incorporação dos bens e recursos da Companhia de Jesus ao Estado português e se tal circunstância realmente implicou a consubstanciação dos objetivos de ampliar o financiamento do comércio e indústria na região amazônica portuguesa;

**(ii)** a questão da mão de obra escrava africana e a tal "libertação" dos povos indígenas, tão presentes nas cartas e documentos feitos e trocados entre os representantes do governo central e colonial;

**(iii)** e, por último, mas nem de longe o menos importante, como dentre todos os objetivos pombalistas, estes implicaram o estabelecimento de uma tradição político-discursiva e prático-governativa entre futuros centralistas e autonomistas na história do Brasil.

Nesse sentido, José Eduardo Franco[200] destaca:

> A política da língua, a gestão dos recursos econômicos, a reorganização administrativa colonial, dos meios de educação e cultura, foram quatro campos de intervenção reformista essenciais para se perceber hoje o quanto a ação de Pombal foi tão decisiva e protofundadora do Brasil que hoje temos. O reinado de D. José, suportado pelo Ministro Ultra-absolutista Marquês de Pombal, reforça a política centralista e antiautonomista em relação aos territórios coloniais na linha dos reinados portugueses anteriores. Além de expulsar os Jesuítas e as suas experiências de organização com uma certa autonomia dentro do território brasileiro, impede-se a formação de elites fortes e quadros capazes de contestar e apresentar alternativas autonomizantes, através de extinção da rede de colégios da Companhia de Jesus; mantém-se o impedimento de fundação de universidades naquele território colonial, continua a política de não incentivo à criação de imprensa periódica e ao desenvolvimento de academias de letras e de ciências e até mesmo de simples tipografias para editar livros.

Assim, os interesses destacados nesta época pombalina são da Lisboa metropolitana de manter a todo custo o ferrenho domínio e integridade territorial sobre suas colônias sul-americanas (Brasil e Grão-Pará à época), frente aos interesses regionais/particulares do que seria uma elite do clero regular, especialmente jesuíta, em não seguir à risca as ordens do governo central colocando "em perigo" as políticas centralizadoras imperiais portuguesas.

---

[200] FRANCO, José Eduardo. O Marquês de Pombal e a invenção do Brasil: reformas coloniais iluministas e a protogênese da nação brasileira. **Cadernos IHU Ideias**, v. 13, n. 220, 2015, p. 4.

Logo, a discussão encetada pelo Marquês de Pombal é de que os jesuítas deveriam obrigatoriamente ensinar a língua portuguesa[201], impondo a mesma aos povos indígenas, o que obviamente não parece trivial quando se pensa na realidade daquela região em meados do século XVIII. Tudo, como argumentado até aqui, tendo por objetivo e base a manutenção da integridade territorial dos domínios portugueses.

É neste contexto que se deve analisar, em seguida, as leis aprovadas neste período, em particular no ano de 1755, que reforçavam o estatuto dos indígenas como trabalhadores livres e, mais do que isso, como súditos do Reino de Portugal, os quais deveriam falar a língua portuguesa, poderiam contrair matrimônio com os colonos originários de Portugal e tendo os filhos aí gerando direito a ascender a cargos públicos da Coroa lusitana. Ainda, trabalhadores livres assalariados, contribuintes assim do Fisco português e, também, podendo e devendo ser integrados às forças armadas coloniais, quando possível, para defesa dos domínios portugueses na América do Sul[202].

Agora, será sob a égide dessas orientações e interesses, analisam-se as três mais importantes leis aprovadas no ano de 1755:

**(i)** o Alvará com força de lei de 4 de abril, referente à liberdade de matrimônio com os índios;

**(ii)** a lei de 6 de junho de 1755, renovando a vedação da escravização dos indígenas;

**(iii)** o Alvará com força de lei de 7 de junho, também de 1755, extinguindo a jurisdição temporal sobre os índios das congregações religiosas e determinando o estabelecimento de governo e justiça seculares nas aldeias indígenas.

---

[201] A bibliografia sobre este assunto é imensa. Pesquisou-se para esta tese: OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas**: suas implicações na educação brasileira (1757-1827). Prefácio de José Eduardo Franco. 2.ed. Aracaju, SE: Criação, 2022; GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. *In:* Dossiê "Os índios na História": abordagens interdisciplinares, **Tempo**, v.12, n. 23, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200003; OLIVEIRA, Luiz Eduardo; BARBOZA, Giselle Macedo. O Marquês de Pombal e a instituição do ensino de português no Brasil**. Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 6, n. 11, p. 17–24, 2014. DOI 10.20952/revtee.v0i0.2537. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2537. Acesso em: 9 nov. 2024; FÁVERO, Leonor Lopes. **A política linguística do Marquês de Pombal para o Brasil**. Disponível em: https://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00002559/BLB_024_513_524.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.

[202] Para "reforço" dos argumentos, sugere-se a leitura de ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Política indigenista e políticas indígenas no tempo das reformas pombalinas. *In:* FALCON Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 175-214.

E nestes mesmos anos de 1755, tendo sido elaborado o Diretório dos Índios, o qual foi dado conhecimento ao reino pela sua publicação em 1757[203], aquelas políticas pombalinas são reforçadas e definitivamente reorganizadas em torno do objetivo de tornar os indígenas súditos portugueses e integrados juridicamente (pelo menos formalmente) e, sobretudo, economicamente à sociedade colonial lusitana nas Américas.

Tudo isso sem perder de perspectiva a articulação com os interesses globais da metrópole a partir de Lisboa, os interesses da própria colônia na articulação de seus agentes internos e, também, das perspectivas de conflitos externos com outros interesses coloniais (agora já fora da União Ibérica, espanhóis e, também, ingleses, franceses e holandeses).

E, ainda, da necessária reflexão com os pressupostos e embasamentos das legislações aprovadas anteriormente, especialmente nos séculos XVI e XVII, as quais também reprovaram a escravização dos indígenas e o porquê neste momento, no século XVIII, de as mesmas designações parecerem reforçadas e com tentativas com mais vigor de suas implementações práticas no território colonial português na América, especialmente na região amazônica.

## 4.3 AS LEIS POMBALINAS DE 1755 E A EFETIVIDADE DE SUAS DETERMINAÇÕES NA PROIBIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO INDÍGENA

Dentro do projeto de integração dos indígenas às sociedades coloniais portuguesas, foi editado o Alvará de 4 de abril de 1755, o qual permite, e mesmo estimula, o casamento entre portugueses e “índios”, tudo nos seguintes termos[204]:

> **Lei sobre os casamentos com as Indias, de 4 de abril de 1755**
> Eu, El Rei. Faço saber aos que este meu Alvará de Lei virem, que considerando o quanto convém, que os meus Reais domínios de América se provem, e que para este fim pode concorrer muito a comunicação com os Índios, por meio de casamentos: Sou servido declarar, que os meus Vassalos deste Reino, e da América, que casarem com as Indias dela, não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos da minha Real atenção, e que nas

[203] A “feitura” das legislações, na época, apresentava frequentemente estes lapsos temporais entre a sua redação, registro nos livros devidos do reino (eram vários!) e, após, a “promulgação” e a “publicação”, pelas quais era dado conhecimento ao público (súditos/vassalos) da existência da lei e do dever de seu cumprimento por todos.

[204] Os Alvarás analisados neste item foram copiados da **Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que compreende o feliz reinado Del Rey Fidelíssimo D. Jose o I**. Nosso senhor. Desde 31 de Julho de 1769 até 25 de Janeiro de 1777.

> terras, em que se estabelecerem, serão preferidos para aqueles lugares, e ocupações, que couberem na graduação das suas pessoas, e que seu filhos, e descendentes serão hábeis, e capazes de qualquer emprego, honra, ou Dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma, em razão destas alianças, em que serão também compreendidas as que já se acharem feitas antes desta minha declaração: E outrossim proíbo que os ditos meus Vassalos casados com Indias, ou seus descendentes, sejam tratados com o nome de Caboclos, ou outro semelhante, que possa ser injurioso; e as pessoas de qualquer condição, ou qualidade, que praticarem o contrário, sendo-lhes assim legitimamente provado perante os Ouvidores das Comarcas, em que assistirem, serão por sentença destas, sem apelação, nem agravo, mandado sair da dita Comarca dentro de um mês, e até mercê minha; o que se executará sem falta alguma, tendo porém os Ouvidores cuidado em examinar a qualidade das provas, e das pessoas, que jurarem nesta matéria, para que se não faça violência, ou injustiça com este pretexto, tendo entendido, que só hão de admitir queixa do injuriado, e não de outra pessoa: O mesmo se praticará a respeito das Portuguesas, que casarem com Índios: e, a seus filhos, e descendentes, e a todos concedo a emas preferência para os Ofícios, que houver nas terras, em que viverem; e quando suceda, que os filhos, ou descendentes destes matrimônios tenham algum requerimento perante mim, me farão saber esta qualidade, para em razão dela mais particularmente os atender. E ordeno que esta minha Real resolução se observe geralmente em todos os meus domínios da América. Pelo que, mando ao Vice-Rey, e Capitão general de mar, e terra do Estado do Brasil, Capitães Generais, e Governadores do Estado do Maranhão, e Pará, e mais Conquistas do Brasil, Capitães-móres delas, Chanceleres, e Desembargadores das Relações da Bahia, e Rio de Janeiro, Ouvidores Gerais das Comarcas, Juízes de fora, e Ordinários, e mais Justiças dos referidos Estados, cumpram, e guardem o presente Alvará de Lei, e o façam cumprir, e guardar na forma que nele se contém, o qual valerá como Carta posto que seu efeito haja de durar mais de um ano, e se publicará nas ditas Comarcas, e em minha Chancelaria-mór da Corte, e Reino, onde se registrará, como também nas mais partes, em que semelhantes Alvarás se costumam registrar; e o próprio se lançará na Torre do Tombo. Lisboa, quadro de Abril de mil e setecentos e cinquenta e cinco.[205]
> Alvará de Lei, porque V. Majestade é servido declarar, que os Vassalos deste Reino, e da América, que casarem com Indias dela, não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos da sua Real atenção, e serão preferidos nas terras, em que se estabelecerem, para os lugares, e ocupações, que couberem na graduação da suas pessoas; e seus filhos, e descendentes serão hábeis, e capazes de qualquer emprego, honra, ou Dignidades, sem que necessitem de dispensa alguma, em razão destas alianças, em que se compreendem os que já se acham feitas antes desta Resolução; e que o mesmo se praticará com as Portuguesas, que casarem com Indios, e a seus filhos, e descendentes, como acima se declara.
> Para V. Majestade ver.

Obviamente, o intuito de permitir os matrimônios entre portugueses e indígenas está dentro do projeto pombalino de inserção dos autóctones como sujeitos libertos e autônomos na sociedade colonial. Por uma questão mesma básica de direito estatal

[205] Copiou-se da versão impressa original presente nos anexos desta tese, mantendo as pontuações e o uso de letras maiúsculas constante do documento e adaptando apenas a grafia das palavras. Julga-se essencial as citações deste documento para as considerações que seguirão no texto. **Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que compreende o feliz reinado Del Rey Fidelíssimo D. Jose O I. Nosso Senhor, desde o anno de 1750 até o de 1760**, e a **Pragmatica do Senhor Rey D. João o V**., do ano de 1749, p. 213, versão digitalizada.

e eclesiástico, na medida em que apenas pessoas livres efetivamente casam-se civil e eclesiasticamente falando.

Seguem-se alguns pontos interessantes nesta legislação: **(i)** permissão não somente dos matrimônios, mas estabelecimento de possível tratamento privilegiado (acesso a cargos públicos, por exemplo) àqueles que assim se casarem, como também aos seus descendentes; **(ii)** convalidação dos casamentos entre portugueses e indígenas realizados antes da edição da lei; **(iii)** estabelecimento do que hoje chamaríamos de tipificação do crime de injúria, com pena de banimento da comarca em relação ao injuriante condenado, não podendo chamar-se os indígenas e seus descentes de "caboclos"; **(iv)** a surpreendente "extensão" do privilégio do matrimônio entre portugueses e indígenas às mulheres portuguesas na mesma situação, isto é, que se casaram ou casarem com homens indígenas.

Fica evidente, também, a questão da "preferência" em relação às terras que "se estabelecerem", na intenção de povoamento e, assim, fixação do elemento português frente aos avanços das outras potências coloniais, na clara aplicação do princípio de Direito Internacional de que Portugal (e depois o Brasil) se utilizará nas disputas fronteiriças, isto é, o princípio do *uti possidetis*[206].

Dois meses após a lei dos casamentos, é editado o Alvará de 6 de junho de 1755, o qual veda expressamente a escravização do indígena. A redação desta lei apresenta um diferencial, ela possui uma espécie de introito em relação a legislações anteriores que, igualmente, vedaram a escravização dos indígenas, embora algumas delas apresentassem "exceções", como a guerra justa, matéria esta discutida na primeira parte desta pesquisa. A legislação agora, evidentemente, exclui qualquer exceção.

A extensa compilação feita por Sebastião José, em nome de Sua Majestade Dom José I, parece querer simbolizar não tão somente a insistente tradição legal – tanto lusa, quanto hispânica como visto nos capítulos antecedentes – de proibir a escravização dos indígenas, mesmo levando em consideração as antigas e referidas "exceções", mas ressaltar o "basta" a estas mesmas exceções.

---

[206] Sugere-se a leitura de COELHO, Carlos de Oliveira. O mito da ilha-Brasil, delimitação de fronteiras e a regra *uti possidetis*. In: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2012, v. III. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/01/2013_01_00269_00306.pdf

Também, ressalte-se, ainda ao tempo da chegada dos europeus ao continente americano, primeiro com Cristóvão Colombo a representar os interesses espanhóis, depois com Pedro Álvares Cabral, no estabelecimento dos direitos portuguesas nas "novas" terras então "descobertas", a política internacional da posse das novas terras estava pautada pelo beneplácito papal a sustentar as reivindicações territoriais das potências ibérico-europeias, através de uma sucessão de bulas, como já visto.

Agora, Pombal estabelece a legislação josefina pleno senhorio de seus domínios, temendo tão somente a tomada dos territórios lusos pela força das outras potências europeias. Ou seja, o jogo, definitivamente, havia se alterado nas suas bases.

Para o caso da legitimação dos domínios coloniais por Portugal e Espanha – de resto sempre contestada por outras potências católicas como França, ou já fora do seio do poder papal, como Inglaterra ou Holanda –, o estabelecimento dos sistemas de "protetorado" tinha, e mantinha, a necessária contrapartida dos poderes temporais em evangelizar os povos indígenas considerados então pagãos[207].

Daí a sempre presente argumentação da necessidade de conversão dos indígenas ao Cristianismo, e, se nos primeiros momentos a negativa dos ameríndios à conversão forçar-lhe a escravidão, agora não mais a negativa se caracterizará como uma hipótese a endossar legalmente a possibilidade de escravização dos autóctones.

Aqui, ainda, no caso de Pombal, a necessidade de gestão entre os interesses estatais de administração dos domínios coloniais e a necessidade de administrar a evangelização, como visto e em seguida volta-se a abordar, entra em conflito com a forma como os Jesuítas estruturaram estas funções. Estruturação esta ligada pelo menos aos dois séculos anteriores, nos quais o papel simultâneo da Companhia de Jesus se fez necessário na gestão dos interesses seculares e religiosos e, ainda, agradável aos então interesses das potências coloniais ibéricas.

---

[207] Havia mesmo, nas primeiras décadas dos quinhentos, aqueles que tinham dúvida da origem mulçumana ou hindu dos ameríndios: "Aristóteles, no livro *De admirandis in Natura*, aduz que, nos tempos antigos, os cartagineses navegaram pelo estreito de Hércules, que é o nosso estreito de Gilbratar, para o Ocidente, navegação de sessenta dias, e que encontraram terras amenas, deleitosas e muitos férteis. [...] Alguns espanhóis, considerados certos ritos, costumes e cerimônias destes nativos, os julgam descendentes dos mouros. Outros, por algumas causas e condições que neles veem, dizem que são descendentes dos indígenas (hindus); mas a opinião mais comum é que todos são gentios, pois assim se comportam e consideram bom". Carta introdutória de Toríbio Motolinía à sua 'história dos índios da Nova Espanha' relatando antigos ritos, idolatrias e sacrifícios, 1541. SUESS, Paulo (Coord.). **A conquista espiritual da América Espanhola**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992, p. 172-173.

Porém, a partir da segunda metade do século XVIII, a necessidade de fortalecimento dos Estados-Nação europeus, agora já bem estabelecidos, em plena fase capitalista-mercantilista das manufaturas pré-Revolução Industrial, e com uma Cristandade definitivamente dividida entre católicos e protestantes, a forma pela qual os Jesuítas tinham até então contribuído para o estabelecimento do domínio e explorações coloniais já não se fazia mais necessário ou, ao menos, precisava ser revisto. Algo que a Companhia parece não ter concordado ou não ter entendido plenamente, como a seguir se volta a analisar.

À convalidação dos matrimônios entre portugueses e indígenas, agrega-se o Alvará com força de lei de 6 de junho de 1755, o qual proscreve, definitivamente e sem exceções, a escravização dos povos originários na América portuguesa. Assim, em 12 páginas, a legislação dada por Sua Majestade, o Rei Dom José I, inventaria as legislações anteriormente aprovadas, desde o século XVI, acerca da regulação da mão de obra indígena, as quais – como analisado nos capítulos precedentes – determinam como regra a liberdade dos povos ameríndios, porém estabelecem diversas situações através das quais seria legítima a escravização destes, especialmente pela aplicação do conceito de guerra justa.

Assim inicia o referido Alvará:

> Dom José por graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves daquém, e dalém mar em África, Senhor da Guiné, e da Conquista, navegação, e comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc. Faço saber aos que esta Lei virem, que, mandando examinar pelas pessoas do meu Conselho, e por outros Ministros doutos, e zelosos do serviço de Deus, e meu, e do bem comum dos meus Vassalos, que me pareceu consultar as verdadeiras causas com que desde o descobrimento do Grão Pará, e Maranhão até agora não só se não tem multiplicado, e civilizado os Índios daquele Estado; desterrando-se dele a barbaridade e o gentilismo, e propagando-se a doutrina Cristã, e o número de Fiéis alumiados da luz do Evangelho; mas antes pelo contrário todos quantos Índios se desceram dos Sertões para as Aldeias em lugar de propagarem, e prosperarem nelas de sorte, que as suas comodidades, e fortunas servissem de estímulo aos que vivem dispersos pelos matos para virem buscar nas povoações pelo meio das felicidades temporais o maior fim da bem-aventurança eterna, unindo-se ao grêmio da Santa Madre Igreja se tem visto muito diversamente, que, havendo descido muitos milhões de Índios, se foram sempre extinguindo de modo, que é muito pequeno o número das povoações, e dos moradores delas; vivendo ainda eles poucos em tão grande miséria, que em vez de convidarem, e animarem os outros Índios bárbaros a que os imitem, lhes servem de escândalo para se internarem nas sua habitações silvestres com lamentável prejuízo da salvação das suas Almas, e grave dano do mesmo Estado, não tendo os habitantes dele quem os sirva, e ajude para colherem na cultura das terras os muitos, e preciosos frutos em que elas abundam: Foi assentado por todos os votos, que a causa, que tem produzido tão perniciosos efeitos, consistiu, e consiste ainda em se não haverem sustentando eficazmente os ditos Índios na liberdade, que a seu

> favor foi declarada pelos Sumos Pontífices, e pelos Senhores Reis meus predecessores, observando-se no seu genuíno sentido as Leis por eles promulgadas sobre esta matéria nos anos de mil quinhentos e setenta, mil quinhentos e oitenta e sete, mil quinhentos e noventa e cinco, mil seiscentos e nove, mil seiscentos e onze, mil seiscentos e quarenta e sete, mil seiscentos e cinquenta e cinco: cavilhando-se sempre pela cobiça dos interesses particulares as disposições destas Leis, até que sobre este claro conhecimento, e sobre a experiência do que havia passado a respeito delas, estabeleceu El Rei meu Senhor, e Avô, no primeiro de Abril de mil e seiscentos e oitenta (para de uma vez obviar a tão perniciosas fraudes) a Lei, cujo teor é o seguinte.

Note-se as referências às leis de 1570, 1587, 1595, 1609, 1611, 1647, 1655, lembrando que Dom José I como seus predecessores já haviam legislado sobre a questão indígena. Logo em seguida é citado longo trecho da Lei de 1º de abril de 1680, feita por Dom Pedro II (ainda na regência de Dom João IV), a qual também citava a lei de 09 de abril de 1655, sobre a proibição do cativeiro dos indígenas, porém destacando os quatro casos a partir do quais se poderiam escravizá-los:

> **Lei do primeiro de abril de mil seiscentos e oitenta**
> Dom Pedro, Príncipe de Portugal, e dos Algarves como Regente, e sucessor destes Reinos e etc. Faço saber aos que esta Lei virem, que sendo informado El Rei meu Senhor, e Pai que Deus tem, dos injustos cativeiros, a que os moradores do Estado do Maranhão por meios ilícitos reduzem os Índios dele, e dos graves danos, excessos, e ofensas a Deus, que para este fim se cometiam, fez uma Lei nesta Cidade de Lisboa em nove de Abril de mil seiscentos e cinquenta e cinco, em que proibiu os ditos cativeiros, excetuando quatro casos, em que de Direito eram justos, e lícitos; a saber quando fossem tomados em justa guerra, que os Portugueses lhes movessem, intervindo as circunstâncias na dita Lei declaradas; ou quando impedissem a pregação Evangélica, ou quando estivessem presos à corda para serem comidos; ou quando fossem rendidos por outros Índios, que os houvessem tomado em guerra justa, examinando-se a justiça dela na forma ordenada na dita Lei. E por não haver sido eficaz este remédio, nem o de outras Leis antecedentes do ano de mil quinhentos e setenta, mil quinhentos e oitenta e sete, mil quinhentos e noventa e cinco, mil seiscentos e cinquenta e dois, mil seiscentos e cinquenta e três, com que o dito Senhor Rei meu Pai, e outros Reis seus predecessores procuraram atalhar este dano; antes se haver continuado até o presente com grave escândalo, e excessos contra o serviço de Deus, e meu; impedindo-se por esta causa a conversão daquela gentilidade, que desejo promover, e adiantar, o que deve ser, e é o meu primeiro cuidado; tendo mostrado a experiência que, suposto sejam lícitos os cativeiros por justas razões de Direito nos casos excetuados na dita última Lei de seiscentos e cinquenta e cinco, e nas anteriores, com tudo que são de maior ponderação as razões que há em contrário para os proibir em todo o caso, cerrando a porta aos pretextos simulações, e dolos com que a malícia abusando dos casos, em que os cativeiros são justos, introduz os injustos, enlaçando-se as consciências, não somente em privar da liberdade aqueles a quem a comunicou a natureza, e que por Direito natural, e positivo são verdadeiramente livres; mas também nos meios ilícitos de que usam para este fim; Desejando reparar tão graves danos, e inconvenientes, e principalmente facilitar a conversão daqueles Gentios, e pelo que convém ao bom governo, tranquilidade, e conservação daquele Estado, com parecer dos

> meu Conselho, ponderada esta matéria com a madureza, que pedia a importância dela; e examinando-se as Leis antigas, e as que especialmente sobre este particular se estabeleceram para o Estado do Brasil, onde por muitos anos se experimentaram os mesmo danos, e inconvenientes, que ainda hoje duram, e se sentem no do Maranhão: Houve por bem mandar fazer esta Lei, conformando-me com a antiga de trinta de Julho de seiscentos e nove, e com a Provisão de que nela se refere de cinco de Julho de seiscentos e cinco passadas para todo o Estado do Brasil. E renovando a sua disposição ordeno, e mando que daqui em diante se não possa cativar Índio algum do dita Estado em nenhum caso, nem ainda nos excetuados nas ditas Leis, que Hei por derrogadas, como se delas, e das suas palavras fizera expressa, e declarada menção, ficando no mais em seu vigor: e sucedendo que alguma pessoa, de qualquer condição, e qualidade que seja, cative, e mande cativar algum Índios pública ou secretamente, por qualquer título, ou pretexto que seja, o Ouvidor geral do dito Estado o prenda, e tenha bom recato, se neste caso conceder Homenagem, Alvará de fiança, ou fiéis Carcereiros; e com os autos, que formar, o remeta a este Reino entregue ao Capitão, ou Mestre do primeiro Navio, que pra ele vier, para nesta Cidade o entregar no Limoeiro dela, e me dar conta para o mandar castigar como me parecer. E tanto que o dito Ouvidor geral lhe constar do dito cativeiro porá logo em sua liberdade o dito Índio, ou Índios, mandando-os para qualquer das Aldeias dos Índios Católicos, e livres, que ele quiser. E para me ser mais facilmente presente se esta lei se observa inteiramente: Mando que o Bispo, e Governador daquele Estado, e os Prelados das Religiões dele, e os Párocos das Aldeias dos Índios, me deem conta pelo Conselho Ultramarino, e Junta das Missões dos transgressores, que houver da dita Lei, e de tudo o que nesta matéria tiverem notícia, e for conveniente para a sua observância. E sucedendo mover-se a guerra defensiva, ou ofensiva a alguma Nação dos Índios do dito Estado no casos, e termos, em que por minhas Leis, e ordens é permitido; os Índios, que na tal guerra forem tomados, ficarão somente prisioneiros como ficam as pessoas que se tomam em guerra de Europa, e somente o Governador os repartirá como lhe parecer mais conveniente ao bem, segurança do Estado, pondo-os nas Aldeais dos Índios livres Católicos, onde se possam reduzir à Fé, e servir o mesmo Estado, e conservarem-se na sua liberdade, e com o bom tratamento, que por ordens repetidas está mandado, e de novo mando, e encomendo se lhe dê em tudo, sendo severamente castigado quem lhes fizer qualquer vexação, e com maior rigor os que lhes fizerem no tempo em que deles se servirem por se lhes darem na repartição. Pelo que mando aos Governadores, e Capitães-móres, Oficiais da Câmera e mais Ministros do Estado do Maranhão, de qualquer qualidade, e condição que sejam, a todos em geral, e a cada um em particular, cumpram, e guardem esta Lei, que se registrará nas Câmeras do dito Estado; e por ela Hei por derrogadas não somente as sobreditas Leis, e como acima fica referido; mas todas as mais, e quaisquer Regimentos, e Ordens, que haja em contrário ao disposto nesta, que somente quero que valha, tenha força, e vigor, como nela se contém, sem embargo de não ser passada pela Chancelaria, e das Ordenações, e Regimentos em contrário, Lisboa, o primeiro de Abril de mil seiscentos e oitenta.

Em seguida, após trazer à baila parte da Lei de 1680, de Dom Pedro II, o Alvará josefino continua:

> E porque o tempo foi cada dia fazendo mais notórias, e mais demonstrativas as justíssimas causas, em que se estabeleceu esta Lei para restituir aos Índios a sua antiga, e natural liberdade, fechando a porta às impiedades, e às malícias, com que debaixo do pretexto do casos, em que antes, e depois dela,

> se permitiu o cativeiro se faziam escravos os referidos Índios, sem mais razão, que a cobiça, e a forçados que os cativam, e a rusticidade, e franqueza dos chamados cativos: Sou servido, com parecer das mesmas Pessoas, e Ministros, derrogar, e anular; como por esta derrogo, e anulo todas as Leis, Regimentos, Resoluções, e ordens que desde o descobrimento das sobreditas Capitanias do Grão Pará, e Maranhão até o presente dia permitiram, ainda em certos casos particulares, a escravidão dos referidos Índios, e no mais em que a esta Lei forem contrarias, para nesta parte somente ficarem derrogadas, e cassadas, como se da substância de cada uma delas fizesse aqui expressa, e especial menção, sem embargo da Ordenação do livro segundo, título quarenta e quatro em contrário: Renovando, e excitando a inteira, e inviolável observância da sobredita Lei acima trasladada, e isto com as ampliações, declarações, e restrições, que ao diante se seguem.
> Por obviar mais eficazmente as calamidades, que se tem seguido da escravidão; e por cortar de uma vez todas as raízes, e aparências dela: Ordeno que nos Índios, que ao tempo da publicação desta se acharem dados por repartição, ou ainda por administração, se observem as disposições do Alvará de dez de novembro de mil seiscentos e quarenta e sete: cujo teor é o seguinte.

Assim, no Alvará de 1755 é citado trecho a Lei de 10 de novembro de 1647:

> Eu El Rei, faço saber aos que este Alvará virem, que, tendo consideração ao grande prejuízo, que se segue ao serviço de Deus, e meu, e ao aumento do Estado do Maranhão, de se darem por administração os Gentios, e Índios daquele Estado, por quanto os Portugueses, a quem se dão estas administrações, usam tal mal delas, que os Índios, que estão debaixo das mesmas administrações, em breves dias de serviço ou morrerem à pura forme, e excessivo trabalho, ou fogem pela terra dentro, onde a poucas jornadas perecem, tendo por esta causa perecido, e acabado inumerável gentio no Maranhão, Pará, e em outras partes do Estado do Brasil; Pelo que Hei por bem mandar declarar por Lei (como esta faço, e como o declararam já os Senhores Reis deste Reino, e os Sumos Pontífices) que os Gentios são livres, e que não haja administradores, nem administração, havendo por nulas, e de nenhum efeito todas as que estiverem dadas, de modo que não haja memória delas; e que os Índios possam livremente servir e trabalhar com quem bem lhes estiver, e melhor lhes pagar seu trabalho. Pelo que mando ao Governador do dito Estado do Maranhão, e a todos os mais Ministros dele, de Justiça, Guerra, e Fazenda, a todos em geral, e a cada um em particular, e aos Oficiais das Câmeras do mesmo Estado, que nesta conformidade cumpram, e guardem esta Alvará, fazendo publicar em todas as Capitanias, Vilas, e Cidades, que os Índios são livres, não consentindo outro fim, que haja Administradores, nem administração, havendo por nulas, e de nenhum efeito todas as que tiverem dadas, na forma que acima se refere; porque assim o Hei por bem. E este quero que valha como Carta, sem embargo da Ordenação do segundo livro, título quarenta em contrário. Manoel Antunes o fez em Lisboa a dez de Novembro de mil seiscentos e quarenta e sete: e este vais por duas dias".

Após a citação das disposições da lei de 1647, o Alvará josefino continua com disposições próprias:

> Declarando-se por Editais postos nos lugares públicos das Cidades de Belém do Grão Pará, e de S. Luís do Maranhão, que os sobreditos Índios como livres, e isentos de toda a escravidão podem dispor das suas pessoas, e bens como melhor lhes parecer, sem outra sujeição temporal, que não seja a que devem ter às minhas Leis, para à sombra delas viverem em paz, e união Cristã, e na Sociedade Civil, em que, mediante a Divina graça, procuro manter os Povos, que Deus me confiou, nos quais ficarão incorporados os referidos Índios sem distinção, ou exceção alguma, para gozarem de todas as honras, privilégios, e liberdades, de que os meus Vassalos gozam atualmente conforme as suas respectivas graduações, e cabedais.
> O que tudo se estenderá também aos Índios, que estiverem possuídos como escravos; observando-se a respeito deles inviolavelmente o Parágrafo nove da Lei de dez de Setembro de mil seiscentos e onde, cujo teor é o seguinte.

Nova citação é realizada em seguida, em referência à Lei de 10 de setembro de 1611:

> E por quanto fui informado, que em tempo de alguns Governadores passados daquele Estado se cativaram muitos Gentios contra a forma das Leis de El Rei meu Senhor, e Pai, e do Senhor Rei Dom Sebastião meu Primo, que Deus tem, e principalmente nas terras de Jaguaribe: Hei por bem, e mando que afim dos ditos Gentios, como outros quaisquer, que até a publicação desta Lei forem cativos, sejam todos livres, e postos em sua liberdade; e se tirem do poder de quaisquer pessoas, em cujo poder estiverem, sem réplica, nem dilação, nem serem ouvidos com embargos, nem ação alguma, de qualquer qualidade, e matéria que sejam, e sem se lhes admitir apelação, nem agravo, posto que aleguem estarem deles de posse, e que os compraram, e por sentenças lhe foram julgados por cativos: por quanto por esta declaro as ditas vendas, e sentenças por nulas: ficando resguardada sua justiça ao compradores contra os que lhes venderam: e dos ditos Gentios se farão também as Aldeias, que forem necessárias; e assim nelas, como nas mais, que já houver, e estão domésticas, se terá a mesma ordem, e governo, que por esta se ordena haja nas mais, que de novo se fizerem.

Seguindo esta lógica de intercalação de citações de textos legais anteriores e texto próprio, o Alvará de 1755 assim continua:

> Desta geral disposição excetuo somente os oriundos de pretas escravas, os quais serão conservados no domínio dos seus atuais senhores, enquanto eu não der outra providência sobre esta matéria.
> Porém para que com o pretexto dos sobreditos descentes de pretas escravas, se não retenham ainda no cativeiro os Índios que são livres: estabeleço que o benefício dos Editais acima ordenados se estenda a todos os que se acharem reputados por Índios, ou que tais parecerem, para que todos estes sejam havidos por livres sem dependência de mais prova, do que a pleníssima que a seu favor resulta a presunção de Direito Divino, Natural, e Positivo, que está pela liberdade, enquanto por outras provas também pleníssimas, e tais, que sejam bastantes para iludirem a dita presunção conforme o Direito, e se não mostrar que efetivamente são escravos na sobredita forma: incumbindo sempre o encargo da prova aos que requerem contra liberdade, ainda sendo Réus.
> O que nos casos ocorrentes se julgará breve, sumariamente, e de plano pela verdade sabida em uma só instância. Para ela serão preparados os autos pelos Ouvidores gerais nas suas respectivas jurisdições, e o proporão em

Junta, a que assistirão o Prelado Diocesano, ou o Ministro que ele deputar no seu lugar para este efeito, o Governador, os quatro Prelados maiores das Missões da Companhia de JESUS, de nossa Senhora do Monte do Carmo, dos Religiosos Capuchos da Província de Santo Antônio, e de nossa Senhora das Mercês, o dito Ouvidor geral, o Juiz de fora, e o Procurador dos Índios: Vencendo-se pela pluralidade de votos contra a liberdade: e bastando a favor dela, que sejam iguais os mesmos votos: os quais em nenhum caso se poderão dar sem que estejam presentes os Vogais acima referidos, ou as pessoas que seus lugares servirem; a menos que se não escusem, sendo advertidos, para o referido ato, com recado por escrito; porque escudando-se algum, ou alguns deles, por se acharem impedidos, se autuará a escusa, e se expedirá sempre a causa com os eu estiverem presentes, com tanto que haja sempre três votos conformes para se vencer a decisão. E das sentenças, proferidas na sobredita forma, não poderá haver apelação suspensiva, que retarde a sua execução, nem outro algum recurso, que não seja devolutivo, interpondo-se para o Tribunal da Mesa da Consciência, e Ordens, onde estas causas serão sentenciadas na sobredita forma; com preferência a qualquer outra, como convém para o serviço de Deus, e meu, em uma matéria tão grave, e delicada, que envolve em si os bens espirituais, e temporais daquele Estado.

E para que os moradores dele possam achar quem lhes faça as suas obras, e lhes cultive as suas terras ainda dentro nelas, sem a dependência de mandarem vir obreiros, e trabalhadores de fora, e os Índios naturais do País possam também achar a sua conveniência em se aplicarem às referidas obras, e serviços; fazendo assim uns aos outros aqueles recíprocos interesses, em que consistem o estabelecimento, o aumento, a multiplicação, e a prosperidade de todos os Povos civilizados, e polidos, nos quais sempre cresce o número dos operários à proporção das lavouras, e das manufaturas, que neles se cultivam: Hei por bem, que, logo que esta se publicar na Cidade de Belém do Grão Pará, o Governador, e Capitão Geral daquele Estado, o quem seu cargo servir, convocando a Junta dos Ministros Letrados daquela Capital, e ouvindo o Governador, e Ministros da Cidade de S. Luís do Maranhão, com acordo das suas respectivas Câmeras, estabeleça aos sobreditos Índios os jornais competentes para se alimentarem, e vestirem segundo as suas diferentes profissões; conformando-se com o que a este respeito se pratica nestes Reinos, e nos mais da Europa, enquanto os preços comuns dos mesmo Estado puderem permiti-los; e servindo para esta efeito de regras os exemplos seguintes: Primeiro exemplo, se em Lisboa custa o sustento de um homem de trabalho um tostão, e é por isto de dois tostões o jornal de um trabalhador; a esta imitação se deve taxar a cada Índio de serviço por jornal o dobro do que lhe é preciso para o diário sustento regulado pelos preços da terra: Segundo exemplo, se um artífice ganha em Lisboa três tostões por dia, e um trabalhador somente dois tostões, a esta imitação se taxará aos artífices do referido Estado a metade mais do jornal, que se houver arbitrado aos trabalhadores.

Todos os referidos jornais serão pagos por férias nos Sábados de cada semana, cobrando-se assim nas quintas em que houverem sido taxados, ou em pão ou em ferramenta, ou em dinheiro, como melhor lhe parecer aos que ganharem; procedendo-se por eles verbal, e executivamente, como já foi declarado por Alvará de doze de Novembro de mil seiscentos e quarenta e sete; e observando-se as sobreditas taxas sem embargo do dito Alvará; do Capítulo quarenta e oito do antigo Regimento; dos outros Alvarás, de vinte e nove de Setembro de mil seiscentos e quarenta e oito, e doze de Julho de mil seiscentos e cinquenta e seis, e de todas as mais disposições, e taxas até agora estabelecidas, as quais todas Hei também nesta parte derrogadas como se delas fizessem especial menção, não obstante a Ordenação do livro segundo título quarenta e quatro, e as mais disposições de Direito a ela semelhantes porque não bastaria para restabelecer, e adiantar o referido Estado, que os Índios fossem restituídas à liberdade das suas pessoas na sobredita forma, se com ela se lhes não restituísse também o livre uso dos

> seus bens, que até agora se lhes impediu com manifesta violência: Ordeno que a este respeito se execute logo a disposição do parágrafo quarenta do Alvará do primeiro de Abril de mil seiscentos e oitenta: cujo teor é o seguinte.

E, assim, renovada referência é realizada, em seguida, ao Alvará de 1º de abril de 1680:

> E para os ditos Gentios, que assim descerem, e os mais que há de presente, melhor se conservem nas Aldeias, Hei por bem, que sejam senhores de suas fazendas, como o são no sertão, sem lhes poderem ser tomadas nem sobre elas se lhes fazer moléstia. E o Governador com parecer dos ditos Religiosos assinará aos que descerem do Serão lugares convenientes para neles lavrarem, e cultivarem, e não poderão ser mudados dos ditos lugares contra sua vontade; nem serão obrigados a pagar foro, ou tributo algum das ditas terras, ainda que estejam dadas em Sesmarias e pessoas particulares, porque na concessão destas se reserva sempre o prejuízo de terceiro, e muito mais se entende, e quero se entenda ser reservado o prejuízo, e direito dos Índios, primários, e naturais senhores delas.

E finalizando com texto e disposições próprias, o Alvará de 1755 encerra com o seguinte:

> Em observância de cuja disposição, que Hei pro bem renovar, em mandar executar inviolavelmente, sem maior dilação daquela, que até agora houve em tão importante negócio, o mesmo Governador, e Capitão Geral ou quem no seu lugar estiver, fazendo erigir em Vilas as Aldeias, que tiverem o competente número de Índios, e as mais pequenas em lugares, e repartir pelos mesmo Índios as terras adjacentes às suas respectivas Aldeias: praticará nestas fundações, e repartições (em quanto for possível) a política que ordenei para a fundação da Vila nova de São José do Rio Negro: Sustentando-se os Índios, a cujo favor se fizerem as ditas demarcações, no inteiro domínio, e pacífica posse das terras, que se lhes adjudicarem para gozarem delas per si, e todos os seus herdeiros; E sendo castigados os que abusando da sua imbecilidade, os perturbarem nelas, e a na sua cultura, com toda a severidade, que as Leis permitirem.
>
> E porque sendo o meu principal intento dilatar a pregação do Santo Evangelho, procurar trazer ao grêmio da Igreja aquele numeroso Paganismo; e muitas das Nações daqueles Gentios estão em partes mui remotas, vivendo nas trevas da ignorância, e dificultosamente se persuadirão a descer para as Povoações, que até agora se acham estabelecidas para que ainda no interior dos Sertões lhes não falte o Pasto espiritual; Hei por bem que nele sejam aldeados na sobredita forma; levantando-se Igrejas, e convocando-se Missionários, que instruirão os ditos Índios na Fé, e os conservem nela.
>
> E havendo mostrado a experiência de tantos anos, que este meu primeiro fim se não conseguirá nunca se não for pelo próprio, e eficaz meio de se civilizarem estes Índios; sendo ao mesmo passo exortados, e animados a cultivarem as terras; para que, aproveitando-se dos frutos, e drogas, que elas produzem, e comutando-as com os habitantes dos lugares marítimos pela facilidade, que para isto lhes dão os rios, possam na frequência dessa comunicação deixar seus bárbaros costumes; com o que, além da utilidade espiritual, e temporal dos sobreditos Índios silvestres, crescerá o comércio daquele Estado com grande conveniência dos moradores dele; tendo entre outras as de que por este modo se servirão os ditos moradores dos Índios mais remotos para conseguirem os frutos, e as drogas do Sertão, sem o

> trabalho, e despesas das navegações, que até agora faziam para transportarem os referidos gêneros agrestes, e incultos de partes mui distantes; e de que assim conservarão os outros Índios vizinhos das Aldeias dentro nelas, valendo-se deles para o serviço das suas lavouras, e obras, sem consumirem nas viagens do Sertão, como até agora sucedia: Hei outro fim por bem, que o sobredito Governador, e Capitão Geral, e os que lhe sucederem, apliquem também hum exato cuidado na instrução civil dos referidos Índios, que forem aldeados nos Sertões, fazendo-lhes conservar as liberdades das duas pessoas, bens, e comércio: e não permitindo que este lhes seja interrompido, ou usurpado debaixo de qualquer título, ou pretexto por mais especioso que seja e recomendando aos Missionários, e ordenando aos Ministros seculares, que lhes deem conta das violências que se fizerem ao ditos respeitos, para se proceder logo contra os que as houverem feito com o pronto castigo que requer a gravidade da matéria.
> Pelo que mando aos Capitães Gerais, Governadores, Ministros, e Oficiais de Guerra, e das Câmeras do Estado do Grão Pará, e Maranhão, de qualquer qualidade, e condição que sejam, a todos em geral, e a cada um em particular, cumpram, e guardem esta Lei, que se registrará nas Câmeras do dito Estado; e por ela Hei por derrogadas não somente as Leis acima indicadas, e referidas, mas também todas as mais, e quaisquer Regimentos, e Ordens, que haja em contrário ao disposto nesta, que somente que que valha, e tenha força, e vigor como nela se contém, sem embargo de não ser passada pela Chancelaria, e das Ordenações do livro segundo, título trinta e nove, quarenta, quarenta e quatro, e Regimento em contrário. Lisboa a seis de Junho de mil setecentos e cinquenta e cinco.

A epígrafe deste Alvará, que no século XVIII aparece ao final de todo o texto legal, assim resume o conteúdo da lei: “Lei, porque V. Majestade há por bem restituir aos Índios do Grão-Pará, e Maranhão a liberdade das suas pessoas, e bens, e comércio: na forma que nela se declara. Para V. Majestade ver”.

Considera-se necessário trazer o texto completo deste Alvará, de 06 de junho de 1755, por diversas razões. Primeiro porque o próprio verbo “restituir”, utilizado na citada epígrafe, em conjunto com o inventário legislativo de todas as disposições anteriores sobre a vedação da escravização do indígena, conjuntamente, ainda, com a técnica de citar trechos de muitas destas legislações anteriores, reenfatiza o eixo central do que se tem pretendido pesquisar, isto é, a construção do instituto jurídico da liberdade dos indígenas.

Uma vez mais, na pesquisa sobre o conjunto de motivos que conduziram as edições das legislações portuguesas para a América, em especial para a região amazônica, quanto à vedação da escravização dos povos originários, fica-se entre os argumentos econômicos de um lado e os políticos de outro. Muito provavelmente, nenhum nem outro, isoladamente, poderiam fornecer explicações totais sobre o advento destas legislações.

Por um lado, há as razões econômicas e as geoestratégicas, todas a indicar a proibição efetiva da mão de obra escravizada dos indígenas, isto para que a nova

região luso-amazônica “adquirida” pelo tratado de 1750 pudesse ser povoada e incentivada nos seus comércio e indústria, como tanto insiste Pombal nas suas correspondências a Mendonça Furtado, seu irmão[208].

De outro lado, há a manutenção da escravização nas colônias portuguesas das pessoas raptadas na África, os “Pretos” e as “Pretas” a que as legislações pombalinas fazem tantas referências[209].

As razões primeiras, ao que parece, sempre econômicas, como as diversas correspondências enviadas pelos colonos ao senhor Marquês em Lisboa

---

[208] Como exemplo, citam-se trechos de duas cartas. A primeira, enviada de Francisco Furtado para Pombal, de Pará, em 09 de novembro de 1752, com o tema das expedições preparatórias de demarcações estabelecidas pelo Tratado de Madri: “Ilmº e Exmº. Sr. meu irmão do meu coração: Esta expedição para se dividirem os domínios de S. Maj. por estes rios há de ter grandes embaraços, não pelo trabalho ou dificuldade das jornadas, que a maior parte são por água, e ainda que nestas haja bastantes incômodos, como já experimentei alguns, com constância tudo se vence, e não há coisa dificultosa; o sustentar toda aquela gente que deve andar naquelas tropas é o grande trabalho que eu imagino, porque esta terra é falta de todos os víveres; os seus habitantes são raros os que lavram mais do que aquilo que apenas chega para a sustentação da sua casa. /Para poder dar providência a que houvesse alguns, segui logo os dois meios seguintes. O primeiro foi mandar tirar um mapa geral dos moradores de todos estes rios, e das suas possibilidades para fazerem uma derrama por todos e obrigá-los a que tenham, de maio por diante, pronta aquela porção em que for fintado, conforme as suas possibilidades, mandando-lhes declarar logo que tudo lhes há de ser pago pela Fazenda Real pelo preço comum da terra; e esta mesma ordem mando às aldeias, e espero que isto possa surtir algum efeito. /O outro foi o de mandar um ajudante ao rio Negro para, entre aquelas aldeias, fazer umas grandes roças, e nelas plantar maniva, para se fazerem farinhas, feijões e milho; porém, receio que chegue tarde para roçar, queimar e fazer a plantação, porque a estação está mui avançada”. Outra, bem curta, que Francisco Xavier envia ao irmão, em 22 de novembro de 1752, sobre a questão do manejo e aproveitamento econômico da produção de tabaco: “Ilmº e Exmº. Sr. meu irmão do meu coração. Como Manuel Lopes aqui me mandou uma receita para se purificar o tabaco, e a forma por que se devia embarricar aqui, fez um homem esse caixote dele que mando para amostra; Creio que não vai como o tal Lopes pede, porém ele que lhe faça as suas averiguações e exames, e na novidade que vem, se Deus nos der vida, veremos se pode emendar alguma coisa. /Se conseguirmos fazer aqui tabaco como o de Virgínia e Maryland, creio que não faremos mau negócio. Se aparecesse algum homem que tivesse estado naquelas terras, e visto beneficiar este gênero, seria mais útil. Em Lisboa creio que apareceram alguns holandeses, digo, irlandeses, que não terão mais dúvida o passarem para cá do que darem-lhes licença de se estabelecerem aqui, assim como já cá estão outros estrangeiros. Deus guarde a V. Exª muitos anos. Pará, 22 de novembro de 1752”. Ambas as correspondências obtidas em MENDONÇA, Marcos Carneiro de (Org.). **A Amazônia na era pombalina** – correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado”. Brasília, 2005, pp. 379;401.

[209] De acordo com José Alves de Souza Júnior: “Assim, o impacto produzido pela concessão da liberdade aos índios e pelos surtos epidêmicos que os atingiram levou ao “enegrecimento” da floresta amazônica. Índios e negros desenvolveram múltiplas formas de resistência à situação que lhes foi imposta, sendo que a forma mais comum foi a fuga e a organização de mocambos ou quilombos. /Entre 1752 e 1809, o que inclui todo o período do Diretório, havia 35 mocambos de índios fugidos na Amazônia colonial, espalhados pelas capitanias do Pará e Rio Negro, principalmente nas regiões de Alter do Chão, Melgaço, Nogueira, Santarém, Boim, Barcelos, Serpa, Colares, Portel, Cametá, Soure, Vila do Conde, onde foram estabelecidas as principais vilas do Diretório, o que demonstra que as fugas, também, se constituíam em formas de resistência às imposições dos aldeamentos. Na maioria das povoações citadas, entre 1762 e 1801, foram identificados dezesseis mocambos de índios e negros juntos”. SOUZA JUNIOR, José Alves. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, n. 48, p. 209, 2013.

comprovam[210]. Reforçadas pela criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão[211], tendo entre seus objetivos coordenar a vinda dos escravos africanos. Assim como, se por um lado na metrópole os Alvarás de 1761 e 1773 proscreveram, na prática, a escravização dos mesmos africanos proíbe que estes "fujam" das colônias americanas, africanas e asiáticas para em Portugal procurar suas alforrias.

O contraponto está posto.

De um lado, em Portugal está proscrita qualquer tipo de uso de mão de obra escrava, isto é, não importando a origem em si da pessoa escravizada, ou seja, ameríndia, africana ou asiática. Os portugueses – como consta expressamente nos Alvarás – necessitavam ingressar no concerto das nações polidas e civilizadas da Europa. Nada mais "pombalino" do que esta justificação presente nas leis josefinas aprovadas por Sebastião José.

---

[210] Carta Régia ao Governador Mendonça Furtado sobre as Companhias de Comércio que os moradores de São Luís do Maranhão pretendiam fundar, na qual há referência a uma resolução de 17 de julho de 1752, sobre o assentamento de escravos africanos. Lisboa, 22 de novembro de 1752: "DOM JOSÉ, por graças de Deus, etc. – Faço saber a Vós Governador e Capitão-General do Pará, que os oficiais da Câmara da cidade de São Luís do Maranhão, me expuseram, em carta de 26 de dezembro do ano passado que sem embargo de me terem pedido a introdução da escravatura de África naquela capitania, para aumento dela; depois disso, se revolveram os moradores da mesma cidade a formarem uma Companhia para os mandarem vir também da Costa da Guiné, a troco de efeitos; e porque receavam que fazendo-lhes eu a mercê de lhes conceder a graça da introdução dos ditos escravos, que requeriam, fosse com impedimento de que os moradores associados na mesma Companhia os não pudessem também mandar vir; me representavam que no caso de lhes conceder a dita graça houvesse por bem de que fosse sem impedimento algum dos moradores poderem também mandarem introduzir naquele porto; e atendendo ao seu requerimento, sobre o qual respondeu o Procurador da minha Fazenda: fui servido determinar por resolução de dezessete de julho do presente ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino, que efetuando-se o assento de Escravos que tenho disposto se faça para esse Estado, se resolve esta Companhia, que os ditos moradores intentam formar; e para se reparar a grande falta que há da dita escravatura, Vos ordeno dês licença, não só aos interessados na dita Companhia, mas também a qualquer dos homens de negócio dessa Capitania, que de lá quiserem mandar embarcações a resgatar os ditos escravos de Guiné, que introduzam nesse Estado; levando para estes resgates os gêneros do país; não sendo dos que se acham proibidos para se levarem do Estado do Brasil para a costa da Mina. /El-Rei Nosso Senhor o mandou pelos conselheiros do seu Conselho Ultramarino abaixo assinados; e se passou por duas vias. Pedro Alexandrino de Abreu Bernardes a fez em Lisboa, a vinte e dois de novembro de mil setecentos e cinqüenta e dois. O Secretário Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez escrever. Diogo Rangel Castelo Branco Rafael Pires Pardinho". MENDONÇA, Marcos Carneiro de (Org.). **A Amazônia na era pombalina** – correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado". Brasília, 2005; para primeira carta p. 379, para a segunda carta p. 399-400.

[211] Também em SOUZA JUNIOR, José Alves. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, n. 48, p. 179, 2013: "O documento dos representantes da Companhia de Comércio do Maranhão nos permite entrever um dos motivos mais importantes da preferência dos moradores pelos trabalhadores índios: a coleta das drogas do sertão. Esta era uma das principais atividades econômicas da Amazônia colonial, pois as drogas do sertão, produtos silvestres, como cacau, salsaparrilha, pau-cravo, bálsamo de copaíba, baunilha, canela, anil, urucum, raízes aromáticas e sementes oleaginosas, obtinham excelentes preços no mercado europeu, o que tornava o seu comércio extremamente lucrativo".

Do outro lado, na América, os indígenas não “merecem” mais a alcunha de “caboclos” e, como será visto em seguida, ao analisar o Diretório dos Índios de 1757, não devem também mais ser chamados de “Negros”, pois apenas os “Pretos” de África foram feitos para serem escravos, como consta no parágrafo 11 do referido Diretório. O projeto civilizador pombalino para as colônias, no caso as localizadas na América, inclui os indígenas, mas exclui os africanos.

## 4.4 O ALVARÁ DE 07 DE JULHO DE 1755 E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1757

Reitera-se que esta tese diz respeito à história do instituto jurídico da liberdade dos indígenas no Brasil-Colônia.

Para tanto, inicia-se a pesquisa acerca das legislações produzidas sobre a vedação da escravização dos ameríndios ainda no início do século XVI, sendo tais leis, na maior parte das vezes, de origem espanhola. Na Espanha, as discussões iniciais sobre os direitos naturais dos povos autóctones americanos se estabeleceu com mais firmeza e assertiva.

As legislações lusas iniciais, em certo ponto, acompanham as ideias jurídicas gerais desenvolvidas pelos hispânicos, a ponto de se poder afirmar que nas primeiras décadas dos quinhentos existe uma legislação inicial ibérica para o questionamento sobre a liberdade dos indígenas.

Essa questão fica reforçada pelo longo período no qual as coroas portuguesa e espanhola ficaram sob a figura da união real pessoal dos monarcas hispânicos, entre 1580 e 1640.

Como visto, seguiu-se uma sucessão de legislações, ora representando o que se denomina de avanço, estabelecendo a completa vedação da escravização dos indígenas, ora retrocedendo, ao permitir diversas exceções em relação à liberdade dos povos originários, especialmente pela aplicação do conceito da *guerra justa* a legitimar a escravização dos povos originários.

Após a retomada da coroa pelos portugueses, em 1640, como já analisado, a mesma lógica ambígua permaneceu, com vedação total à escravização dos povos originários em determinados momentos, para logo seguir outros nos quais as possibilidades de fazer escravos os indígenas surgiam nos textos legais, publicados tanto pelas autoridades coloniais espanholas quanto portuguesas.

Nesta pesquisa, assim como na revisão bibliográfica inicialmente realizada na historiografia presente, parece existir pelo menos o consenso da importância capital da legislação pombalina para a América, em especial para a região amazônica, representada pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão, a qual possui, até o final do século XVIII, autonomia em relação ao Estado do Brasil acerca do estabelecimento definitivo da liberdade dos indígenas e a completa vedação legal à escravização dos povos autóctones americanos[212].

O governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, é cercado de grandes complexidades sobre seus planos, para o que ele mesmo denominou como a necessária modernização de Portugal, no concerto dos outros Estados-Nação europeus. Então, neste estudo – para que pudesse ser conduzida a um bom contento – necessitou-se realizar diversos recortes, pois as implementações pombalinas na história portuguesa são imensas. Assim, o foco foi sempre acompanhar as leis que dizem respeito estrito à vedação da escravização dos indígenas e, assim, a consagração do seu direito à liberdade (destacando, sempre, sob a ótica formal-legal).

Nesse contexto, dificilmente se poderia abordar a temática sem olhar para as próprias legislações aplicadas para o território metropolitano acerca do fim do instituto da escravidão. E como analisado, os Alvarás de 1761 e 1773 são representativos de tais questões; válido, no entanto, apenas para a metrópole e não para os seus domínios, no caso, na Ásia, África e América.

---

[212] A título de certo inventário de bibliografias, bem dizer todas elas já citadas anteriormente, lembra-se: CHAUVIN, Jean Pierre. Marquês de Pombal: retrato sem moldura. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 4, jan-abr. 2016; COSTA, Francisco de Assis. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.167-206, jan-abr. 2010; FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A "Época pombalina" no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro/RJ: FGV, 2015; FRANCO, José Eduardo. O Marquês de Pombal e a invenção do Brasil: reformas coloniais iluministas e a protogênese da nação brasileira. **Cadernos IHU Ideias**, v 13, n. 220, 2015; FURTADO, Adison da Silva. A reforma pombalina: no limite da autonomia do espaço: aldeamentos, vilas e lugares para o caminho do bem comum do estado português na Amazônia do século XVIII. **Revista Tempo Amazônico**, v. 1, n. 1, jan-jun. 2013; MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; OLIVEIRA, Luiz Eduardo; FRANCO, José Eduardo. O Marquês de Pombal e a invenção do Brasil: coordenadas históricas. Revista de Estudos de Cultura, n. 4, jan-abr. 2016; OLIVEIRA, Luiz Eduardo et al. (Org.). **Pombal e os Projetos de Brasil** - reflexões em torno do Bicentenário da Independência. Aracaju/SE: Criação; Lisboa: Theya, 2023; RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. Cadernos IHU Ideias, ano 9, n. 151, 2011; SANTOS, Fabricio Lyrio. A "civilização dos índios" no século XVII: da legislação pombalina ao "plano" de Domingos Barreto. **Revista de História**, São Paulo, n. 170, p. 233-260, jan-jun. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p233-260

Para os domínios lusitanos na América, Pombal implementou a legislação josefina com dois importantes diplomas legais a revelar a liberdade dos indígenas. A primeira, ao autorizar o casamento entre portugueses e os indígenas, sendo condição essencial serem os nubentes livres; e, após, o próprio Alvará que determinou a plena liberdade dos ameríndios e, para o caso, sem exceção alguma que pudesse olvidar ou contornar o direito à liberdade (ambos vistos no item precedente, respectivamente, datados de 04 de abril de 1755 e 06 de junho de 1755).

Porém, ainda dentro das complexas questões pombalinas, o embate entre o primeiro-ministro de Dom José I e a Companhia de Jesus configura-se quase que como um capítulo à parte quanto aos seus detalhes e, de outra, não se pode deixar de abordá-lo, especialmente quando se analisar o papel que Sebastião José planejava para os indígenas, em seus planos de colonização dos domínios portugueses na América.

O conflito entre Pombal e os jesuítas não estava restrito a Portugal. Porém, este não é foco aqui. Convém destacar que interessa nesta tese é analisar as legislações que retiram as funções dos religiosos ligados aos institutos de vida consagrada[213] (como se chama hoje no direito eclesiástico) na administração das aldeias indígenas.

A Companhia de Jesus, certamente, tornou-se uma das mais célebres ordens religiosas nos planos das potências ibéricas na colonização da América. Porém, havia outras ordens, como os Franciscanos por exemplo. O mais importante, aqui, reside no argumento pombalino de como a atuação dessas ordens teria sido prejudicial ao próprio desenvolvimento da autonomia dos povos indígenas e, por consequência, da efetivação do direito à liberdade deles.

Este é um ponto de extrema complexidade e, muito mais do que isso, de uma

[213] Definição jurídico-canônica prevista no **cânon 573**, a saber: "**§ 1.** A vida consagrada pela profissão dos conselhos evangélicos é a forma estável de viver pela qual os fiéis, sob a acção do Espírito Santo, seguindo a Cristo mais de perto, se consagram totalmente a Deus sumamente amado, para que, dedicados por um título novo e peculiar à Sua honra, à edificação da Igreja e à salvação do mundo, alcancem a perfeição da caridade ao serviço do Reino de Deus e, convertidos em sinal preclaro na Igreja, preanunciem a glória celeste. **§ 2.** Assumem livremente esta forma de viver nos institutos de vida consagrada, canonicamente erectos pela autoridade competente da Igreja, os fiéis que, por votos ou outros vínculos sagrados, de acordo com as próprias leis dos institutos, professam observar os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência e pela caridade, a que os mesmos conduzem, se unem de um modo especial à Igreja e ao seu mistério". Código de Direito Canônico. Promulgado por S.S. p Papa João Paulo II. Versão Portuguesa. 4. edição revista, Conferência Episcopal Portuguesa. Lisboa: Editorial Apostolado da Oração – Braga, 1983.

controvérsia que extrapola qualquer tentativa de analisar em si – pelo menos nessa pesquisa – se ao Marquês assistia ou não alguma razão.

Nos importa, assim, analisar a legislação aprovada no que tange à retirada dessas ordens religiosas das suas funções governativas (ditas temporais) perante os indígenas, pois, sendo agora livres, deveriam os próprios indígenas se governarem e prestarem contas às autoridades coloniais leigas. Como dito, a intenção não é adentrar na complexidade destes contextos, mas conseguir extrair dos textos legais aprovados aqueles trechos que mais interessam para analisar o avanço do conceito do direito de liberdade dos povos originários.

Assim, em 07 de junho de 1755 foi aprovado Alvará que assim determinava[214]:

> Eu El Rei. Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem, que, havendo restituído aos Índios do Grão Pará, e Maranhão a liberdade das suas pessoas, bens, e comércio, por uma Lei da mesma Data deste; a qual nem se poderia reduzir a sua devida execução, nem os Índios à completa liberdade, de que dependem os grandes bens espirituais, e políticos, que constituíram as causas finais da dita Lei, se ao mesmo tempo se não estabelecesse para reger os sobreditos Índios uma forma de governo temporal, que, sendo certa, e invariável, se acomodasse aos seus costumes, quanto possível fosse, no que é lícito, e honesto; porque assim serão mais facilmente atraídos a receber a Fé, e a se meterem no grêmio da Igreja: Tendo consideração ao referido, a que sendo proibido por Direito Canônico a todos os Eclesiásticos, como Ministros de Deus, e da sua Igreja, misturarem-se no governo secular, que como tal é inteiramente alheio das obrigações do Sacerdócio; e a que ligando esta proibição muito mais urgentemente aos Párocos das Missões de todas as Ordens Religiosas; e contendo muito maior aperto para inibirem, assim os Religiosos da Companhia de JESUS, que por força de voto são incapazes de exercitarem no foro externo até a mesma jurisdição Eclesiástica, como os Religiosos Capuchos, cuja indispensável humildade se faz incompatível com o império da jurisdição civil, e criminal; nem Deus se poderia servir de que as referidas proibições expressas nos sagrados Cânones, e Constituições Apostólicas, de que Sou Protetor nos meus Reinos, e Domínios, para sustentar a sua observância, a não tivessem por mais tempo depois de me haver sido presente todo o sobredito, nem aquele Estado pôde até agora, em poderia nunca, ainda naturalmente, prosperar entre uma tão desusada, e impraticável confusão de jurisdições tão incompatíveis, como o são a espiritual, e temporal, seguindo-se de tudo a falta de administração de Justiça, sem a qual não há Povo, que possa subsistir: Sou servido com o parecer das pessoas do meu Conselho, e outros Ministros doutos, e zelosos do serviço de Deus, e meu, que me pareceu ouvir nesta matéria, derrogar, e cassar o Capítulo primeiro do Regimento dado para o referido Estado em vinte e um de Dezembro de mil seiscentos e oitenta e seis, e todos ao mais Capítulos, Leis, Resoluções, e Ordens, quaisquer que elas sejam, que direta, ou indiretamente forem contrárias às sobreditas Disposições Canônicas, e Constituições Apostólicas, e que contra o nelas disposto, e neste ordenado, permitiram aos Missionários ingerirem-se no

[214] **Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que Compreende o Feliz Reinado Del Rey Fidelíssimo D. Jose O I. Nosso Senhor**, desde o anno de 1750 até o de 1760, e a **Pragmatica do Senhor Rey D. João o V**., do ano de 1749. Adaptou-se a grafia para melhor compreensão nos dias atuais, sem nenhum prejuízo do real significado original do texto legal.

governo temporal, de que são incapazes: Abolindo as sobreditas Leis, Resoluções, e Ordens, e havendo-as por derrogadas, e de nenhum efeito, como se de todas, e cada uma delas fizesse aqui especial menção, sem embargo da Ordenação do livro segundo, título quarenta e quatro em contrário: E renovando para ter a sua inteira, e inviolável observância a Lei estabelecida sobre esta matéria em doze de Setembro de mil seiscentos e sessenta e três enquanto ordena o seguinte.

"Eu El Rei. Faço saber aos que esta minha Provisão em forma de Lei virem, que, por se haverem movido grandes dúvidas entre os moradores do Maranhão, e os Religiosos da Companhia, sobre a forma, em que administravam os Índios daquele Estado em ordem à Provisão, que se passou em seu favor no ano de seiscentos e cinquenta e cinco, das quais resultaram os tumultos, e excessos passados, originado tudo das grandes vexações, que padeciam por senão praticar a Lei, que se tinha passado no ano de seiscentos e cinquenta e três, em tanto, que chegaram a ser expulsos os ditos Religiosos de suas Igrejas, e Missões, ao exercício das quais é muito conveniente, que tornem a ser admitidos, visto não haver causa, que obrigue a privá-los delas, antes muitas para que seu santo zelo seja ali necessário: E desejando Eu atalhar a tão grandes inconvenientes, e que meus Vassalos logrem toda a paz, e quietação que é justo: Hei por bem declarar, que assim dos ditos Religiosos da Companhia, como os de outra qualquer Religião, não tenham jurisdição alguma temporal sobre o governo dos Índios; e que a espiritual a tenham também os mais Religiosos, que assistem, e residem naquele Estado; por ser justo que todos sejam Obreiros da Vinha do Senhor; e que o Prelado ordinário com os das Religiões possam escolher os Religiosos delas, que mais suficientes lhes parecerem, e encomendar-lhes as Paróquias, e a cura da almas do Gentio daquelas Aldeias; os quais poderão ser removidos todas as vezes, que parecer conveniente; e que nenhuma Religião possa ter Aldeias próprias de Índios forros de administração: Os quais no temporal poderão ser governados pelos seus principais, que houver em cada Aldeia: E quando haja queixas deles causadas dos mesmo Índios, as poderão fazer aos meus Governadores, Ministros, e Justiças daquele Estado, como o fazem os mais Vassalos dele."

A qual disposição Sou servido renovar, e restituir à sua inteira, e inviolável observância na sobredita forma: Ordenando que nas Vilas sejam preferidos para Juízes ordinários, Vereadores, e Oficiais de Justiça, os Índios naturais delas, e dos seus respectivos distritos enquanto os houver idôneos para os referidos cargos: e que as Aldeias independentes das Vilas sejam governadas pelos seus respectivos principais, tendo estes por subalternos os Sargentos-móres, Capitães, Alferes, e Meirinhos das suas Nações, que foram instituídos para os governarem: recorrendo as partes, que se considerarem gravadas, aos mesmo Governadores, e Ministros de Justiça, para lhes administrarem na conformidade das minhas Leis, e Ordens expedidas para aquele Estado.

Pelo que: Mando aos Capitães Gerais, Governadores, Ministros, e Oficiais de Guerra, e das Câmaras do Estado do Grão Pará, e Maranhão, de qualquer qualidade, e condição que sejam, a todos em geral, e a cada um em particular, cumpram, e guardem esta Lei, que se registrará nas Câmaras do dito Estado, e por ela Hei por derrogadas todas as Leis, Regimentos, e Ordens, que haja em contrário ao disposto nesta, que somente quero que valha, e tenha força e vigor, como nela se contém, sem embargo de não ser passada pela Chancelaria, e das Ordenações do livro segundo título trinta e nove, quarenta, quarenta e quatro, e Regimento em contrário. Lisboa; a sete de Junho de mil setecentos e cinquenta e cinco.

REY

Sebastião José de Carvalho e Mello

Alvará com força de Lei, por que Vossa Majestade há por bem renovar a inteira, e inviolável observância da Lei de doze de Setembro de mil seiscentos e cinquenta e três, enquanto nela se estabeleceu, que os Índios do Grão Pará, e Maranhão sejam governados no temporal pelos Governadores, Ministros, e

> pelos seus principais, e Justiças seculares, com inibição das administrações dos Regulares, derrogando todas as Leis, Regimentos, Ordens, e Disposições contrárias.
> Para V. Majestade ver.

O projeto "civilizador" pombalino para os indígenas brasileiros vislumbra a liberdade não somente em seu sentido ontológico, mas também econômico. À parte as discussões sobre o papel preponderante do Estado que Pombal entendia como moderno na exata medida que se sobrepunha inclusive à Igreja[215], no ideal de superação de uma suposta interpretação sobre o mundo medieval que Portugal ainda viveria, a retirada do governo dos missionários sobre os povos originários americanos representou, sem dúvida, uma alteração de 180º na maneira pela qual o projeto colonial lusitano (e, também, espanhol) vinha se estruturando desde os quinhentos.

Agora os indígenas, como súditos de El Rei, autogovernados por seus principais e sob os cuidados das autoridades leigas coloniais-portuguesas, pretensamente "exerceriam" suas liberdades inclusive com a suposta garantia do exercício do direito à propriedade correlato. Sabe-se que, na prática, não foi exatamente isso que aconteceu. Todavia, a simples hipótese formal-legal, a qual não apresentou dali para frente substancial alteração em seu significado de garantia básica (ainda que formal) dos direitos naturais aos indígenas, altera definitivamente o ciclo que até então, desde o "descobrimento", havia caracterizado o sistema de tratamento destinado aos autóctones americanos em domínios portugueses.

Na toada da enxurrada legislativa pombalina, quanto às novas sistemáticas de gestão da questão indígena, em 1757 surgirá o célebre Diretório. Isso após o Alvará de 07 de junho de 1755, o qual retirou das ordens religiosas – especialmente da Companhia de Jesus – a administração temporal dos aldeamentos. Disso resultando a reorganização de todo o sistema até então implementado nas colônias luso-americanas e, a partir de então, com a criação do cargo dos diretores para cada aldeia. Daí, pois, a denominação "Diretório".

O projeto pombalino envolvia o conceito de liberdade aos indígenas condicionado ao direito de propriedade dos mesmos, como já referido. Se bem verdade, tal intento na prática resulta muito mais em um aspecto formal, pois no

---

[215] Ainda sobre esta questão, apesar de outras referências anteriormente citadas, indica-se a leitura também de: MUNIZ, Pollyana Gouveia Mendonça. Cruz e coroa: igreja, estado e conflito de jurisdições no Maranhão colonial. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 39-58, 2012.

próprio Diretório, apesar de prever o assalariamento dos indígenas (como também o fez o Alvará de 07 de junho de 1755), os seus valores deveriam ser divididos com a administração da aldeia e guardado primeiramente, para só depois ser distribuído aos indígenas. Ainda, mesmo livres – entenda-se o conceito jurídico, portanto, de não mais poderem ser "escravos" –, os indígenas continuavam sendo "repartidos"; agora não mais na forma do Regimento das Missões de 1686 (que o texto do Diretório faz diversas referências), mas na forma que os Diretores então passam a ser ordenados[216]:

> **58.** Finalmente como, suposta a rusticidade, e ignorância dos mesmos Índios, entregar a cada um o dinheiro, que lhe compete, seria ofender não só as Leis da Caridade, mas da Justiça, pelo notória incapacidade, que tem ainda agora de o administrarem ao seu arbítrio, será obrigado o Tesoureiro geral a comprar com o dinheiro, que lhes pertencer na presença dos mesmos Índios aquelas fazendas de que eles necessitem: Executando-se nesta parte inviolavelmente aquelas ordens com que tenho regulado nesta Cidade o pagamento dos ditos Índios, em benefício comum deles. Deste modo acabando de compreender com evidência estes miseráveis Índios a fidelidade com que cuidamos nos seus interesses, e as utilidades, que correspondem ao seu tráfico, se reporão naquela boa-fé de que depende a subsistência, e aumento do Comércio.
> **59.** Sendo a distribuição dos Índios, hum dos principais objetivos a que se dirigem sempre as Paternais providências, e piíssimas Leis de Sua Majestade: como em prejuízo comum de seus Vassalos, se faltou à observância, que elas deverão ter, com escandalosa ofensa não só das Leis, da Justiça, e Piedade, mas até daquele mesmo decoro, que se deve ao respeitosos Decretos dos nossos Augustos Soberanos: Para que as ditas Reais Ordens, tenham a sua devida execução; observarão os Diretores as determinações seguintes.
> **60.** Ditam as Leis da natureza, e da razão, que assim como as partes do corpo físico devem concorrer para a conservação do todo, é igualmente precisa esta obrigação nas partes, que constituem o todo moral, e político. Contra os irrefragáveis ditames do mesmo direito natural, se faltou até agora a esta indispensável obrigação; afetando-se especiosos pretextos para se iludir a repartição do Povo, de que por infalível consequência se havia de seguir a ruína total do Estado; porque faltando aos moradores dele os operários de que necessitam para a fábrica das Lavouras, e para a extração das Drogas, precisamente se havia de diminuir a cultura, e abater o Comércio.
> **61.** Estabelecendo-se neste sólido, e fundamental princípio as Leis da distribuição, clara, e evidentemente compreenderão os Diretores, que deixando de observar esta Lei, se constituem Réus do mais abominável, e escandaloso delito; qual é embaraçar o estabelecimento, a conservação, o aumento, e toda a felicidade do Estado, e frustrar as piíssimas intenções de Sua Majestade, as quais na forma do Alvará de 6 de Junho de 1755. se dirigem a que os Moradores dele se não vejam precisados a mandar vir obreiros, e trabalhadores de fora para o tráfico das suas Lavouras, e cultura das suas terras; e os Índios naturais dos Países, não fiquem privados do justo estipêndio correspondente ao seu trabalho, que daqui por diante se lhe

[216] **Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que Compreende o Feliz Reinado Del Rey Fidelíssimo D. Jose O I. Nosso Senhor**, desde o anno de 1750 até o de 1760, e a **Pragmatica do Senhor Rey D. João o V**., do ano de 1749. A a grafia foi adaptada para melhor compreensão nos dias atuais, sem nenhum prejuízo do real significado original do texto legal.

regulará na forma das Reais Ordens do dito Senhor: Fazendo-se por este modo entre uns, e outros recíprocos os interesses, de que sem dúvida resultarão ao Estado as ponderadas felicidades.

**62.** Pelo que recomendo aos Diretores, apliquem um especialíssimo cuidado, a que os Principais, a quem compete privativamente a execução das Ordens respectivas à distribuição dos Índios, não faltem com eles aos moradores, que lhes presentarem Portarias do Governador do Estado; não lhes sendo lícito em caso algum, nem exceder o número da repartição; nem deixar de Executar as referidas Ordens, ainda que seja com detrimento da maior utilidade dos mesmos Índios; por ser indisputavelmente certo, que a necessidade comum, constitui uma Lei superior a todos os incômodos, e prejuízos particulares.

**63.** E como Sua Majestade foi servido dar novo método ao governo destas Povoações; abolindo a administração temporal, que os Regulares exercitavam nelas; e em consequência desta Real Ordem, fica cessando a forma da repartição dos Índios; os quais se dividiram em três partes; uma pertencente aos Padres Missionários outra ao serviço dos Moradores; e outra às mesmas Povoações: Ordeno aos Diretores, que observem daqui por diante inviolavelmente, o parágrafo 15. do Regimento, no qual o dito Senhor manda, que, dividindo-se os ditos Índios em duas partes iguais, uma delas se conserve sempre nas suas respectivas Povoações, assim para a defesa do Estado, como para toda as diligências do seu Real serviço, e outra para se repartir pelos Moradores, não só para a esquipação das Canoas, que vão extrair Drogas ao Sertão, mas para os ajudar na plantação dos Tabacos, canas de Açucar, Algodão, e todos os gêneros, que podem enriquecer o Estado, e aumentar o Comércio.

**64.** Para que a referida distribuição, se observe com aquela retidão, e inteireza, que pedem as Leis da Justiça distributiva, cessando de uma vez os clamores dos Povos, que cada dia se faziam mais justificados pelos afetados pretextos, com que se confundiam em tão interessante matéria, as repetidas Ordens de Sua Majestade; não se podendo compreender, se era mais abominável a causa; se mais prejudicial o efeito; haverá dois livros rubricados pelo Desembargador Juiz de Fora, em que se matriculem todos os Índios capazes do trabalho, que na forma do §. XIII. do Regimento são todos aqueles, que tendo treze anos de idade, não passarem dos sessenta.

**65.** Um destes livros se conservará em poder do Governador do Estado, e outro no do Desembargador Juiz de Fora, como Presidente da Câmara: nos quais se irão matriculando os Índios, que chegarem à referida idade; riscando-se deste número todos aqueles, que constar por Certidões dos seus Párocos, que tiverem falecido, e os que pela razão dos seus achaques se reputarem por incapazes de trabalho: O que se deve executar na conformidade das listas, que os Diretores remeterão todos os anos ao Governador do Estado, as quais devem estar na sua mão até o fim do mês de Agosto infalivelmente.

**66.** Sendo pois as referidas listas o documento, autêntico, pelo qual se devem regular todas as ordens respectivas à mesma distribuição, ordeno aos Diretores, que as façam todos os anos, declarando nelas fidelissimamente todos os Índios, que forem capazes de trabalho, na forma dos parágrafos antecedentes, as quais serão assinadas pelos mesmos Diretores, e Principais, com cominação de que faltando às Leis da verdade em matéria tão importante ao interesse Público, uns, e outros serão castigados como inimigos comuns do Estado.

**67.** Mas aos mesmo tempo, que recomendo aos Diretores, e Principais a inviolável, e exata observância de todas as ordens respectivas à repartição do Povo. Lhes ordeno, que não apliquem Índio algum a serviço particular dos Moradores para fora das Povoações, sem que estes lhes apresentem licença o Governador do Estado, por escrito; nem consintam, que os ditos Moradores retenham em casa os referidos Índios além do tempo porque lhe forem concedidos: O qual se declarará nas mesmas Licenças, e também nos recibos, que os Moradores devem passar aos Principais, quando lhes

entregarem os Índios. E como a escandalosa negligência, que tem havido na observância desta Lei, que se declara no parágrafo 5. tem sido a origem de se acharem quase desertas as Povoações, serão obrigados os Diretores, e Principais a remeter todos os anos ao Governador do Estado uma Lista dos transgressores para se proceder contra eles, impondo-se lhes aquelas penas, que determina a sobredita Lei no referido parágrafo.

**68.** É verdade, que não admite controvérsia, que em todas as Nações civilizadas, e polidas do Mundo à proporção das Lavouras, das manufaturas, e do Comércio, se aumenta o número dos Comerciantes, operários, e agricultores; porque correspondendo a cada um o justo, e racionável interesse proporcionado ao seu tráfico, se fazem recíprocas as conveniências, e comuns as utilidades. E para que as Leis da distribuição se observem com recíproca conveniência dos moradores, e dos Índios, e estes de possam empregar sem violência nas utilidades daqueles, desterrando-se por este modo o poderoso inimigo da ociosidade, serão obrigados os moradores, apenas receberem os Índios, a entregar aos Diretores toda a importância dos seus salários, que na forma das Reais Ordens de Sua Majestade, devem ser arbitrados de sorte, que a conveniência do lucro lhes suavize o trabalho.

**69.** Mas porque da observância deste parágrafo, se podem originar aquelas racionáveis, e justas queixas, que até agora faziam os moradores, de que deixando ficar nas Povoações os pagamentos dos Índios, ainda quando evidentemente mostravam, que os mesmos Índios desertavam de seu serviço se lhes não restituíam os ditos pagamentos; vindo por este modo os desertores a tirar cômodo do seus mesmo delito, não só com irreparável dano dos Povos, mas com total abatimento do Comércio; sendo talvez este o iníquo fim a que se dirigia tão pernicioso abuso; para se evitarem as referidas queixas; Ordeno aos Diretores, que apenas receberem os sobreditos salários entreguem aos Índios uma parte de importância deles, deixando ficar as duas partes em depósito; para o que haverá em todas as Povoações um Cofre, destinado unicamente para depósito dos ditos pagamentos, os quais se acabarão aos mesmos Índios, constando, que eles os vencerão com o seu trabalho.

**70.** Sucedendo porém desertarem os Índios do serviços dos moradores antes do tempo, que se acha regulado, pelas Reais Leis da Sua Majestade, que na forma do parágrafo 14. do Regimento, a respeito desta Capitania é de seis meses; e verificando-se a dita deserção, a qual os moradores devem fazer certa por algum documento; ficarão os Índios perdendo as duas partes do seu pagamento, que logo se entregarão aos mesmos moradores. O que se praticará pelo contrário averiguando-se, que os moradores deram causa à dita deserção, porque neste caso não só perderão toda a importância do pagamento, mas o dobro dele. E para que os moradores não possam alegar ignorância alguma nesta matéria, lhes advirto finalmente, que falecendo algum Índio no mesmo trabalho, ou impossibilitando-se para ele, por causa de moléstia, serão obrigados a entregar ao mesmo Índio, ou a seus herdeiros o justo estipêndio, que tiver merecido.

**71.** E como pelo parágrafo 50. deste Diretório, se concede licença aos Principais, Capitães-móres, Sargentos-móres, e mais Oficiais das Povoações, para mandarem alguns Índios por sua conta ao Comércio do Sertão, por ser justo, que se lhes permitam os meios competentes para sustentarem as suas Pessoas, e Famílias com a decência devida aos seus empregos, observarão os Diretores com os referidos Oficiais na forma dos pagamentos, o que se determina a respeito dos Moradores, excetuando unicamente o caso em que eles como Pessoas miseráveis não tenham dinheiro, ou fazendas com que possam perfazer a importância dos Salários, porque nesse caso serão obrigados a fazer um escrito de dívida, assinado por eles, e pelos mesmos Diretores, que ficará no Cofre do depósito, no qual se obriguem à satisfação dos referidos Salários apenas receberem o produto, que lhes competir.

**72.** Devendo acautelar-se todos os dolos, que podem acontecer nos

> pagamentos dos Índios, recomendo muito aos Diretores, que no caso, que os moradores queiram fazer o dito pagamento, em fazendas; achando os Índios conveniência neste modo de satisfação; não consintam de nenhum modo, que estas sejam reputadas por maior preço, do que se vende nesta Cidade; permitindo unicamente de avanço a justa despesa dos transportes, que se arbitrará a proporção das distâncias das Povoações a respeito da mesma Cidade. E quando os ditos Moradores pretendam reputar as suas fazendas, por exorbitantes preços, não poderão os Diretores aceitá-las em pagamento, com cominação de satisfazerem aos mesmos Índios qualquer prejuízo, que se lhes seguir do contrário. O que os mesmos Diretores observarão em todos os casos, em que os Moradores concorrem por este modo com os Índios, ou seja satisfazendo-lhes com fazendas o seu trabalho, ou comprando-lhes os seus gêneros.
>
> **73.** Consistindo finalmente na inviolável execução destes Parágrafos o distribuírem-se aos Índios com aquela fidelidade; e inteireza, que recomendam as piíssimas Leis de Sua Majestade, dirigidas unicamente ao bem comum dos seus Vassalos, e ao sólido aumento do Estado: Para que de nenhum modo se possam iludir estas interessantíssimas determinações serão obrigados os Diretores a remeter todos os anos no princípio de Janeiro ao Governador do Estado uma lista de todos os Índios, que se distribuíram no ano antecedente; declarando-se os nomes dos Moradores, que os receberam; e em que tempo; a importância dos salários, que ficaram em depósito; e os preços porque foram reputadas as fazendas, com as quais se fizeram os ditos pagamentos; para que ponderas estas importantes matérias com a devida reflexão, se possam dar todas aquelas providências, que se julgarem precisas, para se evitarem os prejudicialíssimos dolos, que se tinham introduzido no importantíssimo Comércio do Sertão, faltando-se com escândalo da piedade dos Índios, em prejuízo comum dos Moradores, e às da comutativa ficando por este modo privados os ditos Índios do racionável lucro do seu trabalho.

A legislação josefina-pombalina possui ambiguidades. Resta clara a questão da necessária remuneração ao trabalho prestado pelos indígenas; a mão de obra não é mais formalmente escrava. Parte dos salários, no caso dois terços, deve ficar retido e entregue aos autóctones somente quando finalizadas as tarefas, entregando-se antes apenas um terço. Porém, a remuneração em si deve ser administrada pelos Diretores, os quais devem comprar “as fazendas de que eles necessitem”, tendo o cuidado de fazê-lo “na presença dos mesmos Índios”. E quando os “moradores” e indígenas chegarem a um acordo sobre o pagamento, não em dinheiro, mas em “fazendas”, devem os Diretores fiscalizarem se o escambo é realizado de forma a não prejudicar os termos de troca em desfavor dos indígenas.

O aspecto tutelar do Diretório é evidente. Este aspecto tutelar – arriscando-se a realizar tal projeção – passará a ser a tônica das futuras legislações indigenistas[217] brasileiras. Porém, apesar da liberdade dos indígenas, estes ainda são “repartidos” e

[217] Como visto no item precedente, mesmo após o período da *Viradeira*, com apresentação de retrocesso a permitir a escravização de “índios bravios”, logo após ao adentrar o século XIX e legislações posteriores do século XX, o aspecto tutelar-estatal do direito indigenista brasileiro é evidente. Ao que parece, tendo sido Pombal o precursor de tal característica ou “lógica”.

o Diretório manda aplicar o parágrafo 14º do antigo Regimento das Missões de 1686, no qual o tempo desta “repartição” se constitui em 6 meses.

O Diretório enfatiza o que o Alvará de 07 de junho de 1755 já havia realizado: os indígenas não podem de forma alguma ser escravizados e passam a possuir (ainda que formalmente) o estatuto de súdito/vassalo de El Rei. No contexto do projeto civilizador pombalino, os Diretores deviam se esforçar para: **(i)** fazer o uso obrigatório da língua portuguesa; **(ii)** estabelecer sistema de remuneração e tutela acerca dela aos indígenas; **(iii)** estabelecer escolas para o ensino básico; **(iv)** estabelecer hierarquias sociais entre os indígenas; **(v)** proibir chamá-los de “Negros”; **(vi)** outorgar sobrenomes aos indígenas; **(vii)** estabelecer núcleos familiares com cada um residindo em moradia própria; **(viii)** combater o alcoolismo dos indígenas; **(ix)** vedar a nudez dos autóctones; **(x)** “persuadir” ao trabalho nas lavouras, exploração das drogas dos Sertões e incentivo à indústria e ao comércio; **(xi)** procurar os Diretores a suavidade possível no trato com os indígenas; **(xii)** facultar o acesso às honras, às dignidades honoríficas e aos cargos públicos aos ameríndios; **(xiii)** outorgar terras aos indígenas; **(xiv)** orientar a produção agrícola; **(xv)** organizar e orientar quanto ao pagamento do Dízimo; **(xvi)** introduzir “Brancos” nas Povoações, desde que não tivessem condutas prejudiciais aos indígenas; **(xvii)** combater o tratamento desigual entre Índios e Brancos; **(xviii)** estimular o casamento entre Índios e Brancos. Nos termos do próprio texto legal do Diretório:

> (...) **6.** Sempre foi máxima inalterável praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservaram. Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que sua Majestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora se não observaram com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado.
> **7.** E como esta determinação é a base fundamental da Civilidade, que se pretende, haverá em todas as Povoações duas Escolas públicas, uma para

os Meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Cristã, a ler, escrever, e contar na forma, que se pratica em todas as Escolas das Nações civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de serem instruídas na Doutrina Cristã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, cultura, e todos os mais ministérios próprios daquele sexo.

**8.** Para a subsistência das sobreditas Escolas, e de um Mestre, e uma Mestra, que devem ser Pessoas dotadas de bons costumes, prudência, e capacidade, de sorte, que possam desempenhar as importantes obrigações de seus empregos; se destinarão ordenados suficientes, pagos pelos Pais dos mesmos Índios, ou pelas Pessoas, em cujo poder eles viverem, concorrendo cada um deles com a porção, que se lhes arbitrar, ou em dinheiro, ou em efeitos, que será sempre com atenção à grande miséria, ou pobreza, a que eles presentemente se acham reduzidos. No caso porém de não haver nas Povoações Pessoa alguma, que possa ser Mestra de Meninas, poderão estas até a idade de dez anos serem instruídas na Escola dos Meninos, onde aprenderão a Doutrina Cristã, a ler, e escrever, para que juntamente com as infalíveis verdades da nossa Sagrada Religião adquiram com maior facilidade o uso da Língua Portuguesa.

**9.** Concorrendo muito para a rusticidade dos Índios a vileza, e o abatimento, em que tem sido educados, pois até os mesmos Principais, Sargentos maiores, Capitães, e mais Oficiais das Povoações, sem embargo dos honrados empregos que exercitavam, muitas vezes eram obrigados a remas as Canoas, ou a ser Jacumáuhas, e Pilotos delas, com escandalosa desobediência às Reais Leis de Sua Majestade, que foi servido recomendar aos Padres Missionários por Cartas do 1., e 3., de Fevereiro de 1701. firmadas pela sua Real Mão, o grande cuidado que deviam ter em guardar os Índios as honras, e os privilégios competentes aos seus postos: E tendo consideração a que nas Povoações civis deve precisamente haver diversa graduação de Pessoas à proporção dos ministérios que exercitam, as quais pede a razão, que sejam tratadas com aquelas honras, que se devem aos seus empregos: Recomendo aos Diretores, que assim em público, como em particular, honrem, e estimem a todos aqueles Índios, que forem Juízes Ordinários, Vereadores, Principais, ou ocuparem outro qualquer posto honorífico; e também as suas famílias; dando-lhes assento na sua presença; e tratando-os com aquela distinção, que lhes for devida, conforme as suas respectivas graduações, empregos, e cabedais; para que, vendo-se os ditos Índios estimados pública, e particularmente, cuidem em merecer com o seu bom procedimento as distintas honras, com que são tratados; separando-se daqueles vícios, e desterrando aquelas baixas imaginações, que insensivelmente os reduziram ao presente abatimento, e vileza.

**10.** Entre os lastimosos princípios, e perniciosos abusos, de que tem resultado nos Índios o abatimento ponderado, é sem dúvida um deles a injusta, e escandalosa introdução de lhes chamarem *Negros*; querendo talvez com a infâmia, e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos Brancos, como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa de África. E porque, além de ser prejudicialíssimo à civilidade dos mesmos Índios este abominável abuso, seria indecoroso às Reais Leis de Sua Majestade chamar *Negros* a uns homens, que o mesmo Senhor foi servido nobilitar, e declarar para todos o emprego honorífico: Não consentirão os Diretores daqui por diante, que pessoa alguma chame *Negros* aos Índios, nem que eles mesmos usem entre si deste nome como até agora praticavam; para compreendendo eles, que lhes não compete a vileza do mesmo nome, possam conceber aquelas nobres ideias, que naturalmente infundem nos homens a estimação, e a honra.

**11.** À Classe dos mesmos abusos se não pode duvidar, que pertence também o inalterável costume, que se praticava em todas as Aldeias, de não haver um só Índios, que tivesse sobrenome. E para se evitar a grande confusão, que precisamente havia de resultar de haver na mesma Povoação muitas Pessoas com o mesmo nome, e acabarem por conhecer os Índios com toda

a evidência, que buscamos todos os meios de os honrar, e tratar, como se fossem Brancos; terão daqui por diante todos os Índios sobrenomes, havendo grande cuidado nos Diretos em lhes introduzir os mesmos Apelidos, que os das Famílias de Portugal; por ser moralmente certo, que tendo eles os mesmos Apelidos, e Sobrenomes, de que usam os Brancos, e as mais Pessoas que se acham civilizadas, cuidarão em procurar os meios lícitos, e virtuosos de viverem, e se tratarem à sua imitação.

**12.** Sendo também indubitável, que para a incivilidade, e abatimento dos Índios, tem concorrido muito a indecência, com que se tratam em suas casas, assistindo diversas Famílias em uma só, na qual vivem como brutos; faltando aquelas Leis da honestidade, que se deve à diversidade dos sexos; do que necessariamente há de resultar maior relaxação nos vícios; sendo talvez o exercício deles, especialmente o da torpeza, os primeiros elementos com que os Pais da Famílias educam os filhos: Cuidarão muito os Diretores em desterrar das Povoações este prejudicialíssimo abuso, persuadindo aos Índios que fabriquem as suas casas à imitação dos Brancos; fazendo nelas diversos repartimentos, onde vivendo as Famílias com separação, possam guardar, como Racionais, as Leis da honestidade, e polícia.

**13.** Mas concorrendo tanto para a incivilidade dos Índios os vícios, e abusos mencionados, não se pode duvidar, que o da ebriedade os tem reduzido ao último abatimento; vício entre eles tão dominante, e universal, que apenas se conhecerá um só Índio, que não esteja sujeito à torpeza deste vício. Para destruir pois este poderoso inimigo do bem comum do Estado, empregarão os Diretores todas as suas forças em fazer evidente aos mesmos Índios a deformidade deste vício; persuadindo-lhes com a maior eficácia o quanto será escandaloso, que, aplicando Sua Majestade todos os meios para que eles vivam com honra, e estimação, mandando-lhes entregar a administração, e o governo Temporal das suas respectivas Povoações; ao mesmo tempo, em que só deviam cuidar em se fazer beneméritos daquelas distintas honras, se inabilitam para elas, continuando no abominável vício das suas ebriedades.

**14.** Porém como a reforma dos costumes, ainda entre homens civilizados, é a empresa mais árdua de conseguir-se, especialmente pelos meios da violência, e do rigor; e a mesma natureza nos ensina, que só se pode chegar gradualmente ao ponto da perfeição, vencendo pouco a pouco os obstáculos, que a removem, e a dificultam: Advirto aos Diretores, que para desterrar nos Índios as ebriedades, e os mais abusos ponderados, usem dos meios da suavidade, e da brandura; para que não suceda, que degenerando a reforma em desesperação, se retirem do Grêmio da Igreja, a que naturalmente os convidará de uma parte o horror do castigo, e da outra a congênita inclinação aos bárbaros costumes, que seus Pais lhes ensinaram com a instrução, e com o exemplo.

**15.** Finalmente, sendo a profanidade do luxo, que consiste na excessiva, e supérflua preciosidade das galas, um vício dos capitais, que tem empobrecido, e arruinado os Povos; é lastimoso o desprezo, e tão escandalosa a miséria, com que os Índios costumam vestir, que se faz preciso introduzir neles aquelas imaginações, que os possam conduzir a um virtuoso, e moderado desejo de usarem de vestidos decorosos, e decentes; desterrando deles a desnudez, que sendo efeito não da virtude, mas da rusticidade, tem reduzido a toda esta Corporação de gente à mais lamentável miséria. Pelo que ordeno aos Diretores, que persuadam aos Índios os meios lícitos de adquirirem pelo seu trabalho com que se possam vestir à proporção da qualidade de suas Pessoas, e das graduações de seus postos; não consentindo de modo algum, que andem nus, especialmente as mulheres em quase todas as Povoações, com escândalo da razão, e horror da mesma honestidade.

**16.** Dirigindo-se todas as Reais Leis, que até agora emanaram do Trono, ao bom regime dos Índios, ao bem espiritual, e temporal deles: E querendo os nossos Augustos Monarcas, que os mesmos Índios pelos meios do seu honesto trabalho, sendo úteis a si, concorram para o sólido estabelecimento do Estado, fazendo-se entre eles, e os Moradores recíprocas utilidades, e

comunicáveis os interesses, como já se declarou no §. IX. do Regimento das Missões; para o que foi servido o mesmo Senhor mandar entregar aos Padres Missionários a administração Econômica, e Política dos mesmos Índios; cujos importantes fins só se podiam conseguir pelos meios da Cultura, e do Comércio: De tal sorte que executaram estas piíssimas, e Reais Determinações, que aplicados os Índios unicamente às conveniências particulares, não se omitiu meio algum de os separar do Comércio, e da Agricultura. Para conseguir, pois, estes dois virtuosos, e interessantes fins, observarão os Diretores as ordens seguintes.

**17.** Em primeiro lugar cuidarão muito os Diretores em lhes persuadir o quanto lhes será útil o honrado exercício de cultivarem as suas terras; porque por este interessante trabalho não só terão os meios competentes para sustentarem com abundância as suas casas, e famílias; mas vendendo os gêneros, que adquirirem pelo meio da cultura, se aumentarão neles os cabedais à proporção das lavouras, e plantações, que fizerem. E para que estas persuasões cheguem a produzir o efeito, que se deseja, lhes farão compreender os Diretores, que a sua negligência, o seu descuido, tem sido a causa do abatimento, e pobreza, a que se acham reduzidos: não omitindo finalmente diligência alguma de introduzir neles aquela honesta, e louvável ambição, que desterrando das Repúblicas o pernicioso vício da ociosidade, as constituem populosas, respeitadas e opulentas.

**18.** Consequentemente, lhes persuadirão os Diretores, que dignando-se Sua Majestade de os habilitar para todos os empregos honoríficos, tanto os não inabilitará para estas ocupações o trabalharem nas suas próprias terras; que antes pelo contrário, o que render mais serviço ao público neste frutuoso trabalho, terá preferência a todos nas honras, nos privilégios, e nos empregos, na forma que Sua Majestade ordena.

**19.** Depois que os Diretores tiverem persuadido aos Índios estas sólidas, e interessantes máximas, de sorte, que eles percebam evidentemente o quanto lhes será útil o trabalho, e prejudicial a ociosidade; cuidarão logo em examinar com a possível exatidão, se as terras, que possuem os ditos Índios (que na forma das Reais Ordens Sua Majestade devem ser adjacentes às suas respectivas Povoações) são competentes para o sustento das suas casas, e famílias; e para nelas fazerem as plantações, e as lavouras; de sorte, que com a abundância dos gêneros possam adquirir as conveniências, de que até agora viviam privados, por meio do comércio em benefício comum do Estado. E achando que os Índios não possuem terras suficientes para a plantação dos precisos frutos, que produz este fertilíssimo País; ou porque na distribuição delas se não observaram as Leis da equidade, e da justiça; ou porque as terras adjacentes às suas Povoações foram dadas em sesmarias às outras Pessoas particulares; serão obrigados os Diretores a remeter logo ao Governador do Estado uma lista de todas as terras situadas no continente das mesmas Povoações, declarando os Índios, que se acham prejudicados na distribuição, para se mandarem logo repartir na forma que Sua Majestade manda.

[...]

**25.** Igual utilidade à das plantações de algodão, considero-a nas lavouras do Tabaco, gênero sem dúvida tão útil para os Lavradores dele, como se experimenta nas mais partes da nossa América; não só pelo grande consumo, que há deste precioso gênero nos mesmos Países, que o produzem; mas porque, suposta a indefectível extração, que há dele para o Reino; evidentemente se compreende o quanto este ramo de Comércio será importante para os moradores do Estado. Mas como as lavouras do Tabaco são mais laboriosas, que as plantações dos mais gêneros; será preciso, para se introduzir nos Índios este interessantíssimo trabalho, que os Diretores os animem, propondo-lhes não só as conveniências, mas as honras, que dele lhe hão de resultar; persuadindo-lhes, que à proporção das arrobas de Tabaco, com que cada um deles entrar na Casa da Inspeção, se lhes distribuirão os empregos, e os privilégios.

[...]

**27.** Sendo inúteis todas as providências humanas, quando não são protegidas pelo poderoso braço da Onipotência Divina; para que Deus Nosso Senhor felicite, e abençoe o trabalho dos Índios na Cultura de suas terras, será preciso desterrar de todas estas Povoações o diabólico abuso de se não pagarem Dízimos. Em sinal do supremo domínio reservou Deus para si, e para os seus Ministros, a décima parte de todos os frutos, que produz a terra, como Autor universal de todos eles. Sendo esta obrigação comum a todos os Católicos, é tão escandalosa a rusticidade, com que tem sido educados os Índios, que não só não reconheciam a Deus com este limitadíssimo tributo, mas até ignoravam a obrigação que tinham de o satisfazer. Para desterrar pois dos Índios este perniciosíssimo, costume, que na realidade se deve reputar por abuso, por ser matéria, que, conforme o Direito, não admite prescrição; e para que Deus Nosso Senhor felicite os seus trabalhos, e as suas lavouras: Serão obrigados daqui por diante a pagar os Dízimos, que consistem na décima parte de todos os frutos, que cultivarem, e de todos os gêneros, que adquirirem, sem exceção alguma; cuidando muito os Diretores, em que os referidos Índios observem exatamente a Pastoral, que o digníssimo Prelado desta Diocese mandou publicar em todo o Bispado, respectiva a esta importantíssima matéria.

[...]

**34.** E suposto que devo esperar da Cristandade, e zelo dos Diretores, a inviolável observância de todos os Parágrafos respectivos à Cultura das terras, plantações dos gêneros, e cobrança dos Dízimos; por confiar deles, que reputarão pelo mais estimável prêmio a incomparável honra de se empregarem no Real serviço de S. Majestade: Como ditam as leis da Justiça, que sendo recíprocos os trabalhos, e incômodos, devem ser comuns as utilidades, e os interesses; pertencerá aos Diretores a sexta parte de todos os frutos, que os Índios cultivarem, e de todos os gêneros, que adquirirem, não sendo comestíveis: E sendo comestíveis, só daqueles, que os mesmos Índios venderem, ou com que fizerem outro qualquer negócio: Para que animados com este justo, e racionável prêmio, desempenhem com o maior cuidado as importantes obrigações do seu ministério; e a mesma conveniência particular lhes servirá de estímulo para dirigirem os Índios com a possível eficácia no interessantíssimo trabalho da Agricultura.

[...]

**36.** Entre os meios, que podem conduzir qualquer República a uma completa felicidade, nenhum é mais eficaz, que a introdução do Comércio, porque ele enriquece os Povos, civiliza as Nações, e consequentemente constituem poderosas Monarquias. Consiste essencialmente o Comércio na venda, ou comutação dos gêneros, e na comunicação com as gentes; e se desta resulta a civilidade, daquela o interesse, e a riqueza. Para que os Índios destas novas Povoações logrem a sólida felicidade de todos estes bens, não omitirão os Diretores diligência alguma proporcionada a introduzir nelas o Comércio, fazendo-lhes demonstrativa a grande utilidade, que lhes há de resultar de venderem pelo seu justo preço as drogas, que extraírem dos Sertões, os frutos, que cultivarem, e todos os mais gêneros, que adquirirem pelo virtuoso, e louvável meio da sua indústria, e do seu trabalho.

**37.** É certo indisputavelmente, que na liberdade consiste a alma do comércio. Mas sem embargo de ser esta a primeira, e mais substancial máxima da Política; como os Índios pela sua rusticidade, e ignorância, não podem compreender a verdadeira, e legítima reputação dos seus gêneros; nem alcançar o justo preço das fazendas, que devem comprar para o seu uso: Para se evitarem os irreparáveis dolos, que as péssimas imaginações dos Comerciantes deste País tem feito inseparáveis dos seus negócios; observarão os Diretores as determinações abaixo declaradas, as quais de nenhum modo ofendem a liberdade de comércio, por serem dirigidas ao bem comum do Estado, e à utilidade particular dos mesmos comerciantes.

[...]

**46.** Não podendo duvidar-se, que entre os ramos do negócio de que se constitui o comércio deste Estado; nenhum é mais importante, nem mais útil,

que o do Sertão; o qual não só consiste na extração das próprias Drogas, que nele produz a natureza; mas nas feitorias de manteigas de tartaruga, falgas de peixe, óleo de cupaiva, azeite de andiroba, e de outros muitos gêneros de que é abundante o País; empregarão os Diretores a mais exata vigilância, e incessante cuidado em introduzir, e aumentar o referido comércio nas suas respectivas Povoações. E para que nesta interessantíssima matéria possam os Diretores conduzir-se por uma regra fixa, e invariável, observarão a forma, que lhe vou a prescrever.

[...]

**80.** Mas como a Real intenção dos nossos Fidelíssimos Monarcas, em mandar fornecer as Povoações de novos Índios se dirige, não só ao estabelecimento das mesmas Povoações, e aumento do Estado, mas à civilidade dos mesmos Índios por meio da comunicação, e do Comércio; e para este virtuoso fim pode concorrer muito a introdução dos Brancos nas ditas Povoações, por ter mostrado a experiência, que a odiosa separação entre uns, e outros, em que até agora se conservavam, tem sido a origem da incivilidade, a que se acham reduzidos; pra que os mesmos Índios se possam civilizar pelos suavíssimos meios do Comércio, e da comunicação; e estas Povoações passem a ser não só populosas, mas civis; poderão os Moradores deste Estado, de qualquer qualidade, ou condição que sejam, concorrendo neles as circunstâncias de um exemplar procedimento, assistir nas referidas Povoações, logrando todas as honras, e privilégios, que Sua Majestade foi servido conceder aos Moradores delas: Para o que apresentando licença do Governador do Estado, não só os admitam os Diretores, mas lhes darão todo o auxílio, e favor possível para ereção das casas competentes às suas Pessoas, e Famílias; e lhes distribuirão aquela porção de terra que eles possam cultivar, sem prejuízo do direito dos Índios, que na conformidade das Reais Ordens do dito Senhor são os primários, e naturais senhores das mesmas terras; e das que assim se lhes distribuírem mandarão no temor que lhes permite a Lei, os ditos novos Moradores tirar suas Cartas de Datas na forma do costume inalteravelmente estabelecido.

[...]

**87.** Para se conseguirem pois os interessantíssimos fins, a que se dirigem as mencionadas condições, que são a paz, a união, e a concórdia pública, sem as quais não podem as Repúblicas subsistir, cuidarão muito os Diretores em aplicar todos os meios conducentes para que nas suas Povoações se extinga totalmente a odiosa, e abominável distinção, que a ignorância, ou a iniquidade de quem preferia as conveniências particulares aos interesses públicos, introduza entre os Índios, e Brancos, fazendo entre eles quase moralmente impossível aquela união, e sociedade Civil tantas vezes recomendada pelas Reais Leis de Sua Majestade.

**88.** Entre os meios, mais proporcionados para se conseguir tão virtuoso, útil, e santo fim, nenhum é mais eficaz, que procurar por via de casamentos esta importantíssima união. Pelo que recomendo aos Diretores, que apliquem um incessante cuidado em facilitar, e promover pela sua parte os matrimônios entre os Brancos, e os Índios, para que por meio deste sagrado vínculo se acabe de extinguir totalmente aquela odiosíssima distinção, que as Nações mais polidas do Mundo abominaram sempre, como inimigo comum do seu verdadeiro, e fundamental estabelecimento.

**89.** Para facilitar os ditos matrimônios, empregarão os Diretores toda a eficácia do seus zelo em persuadir a todas as Pessoas Brancas, que assistirem nas suas Povoações, que os Índios tanto não são de inferior qualidade a respeito delas, que dignando-se Sua Majestade de os habilitar para todas aquelas honras competentes às graduações dos seus postos, consequentemente ficam logrando os mesmos privilégios as Pessoas que casarem com os ditos Índios; desterrando-se por este modo as prejudicialíssimas imaginações dos Moradores deste Estado, que sempre reputaram por infâmias semelhantes matrimônios.

**90.** Mas como as providências, ainda sendo reguladas pelos ditames da reflexão, e da prudência, produzem muitas vezes fins contrários, e pode

> suceder, que, contraídos estes matrimônios, degenere o vínculo em desprezo, e em discórdia a mesma união; vindo por este modo a transformar-se em instrumentos de ruina os mesmos meios que deverão conduzir para a concórdia; recomendo muito aos Diretores, que apenas forem informados de que algumas Pessoas, sendo casadas, desprezam os seus maridos, ou as suas mulheres, por concorrer neles a qualidade de Índios, o participem logo ao Governador do Estado, para que sejam secretamente castigados, como fomentadores das antigas discórdias, e perturbações da paz, e união pública. **91.** Deste modo acabarão de compreender os Índios com toda a evidência, que estimamos as suas pessoas; que não desprezamos as suas alianças, e o seu parentesco; que reputamos, como próprias as suas utilidades; e que desejamos, cordial, e sinceramente conservar com eles aquela recíproca união, em que se firma, e estabelece a sólida felicidade das Repúblicas. [218]

O Diretório, "que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário" (denominação oficial do documento), o qual ficou conhecido simplesmente como o Diretório dos Índios, foi assinado pelo Governador Geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão, segundo mais velho, de Sebastião José, o Marquês de Pombal), em 3 de maio de 1757. Passou a valer, também, para o Estado do Brasil pelo Alvará de 17 de agosto de 1758[219].

Após a morte de Dom José I, em 24 de fevereiro de 1777, e o afastamento de Pombal da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, em 4 de março de 1777, tendo falecido este último em 8 de maio de 1782, ocorreu em Portugal o que ficou conhecido como a "Viradeira", isto é, com a ascensão ao trono lusitano de Dona Maria I, a qual reestabeleceu as ligações entre Estado e Igreja – dentro do conhecido conceito do Patronado ou Padroado – as legislações pombalinas foram revogadas, pelo menos as principais[220].

Mesmo assim, a "Viradeira" não conseguiu fazer "retornar" Portugal ao reinado de Dom João V (pai de Dom José I), a passagem do Marquês pelo poder deixaria marcas indeléveis, que o próprio caminhar dos acontecimentos endossaria, de uma forma, ou de outra, tanto no que poder-se-ia julgar por alguns como bom, e por outros, como mal.

---

[218] **Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que Compreende o Feliz Reinado Del Rey Fidelíssimo D. Jose O I. Nosso Senhor**, desde o anno de 1750 até o de 1760, e a **Pragmatica do Senhor Rey D. João o V**., do ano de 1749. A a grafia foi adaptada para melhor compreensão nos dias atuais, sem nenhum prejuízo do real significado original do texto legal.

[219] Todos os documentos encontram-se anexos ao final deste texto.

[220] Para "enriquecer" com certos detalhes este período final da administração pombalina, indica-se, uma vez mais, a bibliografia feita por SENA-LINO, Pedro. **De quase nada a quase rei** – Biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês do Pombal. Lisboa: Contraponto/Bertrand, 1ª edição em papel em setembro de 2020, acesso à versão eletrônica no site da própria editora.

Dona Maria I, já enferma mentalmente, teve que fugir com seu filho Dom João (futuro Dom João VI), então príncipe regente, para o Brasil, escapando da invasão napoleônica do território metropolitano.

Pombal foi contemporâneo da Independência dos Estados Unidos (1776)[221], e não viveu o suficiente para ver os acontecimentos de 1789 na França. Porém, entre as suas diversas contradições e ambiguidades, típicas daquela figura da qual já se discorreu, de um Déspota Esclarecido, sacudiu Portugal nas suas estruturas então antigas, fazendo ingressar a sociedade lusitana no concerto das nações polidas e civilizadas, como a legislação josefina tantas vezes fez referir em seus textos.

Dentre estes aspectos, após sua passagem pela Secretaria do Reino, escravidão alguma mais houve no território metropolitano, isso enquanto instituto jurídico capaz de ser invocado pelos súditos nos tribunais, por exemplo. Nos domínios portugueses, no entanto, apesar do que até aqui foi pesquisado, quanto à escravização dos indígenas – os quais, a maneira do que aconteceu na metrópole, após o Diretório de 1757, não tornaram a ser escravos –, realmente nunca mais foi estabelecida, ao menos institucionalmente, no Brasil. Não logrou êxito, entretanto, o famoso Marquês, em proscrever a escravização das pessoas que continuaram a ser raptadas na África e eram trazidas para a América à força.

[221] Pedro Sena-Lino ao relatar o período final do governo de Sebastião José – já temeroso que estaria o primeiro-ministro frente à morte iminente do soberano Dom José I –, diz que o Marquês atende a pedido dos aliados ingleses (embora sendo Carvalho e Melo reconhecidamente antibritânico nos seus intentos de independência econômica de Portugal) de fechar os portos aos então revoltosos colonos norte-americanos, ainda assim ironiza o que poderia ter sido um fato que realmente pode ter acontecido, de os líderes da independência américa brindarem o feito com um garrafa de vinho da Maderia, indústria tanto incentivada por Pombal: “Pombal, o antibritânico, coopera com os aliados ao encerrar os portos às colônias americanas revoltosas, a 4 de Julho. Porém, pelo menos uma garrafa de vinho da Madeira seguira antes: aquela com que, nesse mesmo 4 de Julho, George Washington, Thomas Jefferson e outros celebraram a Declaração de Independência dos EUA”. SENA-LINO, Pedro. **De quase nada a quase rei** – Biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês do Pombal. Lisboa: Contraponto/Bertrand, 1ª edição em papel em setembro de 2020, acesso à versão eletrônica no site da própria editora.

# 5 CONCLUSÃO

Diz o dicionário, em um dos verbetes sobre o vocábulo “conclusão”: ensinamento que se tira de algo, geralmente de um fato ou de um texto. Portanto, o que se aprendeu com a realização desta pesquisa? Eis a grande indagação que inicia o presente concluimento (outro sinônimo apresentado no mesmo dicionário para a expressão “conclusão” – no caso, o dicionário Michaelis).

Primeiramente, a figura histórica ímpar de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal. Homem de seu tempo, com certeza, tempo de diversas contradições, da vida pessoal às políticas implementadas pelos todo poderoso Secretário de Estado de Dom José I. Esta pesquisa, como se afirma desde o início, não é uma biografia de Pombal e nunca o pretendeu ser. Todavia, impossível não ser “tocado” com a complexidade dessa personagem histórica e o quanto suas ações legaram e continuam refletindo na história atual do Brasil.

O presente estudo foi instigado pela análise de um fortíssimo incômodo, e, acima de tudo, de uma profunda vergonha da história de nosso país, um dos últimos Estados soberanos – na história da Humanidade – a abolir de seu sistema jurídico o instituto da escravização. Sempre impressionou, diga-se verdadeiramente, a ideia de um ser humano ser submetido à força, para trabalhar em condições desumanas, para um dito “senhor’; até, muitas vezes, a morte do sujeito submetido à escravidão.

Nosso desgosto (na falta de uma expressão melhor) apenas aumenta quando pensamos que em pleno raiar da Modernidade, na era das chamadas Grandes Navegações, em plena civilização cristã, os povos originários da América e da África foram vilipendiados em sua honra e natureza, como seres livres, para tornarem-se escravos do explorador europeu-branco e constituírem-se nos braços que ergueram e sustentaram impérios poderosos por quase quatro séculos.

Como juristas de formação, impressionava, ainda mais, a discussão havida, desde os idos de 1550, no debate que tantas vezes referimos neste texto, ocorrido em Valladolid, em que Las Casas e Sepúlveda debatiam sobre a “humanização” dos indígenas. Haveria aqueles seres “encontrados” por Cristóvão Colombo terem almas? E se tivessem, deveriam então ser convertidos ao Cristianismo, seja por quais meios fossem?

Nesse contexto, inicia-se a pesquisa perquirindo o que teria acontecido, logo antes e logo depois do famoso debate havido em Valladolid? O estudo revelou que desde os primórdios, dos primeiros contatos havidos entre os navegadores europeus que chegavam à América e os diversos povos originários que aqui viviam, colocou-se o espanto de muitos sobre submeterem os mesmos à escravidão. A própria Isabel I, de Castela, uma das financiadoras das viagens de Colombo, mostra-se surpresa com o envio de escravos indígenas à Espanha, e logo determinou que os mesmos fossem libertados.

Esta foi a tônica das legislações vindouras, tanto antes como após os debates havidos entre Las Casas e Sepúlveda. A cambaleante proibição de escravização dos indígenas determinadas por algumas leis, as quais, frente aos inconformismos dos exploradores-colonos já presentes em solo americano, relativizavam tal vedação em torno de diversos motivos.

Guerra justa, por exemplo – aliás, um dos principais argumentos utilizados por Sepúlveda perante os doutos de Salamanca reunidos para analisar as denúncias feitas por Las Casas, o qual havia estado na América e na condição de colono e depois religioso, assistiu aos desmandos e barbáries cometidas contra os indígenas –, pois era “injusto” que o “gentio” não se convertesse imediatamente ao Cristianismo!

Obviamente, o encontro das duas cosmovisões teria que ser, inevitavelmente, tenso, e que o invasor (isso, invasor!) europeu iria sofrer os respectivos ataques, os quais, do ponto de vista dos indígenas, certamente lhes parecia justo, afinal, a terra na qual estavam, estava milenarmente em suas mãos.

Houve outros posicionamentos, diversas comunidades religiosas realizaram trabalhos extremamente complexos, sendo a mais famoso, sem dúvida alguma, a Companhia de Jesus. Não cabe aqui – como já referido antes – julgar se Pombal tinha alguma razão ou não em criticar os jesuítas. Todavia, de um lado, o fato desses missionários terem conseguido organizar diversas comunidades indígenas, tentando protegê-las, na maior parte das vezes, dos ataques dos bandeirantes, por exemplo; e de outro, aprendendo suas línguas e culturas para facilitar os meios através dos quais pudessem todos começar a entender uns aos outros; parece que tal fato, inicialmente, depõe a favor dos inacianos, pelo menos, se não todos, talvez a grande maioria.

Reitera-se, a presente pesquisa é sobre história legal, história do Direito, história de um conceito, ou melhor, instituto jurídico, no caso, o da escravidão. Utiliza-se sempre, por preferência, a expressão “pessoas escravizadas” ou “submetidas à

força” porque parece mais pertinente. Porém, à época, o instituto jurídico era o da escravidão mesmo, e aqueles submetidos à tal condição eram denominados escravos.

Todas as legislações pré-pombalinas, sejam lusitanas, sejam hispânicas (lembrando que entre 1580 e 1640, nós brasileiros estivemos sob a tutela dos monarcas espanhóis), sempre seguiram o mesmo padrão, a saber: vedação da escravização dos indígenas como regra, porém com o estabelecimento de diversas situações as quais permitiam reduzir os povos originários à condição de escravos.

Guerra justa por atacarem os assentamentos dos colonizadores, guerra justa por dificultarem ou impedirem a evangelização, guerra justa por se negarem a colaborar com o invasor europeu. Por aqui, concebe-se o quão indeterminado pode ser este conceito, o do justo combate aos infiéis, no caso, os indígenas.

Talvez inspirados pelo período precedente na própria Europa, especialmente na Península Ibérica, da reconquista dos territórios aos sarracenos, portugueses e espanhóis vissem os indígenas similares aos infiéis mouros.

As bulas papais, concedidas antes mesmo de Colombo chegar à América, parecem atestar tal lógica. Os avanços na navegação pela costa da África, que fazia com que portugueses e espanhóis fossem ampliando seus conhecimentos e conquistas (Ilhas Ceutas, Canárias, Madeira), povoou a imaginação dos europeus cristãos, especialmente porque de uma costa africana a outra, os mulçumanos já se faziam presentes há alguns séculos. Daí, sendo infiéis todos os mouros, ou “negros” daquelas terras, justificada estava, primariamente, a possiblidade de conquistá-los e escravizá-los (isso se se negassem à conversão, claro!).

Todavia, restou límpido e cristalino, passadas as primeiras décadas da chegada europeia na América, que os indígenas não eram mulçumanos, que os indígenas não eram hindus. E, portanto, o que fazer com eles, perguntavam-se os invasores europeus. Não podendo escravizá-los na exata medida jurídica permitida pelas anteriores bulas papais, e estando os novos domínios, inclusive, divididos entre Portugal e Espanha, como representantes da cristandade, sob o aval dos pontífices, restava o estabelecimento de sistemas que pudessem adequar, tanto quanto possível, a evangelização com o aproveitamento da mão de obra dos autóctones.

Se aos poucos o conceito de guerra justa foi se esvaindo, algumas situações permaneceram, como o combate ao canibalismo e, assim, aos sistemas de regastes. Como, por exemplo, o resgaste dos “escravos de corda”, ou seja, “índios” prontos para

serem comidos por outros grupos indígenas que os haviam capturado em guerra. Nada mais justo (sendo irônico) do que libertá-los e assim, eles terem que “pagar” a libertação com seus trabalhos, por períodos médios de 10 a 15 anos, aos seus libertadores europeus-brancos!

Então, diversos novos institutos jurídicos foram formatados, tais como: *encomienda, mitaia, yanacona, repartiamento* e tantos outros que se procurou descrever anteriormente. Situações legais que se de um lado não podiam ser chamadas de escravidão, na prática implicavam tratamento análogo à escravidão dos indígenas.

Situações essas todas que permaneceram de metade do século XVI à metade do século XVIIII (isso considerando a legislação pombalina estudada). Entre avanços e retrocessos, como também assentado nas linhas precedentes, o estatuto jurídico do indígena, perante os “colonizadores”, era mesmo de escravo ou similar ao escravo para fins práticos.

Convivia com esta situação jurídica – lembra-se de que esta tese é sobre História do Direito – a plena aplicação do instituto jurídico da escravidão das pessoas raptadas no continente africano e trazidas à força para trabalhar na América.

Não é objeto deste estudo a questão da fundamentação jurídica da escravização dos africanos trazidos à América. Porém, impossível não abordar, de alguma maneira, esta questão, impelindo-se a reflexão de que os ameríndios, donos livres de suas terras, “gentios” como os chamava o conquistador branco, impuseram ao europeu-branco a incontornável lógica jurídica de que nestas condições não havia “meio pelo qual” se pudesse sustentar a escravização dos indígenas.

O africano, por seu turno, uma vez capturado em terras distantes do interior da África, na maior parte das vezes através de “contratos” entre os europeus e grupos africanos litorâneos, apresentava-se aos olhos deste explorador branco como um desterrado, não diretamente escravizado por ele, supostamente cristão, mas sim comprado já reduzido à condição de escravo. Nada mais hipócrita e abjeto – para dizer não dizer palavras que o meio acadêmico não o permite – quanto a este raciocínio supostamente jurídico que, talvez, alguns destes homens brancos realmente tenham tido.

O fato é que a escravização das pessoas originárias da África apresentou-se como forma de “maximizar” a exploração da mão de obra na América. Além do que, como diversas fontes historiográficas argumentam, tornou-se um comércio – apesar

de sua desumanidade, horror e terror – extremamente lucrativo para os contraentes de ambos os lados do Atlântico Sul.

Será nesse cenário geral, que Sebastião José de Carvalho e Melo, dentre muitas de suas políticas pretendidas para “modernização” de Portugal, irá legislar sobre a questão da escravidão, tanto no território da metrópole colonial lusa, quanto em seus domínios respectivos na América, África e Ásia.

Em Portugal, em 1761 e 1773 são editados dois Alvarás que, pelo menos do ponto de vista jurídico, impuseram o fim do sistema escravista no território metropolitano.

O documento de 1761 proibindo o tráfico de escravos para Portugal e determinando que os escravos, que haviam sido introduzidos no reino a partir de 6 meses de sua publicação, ficassem “libertos”. Mas tais proposições não valiam para os “escravos” já “residentes” no reino.

Somente o Alvará de 1773 estabeleceu que filhos de mulheres escravizadas não seriam mais considerados “escravos”. Contudo, os que estavam reduzidos à condição da escravidão apenas poderiam ser considerados livres se provassem que estavam reduzidos à escravidão desde sua quarta geração, ou seja, que suas bisavós eram “escravas”. Prova, como se vê, bem dizer, impraticável na época.

O que tudo isso quer dizer? Que a escravidão enquanto instituto jurídico estava finalizada em território português, apesar da manutenção por algum tempo de algumas pessoas nessa condição jurídica. Nota importante, sempre presente nas legislações pombalinas, é um certo esmero quanto ao cuidado no uso dos termos – o que, entende-se, demonstra o quanto os legisladores estavam cientes das questões de discriminações e preconceitos de suas épocas respectivas – pois aqueles que se tornavam “livres” não mais poderiam ser denominados de “libertos” e, assim, poderiam exercer todos os direitos que os súditos do reino tinham, pelo menos a partir do descrito no texto legal do Alvará.

O papel de reformador iluminista de Pombal, como destacado anteriormente, parece evidente: reforma dos sistemas de ensino em Portugal, tanto o universitário, quanto o que hoje se denomina de básico; criação de diversas companhias de comércio, tanto na metrópole, quanto para as colônias; reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, dentre muitas outras reformas nas quais residem os planos de otimização – usa-se esta palavra – da exploração das colônias, sobretudo aquelas localizadas na América.

A divisão administrativa entre dois Estados, o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, dentre os incentivos, especialmente para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, pode-se elencar: **(i)** a busca de novas *comodities* (o que terá reflexos na economia brasileira no século XIX, inclusive, com a produção de café, por exemplo); **(ii)** a exploração das "drogas do sertão" (guaraná, anil, salsa, urucum, nos de pixurim, pau-cravo, gergelim, cacau, baunilha, castanha-do-pará, dentre outras), produtos que atingiam bons valores nos mercados europeus; **(iii)** a organização da vinda de "novos" colonos portugueses para os domínios americanos; **(iv)** a reorganização das povoações indígenas com a retirada do poder temporal dos religiosos que lá missionavam, especialmente os jesuítas, com estímulo ao seu aumento populacional; **(v)** a criação de novos povoamentos; **(vi)** a criação de companhias de comércio para as colônias americanas; **(vii)** o fim da escravização dos indígenas e sua inclusão no seio da sociedade colonial, na condição de súditos plenos, ao menos do ponto de vista jurídico-legal.

A presente tese, pois, como já referido, foca na história do instituto jurídico da escravidão dos indígenas no Brasil, das legislações pré-pombalinas às legislações pombalinas em si. Isso porque fica destacado, ao analisar as principais legislações prévias, a importância dos documentos legais editados por Pombal. Assim, em 1755 três importantes Alvarás são estabelecidos por Sebastião José: 04 de abril de 1755, que estabelece a possibilidade (incentiva mesmo) o casamento entre colonos brancos portugueses e os indígenas; 06 de junho de 1755, que estabelece o fim da escravização dos indígenas, e o de 07 de junho de 1755, que põe fim ao poder temporal dos religiosos sobre as povoações indígenas. E em 3 de maio de 1757, é revelado o "Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário", ou simplesmente, como ficou conhecido, o "Direito dos Índios".

Neste estudo, exploram-se os detalhes destes documentos, devido às suas importâncias para a história do direito brasileiro. O que resta, a título de conclusão, ao analisar em conjunto tais legislações? Os indígenas, nos planos pombalinos, deveriam ser retirados de sua letargia (de acordo com as ideias de Pombal) e inseridos numa ativa dinâmica econômica nas colônias americanas, nas quais a produção agrícola e mesmo manufatureira básica deveria ser incentivada.

Deveriam, assim, os indígenas serem plenamente integrados às sociedades coloniais e, acima de tudo, mostrar-se a eles que uma vez reconhecidos como súditos

fiéis e trabalhadores, todas as benesses estatais que poderiam estar ao seu alcance, lhes seriam concedidas. Deveriam ser “alçados” à condição de “iguais” aos demais colonos, não se podendo mais chamar-lhes “caboclos” ou “negros” e dever-se-ia incutir-lhes o real significado de serem livres e “iguais” do reino. Com isso, ao que se pesquisou, a população colonial cresceria, prosperaria e, além de fazer frente aos avanços das demais potências coloniais na região (franceses, ingleses, holandeses, espanhóis), traria maiorias riqueza para o império português.

Se tais propósitos foram atingidos, é objeto que escapa às nossas capacidades de compreensão e à pesquisa aqui apresentada. Pela análise historiográfica, por revisão bibliográfica, ao que parece, o projeto pombalino não foi o sucesso almejado, porém também não teria sido um fracasso retumbante. Bem da verdade, nunca se saberá ao certo, pois com a morte de Dom José I, em 1777, o governo pombalino teve seu fim, dada a animosidade que havia entre Sebastião José e Dona Maria I, a então nova monarca lusitana.

No reinado de Dona Maria I estabeleceu-se o que ficou conhecido como *a Viradeira*, isto é, movimento de revogação das principais legislações josefino-pombalinas e ainda, em 1808, Dom João, enquanto príncipe regente, edita lei mandando aprisionar e cativar os “índios bravios” Botocudos, por, supostamente, serem arredios e violentos para com os cristãos. Todavia, o intento “viradeiro” não durou muito e as legislações posteriores, já no Brasil independente, retomaram, em grande medida, o “espírito tutelar” inaugurado por Pombal em relação aos indígenas.

As legislações imperiais e republicanas e até os dias atuais, mantiveram – adaptadas, obviamente, às circunstâncias históricas específicas de seus respectivos tempos – a lógica tutelar inaugurada pelo Diretório de 1757. As relações paternalistas entre o Estado brasileiro e os seus cidadãos indígenas, como argumentado acima, tanto podem ser vistas naquilo que trouxeram de benéfico na proteção dos povos originários, quanto naquilo que teria impedido, em certa medida, um maior protagonismo e autonomia das lideranças indígenas. Esta situação, inclusive, nos dias atuais, é tema de profícuo debate entre tais lideranças em busca de novas direções que garantam com mais efetividade estes direitos.

A conclusão, afinal, é que as legislações de 1755 e 1757 (o Diretório dos Índios) representaram definitiva mudança de rota na lógica das legislações indigenistas no cenário colonial brasileiro. E isso mesmo levando-se em consideração o breve período de “refluxo” da *Viradeira* como já mencionado.

No entanto, ainda, três últimas observações se gostariam de fazer constar.

Primeiro, bem se sabe que esta pesquisa diz respeito ao histórico de um instituto jurídico, no caso, o fim da escravização dos indígenas e, assim, o direito à liberdade dos povos originários. Direito este, aliás, sempre inalienável. A situação social, econômica e política dos povos originários, entretanto, não apresentou melhoras significativas tão somente pela mudança de um estatuto jurídico em si, ou seja, o fim da possibilidade jurídica se serem feitos “escravos”. Ainda assim, sob a ótica de uma história legal, é um marco extremamente relevante.

Segundo, o Diretório de 1757 foi “aprovado” sob a ótica etnocêntrica e eurocêntrica do colonialismo-imperialismo – o “índio” visto como um selvagem a ser civilizado. Existe a crítica de que, após a legislação pombalina, o que havia sido “salvo” de alguma forma das culturas originárias, pelo trabalho incansável dos missionários, jesuítas e outros, fora definitivamente perdido. O fim da “língua comum”, a obrigação do aportuguesamento, da cristianização forçada e da imposição de um processo pretensamente “civilizatório” – como abordado no texto – não teria deixado margem à uma herança genuinamente originária aos cidadãos brasileiros de ascendência indígena. O quanto nesta crítica pode haver de certo, não se sabe, porém, parece, sim, verdadeiro que a maneira como Pombal implementou seu processo “civilizatório” aos indígenas deixou marcas profundas e duradouras na forma como a sociedade e o Estado brasileiro, até hoje, têm para com os povos originários.

Terceiro, como abordado anteriormente, diversas vezes, esta tese é sobre história do Direito, história de um instituto jurídico-legal, qual seja, a escravidão dos povos indígenas. Da vedação titubeante das legislações coloniais dos séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII, até o advento das normas pombalinas de 1755/1757, a estabelecer o fim da escravização dos povos originários, acredita-se ter demonstrado como tal desenvolvimento histórico-jurídico-legal aconteceu. Todavia, o instituto jurídico da escravidão em si, mesmo após o Diretório de 1757, permaneceu nos territórios coloniais lusitanos e, após, no Brasil independente, pelo menos, como consabido, até a lei de 13 de maio de 1888. Como já observado, o projeto “civilizatório” pombalino, ao menos para as colônias lusas, incluiu o indígena, mas excluiu as pessoas raptadas na África e trazidas à força para serem escravizadas na América (Brasil). Só resta, a esta altura, reforçar nosso veemente protesto, embora bem saibamos que a História não volta.

Por derradeiro, espera-se ter contribuído de alguma forma para o avanço das pesquisas sobre a terrível experiência histórica da escravidão, seja dos povos indígenas, seja das pessoas trazidas da África à força e aqui escravizadas. Tudo para que jamais se possa pensar, por um segundo sequer, que tal circunstância era tão somente de seu tempo, pois a natureza humana exige o respeito atemporal à sua dignidade, de mulheres e homens vivos, livres e prósperos da sua própria existência.

## REFERÊNCIAS


ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Valer-se da autoridade do trono para obter sua liberdade: fuga e alforria. Bahia e Lisboa, 1761-1804. **Revista de História**, São Paulo, n.179, a00120, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.165479

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Política indigenista e políticas indígenas no tempo das reformas pombalinas. In: FALCON Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

AMANTINO, Márcia; CARVALHO, Marieta Pinheiro de. Pombal, a riqueza dos jesuítas e a expulsão. In: FALCON Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro** Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. La recopilción: dificultades para su aplicación. **Revista Chilena de Historia del Derecho**, n. 11, p. 77-84, 1985. Disponível em: https://historiadelderecho.uchile.cl/index.php/RCHD/article/view/25003

ASSIS, Cátia da Costa Louzada. Liberdade sob controle: lei de emancipação de famílias escravas. *In*: Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, XVI., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 28 de julho a 1º de agosto de 2014. Tema: Saberes e práticas científicas. ISBN 978-85-65957-03-8

BARCELOS, A. H. F., **Espaço & arqueologia nas missões jesuíticas**: o caso de São João Batista. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BENCI, Giorgio, S.J. (1650-1708). Economia christãa dos senhores no governo dos escravos deduzida pelo padre Jorge Benci de Arimino em Roma: na Officina de Antonio de Rossi, 1705. [12], 282, [2]p.; 12º. Disponível em: https://purl.pt/24731. Acesso em: 24 nov. 2024.

BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: América Latina Colonial. Trad. Maria Clara Cescato. 2.ed. São Paulo: Ed. da USP, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicol; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 1. ed. Trad. Carmen C, Varriale et al. (Coord.). Revisão geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOXER, C.R. **O império colonial português**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1981.

BRAGATO, Fernanda. Raízes históricas dos direitos humanos na conquista da América: o protagonismo de Bartolomé de Las Casas e da Escola de Salamanca. **IHU On-line**, ed. 487, 2016. Disponível em: https://www.ihuonline.unisinos.br/ artigo/6495-fernanda-bragato-2. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRESCIANO, Juan Andrés. La Historia global como campo emergente. **Revista Confluências Culturais**, v. 4, n. 2, set. 2015.

CAMPOS, Adriana Pereira; LIMA NETO, Francisco Vieria. Da morte ao renascimento social: direito, escravidão e liberdade na Roma clássica. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 14, p. 14-32, 2019. ISSN 2318-9304.

CARNAXIDE, Antônio de Sousa Pedroso. **O Brasil na administração pombalina.** (Economia e política externa). Prefácio de Afrânio Peixoto. São Paulo/SP: Companhia Editora Nacional, 1940.

CASTRO, Alexander; TENÓRIO, Cristian Rodrigues. O humanismo ibérico e a humanidade dos indígenas: Francisco de Vitória e as Leis de Burgos. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Unifafibe, v. 9, n. 2, 2021.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CÉSAR, José Vicente. Situação legal do índio durante o Período Colonial (1500-1822). **América Indígena**, v. XLV, n. 2, abr-jun. 1985. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/REVISTAS/americaindigena/MFN-10591.pdf. Acesso em: 27 ago. 2014.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CHAUVIN, Jean Pierre. Marquês de Pombal: retrato sem moldura. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 4, jan-abr. 2016.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado por S.S. o Papa João Paulo II. Versão Portuguesa. 4. ed. revista, Conferência Episcopal Portuguesa. Lisboa: Editorial Apostolado da Oração – Braga, 1983.

COELHO, Carlos de Oliveira. **O mito da Ilha-Brasil, delimitação de fronteiras e a regra *uti possidetis***. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda, v. III, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: Coimbra Editora, 2012. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/01/2013_01_00269_00306.pdf

COSTA, Francisco de Assis. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 167-206, jan-abr. 2010.

DA COSTA, A. M. R. F. M.; MENDES, L. Álvares. José Bonifácio de Andrada e Silva: revisitando os 'apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil'. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá (MT), v. 1, n. 84, p. 44–65, 2022. Disponível em: https://revistaihgmt.com.br/index.php/revistaihgmt/article/view/14. Acesso em: 8 nov. 2024.

DAMACENA, Estevão Barbosa. O período pombalino no norte da América portuguesa: a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e a colaboração regalista do bispo Miguel de Bulhões em Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). In: Encontro de História da Anpuh-Rio, XVII., 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio

de Janeiro. UFRJ, Nova Iguaçu, 8-11 ago. 2016, ISBN 978.85.65957-05-2. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465575433_ARQUIVO_trabalho_completo_ESTEVAO_DAMACENA.pdf

DAMASCENO, Alberto; MIRANDA, Joaquina Ianca. Origens do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a política pombalina: discursos e relações de poder. **Novos Cardernos NAEA**, v. 24, n. 2, p.37-61, maio-ago. 2021.

DIAS, Manuel Nunes. Colonização da Amazônia (1755-1778). **Revista de História**, São Paulo, v. 34, n. 70, p. 471-490, 1967. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1967.126117. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/126117. Acesso em: 8 nov. 2024.

DOMINGO, Rafel Sánchez. Las Leyes de Burgos de 1512 y La Doctrina Jurídica de La Conquista. **Revista Jurídica de Castilla y León**, n. 28, set. 2012. Disponível em: https://www.jcyl.es/web/jcyl/AdministracionPublica/es/Plantilla100Detalle/1248367026092/Publicacion/1284233984600/Redaccion Acesso em: 26 ago. 2024.

DOUGNAC, A. Rodríguez. **Manual de historia del derecho indiano**. México: Universidade Nacional Autónoma de México, 1994.

DREHER, Martin Norberto. **A igreja latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

DUSSEL, Enrique. La crisis de las leyes nuevas. *In*: DUSSEL, Enrique (Org.). **El episcopado latino-americano y la liberación de los pobres 1504-1620**. México: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 1979. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/14b.Episcopado_latinoamericano.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes (v. I e II). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ESCUDERO, Antonio Gutiérrez. Las capitulaciones de descubrimiento y rescate: la Nueva Andalucía. **Araucaria – Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, v. 11, n. 21, p. 257-276, 2009. Disponível em: http://institucional.us.es/araucaria/nro21/doc21.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

FALCON, F. C.; NOVAIS, F. A. A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da política econômica pombalina. *In*: Simpósio dos Professores Universitários de História, VI., 1973, S. Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 1973.

FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro/RJ: FGV, 2015.

FALCON, Francisco C.; NOVAIS, Fernando A. A extinção da escravatura africana em Portugal no quadro da política econômica pombalina. *In*: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, VI., 1971, Goiânia. **Anais...** Goiânia: ANPUH, set. 1971.

FÁVERO, Leonor Lopes. **A política linguística do Marquês de Pombal para o Brasil**. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, p. 513-524, 2006. Disponível em: https://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00002559/BLB_024_513_524.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.

FICO, Carlo. História que temos vivido. *In*: MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sérgio da; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; VARELLA, Flávia. **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FONSECA André Augusto da. Os mapas da população no Estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII. **R. bras. Est. Pop**., Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 439-464, set-dez. 2017.

FONSECA, Jorde. As leis pombalinas sobre a escravidão e as suas repercussões em Portugal. **Africana Studia**, n. 14, 2010. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

FRANCO, José Eduardo. O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil: reformas coloniais iluministas e a protogênese da nação brasileira. **Cadernos IHU Ideias**, v. 13, n. 220, 2015.

FRONTERA. Carlos Guilhermo. Las Ordenanzas de Hernanderias de 1598 y 1603; su relacíon normativa com las de Francisco de Alfaro y dispociones de la Recopilación de 1680. *In*: Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano, XI., 1995, Buenos Aires. **Actas...** 4 al 9 de septiembre de 1995; **Actas y estudios**, v. 2, 1997, ISBN 950-9494-12-7.

FURTADO, Adison da Silva. A reforma pombalina: no limite da autonomia do espaço: aldeamentos, vilas e lugares para o caminho do bem comum do estado português na Amazônia do século XVIII. **Revista Tempo Amazônico**, v. 1, n. 1, jan-jun. 2013.

GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. Dossiê “Os índios na História: abordagens interdisciplinares”. **Tempo**, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200003

GARCIA, Fernando Cacciatore. **Fronteira iluminada**: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas. Porto Alegre: Sulina, 2012.

GOMES, Mercio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis/RJ: Vozes Ltda, 1988.

GONÇALVES, Dhiancarlly Fodra. **Cristãos-novos no Brasil**: sua história de assimilação e sobrevivência (séculos XVI-XVIII). *In*: Congresso Internacional de História, VIII; Semana de História, XXII., 9-11 out. 2017. ISSN 2175-4446. Doi: 10.4025/8chi.pphuem.3741.

GONZÁLEZ, Freddy Ronald Centurión. Apuntes de historia del derecho peruano. Francisco de Toledo, a cinco siglos de su nacimiento 1515-2015. **IUS: Revista de Investigación de la Facultad de Derecho**, n. 10, p. 31-60, 2015. ISSN- e 2222-9655. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.usat.edu.pe/files/revista/ius/2015-II/paper02.pdf. Acesso em: 29 ago. 2024.

GUEDES, Roberto. Escravidão e legados pombalinos nos registros de cores (Itu/Porto Feliz, São Paulo, 1766-1824). *In*: FALCON Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

GUTIÉRREZ, Jorge Luis. A Controvérsia de Valladolid (1550): Aristóteles, os índios e a guerra justa. **Revista da USP**, São Paulo, n. 101, mar-abr-maio 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HAMDANI, Abbas. Ottoman response to the discovery of America and the New Route to India. **Journal of the American Oriental Society**, v. 101, n. 3, p. 323-330, jul-sep. 1981. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/602594

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presenteísmo e experiências do tempo. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HERNÁNDEZ, Padre Pablo, S.J. **Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compania de Jesús.** Missiones del Paraguay, 1913. Biblioteca Digital Luso-brasileira. Disponível em:https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500. 12156.3/442982

HERNÁNDEZ, Padre Pablo, S.J. **De las doctrinas de la Compañia de Jesus**. Barcelona: Gustavo Gili Editor, 1913.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INOCÊNCIO, Bruno Felipe Ferreira. A encomenda no Paraguai colonial e as Ordenanzas de Alfaro de 1611-1612. *In*: História & Democracia (precisamos falar sobre isso), 2018, São Paulo. **Anais [...]**. Garulhos/SP, UNIFESP/Campus Garulhos, 2018, 3-6 set. 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1534988602_ARQUIVO_BrunoFelipeFerreiraInocencio-TextoCompleto.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

LIMA, Priscila de. **De libertos a habilitados**: interpretações populares dos alvarás anti-escravistas na América portuguesa (1761-1810). 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2011.

LIMA, Priscila de. **O alvará de 16 de janeiro de 1773 e o status dos homens livres de cor na América portuguesa – segunda metade do século XVIII e início do XIX**. [Curitiba]: [s.n.: s.d.], p. 3. Disponível em: < http://people.ufpr.br/~cpghis/TextoseminarioPriscila.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2013

OLIVEIRA, Luiz Eduardo; FRANCO, José Eduardo. O Marquês de Pombal e a invenção do Brasil: coordenadas históricas. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 4, jan-abr. 2016.

MAHECHA, Andrea; MAZUERA, Paula. Las leyes de los reinos de las Indias. **Revistas Diálogos de Saberes**, Bogotá, Colômbia, n. 47, p. 31-49, jul-dez. 2017.

MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. **Revista História da Historiografia**, n. 17, abr. 2015.

MASSIMI, Marina. A elaboração da experiência nos escritos e na correspondência do jesuíta Diego de Torres Bollo (1551-1638).**Memorandum**, n. 39, 2022, Belo Horizonte: UFMG, ISSN 1676-1669 – DOI: https://doi.org/10.35699/1676-1669.2022.37300

MATTOS, Laura Valladão. A posição de J. S. Mill em relação ao Estado: os casos das sociedades 'civilizadas' e das sociedades 'atrasadas'. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 135-155, abr. 2008.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

McKENNA, Thomas M. **Muslim rulers and rebels**: everyday politics and armed separatism in the Southern Philippines. Berkeley: University of California Press, 1998, versão eletrônica, p. 80-81. Disponível em: https://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft0199n64c&chunk.id=d0e1257&toc.depth=1&toc.id=d0e1085&brand=ucpress

MEIRINHOS, José. Domingo de Soto contra o direito de submeter os infiéis por idolatria, sodomia ou antropofagia. **Revista Española de Filosofía Medieval**, Porto, n. 23, p. 131-144, 2016. Disponível em: https://journals.uco.es/refime/article/view/8974/8473

MENDES, Alex da Silva. O humanismo do padre Antônio Vieira. **Revista Eletrônica Espaço Teológico da Faculdade de Teologia da PUCSP**, v. 16, n. 30, jul/dez 2022.

MÉNDEZ, Miguel Menéndez. El trato al índio y las leyes nuevas: uma aproximación a um debate del siglo XVI. **Revista Tiempo y Sociedad**, n. 1, 2009.

MOLLO, Helena Miranda; MATA, Sérgio da; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; VARELLA, Flávia. **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

MONT SERRATH, P. O. Crise geral e política manufatureira em Portugal na segunda metade do século XVIII: novos indícios e questionamentos. **Saeculum**, [s. l.], n. 29, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/19810. Acesso em: 8 nov. 2024

MORAES, Evaristo de. **A escravidão africana no Brasil** (Das origens à extinção). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

MOREIRA, Paulo Roberto Saudt; MATHEUS, Marcelo Santos. A microanálise como suporte teórico-metodológico para o estudo do sistema escravista brasileiro a partir da reconstituição de trajetórias de escravos (Alegrete, século XIX). **Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, v. 28, n. 2, jul-dez. 2010.

MUMFORD, Jeremy Ravi. Francisco de Toledo, admirador y émulo de la “tirania” inca. **Histórica**, v. 35, n. 2, p. 45-67, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.18800/historica.201102.002. Acesso em: 28 abr. 2024.

MUNIZ, Pollyana Gouveia Mendonça. Cruz e coroa: igreja, estado e conflito de jurisdições no Maranhão colonial. **Revista Brasileira de História**, v. 32, p. 39-58, 2012. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000100003.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

NUMHAUSER, Paulina. El real patronato em Indias y la Compañia de Jesús durante el período filipino (1580-1640). Um análisis inicial. **Boletín Americanista**, Barcelona, año LXIII. 2, n. 67, p. 85-103, 2013. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/BoletinAmericanista/article/view/13735. Acesso em: 28 ago. 2024.

OLIVEIRA, Cleiton. **A prole de Caim e os descendentes de Cam**: legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas *Dum diversas* (1452) e *Romanus Pontífex* (1455). 2017. 119f. Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2017. Disponível em: https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1161. Acesso em: 25 mar. 2024.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Org.). **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas**: suas implicações na educação brasileira (1757-1827). Prefácio: José Eduardo Franco. 2. ed. Aracaju, SE: Criação, 2022.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo et al. (Org.). **Pombal e os Projetos de Brasil** - reflexões em torno do Bicentenário da Independência. Aracaju/SE: Criação; Lisboa: Theya, 2023.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Pombalismo e antipombalismo no Brasil: representações das reformas do ensino no centenário e no bicentenário do Marquês de Pombal. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e195, e-ISSN: 2238-0094.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo; BARBOZA, Giselle Macedo. O Marquês de Pombal e a instituição do ensino de português no Brasil. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 6, n. 11, p. 17–24, 2014. DOI: 10.20952/revtee.v0i0.2537. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2537. Acesso em: 9 nov. 2024.

OLIVEIRA, Natália de Almeida. Jorge Benci e a escravidão: percepções de um jesuíta italiano em uma sociedade escravista. *In*: Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, XV., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2012. ISBN 978-85-65957-00-7. Disponível em: https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338255954_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.

OLVEIRA, Luciana de Fátima. Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território. *In*: Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI., 2011, São Paulo. **Anais...**São Paulo: ANPUH, jul. 2011.

OYARZABAL, Maria Cecilia. Los caminos de la palabras. La incidencia de las Ordenanzas de Alfaro en la jurisdicción de Jujuy, siglo XVII. **Anuario del Instituto de Historia Argentina**, n. 13, 2013. Disponível em: http://www.anuarioiha.fahce.unlp.edu.ar/article/view/IHAn13a01.

PAPAVERO, Nelson. **Origem do nome "América" e o Brasil na cartografia quinhentista** [livo eletrônico]. São Paulo: NEHILP/FFLCH/USP, 2018.

PASTORE, Mario. Trabalho forçado indígena e campesinato mestiço livre no Paraguai: uma visão de suas causas baseada na teoria da procura de rendas econômicas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 21, set. 1990 – fev. 1991.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Atualismo 1.0** – Como a ideia de atualização mudou o século XXI. 1. ed. Ouro Preto: SBTHH, 2018.

PERUSSET, Macarena. Reglamentación jurídica vs. usos y costumbres en el Paraguay colonial temprano (1542-1612). **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 991-1010, jul-dez. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em: 28 ago. 2024.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. Seguindo Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RABUSKE, A. A Carta-Magna das Reduções do Paraguai. *In*: Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros, II., 1977, Santa Rosa. **Anais...** Santa Rosa/RS, 18 a 22 de outubro de 1977, p. 171-187.

REIS, Anderson Roberti dos. O Repartiimiento sob juízo no México. Os pareceres de franciscanos e jesuítas a respeito do trabalho indígena no final do século XVI. Encontro Internacional da ANPHLAC, 9., 2010, Goiás. **Anais...** Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 26 a 29 de julho de 2010. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/cehal/download/acervo/anplac-2010/REIS.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

REVEL, Jaques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set-dez. 2010.

RIBEIRO, Graziele; STRASSER, Francislaine de Almeida Coimbra; CASTILHO, Ricardo dos Santos. A controvérsia de Valladolid e a questão indígena. **Revista Singular (Sociais e Humanidades)**, v. 1, n. 2, p. 17-23, out. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.33911/singularsh.v1i2.32

RIBEIRO, Orlando. **Opúsculos Geográficos**. Temas Urbanos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. v.5.

RODRIGUES, Jaime. Escravos, senhores e vida marítima no Atlântico: Portugal, África e América portuguesa, c.1760–c.1825. **Almanack. Guarulhos**, n. 5, p.145-177, 2013. DOI - http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320130508.

RODRIGUES, Juan Pablo Martín. Raízes da Escolástica Medieval na Controvérsia de Valladolid sobre a legitimidade da conquista de Índias. **Revista Graphos**, v. 22, n. 3, 2020.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. **Cadernos IHU Ideias**, ano 9, n. 151, 2011.

ROGRIGUES, Cláudia. Intervindo sobre a morte para melhor regular a vida: significados da legislação testamentária no governo pombalino. *In*: FALCON Francisco; RODRIGUES, Claudia (Org.). **A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 323-324.

RUBIANI, Jorge. Los Jesuitas em el Paraguay (1610-1767). **TSN. Transatlantic Studies Network: Revista de Estudios Internacionales**, v. 4, n. 7, p. 155-173, (enero-junio) 2019. (Ejemplar dedicado a: Comunicación, ética y conocimiento: una aproximación multidisciplinar. ISSN-e 2444-9792. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434676 Acesso em: 30 ago. 2024.

SAITO, Akira; LAURO, Claudia Rosas. **Reducciones**: la concentración forzada de la poblaciones indígenas em el Virreinato del Peru. 1.ed. Lima: National Museum of Ethnology: Pontifícia Universidade Católica del Perú, Fondo Editorial, 2017. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/414369876/Reducciones-La-Concentracion-Forzada-de-Las-Poblaciones-Indigenas-en-El-Virreinato-Del-Peru. Acesso em: 28 ago. 2024.

SALINAS, Maria Laura. **Encomienda, trabajo y servidumbre indígena en Corrientes**. Siglos XVII-XVIII. Dissertação (Maestría en Historia de América) - Universidad Internacional de Andalucía, 2008. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://dspace.unia.es/bitstream/handle/10334/37/0012_Salinas.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 set. 2024.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p.301-329, 2004.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do Norte**. Trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). Santos/SP: Annablume, 2011.

SANTOS, Fabiano Vilaça. O Governo-Geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará no Império português (1621-1751): trajetórias e circuitos governativos. *In*: Encontro Internacional História & Parcerias, 2. **Anais...** ISBN 978-85-65957-15-1.

SANTOS, Fabrício Lyrio. A "civilização dos índios" no século XVIII: da legislação pombalina ao "plano" de Domingos Barreto. **Revista de História**, São Paulo, n. 170, p. 233-260, jan-jun. 2014. http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p233-260

SANTOS, Fabrício Lyrio. **Colonização e pensamento ilustrado**: Domingos Álvares Branco Muniz Barreto e seus primeiros escritos. Disponível em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17367.pdf

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo. A regulação do trabalho indígena nas Missões Jesuítas. Revista Latino-Americana de História - RLAH, v. 1, n. 3, mar. 2012, Edição Especial, Lugares da História do Trabalho. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/66/44. Acesso em: 30 ago. 2024.

SANTOS, R. J. O fim do Grão-Pará e a institucionalização da região amazônica: o papel dos liberais paraenses na mudança do status regional no século XIX. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi de Ciências Humanas**, Belém, v. 18, n. 1, 2023, e20210099. Doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0099.

SARAIVA, Antônio José. **Inquisição e cristãos-novos**. 4.ed. Porto: Editorial Nova, 1969.

SENA-LINO, Pedro. **De quase nada a quase rei** – Biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês do Pombal. Lisboa: Contraponto/Bertrand, 2020.

SERRATH, Pablo Oller Mont. Crise geral e política manufatureira em Portugal na segunda metade do século XVIII: novos indícios e questionamentos. **Saeculum** – Revista de História, João Pessoa, n. 29, jul/dez. 2013.

SILVA, Luiz Geraldo. Esperança de liberdade. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). **Revista de História**, n. 144, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Priscila de Lima. Escravos marinheiros, senhores e locadores: leis pombalinas, faina marítima e economia mundial (1761-1810). **Afro-Ásia**, n. 60, jul-dez. 2019.

SOUSA, Fernando de. **A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia**. Porto: Cepese/Afrontamento, 2008.

SOUZA JUNIOR, José Alves. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, n. 48, 2013.

SUESS, Paulo (Coord.). **A conquista espiritual da América Espanhola**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

TRINDADE, Célio Juliano B. A “Controvérsia de Valladolid”: a virada ontológica do direito a partir do debate da escravidão e da guerra justa no século XVI. **Revista Projeção, Direito e Sociedade**, v. 9, n.1, 2018.

URQUIZA, Antônio H. Anguilera; MEDINA, Maria de Fátima Rocha. As fronteiras da alteridade: o outro – indígena como provocador do discurso em Colombo e Pero Vaz de Caminha. **Série-Estudos** – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande-MS, n. 31, p. 75-83, jan/jun. 2011.

VALE, Eliara Bianospino Ferreira do. O indígena e a legislação brasileira. **Revista JurisFIB**, v, V, ano V, dez. 2014.

VALENCIA ALVARES, Giovana. Un análisis diplomático a la correspon-dencia de los Virreyes del Perú (1698-1821). **Estudios Humanísticos** – Historia, n. 10, 2011.

VENGOA, Hugo Fazio. La historia global y su conveniencia para el estudio del pasado del presente. **Revista Historia Critica**. Edición Especial, Bogotá, nov. 2009.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. Imigração açoriana para a Amazônia, capitania do Grão-Pará 1751-1754. **Revista del CESLA**. International Latin American Studies Review, n. 31, 2023.

WEHLING, A. Ilustração e política estatal no Brasil, 1750-1808. **Humanidades**: Revista de la Universidad de Montevideo, [s. l.], n. 1, p. 61–86, 2001. Disponível em: https://revistas.um.edu.uy/index.php/revistahumanidades/article/view/6. Acesso em: 7 nov. 2024

ZAGALSKY, Paula C. La mita de Potosí: una imposición colonial invariable en un contexto de múltiples transformaciones (siglos XVI-XVII; Charcas, Virreinato Del Perú). **Revista de Antropología Chilena**, v. 46, n. 3, p. 375-395, 2014. Chungara. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0717-73562014000300005&script=sci_abstract. Acesso em: 29 ago. 2024.

## REFERÊNCIAS DOS DOCUMENTOS TRANSCRITOS

COLECCION DE COPIAS DE DOCUMENTOS DEL ARCHIVO GENERAL DE INDIAS. Tomo 45, Documento Nº 907 AL Nº 930, Biblioteca Nacional de Buenos Aires. Fonte de onde foram transcritas as Ordenações de Cabeza de Vaca, datada de 1542, documento nº 909.

COLLECÇÃO DAS LEYS, DECRETOS E ALVARAS, QUE COMPREHENDE O FELIZ REINADO DEL REY FIDELISSIMO D. JOZE O I. NOSSO SENHOR. Desde o ano de 1750 até o de 1760 e a PRAGMATICA DO SENHOR REY D. JOÃO O V. Do ano de 1749, Tomo I: Edição onde foram transcritas as leis pombalinas de 1755 e 1757. Versão digitalizada.

COLLECÇÃO DAS LEYS, DECRETOS E ALVARAS, QUE COMPREHENDE O FELIZ REINADO DEL REY FIDELISSIMO D. JOZE O I. NOSSO SENHOR Desde o ano de 1761 até o de 1769, Tomo II: Edição na qual se encontra a lei pombalina de 1761. Versão digitalizada.

COLLECÇÃO DAS LEYS, DECRETOS E ALVARAS, QUE COMPREHENDE O FELIZ REINADO DEL REY FIDELISSIMO D. JOZE O I. NOSSO SENHOR**.** Desde 31 de Julho de 1769 até 23 de janeiro de 1777: Edição na qual se encontra transcrita a lei pombalina de 1773. Versão digitalizada.

HERNÁNDEZ S.J., Padre Pablo. **Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañia de Jesús**. Barcelona: Gustavo Gili Editor, 1913: Edição na qual se encontram transcritam as Ordenações do Juiz Dom Francisco de Alfaro. Versão digitalizada.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de - 1894-1988. **A Amazônia na era pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. 2. ed., v I, II e III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Edição na qual se encontram cartas/correspondências e demais documentos referentes ao século XVIII. Versão digitalizada.

SUESS, Paulo (Org.). **A conquista espiritual da América Espanhola**: 200 documentos – Século XVI. Petrópolis: Vozes, 1992: Edição na qual se encontram documentos legais e correspondências referentes ao século XVI. Versão impressa.

## REFERÊNCIA DESTA TESE

PREZA JUNIOR, Cláudio Lopes. **Golpe final à resistência ao conceito jurídico do trabalho livre indígena**: dos precedentes legislativos pré-pombalinos à legislação pombalina do século XVIII. 2024. 459f. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2024.

**ANEXO A -** Ordenações de Cabeza de Vaca de 1542 (Documento nº 909), Biblioteca Nacional de Buenos Aires, Coleccion de Copias de Documentos del Archivo General de Indias - Tomo 45 - Documento nº 907 AL nº 930

322/1

y 373

909 1542-1543-1544-

(A. G. I. 52 - 5 - 2/10. Pieza 6.ª O.) (C. d. D. A. Pág. 46.)

17 de julio de 1544 los cuatro oficiales Reales le piden al Escribano Pero Hernandez, [illegible] la copia de los Estatutos, ordenanzas y bandos que hizo publicar Alvar Núñez Cabeza de Vaca, gobernador del Río de la Plata, para el buen régimen de su gobernación. Lo que han de hacer los intérpretes ó lenguas, para que ninguno pueda tener esclavos guaraníes, sobre rescates con los indios sin licencia del gobernador, para que no vaya a rescatar á los ranchos de los indios, etc.

Asunción 19 marzo y 7 abril 1542. 5/16/ 23 Abril 43, 6 Enero 44, 1º Mayo 44/ 19 Marzo 44

---

estatutos y hordenanças o uandos que mando publicar el gouernador.

mandamiento para que un escrivano de los mandamientos que à dado el gouernador.

pero hernandez escrivano de su magestad sabed que ante mi pareçieron los señores alonso cabrera e felipe de caçeres e pedro dorantes e garçia beneras oficiales de su magestad en esta provinçia e por su petiçion me hizieron rrelaçion diziendo que aluar nuñez cabeça de vaca durante el tiempo que gouerno en esta dicha provinçia fizo e mando que se guardasen muchos vandos e mandamientos e badamientos por el acho fechos e ordenados los quales diz que son contra el serviçio de dios

1

nuestro señor e de su magestad e del bien de la rrepublica pobladores e conquistadores desta dicha provinçia e naturales della los quales dichos vandos e hordenamientos e lo por el dicho aluar nuñez cabeça de vaca fecho e mandado diz que pasaron ante vos y estan en vuestro poder los oreginales e rregistros dellos de los quales dizen tener neçesidad para lo lleuar e mostrar a su magestad e a los muy poderosos señores presidente e oydores del consejo de las yndias para que sobre ello se probea lo que mas a su rreal serviçio convenga / por tanto yo vos mando que de todos y qualesquier vandos quel dicho aluar nuñez cabeça de vaca hordeno y mando guardar que en vuestro poder estan e ante vos ayan pasado deys un traslado autorizado en manera que haga fee a los dichos señores oficiales de su magestad para los lleuar a presentar donde vieren que les cunple e mas convenga al serviçio de dios y de su magestad / que yo vos mandare pagar vuestro justo e devido salario que por ello devays de aver fecho en esta çibdad de la asunçion a siete dias del mes de julio de mill e quinientos e quarenta e quatro años pero diaz del valle Joan de valderas

x lo qual hazed e cumplid sin bilça en alguna so pena de dos mill maravedis para la camara de su magestad

e yo el dicho escrivano de suso contenido fize sacar e saque çiertos vandos que en mi poder estan que ante mi pasaron su thenor de los quales vno en pos de otro dizen en esta guisa.

2

vandos y estatutos que hizo el gouernador.

en la çibdad de nuestra señora de la asunçion que es en la provinçia del rrio de la plata çinco dias del mes de abril año del naçimiento de nuestro saluador ihuxpo de mill e quinientos e quarenta e dos años el ylustre e muy magnifico señor aluar nuñez cabeça de vaca a-

delantado gouernador e capitan general en la dicha provinçia con dozientas legoas de costa de mar del sur e de la provinçia e puerto de vera por su magestad para la buena gouernaçion e pacificaçion e conservaçion desta çibdad / dixo que mandava y mando que todas las personas que en ella byben e rresiden thengan y guarden la horden y vandos siguientes.

primeramente que ninguno pueda rrescatar ni contratar direta ni indiretamente ningunas yndias vnos con otros / syn liçençia de su señoria por ser como son libres / so pena que la persona o personas que contra lo susodicho fueren o vinieren avran perdido y perderan lo que contrataren como dicho es para que su señoria lo de a quien le paresçiere y mas dos meses en los vergantines.

otro sy que ninguna persona sea osado de rrescatar ni contratar con ningund yndio ni yndios de la comarca desta çibdad ni de los nuevamente convertidos ninguna yndia ni yndias sin liçencia de su señoria so pena quel que lo contrario fiziere pierda la yndia y el rrescate que por ella diere aplicado a quien su señoria mandare e mas quinientos maravedis la mitad para las obras publicas e la otra mitad para el acusador.

otro si que ninguna persona sea osado de dar ni rrescatar a los yndios ni a los nuevamente convertidos ropa alguna de paño ni lienço ni machetes puñales ni casquillos ni otra cosa alguna de armas rropa ni muniçion so pena de dos mill maravedis de la moneda desta tierra la terçera parte para la camara de su magestad e la otra terçera parte para las obras publicas desta çibdad y la otra terçia parte para el acusador y ocho dias de caheça en el cepo.

otro si que ninguna persona sea osado de jugar ni deshazer arcabuz ni vallesta ni espada ni otras armas algunas

desta condiçion sin que primeramente lo traygan y manifiesten a su señoria so pena quel que lo contrario fiziere lo aya perdido y mas que ande en los vergantines vn mes por fuerça e que lo mismo se entienda al que bendiere trocare / o cambiare las dichas armas o otras algunas de qualquiera condiçion las dos partes para las obras de la yglesia desta çibdad y la otra parte para el acusador.

otro sy que ninguna persona pueda thener ni thenga en su casa ni fuera della dos hermanas ni madre e hija ni primas hermanas por el peligro de las conçiençias e las personas que las tubieren las aparten e quiten de sus casas y conversaçion dentro de seys dias cunplidos desdel dia de la publicaçion destos vandos so pena de las tales yndias perdidas e mas quarenta cuñas aplicadas la terçera parte para la camara de su magestad e la terçia parte para las obras publicas y la otra terçia parte para el acusador.

otro sy que ninguno sea osado de rrescatar çera alguna por ser como es menester para brear los vergantines so pena que la persona que la rrescatare pierda la dicha çera e lo que por ella diere y mas quinientos maravedis de la moneda desta tierra aplicado para las obras publicas e acusador.

otro sy que ninguna persona sea osado de yr a ninguna parte fuera desta çibdad sin liçençia so pena de seis cuñas la mitad para obras publicas e mitad para el acusador e qualquiera que saliere sin armas yncurra en la dicha pena rrepartida como dicho es que se entiende el arcabuzero con su arcabuz y el vallestero con su vallesta e adreço.

otro sy que ninguna persona pueda yr ni vaya a las casas de los yndios sin liçençia de su señoria so pena de destierro de vn año de por fuerça en los vergantines.

otro si que ninguno pueda rrescatar gato ni papagayo

sin liçençia de su señoria so pena quel que lo rrescatare lo pierda y este tres dias de cabeça en el cepo si no fuere hidalgo e sy lo fuere queste encarçelado seys dias en su posada.

otro sy que ninguna persona sea osado de vender ni comprar casa ni rroça sin liçençia de su señoria para que su señoria mande poner personas terçeros que con juramento apreçien el justo valor de la tal casa o rroça para que ninguna de las partes rresçiba engaño ni se venda por mas de su justo preçio so pena quel vendedor o comprador pierdan el uno lo que vendiere/y el otro el precio e la venta que diere o oviere dado la terçia parte para la camara de su magestad e la terçia parte para las obras publicas desta çibdad e terçia parte para el acusador.

otro sy que ninguna persona sea osado de andar de noche por el pueblo despues de tocada la prima so pena de estar tres dias en el çepo e si fuere hidalgo que pague çinco cuñas y esto se manda por evitar los hurtos que de noche se pueden hazer.

otro si que ninguna persona sea osado de andar el arcabuzero sin su mecha y bolsa / y el vallestero sin sus gafas en la çinta so pena de tres cuñas rrepartidas como dicho es la terçera parte para la camara de su magestad e terçia parte para las obras publicas desta çibdad e terçia parte para el acusador.

los quales dichos vandos de suso conthenidos e declarados su señoria mando publicar e manifestar en los lugares mas publicos desta çibdad en tal manera que venga a notiçia de todos e dellos no pretendan ygnorançia para que los guarden e cumplan e vengan a notiçia de todos so las penas en ellos y en cada vno dellos conthenidas e declaradas el adelan-

tado cabeca de vaca por mandado del señor gouernador pero hernandez.

otro sy que ninguna persona sea osado de conprar ni contratar armas algunas de ninguna condiçion con ninguna persona de los nuevamente venidos e la persona que oviere avido las dichas armas de qualquiera condiçion lo venga diziendo e manifestando a su señoria dentro de segundo dia primero siguiente e buelva las dichas armas a sus dueños so pena quel termino pasado se las pediran por de furto e las pagaran con las setenas.

los quales dichos vandos de suso contheuidos e declarados fueron leydos e publicados / por leonardo atambor en la plaça desta çibdad en presençia de mucha gente que para ello fue junta siendo presentes por testigos/ sevastián de fuente el rrey alguazil e otra mucha gente presente el señor alcalde mayor ichan pabon ante mi pero hernandez.

en diez e seis dias del mes de abril de mill e quinientos y quarenta e dos años su señoria mando publicar por vando publico que ninguna persona sea osado de ~~tomar~~ tomar a los yndios contra su voluntad ninguna cosa de lo que truxieren en esta çibdad ni fuera della en el campo so pena que la persona que contratare e rrescatare de los yndios contra su voluntad yncurra en pena de diez cuñas la mitad para la yglesia y la mitad para el acusador y mas seis dias en la carçel e que los dexen yr libremente a sus casas y partes donde quisieren yr e que no vayan a donde estan pescando los yndios a los rrescatar e conprar el pescado so las dichas penas. el adelantado carnça de tenes

yo el adelantado aluar nuñez cabeça de vaca gouernador e capitan general desta provinçia del rrio de la plata con dozientas legoas de costa de mar del sur

estatutos y hordenanças cerca de lo que an de hazer las lenguas.

e de la provinçia de vera e isla de santa catalina por su magestad digo que por quanto por ispiriençia se ha visto la mucha deshorden que las lenguas ynterpretes e otras personas de los que en esta provinçia rresiden an tenido e tienen en rrescatar e contratar con los yndios andando por sus lugares e casas de lo qual a rresultado mucho desasosiego daño e perjuizio e por lo evitar e poner en ello rremedio asi como conviene al serviçio de su magestad e a la pacificaçion e conservaçion desta conquista e porque los dichos yndios sean bien tratados mirados e favoreçidos mando que de aqui adelante las dichas lenguas ynterpretes e otras qualesquier personas a quien toca y ataña y athañer puede en qualquier manera lo que de yuso sera conthenido thengan e guarden la horden siguiente.

primeramente que cada y quando las dichas lenguas ynterpretes o qualquiera dellos ovieren de yr o fueren por mandado de su señoria a qualesquier casas e lugares de yndios hagan e contraten aquello a que fueren enviados / y no se entrometan ni puedan entrometer direta ni indiretamente en otras cosas negoçios ni contrataçiones mas de solamente en aquello que solamente tocare al señor gouernador ni vayan ni pasen ni contraten en otras casas e lugares de yndios estendiendo e alargando la liçençia. que les fuere dada ni esten mas tienpo del que fuere lyçito para hazer aquello que les fuere mandado e fueren menester so pena quel que lo contrario hiziere yendo o viniendo contra lo susodicho o contra qualquier cosa e parte dello yncurra en pena de çinco mill maravedis la terçia parte para la camara de su magestad e la terçia parte para el acusador e la otra terçia parte para el juez que lo sentençiare e para executar lo susodicho se aya por ynformaçion bastante el dicho e declaraçion de qualquiera

yndio donde lo tal acaesçiere.

otro sy ~~asy mismo~~ que las dichas lengoas ynterpretes e qualquiera dellos e otras qualesquier personas / de qualquier estado e condiçion que sean no sean osados / de yr ni vayan a ningunas casas ni lugares de los yndios sin liçençia del señor gouernador declarandole la cavsa e negoçio a que va a hazer e la parte a donde va para que no se pueda entremeter ni entremeta direta ni indirectamente en otros negoçios rrescates contrataçiones con los yndios rreçibiendo dellos comprando rrescatando lo que tienen para que despues encubiertamente / o en otra manera se lo traygan o enbien a sus casas solamente fagan e negoçien aquello que declararen e dixeren al señor gouernador y en la propia parte e lugar sin se yr ni alargar entrar ni tocar en otros lugares ni casas ni contratar en ellas ni fuera dellas ni esten ni anden mas tienpo del que fuere neçesario so pena que çediendo de lo que dicho es o de qualquiera cosa e parte dello por el mismo caso syn otra sentençia ni declaraçion alguna caya e yncurra la persona o personas que contra ello fueren o vinieren en pena de çinco mil maravedis la terçia parte para la camara de su magestad e la terçia parte para el juez que lo sentençiare e la terçia parte para el acusador e para lo executar sea avida por bastante ynformaçion el dicho e declaraçion de un yndio del lugar donde acaesçiere.

otro sy que las dichas lengoas ynterpretes ni alguno dellos ni otra persona por ellos no puedan hazer ni hagan llamamiento de yndios ni yndias en poca ni mucha cantidad para rroças para sy ni para otras personas algunas sin liçençia del señor gouernador ni los traten mal de palabra ni en otra ninguna manera ni los amenazen ni pongan themores ni los llamen ni ocupen en sus rroças ni casas ni otras cosas so pe-

na de ocho dias en la carçel e mas mill maravedis de pena la terçia parte para la camara de su magestad e la otra terçia parte para el juez que lo sentençiare e la otra terçia parte para el denunçiador e para la execuçion dello baste el dicho e declaracion de vn yndio de la parte donde acaesçiere.

otro sy que las dichas lengoas ynterpretes ni alguno dellos no puedan rreçibir aver rrescatar ni contratar de los yndios direta ny yndiretamente ninguna yndia ni yndias para sy ni para otras ningunas personas ni otras cosas de ninguna calidad que sean so pena que abran perdido lo que asy compraren ovieren y rrescataren aplicado a las partes y lugares que su señoria mandare e determinare e porque en lo susodicho podria aver fraude sin se poder rremediar las dichas lengoas ynterpretes e cada vno dellos declaren e manifiesten dentro de segundo dia despues que le sea notificado antel scrivano desta provinçia con juramento las yndias que cada vno tiene para que contratando contra lo susodicho se les pueda executar la pena de suso conthenida e demas estara ocho dias en la carçel.

otro sy

~~sus mismo~~ que las dichas lengoas ynterpretes ni alguno dellos ni otras personas de qualquier estado o condiçion que sean no puedan enbiar ni enbien a las casas e lugares de los yndios a sus fijos hermanos ni parientes criados ni yndios ni yndias que thengan en sus casas ni en otras partes ni de otras personas por ellos a llamar los yndios o yndias de los lugares e casas de los dichos yndios ni para otras contrataçiones algunas so pena que si fuere yndia la que asi enbiaren la abran perdido para que no buelua a su poder la qual y lo que rrescatare o oviere rrescatado e traido el señor gouernador lo aplique y rreparta como mejor le pareçiere e si otra persona enbiaren o fueren a lo susodicho estara

tres dias de cabeça en el cepo e demas de lo susodicho el dicho interprete o otra persona que contra lo susodicho fuere / o viniere enbiando como dicho es a las casas de los yndios yncurra en pena de mill maravedis rrepartidos como dicho es sin otra sentençia ni declaraçion alguna.

otro sy que cada y quando que las dichas lengoas ynterpretes e otras qualesquier personas vinieren de las casas y lugares de los yndios a esta çibdad viniendo por tierra sean obligados a venir derechamente a lo dezir e manifestar a su señoria antes y primero que vayan ni enbien a sus casas ni a otra parte alguna ninguna cosa e sy vinieren en canoas por el rrio se vengan derechamente a desenbarcar al puerto frontero de la casa de su señoria sin sacar ni enbiar por otra parte cosa alguna de lo que truxieren encubiertamente ni en otra manera e llegados al puerto manifiesten e fagan saber su venida como dicho es con todo lo que truxieren e si vinieren de noche no desenbarquen avisando a la çentinela para que de la persona que rrondare su señoria lo sepa y mande lo que se deva hazer e sy yndios enbiaren o vinieren con lo susodicho guarden la dicha horden so pena que qualquiera persona que contra ello o parte dello fuere o viniere o yntentare yr o venir pierda todo lo que paresçiere e se averiguare aver traydo rrescatado e contratado o en otra manera de las casas de los yndios o su valor e mas mill e quinientos maravedis aplicado y rrepartido de la manera que su señoria lo mandare e hordenare syn otra sentençia ni declaraçion alguna.

los quales dichos mandamientos de suso conthenidos el señor gouernador mando publicar e notificar a las dichas lengoas ynterpretes para quellos y todas las otras personas los guarden e cunplan e dellos ni de alguno

los quales.

dellos y de lo en ellos conthenido no puedan pretender ygnorançia/ no pretendan ygnorançia y sean executadas las penas que en ellos se qontiene e ansy lo mando e firmo de su nonbre siendo presentes por testigos joan rromero y hernando de prado e sevastian de valdivieso e martin fernandez estantes en esta dicha çibdad el adelantado cabeça de vaca.

los quales dichos vandos de suso conthenidos el señor gouernador dio e pronunçio en la çibdad de la asunçion que es en el rrio del paraguay de la provinçia del rrio de la plata a veinte e tres dias del mes de abril año del nasçimiento de nuestro saluador ihuxpo de mill e quinientos y quarenta e tres años y mando que sea publicado y se pongan y fixen en lugar publico y especialmente sean notificados a las lenguas ynterpretes que en esta çibdad rresiden / o deziendolo o haziendolo saber en sus casas a sus criados y paniaguados para que venga a su notiçia testigos los dichos hernando de prado e juan rromero e sevastian de valdivieso. e matia fernandez.

e luego en el dicho dia mes e año susodichos yo el dicho escrivano notifique los dichos vandos de suso conthenidos / a joan de fustes y ettor de acuña en sus personas testigos gregorio de leyes e xrispoval diaz e iohan fernandez e damian dáys.

en este dicho dia yo el dicho escrivano notifique e ley de verbo ad verbun los dichos vandos de suso conthenidos estando en las casas de la morada de aluaro de hechaues lenguas estando presentes pedro de noçes e garçia ollàro e joan rrodriguez portugues e diego martin cuñado de aluaro de hechaues a todos los quales yo el dicho escrivano se lo notifique en sus personas siendo presentes por testigos andres ortiz e françisco espindola/ iohan fernandez e damian diays estantes en esta çibdad.

en este dicho dia mes y año susodichos yo el dicho es-

crivano notifique los vandos de suso conthenidos a sevastian gonçalez en su persona el qual dixo que para cunplir el mandamiento de su señoria declara que tiene tres yndias para su serviçio testigos damian days e bartolome justiniano e hernando descalona.

e luego yo el dicho escrivano ley e notifique los vandos de suso conthenidos a diego de acosta en su persona testigos bartolome gonçalez e damian days e zoylo de solorzano y el dicho diego de acosta para en cunplimiento del mandamiento de su señoria dixo que thenia para su serviçio doss yndias testigos los dichos e juro en forma de derecho testigos los dichos.

en este dicho dia mes e año susodichos yo el dicho escrivano ley e notifique los dichos vandos a françisco de rriuera en su persona / el qual dixo que en cunplimiento de lo que su señoria manda declara que tiene nueve yndias e juro en forma de derecho la dicha declaraçion testigos antonio pasado e damian diays e xrispoval diaz alguazil.

en este dicho dia mes e año susodichos yo el dicho escrivano ley e notifique los vandos de suso conthenidos a iohan perez e françisco rrodriguez lengoas en sus personas testigos iohan portugues e benito luis e damian days.

e luego yo el dicho escrivano ley e notifique los dichos vandos en las casas de françisco almaraz a iohan navarro en su persona testigos damian days e françisco brezianos e alonso trianos.

e luego yo el dicho escrivano ley e notifique los vandos de suso conthenidos a sevastian de leon en su persona el qual dixo que para en cunplimiento del mandado de su señoria que tenia nueve yndias para su serviçio e juro en forma de derecho testigos çipion de grimaldo e batista bafeo e pedro

truches e damian days.

en este dicho dia yo el dicho escrivano ley e notifique los vandos de suso conthenidos a fernando diaz en su persona testigos antonio pasado e damian days e xrispoval diaz.

e despues de lo susodicho veinte e quatro dias del mes e año susodichos paresçio joan nauarro que esta en casa de françisco de almaraz e declaro quel dicho almaraz tiene ocho yndias e juro en forma de derecho que es asy la verdad testigos valtasar de seuilla e joan gallego e damian diays.

e despues de lo susodicho este dicho dia mes e año susodichos paresçio alonso martin e dixo e declaro que tiene rriuera diez e ocho yndias e juro en forma de derecho ques asy la verdad testigos baltasar de seuilla damian diays e françisco de freytas e firmo por el porque dixo que no sauia escriuir el dicho françisco de freytas françisco de freytas.

e despues de lo susodicho veinte e seys dias del mes e año susodichos yo el dicho escrivano ley e notifique los dichos vandos de verbo ad verbun a françisco de almaraz en su persona el qual dixo con juramento en forma de derecho que lo que declaro joan nauarro es la verdad siendo presentes por testigos iohan de burgos e françisco de brezianos e damian days.

en este dicho dia el dicho joan gutierrez lengos para en cumplimiento de lo que su señoria manda quel declara que tiene veinte e dos yndias e juro en forma de derecho que es asy la verdad testigos pedro montañeses y hernand sanchez e damian days.

e luego el dicho françisco rrodriguez juro en forma de derecho que tiene doze yndias suyas testigos damian diays e los sobredichos.

e despues de lo susodicho veinte e ocho dias del dicho

mes de abril del dicho año el señor gouernador dixo que por quanto en el quinto capitulo de los vandos de suso conthenidos esta declarado y mandado que ninguna persona pueda enbiar ni enbie a las casas e lugares de los yndios a ninguna persona ni yndias ni yndios a llamar los yndios o yndias ni a otras contrataçiones algunas so çiertas penas y forma y manera en el dicho vando conthenida e porque en parte el dicho vando conviene ser enemdado por algund perjuizio que del se podria seguir en quanto al yr de las yndias a sus lugares e propias casas a ver e visitar a sus padres e parientes por ende dexando como dixo que dexaba e dexa en toda su fuerça e vigor el dicho vando en todo lo demas en el conthenido para que se guarde e cunpla manda que las yndias de los xrispianos puedan yr e vayan a sus casas donde vivieren sus padres y parientes a los ver e visitar syn pena alguna e rrecibir lo que les diere para lo traer como sea contento e libre voluntad de los dichos yndios sin se lo embiar a pedir ni thomar por fuerça e ansy lo mando e firmo de su nonbre siendo presentes por testigos el capitan ichan de salazar despinosa e pero benitez de lugo e luis rramirez e gonçalo portyllo el adelantado cabeça de vaca.

adiçion al vando de yr las yndias a ver a sus padres.

manda que ninguno tome a los yndios guaranies escluo ni esclaua que ellos ayan tomado y prometeles de darles liuertad para que aian esclauos.

por quanto yo el gouernador trayo en mi conpañia a estos yndios guaranies que de su voluntad salieron de su tierra e naturaleza a seguir la guerra e descubrimiento desta conquista por cuya causa y por ser como son vasallos de su magestad deben ser como sienpre lo han sido bien tratados e mira-

dos e favoreçidos y porque soy ynformado que en la guerra que de presente se ha fecho e haze a çiertos yndios desta tierra los despojos que los dichos yndios guaranies an avido e tomado en ella de esclauos y esclauas e anay mismo çiertos yndios naturales deste puerto de los rreyes que tengo por amigos e andan en su conpañia se lo han tomado e toman algunos xristianos por via de contrataçion e so color e diziendo que son sus ~~amados~~ curiados e por otras vias de lo qual se sigue a los dichos yndios grand desconçierto e podria resultar muchos dapnos desasosiego e alteraçion en esta tierra e los dichos yndios guaranies no ternian voluntad de seguir nuestra conpañia ni soldrian de su tierra a seruir a su magestad como lo han fecho e porque esto conviene rremediar e poner horden en ello // por la presente mando que ninguna ni algunas personas de qualquier estado e condiçion que sean no sean osados de tomar ni pedir ni demandar a los dichos yndios guaranys ni a los naturales deste puerto ni alguno dellos ningund esclauo ni esclaua de ninguna calidad que sea de lo que anay ovieren tomado e adquirido e tomaren e adquirieren en la dicha guerra ni lo contraten ni rrescaten ni rreciban dado ni en otra manera alguna direta ni yndirestamente e lo que ovieren avido y rresçibido hasta agora se lo tornen e rrestituyan libre e desenbaraçadamente porque ansi conviene de presente proberse al seruiçio de su magestad e a la paçificaçion desta tierra con apercibimiento que donde agora para quando se fallare e paresçiere en qualquier tienpo aver avido rrescatado contratado adquirido rresçibido ~~con~~thenido contra lo susodicho algund esclauo o esclaua de los dichos yndios sin se lo tornar e rrestituir demas de lo aver perdido yncurrira en pena cada persona que contra ello fuere de mil castellanos la terçia parte para la camara de su magestad e la terçia parte para

los gastos de los vergantines e la terçia parte para el acusador syn otra sentençia ni declaraçion alguna / atento que yo prometo a los españoles que traygo en mi compañia en serviçio de su magestad que si por esta tierra donde al presente estamos no se fallare la entrada para conquistar esta provinçia que yo les dare libertad para que puedan aver e tomar esclauos e dare horden como puedan ser aprouechados como mas conuenga al serviçio de su magestad sin descontento e perjuizio de los yndios que andan en nuestra compañia de lo qual mande dar la presente que fecha en el puerto de los reyes a seys de henero de mill e quinientos y quarenta y quatro años el adelantado cabeça de vaca por mandado del señor gouernador pero hernandez.

notificacion de lo de atras.

en çierta parte y pueblo de esclaueria donde estaua de asiento con çierta gente de xristianos e yndios carios el capitan gonçalo de mendoça por mandado del ilustre señor gouernador aluar nuñez cabeça de vaca gouernador adelantado e capitan general en esta provinçia del rrio de la plata en ocho dias del mes de henero año del señor de mil e quinientos y quarenta e quatro años dixo el dicho capitan gonçalo de mendoca que por el dicho señor gouernador le auia sido enbiado este mandamiento para que fuese notificado a toda la gente que al presente thenia alli en su compañia y asy delante del dicho capitan en presençia de mucha gente que para la dicha notificaçion fueron llamados yo el escrivano yuso escripto lay e notifique segund que en ella se contiene y para que mas publicamente fuese a notiçia de los que no se hallaron presentes se fixo en vn arbol donde estuvo mas de dos oras especialmente les notifique el dicho mandamiento a aluaro de hechaues e a gre-

yorio de acosta lenguas siendo testigos señaladamente a la dicha notificaçion el capitan nuflo de hechaves e adame de olauarriega e rrodrigo gomez e ihoan sanchez de vizcaya que a todo lo suscdicho se hallaron presentes e yo diego de olauarrieta scrivano de sus magestades que a lo que dicho es presente fui en vno con los dichos testigos e por ende fize aqui este mio signo ques a tal en testimonio de verdad diego de olauarrieta.

8

manda que ninguna lengua rrescate esclauo ni esclaua que tengan los amigos.

por quanto en la guerra que yo el gouernador mande hazer contra los yndios de la isla han sido thomados por los yndios carios que traygo en mi compañia çierta cantidad dellos e los tienen en su poder por sus esclauos e porque los xrispianos ynterpretes de la dicha lengoa carlo que entre ellos anda ellos por sy e por otros se los sonsacan piden contratan y rrescatan por vias diretas e yndiretas de que los dichos yndios se rresabián e son ynportunados e agrauiados porque no osan hazer mas de lo que las dichas lenguas les dizen e debaxo desto se hazen grandes fraudes de que rresulta grand perjuizio e dapno porque los dichos ynterpretes e lenguas e los otros xrispianos gastan e distribuyen los bastimentos que tienen para sustentar sus vidas con los dichos esclauos que sera ocasion de nos poner en grand neçesidad y los yndios a quien se toman los dichos esclauos quedan y estan dello descontentos por tanto por la presente mando aperçibir e notificar a las dichas lenguas ynterpretes e a cada vno dellos como por la presente les notifico e aperçibo no piden ni demanden rrescaten ni contraten direta ni indiretamente ellos para sy ni para otras personas algunas ninguno ni algu-

nos esclauos ni esclauas de los que tienen en su poder auidos y adquiridos e ouieren de aqui adelante ni a cautela los dexen en su poder de los dichos indios diziendoles que se los guarden e thengan en su poder para averlos en su poder edelante o servirse dellos theniendolos los dichos yndios como lo suelen hazer so pena que haziendo lo contrario dende agora para entonces los condepno a cada vno e qualquier dellos en perdimiento de todos sus bienes e de los dichos esclauos que ansi ouieren e mas quinientos castellanos de los que les pertenesçieren en las fundiciones desta conquista todo lo qual aplico la mitad para la camara de su magestad y la otra mitad para el que lo denunçiare sin otra sentençia ni declaracion alguna fecho en el puerto de los rreyes a primero dia del mes de marco de mill e quinientos y quarenta y quatro años declaro que de la pena sea la terçera parte para los gastos de los nauios e las dos terçias partes para camara e denunçiador fecho ut supra el adelantado cabeça de vaca por mandado del señor gouernador pero hernandez.

en la ysla ques de la provincia del rrio de la plata en primero dya del mes de março de mill y quinientos y quarenta y quatro años yo el escrivano yuso escripto ley e notifique el mandamiento desta otra parte conthenido a hechaues // e a antonio correa lenguas de la generaçion caryos en sus personas testigos andres hernandez e luis rramirez e pedro despinar joan de valderas escrivano.

e yo el dicho pero hernandez escrivano de su magestad fize sacar e saque los vandos de suso conthenidos segund que ante mi pasaron y en mi poder estan en fee de lo qual fiz aqui este mio signo a tal (hay un signo) en testimonio de verdad,

pero hernandez (Rubricado)

repetición 9

en la çibdad de nuestra señora de la asunçion que es en la provinçia del rrio de la plata çinco dias del mes de abril año del nasçimiento de nuestro saluador ihuxpo de mill e quinientos e quarenta e dos años el ilustre e muy magnifico señor aluar nuñez cabeça de vaca adelantado gouernador e capitan general en la dicha provinçia con dozientas leguas de costa de mar del sur e de la provinçia e puerto de vera por su magestad para la buena gouernaçion e conservaçion desta çibdad dixo que mandava e mando que todas las personas que en el viven e rresiden thengan e guarden la horden e vandos siguientes.

primeramente que ninguno pueda rrescatar ni contratar direta ni indiretamente ningunas yndias unos con otros sin liçençia de su señoria por ser como son libres so pena que la persona/personas que contra lo susodicho fueren o vinieren avran perdido e perderan lo que contrataren como dicho es para que su señoria lo de a quien le paresçiere e mas dos meses de destierro en los veçantinos

otro si que ninguna persona sea osado de rrescatar ni contratar con ningun yndio ni yndios de la comarca desta çibdad ni de los nuevamente convertidos ninguna yndia ni yndias syn liçençia de su señoria so pena quel que lo contrario hiziere pierda la yndia e el rrescate que por ella diere aplicado a quien su señoria mandare e mas quinientos maravedis aplicados la mitad para obras publicas desta çibdad e la otra mitad para el acusador.

otro si que ninguna persona sea osado de dar ni rrescatar a los yndios ni a los nuevamente convertidos rropa alguna de paño ni lienço ni machetes puñales ni casquillos ni otra cosa alguna de armas rropa ni munición so pena de dos mill maravedis de la moneda desta tierra la terçia parte pa-

ra la camara de su magestad e otra terçia parte para obras publicas desta çibdad e la otra terçia parte para el acusador e ocho dias de cabeça en el cepo.

otro si que ninguna persona sea osado de jugar ni deshazer arcabuz ni vallesta ni espada ni otras armas algunas desta condiçion ain que primeramente lo traygan e manifiesten a su señoria so pena quel que lo contrario hiziere lo aya perdido e mas que ande en los vergantines vn mes por fuerça e que lo mismo se entienda al que vendiere trocare o cambiare las dichas armas / o otras algunas de qualquiera condiçion sin la dicha liçençia aplicados las dos terçeras partes para la obra de la yglesia e la otra parte para el acusador.

otro si que ninguna persona pueda tener ni tenga en su casa ni fuera della dosa hermanas ni madre e hija ni primas hermanas por el peligro de las conçiençias e las personas que las tuvieren las aparten e quiten de sus casas e conversaçion dentro de seys dias cunplidos dende el dia de la publicaçion destos vandos so pena de las tales yndias perdidas e mas cuarenta cuñas aplicadas la terçia parte para la camara de su magestad e la terçia parte para las obras publicas e la terçia parte para el acusador

otro si que ninguna persona sea osado de rrescatar çera alguna por ser como es menester para brear los vergantines so pena que la persona que la rrescatare pierda la dicha çera e lo que por ella diere e mas quinientos maravedis aplicados la mitad para las obras publicas e mitad para el acusador.

otro si que ninguna persona pueda yr ni vaya a las casas de los yndios syn liçençia de su señoria so pena de destierro de vn año de por fuerça en los vergantines.

otro si que ninguna persona pueda rrescatar gato ni papagayo syn liçençia de su señoria so pena quel que lo rresca-

tare lo pierda y este tres dias de cabeça en el cepo si no fuere hijo dalgo e si lo fuere que este encarçelado seys dias en su posada.

otro sy que ninguna persona sea osado de vender ni comprar casa ni rroça sin liçençia de su señoria para que mande poner personas terçeros que con juramento apreçien el justo valor de la tal casa o rroça para que se venda por su justo preçio e ninguno rreçiba engaño so pena quel que lo contrario hiziere el vendedor pierda la rroça o casa y el comprador el preçio que diere o oviere dado la terçia parte para la camara de su magestad e la terçia parte para las obras publicas e la otra terçia parte para el acusador.

otro si que ninguna persona sea osado de andar de noche por el pueblo despues de tocada la prima so pena destar tres dias en el cepo e si fuere hijodalgo que pague çinco cuñas para obras publicas y acusador y esto por evitar los hurtos que de noche se pueden hazer.

otro si que ninguna persona sea osado de andar el arcabuzero ~~con~~ su bolsa e mecha e el vallestero con sus gafas en la çinta so pena de tres cuñas rrepartidas para las obras publicas e acusador e camara de su magestad.

los quales dichos vandos de suso declarados su señoria mando e manda publicar e manifestar en los lugares mas publicos desta çibdad en tal manera que venga a noticia de todos para que no pretendan ynorançia e los guarden e cumplan so las penas en ellos e en cada vno dellos conthenidas e declaradas e que se fixen en los dichos lugares publicos para que les sea mas notorio quas fecho en la çibdad de la asunçion a çinco dias del mes de abril año del nasçimiento de nuestro saluador ihuxpo de mill e quinientos e quarenta e dos años e lo firmo su señoria en el rregistro de mi el escrivano

por mandado de su señoria illustre,

pero hernandez (Rubricado)

otro si que todas las personas que ovieren conprado o contratado o avido qualesquier armas en qualquier manera de los que son nuevamente venidos lo vengan declarando e manifestando e las buelvan a sus dueños dentro de segundo dia conplido primero siguiente con apercibimiento qual termino pasado se las pediran por de hurto e las bolueran con las setenas.

los quales dichos vandos de suso conthenidos e declarados fueron leydos e publicados por leonardo a tambor siendo para ello llamada e junta mucha gente siendo presente el señor alcalde mayor e siendo presentes por testimos françisco aluaro gaytan e juan cobo e otros muchos.

ante mi pero hernandez (Rubricado)

juan pavon (Rubricado)

---

mandamiento del gouernador para que nadie vaya a rrescatar a los rranchos de los indios ni tanpoco rrescaten esclauos ni esclauas por indias.

por quanto a noticia de mi el gouernador an venido e se me an quexado ciertos principales indios carios nuestros amigos como son muy ynportunados de los xristianos asy con dadiuas como amenazandolos de palabra por tomarles lo que tienen para su servicio y llevar a su tierra que han avido y han en esta jornada y que si no les dan que los mataran y que a algunos dellos les han dado de palos por tomarles sus esclauos y esclauas tipoes hilo y otras cosas y que por

miedo no osan estar ni tener cosa ninguna en sus ranchos porque no les tomen por fuerça y que cada dia rreçiben muchas molestias y fuerças de los xristianos de que dios y su magestad son muy deservidos por estar como estan los dichos yndios carios debaxo de su yugo y anparo rreal y podria ser que si pasase adelante el mal tratamiento y fuerças que a los dichos yndios se les hazen y espera que se les haran si no se pone en ello rremedio quando se viesen en sus tierras se alçasen o quando mas nesesidad tuviesemos dellos no nos viniesen a seruir como vienen en nuestra compañia y dexarian de hazer otros muchos beneficios que cada dia dellos rreçibimos para nuestro sustentamiento en la dicha tierra de los dichos yndios carios y seria tanbien causa de que su magestad perdiese sus derechos rreales y se vsurpase su hazienda por causa de las muchas contrataçiones que ay entre los xristianos e yndios / por ende por la presente mando a todas y qualesquier personas asi lenguas como de otro qualquier estado condiçion y calidad que sea que no trate ni contraten ni vayan a los ranchos de los dichos yndios a rrescatar ni contratar con ellos esclauos ni esclauas yndias tipoys hilo ni otra cosa ninguna con cuñado ni con otro yndio alguno agora ni en ningun tiempo por si ni por otra terçera persona directa ni yndirectamente so pena qual que lo rrescatare o contratare pierda todos sus bienes say esclauos esclauas como todo lo demas y las partes que le cupieren en esta provinçia la terçia parte para la camara de su magestad y la otra terçia parte para los montes de los veçantinos y la otra terçia parte para la parte que lo acusare en lo qual desde agora le lo por condenado a todas las personas que oyeren o yncurrieren en este dicho vando sin aperar otra sentençia ni mandamiento ni terçera juzion // otro si he sauido que algunas lenguas y otras personas an-

dan por tomarlas sus mugeres guaranis que tienen para su servicio aqui y otros que tienen en sus tierras para tornallas a vender entre los dichos xristianos de que su magestad rreçibe desservicio y los dichos yndios muy grande agrauio porque siendo libres los hazen cautivos y en vender la sangre del justo asimismo mando que ninguno trate ni trueque esclauos ni esclauas con yndios guaranies ni rrescate por otra cosa ninguna agora ni en ningund tiempo so la dicha pena arriba contenida y porque venga a noticia de todos y nadie pretenda ynorançia mando fixar en lugar publico con hoz de trompeta fecho a XIX de março de mill y quinientos y quarenta y quatro años.

cabeça de vaca [Rubricado]

por mandado de su señoria pedro de cñate [Rubricado]

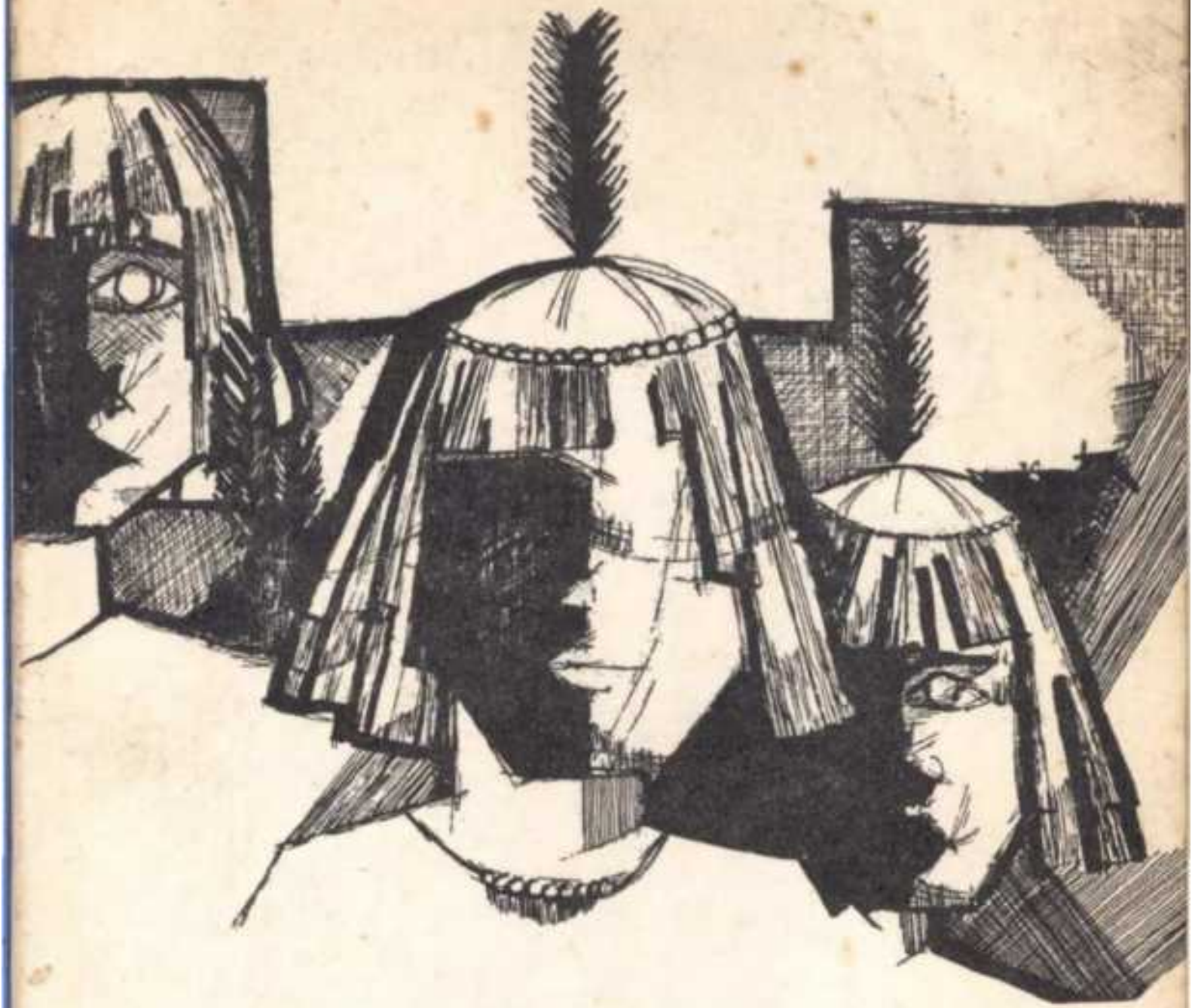
en el dicho dia dezinueve de março fixe este mando de suso contenido con hoz de trompeta que tocó juan de santiago trompeta siendo testigos juan rrodriguez y matia ferres vecinos de su señoria y el capitan françisco de rriuera y otra mucha gente el qual se fixo en un arbol questa a la puerta de su señoria.

Cotejada y corregida por el que suscribe, certifica que la presente copia está conforme con su original, existente en el Archivo de Indias.

Sevilla 26 febrero 1913

Gaspar García Viña

**ANEXO B -** Primeira e Segunda Instruções do Padre Diogo de Torres Bollo, respectivamente, de 1609 e 1610



# ANAIS
# II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DOM BOSCO

# ANAIS DO II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS

18 a 22 de outubro de 1977
Santa Rosa — RS

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

# A CARTA-MAGNA DAS REDUÇÕES DO PARAGUAI

**Arthur Rabuske, S.J.**

## INTRODUÇAO

Neste trabalho lê-se o teor vernáculo de duas "instruções" do P. Diogo de Torres Bollo aos missionários dos guaranis no Paraguai. Datam elas, respectivamente, dos anos 1909 e 1610, destinando-se a primeira aos Padres José Catildino e Simão Mazeta, enviados ao Guaíra, e a segunda a todos os missionários jesuítas do Guaíra do Paraná e dos Guaicurus. Ambas as instruções, por sua importância, merecem da nossa parte a qualificação de "carta-magna" das Reduções do Paraguai, e por serem pouco acessíveis ao leitorado luso-brasileiro, demo-nos o trabalho de sua tradução vernácula. Cremos, para lém disso, que seu conteúdo nos ajudará não pouco, para melhor entendermos certas facetas uniformes de quase todas as Reduções do Antigo Paraguai, facetas que aliás nos escapam de entendidas com certa facilidade.

Seu autor, o P. Diego (Diogo) de Torres Bollo, S.J. (1550-1638), foi um dos Superiores mais insignes que teve a Companhia de Jesus na América do Sul: como Reitor de quase todos os Colégios do Peru de então, e como fundador e primeiro Provincial do Novo Reino de Granada e do Paraguai. Assim a sua atuação mostra-se enorme e decisiva em quase todo o Continente Sul-americano. Revelou-se ele o grande defensor dos índios, máxime no Peru e Paraguai, contra os "encomendeiros".

Temos a certeza de que os dois documentos ou as duas "instruções" do Padre Torres foram de grande alcance para a fundação das Reduções dos jesuítas no Paraguai em seus inícios, marcando-as também, sob vários aspectos, para dizer-nos, porém, de sua importância, achamos oportuno recorrer a duas obras muito apreciáveis, quais se nos revelam "La Inglesia y Los Eclesiásticos Espanõles en La Impresa de Indias" (Salvat Editores, S.A., Imprenta Hispano-Americana, Barcelona, 1954, p. 582-86), da autoria de Antonio Ybot León, que analisa antes de tudo a primeira instrução, e "Organización Social de Las Doctrinas Guaraníes de La Compania de Jesus" (Gustavo Gili, Editor, Barcelona, 1913, tomo I, p. 429-432), do Pe. Pablo Hernández, S.J., que interpreta de modo especial a segunda.

Oferece-nos ele, porém, o texto original inteiro de uma e outra instrução, sob "Apéndice — Documentos y Aclaraciones", nº 40 e 41 desse mesmo volume.

Dito isso, a título de introdução, gostaríamos de que os textos traduzidos, na medida do possível, falassem por si mesmos.

## I PARTE: I — A primeira instrução do P. Torres para o Guaíra. (Para os Padres José Catildino e Simão Mazeta).

1. Conforme a primeira regra de Missões, procurem Vossas Reverências alcançar de Nosso Senhor uma grande estima da gloriosa empresa que lhes confiou, e fazer-se instrumentos aptos seus para a conversão de tantos infiéis.

Para isso ajudará a exata observância da regra 26 e 27 das Missões não só praticando a oração, leitura, exames, ladainhas e demais exercícios espirituais que de ordinário nos cabem, mas centando-lhes o que bem puderem, mesmo diariamente, como tomando alguém de quando em quando (ao menos cada mês e cada ano exercícios, conforme a ordem de Nosso Padre Geral), para passá-lo de todo ou em sua maior parte na missa e oração, e em algumas outras coisas espirituais, até alcançar a familiaridade e comunicação (união) com Deus Nosso Senhor; tão recomendada de Nosso Beato Padre Inácio, e tão necessária para semelhantes, Missões.

A matéria da oração mais freqüente conste destes pontos: 1º Quem me envia, que é Jesus Cristo, Nosso Senhor: **Eis que Eu** vos envio: assim como o Pai me enviou. Será nisso a composição do lugar a de me considerar eu diante do mesmo Senhor, que da Cruz me diz e ensina como o devo executar.

2º Quem é o enviado, que sou eu, tão pecador, tão indigno, etc.

3º A que me envia: ao ofício mais sublime, etc. A quem: A UMA NAÇÃO DIVIDIDA E DESPEDAÇADA, etc.: à mais pobre, desprezada e bem disposta.

4º Como realizou Cristo Nosso Senhor a salvação, remédio e redenção dos homens.

5º O que faz por eles e como os ama a Virgem Nossa Senhora.

6º Observar nisso os Anjos da Guarda, cujo ofício exerço.

7º Como procederam São Paulo e o Padre Xavier, e como devo imitá-los. A leitura ordinária de sua Vida e outros Santos, "De la perfeción religiosa" do P. Lucas Pinelo, bem como, cada mês as regras e esta instrução. O exame particular constará em não perder ocasião para aprender e estudar a língua Guarani, e exercitá-la com os índios durante todo o tempo não dedicado à oração e exercícios espirituais, sendo que em todos eles, principalmente na missa não de encomendá-los (índios) a Deus Nosso Senhor, bem como a Com-

panhia, esta Província e as necessidades da Santa Igreja, e a mim, que farei o mesmo por Vossas Reverências.

2. Cuidarão Vossas Reverências de sua saúde e cada um pela de seu companheiro; e guardarão a devida prudência nos jejuns, vigílias e penitências, bem como em abraçar e acometer os perigos, sem faltar contudo em que for necessário na confiança que devem ter na Bondade Divina e Paternal Providência, e na intercessão da Soberana Virgem e dos Anjos da Guarda mais na do Beato P. Inácio de Azevedo e seus Companheiros, aos quais em particular se acha recomendada esta Missão.

3. Em todas as igrejas que passarem a edificar, procurem fazer capela de Nossa Senhora de Loreto, de 40 pés de comprido, 20 de largo, 25 de alto, com o altar e demais como nela se encontra. E coloquem uma relíquia com a melhor decência possível, ficando ela ali para ser levada aos enfermos. E ponham no altar principal imagens de nossos Beatos Padres Inácio e Xavier, embora sejam de estampas, tendo-se também alguma para os doentes. E tomando por padroeiros e testemunhas aos dois santos. Renovem um dia na oração e missa os votos, bem como propósito de gastar a vida entre os índios, não os impedindo a santa obediência.

4. Tenham o cuidado de ir apontando tudo quanto for de edificação no que suceder, para escrevê-lo ao Superior de Assunção (do Paraguai) e a mim. E ao Padre Superior de São Paulo (de Piratininga) escrevam ao P. José, quando para tanto houver cômodo, bem como algumas vezes ao P. Provincial do Brasil. Haja com eles toda boa correspondência.

5. Se acaso entrarem por aí os padres do Brasil, que Nosso Padre Geral concedeu se enviem a esta Província, Vossas Reverências, 1º, regalem-nos a partir de sua pobreza com toda a caridade e amor, e os ajudem para que mais facilmente possam chegar a Assunção. 2º, Se ao padre que vier por Superior, após consulta com os seus companheiros e com Vossas Reverências, parecesse conveniente deixar aí um padre, ou no máximo dois, fique um com o P. José e o outro com o P. Simão, comoSuperior. E nessas condições poderá ser possível tomar a si outra missão, embora eu me incline mais a que todos baixem a Assunção. Se porém ficar alguém, que seja um que esteja com Vossas Reverências, para que com isto possa um atender a algumas necessidades com o outro, sendo que assim dois sempre juntos e se possa suportar o trabalho com mais alívio.

6. Nos povoados de "Ciudad Real del Guayrá" e "Villarica" del Espíritu Santo", publicarão o grande jubileu por ordem e disposição que achar conveniente o Licenciado Rodrigo Ortiz de Mel-

garejo. E, acabadas as duas semanas, dirija-se a confraria de acordo com o parecer do dito Licenciado, a quem se consulte e procure em tudo com muito amor e estima, e havendo com ele a máxima união, dê-se-lhe todo o gosto possível, como é justo por tantas razões de obrigação.

7. Tendo-se informado nos dois povoados de pessoas desapaixonadas e de bom exemplo onde acham que poderão fixar-se Vossas Reverências e sedear a principal Redução na Tibajiba,, irão lá e darão uma volta pela região, para escolher o posto que possuir maior e melhor terra e melhores caciques. No sítio mais perto e apto façam a Redução e povoação, como acaso será na boca do Ribajiba ou perto dela. Nisso advertirão primeiro que tenha água, pescaria, boas terras e que estas não sejam todas alagadiças nem muito quentes, mas tenham bom clima e se apresentem sem mosquitos e isentas de outros incômodos, onde possam manter-se e fixar até 800 ou 1000 índios: no que eles mesmo darão o melhor parecer. Seguindo a demais o do Licenciado Melgarejo, espero que se acertará neste ponto e em todos os restantes.

Um cacique, chamado "Hernando" (Fernando), encontra-se lá à distância de 4 ou 5 léguas. Dizem que é o mais capaz, e mais temido daquela região, e que ele ajudará muito à Redução e em tudo... Será necessário conquistá-lo e bem trabalhá-lo, para em muito ajudar-se de.e.

8. O povoado se trace segundo o modelo dos do Peru ou como seja mais do agrado dos índios e conforme o parecer do Licenciado Melgarejo, com as suas ruas e quadras, dando uma quadra (!) a cada quatro índios, uma residência a cada um, e que cada casa tenha sua hortazinha. Situem-se a igreja e casa de Vossas Reverências na (!) praça, dando à igreja e à casa o terreno necessário para cemitério. E a casa se ache pegada à Igreja, de modo que por ela se passe à igreja. Fazendo isto pouco a pouco e segundo o gosto dos índios, depois de eles terem feito primeiro suas casas e uma residência pequena para Vossas Reverências, bem como uma enramada que sirva para dizer missa, faça-se aquela outra (casa e igreja), quando eu o disser.

9. No tocante a doutrinar os índios, a tirar-lhes os pecados públicos e pô-los sob policiamento, terão que ir muito pouco a pouco, até tê-los ganho muito para si. Nisto e nem no sustento de Vossas Reverências lhes sejam de qualquer peso ou carga. Mas ao entrar batizem as criaturas enfermas e catequizem os adultos doentes, de maneira que nem grande nem pequeno morra sem batismo. Isto não somente em sua povoação, mas em toda a redondeza, tendo-se recomendado aos índios da comarca que avisem quando eles, ou seus filhos, e parentes, estiverem enfermos. E o espanhol que for com

Vossas Reverências cure-os a todos, sangre-os e os purgue, e faça com que o ajudem, bem como lhes dê aos poucos presentes que houver e vá ensinando a algum índio para a mesma finalidade.

10. O mais depressa possível, com suavidade e gosto dos índios, recolham-se todas as manhãs os seus filhos para aprenderem a Doutrina, sendo que delas escolham alguns para que aprendam a cantar e ler. E se o Licenciado Melgarejo souber como fazer-lhes flautas para que aprendam a tocar, faça-se, procurando bem ensinar a algum, já homem, para ele ser "maestro" (mestre). Em todas as festas e por dois ou três dias da semana, juntem-se os demais para ouvirem a Doutrina e o Catecismo, aprendendo-a de cor os que não forem muito velhos, e contentando-se com que estes (os últimos) percebam e entendam bem os principais mistérios de nossa santa fé.

De todos os adultos que se batizarem e estiverem casados ratifiquem o matrimônio com a primeira mulher, guardando as admoestações e demais cerimônias sagradas da Igreja, bem como dispensados dos impedimentos, secretos e públicos, que houver. As dispensas se façam conforme os privilégios.

Aos índios já cristãos hão de dar a extrema-unção (unção dos enfermos) a seu tempo, depois de lhes haver explicado a virtude deste Sacramento, administrando-o, bem como os demais (Sacramentos) sempre com toda a decência e solenidade. Em particular valha isso dos Batismos, máxime dos primeiros a fazer, em que se há de juntar a principal gente adulta e bem catequizada. Faça-se o mesmo nos enterros, levando-se grinaldas para as criaturas inocentes. E procurem despertar toda a reverência às coisas sagradas, como à água benta, aplicando-a aos enfermos e ordenando que a tenham em decência em suas casas, e com ela crucifixos em todas, especialmente nas dos cristãos. Diante deles somente se diga a missa, não consentindo, sem causa grave, que a ela assistam os infiéis.

11. Ponha-se um grande cuidado no Catecismo, procurando que todos entendam e percebam, conforme sua capacidade, todos os mistérios de nossa santa fé. Sejam os sermões tais que se lhes declare algum mistério, artigo ou mandamento, repetindo-o muitas vezes usando de comparações e exemplos. Ordene-se que em suas casas repitam uns com os outros a Doutrina e a ensinem, especialmente os meninos da escola. Cantem ademais pelas ruas os pequenos hinos que lhes ensinaram. Idem se ordene que se saúdem, dizendo: Loado sea Jesus Cristo nuestro Señor y la Santissima Virgem Maria su Madre". E até que souberem rezar o seu rosário (terço do rosário), ensinando-os a rezá-lo, repitam estas duas palavras: "JESUS, MARIA!". E digam-nas em todas as suas necessidades, e tragam os rosários ao colo ou ao menos cruzes, que sirvam de insígnia a todos os cristãos. Haja empenho para que façam rosários das contas

que em todas as partes nascem, perfurando-as ainda verdes. Ergam também cruzes em suas chácaras e nas entradas do povoado.

12. Tenham grande gosto em dar as coisas que consigo levarem e se lhes forem enviadas, de modo que sirvam de prêmio aos que melhor aprenderem e aos que melhor ajudarem, bem como aos caciques. Introduzam assim a seu tempo a esmola entre eles e a todos os pobres impedidos de trabalhar, façam-lhes as suas chácaras, hajudando-os sempre com toda a caridade.

13. Nomeiem a seu tempo um sacristão e fiscais, ensinando-lhes as obrigações de seus ofícios. Que o fiscal cumpra o seu com prudência, inteireza e suavidade. Digam-se aos índios do respeito e obediência, que hão de ter para com os Padres Sacerdotes, a seus conaturais, aos caciques e fiscais, a quem apontarão pequenos alguazis, que os ajudem em arrebanhar a gente para a Doutrina e descobrir os enfermos, repartindo-os pelos seus quarteirões (cacicados).

14. Tenham livros do Batismo e de Casamentos, e a seu tempo façam assentos à parte de todos os que confessam, assinalando cada ano os confessados. No mesmo livro podem fazer um catálogo geral de todas as pessoas por suas parcialidades (cacicados), caciques, marido, mulher e filhos. Tudo isso dirá o Licenciado Melgarejo como se haja de fazer. Sempre hão de riscar os que morreram e farão um sinal para os ausentes. Admoestá-los-ão para que não se ausentem para longe sem licença do padre Superior. Saindo eles para alguma meta dos povoados espanhóis ou para resgate, procurem que isto não se dê nos começos voltem a seu tempo. Quando se demorarem voltar, façam diligências. O melhor é que durante uns dois ou três anos não saiam do povoado, ou seja até que estejam sabendo bem as coisas de sua salvação.

15. Com toda a energia, prudência e diligência possível se impeça que os espanhóis não entrem no povoado e, entrando, não façam agravos aos índios e em breve tornem a sair. De maneira nenhuma os deixem tirar índios ("peças") para escravos, defendendo a estes em tudo como verddaeiros pais e protetores. Sejam-no de toda a comarca, de maneira que todos os índios o saibam e por toda a parte apareçam para socorrê-los como verdadeiros pais em suas necessidades. Os seus pleitos pacifiquem-nos com todo o amor e caridade. Repreendam nisso os culpados e nos demais vícios públicos corrijam-nos e os castiguem a seu tempo com amor e inteireza, especialmente os feiticeiros, a propósito dos quais procurem estar informados. Não se emendando, desterrem-nos, do centro da população, por serem muito perniciosos.

16. Aparecendo caciques de outras regiões, para ouvirem sobre as coisas de Deus e tratarem de ser cristãos, persuadam-nos a

que se fixem perto da primeira Redução e povoado. Assim torno a insistir muito na escolha e acerto do lugar, porque vem a ser de suma importância, na suposição de que se torne a casa e Doutrina fixa da Companhia, nela habitando com o tempo de 5 a 6 dos nossos (jesuítas). Desta forma, quanto mais se apresentar, mais a propósito será, mesmo que comporte 1.500 índios, porque dali haverá de acudir-se às demais partes (regiões).

17. A seu tempo faz-se preciso conseguir que eles se metam a fazer as suas chácaras, a tecer, semear algodoais, plantar árvores frutíferas e a todos os legumes, para que não lhes falte o sustento e vestido. Da mesma forma, para que passem a criar porcos, galinhas e pombas, bem como façam açudes de pescado e se apliquem em granjas, resgates e policiamento. Passando algum tempo e gostando disso os índios, façam Vossas Reverências para si uma chácara e horta de todos os legumes possíveis, e criem para si galinhas e porcos, tanto para o sustento próprio e o dos serviçais, bem como para os pobres, e transeuntes. Tendo com que, façam todos os dias uma boa panela de milho ou legumes ou o que puderem, para dá-lo diariamente aos pobres diante da porta.

18. Na pequena casa de Vossas Reverências não entrem mulheres por motivo algum e não se recebam nela hóspedes, exceto algum religioso, ou pessoas de clero. Hão de dar contudo a todos do que tiverem, observando desde os inícios em casa perfeita clausura e tocando o sinal com a campainha ao levantar, oração, exames, almoço, ceia e hora de dormir. Mais tarde, quando houver portas, afixe-se nelas campainha, para que esta ordem ajude não só a nosso, mas chegue a edificar os próprios índios.

O resto ensiná-los-á o Senhor e a experiência, e dar-se-ão os avisos de acordo com o que Vossas Reverências nos noticiarem. Conceda-lhes ele sua bênção copiosa! Caso vier a morrer algum de Vossas Reverências, fique com o sobrevivente o Licenciado Melgarejo. E, se este tiver vindo, o espanhol fique com ele, e escrevam logo, etc. — Diego de Torres.

## II. O COMENTÁRIO DELA POR ANTÔNIO YBOT LEÓN

O documento é um modelo de previsão, diligência, inteligência e caridade, tanto para com os índios como os próprios missionários, a quem trata de proteger paternalmente contra todos os perigos materiais e morais. Ler esta instrução equivale a conhecer os métodos de fundação empregados em todas estas missões ou reduções, chamadas em geral do Paraguai, que se apresentam tão extensas e tão famosas, todas "cortadas" pelos mesmos modelos, uniformes em

sua organização, gênero de vida, estilo, costumes e modo de administração espiritual e econômica.

O P. Torres começa por dar aos religiosos as armas para o mantimento da tensão espiritual, que se evidencia sempre indispensável, mas ainda mais diante do mundo bárbaro a que eles se dirigiam. Afora algumas considerações preliminares, propõe o Provincial a seus súditos os seguintes pontos de freqüente meditação:

1º Quem me envia: Jesus Cristo, que da cruz me ensina como deva agir.

2º Quem me envia: Ao mais sublime ofício. E a quem: À gente mais pobre, despedaçada e bem disposta.

3º Quem é o enviado: Eu, pecador.

4º Como Cristo Nosso Redentor operou a salvação, o remédio e a redenção dos homens.

5º Que faz por eles e como os ama a Virgem Nossa Senhora.

6º Ver como meu ofício é o do Anjo da Guarda dos índios.

7º Como o cumpriram S. Paulo e S. Francisco Xavier, e de que maneira devo miitá-los. Como deveres a cumprir para a própria preparação à obra (indicam-se) a leiurat prescrtai de ordinário sobre a vida do Padre Xavier e de outros santos, o livro "De la perfección religiosa" do P. Lucas Pinelo e o aproveitar qualquer minuto em aprender a língua guarani, bem como em exercitá-la com os índios todo o tempo não consagrado à oração e aos exercícios espriituais.

Depois destas recomendações para a robustez espiritual, e a consecução do meio material de comunicação que é o idioma, seguem as indicações relativas ao corpo, que, sem dúvida alguma, deve ser um suporte resistente e bem preparado para os esforços que se lhe pedem. "Cuidarão Vossas Reverências de sua saúde — diz — e cada um pela de seu companheiro" (etc. seguindo toda a citação de texto que está sob 2 na instrução)...

Todas as igrejas das missões que se houvessem de fundar, deveriam ter cada uma por si capelas de dimensões idênticas: 40 pés de comprido, 20 de largo e 25 de alto. Em seu altar encontre-se uma relíquia a ser levada para os enfermos. No altar-mor de cada igreja tera que havier imagens dos então (apenas) Beatos Inácio e Francisco Xavier, "mesmo que sejam só de estampas".

Depois de várias considerações sobre a conveniência de estarem em comunicação assídua com os Padres da Companhia (de Jesus) no Brasil, diz o texto no concernente aos pormenores da fundação das missões: "Tendo-se informado nos dois povoados..." (etc., citando-se quase o texto inteiro de nº 7 da instrução).

Após essas normas sobre a escolha do lugar, seguem as referentes à declinação dos povoados a serem fundados: "O povo se trace

segundo o modelo dos do Peru..." (etc., quase tudo como em nº 8 da instrução).

Depois vem a vez da evangelização dos índios, que o P. Torres aconselha seja com muito tato e sem pressas, prejudiciais estas em última análise: "No tocante a doutrinar os índios..." (etc., seguindo-se as citações essenciais de nº 9, 10 e 11 da instrução).

Não é possível acompanhar passo por passo as mil advertências, cheias de sabedoria previdente e larga experiência, que esmaltam com os seus conselhos-ordens a longa instrução do P. Torres. Sua diligência alcança tudo: os livros de batismo, de casamento, confissões e censo; o ensino da caridade e esmola, a designação de sacristões, e fiscais que vigiem os índios no religioso e tenham os seus dependentes e ajudantes para reuni-los; que os índios não saiam do povoado sem permissão do Padre, "e o melhor é que por dois ou três anos não saiam até saberem bem as coisas da salvação que os espanhóis não entrem no "pueblo" e, se entrarem, não causem danos aos índios e saiam de imediato; o modo de atrair os caciques mais próximos e promover desta forma novas fundações; que os índios se apliquem ao trabalho agrícola em seus campos, semeando algodão, cultivando árvores frutíferas e legumes, e à cria de galinhas e porcos, para que não lhes falte alimento e vestuário, e que os padres, logo que tiverem com que, façam cada dia uma panela de comida, distribuindo-a diante da porta de suas casas aos pobres..."

## II PARTE: **A Segunda Instrução do P. Torres, para todos os missionários do Guaíra, Paraná e dos Guaicurus.**

1. Devemos tender, em primeiro lugar, a nosso aproveitamento (sobrenatural), persuadindo-nos daquela verdade tão certa: QUE ADIANTA AO HOMEM, etc., e que, quanto mais cuidarmos de nossa perfeição tanto mais nos faremos instrumentos aptos de alcançarmos a de nossos próximos, a sua salvação, e a conversão dos índios, sendo que esta a havemos de negociar (conseguir) principalmente com orações contínuas, com sacrifícios e penitências, e o exemplo de vida: ASSIM BRILHE A VOSSA LUZ, etc...

Por causa disso seremos exímios observantes de nossas regras e empenhados em não faltarmos em nada no concernente à oração, preparação da missa, ação de graças de meia hora ou ao menos de um quarto de hora. exames e leitura espiritual. Esta será bom fazê-la ao mesmo tempo a propósito das regras, instruções, coisas da Companhia, vidas de nossos santos Padres Inácio e Xavier, e obras do P. Afonso Rodriguez, lendo-as todas por sua ordem desde o início. Da mesma forma trataremos de fazer anualmente os Exercícios Espirituais (retiro!) por dez dias e de tomarmos cada 15 dias uma manhã inteira para consagrá-la de todo à missa e oração, e dando

a esta todo o tempo que as ocupações forçosas nos permitirem, bem como ao estudo (saber) da língua.

2. A esta sempre se atenda como sumo cuidado, não se contentando em sabê-la de qualquer maneira, mas com eminência, persuadindo-se que dela depende em segundo lugar a conversão dos índios e nosso agradecimento ao Senhor, ao qual nisso oferecemos um sacrifício de sumo agrado. Assim, constitui-se num bom exemplo para as recreações e "entre-dia" ocupar-se com a língua e nela sempre falar: com o que também conquistarão os índios mais que com outro qualquer mestre, depois do bom exemplo e da oração.

3. Procurem, enquanto possível não se afastar dos companheiros, nem sair a sós, porque, além de o Senhor nos haver ensinado isto através de seus Apóstolos e Discípulos ENVIANDO-OS DOIS A DOIS — E AI DE QUEM ESTIVER SÓ, PORQUE, CAINDO, NÃO TERÁ QUEM O LEVANTE! — E O IRMÃO AJUDADO PELO IRMÃO, É COMO UMA TORRE FORTÍSSIMA, a nós nô-lo mandou o mesmo Senhor por meio de nosso Padre Geral em diversas das suas prescrições.

4. Por este motivo e outros mais, não se admita de modo nenhum Doutrina que tenha anexos, mas que seja de um só povoado, ao qual reduzam todos os índios que comodamente puderem. E assim marque-se presença nas Doutrinas que tivermos, procurando SUAVE E FORTEMENTE que se reduzam os diversos (agrupamentos) a um só povoado. Por essa causa, não sendo possível executá-la, entendam que minha intenção é a de que apenas sejamos Curas do povoado principal, e que a este se atenda com obrigação de justiça, aos demais, porém, por caridade, quando se puder com comodidade e em casos prementes. Insiste-se junto aos Prelados, para que eles os provejam das Curas e que entendam não o sermos nós. Se, no entanto, fosse conveniente a Companhia encarregar-se de tal povoado, então avisem-no e dêem conta disso ao Padre Provincial.

5. Devido a esta razão e por causa de muitas outras, moderem o fervor e zelo no sentido de muitas reduções, procurando na que tiverem a seus cuidados assentar firme o pé e cultivá-lo com vagar, como se nela tivessem que estar até a morte, como quem deva dar conta daquelas almas que o Senhor lhe confiou, e tendo por certo que com isso hão de ajudar muito às demais nações e pessoas, pois se converterão a partir do bom renome que dará a que tiverem bem cultivada, saindo em busca dos Padres e querendo gozar do mesmo bem que seus vizinhos.

Não se tira com isso o envio de mensageiros e presentes aos caciques, e se esforcem para que venham ouvir as coisas de Deus e enviem os seus filhos para serem educados, bem como, se quiserem reduzir-se ao novo próprio povoado, sejam providos de chácaras. Se, porém, forem reduzir-se nalgum outro sítio, por pouco tempo

vá-se em seu auxílio a dois ou um, e com bom companheiro, dirigindo-os na obra de sua redução, e algumas vezes em missão ou casos forçosos. Disso avisarão, como foi dito, o Superior.

"NA CULTURA, TRATO E AJUDA DOS ÍNDIOS OBSERVAR-SE-Á O SEGUINTE:

1. Antes da fundação do povoado, considere-se muito sua sede, por dever apresentar-se com capacidade para muitos índios, ser de bom clima, de boas águas, apta para o sustento a conseguir, com chácaras, pescas e caças. Nisso terão que informar-se muito detidamente com os próprios índios, principalmente os caciques, dando-se atenção para que estejam longe de outros, com quem se acharem em guerra.

2. Fundem o "pueblo" com traçado e ordem de ruas, bem como deixando a cada índio o terreno bastante para sua hortazinha.

3. Coloque-se nossa casa e a igreja no centro e as dos caciques logo em volta. A igreja mostre-se capaz com bons fundamentos e alicerces, além de pegada à nossa casa. Logo que possível esta fique cercada e se lhe faça porta com uma campainha. Da mesma porta tenha a igreja uma porta para a sua guarda e decência, e para que nela a seu tempo se coloque o Santíssimo Sacramento.

4. Ajudarão os índios e os orientarão para que façam chácaras de milho, mandioca, batatas e outros gêneros alimentícios, bem como para que plantem algodais para seu vestido. Para tanto tratem de conseguir bois de arado.

5. Sejam-lhes ajuda em tudo como pais e pastores, e curem-nos em suas enfermidades com todo o cuidado e amor.

6. De nossa pobreza dêem esmola aos pobres e exortem aos que mais estiverem para fazer o mesmo.

7. No referente ao espiritual, erijam logo a escola de meninos, na qual um dos companheiros lhes há de ensinar a doutrina, que recitarão ao entrar e sair (da escola) de manhã e à tarde, até muito bem a saber. Depois será o bastante declamá-la ao sair. Por sua vez eles ensinarão a doutrina e alguns pequenos cânticos a seus pais e às outras pessoas de casa, dando-se prêmio ao que melhor o fizer e corrigindo ao que for faltoso. Quando entrarem na escola ou em sua casa ou toparem com alguém, dirão LOADO SEA JESÚS!

Ensinar-lhe-ão também a ler e escrever, a cantar e tocar música, havendo comodidade para tal. Os meninos assistirão à missa, sendo que todos aprenderam a ajudá-la. À noite cantem as Ladainhas de Nossa Senhora ou os "sábados".

8. Terminada a primeira missa, juntem-se todos os rapazes e índios já crescidos que não forem de escola, para aprenderem a

Doutrina, separadas contudo as mocinhas. E ensiná-la-ão os que melhor a souberem, fazendo-os o mesmo aos rapazes e a outros. Idem às tardes, por meia hora, antes da oração.

9. Todos os índios, e índias, que pedirem com mais fervor o serem batizados, apareçam todas as manhãs para aprenderem a doutrina: as mulheres com as mocinhas e os índios com os rapazes. A isso assista o Superior. Todos os domingos e sextas se ensine religião a todos antes da missa; à tarde se faça a procissão pelo povoado. Na igreja ou cemitério se pregue sobre algum artigo ou mandamento com muitas repetições. Aos domingos haja sermão na igreja. Quando estiverem bem instruídos, pregar-se-á explicando o evangelho. É de muita importância expor-lhes algum exemplo da matria de que se trata. Fica bem na quaresma um dia ou dois da semana pela tarde falar-lhes e exortá-los a propósito da disciplina, quando neles para tanto se descobrir capacidade. Pratiquem-na, mas nunca de modo algum ato de sangue.

10. Batizem os adultos com muita prudência e recato, estando eles bem catequisados e instruídos, e tendo-se garantias de que vão perseverar na redução. Inicialmente seja com solenidade, juntando-se alguns dos que hajam de ser batizados. Confessem-se cada ano e, na hora da morte, dê-se-lhes a extrema-unção (unção dos enfermos) e aos mais provectos o Santíssimo Sacramento, sendo possível levá-lo com decoro.

Um dos companheiros, batize as crianças, enquanto o outro aos domingos marca presença doutrina. Sabendo-se que algum infiel se encontra doente, vá-se com todo o cuidado catequizá-lo e oferecer-lhe algum presente. Aos que morrerem cristãos, enterrem-nos com a solenidade possível, não consentindo nisso e nem em outra coisa qualquer superstição, mas desterrando-as todas com grande zelo e prudência.

11. Toque-se o sino três vezes por dia para a oração e, à noite, em lembrança das almas dos defuntos. E saiam então dois rapazes pelo povoado para exortarem que as encomendem a Deus.

Tenham um fiscal ou dois, conforme o número das pessoas, dando-lhes por ajuda alguns rapazes grandes, bem como algum outro para sacristão. Escolham de seis a sete cantores, para solenizarem as festas das missas, dos Salmos aos sábados e as festas principais, "trevas" (da semana santa) e o demais de acordo com os costumes.

12. De três em três dias ou de quando em quando os dois companheiros saiam juntos pelo povoado, para que não haja bebedeiras. Delas e dos enfermos avisarão os fiscais e meninos da escola, tomando-o muito a peito e dando-se prêmio a quem melhor o fizer. Embora se deva avançar com pulso firme no remédio das bebedeiras e demais pecados entre os infiéis, nos cristãos faz-se necessária inteireza, precedendo nisso os meios suaves de admoestação e repreen-

são. Aos caciques contudo não convém castigá-los e de modo particular não em público. Por nossas próprias mãos não se castigue a ninguém, nem mesmo dando uma bofetada a rapazes. Isto teria vários inconvenientes, para além de ser contra a nossa regra.

13. Procure-se, com sumo cuidado, não ser embaraçado e nem molestos aos índios, especialemnte com respeito às nossas coisas próprias. Não se lhes peça o que quer que seja, a não ser em casos extremos, e neste caso pagando-o. Pela administração de sacramentos e para fazer enterros por ora não se peça nada de forma nenhuma. Se mais tarde for conveniente fazê-lo então se coloque o resultado em depósito à parte ou reparta-se sem mais entre os pobres. Menos ainda aceite-se algo por missas rezadas. Antes que isto, diga cada padre semanalmente uma cissa pelos índios, e morrendo algum deles, também se celebre uma missa por sua alma.

14. Nosso sustento e vestuário se proverá primeiro com o que houver de dar Sua Majestade, sob cujo governo se coloquem os índios que se converterem ou reduzirem. E, em primeiro lugar, o Superior tenha cuidado de disto a tempo avisar o Procurador Geral em Buenos Aires, para ser-lhe notório em que aplicar a esmola em foco. Segundo, procurem fazer chácara (roça) de milho e legumes, pagando muito bons salários aos índios e esforçando-se para que isto aconteça sem peso para eles. Para facilitar ainda esse trabalho, tratem de conseguir bois e arados, e, havendo boas terras, façam chácaras de algodão para vestir os índios — a este no menor número possível —, para fabricar as alfaias da igreja e o vestuário dos próprios padres. Em terceiro lugar tenham horta e hortelão, a quem hajam de pagar bem. Procurem criar algum gado maior e menor sendo fácil, pois, ajudará a que se tenha com que favorecer e regalar a todos os pobres e enfermos, bem como aos espanhóis em pobreza que acorrerem à aldeia.

15. Em relação aos espanhóis proceda-se com toda a prudência, tentando conquistá-los a todos, tanto para o bem de suas almas, como para que não impeçam os nossos trabalhos e façam dano aos índios. Também para que os agravos sejam mais reduzidos, entendendo eles, porém, que não os consentiremos e avisaremos, pela mesma razão, a quem possa remediá-los.

Vindo eles às nossas Reduções, recebam-nos com amor e convidem-nos se for conveniente, mas não consintam que se demorem muitos dias, nem que causem danos ou dêem exemplos de má vida. De maneira nenhuma cooperem os Nossos (jesuítas, padres), a que se tirem índios das Reduções para trabalhos. Antes, quando quiserem tirá-los, peçam-lhes a ordem judiciária e, não a tendo ou detendo eles muito tempo os índios, escrevam ao Padre Reitor desta casa (de Assunção), para que ele avise ao Tenente-General e remedeie o mal. E, quando se fixar a taxa de imposto, procurem os meios e modos para os índios a pagarem, sem saírem de seus povoados. Sain-

do, porém, por este ou aquele motivo, vejam para que os que ficam, façam chácaras pelos ausentes. O mesmo vale para as viúvas, os enfermos e velhos, emprestando-se para isso os bois e arado, mas que seja através dos caciques.

16. No tocante às confissões de espanhóis, que houverem de chegar às nossas Reduções ou quando nós formos às suas aldeias, proceda-se com muita firmeza, especialmente se forem vizinhos "encomendeiros" ou preadores de índio, e ainda gente que tenha levado índios à exploração da erva-mate, do tabaco ou de minas, levando à satisfação devida aos que tiverem e puderem, bem como propondo emenda com todá a insistência.

17. Quando um dos companheiros cair em falta nalguma coisa substancial ou grave, o outro passe a avisá-lo com todo o amor e caridade algumas vezes e, não bastando isto, bem como sabendo-o fora de confissão, informe-o com grande prudência o Superior de Assunção. Se porém, o souber em confissão, cumpra seu ofício como o ensina a Teologia, embora espere que não seja preciso, mas o Senhor que, os chamou a tão gloriosas empresas, os conduzirá por sua mão.

18. Em todas as ocasiões possíveis escrevam ao Superior de Assunção e ao Provincial, a quem hão de mandar a (carta) ânua, cada ano, a propósito do que o Senhor houver designado operar por seu intermédio e com respeito às notícias que tiverem.

18. Como último aviso desta instrução reservei o que Nosso Redentor deixou em testamento a seus Apóstolos, ao rematar sua vida santíssima, dizendo: ISTO VOS ORDENO, QUE VOS AMEIS UNS AOS OUTROS ASSIM COMO EU VOS AMEI! E pediu, ao mesmo tempo, isto ao Pai: QUE SEJAM UM COMO NÓS SOMOS UM!

Não parece que o Senhor tenha podido encarecer mais o quanto importa o amor e união dos Apóstolos e dos que os sucedem no ofício, que foi tal que ainda dos primeiros cristãos se diz: ERAM UM SÓ CORAÇAO E UMA SÓ ALMA. Será de valia ter-se oração, num dos dias da semana, a propósito destes três pontos, sendo que o quarto poderá ser sobre o encarecimento com que a recomendou Nosso Santo Padre (Inácio Loiola). Em segundo lugar ou ponto, pedi-lo ao Senhor. O terceiro consiste em considerá-lo a Ele no companheiro, como diz a regra. O quarto poderá consistir em confessar-se UM AO OUTRO cada dia, ou ao menos de três em três dias. O quinto ponto seja o de cuidar cada um não pouco pela saúde do outro. O sexto ponto consiste em o Superior não fazer nada de importância sem o parecer de seu companheiro e de acordo com sua anuência. O sétimo que cada um renuncie a seu próprio gosto e o mortifique, para oferecê-lo ao Senhor no companheiro. É este o hábito e são estas insígnias dos Apóstolos e homens apostólicos."

"Diego Torres".

## II. "AS INSTRUÇÕES DO P. TORRES", segundo Pablo Hernández.

"As reduções do Paraguai começaram três anos depois de fundada a Província e depois de haver entrado no exercício de seu cargo de Provincial o P. Diogo de Torres Bollo. Foi de um grande coração e teve alma de missionário, que não se sentia satisfeito a não ser que no meio dos índios e dos negros (Veja-se sua vida em NIEREMBERG, "Varones ilustres, Paraguay", e Lozano, "História", Livr. IV, ss.).

Seus exímios dotes para governar foram a causa de os Superiores o tirarem do que teria sido dentro; não foi, contudo, senão para alargar-lhe a esfera de ação, pondo-o a frente de uma Província, e multiplicando seu influxo na medida em que se multiplicava o número dos missionários que ele formava, animava e dirigia.

Ao despedir, em fins de 1909, os Padres Simão Mazeta e José Cataldino para o Guaíra, deu-lhes uma prudentíssima Instrução escrita sobre o modo de fundarem e disporem as reduções ou povos, que se pretendiam erigir. Ela, como documento inicial e imediata regra da fundação, vem a ser digna de lida por inteiro e considerada com toda a atenção.

Um ano mais tarde, expedia ele nova Instrução, destinada não já de modo exclusivo ao Guaíra, mas dirigida a todas as reduções da Província.

Merecem notados nesta segunda instrução os avisos relativos ao sítio e traçado do "pueblo", à escola dos meninos e ensino do Catecismo, administração dos Sacramentos, remédio dos escândalos públicos e, campeando isto de modo notável em todo o documento prudência a propósito do ponto das "encomiendas".

O sítio em que se vai edificar a redução quer ele que seja, como o dita a razão e prescrevem as leis, sadio, de boas águas, com terras aptas para o cultivo, e também para a caça e pesca, bem como distante de inimigos. Para acertarem na escolha do mesmo, não o determinem os padres por si só, mas por meio de informes colhidos junto aos índios, máxime dos caciques, que entre eles são os indivíduos de maior juízo, bem como de maior influência.

Será a disposição do povoado de ruas bem delineadas, de sorte que a igreja fique no centro, estando de imediato junto a ela a casa dos padres. Cuidar-se-á para que também se encontrem perto dela as casas dos caciques e que cada família de índios tenha sua própria e pequena horta.

Desde os índios organizem a escola dos meninos, em que estes aprendam o catecismo e os cânticos, bem como, sendo possível, os ensinem a ler, escrever, contar e também a tocar música. Dediquem-se outrossim, em horas fixas diárias, a ensinar o catecismo aos jovens e às pessoas adultas.

Na instrução se lhes dá a ordem de administrar os Sacramentos do Batismo, quando os catecúmenos já estiverem bem preparados, e a Unção dos Enfermos (extrema-unção) aos moribundos, e mais o Viático, quando houver capacidade suficiente.

Para remediar as borracheiras, vício tão comum entre os índios, ordena o P. Torres que os padres, de tempos em tempos, saiam pelo povoado, para atalhá-las com a sua autoridade. Usem nisto de prudência e tolerância com os infiéis, mas não as suportem com os já batizados, procurando energicamente sua emenda e começando por meio de repreensões, passando a castigos, se elas não bastarem.

O que ocupa grande espaço na instrução é o cuidado que mostra pela liberdade dos índios devido às "encomiendas". No respeitante aos padres ordena-se que paguem muito bem aos índios por qualquer coisa que lhe pedirem ou qualquer trabalho em que os ocuparem, e neste ainda sejam, solícitos em não os molestar. Ordena que procurando dessa forma fazer chácara de milho e legumes para seu sustento próprio, e de algodão para seu vestuário, façam o possível para adquirirem algum gado maior e menor, que servirá de ajuda aos pobres e enfermos. Pague-se tudo isto a partir do estipêndio que o Rei houver de dar.

Diz-se, no concernente aos índios, que os instruam no sentido de que façam eles mesmos as suas chácaras (roças) ou sementeiras. Ajudem-nos em tudo como pais. Dêem-lhes esmolas, sendo eles pobres exortem-nos a dá-las, quando tiverem com quê. Aos recém-convertidos ponham como chefe o rei, visto que não são reduzidos por conquista, e sim pelo Evangelho.

No respeitante aos encomendeiros, o P. Torres encarrega os padres a procurarem não desgostá-los, mas também não colaborem, de sua parte, com eles para se tirarem índios do povoado e nem consintam escândalos. Visem a que não se detenham eles por muito tempo na aldeia da redução. E, estando determinada a taxa (do imposto) ensinem os índios, a fim de que, para apagá-la, não tenham que sair do "pueblo".

A prudência e sabedoria destas normas e de outras contidas na instrução perceber-se-á mais adiante (na obra do P. Hernández).

Esta a segunda vez que o P. Torres enviava prescrições extensas para o governo dos missionários. Tivemos o cuidado de assimilar os pontos capitais desta instrução, tanto pelo fato de ela apresentar-se, em várias coisas, com maiores detalhes que na primeira, tendo-se tido nesse ínterim mais experiência em diversos assuntos, como por ser a segunda instrução dirigida em geral a todos os missionários e a todas as reduções, que então se faziam no Guaíra, no Paraná e entre os Guiacurus, enquanto havia sido apenas para os do Guaíra a anterior.

Pode ver-se a primeira instrução de modo igual "Apêndice" (da obra do P. Hernández). Embora se descubra variedade nalguns

pontos, poderá observar-se com facilidade que é na liberdade dos índios, que numa e outra instrução mais se insiste" (Op. cit., p. 429-32, nº 123).

## CONCLUSAO:

Vistos os textos das duas instruções do P. Torres e lidos também os comentários interpretativos que lhes fizeram, respectivamente, Antônio León e Pablo Hernández, muita coisa de certo resta para nós como interrogação. Buscar uma resposta a todos estes quesitos ou ao menos a algum deles nos levaria longe, além de não estar nas cogitações deste trabalho, que de propósito se quis limitar aos textos aduzidos. Cremos que eles, como estão, possam falar por si mesmos e numa voz bastante alta significativa. Se, porém, quiséssemos entender melhor ainda seu alcance, essa vontade haveria de levar-nos, forçosamente, ao estudo da gênese de conteúdo das duas instruções em foco. Neste rumo teríamos que ocupar-nos, evidentemente, com vagar e aprofundamento na pessoa e experiência missionária de seu autor, mas também e com a mesma insistência em temas tão vastos como o das primeiras reduções na América Hispânica, nas "Leyes de Indias" com respeito à conversão dos ameríndios, nas Constituições da Ordem dos Jesuítas, nas experiências anteriores feitas no Peru e no próprio Paraguai, nas Instruções, em número de duas, do Geral P. Cláudio Aquaviva e, não em último lugar, nas sucessivas experiências feitas pelos próprios missionários dos guaranis no Paraguai Antigo.

Inicialmente bastaram de certo as instruções dadas em particular aos missionários pelo P. Diogo de Torres Bollo e foram elas tão importantes que de acordo com os dois comentaristas por nós aduzidos, não hesitamos em classificá-las de "carta-magna das reduções guaranis". Depois, sempre a partir da experiência concreta, surgiram outras instruções de Provinciais, congregações ou Sínodos e de Gerais da Ordem.

Assim sendo, um exame rápido dos textos nos permite sem mais deduzir que algumas das coisas indicadas pelo P. Torres, seja exemplo a das grandes residências com no menos quatro religiosos (idéia aliás do P. Cláudio Aquaviva), não puderam observar-se, máxime por causa da falta de religiosos jesuítas. Outras, no entanto, se executaram e de tal forma que se tornaram características inequívocas de todas as reduções. Indicamos, quanto a isto, apenas como exemplo as plantas dos "pueblos", com a localização invariável de suas igrejas no centro, da casa dos padres, cemitério, praça, etc.

Consideradas, porém, as qualidades excepcionais do Provincial P. Torres e da sua experiência anterior do Peru, vimo-nos atraídos para outro trabalho: o do estudo do modelo das reduções do Paraguai, que faremos noutro artigo.

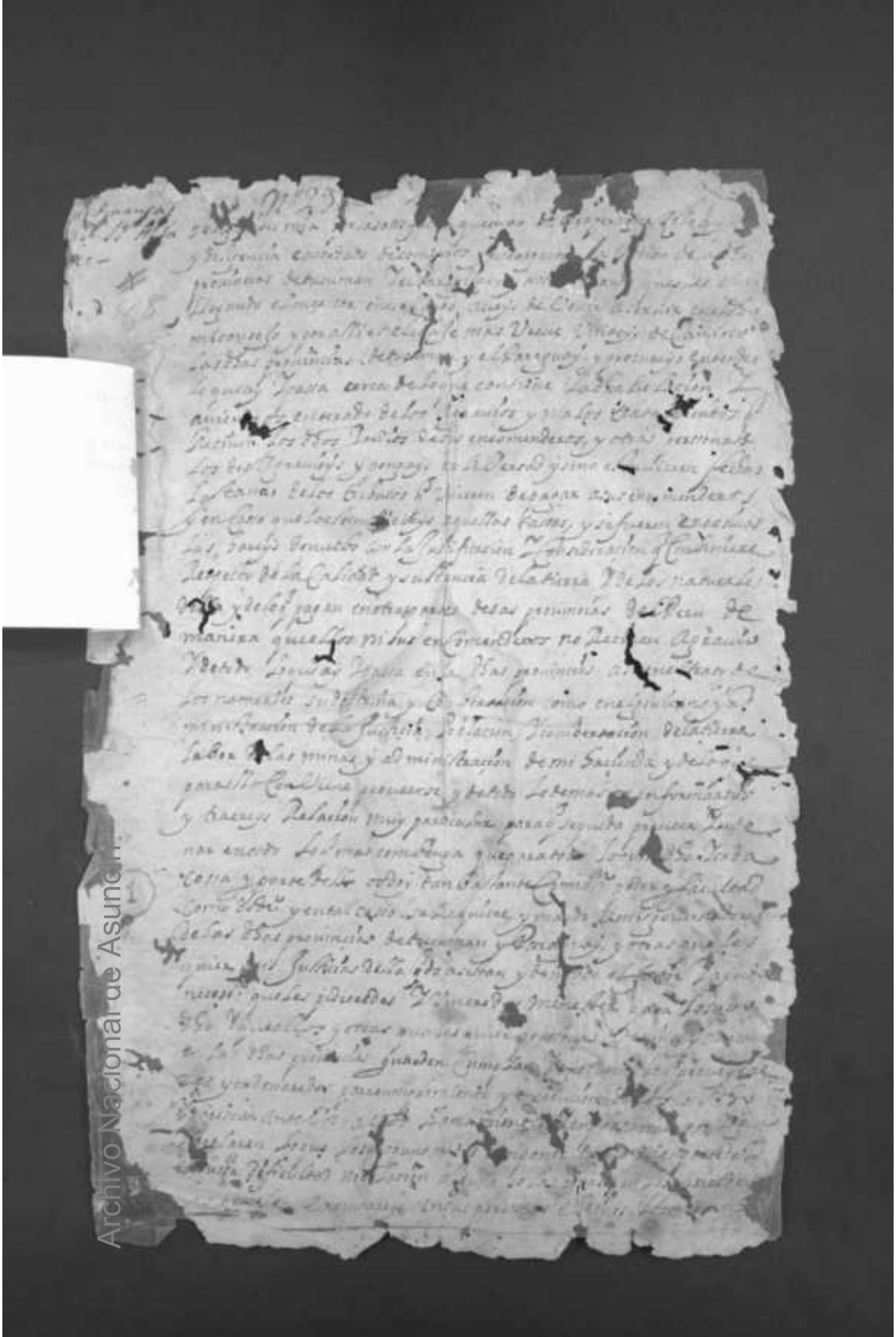


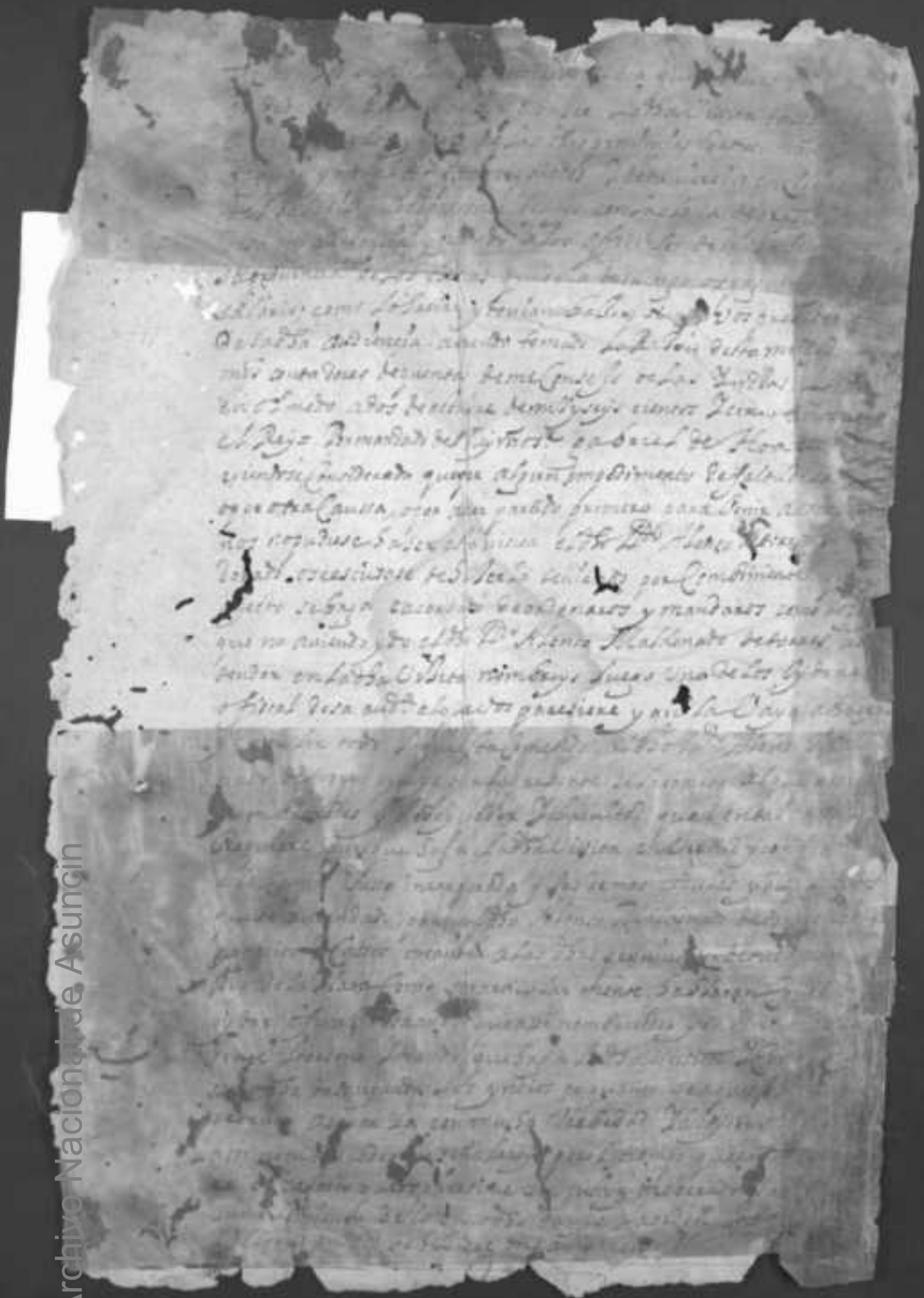
Transcritas por Arthur Rabuski, S.J. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú – Coleção Nicolai Www.Etnolinguistica.Org - Anais II Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros - 18 a 22 de outubro de 1977- Santa Rosa/RS Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco.

**ANEXO C -** Ordenações do Ouvidor Dom Francisco de Alfaro, Visitador das Províncias de Tucumán, datado de 1611, sendo duas cópias digitalizadas (com qualidades diferentes de visualização) - Versão Original Manuscrita

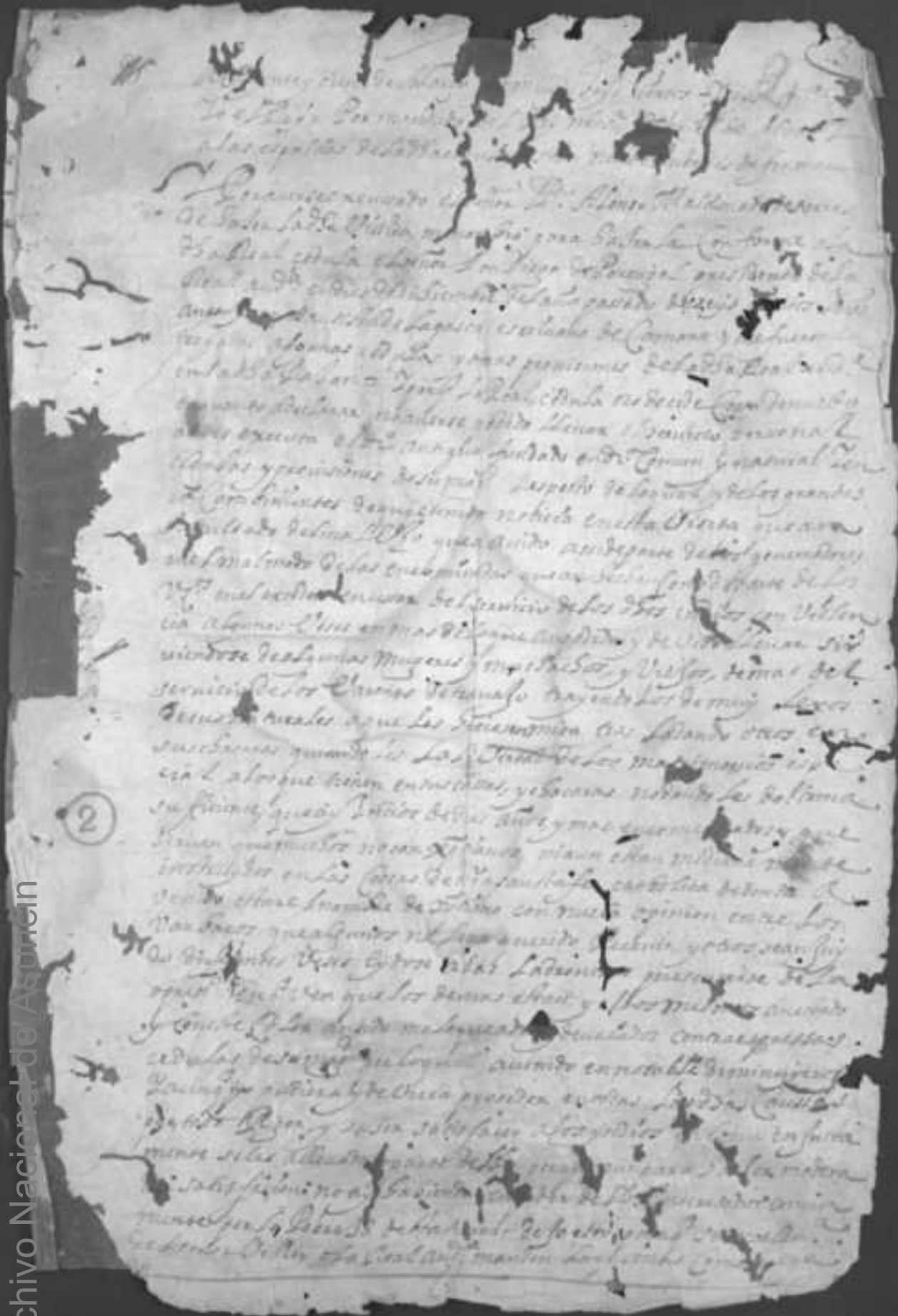
Vol: 14
Nº : 1
Año: 1631
Ordenanza por el oidor y Visitador Francisco Alfaro.
Foj: 22

Archivo Nacional de Asunción

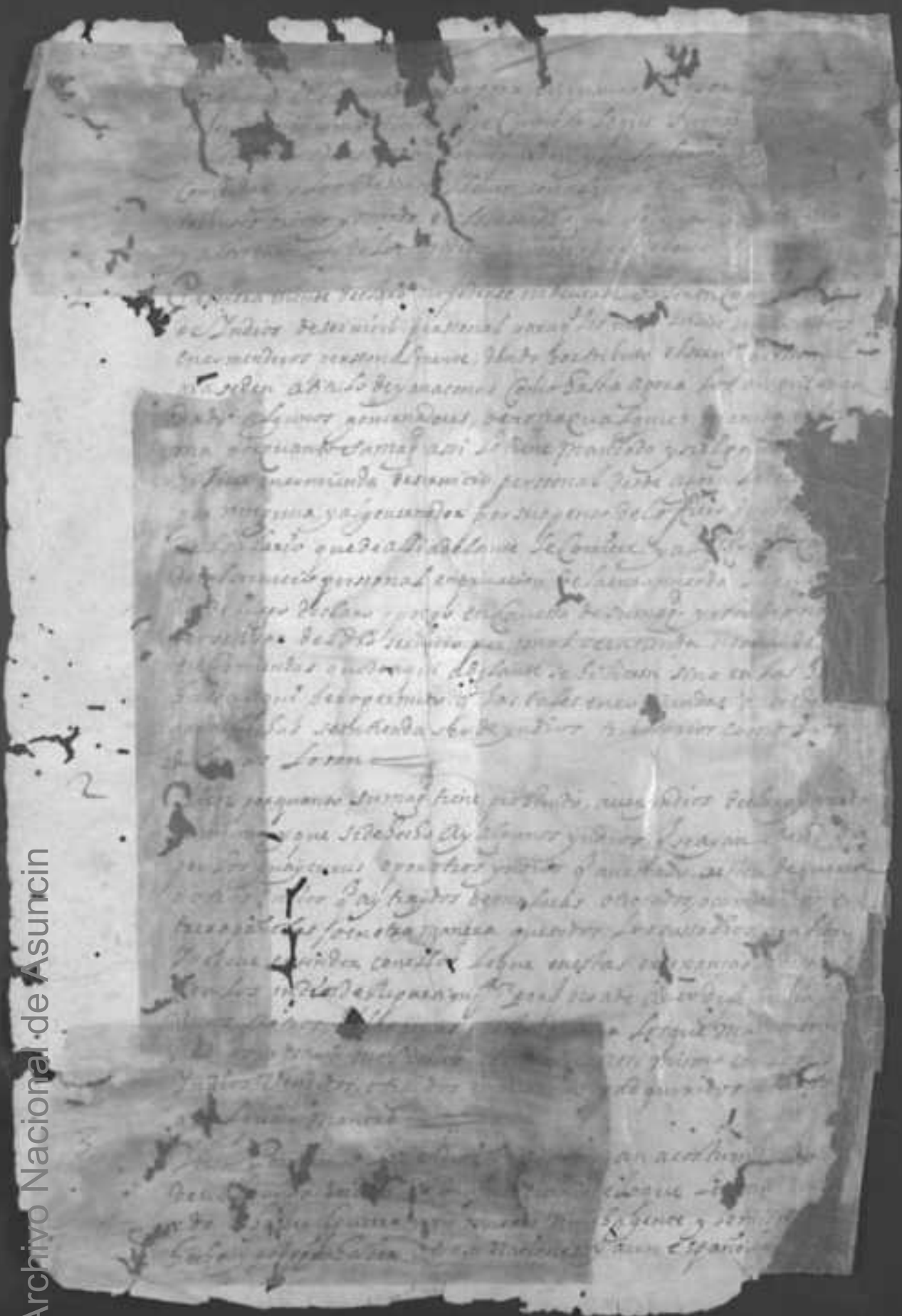

Archivo Nacional de Asunción



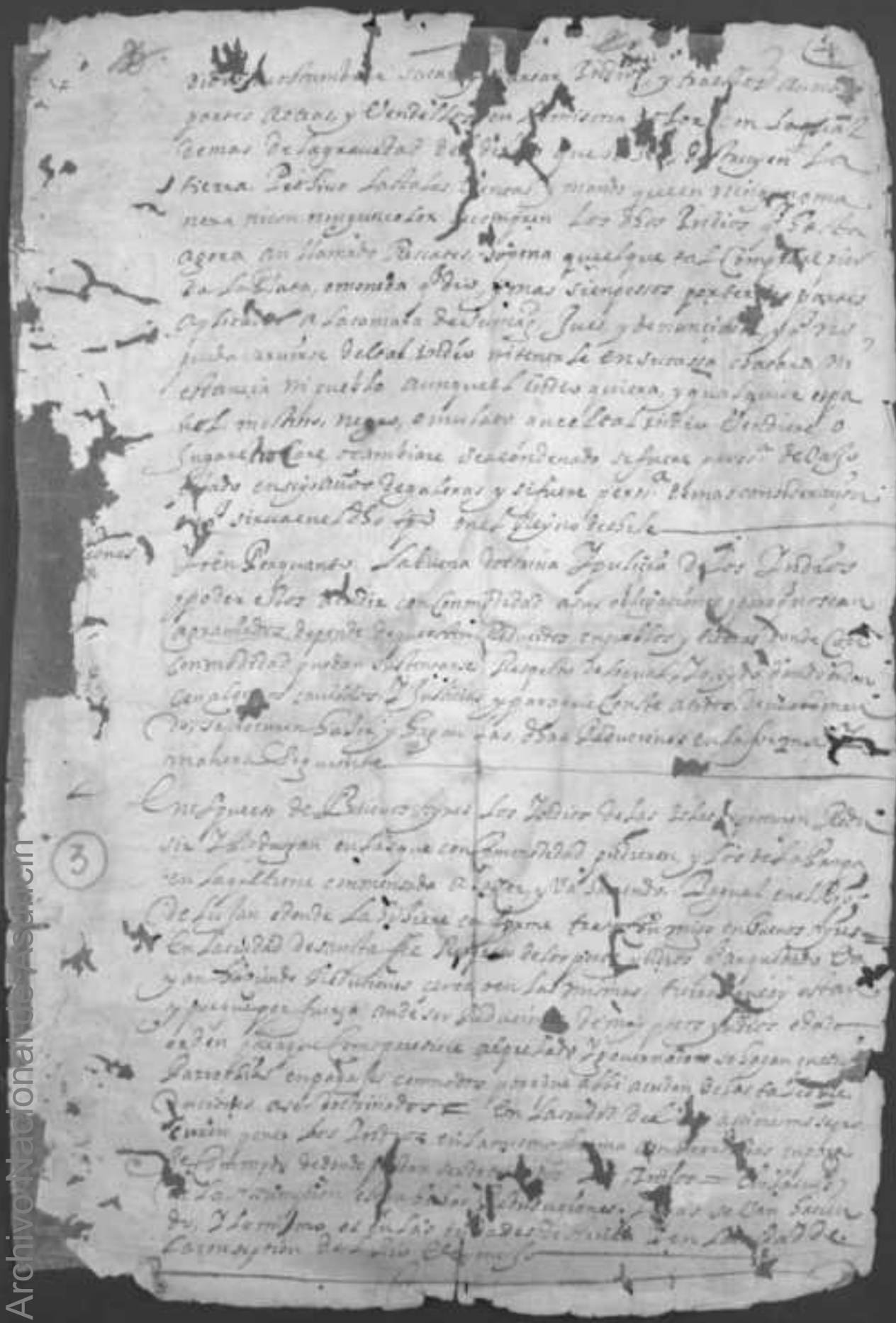
Archivo Nacional de Asunción



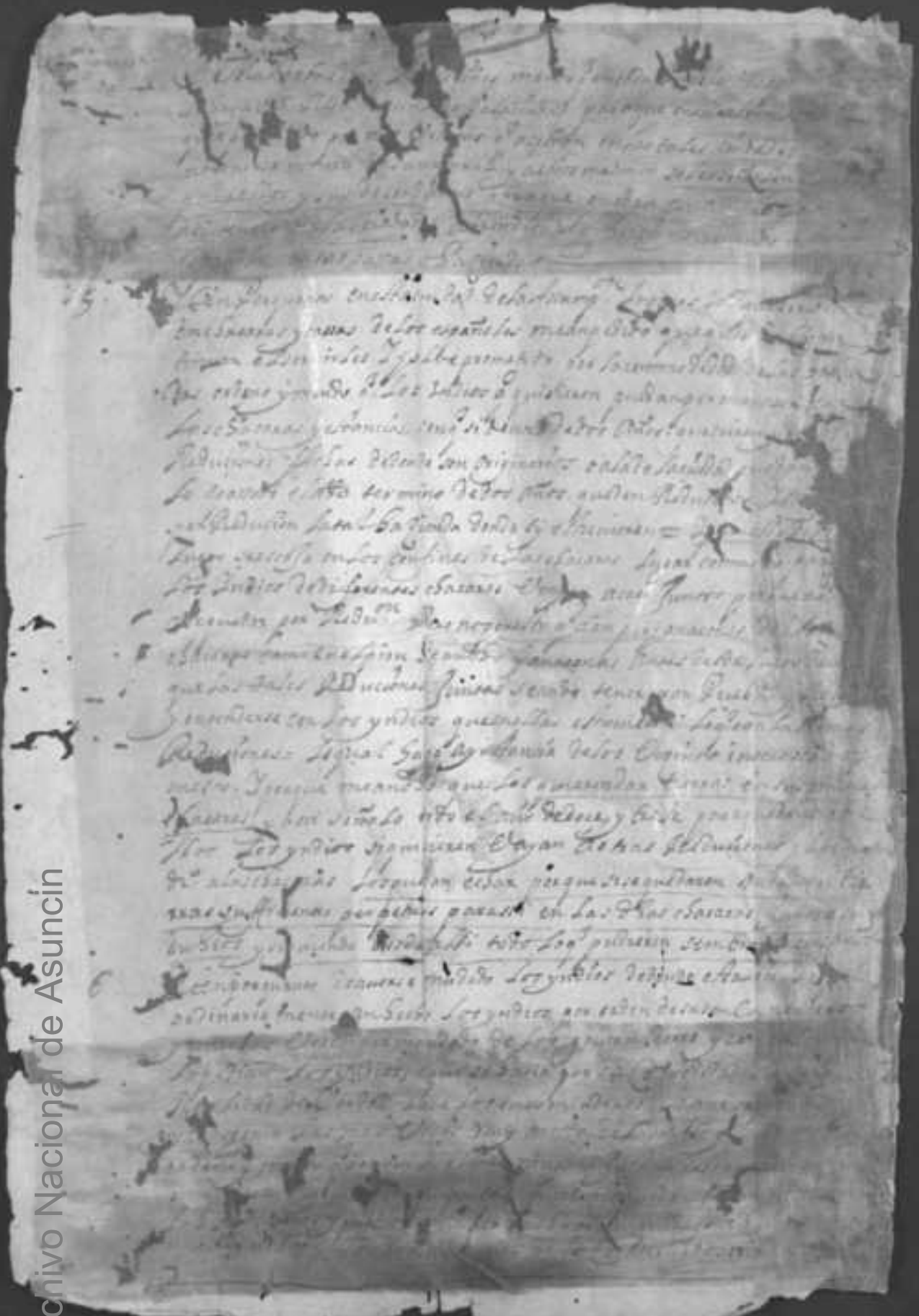
Archivo Nacional de Asunción



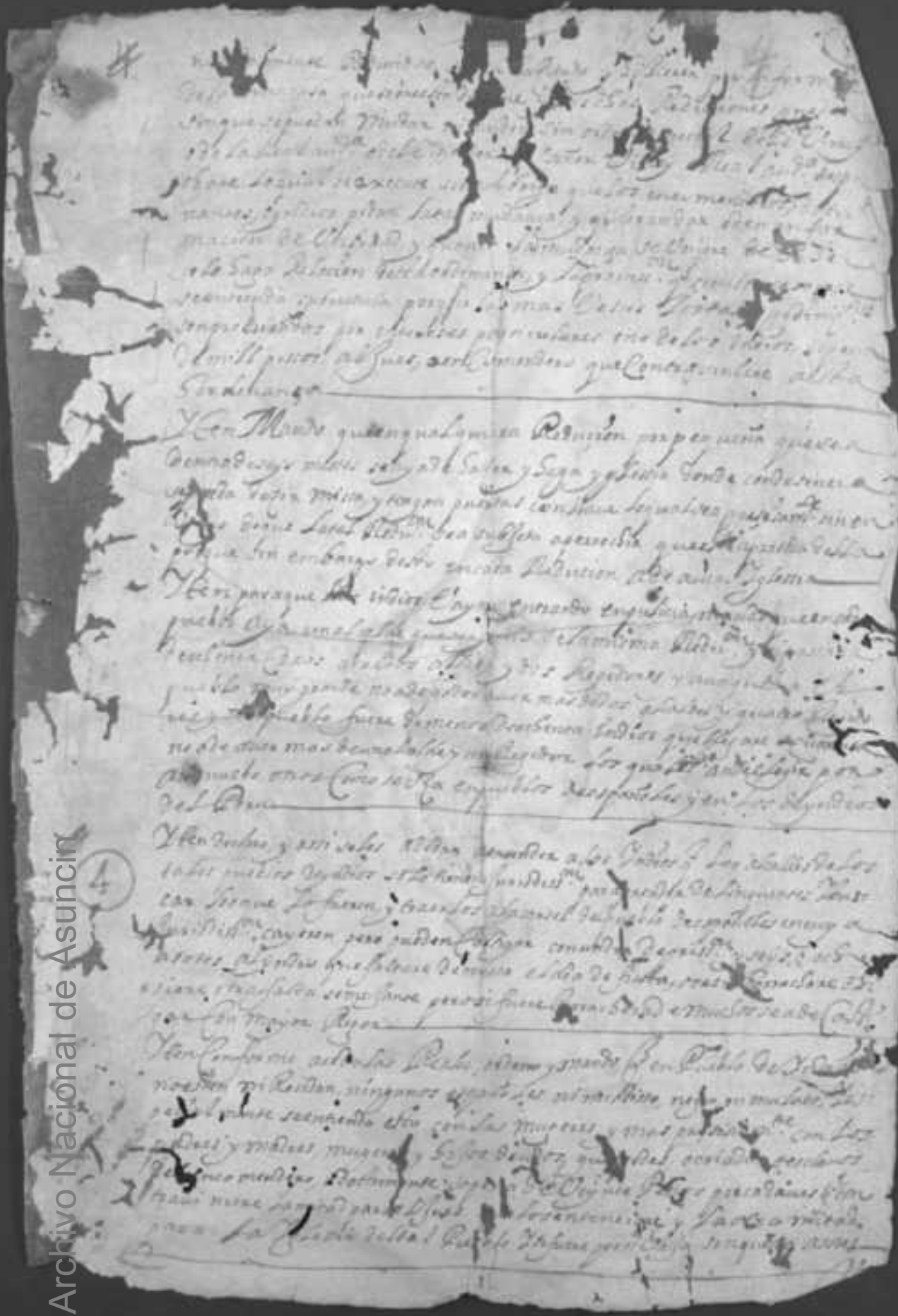
Archivo Nacional de Asuncin



Archivo Nacional de Asunción



Archivo Nacional de Asunción



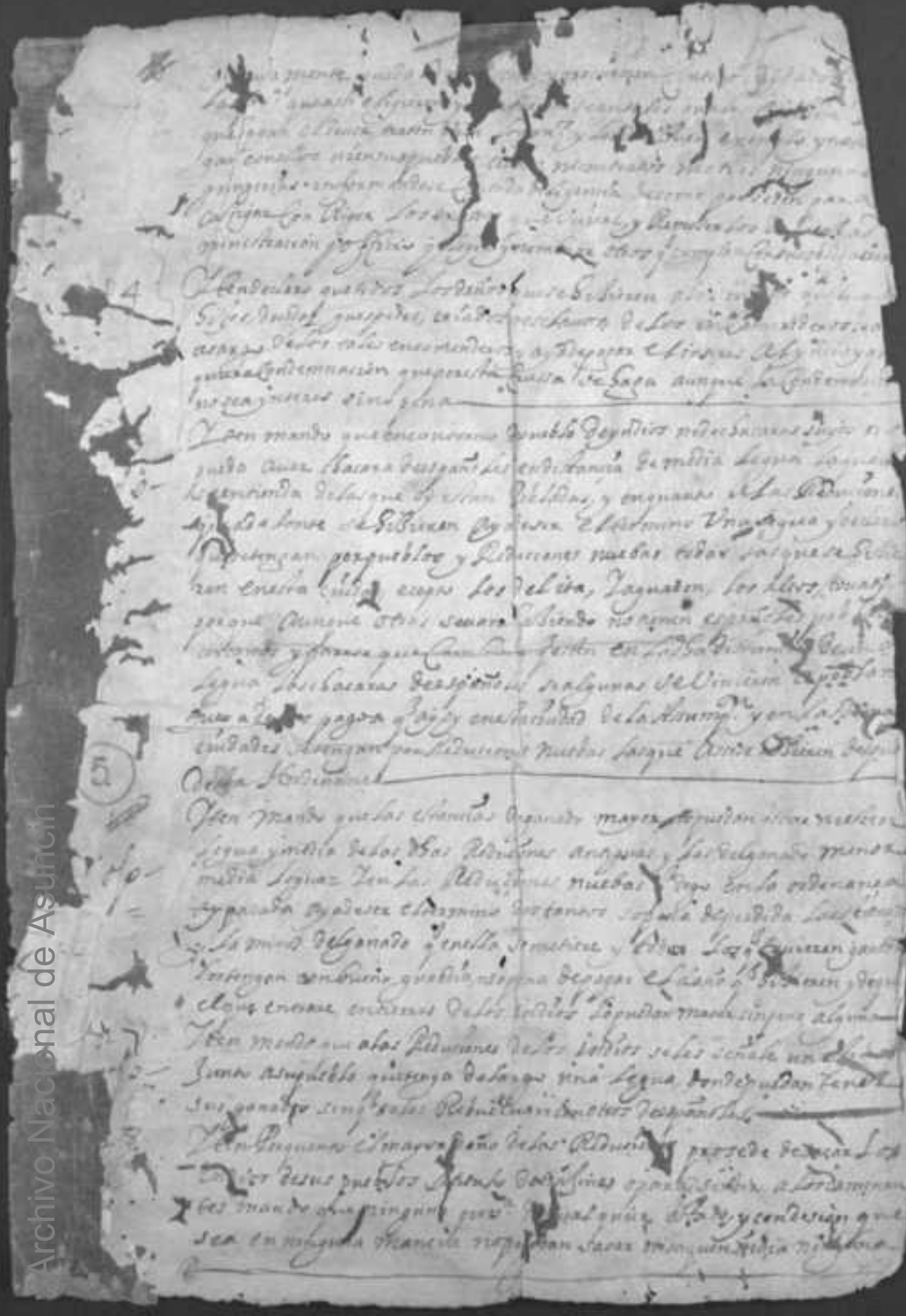
Archivo Nacional de Asuncion

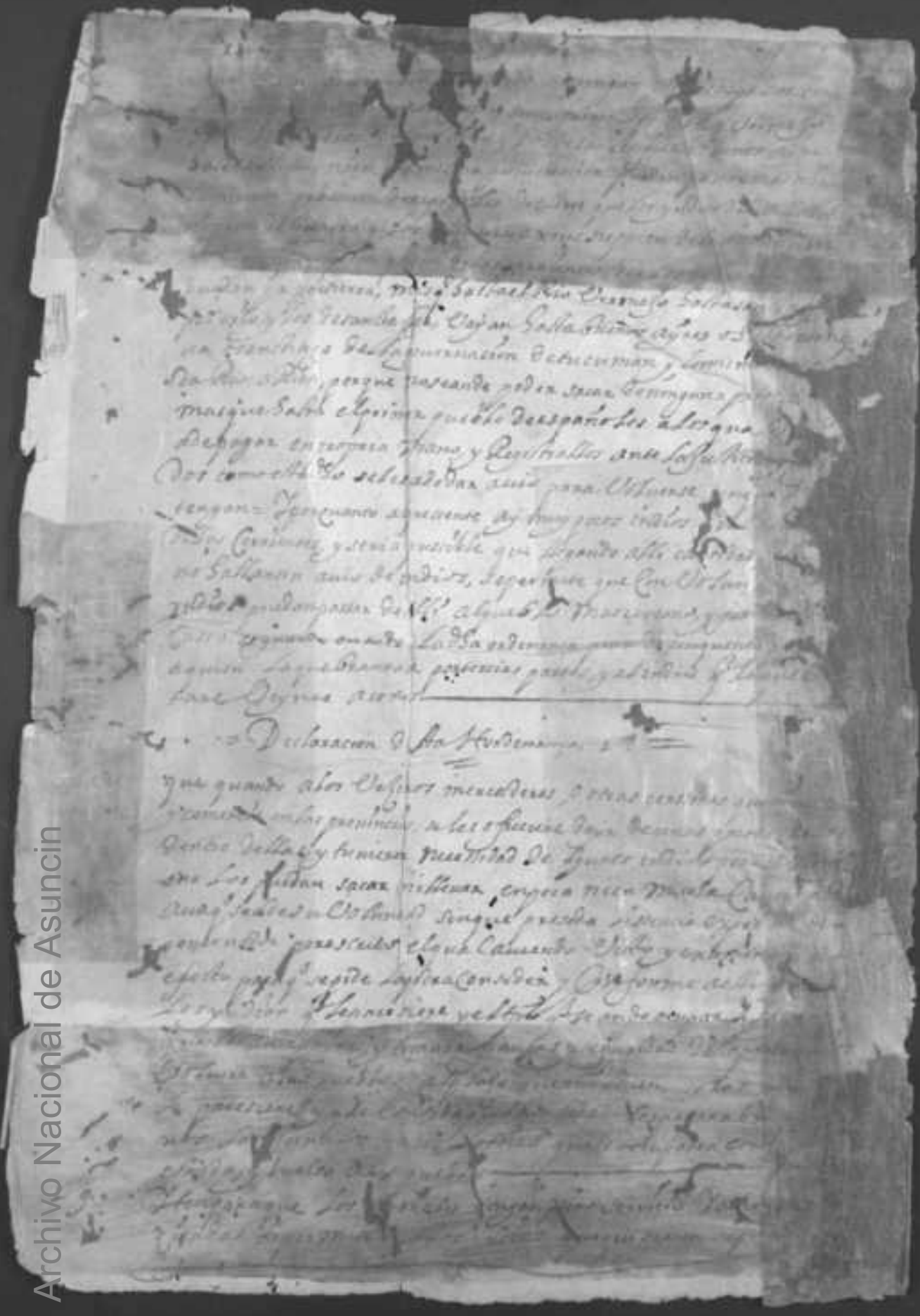
12

13

= Declaracion de la Ordenanza 13 =

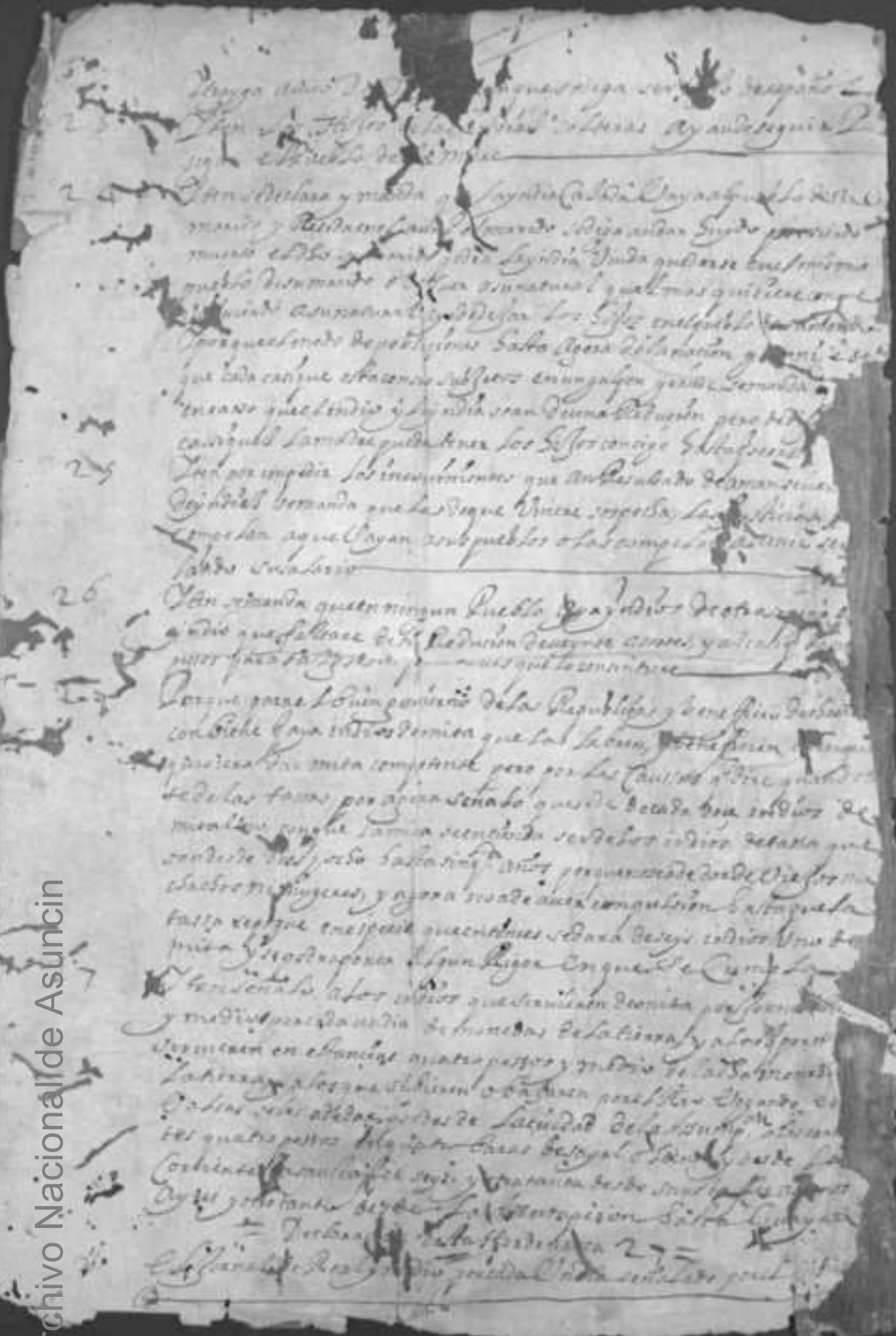
Archivo Nacional de Asuncin



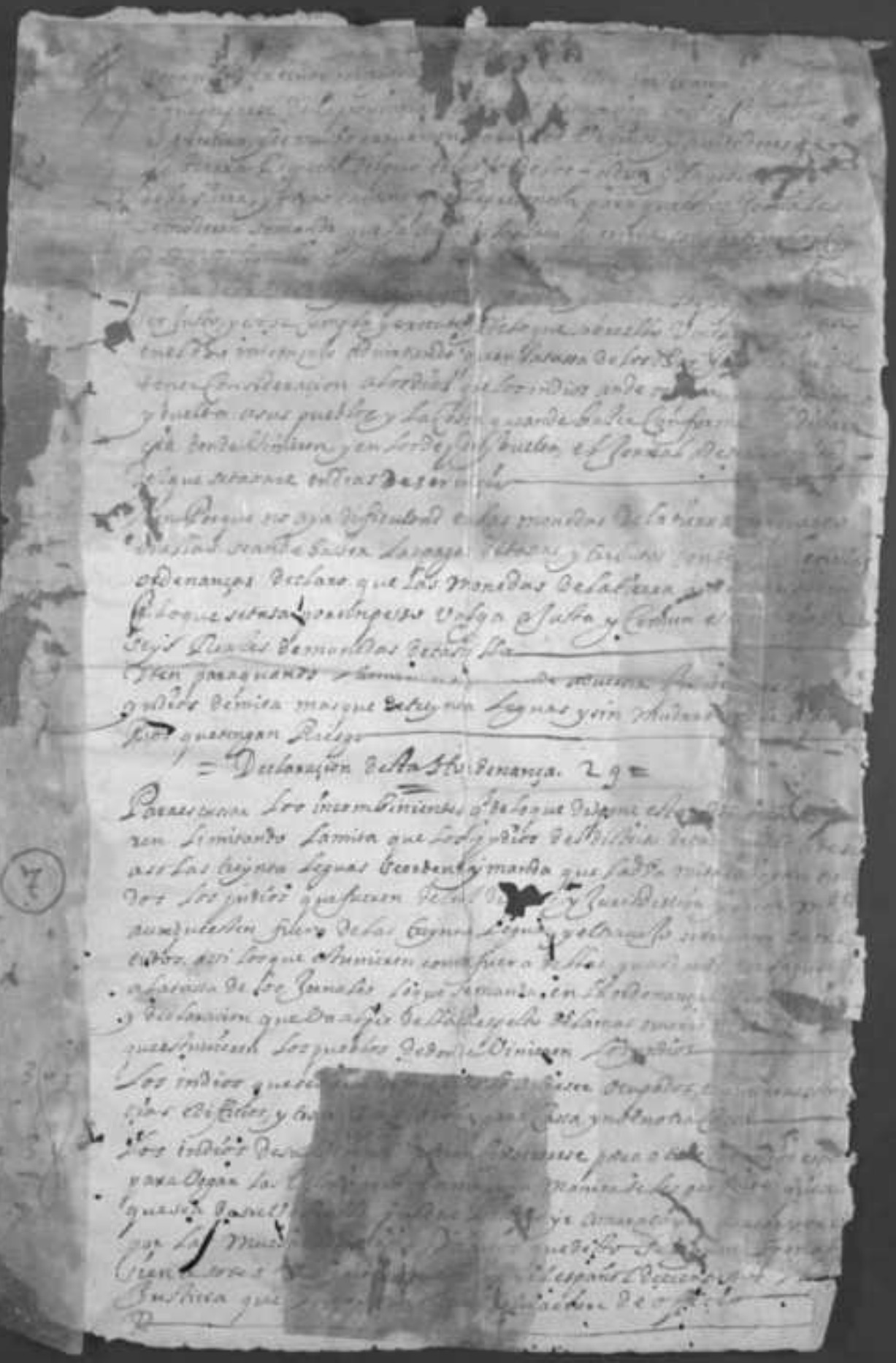


Archivo Nacional de Asuncin

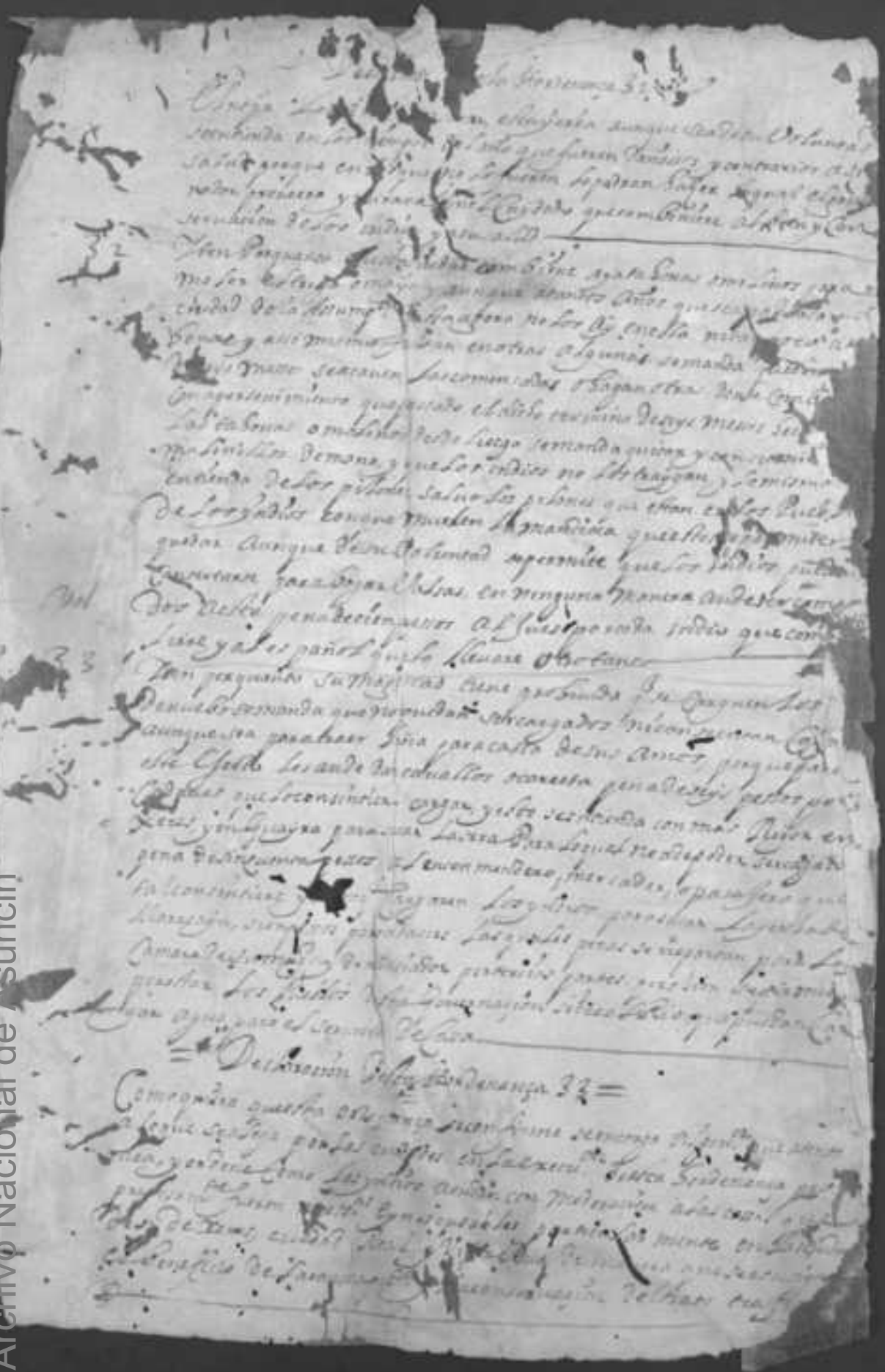
Archivo Nacional de Asunción



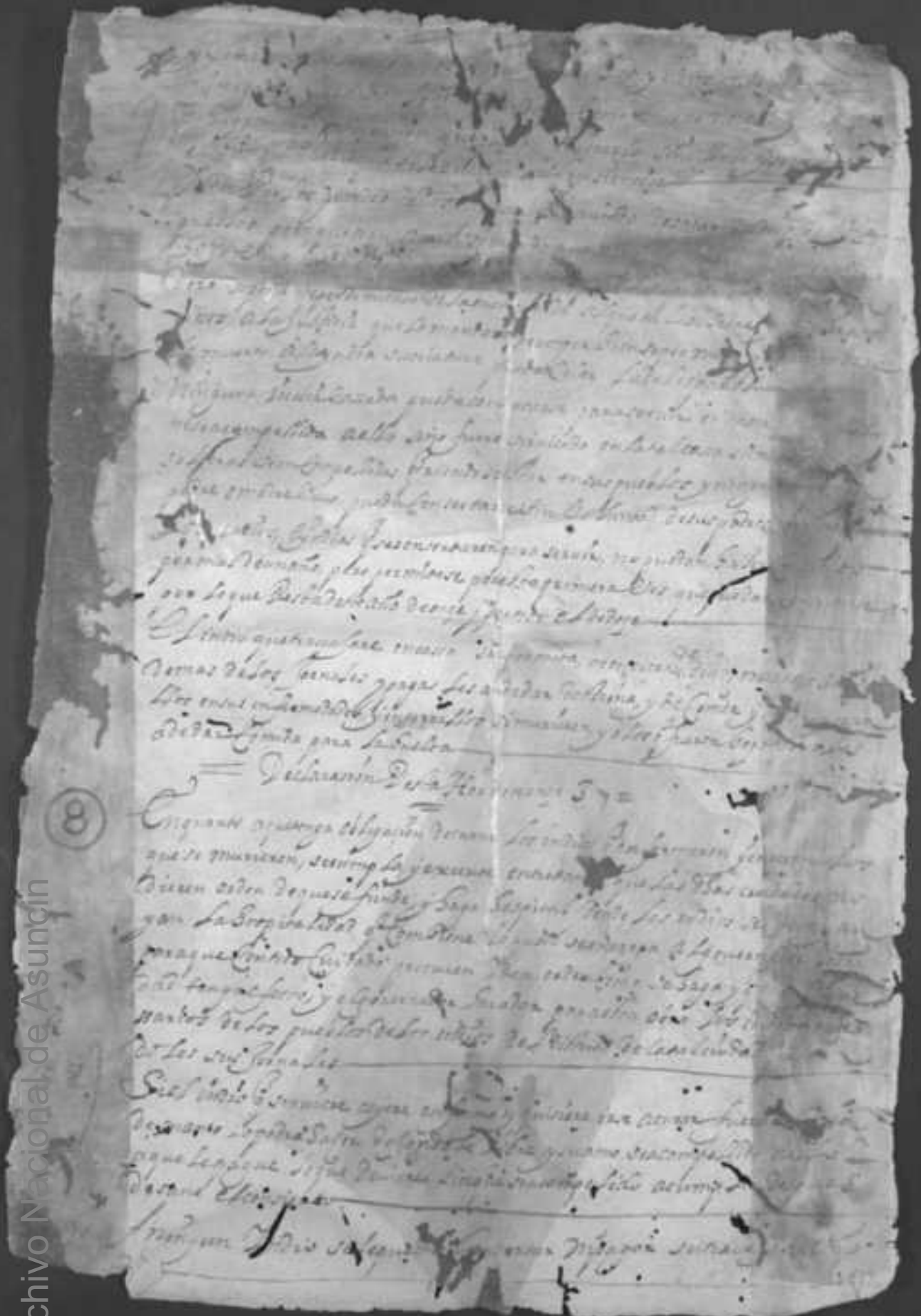
Archivo Nacional de Asuncin



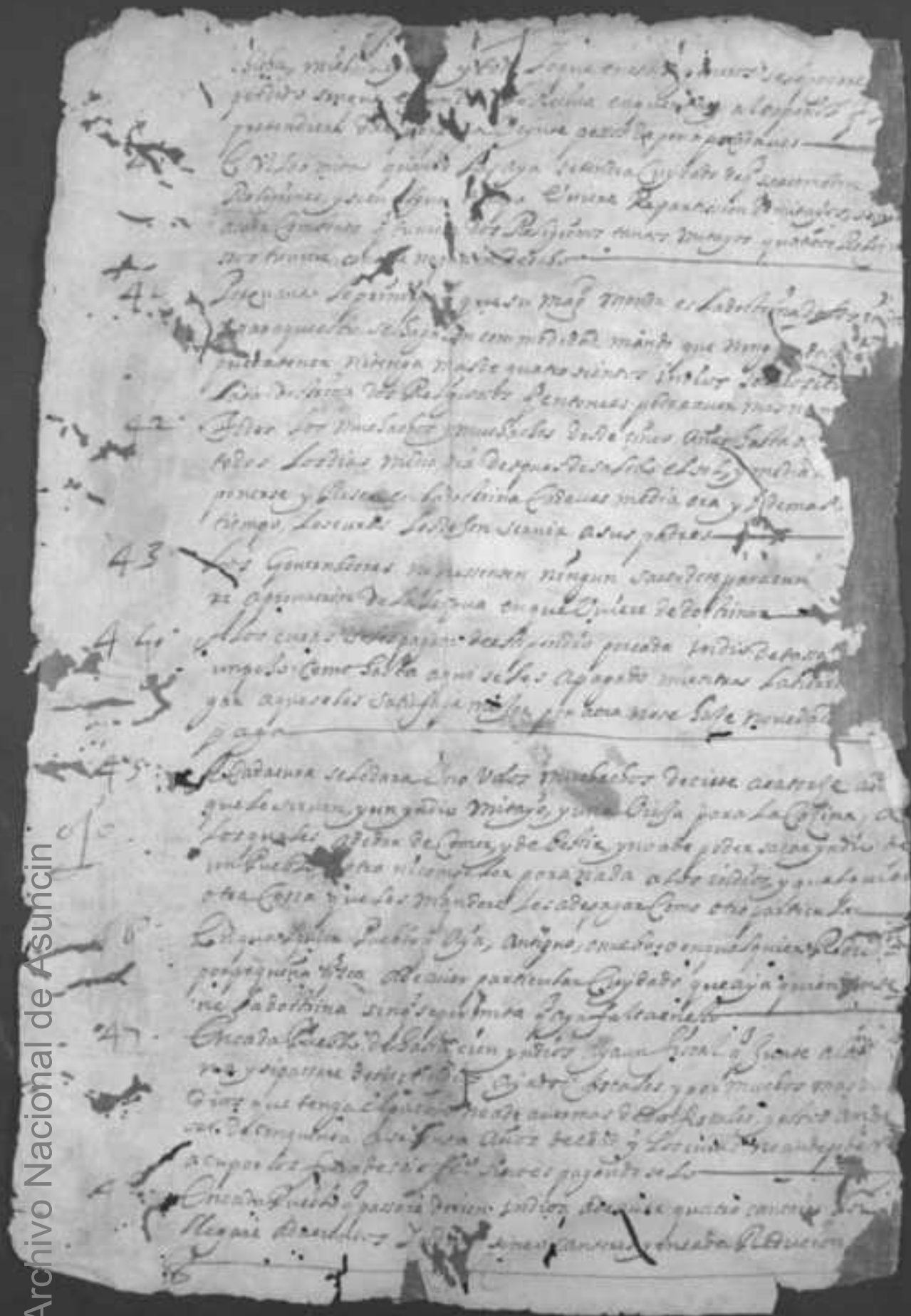
Archivo Nacional de Asunción



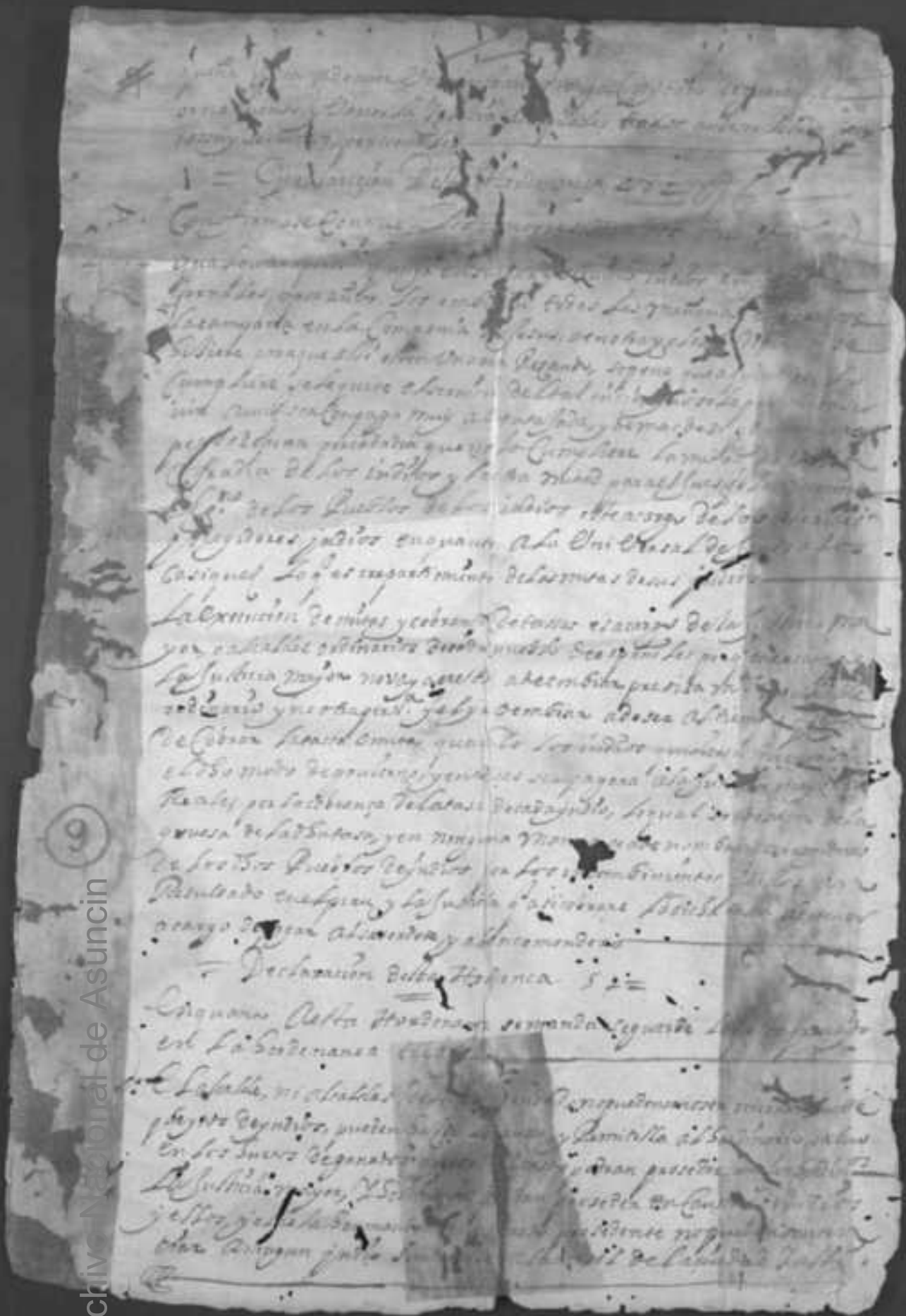
Archivo Nacional de Asunción



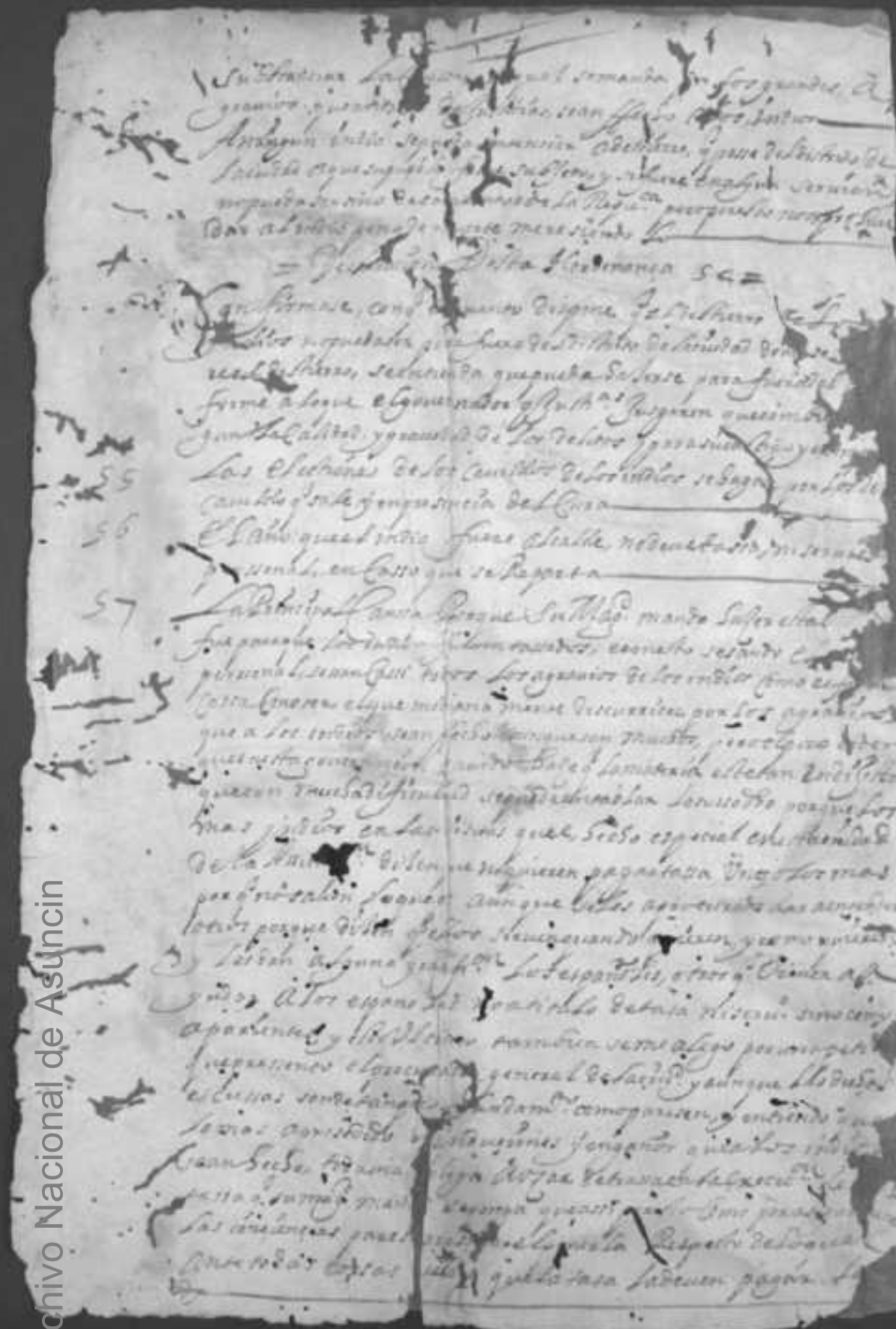
Archivo Nacional de Asunción



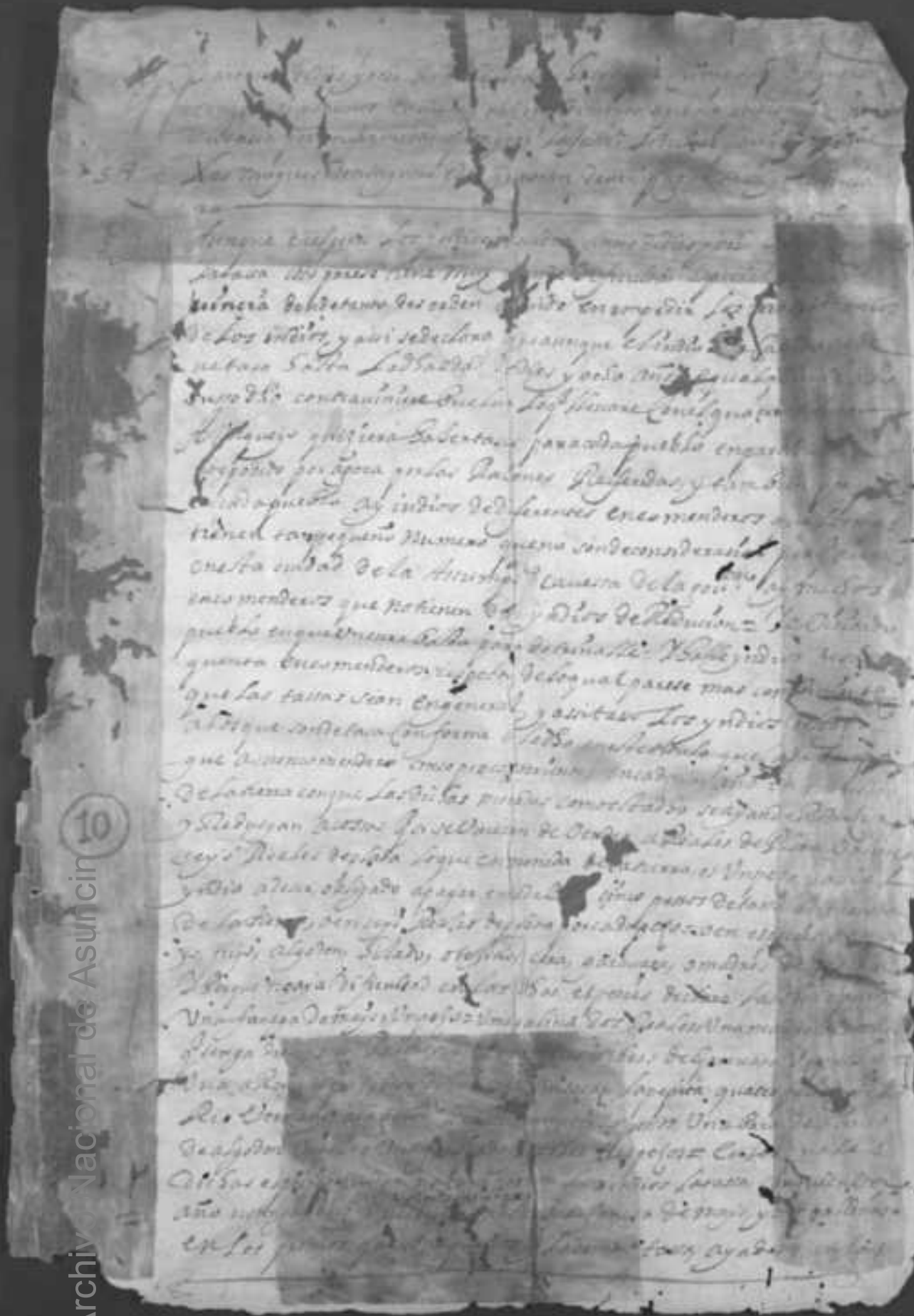
Archivo Nacional de Asuncin



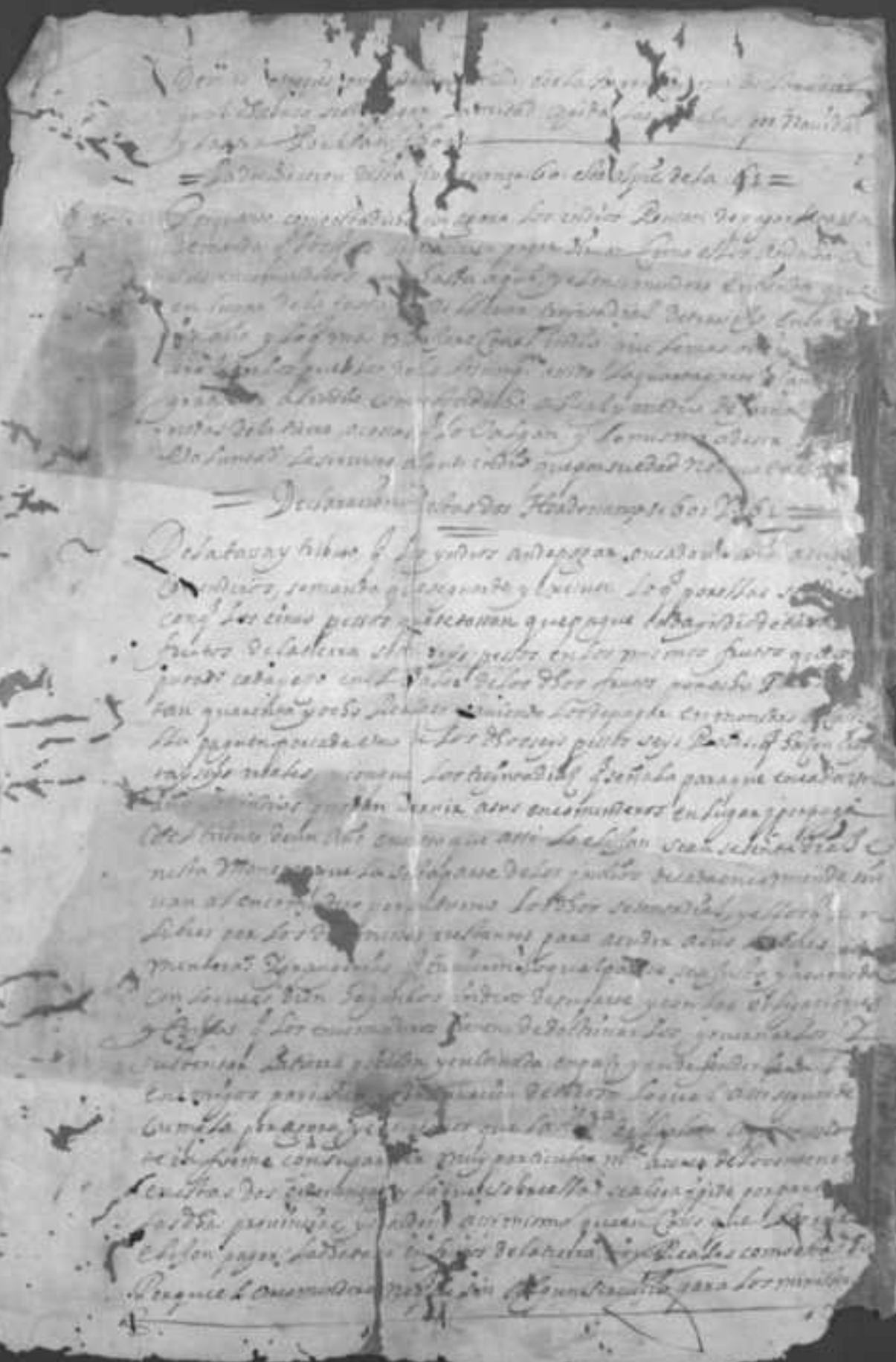
Archivo Nacional de Asuncin



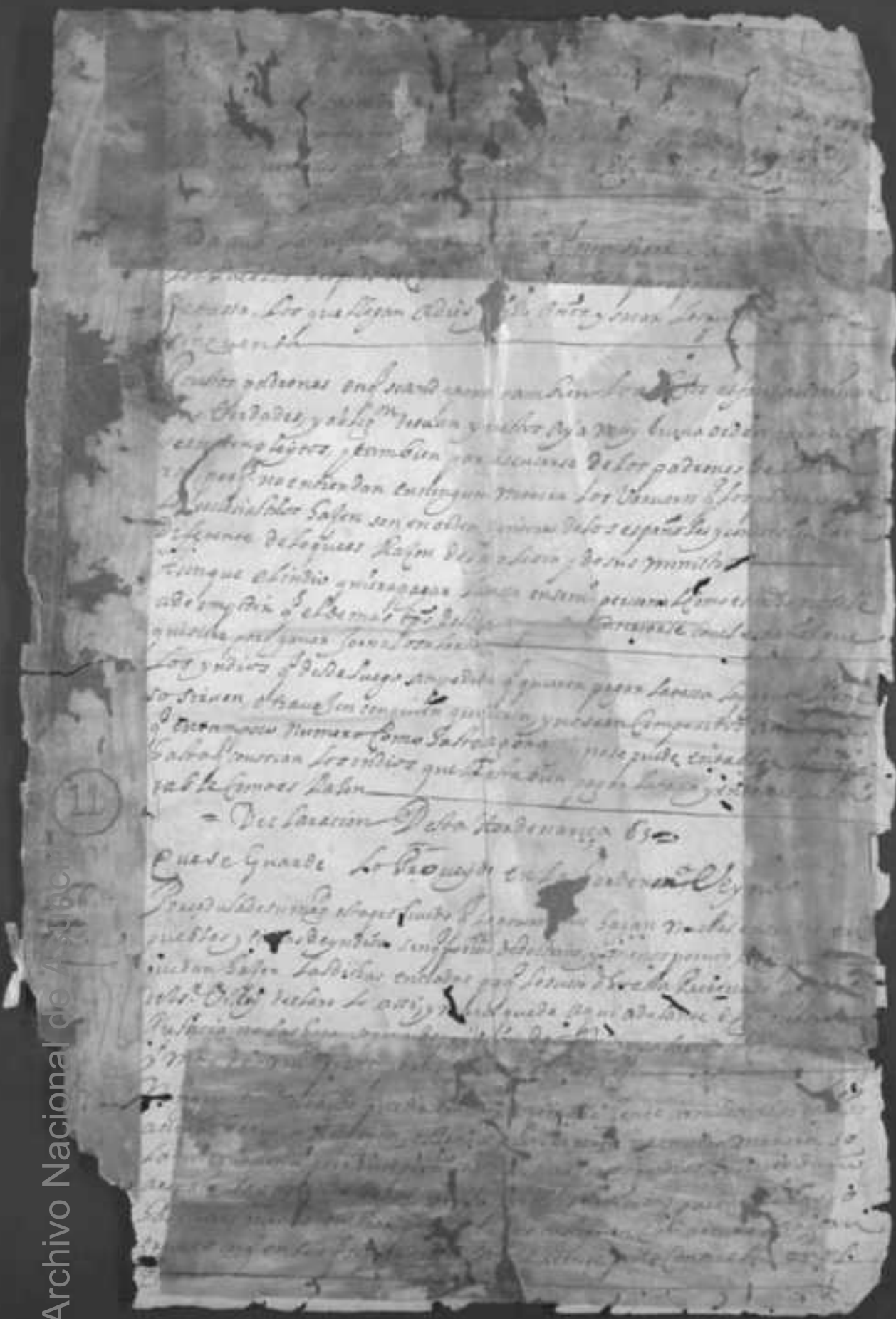
Archivo Nacional de Asuncin



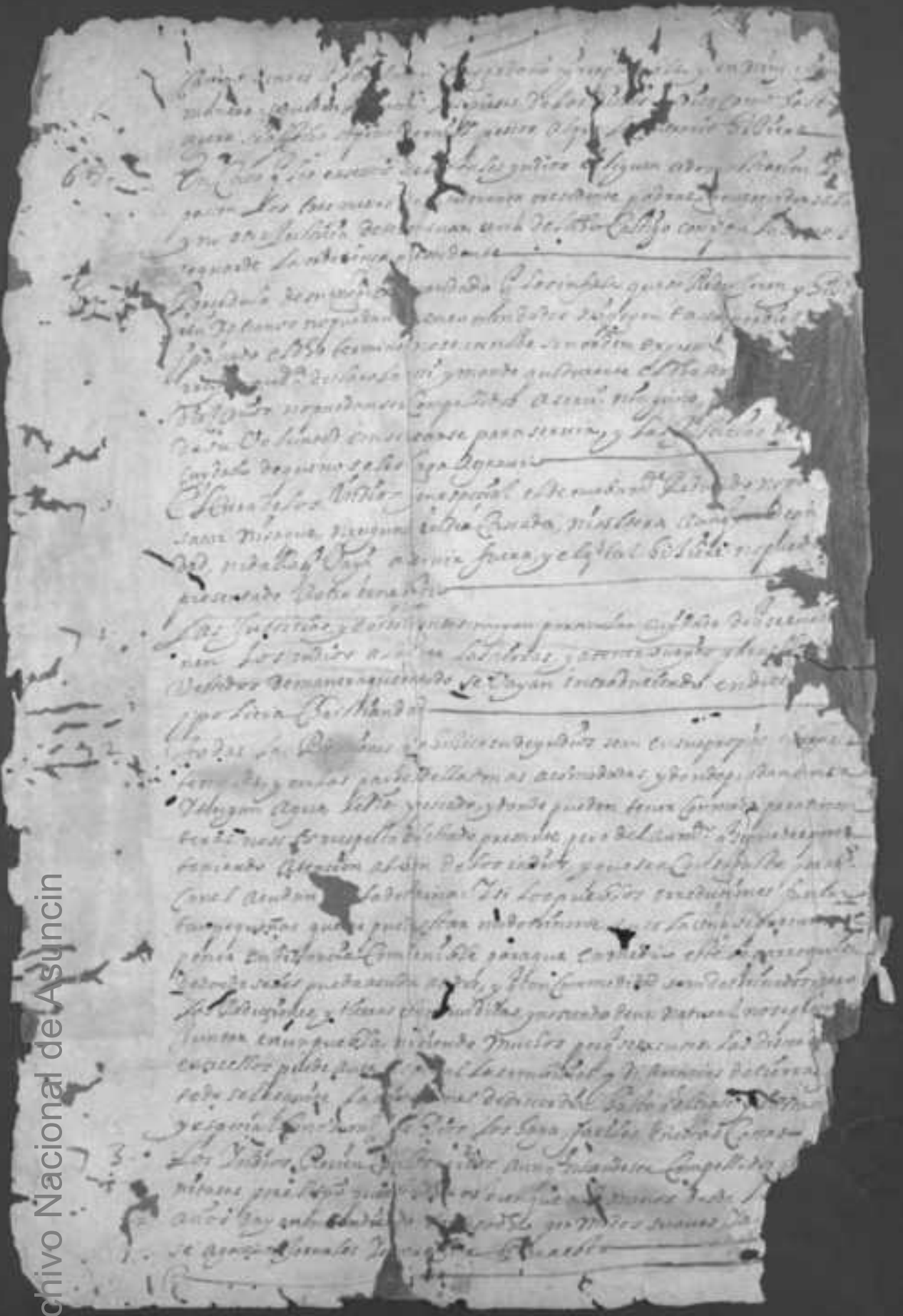
Archivo Nacional de Asunción



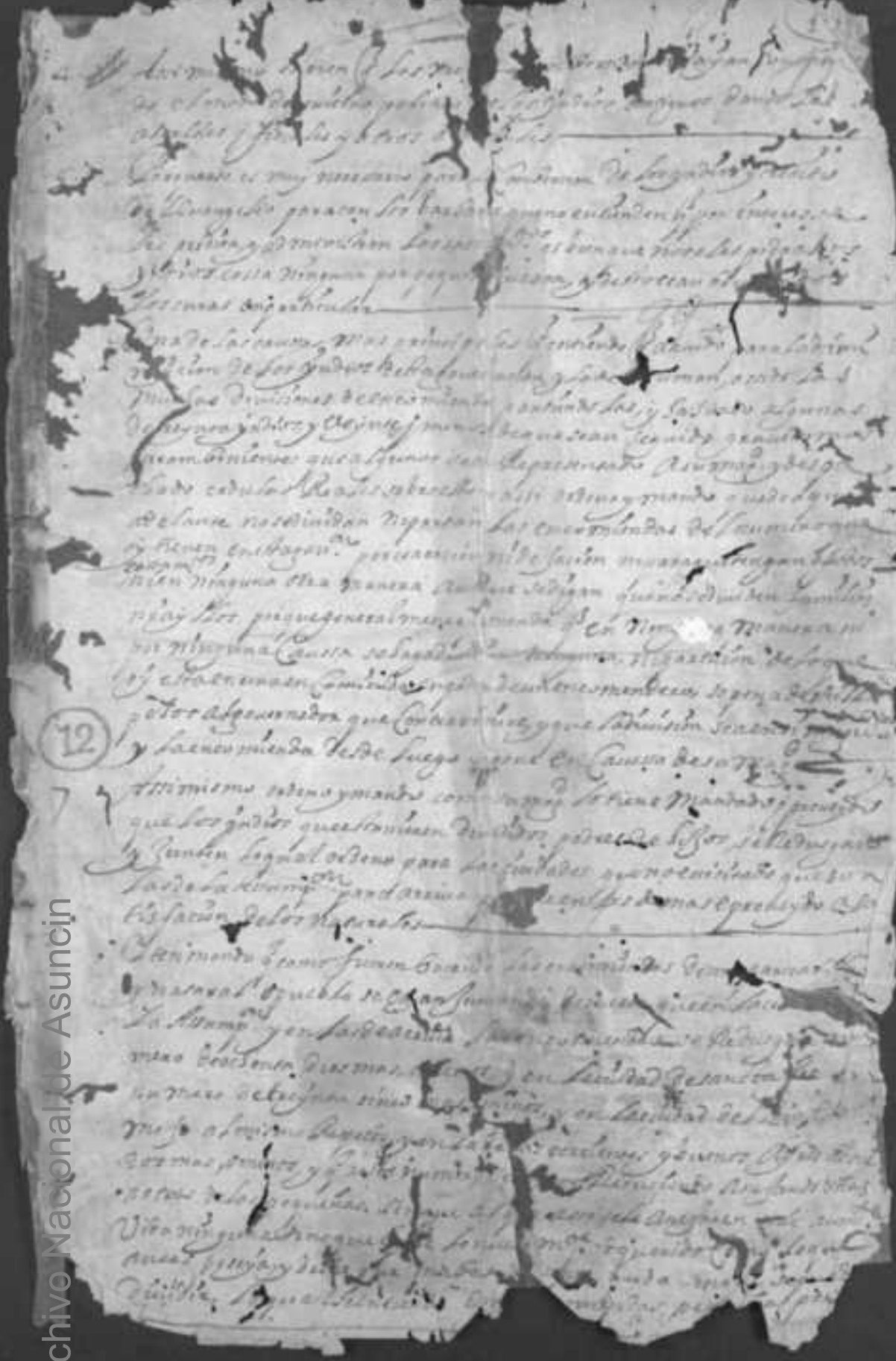
Archivo Nacional de Asuncin



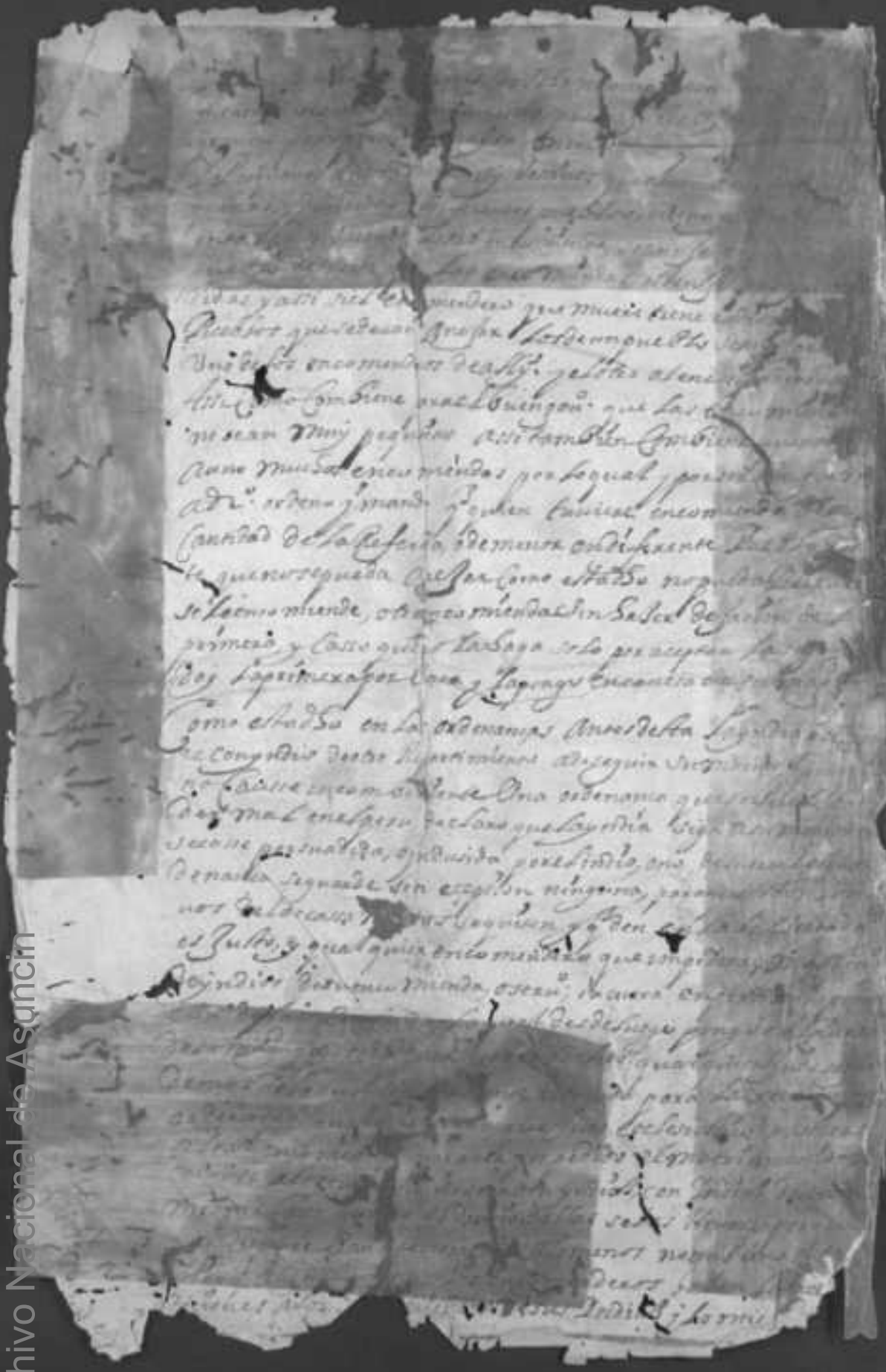
Archivo Nacional de Chile



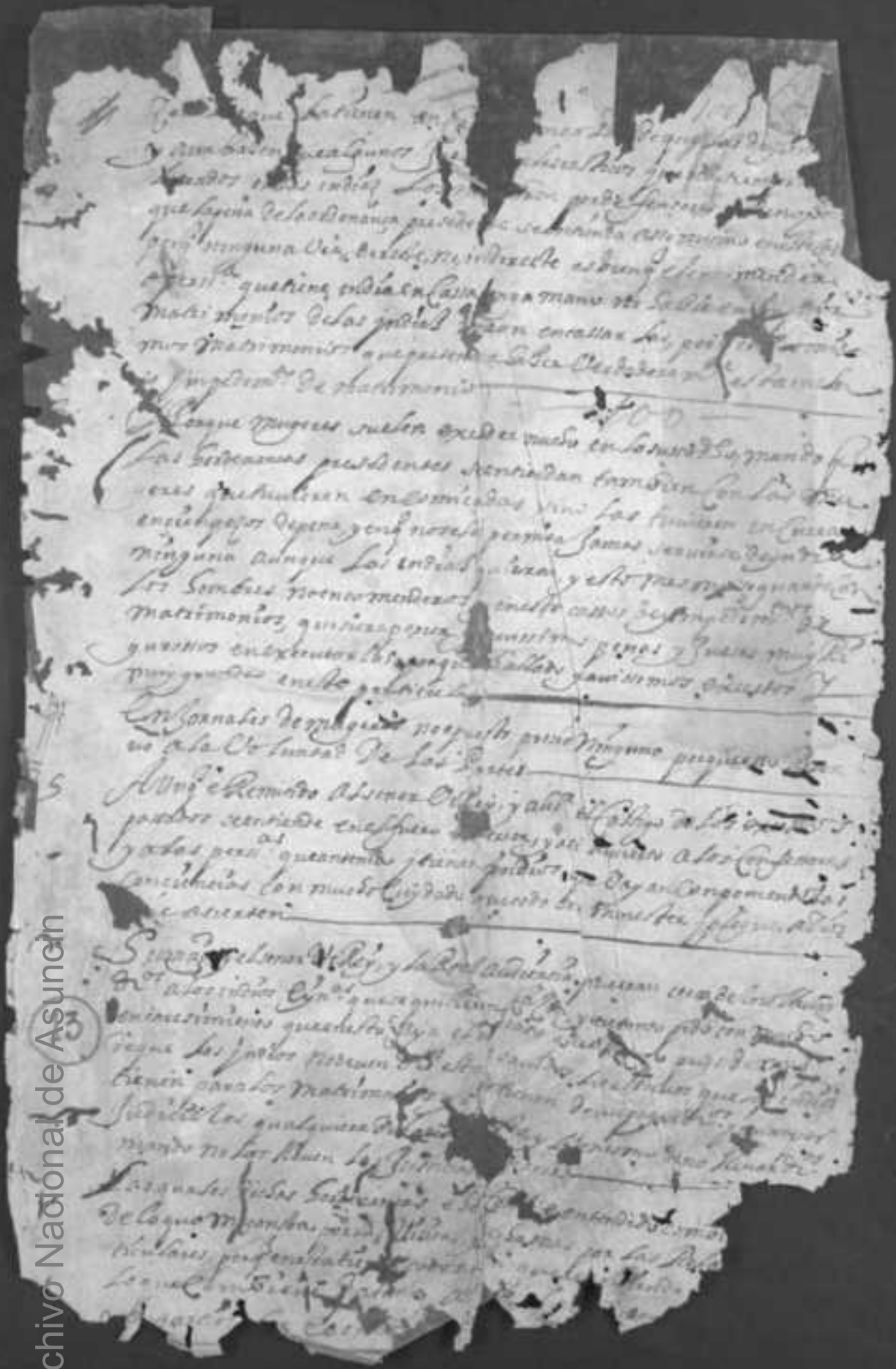
Archivo Nacional de Asuncin



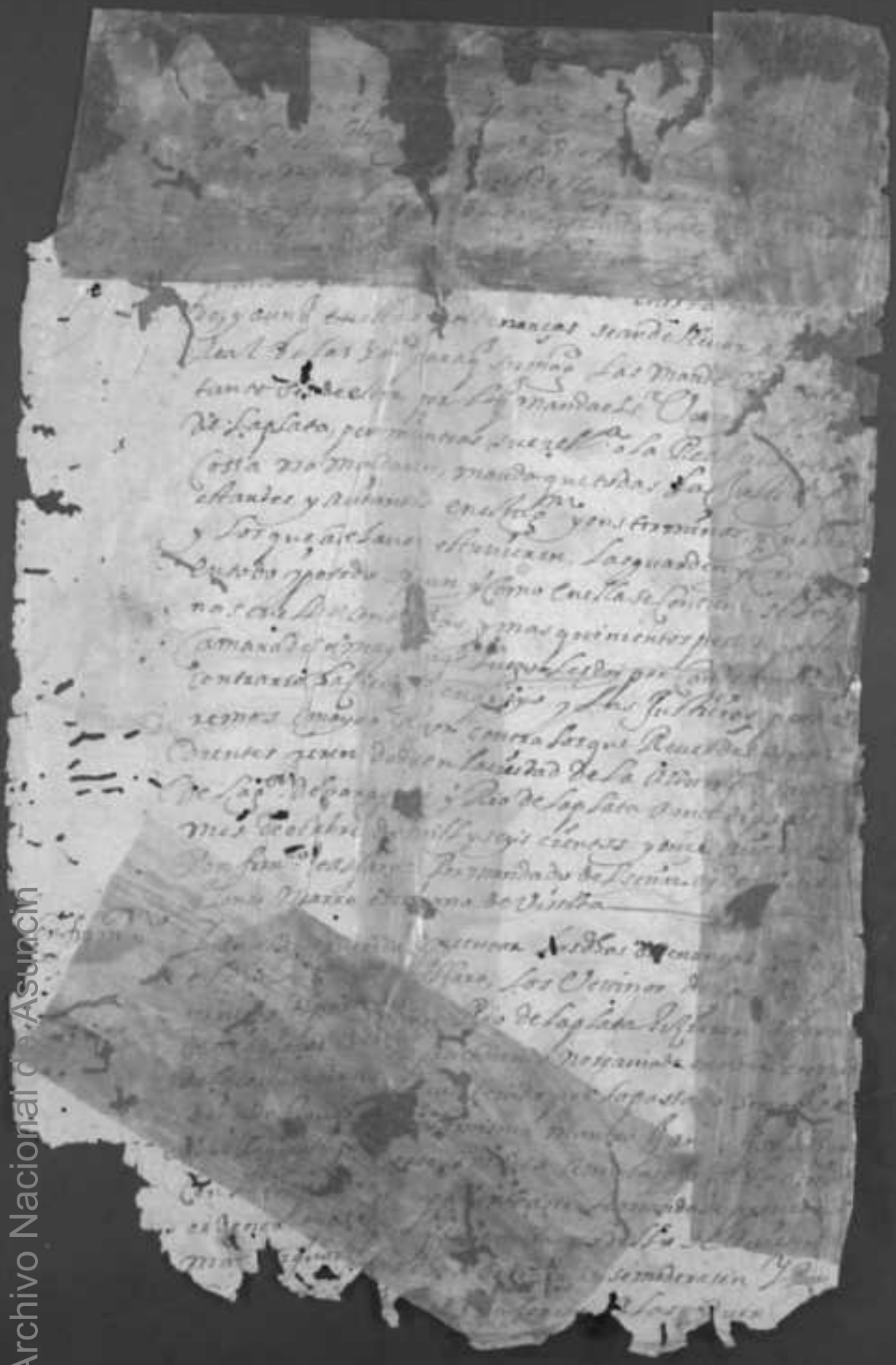
Archivo Nacional de Asuncin



Archivo Nacional de Asunción



Archivo Nacional de Asunción



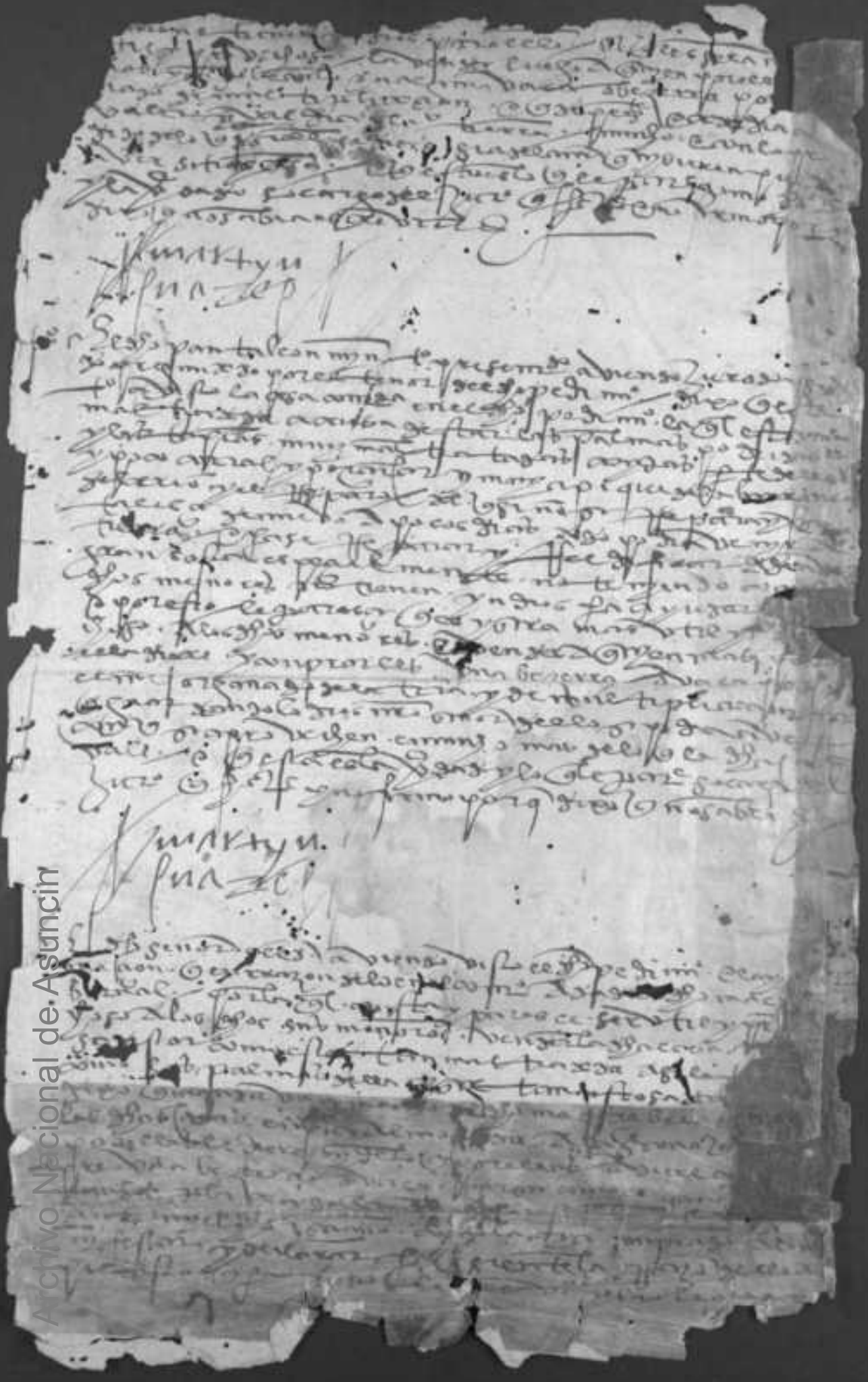
Archivo Nacional de Asunción

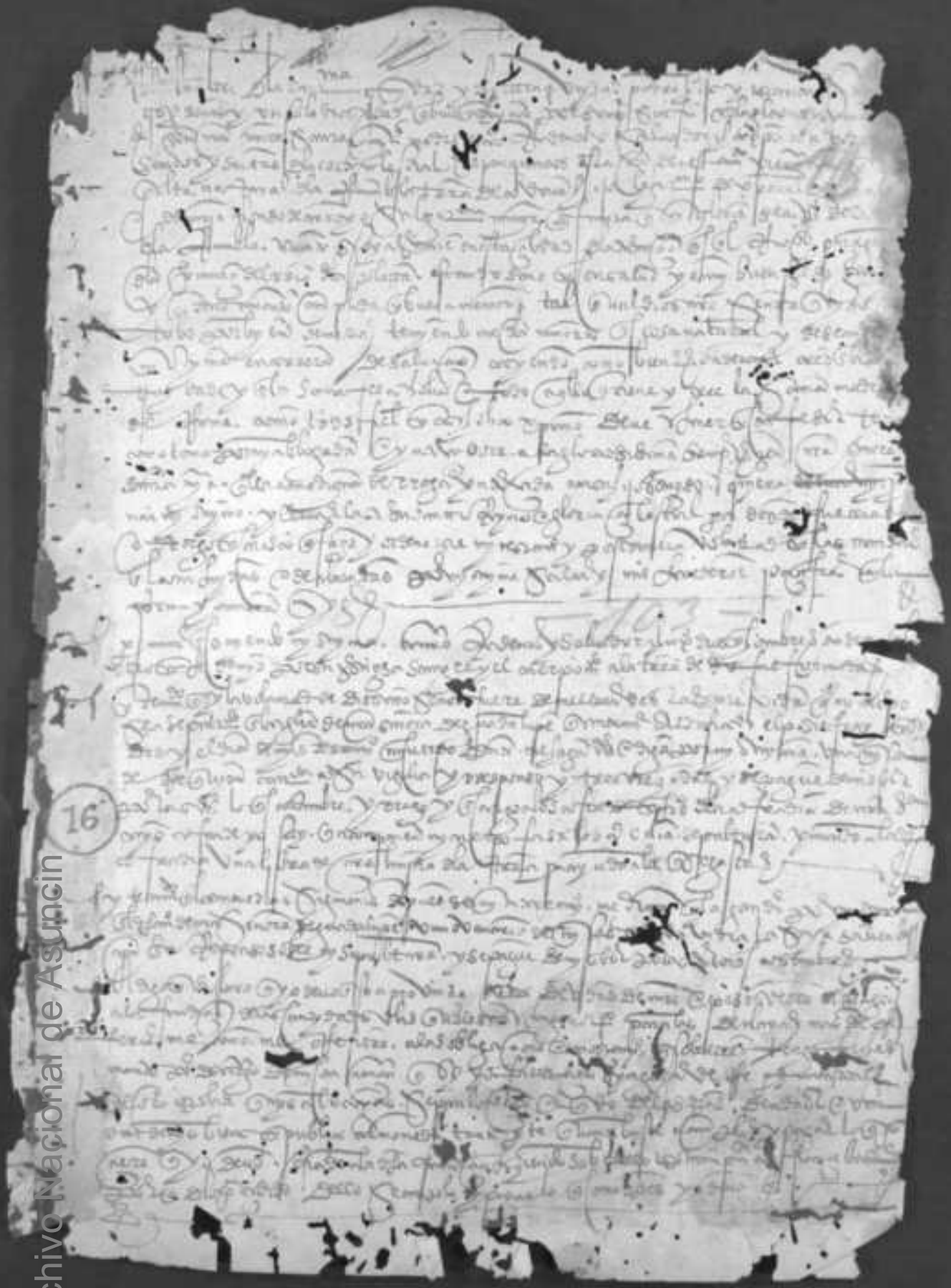
Archivo Nacional de Asuncin

14

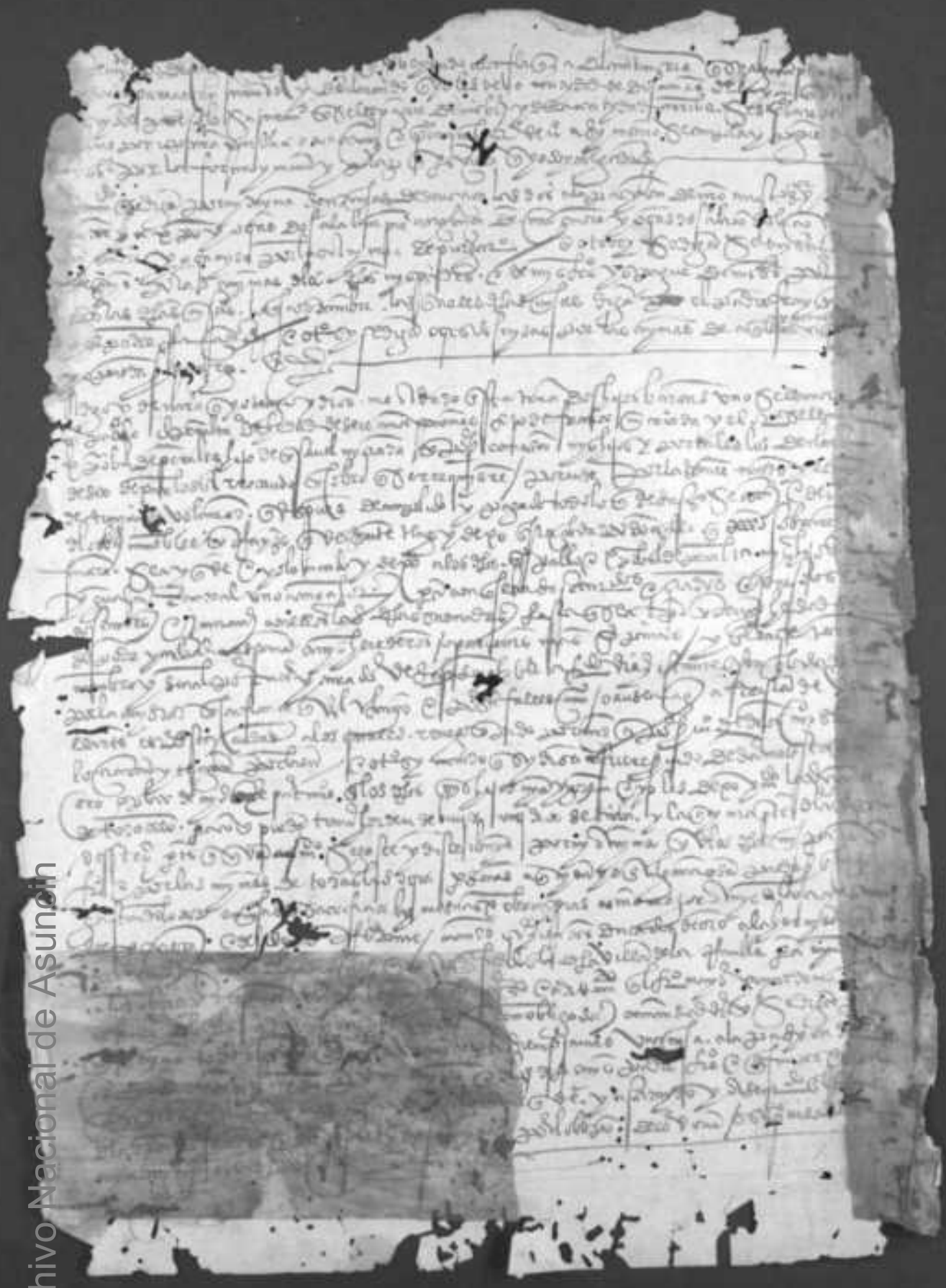
15

Archivo Nacional de Asuncin

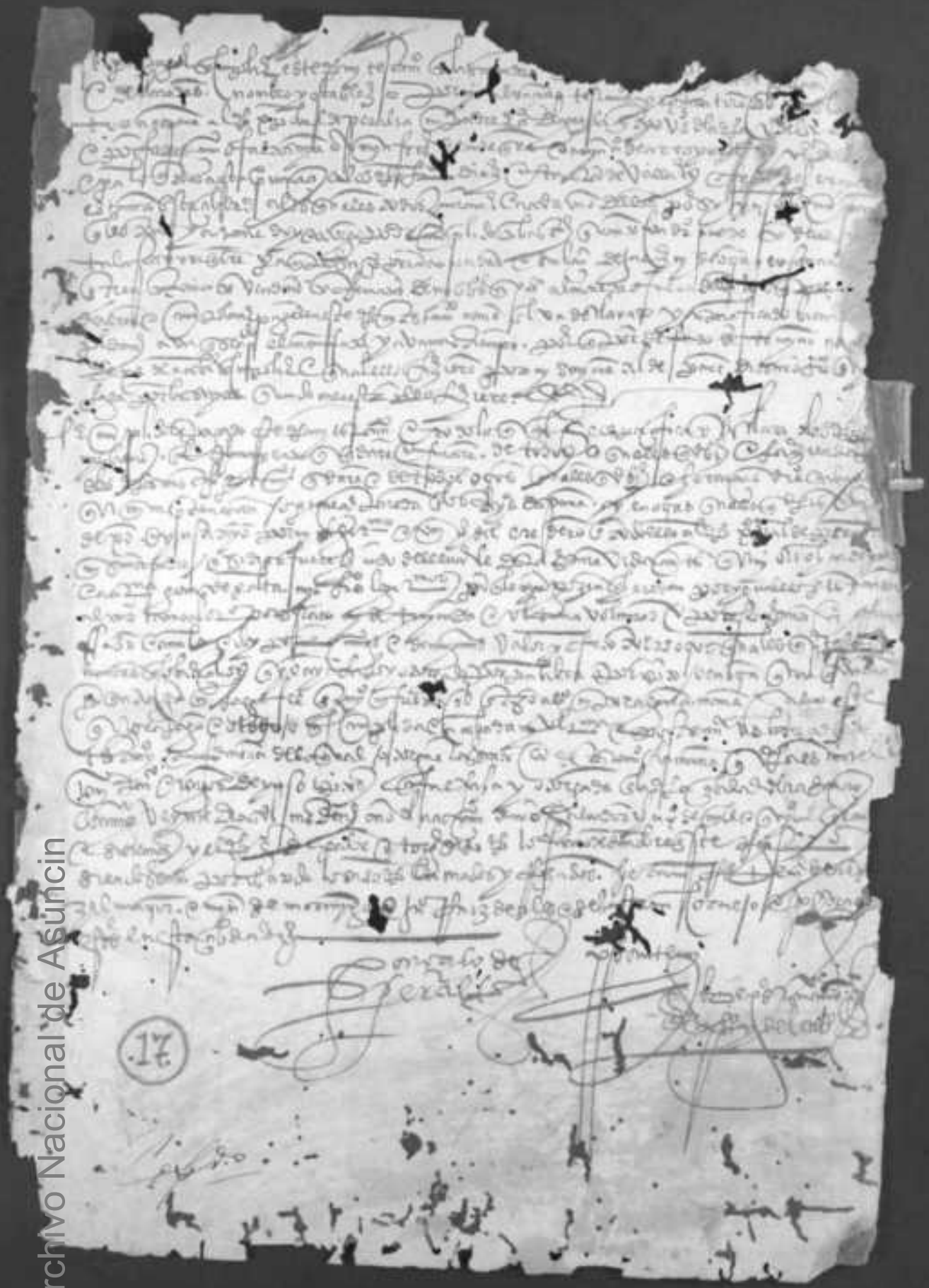

Archivo Nacional de Asunción



Archivo Nacional de Asunción



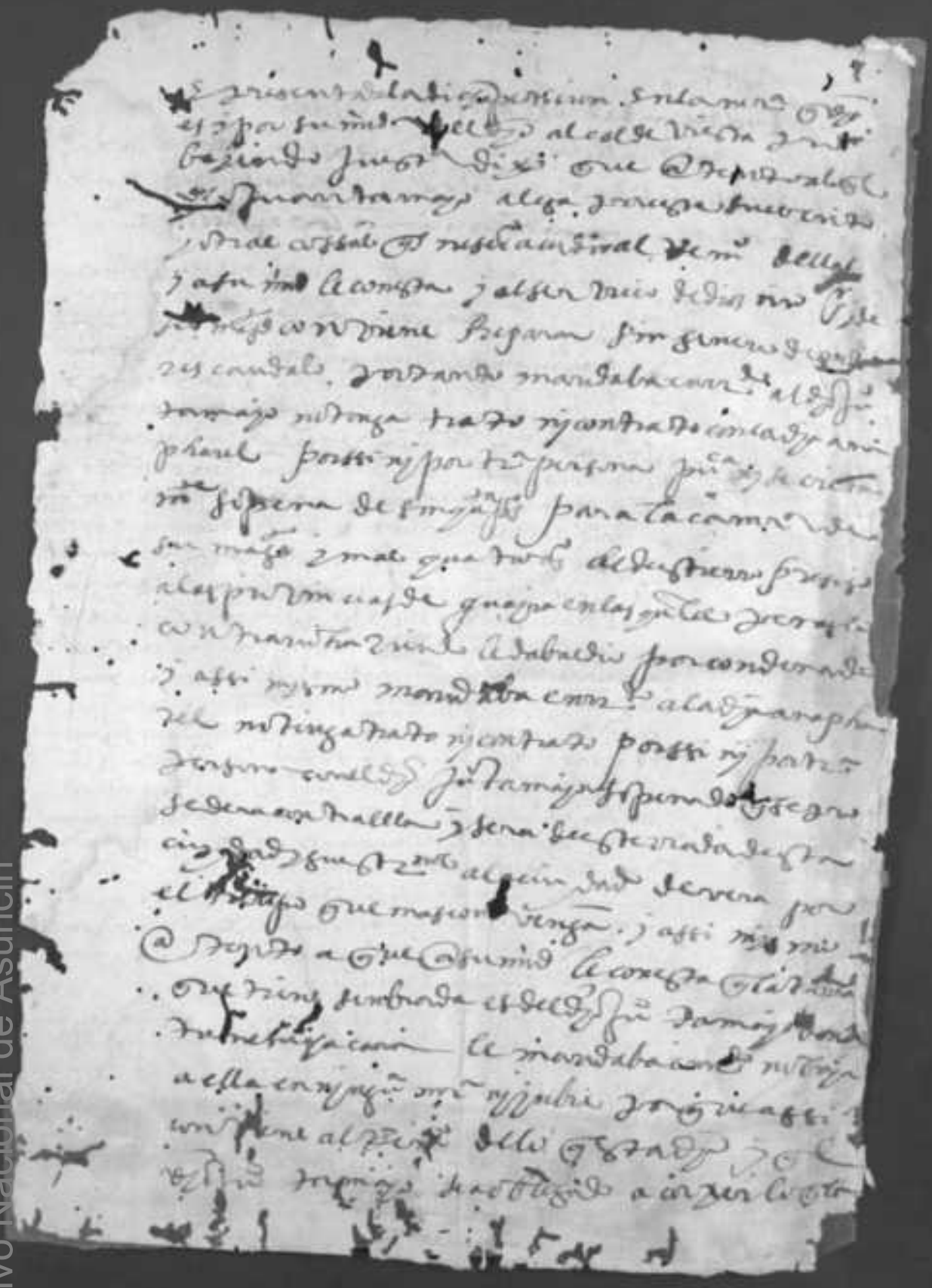
Archivo Nacional de Asunción



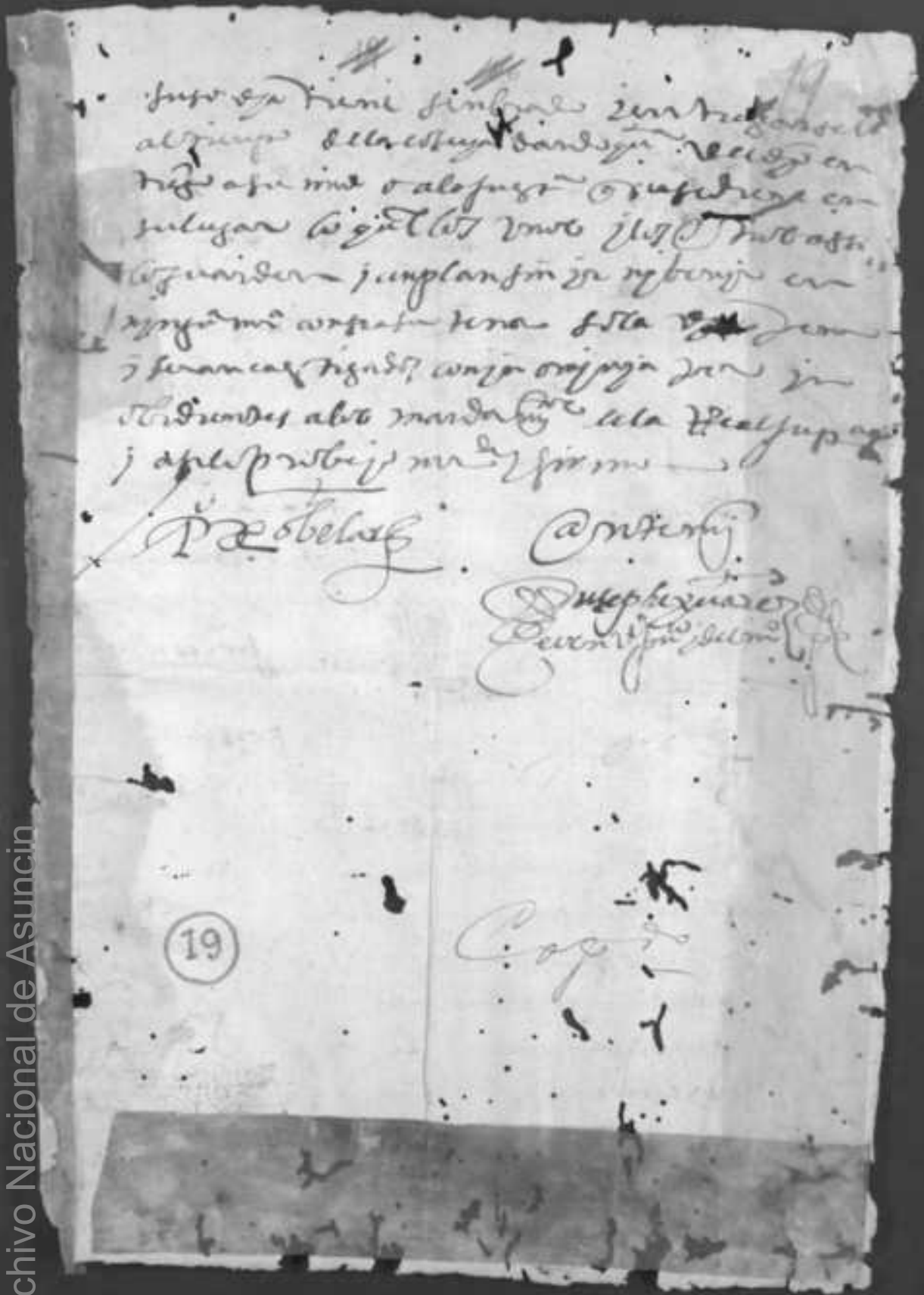
Archivo Nacional de Asunción

18

18

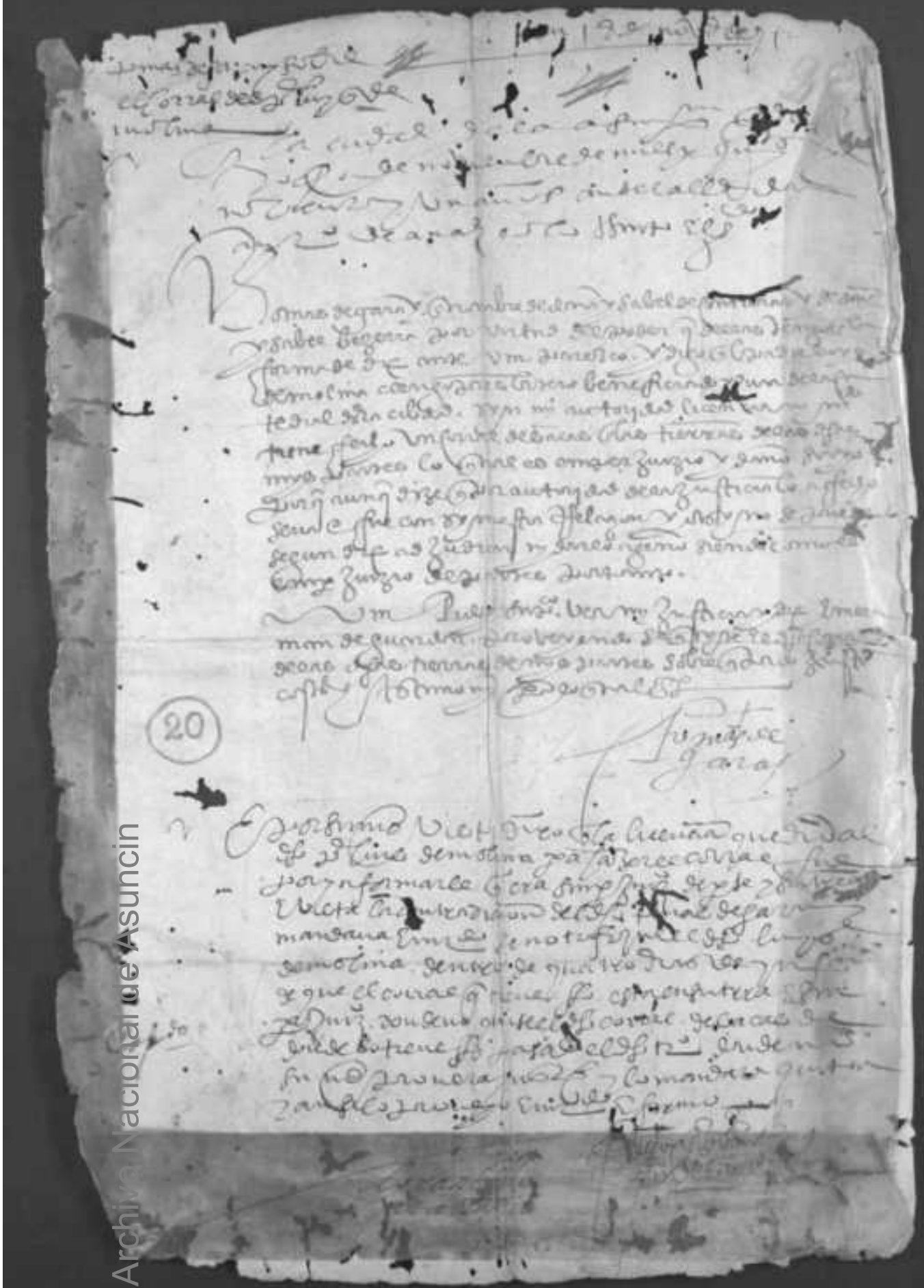


Archivo Nacional de Asuncin



19

Archivo Nacional de Asuncin



Archivo Nacional de Asunción

Luis de molina clerigo Presbitero. ante v m. Parezco y digo que por m. de Vm. me fue mandado vn auto cuyo mandamiento dize formacion en cuanto el lugar alo en el fiso el tenor de mis faltas no es como. Lo qual hago dentro de quatro dias y porquanto por mandado y conforme a lo Vm. Le sirva y temas de hazer y hago relacion que dare la dicha y informacion para que yo pueda ser despachado. y no yo. Porque el dicho auto a lo de la enel tiempo Pido y pedir no se me sea denegado ni cosido ningun fruto lo qual juro en forma yesto sin perjuzgo.

A Vm. pido y suplico. Lo mande ver y en el dicho nombre hago relacion y informacion en forma dicha dize que Presos sustancia lo que dado cartas y testimonio para lo que

Luis de molina

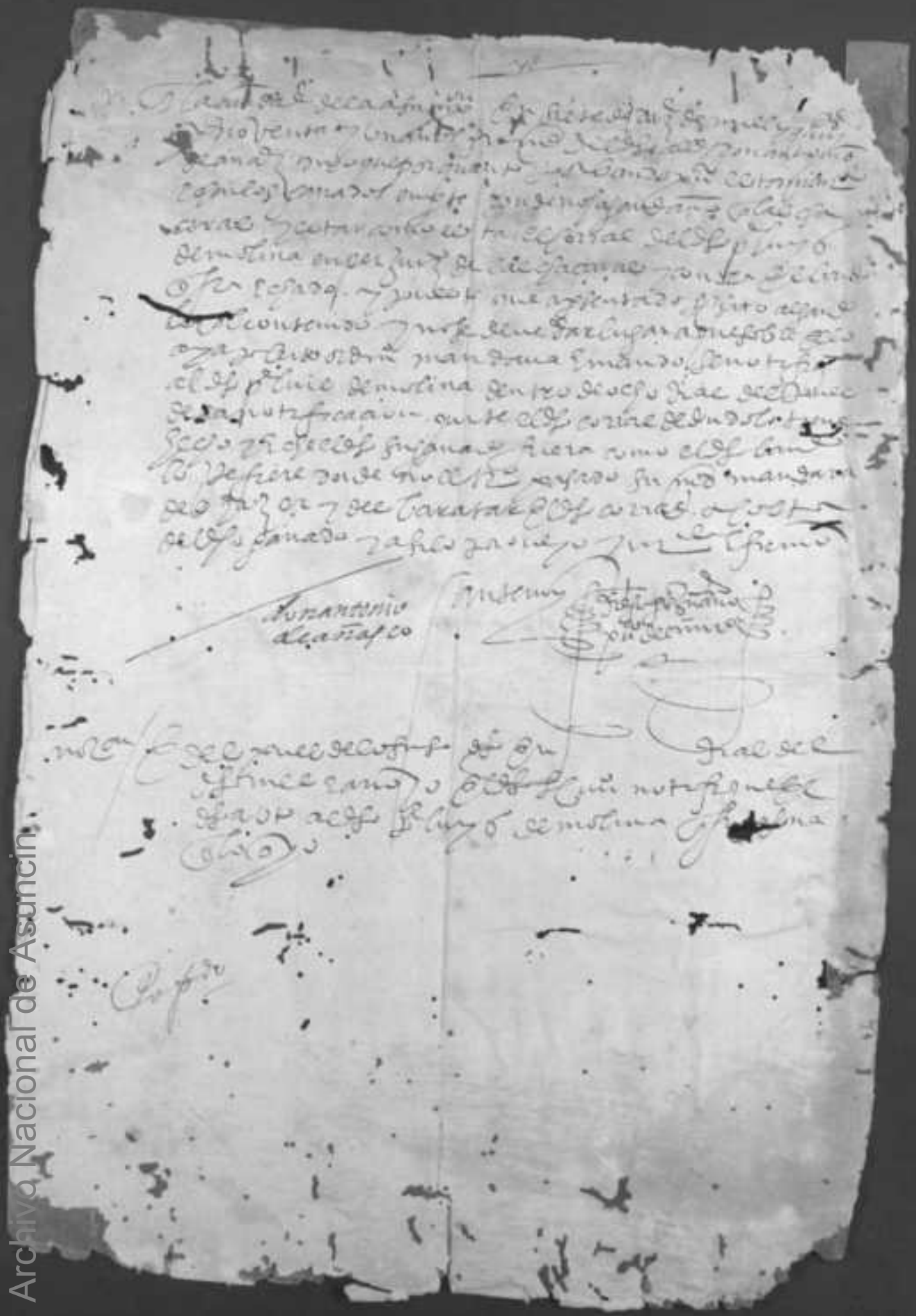
21

Dorgo mi Not me sedirio tal al Pte en la dicha para por ante mi de fue hallado firmo y sello de pde

Ante mi Diego Romero Not

Pareze ante Bo mercado Pdo y el dho Pbro mo testigo el dho firmo de su nombre y lo firmo

Archivo Nacional de Asunción



Archivo Nacional de Asunción


10

- ORDENANZAS DEL OIDOR D. FRANCISCO DE ALFARO, VISITADOR DE LAS PROVINCIAS DEL TUCUMAN. DOCUMENTO ORIGINAL.

256

# Or.de Nanças Al.s Dor.or Don Fran.co de Alfaro oydor y Vissitador desta Provincia de Tucumã

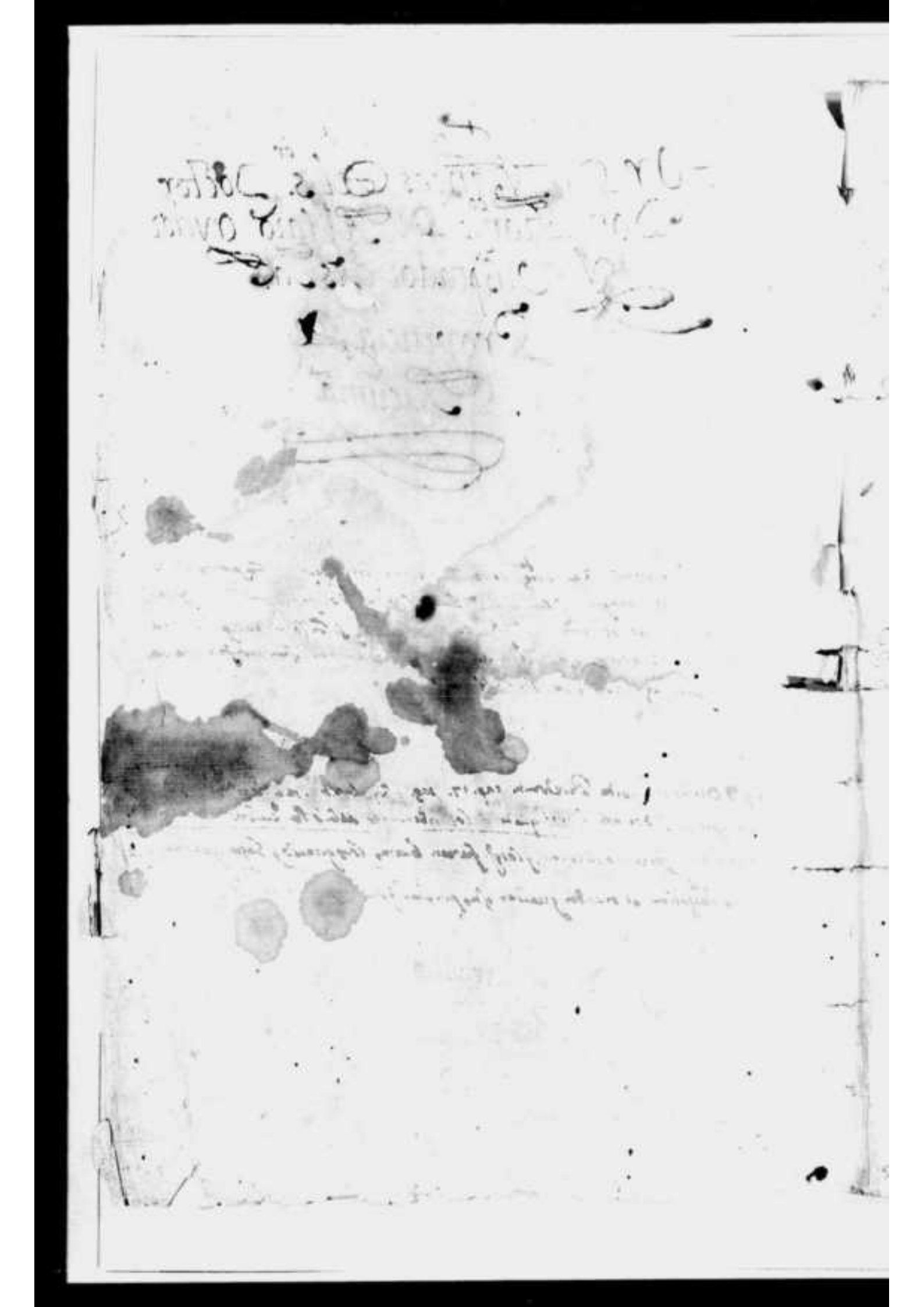
BIBLIOTECA NACIONAL
SECCION MANUSCRITOS
BUENOS AIRES

17

...esta ordenança 34 y sig.tes rederlas como mejor en los pueblos donde
...ueuamente antiguos q.e son los q.e Sus M.des Viejos poseyan, cultiuan, y se
...ue mas ha, es dello muy ...fo ...a, y lo ...ar y sobre todo antiguedad
...ligan dela tierra, esta ordenanza ... dello alcalde ...ga ...ra mandar
...ssamos q.e para ...ra ...

apud Acuña in regia Recherum cap. 17. pag. 1.m. Lib. ... recopil
...ingeniarle q.e dos ani Nros. gouernadores las ordenanzas de la ciudad ...
...poniendo q.e fueren a su cargo y las q.e fueren buenas, conseruarlas y guardar y ...
...nio obligacion de conocer guardar estas ordenanzas ...

1573 V. h. Lavius ...



# ORDENANCAS DEL S.or DD. Don Franco. de Alfaro

El Lic.do Don Franco de Alfaro oydor del Rey Nro S.r en la Real Audiencia delos Charcas y Visitador delas Provincias de Tucuman y Paraguay por su Mag.d &.

Hallo informado delos agravios, molestias y vexaciones q se han hecho a los vnos y naturales destas Prov.as de q han resultado muchos inconvenientes y especialm.te la disminucion delos yn.os atento lo qual su Mag.d ha mandado proveer desuficiente rem.o y descargar su R.l conciencia y la Vestra descarguen las suyas: para lo qual en diferentes ocas.es y tpos. a despacho cartas y cedulas R.s p.a q siguiese el servicio personal destas Prov.as y los yn.os naturales dellas sean relevados, mandando al Virrey, y R.l Aud.a se executasse lo suso dho. proveydolas particulares y me han elegido por el S.r Virrey y Audiencia Vna delas reales es del Tenor sig.te

EL Rey Lic.do Don Nuño de Vñoa y Vñelk de su Consejo mi Gov.r y Capp.n Gen.l delas Prov.as destas charcas, O la persona q hiziere el dho oficio. Viendo entendido los muchos agravios, Opress.s y Vexaciones q reciben los yn.os dela Prov.a de Tucuman, y la mucha necesidad q ay de proveer y remediar a q esa tierra p.a desagraviar los yn.os y hauer Labouras dellos restituyr las cossas en razon, mande cometer Visita a Lic.do Alo Baldenado de Torres mi Pres.te y Oydor desa mi R.l Aud.a Juez q a quien de Vos fuere a España podra hazer subiese por alla y el Rio dela P.a como lo entiende por la comiss.n q le mando hacer esta V.ss le mando dar y es del Tenor sig.te

EL Rey Lic.do Alo Baldenado de Torres mi Pres.te de mi R.l Aud.a de la Prov.a delos charcas a quien le prometi aunq plaga decomision de mi consejo delas yn.as aunq por diversas cartas y cedulas mias le ordenado se visitasen las Prov.as de Tucuman y Paraguay por vno delos oydores desa R.l Aud.a q por setiempo fuesse salir alavis.n dela Tierra p.a q supiesse los agravios q reciuan los naturales y hasta agora no se ha entendido q se continuan y reciben estos daños, q son muy graves y dignos de remedio, las muchas vexaciones, opressiones y vexaciones q reciben los dhos yn.os de sus encomenderos Siruiendose dellos en sus casas y

Guarden cumplan y executen Los proueydos y ordenanças
q.e cumplim.to y execucion dello suyo dho y parezcan ante vos a Otros
llamam.tos y emplazam.tos y digan y declaren Los Letrados que fueren sin
poner en ello ni en el dho pleito escusa dificultad ni dilacion alg.a so
Las penas y Lesbusieredes Las quales executareis en sus personas y bie.s
Lo contrario haziendo. y en mi voluntad q.e dese el dho y saliere
ser delacion dela p.te q.e saber la dha Vis.ta Fisco y desagravio
de Los yn.tes vezinos destas Prov.as de Tucuman y Paraguay y todo
el dho Pov. q.e ocupareis, y detuvieredes en ello gouierne el Salario
q.e al presente teneis en la Plaça de Presidente, de esta mi C.a y m.do
a Los Oficiales de mi Hazienda desa Prov.a de Los charcas q.e de su
cargo sean que el dho Salario como Lo hacian y deuian haser si-
endo Los Presidentes dela dha Aud.a aunque tom.e Lara son della
vna mi cedula mis contadores dec.o Rem.o consejo della y.as fecho
en Lmedo a dos de octubre de mill y seis.cientos y cinco Años y del Rey
Por.m.do del Rey n.ro s.or Gabriel de Ybarra. Y entendiendo
considerando q.e para alguna remediar la falta de salud q.e por otra causa
q.e aver partido de la Ciu.d de Potosi Los dhos Reyes nuestros Señores
esta Vis.ta y dho Lic.do maldonado de Torres de esta de Sabello
nido por conveniente q.e con efecto le haga q.e cumpla guarde y
y mandaros como lo hago. q.e luego q.e el dho Lic.do Alo mal
donado de Torres asentedes en la dha Vis.ta nombreis luego
de Los oficiales fiscal desa Aud.a q.e pareciere q.e haya a saber ciu
plir todo Lo q.e esta comisionado al dho Lic.do Alo de Torres maldon.do
q.e por Lapres.te le Lo mando alg.s assi nombrados, y Leis dado poder y facul
tad qual en tal caso se requiera y q.e haga la dha Vis.ta y Visitad
y conformidad dela cedula y Instruccion incorporada y Las demas cedulas
y Le diuan dado q.e el dho Alo maldonado de Torres sobre negocios
y casos tocantes alas dhas prov.as de Tucuman y Rio de la P.a como
y particularm.te hablaran con el fiscal de esa Aud.a a q.e yo
nombrare y sentire q.e Lo q.e dicho y mando y haga la dha
Vis.ta y cumpla la dha Instruccion y recaudo Los yn.tes q.e en ella se

Sorible y q procure acaballa con mucha Brevedad y q l
os por Fiscal q assi nombrare de Leseña Lareis como Juez
enella Executara el Relatorio q esperencia q se hallare pre
serado q p.a el cumplim.to de lo suso dho Lareis Sabbeis q
con Venga, y de lo q en al caso se hiciere me aussareis q ha
en m.a ausencia y siete Leguas o Derrill y Sell.o y siete otros
y o el Rey, = Por m.do del Rey, m.os. Gabriel de Soar.
= Y Virtud. de la dha Real Cedula q Nacedula y su nombram.to
por el S.r Presid.te de la R.l aud.a de los charcas, y Visto ante
gobern.or Visitando la por mi pers.a Haciendo informacion de las cosas
en q.to en ellas estan ocupados mirando y enmendando los
y Sabiendo Las Leyes mas Religiosas q me han parecido con Reverencia
p.a mejor Execucion de la R.l Voluntad = Saliendo Hu.a Ar-
cib.o de San Iago del estero de Guelta de este Viale Excomunicado
al S.r Obp.o de este Obp.o gobernadores pres.te y passado, y a los prelados
de los Religiones, y otras personas de Reverencia y Reverencia q ex
periencia Seguida me Resolvi de informar y aconsejar Leg.a mi
Gien é Hecho entrado el discurso de mi Viale Sing.r q Deseo Cumpl.o
por Saber de Cierto Derecho por conscien.a y especial.te encomendan
do lo a dios m.tos por m.o de personas Eclesiasticas Religiosas
y Virtuosas y antig.s Sacerdotes entre otras cosas m.as q lo esta
grave a los y.os en lo de hasta aqui respecto de la Encomienda q.
y esto sacando por q los mayores agravios San hechos con mu
chos, si Deuda casa ni Hacienda q.l o los mas Sentencio como
Deseo en servicio de los muchos y.os y satisfacion de los q San
Nev.o demasiado aun Vna moderada q. no tuvieren Hacienda remi
endo como a todas estas remito en.o toca al dho S.r
Virrey y R.l aud.a rogando por las razones dhas supuesto q ha de ver con
Veniente satisfacion a Derecho desde Luego a los interesados Deu
dores y Herederos muertos, traten de descargo de sus conciencias confes
sores y por el. q en ello se quieran examinar, y q en lo por venir
cesen semejantes agravios y las conciencias esten seguras y en lo
Executo La Ley summ.te ordeno y m.do q en el gobier.no de estos y.os guar
de y Passe en todo y a ellos toca de aqui adelante seguarde
y cumpla la Ley q.

1

— Primeram.te Declaro q por Bulla hecha en esta ciu.d de S.t Iago como C
Nros.S.tos Obpo. Prelados de las ordenes y letrados q en ella ciu.d se halla
ron Religiosos fer.os Clero pueblo Area Vbi esse videt.r alo.s cuen
tan q en Virtud q el dcho.o personal q en ella Prov.a se ha tratado
conforme a la q San Vlam.e Hernandez y Tapia, Sacrip.o q intitulo
y contra todo derecho y justi. Lo declaro.

— Y en porg.o Sin Perg.o por Rl.es cedulas Mandados y Provis.os no
pueden perdad.os Vsufructuarios ni Vendidos Lo declaro assi dados
por ning.os vias y formas q en derecho se quieran celebrado en
esta gouer.on assi Dey.os naturales de ella como de otras p.tes y reser.do
en mi efficacissimo Poder se hallare culpado desde Luego declaro por si
sres Lo dhos Provis.os y assi de Vuestros Vienes y hacienda con ellos no
do Lo dispuesto y q dispusiere y ordenare con todas mas y.os del.os pri.
dela Prov.a sino q assi a Vuestra Magd. y.o y Reales Arcas
q a qual.r pers.a sea otada admitir ni dar en ning.o caso ni q digan ser
Vasallos Vuestros ni reciban conocimi.tos permiss.os y mandato de los
Gouernadores Capitanes q quisieren hacer de guerra, o de otro q quier manera
de hostilidad a guerra Super.r a Vuestra Mag.d Leyes y Pragmaticas q en esto contra
vinieren debe luego ser y sea condenado en seis años de galeras por ca
da vez q lo hiciere, y sin q sea oida ni admitida q vendiere, compraren o del
yeren dro. del precio q assi entre si hicieren, y asi lo declaro q conforme tanto
y mas de lo q puede y debe tener encomienda ning.a Dey.os empeca nien mas
ni menos la facultad q pretenden tener de poder hacer conciertos ni contratos
ni otra manera

— Y en porg.o alg.os Gouernadores han encomendado y.os continuo sus pri.os
personal por dos Vidas por el q el titulo Confiesen a los Vez.os y muchos
Estrangeros Poblaciones. Declaro no auer tenido ni tener poder los dhos
Gouernadores ni otro ninguno ni q encomendar Los q anssi tienen
titulo de esta forma personal. Y porq ning.os Las encomiendas q en
esta forma se han hecho y declaro a los dhos y.os Gouernadores y se han
de entender estas encomiendas conforme a los Derechos segun y como los demas por
q no se hacen otros dros. a los Morales y.os

— Y en declaro q ninguno de los q hasta aqui han sacado de los repartim.tos pie
as q se encomiendan agora y adelante en particulares se disuelva
los q me suplicaron se les diesen Vecinos en confirmacion de una cedula Real
q hecha en Valladolid a diez de Diziembre de mill y quinientos y seis. m.os y todos los
q tienen o se dan sin q ellos hagan ningun grado de resistencia dentro de seis m.s

Destas o quatro leguas, y no mas, tem.do alg.os q por [illegible] fuere lo suso d[ic]ho q todo [illegible] y por [illegible] destos confor.te [illegible] [illegible] [illegible] pues de [illegible] ordene confor. ala ocasion y [illegible]

8 mudanza de [illegible] Yten [illegible] es y lo suso d[ic]ho [illegible] [illegible] no poderse saber mudanza de vn temple [illegible] de nuebo [illegible] [illegible] para no ser a mudanza dentro delas mis.as tierras de los yn.os vna legua de [illegible] aunq esto tambien es [illegible] se haga con muy gran deliberacion [illegible] de [illegible] siguiera de vn alcalde por el g.or nombrado especial [illegible] de suerte q [illegible] queda rio, estero, bañado, lagunas o pantano dentro la poblaci.on y la parroquia [illegible] con la [illegible] q [illegible] saber los [illegible] y otros semejantes respetto de [illegible] [illegible] y otros [illegible] destos [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] su encomendero atienda en ello y lo disponga

9 [illegible] Y ten proi[illegible] [illegible] no se muden los yn.os contra su voluntad, porq [illegible] [illegible] principal m.te se [illegible] procurar [illegible] mudanzas, q los mas yn [illegible] [illegible] saber la tierra y [illegible] saben mejor los [illegible]

10 [illegible] Y aunq [illegible] los yn.os [illegible] [illegible] [illegible] particular.te con [illegible] [illegible] se [illegible] con los yn.os [illegible] del todo pacificos al [illegible] [illegible] [illegible] q caen en el distrito dela [illegible] y [illegible] [illegible] [illegible]

11 [illegible] Y ten por q. la [illegible] dela [illegible] [illegible] alg.os yn.os en los llanos de Santa [illegible] de [illegible] dela cordillera [illegible] [illegible] [illegible] q estos se [illegible] vasallos [illegible] [illegible] generalm.te [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] y solo se [illegible] en ning.a manera [illegible] [illegible] [illegible] lo q es imposible [illegible] q por bien [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] tiempo.

12 [illegible] Y ten enc.o al [illegible] [illegible] [illegible] y otros [illegible] del distrito de [illegible] por la gran aspereza dela tierra y por la dificultad de ser doctrinados [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] con [illegible] vengan [illegible] [illegible] [illegible] con [illegible] yn.os [illegible] [illegible] no sea a tierras del valle donde mas bien puedan ser doctrinados [illegible] [illegible] calientes sino a tierra [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] por ser [illegible] temple delas [illegible]

13 [illegible] Y ten porq. es natural [illegible] [illegible] [illegible] su natural y assi [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] y se [illegible] alg.os [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] a su primer natural [illegible] [illegible] ser compelidos [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] les sean de procurar [illegible] por la [illegible] [illegible] delo contr.o [illegible] [illegible] [illegible] total m.te [illegible] sin mas razon y [illegible] [illegible]

14 [illegible] Y ten porq. [illegible] dela tierra de los [illegible] [illegible] [illegible] con ellos con particular [illegible] q no [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] donde con menos [illegible] [illegible] [illegible] se [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] sierra [illegible] [illegible] se doctrinen [illegible] en ning.a [illegible] [illegible]

15 [illegible] Y ten enc.o al [illegible] del d[ic]ho distrito [illegible] q caen con las [illegible] [illegible] [illegible] no an tenido q. [illegible], y [illegible] mas [illegible] q en este Gobier[no] ay

16

17

18

19

34

35

36

37

41

Y ytem se declara q ninguna ygn.ª p.ª cada Año conçierto o Lo obligue [illegible]
por Dro. de Rl. Aud.ª con autoridad de la Just.ª ordinar.ª

42

Y ytem se declara q los yn.s Hijos Legitimos de las yn.s Son de seguir [illegible]
y reduzion de sus padres y las Hijas de las yn.s solteras aun q sean de [illegible]
Que su madre y por q de la tal prouanças constara en mater.ª de [illegible]
Aunq.e mucho[illegible] inconvenientes inquietudes y [illegible]
q. se pueda admitir probanca en mater.ª de [illegible]
casada aunq. siquiera diga q el marido estuuo mucho años ausente
o condena fuera, o de padre de español por q sin embargo de todo esto
Aya de ser visto por hijo del marido sin admitir probanças en contr.ª

43

Y ytem declaro q las yn.s casadas de qualquier pueblo q sea a de ser [illegible]
alguno aunq. diga en el q su marido Legitimo se entienda [illegible]
Digan q las yn.s sus mugeres casadas y q en esta parte no [illegible]
tran. por la Ley ordenanza esta mal entendida y no dispone [illegible]
Lo mismo que esta y por las cedulas particulares q en esta gouer.n mandan
es mi voluntad que en este Caso contenido en la ordenanza [illegible]
gores casadas se entiendan en el q. de su marido sin escusa alg.a aunq
digan q el mar.do esta fuera mucho tpo. a y q. no sepan del

44

Y ytem las yn.s casadas puedan viuir en el q. de su marido [illegible]
sin q. de esto ninguna parte pueda ser compelida ni q. ellos por esta [illegible]
cion q. quieran de viuir aunq. o digan q. an de dezir con [illegible]
timas y Justicias en el q. de su marido como pertenecientes [illegible]

45

Y teniendo q. de los pueblos de yn.s en mater.ª de reduzion se siguen muchos inconue-
nientes, diferenciones y sin causas se ausentan los Indios y por otras [illegible]
ordeno y mando q. los yn.s se tengan por naturales de los q. Donde [illegible]
no obstante q. tengan licencia para estar en algun particular por q. los yn.s [illegible]
no se entienda Lugar para ynduzir y quando alg.o de ellos aya de ser [illegible]
natural sea aunque de Vocal.n y confor.d a los q. se entiende de hecho
y mejores Just.s y q. esta pueda hacerse en el q. es menos inconven.s y
agrauio de uno, otros, y la quietud de los naturales aunq. [illegible]
en q. ales q. sirven aya q. [illegible] a los quales se reconozca [illegible]
en los tales seruz.s en lo continuando los hayan alq.o y en los padrones
an de dar. y son

46

Y ten por q. muchas de las encom.das de esta gouer.n se an [illegible]
y estan reducidos mucho Indios, los dichos sobrestantes especial los de los
pos. de Xalisco y Acaponeta y de la Nueua Galizia y Nuevo Reyno de Leon
de los corregidores y sus tenientes, y los demas q. tuuieren [illegible]
calçagues, y los descubiertos, escepto los q. en ocasiones [illegible]
o asalarien por q. aunq. las dhas tierras se hallen andando

52

Yten declaro q los yn.os no tienden comunmente allevar cargas sobre sus
yn.os ynmediatamente, ni los edifican muchos alg.os q solo pueden cargas a una
p.a casa poco mas cerca los Rios, y muy p.a los cargue mucho mas cerca
gar ó hacerse pena decinq.ta p.s y el cargado los otros yn.os figuren en la
questa defamatoria sea la pena q.da p.s ensayados por el Alcalde ordinario
Regu.r Alg.d Juez y denunciado

53

Yten digo q no ay ningun yn.o nopuede cargar nicargue mas de
solo pueden cargar negros sob.re del gr.o cornientes, camara sueltos, fuertes
ciados y recia La silla aplicada en lamisma forma q.e arriba se declara
señala de la silla las q.les la enella. ofs sin voluntad de ella
La lleuara.

54

Yten declaro q los yn.os podran aquellos q.e conuersaren ó con
comedia de cada vno q.e este caso no responde lam.te en los
delleuar por su trabajo

55

Yten no embargante lo cont.o en las ordenanzas antes desta declaracion
decinq.ta a.s ant.s no embargante q no deben cargar mas de
pellos los santos. Pellos q.e quieren cargar, obligados, y acostumbrados de
cómo abstinentes, y no puedan ser compelidos a otra cosa, y
pú. no aya rastros yn.os desta Edad conque se regulen los
q se regulan en el rumbo de sierra q se obseruen
meses y no en el resto del Verano

56

Yten ansy declaro q no entienden los
yn.os ataler por sus pers.s Vienen los Negros y en los
molinillos Vienen molinillos q los Indios traen
consumen, y solo quedan molinos de agua, para
mito q los yn.os tengan molinos p.a moler q si y q en
que molinillos pequeños Vienen con q no los traigan yn.os

57

Yten declaro q ningun yn.o ó negro libre pueda ser cazado q ama
sino das encomenderos ansy de la q tiene declarado
de sumario sob.re del feudo del Ves.o y no continuen
sino ganen q manera tengan escusa los q no pueden
q yn.os de ser encom.da pueda seruir teama con q sea desde la Luna

58

Yten declaro q ningun yn.o casado pueda seruir, ni conuerse
de cassa de estando L sino fuere siruiendo assi mismo a sus
Lamisma Casa

59

Yten declaro q si el yn.o, o yn.a conuertidos por los
Padres q siguieren su libertad, assi no sino q puedan

67

66

68

69

Untocando La tamporia en la forma dentro de q̃ se señalare p̃a q̃ estén en su casa
apuntando La abch.ª y ytaria y otras demás religion sop.ª q̃ quien no le tuviere
se le quite el servicio real y.n sino siguiera semanal del pobre de ración y paga
q̃ le daga.

Los Corregd.res Alcaldes mayores y.n. esta acargo de los Alcaldes y regidores de ynfan-
tª de q̃ primero dexando a los caziques el repartim.to de tributos y de los
demas q̃ se deben tener.

Las Aud.as y cobranza de estos es acargo de la Just.a m.r Galeras y Just.a
de cada pu.o de españoles pero encaso q̃ la Just.a mayor no haya a de mandar
precisam.te Un alcalde ordin.o y no otro pues. y emparticular a de tener cuy-
dado de visitar los pu.os de los y.n particularm.te al tpo. del sembrar, de ser ó no
de coger, y con mas particular. al tpo. q̃ se coge la alga con q̃ enriquezen
con biene q̃ tenga mucho cuy.o La Just.a mayor el exasso de todos estos y
mas particularm.te cuide tpo. ad

El Alcalde ni alcaldes de la Ser.a no pueden conocer ni en ellos con
causa contra y.n. sino fuere encaso q̃ el real y.n. aya muerto alg.o o herido
por roballe, o fuerza de muger, o hurto de ganado mayor de los tales casos
puede proceder como los alcaldes ordin.s y ansi mismo pueden los de los de-
mas casos en q̃ tienen jurisdicion como alcalde de la ser.a contra los
no les, ansi mismo pueden proceder contra y.n. si el tal alcalde de la ser.a no
obiere sido ordin.o en el mismo distrito, y alg.o le obiere sido ordin.o de la
nueva por comis.n para otros casos, p.a q̃ pueda proceder en ellos aunq̃
no sean casos de la ser.a

La Just.a mayor y ordin.s y los alcaldes de la ser.a en los casos q̃ pueden
no pueden sentenciar ninguno sino remitirle a la carcel de la Just.a y.n
de españoles la qual sen.a por los agravios q̃ abuelo de Just.a a los y.n de los a
dho y no pueda executarse en y.n. sino fuere encaso todo y q̃ de la
dilacion podia resultar daño y reparable

Ninguno y.n sepueda sentenciar en destierro fuera del distrito de la ca-
pital donde fuere Aug.a y si fuere en alguna ferug.a sea de cien v.s o cinco.s pero no
por esto segnor se condenan al y.n en.a de muerte si la causa no lo
pide

Las elecciones de los cab.os de los y.n. se hagan por los de la ca.a y salen en
pres.a del cura.

En las reducc.es q̃ por estas ordenanças se dispone aya en los pu.os de españoles
sean de saber elegir alcalde y los demas Just.as segun y como se dispone
en las reducc.es de los pu.os de y.n

Los pu.os de españoles nombrara el cab.o y.n principal p.a Alcalde mayor
y q̃ tenga a su cargo el orden. de los y.n. especial los de m.a y asi mismo
el real Alcalde elixa de los y.n. de los pu.os q̃ dan m.a

El Alcalde q̃ fuere elegido aunq̃ sea y.n tributario no tenga casa ni sea
personal durante el año q̃ fuere alcalde.

Personas q̃ … truxesen con armas, o trayan ynpensos como los q̃ sepresentaren no
puedan reparar ni reparan por piezas como se ha acostumbrado no se execute
en ellos pena corporal sino q̃ los traygan a la cárc.ª q̃ Juzgue segun calidad q̃
la delicto requiriere pena corporal pudiere traer daño irreparable en tal caso se
puede executar pero no reparar piezas

Y porq̃ los exclusos delos ynd.os alguos ademas tienen vna manera de
masses de la ordenanza precedente entralado el acr.to pasado, sino q̃ general
por mucho, q̃ aud.a de la prov.a podra determinar q̃ se deve hazer q̃ se
deve saber y assi q̃ se rem.e ymo acto q̃ sobre alg.o

Porcedula desu M.d. estan mandado q̃ los ynd.os enfieles q̃ se reduxeren y binieren
xpianos no puedan ser encomendados ni sacados fuera de sus pueblos q̃ declarando assi
y mandando los dhos alc.s elg.n no señale el encomendallos sino q̃ consul
tado al s.or Virrey, y assi mismo q̃ de tanto en tanto el dho Tpo delos dhos alc.s no
puedan ser compelidos a seruir personales pero puedan concertarse como
Voluntad

Q̃ la cura de los ynd.os muchas vezes conviene dexallos ordenados en algunas
estancias, y q̃ alli tengan sus casas de mitayos y ynd.os casados no sea lexos del pue
blo donde se hubiere de hazer la represa acostumbrada, y q̃ la alcalde la q̃ los cathequi
zare y doctrinare tenga particular cuydado de examinar los ynd.os a la hora
de la misa, vesperas, rosario y q̃ salgan a ellos cantando y tañendo con flautas
y otras grangerias q̃ se hallan introduciendo en la yglesia

Q̃ los ynd.os q̃ biven en los tambos no anden sin ocupacion alguna sino q̃ sirvan
en los tambos, y q̃ los q̃ biven cerca de caminos reales trayendo algunas cosas
para vender a los caminantes, y q̃ los q̃ biven en lo mas apartado de los caminos
reales traigan sus cosas a los tambos para q̃ alli las vendan los caminantes
y no se vayan a buscar a sus casas

Q̃ los ynd.os q̃ biven en los tambos tengan sus chacaras cerca de los tambos
y q̃ los corregidores tengan particular cuydado de hazer q̃ los ynd.os
cumplan con esto, y q̃ los corregidores tengan particular cuydado de
hazer poblados

Vna de las causas mas principales q̃ entiende se ha tenido en la diminucion
de los ynd.os de Tucuman ver. a sido la exclusion de las encomiendas a
Real a.a de los chancas, y assi despues q̃ se vino a poblar en
Logr. su Mag.d en Lamesa por la cedula citada en las ordenanzas de Arz.
q̃ assi mismo se ha proveydo por lo en lo porvenir, ordeno y mando q̃ de aqui adelante no
se haga ni divida encom.da ninguna. Decimo q̃ estan diversos ynd.os encomendados
en mucha cantidad sobre q̃ la dicha S.a se hubiere desde luego la declare
y determine, y los ynd.os que pusieren en la cor.a Real y por condenado a q̃
Real se hubiere q̃ los vb.s q̃ quisieren encomendarse en la corona Real
Mag.d no embargante q̃ se diga q̃ no se dividieron en forma q̃ hubo caciques q̃
de antiguam.te estuvieron divididos por lo q̃ en embargo de lo susodicho
se haga guardar esto precisam.te con la forma de las ordenanzas

Y ten declara q̃ todos los dhos Señores Juezes de residencia parientes
casados y q̃ algunos hayan residido en los Pueblos donde
Alcaldes ynd.os q̃ se rebelaron o sustrayeron

113

Yten mn. q como fueren Vacos encomiendas se hayan anexando unas con otras
Reuerendo Las de Vnos sean vnefos Sorg tienen q enel yen Los pueblos
Lormas Cercanos de Juarez q Se hallaran Sabiendo encom. de Sus fuentes mui
pocos o de ningn encom. en Las ciud. del Diago y Cor. Cabe de Leon y mr.
Detasla del mas del mg. y se procure Saber. Vna de Sus Vezinos yn. Vezino de
Trecientos enel distrito mui
ten en Lacui de la Rioxa, y este por Lamiss. for. se hayan anex.
Las encom. de Suero q sean Tucumanchentay yn. mas omb. yen Lacui de
S. Miguel de Tucuman, Salta y Juxuy se hayan Sauiendo decing. yn.
Cinco mas omb. p. Log. se hayan anelando vnas acras como esta dho
como Sialguien Encomendero muero q tengan yn. encomiendas yn. de Diffes
dhos Vnos de otros se hayan anelando cada Vno conforme al puesto q tuuiere
por q demas de conuenir q Las encom. tengan Suficiente numo. de yn.
mui. con Vno q esten Lozos. de Vn encomendero juntos vnos de otro, q los
Sirua Sauer y gouernar mas facilmte. y caso q La dha anexo no se hagan
de luego, Ladeclaro por dicha y por nulla Los encomi. q Sirueren, y Sta L
encom. q assi se anexaren no se detengan por muerte del. ni otra cosa q se ofrez
por q no se dea detener vna en vacante com. mui. como en efecto Las
dhas encom. La vltima de encomiende todas juntas en La dha cant.
Si como conuiene q Las encom. no sean muy pequeñas assi mui. nos
Sirua q vna tenga dos encom. respecto de lo q al q por assi Sirue. en vno
o ning. La tenga ni pueda poseer, y por q algos q tendran meritos p
encom. poseeran Las q tuuieren, Ordeno yn. q en este caso el q tuuiere
La dha encom. menor pueda oponer a la mayor, y dandose tenga e
Sog. de hacer dexac. por solo alegar el titulo de la Sog. este sea
Yten q ningun encomendero haga dex. de su encom. y sino Sirua no se le
oyga ni admita su encomienda antes de se le quite y encargue en Real
de Justa dexac. an resultado Los fraudes q contra estos Sus mandos
esta govern.
Y yten q todos los encomenderos yn. q no pueden tener mas de vna
vna p. q puedan dha Los tengan en su casa y Sirua. otra en nombre de Sog. hacien
alguna cada vez q Lo mand. Sus Mag.
Y yten declara q ninguno de los encomenderos por. q tengo yn. o Ausente fuera
de su pueblo de defensa de la ciudad de mayor. yn. o otra q
tenga el cuidado y Sup. de mi Sup. por Su Mag. Log. en. de asi por
todo Lo q dho es entiende de los impedimentos del mayor. q
Sacen los dhos encom. de los
Ytem q. de las cosas q se an ofrecido y ofrecen mas adelante elimpedir
y estorbar mi y y tomar Los contrauenen de esto q Sido menester y reformar
y hacer hacer otras Sing. Las q se encomi. q juzgas por el mo. y por el S
Oppusieran Cabildo a remediallo q siendo Sacerlo, yo en lo q me fuere posible ordeno
y mdo q los dhos gouernadores y mdo q los dhos encom. Sean obligados a casar a y

ynçurr.te cyncurra cnoerdim.to dela cn[fir]m.da cna Vlidad q.e otra q.lquier. se
entienda sila hiçiere sumbiger tinso auna dra fue fin su Voluntad velle
genero quisiera poner mui graues penas y fuebes mui rigurosas de
Los q.e incon[fir]tren q se dan Sallado q un se rebrado de Se cn lo q.e cnsp.ne
sine en lo temporal, y declaro por bal.e prezanca qual quiera
q el Juez Eclesiastico haga cncausa cntra procediere sobre auerle cometido
el Matrim.o o algun otro por q auiendose procedido conforme a derecho
por La dha razon y derecho condem.o por pequeña quessa
Jauer concom.da cnel Mag.d Delos Obis y m.os como S.r m.e Vaco.

120
Q.e Los cor.es y alcaldes no puedan conocer de causas de
Indios sino q.e Los Gou.es Corregidores y
Los mas menores hagan

y yo q Lo mando y Jean Libres. como cons.o Solo seguir de ser por ante q Los
Curas Doctrinen alos yn.os q ellos Vinieren a decir Seguir en el dho Sitio q Los
traiga subamo ni otra por.a Sospechosa

120
Ninguno q.e no sea encomendero
no pueda cassigar

y Tan prohibo alos encomenderos q.s Dcesta.d q no Puedan cassigar corrigir ni
mandar cassigar ningun yn.o Desta conformidad. De q.e Sup.a de S.d m.d
aplicados por ser.os p.tes cámara Deste Al. Juez y denunciador, y del cathor fuere
tan exáctos, assi mismo Lo rubrique con el sello de la just.a todo Lo q.e dho es
cumpla y exec.e y contra el tenor y for.a Delo susodho nadie no vaya
Los gouer.es como otras sid.s Vecinos estantes y abitadores Dellas gouer.n
Lo cumplan cabalm.te por Los Leyes Sup.s y Delas.d contenidas en cuyo
orden.s y mas ci cerca q.e Laiamara Deste Al. por q esta Vis.a ordenam.os
a La Real a S.d y Real Acuerdo Delas Audiencias Reales Deste Reyno
Consejo Deyn.as m.d q como estracto Seg.n y cumplan estas ordenan.s y mas
reas el R.l consejo Delas yn.as el s.or Virrey o R.l a.d cna cosa mandare
y Demas Delas ordenanças q se entregaren en esta ciu.d mandar
m.do q en Los autos de Vis.a aya Unos originales y q se saquen
tras Lados q convinieren y las q.es quisieren, Dada en el Iago del Nuevo
De Genero Dermill y seis y Doze a.s El L.do Vanq.a de Negaran por m.
Del s.or o.r Dn Alonso Navarro Secret.o de Vis.a

Q.e Luego Dn.s Iuego Delantero en sigue Dn Gaspar de Gomez Dermillo y sello
y hecho ab.to yo el esc.no Secret.o de Vis.a Lei Las orden.s Desuso estando en Las casas
morada del S.r Gouer.or Don Luis Geron de Requenones Juntos estando Cas
assaber el s.or Don Luis Geron Requenones Gouer.or y capp.n m.or Dellas por V.d
Cuiman, el cap.n Ger.o de Requenona Teniente de Gou.or de Dcha Iuego, y Don Alo de Sarr.
a cal.es Ordinar.os Don Fco Sotelo alguacil m.or el Thesorero Gomez Suarez
Cordero, y el contador Fco Escalaya Oficiales R.les desta Prou.a con V.d y Voto
en cab.o el L.do Dn Fco de Leandro y Lope Bravo Regidores, y en el Dho cab.o
estauan Los procuradores Gener.s de Las Demas Ciu.s desta Gou.on a saber S.n
martines de Tea.a y Lopes de Vitacio. el cap.n Luis Temedina y Lopes de Vgarte
de S.n Miguel de Tucuman. Don Fran.co Moreno Mirabal y Lopes de Salazar
de Madrid. el cap.n Luis de Abreu Real y Lopes de Velasco de Cor.a el cap.n
Cristobal Becerra Naual y Lopes de Valencia de Valle de Salta. Dn Geron
gallegos y Lopes de Valencia de la Rioja, el cap.n Fco Cardona y Lopes
Del S.or Salbador de Xuxuy, Xaraual Berangolotti y Lopes de Valencia de
de la ribera. y auiendo oydo el dho cab.o y procurad.es Juez dio

**ANEXO D -** Ordenações de Alfaro de 1611 e decisão Real no Conselho das Índias, Aprovatória das Ordenanções de Alfaro, com as modificações nelas introduzidas obtidas por transcição na obra Misiones del Paraguay - Organización Social de las Doctrinas Guaraniíes de la Compañia de Jesús Por El P. Pablo Hernandez, S.J.

nos, no pudiese hacer esta Visita el dicho licenciado Alonso Maldonado de Torres, ó se excusase de hacerla: teniendo por conveniente que con efecto se haga, he acordado de ordenaros y mandaros, como lo hago, que, no habiendo ido el licenciado Maldonado de Torres á entender en la dicha Visita, nombréis luego uno de los Oidores ú Oficiales de esa Audiencia, el que vos pareciere, que la vaya á hacer y cumplir todo lo que está cometido al dicho licenciado Alonso Maldonado de Torres: y que Yo por la presente se lo cometo al que así nombráredes, y le doy poder y facultad cual en tal caso se requiere para que haga la dicha Visita en virtud y conforme á la comisión suso incorporada, y las demás Cédulas y despachos que se habían dado al dicho licenciado Alonso Maldonado de Torres sobre negros y cosas tocantes á las dichas provincias de Tucumán y Río de la Plata, como si particularmente hablaran con el Oidor ó Fiscal de esa Audiencia que así nombráredes. Y en virtud de la presente le ordeno y mando que haga la dicha Visita y cumpla lo susodicho, descargando los indios en cuanto sea posible; y procure acabarlo con mucha brevedad. Y al Oidor ó Fiscal que así nombráredes, le señalaréis por el tiempo que en ello se ocupare el salario que os pareciere que sea justo y moderado. Y para el cumplimiento de lo dicho daréis la orden que convenga: y de lo que hiciereis en todo me avisaréis.—Fecha en Madrid á veinte y siete de Marzo de mil seiscientos y seis años.

«Yo el Rey».

Por mandado del Rey nuestro señor: Gabriel de Hoa».

(Sevilla. Arch. de Indias: 74-4-4.)

## Núm. 56.

### 1611.—Ordenanzas de Alfaro

«El Licenciado D. Francisco de Alfaro, Oidor de S. M. en la Real Audiencia de la Plata, Visitador de estas provincias y Gobernación del Paraguay y Río de la Plata, y de la del Tucumán por el Rey nuestro Señor:

«Por cuanto S. M. por particular Cédula ha mandado se haga esta Visita, por muchas causas precisas que para ello ha habido: y el principal efecto que quiere que tenga es para que se quite el servicio personal que en estas provincias se ha usado: y los indios que en ella hay sean tasados, para que paguen la tasa justa y moderada que pareciere convenir, como se usa y acostumbra en los Reinos y provincias del Pirú; como todo consta y parece por la Real Cédula firmada de su Real mano y refrendada de Gabriel de Hoa su Secretario, su fecha en Madrid, á veinte y siete de Marzo de mil y seiscientos y seis años, cuyo tenor es el siguiente:

(Aquí el núm. 55 con el núm. 54 en él inserto).

«Y por haberse excusado el señor Licenciado Alonso Maldonado de

Torres de hacer la Visita, me nombró para hacerla el señor D. Diego de Portugal, Presidente de la Real Audiencia, en diez de Setiembre del año pasado de seiscientos y diez, ante Juan Bautista de la Gasca, Escribano de Cámara, y me fueron entregadas algunas Cédulas Reales y otras Provisiones de la dicha Real Audiencia en la dicha razón. Porque la Real Cédula no decide cosa de nuevo en cuanto á declarar no haberse podido llevar el servicio personal; antes ejecuta el derecho antiguo fundado en derecho canónico y natural y en Cédulas y Provisiones de S. M. Respecto de lo cual, y de los grandes inconvenientes de que he tenido noticia en esta Visita, que han resultado del mal uso que ha habido de parte de los Gobernadores en el modo de las encomiendas que han hecho merced: y de parte de los vecinos en el exceder en usar del servicio de los dichos indios, con violencia algunas veces, en más de lo que han podido y debido llevar: sirviéndose de algunas mujeres y muchachos y viejos, demás del servicio de los varones de trabajo; trayéndolos muy lejos de sus naturales á que les hiciesen mita; trasladando á otros en sus chácaras, quitándoles la libertad de los matrimonios, especial á los que tienen en sus casas y chácaras; no dándoles doctrina suficiente: que hay indios de diez años y más encomendados que sirven, que muchos no son cristianos, ni aun están medianamente instruídos en nuestra santa fe Católica: De donde ha venido á estar este nombre de cristiano no en buena opinión entre los bárbaros: que algunos no lo han querido recibir: y otros se han huído diferentes veces, y ídose á ladroneras, por excusarse de la opresión en que ven que los demás están y ellos mismos han estado: y con este color han sido maloqueados y debelados contra las expresas Cédulas de S. M.: por lo cual han venido en notable disminución.--Y aunque yo pudiera y debiera proceder en las dichas causas con todo rigor, y hacer satisfacer á los indios en lo que injustamente se les ha llevado, ó parte dello: porque aun para hacer moderada satisfacción no hay hacienda en poder de los herederos interesados comúnmente, por la pobreza de la tierra: dejo esto para que S. E. del señor Virrey ó su Real Audiencia mande lo que más convenga en cuanto á lo pasado.

«Pero para que en cuanto á lo porvenir cesen los inconvenientes y se cumpla lo que S. M. manda, y los Gobernadores sepan lo que pueden y en la forma que ha de encomendar: y los dichos lleven con alguna moderación los tributos, ordeno y mando que en lo susodicho y en lo demás tocante á esto y al tratamiento, se guarde y tenga el orden siguiente:

«1. Primeramente, declaro no poderse ni deberse hacer encomiendas de indios de servicio personal, ahora se dén á título de yanaconas, como hasta ahora los han encomendado algunos Gobernadores, ó en otra cualquier manera ni forma: por cuanto S. M. así lo tiene mandado. Y si algún Gobernador hiciere encomienda de servicio personal, desde agora la declaro por ninguna, y al Gobernador por suspenso del oficio, y perdimiento del salario que de allí adelante le corriere: y al vecino que usare de tal servicio personal, en privación de la encomienda. La cual desde luego declaro y pongo en cabeza de S. M. Y esto de no poderse usar el dicho servicio personal, entiéndese no sólo de las encomiendas que de aquí adelante se hicieren; sino en las hechas hasta aquí. Pero permito que las tales encomiendas antes de agora hechas se entiendan ser de indios tributarios como los demás lo son.

«2. Item, por cuanto S. M. tiene prohibido hacer indios esclavos, declaro lo mesmo. Y que si de hecho hay algunos indios que se hayan vendido por los Guaycurús, ó por otros indios que han estado ó están de guerra; ó otros indios que se han traído de malocas, ó trocados ó comprados entre españoles, ó de otra manera: que todos los susodichos son libres: y se debe entender con ellos lo que en estas Ordenanzas se dispone con los indios del repartimiento, porque no ha de haber diferencia de unos á otros. Y las penas puestas contra los que maltratan á los indios, ó usan mal de ellos, se entienden asimismo con los dichos indios vendidos, ó traídos de malocas, ó adquiridos en cualquiera otra manera.

«3. Item, porque los indios Guaycurús han acostumbrado á vender algunos indios, y con la codicia de lo que les dan han ido á hacer guerras y muerto mucha gente: y lo mismo han hecho y podrían hacer otras naciones: y aun españoles perdidos acostumbran sacar y hurtar indios, y traellos de unas partes á otras, y vendellos con la misma color: con lo cual, demás de la gravedad del delito que hacen, destruyen la tierra: Prohibo las tales ventas: y mando que en ninguna manera ni con ningún color se compren los dichos indios, que hasta agora han llamado RESCATE: sopena que el que tal compre, pierda la plata ó moneda que dió, y á más cien pesos, por terceras partes aplicados á la Cámara de S. M., juez y denunciador: y que no pueda servirse del tal indio, ni tenerle en su casa, chácara, estancia ni pueblo, aunque el indio quiera. Y cualquiera español, mestizo, negro ó mulato que los indios vendieren, ó jugaren ó trocaren, ó cambiaren, sea condenado, si fuere persona de bajo estado, en seis años de galeras, y si fuere de más consideración, que sirva el dicho tiempo en el Reino de Chile.

## «Título de reducciones

«Item, por cuanto la buena doctrina y pulecía de los indios, y poder ellos acudir con comodidad á sus obligaciones, y para que no sean agraviados, depende de que estén reducidos en pueblos y tierras donde con comodidad puedan sustentarse, respecto de lo cual yo he dado orden con algunos Cabildos y Justicias: y para que conste á todos, mando se procuren y hagan las dichas reducciones en la forma siguiente:

«4. En el Puerto de Buenos Aires, los indios de las islas se procuren reducir en las que con comodidad pudieren: y los de la Pampa, en la que tienen comenzada á hacer y va haciendo de Mbagual en el río de Luján, ó donde se hiciere, conforme trató conmigo en el Puerto de Buenos Aires. En la ciudad de S.ª Fe, respecto de ser pocos los indios que han quedado, se vaya á hacer reducción cerca, ó en las mismas tierras que hoy están. Y porque por fuerza han de ser reducciones de muy pocos indios, he dado orden que como pareciese al Perlado, y Gobernador, se hagan cuatro parroquias, en partes cómodas, para que de allí acudan de las tales reducciones á ser doctrinados. En la ciudad de Vera, así mismo se procuren poner los indios en la misma forma con parroquias, en paraje cómodo, de donde puedan ser doctrinados los indios. En la ciudad de la Asunción están hechas reducciones, y otras se van haciendo: y lo mesmo en las ciudades

de arriba. En la ciudad de la Concepción del río Bermejo, demás de las dichas reducciones, mando que en cada pueblo de españoles se haga una reducción á un lado de la ciudad: para que en ella estén los indios que he permitido por mi Visita que asistan en las tales ciudades, por ser de tierras muy lejos, y haber mucho tiempo que están en las tales ciudades, ó por no tenerse noticia de sus naturales. Y á estos mismos se les señalen tierras para ellos y sus descendientes, para que puedan continuar la tal asistencia en las ciudades, aprendiendo oficios, y sirviendo á los españoles en sus casas ó haciendas.

«5. Item, por cuanto en esta ciudad de la Asunción los más de los indios que sirven en casas y chácaras de los españoles, me han pedido que quieren continuar el servirles, y yo lo he permitido por la comodidad de las chácaras: Ordeno y mando que los indios que quisieren puedan perseverar en las chácaras y estancias. Aunque si dentro de dos años quisieren irse á las reducciones hechas, de donde son originarios, ó á la de la ciudad, puedan hacerlo. Y pasado el término de dos años, queden reducidos, y tengan por reducción la tal hacienda donde hoy estuvieren. Y para ello desde luego se recojan en los confines de las chácaras y lugar cómodo, para que los indios de diferentes chácaras vengan á estar juntos: porque aquéllo ha de quedar por reducción. Pero no por esto se ha de entender que quedan por yanaconas de las chácaras, como en el Pirú se han dicho yanaconas; antes desde luego declaro que las tales reducciones ó juntas se han de tener por pueblo y reducción: y entenderse con los indios que en ellas estuvieren lo que con las demás reducciones. Lo cual hago á instancia de los mismos interesados en esto: y porque me han dicho que les quieren dar tierras en sus chácaras; y así señalo todo el año de doce y trece para que de ellas los indios que quisieren vayan á otras reducciones, y los que tuvieren derecho á las chácaras los puedan echar: porque si se quedaren, han de tener tierras suficientes perpetuas para sí en las dichas tierras junto á sus buhios, y siguiendo de allí todo lo que pudieren sembrar entre año.

«6. Item, por cuanto de haberse mudado los indios de donde estaban por orden de sus encomenderos, y muchas veces por mandado de los Gobernadores, socolor de que lo pedían los indios, ó que se hacía por su comodidad, siendo en realidad de verdad la de los encomenderos, la cual se procuraba y conseguía las más veces á costa de la salud y vida de los indios; ordeno y mando que de aquí adelante, ninguna Justicia de esta Gobernación, aunque sea el Gobernador que por tiempo fuere, no pueda alterar las reducciones ó pueblos que por la dicha orden que dejo se hicieren de nuevo, ni las que de los antiguos dejo concertadas, ni las que nuevamente reducidas se van haciendo y hicieren por la forma de Ordenanza que desto dispone. Y las dichas reducciones queden, sin que se puedan mudar, ni muden sin orden expresa que el señor Visorrey ó Real Audiencia despachare. Lo cual ejecuten, sin embargo que los encomenderos, doctrinantes ó indios pidan la tal mudanza, y quieran dar ó den relación de utilidad. Y cuando la mudanza se hubiere de hacer, se dé razón de esta Ordenanza: y la Provisión que sin esto se sacare, se entienda ser subrepticia. Porque las más veces los tales pedimentos son procurados por intereses particulares, y no de los indios. Sopena de mil pesos al juez ó encomendero que contraviniere á esta Ordenanza.

«7. Item, mando que en cualquiera reducción, por pequeña que sea, dentro de seis meses se haya de hacer y haga iglesia, donde con decencia se pueda decir Misa, y que tenga puerta con llave. Lo cual sea precisamente, sin embargo de que la tal reducción sea sujeta á parroquia, y no esté apartada de ella; porque sin embargo de esto, en cada reducción ha de haber iglesia.

«8. Item, para que los indios vayan entrando en policía, mando que en cada pueblo haya un alcalde que sea indio de la misma reducción. Y si pasare de ochenta casas, habrá dos alcaldes, y dos regidores. Y aunque sea el pueblo más grande, no ha de poder haber más de dos alcaldes y cuatro regidores. Y si el pueblo fuere de menos de ochenta indios, que llegan á cuarenta, no ha de haber más de un alcalde, y un regidor. Los cuales han de elegir por año nuevo á otros, como se usa en los pueblos de españoles y en los de indios del Pirú.

«9. Item, declaro que se les ha de dar á entender á los indios que los tales alcaldes de los tales pueblos de indios sólo tienen jurisdicción para prender delincuentes y buscar los que lo fueren, y traellos á la cárcel del pueblo de españoles en cuya jurisdicción cayeron. Pero pueden castigar con un día de prisión y seis ú ocho azotes al indio que faltare á Misa en día de fiesta, ó se emborrachare, ó hiciere otra cosa semejante. Porque si fuere borrachera de muchos, se ha de castigar con mayor rigor.

«10. Item, conforme á Cédulas Reales, ordeno y mando que en pueblos de indios no estén ni se reciban ningún español, ni mestizo, negro ni mulato. Y especialmente se entiende esto con las mujeres: y más precisamente con los padres y madres, mujeres y hijos, deudos y güéspedes y criados de encomenderos ó doctrinantes. Sopena de veinte pesos cada vez que contravinieren, la mitad para el juez que lo sentenciare, y la otra mitad para la iglesia del tal pueblo: y si fuere persona baja, cincuenta azotes.

«11. Item, ordeno y mando que los encomenderos que hoy son, y adelante fueren, no puedan hacer ni tener en el pueblo que tuviesen indios casa ni buhio, aunque digan no son para su vivienda, sino para bodega ó granjería, y que la darán después de sus días ó desde luego á los indios, sopena de perdida la tal casa ó bodega y aplicada á los indios, y otro tanto á la Cámara de S. M. Y asimismo se provee que los tales encomenderos no pueden dormir en el pueblo más de una noche, sopena de veinte pesos por cada vez que contravinieren, para la Cámara de S. M., juez y denunciador.

«12. Item, por cuanto han resultado mayores inconvenientes de entrar mujeres y hijos de encomenderos en los tales pueblos, y S. M. lo tiene prohibido: ordeno y mando que ninguna mujer ni hijo pueda entrar en el pueblo que tiene indios de encomienda su marido ó padre; aunque digan que van por utilidad de los indios, á curarlos ó curarse, y que no hay otro temple donde puedan acudir á su salud. Porque sin embargo de todo, se ha de guardar precisamente esta Ordenanza; sopena de cincuenta pesos aplicados en la forma susodicha.

«13. Item; que aunque de lo dicho está bien claro que no ha de haber pobleros de los indios, y así lo tiene mandado S. M. por muchas Cédulas Reales: con todo, á mayor abundamiento, de nuevo ordeno y mando que

no haya en los dichos pueblos de los indios pobleros, con el dicho título de poblero, de mayordomo, administrador, ni cualesquier títulos que sean, sopena de doscientos azotes y cuatro años de galeras al remo á quien tal oficio aceptare. Y para ello cualquier Justicia lo prenda y lo envíe á la cárcel de la Real Audiencia. Y el encomendero que tal nombrare, incurra en perdimiento de tal encomienda, que desde luego la pongo en cabeza de S. M.: y al vecino declaro por incapaz de tener indios por diez años.

«14. Item, declaro que todos los daños que hicieren á los indios cualesquier hijos, deudos, güéspedes, criados, esclavos de los encomenderos, sean á cargo de los tales encomenderos, y hayan de pagar el interés al indio: y cualquiera condenación que por esta causa se haga, aunque la condenación no sea interés sino pena.

«15. Item, mando que en contorno del pueblo de indios, ni de chácaras suyas, no puedan haber chácaras de españoles en distancia de media legua. Lo cual se entienda de las que ya están pobladas. Y en cuanto á las reducciones que adelante se hicieren, ha de ser el término una legua. Y declaro que se tengan por pueblos y reducciones nuevas todas las que se hicieren en esta ciudad, excepto la de Itá y Yaguarón, los Altos y Tobatí. Porque aunque las otras se van haciendo, no tienen españoles cercanos poblados, y parece que conviene estén en la dicha distancia de una legua las chácaras de españoles, si algunos se vinieren á poblar fuera de los pagos que hay en esta ciudad de la Asunción; y en las demás ciudades se tengan por reducciones nuevas las que se hicieren después de esta Ordenanza.

«16. Item, mando que las estancias de ganado mayor no puedan estar ni estén legua y media de las dichas reducciones antiguas; y las de ganado menor, media legua. Y en las reducciones nuevas que digo en la Ordenanza pasada, haya de ser el término dos tantos. Sopena de perdida la estancia y la mitad del ganado que en ella se metiere. Y todos los que enviaren ganados, los tengan con buena guarda, sopena de pagar el daño que hicieren: y de que el que entrare en tierra de los indios lo puedan matar sin pena alguna.

«17. Item, mando que á las reducciones de los indios se les señale un egido junto á su pueblo, que tenga de largo una legua: donde puedan tener sus ganados sin que se les revuelvan con otros de los españoles.

«18. Item, por cuanto el mayor daño de las reducciones procede de sacar indios de sus pueblos á título de trajines, ó por servir á los caminantes, mando que en ninguna manera, persona de cualquier estado y condición que sea, no puedan sacar ni saquen india ninguna, si no fuere que vaya con su marido; ni ningún indio salga de esta gobernación por ninguna causa, si no fuere los del Río Bermejo hasta los pueblos de Santiago: y los de Santa Fe hasta Buenos Aires y hasta Córdoba en la misma gobernación puedan pasar más de hasta la primera población de españoles. De suerte que los indios de la Villarrica no pasen de Guayrá: y los de Guayrá ó Jerez no pasen de la Asunción. Ni los de la Asunción pasen de las Corrientes: ni los de las Corrientes puedan ir por tierra más de hasta el Río Bermejo, ó hasta Santa Fe por el río: y los de Santa Fe hasta Buenos Aires, ó hasta Córdoba ó Santiago de la Gobernación de Tucumán. Y lo mismo se entienda el río arriba. Porque no se han de sacar de ninguna parte indios mas que hasta el primer punto de españoles, y se les ha de pagar en propia

mano: y registrarlos ante las Justicias. Y llegados, como se ha dicho, se les ha de dar avío para volverse sin que les detengan. Y por cuanto al presente hay muy pocos indios en la ciudad de las Corrientes, será posible que, llegando allí cantidad de balsas, no hallen avío de indios: se permite que con voluntad de los indios puedan pasar de allí al pueblo más cercano. Y fuera de este caso, se guarde en todo la dicha Ordenanza, pena de cincuenta pesos á quien la quebrantare, por tercias partes: y al indio que la quebrantare, veinte azotes.

«19. Item, para que los españoles tengan más servicio, y avíen sus haciendas, se permite que los indios que quisieren, puedan alquilarse con españoles por días ó por un año: con que siendo por un año, no pueda bajar el concierto de veinte pesos.

«20. Item, por cuanto conviene que los indios de esta tierra se enseñen á alquilarse, se procurará que dén la mita siquiera la duodécima parte. Pero en esto no ha de haber compulsión, por lo que se dirá en el título de las tasas. Y ansí son menester medios de mucha suavidad hasta que el tiempo que les enseñe. Asimismo los que vinieren se han de poder concertar con quien quisieren, sin que las justicias los repartan contra su voluntad.

«21. Item, se manda que ningún indio pueda sembrar para sí fuera de su reducción, aunque sea en chácara de españoles; si no los que por esta Visita es permitido puedan estar en ellas. Lo cual se manda precisamente, aunque el indio alegue que le está mejor, y que por su comodidad hace lo susodicho.

«22. Item, por el daño que la experiencia ha mostrado que resulta de admitir probanzas en materia de filiaciones de indios, y por ser así de derecho, declaro que los hijos que fueren de indias casadas se tengan por del marido: sin que se pueda admitir probanza en contrario. Y como hijo de tal indio, haya de seguir el pueblo del padre, y traiga hábito de indio; aunque se diga ser hijo de español.

«23. Item, los hijos de las indias solteras, hayan de seguir y sigan el pueblo de la madre.

«24. Item, se declara y manda que la india casada vaya al pueblo de su marido y resida en él, aunque el marido se diga anda huído. Siendo muerto el dicho su marido, podrá la india viuda quedar en el mismo pueblo de su marido ó volver á su natural, cual más quisiere: con que, volviendo á su natural, haya de dejar los hijos en el pueblo de su marido. Porque el modo de poblaciones hasta agora de la nación guaraní, es que cada cacique esté con sus subjetos en un galpón grande, se manda que en caso que el indio y la india sean de una reducción, pero de diferentes caciques, la madre pueda tener consigo los hijos hasta que se casen.

«25. Item, por impedir los inconvenientes que han resultado de amancebamientos de indias, se manda que las que hubiere sospecha, las justicias las compelan á que vayan á sus pueblos, ó las compelan á servir, señalándoles su salario.

«26. Item, se manda que en ningún pueblo haya indios de otro, so pena al indio que faltare de su reducción de veinte azotes: y al cacique, de cuatro pesos para la iglesia cada vez que lo consintiere.

## «Título del servicio personal y jornal de los indios

«27. Y porque para el buen gobierno de las repúblicas y beneficio de las tierras, conviene que haya indios de mita que las labren y beneficien, aunque quisiera dar mita competente, pero por las causas que diré cuando trate de las tasas, por agora señalo que se dé de cada doce, de mita uno: aunque la mita se entienda ser de los indios de tasa, que son desde los diez y ocho hasta cincuenta años: porque no se ha de dar de viejos ni muchachos ni mujeres: y agora no ha de haber compulsión hasta que la tasa se pague en especies, que entonces se dará de seis indios uno de mita, y se podrá poner algún rigor en que se cumpla.

«Item, señalo á los indios que sirvieren de mita ó por jornal, real y medio por cada un día, de moneda de la tierra: y á los que sirvieren ó bogaren por el río bajando en balsas, se les ha de dar desde la ciudad de la Asunción á las Corrientes cuatro pesos en cuatro varas de sayal ó lienzo: y desde las Corrientes á Santa Fe, seis: y otro tanto de Santa Fe á Buenos Aires: y otro tanto desde la Asunción á Guayrá.

«28. Item, porque no haya dificultad en las monedas de la tierra por cuanto en ellas se ha de hacer la paga de tasas y tributos contenidos en estas Ordenanzas, declaro que las monedas de la tierra han de ser de especies, que lo que se tasa por un peso vaya á justa y común estimación de seis reales de moneda de Castilla.

«29. Item, para cuando la mita sirva, se ha de advertir que no han de poder venir indios más de treinta leguas, y sin mudar temple, ni pasar ríos que tengan riesgo.

«30. Los indios que se dieren de mita sólo han de poder ser ocupados en chácaras, estancias, edificios y traer agua y leña.

«31. Los indios de su voluntad pueden concertarse para otros servicios, especial para bogar las balsas: pero en ninguna manera se les permite que, aunque sea su voluntad, pueda el indio ir á Maracayú á sacar yerba, por las muchas muertes y daños que dello se siguen: sopena de cien azotes al indio que fuere: y el español de cien pesos: y la justicia que lo consintiere, privación de oficio.

«32. Item, por cuanto conviene que en esta ciudad haya atahonas ó molinos para moler el trigo ó maíz, y aunque ha tantos años que se ha poblado la ciudad de la Asunción, hasta agora no los hay en ella, ni tampoco atahonas: y eso mismo faltan en otras algunas: se manda que dentro de seis meses se acaben las así comenzadas, ó hagan otras donde convenga: con apercibimiento que, pasado el dicho término de seis meses, hechas ó no hechas las atahonas ó los molinos, desde luego se mandan quitar los molinillos de mano, y que los indios no los traigan. Y lo mismo se entienda de los pilones que están en los pueblos de los indios con que muelen la mandioca, que éstos se permiten quedar. Y aunque de su voluntad se permite que los indios puedan concertarse para bogar balsas; en ninguna manera han de ser compelidos á esto, sopena de cien pesos al juez por cada indio que compeliese y al español que le llevare, otro tanto.

«33. Item, por cuanto S. M. tiene prohibido que se carguen los indios,

de nuevo se manda que no puedan ser cargados ni se consientan cargar, aunque sea para traer leña para casa de su amo: porque para el efecto han de tener caballos ó carreta: pena de seis pesos por cada vez que los consintieren cargar. Y esto se entienda con más rigor en Jerez y Guayrá, para sacar la yerba, para lo cual no han de poder ser cargados, pena de cincuenta pesos al encomendero, mercader ó pasajero que sea que tal consintiere: y los que cargaren los dichos indios para sacar la yerba de Maracayú, á cien pesos por cada vez. Los cuales se repartan para la Cámara de S. M , juez y denunciador, por tercias partes. Pero bien se permite que, por estar los pueblos de esta gobernación sobre el río, puedan cargar agua para el servicio de la casa.

«34. Item, por los grandes daños que han resultado de sacar indias de los pueblos para que sean amas, se manda que ninguna india que tenga su hijo vivo pueda venir á criar hijo de español, especialmente de su encomendero, con pena de perdimiento de la encomienda al que tal hiciere, y quinientos pesos á la justicia que lo mandare. Pero bien se permite que, habiéndosele muerto á la india su criatura, pueda criar la del español.

«35. Ninguna india casada pueda concertarse para servir en casa del español, aunque sea compelida á ello, si no fuere sirviendo en la tal casa su marido ni las solteras ser compelidas, queriéndose estar en sus pueblos: y que ninguna que tenga padre ó madre vivos, puedan concertarse sin voluntad de su padre.

«36. Los indios y indias que se concertaren para servir, no pueden hacer concierto por más de un año. Pero permítese por esta primera vez que puedan concertarse por lo que resta del año y por todo el de doce.

«37. El indio que trabajare en su casa, sea por mita, ó concierto de días, meses ó año, demás de los jornales ó pagas, les han de dar doctrina, y de comer y cenar, y curarlos en sus enfermedades, y enterrarlos si murieren: y á los que fueren bogando, se les ha de dar comida para la vuelta.

«38. Si el indio que sirviere cayere enfermo y quisiere irse á curar fuera de donde está su amo, lo podrá hacer, dejándolo libre: y su amo sea compelido á ello, y á que le dé y pague lo que le debiere, sin que sea compelido á cumplir después de sano el concierto.

«39. Ningún indio se le pueda concertar ni pagar su trabajo en vino, chicha, miel ni yerba: y todo lo que en este género se pagare, sea perdido, sin que el indio lo deba recibir en cuenta: y al español que lo pretendiere dar por paga, á veinte pesos de pena por cada vez.

«40. Las mitas, cuando las haya, se tendrá cuidado de que se acomoden las religiones. Si en algún tiempo hubiere repartición de mita de indios, se dará á cada convento que tuviere dos religiosos tantos mitayos cuantos religiosos tuviere, con tal que no pasen de ocho.

## «Título de Doctrinas

«41. Por cuanto lo principal que S. M. manda es la doctrina de los indios, y para que esta se haga con comodidad, mando que ninguna doctaina pueda tener ni tenga más de cuatrocientos indios, salvo si hubiese á la doctrina dos religiosos, que entonces podrá haber más número.

«42. Todos los muchachos y muchachas, de cinco hasta once años, acudan todos los días, media hora después de salido el sol, y media antes de ponerse, y recen la doctrina cada vez media hora; y lo demás del dicho tiempo los Curas los dejen servir á sus padres.

«43. Los Gobernadores no presenten ningún sacerdote para cura, si no tuviere aprobación de la lengua en que hubiere de doctrinar.

«44. A cada Cura se le dará un muchacho ó dos de siete á catorce años que le sirvan: y un indio mitayo, y una vieja para la cocina: á los cuales ha de dar de comer y vestir: y no ha de poder sacar indio de un pueblo á otro: ni compeler para nada á los indios: y cualquiera otra cosa que les mandare, los ha de pagar como otro particular.

«45. A los Curas se les pagará de estipendio por cada un indio de tasa la doctrina un peso, como hasta aquí se les ha pagado: mientras la tierra da lugar á que se les satisfaga mejor; que por agora no se les hace novedad en su paga.

«46. En cualquier pueblo que haya, antiguo ó nuevo, en cualquier reducción, por pequeña que sea, ha de haber particular cuidado que haya quien enseñe la doctrina.

«47. En cada pueblo de hasta cien indios, haya un fiscal que junte á la doctrina. Y si pasare de cien indios, haya dos fiscales. Y por muchos indios que tenga el pueblo, no ha de haber más de dos fiscales: y éstos han de ser de cincuenta á sesenta años de edad: y los curas no han de poder ocuparlos fuera de su oficio, si no es pagándoselo.

«48. En cada pueblo que pasare de cien indios, ha de haber cuatro cantores. Y si llegare á doscientos indios, cinco cantores. Y en cada reducción por pequeña que sea, ha de haber un sacristán que tenga cuidado de guardar el ornamento y barrer la iglesia. Todos han de ser libres de tasas y tributos personales.

«49. Cualquiera persona que tenga en su casa y servicios indios infieles por jornales ó por años, les enviarán todas las mañanas en tocándose las campanas en la Compañía de Jesús ó en otra iglesia donde esto se hiciere; para que allí estén una hora rezando: sopena de que quien aquesto no lo cumpliere, se le quite el servicio del tal indio: y no se les permita servir, aunque sea con paga muy aventajada, y demás de eso pague cuatro pesos de pena cada día que no lo cumpliere: la mitad para la cofradía de los indios, y la otra mitad para el juez que lo sentenciare.

## «Título del gobierno

«50. El gobierno de los pueblos de los indios está á cargo de los Alcaldes y Regidores de indios en cuanto á lo universal, dejando á los caciques el repartimiento de las mitas.

«51. La ejecución de mitas y cobranza de las tasas es un cargo del Justicia mayor ó Alcalde ordinario de cada pueblo de españoles: porque en caso que la Justicia mayor no vaya á esto, ha de enviar precisamente un Alcalde ordinario, y no otra persona. Y el ir á cobrarla, ha de ser al tiempo que se haya de cobrar la tasa ó mita, cuando los indios quisieren que se entable el dicho modo de gobierno. Y entonces se pagará á la Jus-

ticia Mayor dos reales por la cobranza de tasa: y en ninguna manera se han de nombrar Corregidores de los pueblos de los indios, por los inconvenientes que de ellos han resultado en el Perú: y la Justicia que así cobrare la tasa, ha de tener cargo de pagar al sacerdote y al encomendero.

«52. El Alcalde ni Alcaldes de la Hermandad no puede conocer ni conozcan de pleitos de indios; pero puede hacer la causa y remitirla á la ordinaria, salvo en hurtos de ganados: que en tal caso, procederá como los ordinarios.

«53. La Justicia mayor y ordinaria puedan proceder en causas de indios: y ellos y los de la Hermandad en caso procedente no pueden sentenciar á ningún indio sin traerlo á la cárcel de la ciudad, y allí sustanciar la causa, lo cual se manda por los grandes agravios que á título de Justicias se han hecho á los indios.

«54. Ningún indio se pueda sentenciar en destierro que pase del distrito de la ciudad á que su pueblo fuere sujeto. Y si fuere en algún servicio, no pueda ser sino de convento ó de la república. Pero por esto no se prohibe dar al indio pena de muerte mereciéndola.

«55. Las elecciones de cabildos de indios se hagan por los del cabildo que saliere, en presencia del Cura.

«56. El año que el indio fuere Alcalde, no debe tasa ni servicio personal en caso que se reparta.

## «Título de tasa

«57. La principal causa porque S. M. mandó hacer esta Visita, fué para que los indios fuesen tasados: y con esto, cesando el servicio personal, cesasen así todos los agravios á los indios: cómo es fácil conocer el que medianamente discurre por los agravios que á los indios se han hecho, que son muchos por el poco orden que en esta Gobernación ha habido. Aunque la materia está tan indigesta, que con mucha dificultad se puede entablar lo susodicho. Porque los más de los indios, en la Visita que he hecho, especialmente en esta ciudad de la Asunción, dicen que no quisieran tasa; unos, ó los más, porque no saben lo que es, aunque se les ha procurado dar á entender: otros, porque son pobres; otros, porque dicen que ellos sirven cuando quieren y como quieren, y les dan alguna gratificación los españoles: otros, que vienen á ayudar á los españoles no á título de tasa y servicio, sino como á parientes. Y esto último también se me alegó por el Procurador general de esta ciudad por una petición. Y aunque las dichas excusas son de tan poco fundamento, como parece: y entiendo que las más han procedido de inducciones y engaños que á los indios se han hecho; todavía obliga á usar de traza en las ejecuciones de la tasa que S. M. manda se ponga: que así por esto, como para asegurar las conciencias, parece preciso ponerla. Respecto de lo cual, ante todas cosas, declaro que la tasa la deben pagar los varones desde diez y ocho años de edad hasta que tengan cincuenta. Aunque si algunos tuvieren los impedimentos que no puedan pagar tasa por enfermedad que tengan, la Justicia lo declare así para que no la paguen.

«58. Las mujeres, de ninguna edad que sean, no deben pagar tasa: y así se declara.

«59. Aunque en el Pirú los indios casados antes de diez y ocho años pagan la tasa, esto parece tiene alguna dificultad especial en esta provincia, donde tanto desorden ha habido en impedir los matrimonios de los indios. Y así se declara que, aunque el indio sea casado, no debe tasa hasta la dicha edad de los diez y ocho años.

«60. Aunque yo quisiera hacer tasas para cada pueblo en particular, no he podido hasta el presente por las razones referidas: porque en cada pueblo hay indios de diferentes encomenderos: que los más tienen tan pequeño número, que no son de consideración. Porque aun en esta ciudad de la Asunción, cabeza de la Gobernación, hay muchos que no tienen á diez indios de reducción. Y he visitado pueblo que, aunque era bastante para doctrinante, hallé indios de cincuenta encomenderos. Respecto de lo cual, parece más conveniente que las tasas sean en general. Y así taso los indios de esta Gobernación (á los que son de tasa, conforme á lo dicho en este título) que cada uno pague á su encomendero cinco pesos corrientes en cada año en moneda de la tierra: y que las dichas monedas, como está dicho, se hayan de reducir y reduzcan á cosas que si se hubieran de vender á real de plata, valiesen seis reales de plata lo que en moneda de la tierra es un peso. Y así el indio ha de ser obligado á pagar en cada un año cinco pesos de tasa en moneda de la tierra, ó en seis reales de plata por cada peso, ó en especie de maíz ó trigo, ó algodón hilado ó torcido, ó madres de mecha. Y porque no haya dificultad en las dichas especies, declaro las dichas especies. Una fanega de maíz, un peso. Una gallina, dos reales. Una madre de mecha que tenga diez y seis palmos, un peso. Tres libras de garabatá, un peso. Una arroba de algodón, sin sacar la pepita, desta tierra, cuatro pesos: y del Río Bermejo ó de Tucumán, cinco pesos. Una vara de lienzo de algodón, un peso. Una fanega de frisoles, tres pesos. En las cuales dichas especies puedan pagar y paguen los indios la tasa, aunque en el año no tenga obligación el encomendero de recibir más de una fanega de maíz y dos gallinas, en los precios que van puestos: y la demás tasa haya de ser en las demás especies ó monedas de Castilla ó de la tierra, como va declarado. La cual dicha tasa se ha de pagar la mitad cogidas las cosechas por Navidad, y la otra mitad por San Juan.

«61. Por cuanto, como está dicho, por agora los indios rehusan de pagar la tasa, les mando que los que no la quieran pagar sirvan, como ellos han dicho, á sus encomenderos, como hasta aquí. Y el encomendero entienda que en lugar de tasa, puede llevar treinta días de tributo en cada un año: y que los demás que trabajare con él el indio, que es lo más ordinario, en especial en los pueblos de la Asunción, que ha sido la principal parte del año, ha de gratificar al indio, como está dicho, á real y medio de jornal en moneda de la tierra ó cosas que lo valgan. Y lo mesmo ha de ser si de su voluntad le sirviere algún indio que por su edad no deba tasa.

«62. Cada año la Justicia Mayor ó Alcalde que nombrare, vaya á visitar los indios después de cogidas las cosechas, para proveer el número de tasa, los que llegaren á diez y ocho años, y sacar los que llegaren á cincuenta.

«63. Por estos padrones, en que se han de poner también los hijos, es fácil averiguar las edades y obligación de tasa. Y en esto haya muy buena

cuenta de excusarse de los padrones de los Curas: porque no entiendan en ninguna manera los bárbaros que los padrones que los eclesiásticos hacen son en orden á interés de los españoles, y formen concepto diferente de lo que es y hacen la Iglesia y sus ministros.

«64. Aunque el indio quiera pagar la tasa en servicio personal como está dicho, no se les ha de impedir que el demás tiempo del año puedan concertarse con el español que quisieren para ganar jornal ó salario.

«65. Los indios que desde luego quieren pagar la tasa, la paguen: y con esto sirvan ó trabajen con quien quisieren: y no sean compelidos á mita, porque en tan poco número como hasta agora hay, no se puede entablar la mita: hasta que conozcan los indios que les está bien pagar la tasa: y entonces se entablen como es razón.

## «Título de los infieles

«66. Por Cédula de S. M. está prohibido que los Gobernadores hagan nuevas entradas en pueblos y tierras de indios, aunque sea por vía de Doctrinas, y menos por vía de conquista no puedan hacer las dichas entradas, porque lo susodicho está reservado á la persona del señor Virrey: declárolo así: y mando que de aquí adelante el Gobernador ni otra Justicia no las hagan, sopena de privación de oficio, y más dos mil pesos para la Cámara de S. M.

«67. Ningún Teniente ni Alcalde pueda enviar ni envíe gente armada á los indios, á título de que los reduzcan ó vengan á hacer mita, ni en otra manera, so la misma pena. Pero bien se permite que si algunos indios hicieren daño al pueblo ó á indios de paz en sus personas ó haciendas, puedan luego hasta tres meses, enviar personas que los castiguen con armas ó traigan presos; con que los que se prendieren no se ejecute pena contra ellos en el campo, si no es que la dilación traiga daño irreparable: y en ninguna manera se puedan repartir las dichas piezas de los indios como hasta agora se ha hecho, sopena de mil pesos el que lo contrario hiciere.

«68. En casos que los excesos de los tales indios obliguen á demostración, y pasen los tres meses de la Ordenanza sesenta y siete, podrá el Gobernador solo y no otra Justicia, determinar cerca del dicho castigo: con que en lo demás se guarde la Ordenanza precedente.

«69. Por Cédula de S. M. está mandado que los infieles que se redujeren é hicieren cristianos no puedan ser encomendados ni paguen tasa los infieles por diez años. Y pasado el dicho término, no se innove sin orden expresa del señor Virrey ó Audiencia. Declárolo así: y mando que durante el dicho término de los diez años, no puedan ser compelidos á servicio ninguno. Pero bien podrán de su voluntad concertarse para servir: y las Justicias tendrán cuidado de que no se les hagan agravios.

«70. El Cura de indios, en especial de nuevamente reducidos, no pueda sacar ni saque ninguna india casada ni soltera, aunque sea de poca edad, ni dalla á que vaya á servir fuera: y el que tal hiciere, no pueda ser presentado á otro beneficio.

«71. La justicia y doctrinante tengan particular cuidado de que se encaminen los indios á labrar las tierras y tener bueyes para ello: y hagan

vestidos: de manera que en todo se vaya introduciendo la decencia y policía española.

«72. Todas las reducciones que se hicieren de indios, sean en sus propias tierras y temples, y en las partes dellas á su comodidad, y donde puedan tener y tengan agua, leña, pescado; y donde puedan tener cómodo para sementeras: y no sólo respecto del estado presente, pero del aumento que se puede esperar, teniendo atención al bien de los indios y que sea con su gusto, para que con él acudan á la doctrina: y si los pueblos ó reducciones fueren tan pequeñas, que no pueda estar doctrinante en solo uno, se procurará poner en distancia convenible el dicho trabajo, para que en medio esté la parroquia, de donde se les pueda acudir á todos y que con comodidad sean doctrinados por las reducciones. Y aunque estén divididos, y no siendo de su natural, no se procuren juntar en ningún pueblo siendo muchos: porque se excusen las discordias que entre ellos puedan haber, especial las envidias y diferencias de tierras: y en todo se les quiten las ocasiones de discordias, hasta que el trato y los casamientos y especial conocimiento de Dios les haga fáciles estas cosas.

«73. Los indios que se han convertido, aunque no han de ser compelidos á mitas y tasas por el tiempo que está dicho; es bien que desde los cinco años vayan entendiendo lo susodicho por modos suaves, aficionándose á ganar jornales y trabajar para esto.

«74. Asimismo es bien que los recién convertidos vayan conociendo el modo de gobierno político de los indios, dándoles alcaldes y fiscal y otros oficiales.

«75. Por cuanto es muy necesario para la conversión de los indios y crédito del Evangelio para con los bárbaros que no entiendan que por interés se les predica y administran los sacramentos, es bien que no se les pida á los indios cosa ninguna por pequeña que sea: y de esto sean advertidos los Curas en particular.

## «Título de las encomiendas»

«76. Una de las causas más principales que ha habido para la diminución de estos indios de esta Gobernación y la de Tacumán, ha sido las muchas divisiones de encomiendas, partiéndolas y haciéndolas algunas de treinta indios y de veinte, y menos, de que se han seguido grandísimos inconvenientes, que algunos se han representado á S. M. y despachado Cédulas Reales sobre esto: Y así ordeno y mando que de aquí adelante no se dividan ni partan las encomiendas del número que hoy tienen en esta Gobernación por vacación ni dejación para que tengan efecto casamientos, ni en ninguna otra manera, aunque se diga no se dividen familias ni hábitos: porque generalmente se manda que en ninguna manera ni por ninguna causa se haga división ninguna ni partición de los que hoy están en una encomienda en poder de un encomendero: sopena de mil pesos al Gobernador que contraviniere, y la división sea en sí ninguna, y la encomienda desde luego se pone en cabeza de S. M.

«77. Asimismo ordeno y mando, como S. M. tiene mandado y proveído, que los indios que estuvieren divididos padres de hijos, se reduzcan y jun-

ten para las ciudades que no he visitado, que son las de la Asunción para arriba: porque en las demás he proveído á satisfacción de los naturales.

«78. Item, mando que como fueren vacando las encomiendas de una parcialidad y natural ó pueblo, se vayan juntando, de suerte que en la ciudad de la Asunción y en las de arriba las encomiendas se reduzcan en número de ochenta indios, diez más ó menos: en la ciudad de Santa Fe, de treinta y cinco más ó menos: la ciudad del Río Bermejo, al mismo respecto: y la de las Corrientes, y Buenos Aires, á doce poco más ó menos: y que en este número se vayan reduciendo, agregándose unas á otras sin que al que así se le anexare se le aumente vida ninguna, sino que goce lo nuevamente adquirido como lo que antes poseía. Y desde que una vez se anexó, se quedará sin dividir. Lo cual se entienda en encomiendas pequeñas. Porque en las encomiendas mayores del dicho número no se han de bajar al menor; antes han de ir con su aumento: pues es justo que haya encomiendas grandes para personas de mayor mérito.

«79. Y por cuanto en esa ciudad hay vecinos que tienen encomiendas pequeñas y divididas y en diferentes pueblos: ordeno y mando que en tal caso, vacando la tal encomienda, se anexe cada parte en su pueblo, de suerte que las encomiendas estén juntas y no divididas. Y si el encomendero que muere tiene indios en dos pueblos y se deben anexar, los de un pueblo se anexen en uno de los encomenderos de allá, y el otro en el encomendero del otro.

«80. Así como conviene para el buen gobierno que las encomiendas no sean muy pequeñas: así también conviene que no se den á uno muchas encomiendas. Por lo cual y por ser conforme á derecho, ordeno y mando que quien tuviere encomienda de mayor cantidad de la referida ó de menor en diferentes pueblos, de suerte que no se puedan anexar como está dicho, no se pueda referir, ni se le encomiende otra encomienda sin hacer dejación de la primera. Y caso que lo haga sólo para aceptar la segunda, doy la primera por vaca, y la pongo en cabeza de S. M.

«81. Como está dicho en las Ordenanzas antes desta, la india que se casare con indio de otros repartimientos, ha de seguir á su marido. Y porque no cause inconveniente una Ordenanza que se suele entender mal en el Pirú, declaro que la india siga á su marido, ora se case persuadida ó inducida por el indio ó no. De suerte que esta Ordenanza se guarde sin excepción ninguna: para que todos los estorbos de los casamientos se quiten y queden con la libertad que es justo. Y cualquier encomendero que impidiere matrimonio de indio de su encomienda ó servicio, incurra en perdimiento y privación de la encomienda: la cual desde luego se ponga en cabeza de S. M.: y prosiga á castigar este delito cualquier juez seglar. Demás de lo cual, sea bastante recaudo para la ejecución de esta Ordenanza cualquier pena que el juez eclesiástico pusiere al tal encomendero por haber impedido el matrimonio. Y encárgase á los Curas que no casen indio ó india de una misma casa, cuando el dueño de ella se la llevare, porque ansí van atemorizados, ó á lo menos no con plena libertad.

«82. Y porque algunas veces los encomenderos hacen las contradicciones á los casamientos de sus indias, y lo mismo hacen los que las tienen en casa, con color de que las defienden: y ansí hacen que algunos jueces

eclesiásticos, que no siempre son letrados en las Indias, los nombren por defensores, ordeno y mando que la pena de la Ordenanza precedente se entienda asimismo en este caso: porque en ninguna vía, directa ni indirecta, es bien el encomendero ó persona que tuviere india en casa tenga mano ni hable en impedir matrimonios de las indias, ni aun en casarlas: porque en los mesmos matrimonios que pretenden hacer se da incluso impedimento de matrimonio.

«83. Y porque mujeres suelen exceder mucho en lo susodicho, mando que las Ordenanzas precedentes se entiendan con las mujeres que tuvieren encomiendas: y si no las tuvieren, incurran en cien pesos de plata, en que no se les permita jamás servirse de india ninguna; aunque las indias quieran. Esto mismo se guarde con los hombres no encomenderos. Y en estos casos de impedimentos de matrimonio, quisiera poner jueces muy rigorosos para ejecutarlos, porque he hallado gravísimos excesos, y muy grandes en particular.

«84. En jornales de mujeres no he puesto precio ninguno, porque le reservo á la voluntad de las partes.

«85. Aunque he remitido al señor Virrey y á la Audiencia el castigo de los excesos pasados; esto se entiende en el fuero exterior. Y así advierto á los confesores y á las personas que han tenido y tienen indios, que vayan componiendo sus conciencias con mucho cuidado: que todo será menester: y plega á Dios que acierten.

«S. M. y el señor Virrey y la Real Audiencia proveerán acerca de no llevar derechos á los indios que se quieren casar. Entretanto, pido con mucho encarecimiento que en esto se haya el recato que es razón. Pues demás de que los indios no deben derechos, es tan sabido los estorbos que los indios tienen para los matrimonios cuando tienen que pagar derechos: y cuán perjudicial es cualquiera dilación en esto.

«LAS CUALES DICHAS ORDENANZAS he hecho como entiendo conviene, respecto de lo que me ha constado por las Visitas, y mucho más por relaciones particulares: porque en esta tierra todos quieren que se entienda é informe lo que les conviene: que á tanto ha llegado la desorden de esta tierra. En particular, he comunicado estas Ordenanzas con los Gobernadores presente y pasado: y con todos los religiosos de esta ciudad, y con casi todos los de la Gobernación: y con otros muchos particulares de ellas, en especial con los diputados que han nombrado las ciudades de esta Gobernación, y en particular los de la ciudad de la Asunción. Y afirmo que cuanto me han querido hablar en esta materia he oído. Y aunque estas Ordenanzas se han de llevar al Consejo Real de las Indias, para que Su Majestad las mande ver, y entre tanto se ha de estar por lo que mandare el señor Virrey ó Real Audiencia de la Plata; pero mientras S. E. ó Real Audiencia otra cosa no mandaren, mando que todas las Justicias y vecinos, estantes y habitantes en esta Gobernación y sus términos y jurisdicción, y los que adelante estuvieren, las guarden y cumplan todas, en todo y por todo, según que en ellas se contiene: so las penas en ellas contenidas, y más quinientos pesos para la Cámara de S. M. en que desde luego doy por condenado lo contrario haciendo. En que las justicias procederán con el mayor rigor contra los rebeldes é inobedientes.

«Fué dada en la Asunción, cabeza de la Gobernación del Paraguay y

Río de la Plata, en doce días del mes de Octubre de mil seiscientos y once años.»

«El licenciado Don Francisco de Alfaro.»

«Por mandado del señor Oidor Visitador.—Alonso Navarro, Secretario de la Visita.»

(Sevilla: Arch. de Ind. 74-4-4.)

## Núm. 57.

### 1618—DECISIÓN REAL EN EL CONSEJO DE INDIAS, APROBATORIA DE LAS ORDENANZAS DE ALFARO, CON LAS MODIFICACIONES EN ELLAS INTRODUCIDAS.

[Insértanse las Ordenanzas con las Cédulas: y al final de todo, se dice:]

«Y habiéndose requerido ejecutar las dichas Ordenanzas por el dicho D. Francisco de Alfaro, los vecinos de las dichas provincias del Paraguay y Río de la Plata hicieron algunas contradicciones á ellas, pretendiendo no se había de innovar en nada de la costumbre que se había tenido por lo pasado, sino que se habían de gobernar de la misma manera que antes que se hiciesen. Sobre lo cual por su parte se acudió á mi Consejo de las Indias con la dicha pretensión, suplicándome así lo mandase proveer y ordenar, ó que en caso que sin embargo de ellos se hubiesen de mandar guardar las dichas Ordenanzas, se moderasen y revocasen algunas dellas, conforme á las advertencias que presentaron:

«Y habiéndose visto lo uno y lo otro por los del dicho mi Consejo: y las informaciones, certificaciones y otros recaudos por su parte presentados, y lo que el Licenciado Bernardino Ortiz de Figueroa, mi Fiscal en el dicho Consejo, dijo y alegó en la dicha razón: y oído sobre ello particularmente á Manuel de Frías, Procurador general de dichas provincias:

«He tenido por bien de ordenar y mandar, como por la presente ordeno y mando, que las dichas Ordenanzas que aquí van incorporadas se guarden y observen en las dichas provincias del Paraguay y Río de la Plata, las catorce dellas según se advierte y dice en las declaraciones que van puestas al pie de cada una: y todas las demás de la misma suerte que en ellas se contiene: y que contra su tenor no se vaya ni pase en manera alguna: y mando á los mis Gobernadores y otros jueces y justicias de las dichas provincias las guarden, hagan guardar, cumplir y ejecutar, según y como en ellas y cada una dellas se declara, so las penas en ellas contenidas, en que desde luego doy por condenados á los transgresores. Que así es mi voluntad. Y que se pregonen públicamente en las dichas provincias, para que venga á noticia de todos, y no se pueda pretender ignorancia.—Fecha en Madrid, á diez de Octubre de mil y seiscientos y diez y ocho años.»

«Yo el Rey» «Por mandado del Rey nuestro Señor: Pedro de Ledesma.»

**«Declaración de la Ordenanza 13**

«Y porque los indios no pueden vivir cristiana y políticamente sin tener quien los administre y gobierne, y encamine las cosas de policía, y justa ocupación y trabajo, que deben tener para poderse sustentar y pagar sus tasas, y acudir á otras obligaciones, los Gobernadores nombrarán personas de toda satisfacción y confianza y desinteresadas, que con título de administradores ó mayordomos tengan cuidado de que los indios acudan á las cosas sobredichas: y le señalarán un moderado salario á costa de los encomenderos, á quien toca la mayor parte de la utilidad y beneficio que desto ha de resultar: y les darán las instrucciones necesarias, y señalarán el distrito y número de los pueblos de indios que cada uno ha de tener á cargo y cómodamente pueda administrar: y procurarán con todo cuidado que las personas que así se eligieren y nombraren sean tales cuales conviene, y que hagan el deber, traten bien á los indios y les den buen ejemplo, y no tengan con ellos en sus pueblos tratos ni contratos algunos ó granjerías: informándose con toda diligencia de cómo proceden, para castigar con rigor las veces que hicieren, y removerlos de la administración y oficio y elegir otros que cumplan con sus obligaciones.

**«Declaración de la Ordenanza 18**

«Cuando á los vecinos, mercaderes ú otras personas que tuvieren trato y comercio en las dichas provincias se les ofreciere ir de unas partes á otras dentro dellas, y tuvieren necesidad de algunos indios para el viaje, no los puedan sacar ni llevar en poca ni en mucha cantidad, aunque sea de su voluntad, sin que preceda licencia expresa del Gobernador por escrito: el cual, habiendo visto y examinado el efecto para que se pide, la podrá conceder: y conforme á ello, señalar á los indios que le pareciere, y el tiempo que se han de ocupar, y jornales que les han de pagar, y tomará fianzas y seguridad de la parte, que los volverán á sus pueblos al plazo que señalare, so las penas que le pareciere: y que con toda puntualidad les pagarán en sus manos los jornales de todos los días que se ocuparen en la ida, estada y vuelta á sus pueblos.

**«Declaración de la Ordenanza 20**

«Que la duodécima parte que han de dar los pueblos de indios para mita de los vecinos que no tienen indios de encomienda y es necesario se les den algunos para que hagan mita en ministerios manuales de sus casas, por tiempo y jornal señalado, está bien, y así se cumpla y ejecute: con tanto que esto se entienda habiendo cumplido los indios las obligaciones y tasas de sus encomenderos, y suyas, y del tiempo que desto les sobrare: y no de otra manera. Y los que así vinieren y se hubieren de dar para la dicha mita y ministerios, las justicias los repartan con toda justificación y á personas

más necesitadas: procurando se les haga todo buen tratamiento y paga: y que, habiendo cumplido con su mita, no los detengan por ningún caso, y se vuelvan á sus reducciones: y que las justicias y alcaldes tengan particular cuidado de informarse de los dichos indios, aparte y secretamente, como más convenga, de la forma y cosas en que ha consistido la paga: y si hallaren en ello algún agravio, lo reformen en favor del indio: y de lo que proveyeren, no haya lugar á apelación ni suplicación, ni sobre ello se escriba, por excusar dilaciones.»

### «Declaración de la Ordenanza 28

«El jornal de real y medio señalado por el Visitador se pague por ahora, como lo manda esta Ordenanza, atento á que por parte de la provincia se alega que la tasación de estos jornales es crecida ó de mucho gravamen para los vecinos y habitadores de la tierra, respecto del poco trabajo de los indios y la pobreza general de la tierra, y otras causas que representan para que estos jornales se moderen, se manda que el Audiencia de la Plata averigüe con particular cuidado y diligencia la justificación que esto tiene: y estando bien informada de la verdad de lo que contiene, tase y modere lo que pareciere ser justo, y eso se cumpla y ejecute; y de lo que sobre ello hubiere, me dé cuenta en el dicho mi Consejo: advirtiendo que en la tasa de los dichos jornales, se ha de tener consideración los días que los indios han de ocupar en la venida y vuelta á sus pueblos, á la costa que han de hacer; conforme á la distancia de donde vinieren, y en los de ida y vuelta el jornal ha de ser la mitad que se tasare en días de servicio.

### «Declaración de la Ordenanza 31

«El no ir los indios á sacar esta yerba, aunque sea de su voluntad, se entienda en los tiempos del año que fueren dañosos y contrarios de su salud. Porque en los que no lo fueren, lo podrán hacer. Lo cual el Gobernador proveerá y mirará con el cuidado que conviene al bien y conservación de los indios y su salud.

### «Declaración de la Ordenanza 33

«Como quiera que esta Ordenanza se confirmase, encargo al Gobernador que, atento á lo que se alega por las ciudades, en la ejecución de esta Ordenanza, provea y ordene cómo los indios acudan como de razón á las cosas que precisamente fueren necesarias é inexcusables, particularmente en la ciudad de Jerez, Ciudad-Real y Villa Rica: de manera que se consiga el beneficio de la causa pública, y la conservación del trato, trajín, y comercio de los caminos, y que no sean los indios vejados ni cargados, y cuando lo hubieren de ser, como en caso necesario y forzoso, se haga con tal moderación, que puedan tolerarlo sin ofensa y se consiga el bien público: sobre lo que se le carga la conciencia.

«**Declaración de la Ordenanza 37**

«En cuanto á que tenga obligación á curar los indios que enfermaren y enterrar los que se murieren, se cumplan y ejecuten entretanto que las dichas ciudades no dieren orden de que se funde y haga hospital donde los indios se curen y tengan la hospitalidad que conviene, lo cual se encarga al Gobernador y Obispo, para que con todo cuidado procuren y den orden como con brevedad se hagan y tengan efecto: y el Gobernador hará dar para esta obra los indios necesarios de los pueblos de indios del distrito de la tal ciudad, pagándoles sus jornales.

«**Declaración de la Ordenanza 48**

«En cada pueblo que pasare de cien indios, ha de haber cuatro cantores: y si llegare á doscientos indios, cinco cantores: confírmase esta Ordenanza con que los cantores sean dos ó tres y no más.

«**Declaración de la Ordenanza 51**

«En cuanto á esta Ordenanza, se mande se guarde lo que está proveído en la Ordenanza 13.

«**Declaración de la Ordenanza 54**

«Confírmase, con que en cuanto dispone que el destierro de los indios no pueda ser para fuera del distrito de la ciudad donde se hiciere el destierro, se entienda que puede hacerse para fuera del, conforme el Gobernador y justicias juzgaren que conviene, según la gravedad y calidad de los delitos, y para su castigo y ejemplo.

«**Declaración de las Ordenanzas 60 y 61**

«De la plata y tributo que los indios han de pagar en cada un año á sus encomenderos, se manda que se guarde y ejecute lo que por ella se ordena, con que los cinco pesos que se tasan que pague cada indio de tasa en frutos de la tierra, sean seis pesos en los mismos frutos, que computado cada peso en el valor de los dichos frutos por ocho reales, montan cuarenta y ocho reales. Y habiéndolos de pagar en moneda de Castilla, paguen por cada uno de los dichos seis pesos seis reales, que hacen treinta y seis reales: y con que los treinta días que señala para que en cada un año los indios puedan servir á sus encomenderos en lugar y por paga del tributo de un año, en caso que así lo elijan, sean sesenta días: y en esta manera: que la sexta parte de los indios de cada encomienda sirva al encomendero

por su turno los dichos sesenta días; y ellos queden libres por los diez meses restantes para acudir á sus labores y sementeras y granjerías que tuvieren. Lo cual parece que se ajusta y acomoda con lo que es bien hagan los indios de su parte, y con las obligaciones ó cargas que los encomenderos tienen de doctrinar, gobernar y sustentar la tierra poblada y cultivada en paz, y defenderla de los enemigos para bien y conservación de todos. Lo cual así se guarde y cumpla por ahora, y entretanto que la Audiencia de la Plata, á quien se somete, informe con su parecer muy particularmente acerca de lo contenido en estas dos Ordenanzas, y lo que sobre ellas se alega y pide por parte de las dichas provincias. Y se ordena asimismo que en caso que los indios elijan pagar la dicha tasa en frutos de la tierra ó en reales, como está dicho, porque el encomendero no quede sin algún servicio para los ministerios de la casa, el Gobernador provéale de algunos indios de mita de la dicha su encomienda, atendiendo á la calidad y número de ella, que lo acuda por el tiempo y de la forma que por estas Ordenanzas se mandan, y pagándoles sus jornales como quedan señalados á real y medio en cada un día de trabajo, en frutos de la tierra.

**«Declaración de la Ordenanza 65**

«Que se guarde lo prevenido en la Ordenanza 20.»
(Sevilla: Arch. de Indias, 74. 4. 4.)

## Núm. 58.

### 1631—Primera provisión del Virrey sobre poner las doctrinas en Corona Real

«Don Felipe, por la gracia de Dios, Rey de Castilla, de León, de Aragón, etc.

«A vos, mis Gobernadores de las provincias del Paraguay y Río de la Plata, y á los que adelante fuéredes; á cada uno y cualquier de vos en vuestro distrito y jurisdicción:

«Sabed: Que ante D. Luis Jerónimo Fernández de Cabrera y Bobadilla, conde de Chinchón, de mis Consejos de Estado y Guerra, gentil hombre de mi Cámara, mi Virrey y Gobernador y Capitán general de las provincias del Perú, se presentó un Memorial, cuyo tenor, con lo á él decretado, y el parecer que en su virtud dió el licenciado D. Alonso Pérez de Salazar, Oidor de mi Real Audiencia de la ciudad de los Reyes, con lo que sobre ello se proveyó, es como sigue:

«El licenciado luis Henríquez, Fiscal de S. M. en esta Audiencia de los Reyes, Dice: Que á su noticia ha venido que en la Gobernación del Paraguay y en la del Río de la Plata, los Padres de la Compañía de Jesús han fundado más de veinte Reducciones y pueblos de infieles, indios, que

**ANEXO E -** Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias - Tomo Segundo, Libro VI, Titulo II, Titulo Segundo - De la Libertad de los Indios. En Madrid: Por Ivlian de Paredes, año de 1681

# Titulo segundo. De la libertad de los Indios.

*¶ Ley primera. Que los Indios sean libres, y no sujetos à servidumbre.*

El Emperador D. Carlos en Granada à 9. de Noviembre de 1526 en Madrid à 2. de Agosto de 1530 En Medina del Campo à 11. de Enero de 1532 en Madrid à 5. de Noviembre de 1540 en Valladolid à 1. de Mayo de 1542 en Castelbon de Ampurias à 16 de Octubre de 1548

EN Conformidad de lo que está dispuesto sobre la libertad de los Indios. Es nuestra voluntad, y mandamos, que ningun Adelantado, Governador, Capitan, Alcaide, ni otra persona, de qualquier estado, dignidad, oficio, ó calidad, que sea, en tiempo, y ocasion de paz, ó guerra, aunque justa, y mandada hazer por Nos, ó por quien nuestro poder huviere, sea osadode cautivar Indios naturales de nuestras Indias, Islas, y Tierrafirme del Mar Occeano, descubiertas, ni por descubrir, ni tenerlos por esclavos, aunque sean de las Islas, y Tierras, que por Nos, ó quié nuestro poder para ello haya tenido, y tenga, esté declarado, que se les pueda hazer justamente guerra, ó los matar, prender, ó cautivar; excepto en los casos, y naciones, que por las leyes de este titulo estuviere permitido, y dispuesto, por quanto todas las licencias, y declaraciones hasta oy hechas, que en estas leyes no estuvieren recopiladas, y las que se dieren, é hizieren, no siendo dadas, y hechas por Nos con expressa mencion desta ley, las revocamos, y suspendemos en lo que toca á cautivar, y hazer esclavos á los Indios en guerra, aunque sea justa, y hayan dado, y dén causa á ella, y al rescate de aquellos, que otros Indios huvieren cautivado, con ocasion de las guerras, que entre si tienen. Y asimismo mandamos, que ninguna persona, en guerra, ni fuera de ella pueda tomar, aprehender, ni ocupar, vender, ni cambiar por esclavo á ningun Indio, ni tenerle por tal, con titulo de que le huvo en guerra justa, ni por compra, rescate, trueque, ó cambio, ni otro alguno, ni por otra qualquier causa, aunque sea de los Indios, que los mismos naturales tenian, tienen, ó tuvieren entre si por esclavos, pena de que si alguno fuere hallado, que cautivó, ó tiene por esclavo algun Indio, incurra en perdimiento de todos sus bienes, aplicados á nuestra Camara, y Fisco, y el Indio, ó Indios sean luego buelros, y restituidos á sus propias tierras, y naturalezas, con entera, y natural libertad, á costa de los que assi los cautivaren, ó tuvieren por esclavos. Y ordenamos á nuestras Iusticias, que tengan especial cuidado de lo inquirir, y castigar con todo rigor, segun esta ley, pena de privacion de sus oficios, y cien mil maravedis para nuestra Camara al que lo contrario hiziere, y negligente fuere en su cumplimiento.

*¶ Ley ij. Que ſean caſtigados con rigor los Encomenderos, que vendieren ſus Indios.*

El Emperador D. Carlos y el Cardenal Tabera G. en Valladolid á 26 de Octubre de 1545.

AVERIGVEN Los Virreyes, Audiencias, y Governadores, ſi algunos Encomenderos han vendido, ó venden los Indios de ſus encomiendas publica, ó ſecretamente, y á qué perſonas: y ſi hallaren, que alguno huviere cometido tan grave exceſſo le caſtiguen ſevera, y exemplarmente, y pongan á los Indios en ſu libertad natural, y por el miſmo hecho quede privado de la encomienda, y de poder conſeguir otra.

*¶ Ley iij. Que los Caciques, y Principales no tengan por eſclavos à ſus ſujetos.*

El Emperador D. Carlos y la Emperatriz G. en Toledo á 4. de Noviembre de 1538. El Cardenal Tabera G. en Valladolid á 26 de Octubre de 1541. D. Felipe Segundo á 12. de Febrero de 1568.

PROHIBIMOS Y defendemos á los Caciques, y Principales tener, vender, ó trocar por eſclavos á los Indios, que les eſtuvieren ſujetos: y aſsimiſmo á los Eſpañoles poderſelos comprar, ni reſcatar, y el que contraviniere incurra en las penas eſtatuidas por la ley antecedente, quedando libres los Indios, que aſsi fueren tenidos, vendidos, ó cambiados.

*¶ Ley iiij. Que los Indios del Marañon, llevados à los Puertos de las Indias, ſean puestos en libertad.*

D. Felipe Quarto en Madrid á 18 de Mayo de 1619.

ALGVNOS Navios llegan á las Indias deſpachados por el Governador del deſcubrimiẽto del Marañon, con Indios del gentio de el Braſil, y deſpacho, y regiſtro, diziendo, que ſon verdaderos eſclavos. Mandamos, que las Audiẽcias, y Governadores no los admitan ſin eſpecial licencia nueſtra, y á los que huvieren entrado hagan poner en libertad.

*¶ Ley v. Que los Indios del Braſil, ò demarcacion de Portugal, ſean libres en las Indias.*

El Emperador D. Carlos, y los Reyes de Bohemia G. en Valladolid á 4. de Iulio de 1550. El miſmo y la Princeſa G. allí á 12 de Septiembre de 1556.

LO Reſuelto acerca de la libertad de los Indios ſe entienda, guarde, y execute, aunque ſean del Braſil, ó demarcacion de Portugal, llevados á nueſtras Indias, que en ellos tambien declaramos, que ha, y deve tener lugar.

*¶ Ley vj. Que ſe procure caſtigar à los que de la Villa de San Pablo del Braſil vàn à cautivar Indios del Paraguay.*

D. Felipe IV. en Madrid á 12 de Setiembre de 1628.

LOS Portugueſes de la Villa de San Pablo, Pueblo de el Braſil, que diſta diez jornadas de las vltimas Reducciones de Indios de la Provincia de el Paraguay, contra toda piedad Chriſtiana ván cada año á cautivar los Indios della, y los llevan, y venden en el Braſil, como ſi fueran eſclavos. Y por lo que conviene reprimir todo genero de atrevimiento, deſacato, y exceſſo cometido en deſervicio de Dios nueſtro Señor, ordenamos y mandamos á los Governadores de el Rio de la Plata, y Paraguay, que por todas las vias poſsibles procuren aprehender, y caſtigar con gran demoſtracion á los delinquentes, y perſonas, que cometieren eſtos delitos, con que ceſſa la propagacion del Sãto Evangelio, y ſe perturba la paz, y quietud, haziendo para la execucion de lo ſuſodicho todas las diligencias, que con-

vengan, sin escusar ninguna, de suerte, que se consiga el castigo, correccion, y enmienda, sobre que les encargamos las conciencias.

¶ *Ley vij. Que en Tucuman, y Rio de la Plata no se vendan, ni compren los Indios, que llaman de rescates.*

D. Felipe III. en Madrid á 10 de Octubre de 1618

ES Costumbre entre los Indios Guaycuries de Tucuman, Rio de la Plata, y Paraguay, hazer guerra á otros, que cautivan, y venden, matandose muchos con esta ocasion, y lo mismo hazen otras naciones, y aun los Españoles perdidos han sacado, y hurtado Indios, trayendolos de vnas partes á otras, y vendiendolos, con el mismo color, con que demás de la gravedad del delito, destruyen la tierra. Mandamos, que no haya, ni se permita tal comercio, ni trato, llamado rescates, pena de que el Indio quede libre, y el precio aplicado á nuestra Camara, Juez, y Denunciador, y prohibimos, que el comprador pueda servirse dél, ó tenerle en su casa, chacra, estancia, ni Pueblo, aunque el Indio quiera: y qualquier Español, ó Mestizo, que le vendiere, jugare, trocare, ó cambiare, si fuere de baxo estado, sea condenado en seis años de Galeras, ó otro servicio equivalente, y siendo de mas consideracion, sirva el mismo tiempo en el Reyno de Chile: y al Negro, ó Mulato se le imponga la dicha pena de Galeras.

¶ *Ley viij. Que la prohibicion de esclavitud se entienda con los Indios aprisionados en Malocas.*

El mismo año.

ORDENAMOS, Que la prohibicion general de esclavitud en los Indios se guarde, y cumpla tan bien en las Provincias de Tucuman, Rio de la Plata, y Paraguay, con los que fueren aprisionados en Malocas, ó adquiridos en otra qualquier forma.

¶ *Ley ix. Que se nombre vn Ministro, ó persona de satisfacion, que conozca de la libertad de los Indios.*

D. Felipe Segundo allí a 7. de Noviembre de 1571 D. Felipe Quarto allí á 16 de Março de 1626

MANDAMOS, Que ningun Español pueda tener Indio esclavo por ninguna causa en Filipinas, aunque el Indio lo haya sido de otros Indios, ó Españoles, y havido en buena guerra. Y porque en aquellas Islas, y otras partes se ha entendido, que están fuera de su libertad muchos Indios, que tiranicamente han hecho esclavos otros principales, diziendo, que tienen possession dellos por muchos años, y venden, y comercian á padres, y á hijos, Nos deseando su libertad, ordenamos, que los Virreyes, y Presidentes de todas las Reales Audiécias nombren vn Ministro, ó otra persona de satisfacion, y buena conciencia, que visite, y conozca de estas causas en cada Provincia, para que no siendo las esclavitudes permitidas por derecho, y leyes de este libro, las dé por nulas, y ponga á los Indios en su libertad natural, sin embargo de qualquiera possession.

¶ *Ley x. Que los Corregidores, y Alcaldes mayores no conozcan de la libertad de los Indios, dèn cuenta à las Audiencias, y los Fiscales sigan las causas.*

El Emperador D. Carlos, y el Principe G. en Monçon de Aragon à 11 de Agosto de 1551

NO Conviene, que los Corregidores, y Alcaldes mayores conozcan en primera instancia de la libertad de los Indios, dén cuenta á las Audiencias con toda puntualidad, diligencia, y cuidado: y si fuere mucha la distancia, y esta impidiere, que consigan libertad, nuestros Fiscales sigan las causas, y guarden la l. 37. tit. 18. lib. 2.

¶ *Ley xj. Que los Indios no se presten, ni enagenen por ningun titulo, ni pongan en las ventas de las haziendas.*

D. Felipe Tercero en Aranjuez à 18 de Mayo de 1609

NO Se puedan prestar los Indios, ni passar de vnos Españóles á otros, ni enagenarlos por via de venta, donacion, testamento, paga, trueco, ni en otra forma de contrato, con obrajes, ganados, chacras, minas, ó sin ellas, y lo mismo se entienda en todas las haziendas de esta calidad, ó de otros generos, que se beneficiaren con Indios, que libre, y voluntariamente acudieren á su labor, y beneficio, ni se haga mencion de los dichos Indios, ni de su servicio en las escrituras, que otorgaren los dueños de heredades, y haziendas referidas, ni en otra forma alguna, porque son de su naturaleza libres, como los mismos Españoles, y assi no se han de vender, mandar, donar, ni enagenar cõ los solares donde estuvieren trabajando, sin distincion de los que son de mita, ó acuden voluntariamente á trabajar en ellos: y el que á esto contraviniere, si fuere de baxa condicion, incurra en pena de vergüença publica, y destierro perpetuo de las Indias, ora compre, ó venda, ó reciva, ó done los Indios en alguna de las formas susodichas: y si tuviere calidad, ó estado, que no permita la execucion de estas penas, sea condenado en perdimiento de los dichos Indios, y quede incapaz de recevir ningun repartimiento deste genero, y pague mas dos mil ducados, aplicados por tercias partes, las dos para el Iuez, y Denunciador, y la tercera para los Indios, contenidos en la escritura, ó contrato, y desde luego anulamos, y revocamos las dichas escrituras, y las damos por ningunas, y de ningun valor, y efecto: y lo mismo sea, y se guarde en qualquiera de los casos referidos, aunque no intervengan escrituras, y los Escrivanos ante quien passaren sean privados de sus oficios, y paguen dos mil ducados, aplicados en la misma forma, y las Iusticias, que dissimularen algun delito destos, incurran en pena de otra tanta cantidad, con la misma aplicacion, y en destierro de las Indias.

¶ *Ley xij. Que dispone sobre la libertad, ò esclavitud de los Mindanaos.*

D. Felipe Segundo à 4. de Iulio de 1570. D. Felipe Tercero en Madrid à 19 de Mayo de 1610

AL Distrito de las Islas Filipinas, y sus confines son adjacentes las de Mindanão, cuyos naturales se han rebelado, tomado la secta de Mahoma, y confederandose con los enemigos de esta Corona, y hecho muy grandes daños á nuestros

tros vaſſallos, y para facilitar ſu caſtigo ha parecido eficaz remedio declarar por eſclavos á los que fueren cautivos en la guerra. Mandamos, que aſsi ſe haga, procediendo con tal diſtincion, que ſi los Mindanaos fueren puramente Gentiles, no ſean dados por eſclavos, y ſi fueren de nacion, y naturaleza Moros, y vinieren á otras Islas á dogmatizar, ó enſeñar ſu ſeta Mahometana, ó hazer guerra á los Eſpañoles, ó Indios, que eſtán ſujetos á Nos, ó á nueſtro Real ſervicio, en eſte caſo puedan ſer hechos eſclavos; mas á los que fueren Indios, y huvieren recevido la ſeta no los harán eſclavos, y ſerán perſuadidos por licitos, y buenos medios, que ſe conviertan á nueſtra Santa Fé Catolica.

*¶ Ley xiij. Que los Caribes, que fueren à hazer guerra à las Islas, ſe hagan eſclavos, como ſe ordena.*

D. Felipe Segundo en Madrid à 11 de Enero de 1569.

TIENEN Licencia los vezinos de las Islas de Barlovento para hazer guerra á los Indios Caribes, que las ván á infeſtar con mano armada, y comen carne humana, y pueden hazer ſus eſclavos á los que cautivaren, con que no ſean menores de catorze años, ni mugeres de qualquiera edad. Mandamos, que aſsi ſe execute, guardando las inſtrucciones, que diere la Audiencia de Santo Domingo para mas juſtificacion.

*¶ Ley xiiij. Sobre la libertad de los Indios de Chile, y que à ella ſean reſtituidos.*

D. Felipe Tercero en Vercelles à 26 de Março de 1608. D. Felipe Quarto en Aranjuez à 17 de Abril de 1623 en Madrid à 9. de Abril de 1662 y à 11. y 12. de Agoſto de 1665. D. Carlos Segundo y la R.C.

HAVIENDOSE Intentado todos los medios poſsibles para reducir á los Indios naturales de las Provincias de Chile al Gremio de la Santa Igleſia Catolica Romana, y obediencia nueſtra, procurádolos perſuadir por medios ſuaves, y pacificos, han vſado tan mal de ellos, que rompiendo la paz en que nunca han perſeverado, ſe ha reconocido, que en todas ocaſiones la dieron falſa, y fingida, y ſi la conſervaron, fue haſta el tiẽpo que llegó la ocaſion de quebrantarla, negando la obediencia á la S. Madre Igleſia, y tomando las armas contra los Eſpañoles, é Indios amigos, aſſolando las fuerças, Pueblos, y Ciudades, derribando, y profanando los Templos, matando á muchos Religioſos, y vaſſallos nueſtros, cautivando la gente, que han podido haver, y permaneciendo muchos años en ſu obſtinacion, y pertinacia, y cometiendo otros delitos dignos de caſtigo, y rigor, porque merecieron ſer dados por eſclavos, como gẽte perſeguidora de la Igleſia, y Religion Chriſtiana: y vltimamente eſtando la tierra en ſu mayor paz, hizieron alçamiento general, con muchas entradas, y hoſtilidades por todas las partes, que facilitó la ocaſion. Y Nos vſando de toda piedad, y clemencia, tuvimos por bien de remitir, y perdonar eſte delito, y cõcederles graciosamente, que no pudieſſen ſer cautivos, preſos, moleſtados, ni acuſados por él, ni ſus tierras

ni

ni otros qualeſquier bienes, tomados, ni embargados. Y aora por ampliar mas nueſtra gracia, y benignidad, haviendo reconocido, que eſtá impedida, y aun impoſſibilitada la dilatacion de el Santo Evangelio, paz, y quietud de aquel Reyno, y poblacion de la tierra, por la eſclavitud de los Indios. Ordenamos y mandamos, que los Virreyes del Perú, Governadores, Capitanes generales, y Audiencia de aquellas Provincias, guarden, cumplan, y executen las ordenes dadas ſobre no permitirla, y que todos los varones, ó hembras, que con pretexto de eſclavitud ſe huvieren vendido, y ſacado fuera de aquellas Provincias á la Ciudad de los Reyes, ó otras qualeſquiera del Perú, ſe recojan, y ſean reducidos á ſus tierras, con efecto, reſervando, como reſervamos, á los poſſeedores actuales ſu derecho á ſalvo, contra los vendedores, que los enagenaron, teniendo entendido, que eſte, ni otro qualquier derecho no ha de embaraçar, ni retardar la reduccion de los dichos Indios, porque ſe ha de executar inviolablemente, ſin ninguna dilacion. Y ordenamos al Virrey del Perú, y Governador de Chile, que como ſe fueren reduciendo, los entreguen á ſus Encomenderos. Y todo lo cótenido en eſta nueſtra ley ſe guarde por aora, y entretanto que otra cosa proveemos.

¶ *Ley xv. Que los que huvieren tenido Indios por eſclavos, con titulo no ſean condenados à que les paguen coſa alguna.*

D. Felipe Segundo y la Princeſa G. en Valladolid à 7 de Setiembre de 1558

HAVIENDO Pedido, y conſeguido libertad algunos Indios, tenidos por eſclavos, ſe dudó ſi ſerian condenados ſus dueños en alguna cantidad, por el ſervicio, que les hizieron: y ſe declaró, que teniendolos con titulo, y buena fee, no eſtavan obligados á pagar ſervicio haſta el dia de la conteſtacion de la demanda, y que no incurrieron en pena. Es nueſtra voluntad, que aſsi ſe regule quando el caſo ſucediere.

¶ *Ley xvj. Revalida las ordenes de la libertad de los Indios. y dà nueva providencia en los de Chile.*

D. Carlos Segundo en Madrid à 11 de Junio de 1679.

HAVIENDO Reſuelto, que los Indios de Chile gozaſſen entera libertad, ſe introduxo, que los apreſados en guerra viva ſe hizieſſen eſclavos, por el derecho de ella: y por otro, llamado de ſervidumbre, quando cogidos los Indios de tierna edad ſervian haſta veinte años, y deſpues quedavan libres: y aſsimiſmo por otro derecho, llamado de la vſança, que es vender los padres, y las madres, y parientes mas cercanos á ſus hijos, y parientes en cambio de algunas alhajas, haſta cierto tiempo, como en prendas. Y nos fuimos ſervido de mandar al Governador de aquellas Provincias, que todos los Indios eſclavos ſe puſieſſen en libertad natural, reſervando á los poſſeedores, y compradores de ellos ſu derecho á ſalvo contra los vendedores, y que

los

los Indios, Indias, y niños prisioneros no se pudiessen vender por esclavos, ni llevarse fuera del Reyno de Chile, reduciendo á él, y á sus propias tierras con efecto los que se huvieren vendido, sin que el derecho de los compradores contra los vendedores, ni otro ninguno pudiesse embaraçar, ni retardar esta reducció, sin embargo de qualesquiera suplicas, nuevas razones, y representaciones, que se ofreciesse. Y porque es de mucha importancia, que los Indios de aquellas Provincias sean tratados con todo amor, como vassallos nuestros, y no sean oprimidos, ni molestados, y se cuide de su alivio, y conservacion, procediendo por todo rigor de derecho cótra los que los hizieren malos tratamientos, aunque sea có pretexto de dezir, que son enemigos, y hazen guerra: y hemos encargado al dicho Governador el buen tratamiéto, conversion, y reduccion de estos Indios, por los medios mas suaves y benignos, que se hallassen, y principalmente por la predicacion del Sáto Evangelio, y propagacion de nuestra Santa Fé Catolica, y que salliessen los Indios de tan miserable estado. Y haviendo el Governador de Chile suspendido el efecto desta resolucion cō varios pretextos, por la buena fee de los posseedores, depositando algunos Indios en ellos, para que los tuviessen con buē tratamiento. Visto en nuestro Consejo, y con Nos consultado, hemos resuelto, que lo referido en esta nuestra ley se guarde, cumpla, y execute precisa, y puntualmente, sin permitir, ni dar lugar á que se vaya, ni passe contra lo dispuesto en ella por ninguna causa, y porque en adelante con ningun pretexto, ó motivo de justa guerra, ó otro qualquiera, no puedan quedar por esclavos, ni véderse por tales los que se aprehendieren en guerra, ó fuera della, ni los que llaman de servidumbre, ni de la vsança, y todos los que aora viven en esclavitud, y sus hijos, y descendientes queden con efecto libres de todos tres generos, de guerra, servidumbre, y vsança. Mandamos, que esto se pronuncie por ley general en los Reynos del Perú, y Nueva España, y se inserte en esta Recopilacion. Y para oviar el inconveniente de que los Indios de las dichas Provincias de Chile abusen desta libertad, y buelvan á la idolatria, y á incorporarse con los enemigos, mandamos á los Governadores, que los hagan transportar á todos á la Ciudad de los Reyes en cada ocasion, que se huviere de ir por el situado, que está señalado en las Caxas Reales della, para el sustento del Exercito de aquel Reyno, sin embargo de estar ordenado, que todos los Indios, varones, y hembras, vendidos en aquel Reyno, y otras partes, fueren reducidos á sus tierras, por quanto nuestra voluntad es, que como vá expressado, se trasporten á Lima, pues llevandolos á mejor temple de tierra, irán sin riesgo de su salud, y vida. Y mandamos á los Virreyes de las Provincias del Perú, que como se fueren remitiendo los dichos Indios, los repartan en los encomiendas, ó si el numero

fue-

fuere grande, los encomienden de nuevo. Y asimismo mandamos á la Real Audiencia de los Reyes, que cuide de el cumplimiento de lo contenido en esta nuestra ley, por la parte, que le toca, y de lo que se fuere obrando, y executando nos darán cuenta en las ocasiones, que se ofrecieren.

¶ *Que los Fiscales tengan por obligacion particular el acudir à la libertad de los Indios, ley 37. titulo 18. lib. 2.*

¶ *Que los Virreyes conozcan en primera instancia de causas de Indios, con apelacion à sus Audiencias, ley 65. titulo 3. libro 3.*

¶ *Que los Eclesiasticos, y Seglares avisen à los Protectores, Procuradores, y Defensores, si algunos Indios no gozan de libertad, ley 14. tit. 6. deste libro.*

¶ *Que las Indias no sean encerradas para que hilen, y texan lo que han de tributar sus maridos, l. 15. tit. 10. deste libro.*

## Titulo Tercero. De las Reducciones, y Pueblos de Indios.

El Emperador D. Carlos y el Principe G. en Cigales á 21 de Março de 1551 D. Felipe Segundo en Toledo à 19. de Febrero de 1560 en el Bosque de Segovia à 3 de Setiembre de 1563 en el Escorial à 10 de Noviembre de 1568 Ord. 149 de Poblaciones de 1573 en S. Lorenço à 10 de Mayo de 1578

¶ *Ley primera. Que los Indios sean reducidos à Poblaciones.*



ON Mucho cuidado, y particular atencion se ha procurado siempre interponer los medios mas convenientes, para que los Indios sean instruidos en la Santa Fé Catolica, y Ley Evangelica, y olvidando los errores de sus antiguos ritos, y ceremonias vivan en concierto, y policia, y para que esto se executasse con mejor acierto se juntaron diversas vezes los de nuestro Consejo de Indias, y otras personas Religiosas, y congregaron los Prelados de Nueva España el año de mil quinientos y quarenta y seis, por mandado de el señor Emperador Carlos V. de gloriosa memoria, los quales con deseo de acertar en servicio de Dios, y nuestro, resolvieron, que los Indios fuessen reducidos á Pueblos, y no viviessen divididos, y separados por las Sierras, y Montes, privandose de todo beneficio espiritual, y temporal, sin socorro de nuestros Ministros, y del que obligan las necesidades humanas, que deven dar vnos hombres á otros. Y por haverse reconocido la conveniencia de esta resolucion por diferentes ordenes de los señores Reyes nuestros predecessores, fue encargado, y mandado á los Virreyes, Presidentes, y Governadores, que con mucha templança, y moderacion executassen la reduccion, poblacion, y doctrina de los Indios, con tanta suavidad, y blandura, que sin causar inconvenientes diesse motivo á los que no se pudiessen poblar luego, que viendo el buen tratamiento, y amparo

de

**ANEXO F -** Regimento & Leys sobre as Missões do Estado do Maranhão & Pará & Sobre a Liberdade dos Índios - Ano de 1686

108

# REGIMENTO,

&

## LEYS SOBRE AS MISSOENS DO Eſtado do Maranhaõ, & Parà, & ſobre a liberdade dos Indios.

*Impreſſo por ordem de El-Rey noſſo Senhor.*



LISBOA OCCIDENTAL;

Na Officina de ANTONIO MANESCAL, Impreſſor do Santo Officio, & Livreyro de Sua Mageſtade.

Anno de M.DCCXXIV.

RES
2491/12 A

NCB 266387

# REGIMENTO

I. E. V. SOBRE AS MISSOENS DO

Reado do Maranhão, &c. Para, &c. sobre a liber-
dade dos Indios.



LISBOA OCCIDENTAL.

NA OFFICINA DE ANTONIO MANESCAL,
Impressor do Santo Officio, &c. Anno de M.DCC.XIV.

## ORDEM PORQVE SE MANDOV IMprimir eſte Regimento.

JUntas as Leys, & Reginentos, que hà neſta materia, haja viſta o Procurador da Coroa. Lisboa Occidental 23. de Março de 1722.

*Com tres Rubricas.*

Sua Mageſtade he ſervido mandar imprimir as reſoluçoens, & Regimento que hà a reſpeyto dos Indios para ſe remeterem ao Braſil, & Maranhaõ, & o que ſe imprimir ſeja o que eſtiver em ſeu vigor, ſendo ouvido o Procurador da Coroa. O que ſe me remete com a reſoluçaõ do dito Senhor, he hum livro em que ſe acha tresladado hum Regimento, & varias reſoluçoens ſobre elle, & outras ordens, & hum caderno em que ſe acha tresladado o meſmo Regimento, & parte das ordens que eſtaõ no tal livro, & nenhum deſtes treslados ſe acha juridico; porque ainda que no fim do que ſe acha tresladado no dito livro declara hum Manoel Alvres Lima fizera tresladar o que ſe achou tresladado bem, & fielmente, naõ eſtà judicial eſta ſua atteſtaçaõ, nem declara que occupaçaõ he a ſua, deve-ſe mandar examinar por hum Official da Secretaria inteligente, ſe o Regimento, & mais ordens que ſe achaõ tresladadas no dito livro, & caderno ſaõ os treslados verdadeyros dos proprios, que haõ de eſtar regiſtados na Secretaria, & ſe ha mais algum Regimento, ou reſoluçoens ſobre eſtes particulares que eſtejaõ em ſeu vigor, & com atteſtaçaõ do Official a quem ſe encarregar eſta diligencia me deve tornar tudo para reſponder.

*Com huma Rubrica do Procurador da Coroa.*

Eſte

Eſte livro ſe mandou buſcar no tempo que governava o Eſtado do Maranhaõ Chriſtovaõ da Coſta Freyre, & ſaõ os treslados verdadeyros, com os mais papeis que ſe ajuntaõ por treslado, & juntamente as ordens que ſe paſſáraõ por certidaõ na Secretaria do Conſelho Ultramarino.

*Andrè Lopes de Lavre.*

Naõ ſe me offerece duvida a que ſe imprimaõ as reſoluçoens de Sua Mageſtade, que andaõ juntas a eſtes papeis em dous cardernos, & vaõ rubricadas no principio á margem com a minha rubrica, como tambem ſe me naõ offerece duvida a que ſe imprima o Regimento que vay copiado no principio do livro que ſe me remeteo,& agora remeto como tambem as mais reſoluçoens do dito Senhor que tambem ſe achaõ copiadas no dito livro, & tudo vay rubricado no principio á margem com a minha rubrica.

*Com huma Rubrica do Procurador da Coroa.*

Imprimaõ-ſe eſtas Leys, & Ordens na fórma que aponta o Procurador da Coroa. Lisboa Occidental 28. de Março de 1722.

*Com ſete Rubricas.*

# REGIMENTO,
&
# LEYS DAS MISSOENS
## DO ESTADO DO MARANHAM,
& Parà.

EU EL-REY faço ſaber aos que eſte Regimento virem, que ſendo todo o cuydado de El-Rey meu Senhor, & Pay, que ſanta gloria haja, & o meu, dar fôrma conveniente à reduçaõ do Gentio do Eſtado do Maranhaõ, para o gremio da Igreja, & a repartiçaõ, & ſer o vicio dos Indios, que depois de reduzidos aſſiſtem nas aldeas, querendo de tal modo ſatisfazer ao bem eſpiritual, & temporal de huns, & outros, que inteyraméte foſſe ſatisfeyto o ſerviço de Deos, para bem de ſuas almas, & ſe encaminhaſſe à vida de todos com honeſto trabalho della, tendoſe paſſado varias Leys, & ordens ſobre eſta materia, mandey promulgar a ultima de quatorze de Junho de ſeiſcentos & oytenta, entendendo por ella dar remedio aos danos, que tinhaõ ſuccedido. Porèm moſtrando a experiencia que não tem ſido baſtante eſta Ley para ſe cõſeguir o intento della, por ter a malicia inventado, & deſcuberto novos modos para ſe não obſervar o diſpoſto nella, & paſſando a tal exceſſo a ouzadia, & ambiçaõ dos mo-

radores do dito Estado, que com injustos pretextos lançàraõ delle os Padres da Companhia de Jesus Missionarios do dito Estado, pelo que, & por outros respeytos os mandey castigar como a sua culpa merecia, ordenando juntamente que os ditos Padres tornassem para o dito Estado na maneyra em que nelle residiaõ, & sendo novamente informado pelo Governador Gomes Freyre de Andrade de tudo o que pertencia a esta materia com tanto zelo, & verdade, como delle confiey sempre, mandando considerar as suas cartas, & informaçoens por Ministros de toda a supposiçaõ, inteyreza, & letras, fuy servido resolver o seguinte.

Os Padres da Companhia terão o governo, naõ só espiritual, que antes tinhaõ, mas o politico, & temporal das aldeas de sua administração, & o mesmo teraõ os Padres de Santo Antonio, nas que lhes pertẽce administrar; com declaraçaõ, que neste governo observaráõ as minhas Leys, & Ordens, que se não acharem por esta, & por outras reformadas, tanto em os fazerem servir no que ellas dispoem, como em os ter promptos para acodirem á deffensa do Estado, & justa guerra dos Certoens, quando para ella sejaõ necessarios.

Haverá dous Procuradores dos Indios, hum na Cidade de Saõ Luis do Maranhaõ, outro na Cidade de Bellem do Parà, ao da Cidade de Saõ Luis, se darão tè quatro Indios para seu serviço, & ao da Cidade de Bellem se daraõ tê seis, para com este interece do seu trabalho poderem sugeytarse ao grande que lhes occorre com esta occupaçaõ; & os taes Indios que os ouverem de servir, não seraõ sempre os mesmos, mas antes se mudaràõ a arbitrio dos Padres, como, & quando

quando lhes parecer conveniente.

A eleyçaõ dos ditos Procuradores se farà propondo o superior das Missoẽs dos Padres da Companhia ao Governador do Estado, dous sugeytos para cada hum dos ditos officios, & delles escolherà hum o dito Governador, & para se haverem de governar os ditos Procuradores, lhes farà Regimento o dito superior das Missoens, com conselho dos Padres Missionarios das aldeas, a qual presentarão ao dito Governador, que me informarà sobre elle com o seu parecer, para eu o confirmar sendo servido, & no meyo tempo que não chegar a minha confirmaçaõ, & ordens, que devem seguir, lhes mandarà o dito Governador, que observem o dito Regimento, por não ser conveniente que sirvão sem algum, nem que dexe de haver em algum tempo os ditos Procuradores.

Nas aldeas não poderàõ assistir, nem morar outras algumas pessoas, mais que os Indios com as suas familias, pelo dano que fazem nellas, & achandose q̃ nellas moraõ, ou assistem alguns brancos, ou mamalucos, o Governador os fará tirar, & apartar das ditas aldeas, ordenandolhe, que não tornem mais a ellas, & os que là forem, ou tornarem depois desta prohibição, que se mandarà publicar com editaes, & bandos por todo o Estado, sendo peoens seraõ açoutados publicamente pelas ruas da Cidade, & se forem nobres, seraõ degradados em sinco annos para Angolla, & em hum, & outro caso sem appellaçaõ.

Nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja poderà ir ás aldeas tirar Indios para seu servi:o; ou paraoutro algum effeyto, sem licença das pessoas, q̃ lha pòdem dar na fórma das minhas Leys, nem os poderàõ deyxar ficar nas suas casas depois de passar o

tempo em que lhe foraõ concedidos; & aos que o cõtrario fizerem, encorreràõ pela primeyra vez na pena de dous mezes de priſaõ, & de vinte mil reis para as deſpezas das Miſſoens,& pela ſegunda teraõ a meſma pena em dobro, & pela terceyra, ſerão degradados ſinco annos para Angolla, tambem ſem appellaçaõ.

E porque ſendo o Matrimonio hũ dos Sacramentos da Igreja em que ſe requere toda a liberdade, & a certa, & deliberada vontade das peſſoas que o haõ de contrair, me tem chegado noticia que algumas peſſoas do dito Eſtado, com ambiçaõ de trazerem mais Indios a ſeu ſerviço, induzem, ou perſuadem aos das aldeas, para que cazem com eſcravos, ou eſcravas ſuas, ſeguindoſe deſta perſuação a injuſtiça de os tirarem das ditas aldeas, & trazerem-nos para ſuas caſas, que val o meſmo, que o injuſto cativeyro,que as minhas Leys prohibem. Ordeno, & mando, que conſtãdo deſta perſuaçaõ, que no natural dos Indios, pela ſua fraqueza, & ignorãcia he inſeparavel da violencia, fiquem os taes eſcravos, ou eſcravas livres, & ſe mandem viver nas aldeas, com a meſma liberdade que nellas vivem os Indios; & quando não conſte da dita perſuaçaõ, ou violencia, ſempre em todo o caſo, que os ditos caſamentos ſe fizerem, não ſeraõ os Indios,ou Indias obrigados a ſair das ſuas aldees,& ficaráõ nellas como d'ante eſtavão, & para o fim do Matrimonio lhes deputarà, ou ſinalará o Biſpo dias certos em que ſe poſſaõ juntar, como he de direyto.

Sem embargo do que fica diſpoſto nos capitulos antecedentes ſobre as peſſoas, que forem ás aldeas dos Indios ſem licença, & ſobre não poderem nellas viver, ou aſſiſtir brancos, nem mamalucos, deſejando

do prover de remedio os danos, que não só costumavão acontecer de se persuadirem as Indias com enganos, & dadivas a intentarem, & procurarem os divorcios dos maridos, principiando este mal pelo abominavel dos adulterios, & seguindose depois o da separação dos Matrimonios com grave prejuiso das almas, & do governo temporal dos mesmos Indios. Sou servido ordenar, que o Ouvidor geral tire em todos os annos huma exacta devaça destes casos, em que entraráõ tambem os adulterios, ainda que pela Ley naõ sejaõ caso della, porque a mizeria, & fraqueza dos Indios, & o virem dos Certoens buscar a minha protecção nas aldeas em que vivem, faz justificada a derogação da dita Ley, que para este fim hey por expreçada, como se della fizera especial menção, & tirada a dita devaça a pronunciarà, & procederá no castigo dos culpados nos casos declarados neste Regimento, como he disposto nelle; & nos casos de adulterio, em que não ouver accusaçaõ procederá contra os adulteros com pena de degredo de dez annos para Angolla, & as adulteras, querendo-as receber os maridos nas aldeas se mandaràõ repor nellas a arbitrio dos Padres Missionarios, & quando as não queyraõ receber, respeytando o crime que fizerão, como este se considera por causa de sua natural fraqueza, & ignorancia, pela malicia, & dollo com que saõ persuadidas, & por esta razaõ não mereção igual castigo, nem seja conveniente ao serviço de Deos, & meu, q̃ vaõ degradadas para outra Conquista; se ordenará o seu castigo, & a segurança das suas vidas na junta das Missoens á qual seraõ remmettidas com processo das culpas, que lhe resultarem das devaças, das quaes darà conta o dito Ouvidor geral tambem, todos os annos

nos no Conſelho Ultramarino, para que me ſejaõ preſentes como procede na execução dellas, & do contrario ſe lhe darâ culpa em ſua reſidencia.

Os Padres Miſſionarios porão o mayor cuydado, em que ſe povoem de Indios as aldeas, pois a elles lhes encarrego o governo dellas, & eſpero que procurem por todos os meyos, não ſó a cõſervaçaõ, mas o aumento dos que ſaõ da repartição, por ſer conveniente que haja nas ditas aldeas Indios, que poſſaõ ſer baſtantes, tanto para a ſegurança do Eſtado, & deffenſas das Cidades, como para o trato, & ſerviço dos moradores, & entradas dos Certoens.

O meſmo cuydado teraõ os Padres Miſſionarios de comunicarem, & decerem novas aldeas do Certaõ, & de as ſituarem em partes acomodadas para a ſua vida, & trato dos moradores das Cidades, Villas, & lugares, fazendo-os comunicaveis no cõmercio, & perſuadindo-os á razão da vida honeſta de ſeu trabalho, para que não vivaõ occioſos, & para que hũs & outros ſe poſſaõ igualmente ajudar com reciproco commercio de ſeus intereſſes.

O commercio, que neceſſariamente conſiſte em generos, & o ſerviço dos Indios, que tambem importa neceſſariamente o juſto ſellario do ſeu trabalho, ſe deve regular da maneyra, que no commercio não haja engano, nem nos ſellarios exceſſo; para eſte fim quanto aos generos ſe ordenarà na Camera com aſſiſtencia do Governador, & do Ouvidor geral, & Procurador da fazenda a taxa dos preços pelos quaes ſe haõ de vender aos Indios, & aquelles, que os Indios haõ de vender, ou permutar, que forem de ſuas fabricas, ou tirarem dos Certoens; & quanto aos ſellarios ſe taxaràõ eſtes pelo Governador com conſe-

lho.

lho, & assistécia do Prelado da Companhia de Jesus, & do Prelado dos Padres de Santo Antonio, ouvidas as Cameras, & tanto de huma, como de outra cousa se fará assento communicando-se aos moradores pelo meyo, que parecer conveniente, & aos Indios por meyo dos Padres, aos quaes se daraõ tantas copias em numero como forem as suas aldeas, para as participarem a todas.

Os sellarios dos Indios se satisfarão em dous pagamentos, a metade, quando forem para o serviço, & a outra a metade se entregará no fim delle, & a fórma desta satisfaçaõ, & entrega se ordenará pelo dito Governador com conselho, & assistencia dos ditos Padres ao mesmo tempo que se determinar a taxa dos sellarios, para que de nenhum modo possa haver engano, nem falta nos ditos pagamentos.

Para se evitar a queyxa dos moradores da repartição dos Indios, & para que se não possa exceder o numero dos escritos a que se chamaõ verbais, & muyto principalmente para que os Governadores possaõ saber o numero, & a qualidade dos Indios de que se pôdem valer nas occasioens em que pòdem ser necessarios para bem do Estado, se farão dous livros, que sirvaõ de matricular nelles todos os Indios de idade de treze annos inclusivè, tè a idade de sincoenta annos, por ser aquella em que commodamente pòdem estar capazes de servir.

Hum destes livros terá o superior das Missoens, & o outro o Escrivaõ da fazenda, & ambos seraõ rubricados, & numerados pelo Governador; & tanto em hum, como em outro se hiraõ descarregando por certidoens dos Missionarios os Indios, que forem falecendo, & aquelles, que por achaques, & por cau-

sa

ſa dos annos, eſtiverem eſcuſos do trabalho; & eſtes livros ſe reformaràõ, paſſado dous annos, do meſmo modo em que agora ſe fizerem; & por eſte meſmo modo ſe irão continuando ao diante.

Porquanto moſtrou a experiencia, que a repartição dos Indios ſenão póde fazer por tempo de dous mezes, como era ordenado pela minha Ley do primeyro de Abril de ſeiſcentos, & oytenta, em razaõ de ſer neceſſario muito mais tempo para ſe trazerem as drogas dos Certoẽs; ſou ſervido derogar a dita Ley, & ordeno, que a dita repartição ſe faça nas aldeas do Pará por tempo de ſeis mezes incluſivé, & que no Maranhaõ ſe faça por tempo de quatro, com declaraçaõ, que entendendo o Governador com conſelho do Superior das Miſſoens, que pela deficuldade dos Rios, & diſtancia dos Certoens do Maranhaõ, he neceſſario igual tempo aos moradores da Cidade de Saõ Luis para irem a elles, que os da Cidade de Bellem do Parâ, poderá alterar o termo dos quatro mezes como todos julgarem ſer conveniente.

Eſta repartiçaõ ſenaõ farà em tres partes, como ſe mandava fazer pela dita Ley, mas antes ſe farâ em duas partes, ficando huma nas aldeas, & outra indo ao ſerviço pela meſma razaõ de mayor tempo, que os Indios ſe haõ de occupar nelle, o que ſe entenderá ſendo igual eſte tempo do ſerviço no Maranhaõ, que no Pará, porque ſe no Maranhaõ forem neceſſarios quatro mezes ſòmẽte ficarà com mais igualdade a repartição das tres partes, ſervindo huma, & deſcanſando duas.

Neſta repartiçaõ não entraràõ os Padres da Companhia, porque elles attendendo a melhor cõveniencia dos moradores me repreſentarão, que a podiaõ eſcuzar,

cuzar, ſe eu os remediaſſe por outra via para o ſerviço que lhe he neceſſario dos ſeus Collegios, & reſidencias; pelo que houve por bem de cõſentir na ſua petição, & na conſideraçaõ de que naõ haõ de ter a terceyra parte, como tinhaõ tè o preſente; ordeno ao Governador, que elle depute para ſerviço dos ditos Padres da Cidade de Saõ Luis do Maranhaõ a aldea chamada do Pinaré, & para ſerviço dos Padres de Bellem do Pará a aldea chamada do Gonçary, que elles deſceraõ do Certaõ, com a expreſſa cõdiçaõ de não ſervirem aos moradores da dita Cidade, & tambem para que os poſſaõ tornar a unir na dita aldea, da qual os mais delles fugiraõ por occaſiaõ de ſerẽ obrigados ao dito ſerviço; com tal declaraçaõ, porém, que os ditos Padres procuraràõ por todos os meyos poſſiveis de ſer a dita aldea do Pinaré para junto do Rio Itàpucurù, pela conveniencia que deſta mudança reſulta a meu ſerviço, & que a meſma aldea ficarà com a obrigaçaõ que tinha de ſe dar hũ Indio della para guia de cada huma das canoas que os moradores coſtumaõ mandar ao cravo do dito Rio Pinarè, procurãdo tambem quanto lhe for poſſivel, & o tempo lhe permitir, que o meſmo Rio Pinaré, ſe povoe de outra aldea, que puderem deſcer do Certaõ na parte do dito Rio, que a elles lhes parecer conveniente, & que no Pará procurem do meſmo modo deſcer algũa aldea, que poſſa ſubſtituir a de Gonçary que ſe lhe largar, pela conveniencia que tambem reſulta a meu ſerviço na extenſaõ das povoaçoens, & tanto huma como outra aldea ſe entregará logo aos ditos Padres, ficando no ſeu cuydado ſatisfazer a dita declaraçaõ.

Para cada huma das reſidencias que os ditos Padres tiverem em diſtancia de trinta legoas das ditas Cida-

des de Saõ Luis do Maranhaõ, & de Bellem, do Parà, lhe deputarà tambem o Governador vinte & ſinco Indios, por ſerem os neceſſarios ao exercicio das ſuas Miſſoens; ás quaes devem acodir taõ promptamente como requere o bem eſpiritual dos Indios que adminiſtrão nas aldeas, que ſaõ do deſtricto das ditas reſidencias; & porque não he poſſivel, que de outro modo ſatisfaçaõ ſua obrigaçaõ, & zello com que trataõ do ſerviço de Deos noſſo Senhor, & meu.

As reſidencias que tiverem dentro do limitte das trinta legoas poderaõ ſuprir os ditos Padres com os Indios das aldeas, que lhe ſaõ concedidas, mandando huns para ellas, & mudando outros, como lhes parecer conveniente; porèm iſto ſe naõ entenderà para com a reſidencia de Mortigurá, que tem os ditos Padres no Certaõ do Pará, porque para ella ſe lhe daraõ tambem vinte & ſinco Indios, ſuppoſto que eſtejaõ dentro das trinta legoas, em razaõ de o deſtricto da dita reſidencia he muyto larga, & o naõ poderàõ ſatisfazer como importa ao bem eſpiritual das aldeas com os Indios da aldea que lhe he concedida no Parà,

A repartiçaõ, q̃ ſe ouver de fazer dos Indios para o ſerviço dos moradores das Cidades, Villas, & lugares do Maranhaõ, & Parà, farà o Governador na parte onde eſtiver, & em ſua falta o Capitaõ mayor, com duas peſſoas mais eleytas pela Camera, & ſempre com o parecer, & aſſiſtencia do ſuperior das Miſſoens, & dos Parochos das ditas aldeas, que ſe puderem achar preſentes ao tempo, que a dita repartiçaõ ſe fizer, & nella naõ poderá entrar o dito Governador, ou Capitaõ mór, nem as ditas peſſoas que a Camera eleger; & neſta meſma fòrma ſe expediráõ as licenças para os ditos moradores irem ás ditas aldeas buſcar os ditos

Indios

Indios que lhe forem repartidos, & quando lhe seja necessario irem às aldeas tratar os Indios para o commercio, ou por outro respeyto que seja justo, lhes dará licença o dito Governador, & em sua auzencia, o Capitaõ mór, com conselho do Superior das Missoens, a qual será assinada por ambos, & primeyro que usarem della os taes moradores, seraõ obrigados presentalla ao Parocho das ditas aldeas.

A falta de Indios cõ que se achaõ as aldeas da repartiçaõ faz precizo, q̃ se procurem aliviar de algũ modo, que seja mais cõmodo para elles, & conveniente aos moradores, & com este respeyto, todas as vezes q̃ os moradores houverem de ir ao Certaõ, arbitrandose primeyro o numero de Indios, que necessitaõ para lhe remarem as canoas se lhe dará a metade delles sómente das aldeas da repartiçaõ, & a outra metade procuraráõ os taes moradores trazer das outras aldeas, que costumavaõ servir pela convençaõ que cõ elles faziaõ, por quanto com a taxa dos sellarios, fica remediado o damno, que sentiaõ no excesso delles, & os Padres Missionarios das ditas aldeas teraõ cuydado de que os ditos Indios senão escuzem sem justa causa, pela conveniencia que tiraõ do seu trabalho, & pelo que a todos resulta do cõmercio dos Certoens, & naõ será razaõ bastante para naõ entrarem na dita repartiçaõ os moradores, que tiverem escravos proprios, porque àlem de serem necessarios para as suas fabricas, não he justo que se exponhaõ a lhe fugirem para os Certoens, como tem succedido muytas vezes.

Naõ poderaõ entrar na repartiçaõ aquelles Indios que forem menores de treze annos como asima fica dito, nem tambem algumas mulheres desta, ou de mayor idade, mas porque na occasiaõ em que se reco-

lhem os frutos, que se lançârão à terra saõ necessarias aos moradores algumas Indias que se chamaõ farinheyras, & tambem necessitaõ os mesmos moradores de Indias para lhe criarem seus filhos, & he razaõ que humas, & outras se occupem neste serviço sem perigo de sua honestidade encarrego muyto aos Reytores dos Collegios, & Prelados das Missoéns, que elles no tempo conveniente, & necessario, fassaõ repartir, & com effeyto dem as taes Indias farinheyras, & de leyte a aquellas pessoas q̃ as houverẽ de tratar bem no espiritual, & temporal, arbitrandolhe sellario que devem vencer ao tempo deste serviço, para que consigaõ o justo interece delle, & naõ possaõ exceder o dito tempo, sem que as taes pessoas recorraõ aos ditos Padres, a que elles hajaõ por justificada a mayor dilaçaõ que se lhes pedir; & ao Governador encarrego muyto particularmente, que faça observar nesta parte o que os ditos Padres dispozerem, assim para o serviço das ditas Indias, como para a satisfaçaõ do seu trabalho.

He muyto conveniente ao bem espiritual, & temporal dos Indios, que naõ vivaõ em aldeas pequenas, & q̃ naõ estejaõ divididos no Certaõ expostos á falta dos Sacramentos, pela defficuldade de lhe acodirem os Missionarios, & a violencia com que a este respeyto podem ser tratados na falta da assistencia dos mesmos Padres; & porque no Regimento dos Governadores se ordena, que os procurem reduzir âs aldeas de cento & sincoenta vesinhos, & se tem conhecido os dannos de se naõ observar o disposto nelle; sou servido ordenar novamente, que o dito Regimẽto se execute, tanto pelo dito Governador na parte que lhe toca como pelos ditos Missionarios, que faraõ toda a dili-

diligencia para os persuadir à conveniencia referida, & quando os ditos Indios forem de differentes naçoens, & por esta causa repugnem a dita uniaõ q̃ costuma nestes casos ser tal, que os faz cahir algumas vezes na dezesperaçaõ da sua antigua barbaridade, se poderá evitar este inconveniente separando-os, & dividindo-os em freguesias dentro do destricto em que estiverem as residencias, para que por este modo sejaõ assistidos dos ditos Padres com a doctrina, & seguros com as minhas Leys, & conservados sem o temor da sua repugnancia.

Os Indios das aldeas que de novo se descerem do Certaõ, naõ seraõ obrigados a servir, por tempo de dous annos, porque he o necessario para se doctrinarem na fè, primeyro motivo de sua reducçaõ, & para que façaõ las suas rossas, & se acomodem â terra, antes que os tornem arrependidos, à differença della, & o jugo do serviço, & tanto para com as aldeas, que se descerem para servirem aos moradores, como para aquellas que sem esta condiçaõ quizerem descer se observaráõ inviolavelmente os pactos que com elles se fizerem por ser assim conforme à fé publica fundada no direyto natural, civil, & das gentes; & se os Gonadores cõtravierem estes pactos, depois de feytos, & celebrados pelos Padres Missionarios cõ os ditos Indios (o que eu naõ espero) me darey por muyto mal servido delles, & serà reputada esta culpa por huma das mayores da sua residencia; & succedendo, que indo os Padres Missionarios praticar os Gẽtios dos Certoens, os achem dispostos a seguir, & abraçar a Ley de Christo nosso Redemptor, nas mesmas terras onde vivem, sem quererem descer para outras; neste caso aceytaràõ os ditos Padres aos taes Gentios ao gremio

mio da Igreja procurando perſuadillos a que deſçaõ, & ſómente para aquella parte do meſmo Certaõ, em que elles mais commodamente lhes poſſaõ aſſiſtir cõ a doctrina Evangelica, & bem eſpiritual das ſuas almas; fazendo, com tudo, que ſe unão em aldeas, ou ſe ajuntem em freguefias nos deſtrictos das reſidencias, que os Padres fabricarem de novo na fórma que ſe diſpoem no Capitulo antecedente, porque a juſtiça naõ permitte, que eſtes homens ſejaõ obrigados, a deyxarem todo, & por todo as terras que habitaõ, quãdo naõ repugnaõ o ſer Chriſtãos, & a cõveniencia pede que as aldeas ſe dilatem pelos Certoens, para q̃ deſte modo ſe poſſaõ penetrar mais facilmente, & ſe tire a utilidade, que delles ſe pertende.

Para as entradas, que os Miſſionarios haõ de fazer nos Certoens, lhe daraõ os Governadores todo o auxilio, ajuda, & favor que elles houverem miſter, tanto para a ſua ſegurança, como para com mayor facilidade fazerem as Miſſoens, & porque tenho mandado dar Regimento à Junta das Miſſoens, & naõ he razaõ, que os Miniſtros della ſe entremetaõ em outras couſas mais daquellas para que foy criada, naõ poderà a dita Junta no meyo tempo, que ſe faz o dito Regimẽto encontrar o diſpoſto neſte, mas antes o fará obſervar com o cuydado de ſua obrigaçaõ; & naõ contẽm mais o dito Regimento, o qual mando ſe cumpra, & guarde como nelle ſe diſpoem, ſem embargo de quaeſquer Leys, Ordenaçoens, privilegios particulares, ou geraes, Regimentos, & Proviſoens que haja em contrario, que tudo hey por derrogado, & derrogo para effeyto do que nelle ſe contèm, como ſe de cada huma das ditas couſas fizera expreſſa menção, & que naõ paſſe pela Chancellaria, ſem embargo das Ordenaçoens

naçoens em contrario. Martim de Britto Couto o fez em Lisboa a vinte & hum de Dezembro de mil seiscentos oytenta & seis. O Bispo Frey Manoel Pereyra o fez escrever.

REY.

*Regimento, que V. Mag. ha por bem se guarde na reducçaõ do Gentio do Estado do Maranhaõ para o gremio da Igreja, reportiçaõ, & serviço dos Indios; que depois de reduzidos assistem nas aldeas.*

Para V. Mag. ver.

Registado nos livros de Regimentos da Secretaria do Conselho Ultramarino a folhas duzẽtas & sinco, em Lisboa vinte de Janeyro de mil & seiscentos oytenta & sette annos. *André Lopes de Lavre.*

Cumprase, & registesse como S. Mag. manda. Bellem, quatorze de Mayo de seiscentos oytenta & sete. *Estava a Rubrica do General.*

Registado no livro dos registos do Senado da Camera a folhas duzentas & doze. Bellem do Parà dezanove de Mayo de mil seiscentos oytenta & sette. *Innocencio Moreyra de Figueyredo.*

Registado no livro dos registos do Senado da Camera a folhas cento & tres. Villa de Caythe dezaseste de Agosto de seiscentos oytenta & sette annos. *Manoel de Carvalho.*

Registado no livro dos registos da Fazenda Real a folhas secẽta & sinco. Bellem trinta de Mayo de seiscentos oytenta & sete. *Joaõ Telles Vidigal.*

Cumprase como nelle se contem, & S. Mag. manda. Alcantara trinta de Agosto de seiscentos oytenta & sete annos. *Henrique Lopes da Gama.*

Cumprase, & registesse, & publique como S. Mag. que Deos guarde manda. Alcantara em Camera trin-

ta

ta de Agosto de mil & seiscentos & oytenta & sete annos. *Manoel Alvres de Crasto.*

*Do Vereador Manoel da Costa huma Cruz.*

*Do Vereador Joseph Pereyra huma Cruz.*

*Manoel de Rezendes.* *Manoel Carvalho Rezendes.*

Regiſtado no livro dos regiſtos do Senado da Camera a folhas cento & quarenta té cento & quarenta & quatro. Alcantara trinta de Agoſto de mil ſeiſcẽtos oytenta & ſette annos. *Miguel Carvalho de Azevedo.*

Cumpraſe, como nella ſe contèm, & ſe regiſte nos livros dos regiſtos da Camera na fôrma do eſtillo. Saõ Luis em Camera, & de Setembro ſeis de ſeiſcentos oytenta & ſete annos. Valerio Rebello Eſcrivaõ da Camera, que o eſcrevi. *Andrada. Lisboa. Franco. Amaral. Pereyra. Farias. Vicente da Sylva. Joſeph. Viegas.*

Regiſtado no livro dos regiſtos da Fazenda Real a folhas duzentas & treze verſo té duzentas & vinte. Saõ Luis vinte & quatro de Setembro de mil & ſeiſtos oytenta & ſete annos. Leaõ Pereyra de Bayrros Eſcrivaõ da Fazenda Real, que o eſcrevi. E naõ continha mais a dita Ley em fórma de Regimento, & mais poſtillas contheudas, & declaradas nella, eu Valerio Rebello Eſcrivaõ da Camera neſta Cidade aqui regiſtey bem, & fielmente da propria ſem couſa q̃ duvida faça, q̃ a ellas me reporto em todo, & por todo do que cõ ellas confery, concertey, & ſubſcrevi, & aſſiney de meu final coſtumado que he o que abayxo ſe vè. Em Saõ Luis do Maranhaõ, & de Dezembro doze do anno de mil & ſeiſcentos oytenta & ſete annos. Concertado, & conferido com as proprias por mim Eſcrivaõ da Camera abayxo aſſinado. Valerio Rebello.

# TRASLADO DE OVTRO ALVARÁ DE Sua Magestade, que Deos guarde sobre as declaraçoens das Leys, sobre os Indios.

EU El-Rey faço saber aos que este meu Alvará virem, que tendo respeyto ás justas causas que Gomes Freyre de Andrade teve, sendo Governador, & Capitaõ geral do Estado do Maranhaõ para fazer huma junta sobre o Regimento novo, que fuy servido mandar se guardasse naquelle Estado, & aos fundamentos que nelle se tomaraõ para melhor explicação de alguns capitulos, em observancia do mesmo Regimento, conveniencia do meu serviço, & aumentos do dito Estado, sobre o que se fez assento com a sua assistencia, & do Governador Artur de Sá, & Menezes, & dos Padres Superiores das Missoens Jodoco Peres da Companhia de Jesus, & Fr. Manoel do Salvador da Religiaõ de Santo Antonio, & dos Dezembargadores, Miguel da Rosa Pimentel Ouvidor geral, & Manoel Vás Nunes Sindicante, em que todos assinàraõ; & se fizeraõ varias declaraçoẽs, que resolveraõ se mandassem apensar ao novo Regimento, para q̃ como particulas delle se observacem, em quanto eu as não mandasse determinar, como mais houvesse por bem; por assim convir ao serviço de Deos, & meu, & se evitarem as confusoens, que faziaõ impracticaveis as resoluçoens declaradas; & tendo a tudo consideraçaõ. Hey por bem de confirmar as ditas declaraçoens assentadas, acrescentando a do capitulo quinto, que os Indios, ou Indias livres que cazarem com escravos, ou escravas, naõ possaõ servir aos Senhores, ou Senhoras dos taes escravos, ou escravas, nem a seus pays, ou outro ascendente, filhos, ou ou-

tros deſcendentes, nem a ſeus irmãos, ou irmãs, primos com irmãos,& ſobrinhos; contando, eſte parenteſco na fórma do direyto canonico, até o ſegundo gràò, em quanto ſenão averigua ſe houve nos taes cazamentos o conſentimento dos ditos ſenhores, de q̃ trata o dito Regimeuto, para ſe evitar o dollo, com que ſe coſtumaõ fazer,& a declaraçaõ do capitulo dezaſſete; hey outroſim por bem de accreſcentar, que todas aquellas peſſoas que forem às aldeas com licença dos Governadores ſe appreſentaráõ logo que chegarem a ellas perante os Miſſionarios, que as tiverem a ſeu cargo; & na auzencia dos taes Miſſionarios, perante os principaes que as governaõ, que logo tambem dará parte aos ditos Miſſionarios das taes licenças aſſim como tiverem lugar para o fazer, & não ſatisfazendo, a eſta fórma as ditas peſſoas que levarem as ditas licenças, ficaràõ incorrendo na pena de perdimẽto das canoas,& ſeraõ prezos tres mezes na cadeya; & a meſma pena teraõ ſe ſe detiverem mais de tres dias nas ditas aldeas, por ſerem os que lhes baſtaõ para os negocios que forem tratar a ellas; ſalvo, ſe forem impedidos por doença, ou outra juſta cauſa,que juſtificarâõ por certidaõ dos ditos Padres Miſſionarios; & em quãto à declaraçaõ do capitulo vinte & hum por ſer juſta a entrevenſaõ dos Governadores em os contratos dos Indios: Hey por bem que aſſim ſe obſerve; porém com declaraçaõ que os ditos Governadores,naõ poſſaõ determinar os ditos contratos,ſem parecer do Ouvidor geral do dito Eſtado nas materias que tocarem à juſtiça, & que fazendo-o de outra maneyra, ſe lhe dará em culpa de ſuas reſidencias: & cõ eſtas declaraçoens, & accreſcentamentos ás que fez o dito Gomes Freyre de Andrade ſe cũpra, & guarde

dem o dito meu Regimento, como nelle se conthem sem duvida, nem contorvercia alguma, & assim este Alvará, que valerá como carta, & naõ passarà pela Chancellaria sem embargo da Ordenaçaõ do livro 2. tit. 39. & 40. em contrario; o qual se registará nos livros de minha fazenda, & Camera, & nos da Secretaria do Estado, & se passou por duas vias: Manoel Pinheyro da Fonseca a fez em Lisboa a vinte & dous de Março de seiscentos & oytenta & oyto. O Secretario Manoel Lopes de Lavre a fez escrever. REY.

*Conde de Val de Reys Presidente.*

*Alvarà porque Vossa Magestade ha por bem de confirmar as declaraçoens, que no Estado do Maranhaõ se fizeraõ sobre algũs Capitulos do Regimento novo, que Vossa Mogestade foy servido mãdar se guardasse naquelle Estado com as declaraçoens, & accrescentamentos, como nesta se declara, que naõ passe pela Chancellaria, vay por duas vias.* Para V. Mag. ver.

Primeyra via. Por resoluçaõ de S. Mag. de treze de Março de seiscentos oytenta & oyto em consulta da Junta de vinte de Fevereyro do dito anno, & Decreto de S. Mag. de dezaseis de Março do mesmo anno.

Registada nos livros da Secretaria do Cõselho Ultramarino a folhas trinta & duas, verso em Lisboa; vinte & nove de Março de mil & seiscentos & oytẽta & oyto. *Manoel Lopes de Lavre.*

Registe nos livros da Camera. Saõ Luis vinte & oyto de Mayo de seiscentos & oytenta & oyto; estava a Rubrica de Senhor General Artur de Sà, & Menezes; & naõ continha mais o dito Alvarà de Sua Mag. aqui contheudo, & declarado, que eu Valerio Rebello Escrivaõ da Camera aqui registey bem, & fielmẽte

do proprio ſem couſa, que duvida faça, que ao dito proprio me reporto em todo, & por todo, que com elle conferì, concertey, ſubſcrevi, & aſſiney de meu final coſtumado, que he o que ſe vè. Saõ Luis; vinte & nove de Mayo do anno de ſeiſcentos oytenta & oyto annos. Concertado, & conferido com o proprio por mim Eſcrivaõ da Camera Valerio Rabello.

## *TRASLADO DE OVTRO ALVARÁ DE Sua Mageſtade que Deos guarde ſobre os regaſtes.*

EU El-Rey faço ſaber aos que eſte Alvarà virem que ſendo o meu principal intento nos dominios de todas as minhas Conquiſtas, a conſervaçaõ dellas, pelo aumento da Fé, & liberdade dos Indios, procurando, & concorrendo com todos os meyos de os trazer ao gremio da Igreja pelos da propagaçaõ do Santo Evangelho; ſou informado que a Ley que mandey eſtabelecer em o primeyro de Abril de mil & ſeiscentos & oytenta para o Eſtado do Maranhaõ, prohibindo todos os cativeyros dos taes Indios, tanto por meyo dos regaſtes, como das guerras juſtas naõ teve a obſervâcia q̃ devia ter no dito Eſtado, mas antes ſuccedeo em mayor danno de ſuas almas, & das vidas, que por meyo dos ditos regaſtes vinhaõ a conſeguir, pois tendo guerras entre ſi os ditos Indios pelas quaes os cattivaõ, os levaõ a vender ás terras dos Eſtrangeyros, & dentro dos meus dominios fazem, & admitem regaſtes delles, & quando o naõ pódem fazer pelas diſtancias, ou outros impedimentos os prendem á corda, & os mataõ cruamente para os comerem; & quãdo ſuccedem as guerras dos meus Vaſſallos com elles, ou delles para com os meus Vaſſallos,

los,

los, pelas causas que para isso daõ os ditos Indios, & nos casos que por direyto saõ permitidos os mataõ no mesmo furor da guerra temendo a sua infiel barbaridade depois de vẽcidos, & sem a piedade que delles poderiaõ ter, se das suas vidas pódessem tirar o fruto dos cativeyros occasionando-se por estas mesmas causas a mais dura guerra, & as mais desesperadas mortes, & sendome tudo assim presente por muytas informaçoens, & todas dignas de credito, pela qualidade das pessoas, que mas deraõ com mayor experiencia das materias, & pela occasiaõ, & differença dos tempos que as necessitaõ, principalmente sendo ordenadas para mayor serviço de Deos, & bem commum de meus Vassallos, mandey considerar de novo estas informaçoens por Ministros, & Letrados de todas as perfeyçoens, doutos, & prudentes nas suas faculdades, & com o parecer, que uniformemente me deraõ todos por escrito; houve por bem derrogar a dita Ley do primeyro de Abril de mil & seiscentos & oytenta, que prohibia totalmente os ditos regastes, & cativeyros, & suscitar em parte a que havia feyto ElRey meu Senhor, & Pay em tres de Abril de mil & seiscẽtos & sincoẽta & sinco, que os admitia nos casos nella expreçados com novas clausulas, & certas condiçoens, que seraõ abayxo declaradas.

Quanto ao resgate dos Indios, sou servido que se façaõ por conta de minha fazenda, para com todos os que acharem cativos em guerra de outros Indios, ou sejaõ prezos à corda para os comerem, ou cativos para os venderem, a quaesquer naçoens, tanto que naõ forem cativos para o effeyto das vendas sómente, & que elles a naõ repugnem, entendendo que por outro modo pódem livrar a vida. E para este effeyto,

to, mando, ſe empreguem neſta Cidade tres mil cruzados nos generos mais convenientes aos ditos reſgates, & que delles ſe deputem dous mil cruzados para a Cidade de Bellem do Parà, & mil cruzados para a de Saõ Luis do Maranhaõ, os quaes ſe depoſitaràõ nas ditas Cidader em maõ de peſſoas abonadas, & approvadas pelos Prelados das Miſſoens da Companhia de Jeſus ainda que ſeja com o interece de ſe lhe darem alguns dos Indios reſgatados em premio de ſeu trabalho, por juſto arbitrio dos Miniſtros nomeados por eſte Alvará para eſta repartiçaõ, & em falta das taes peſſoas ſe depoſitaràõ na maõ dos Almoxarifes de minha fazenda das ditas Cidades, que os teraõ ſeparados, & diſtinctos de quaeſquer outros effeytos; & aſſim elles, como as outras peſſoas, que forem depoſitarios dos ditos generos, os entregaràõ á ordem dos ditos Prelados das Miſſoens da Companhia em as ditas Cidades de Saõ Luis do Maranhaõ, & Bellem do Pará, os quaes, ſeraõ obrigados a fazer os reſgates, naõ ſò nas Miſſoens ordinarias, de ſuas reſidencias, mas para eſte effeyto, entraràõ todos os annos em diverſos tempos pelos Certoens, com a gente, que entenderem neceſſaria, & cabo de eſcolta à ſua ſatisfaçaõ, que huma, & outra couſa lhe mandarà dar prõptamente nas ditas occaſioens o meu Governador, & Capitaõ geral do dito Eſtado, levando outroſim as peſſoas que lhe parecerem convenientes, em cujo poder vaõ os ditos generos, para da ſua maõ os mandarem deſtribuir, & feytos os taes reſgates enviaraõ os Indios reſgatados ás Cameras das ditas Cidades, que os repartiràõ com igualdade aos que mais neceſſidade delles tiverem, por razaõ de ſuas fazendas, grangearias, & lavouras, o que ſe farà cõ authoridade do dito

Go-

Governador, & sempre com assistencia do Ouvidor geral, & as pessoas a quem se repartirem entregaràõ outros tantos generos aos ditos depositarios, quanto os taes Indios resgatados custarem até serem postos nas ditas Cidades, por toda a despeza das ditas entradas, & resgates, & da mesma qualidade, & bondade, como o foraõ os que por elles se deraõ, de maneyra que se reponhaõ, & conserve sempre na maõ dos ditos depositarios, a dita quantia de tres mil cruzados, sem deminuiçaõ alguma, fazendo-se, álem disto a cõta dos ditos resgates naõ só pelo custo de cada hũ dos Indios que chegarem vivos, mas repartindo-se por elles a importancia dos que falecerem depois de resgatados, & tambem dos que se derem aos depositarios, naõ sendo aos Almoxarifes, que vencem ordenados de minha fazenda, & assim mesmo pagaràõ direyto dos taes escravos a razaõ de tres mil reis por cabeça, os quaes cobraràõ os ditos depositarios, ou Almoxarifes, & os teraõ como dito he separados, de qualquer outro recebimento, por quanto desde logo aplico estes direytos para a despeza das Missoens, tanto das entradas dos Certoẽs em ordem aos resgates para aliviar mais o custo delles, como das que tenho mandado fazer para se descerem aldeas novas, & fornecimento das velhas, & os ditos depositarios, ou Almoxarifes entregaràõ o procedido dos taes direytos, à ordem dos ditos Prelados das Missoens no tempo que fizerem as ditas entradas, os quaes daraõ conta por carta sua com toda adistinçaõ, & clareza ao Governador, assim desta despeza, como da que ouverem feyto dos generos no emprego dos resgates, & custos delles atè serem postos, & entregues nas ditas Cameras, pela qual conta se estará, sem alguma duvida, & o Governador

nador ſerà tambem obrigado remeter todos os annos as copias deſtas cartas pelo Conſelho Ultramarino, & mandarà outroſim lançallas em o livro, que haverà nas Cameras expecial para eſte regiſto, & ſe guardaráõ nellas, ſeparados de outros, & particularmente emcarrego, & mando áo dito Ouvidor geral ténha grande cuydado de ſaber, ſe ſatisfazem, o dito Governador, & Miſſionarios as obrigaçoens referidas, & me farà preſente em todas as monçoens o que obraraõ todos neſta materia, com cominaçaõ de me haver por muyto mal ſervido delle ſe o naõ cumprir aſſim, & de ſe lhe dar em culpa na ſua reſidencia, para o que mando accreſcentar a ella hum capitulo deſte theor. E quanto aos cativeyros por occaſiaõ das guerras dos meus Vaſſallos para cõ os Indios, & deſtes para com os meus Vaſſallos. Hey por bem de permitir ſe poſſaõ fazer nos caſos ſeguintes; o primeyro da guerra deffenſiva, que ſe entenderâ ſómente no acto da invazam, que os Indios inimigos, & infieis fizerem nas aldeas, & terras do Eſtado do Maranhaõ com cabeça, ou comunidade, que tiver ſoberania, ou juriſdicçaõ, principalmente, quando os ditos Indios impedirem com maõ armada, & força de armas aos Miſſionarios a entrada dos Certoens, & a doutrina do Santo Evangelho fazendo com effeyto hoſtilidades ás peſſoas que levarem em ſua companhia. O ſegundo da guerra offenſiva quãdo houver temor certo, & infalivel, que os ditos Indios inimigos da Fé, procuraõ invadir as terras de meus dominios, & ajuntando gente para eſte effeyto, ſem que por outro modo ſe lhes poſſa impedir a dita invazam, o qual ſe procurará primeyro por todos os meyos de perſuaçaõ, do temor, & de boa paz, ou tambem quando os ditos Indios inimigos, & infieis

infieis tiverem feyto hostilidades graves, & notorias, & não derem satisfaçaõ condigna dellas, sugeytando-se a receber aquelle castigo, que for conveniente ao decóro de minhas armas, & necessario para a conservaçaõ do dito Estado. Nestes casos poderàõ ser cativos os Indios infieis no tempo que durar o conflicto das guerras, & fóra delles senão poderáõ fazer as ditas guerras, nem se poderàõ admitir os ditos cativeyros, & para cõstar da legalidade destes mesmos casos com toda aquella certeza, que he necessaria, & conveniente para a justiça delles. Sou servido declarar, & ordenar ao Governador, & Capitaõ geral do Estado do Maranhaõ por condiçaõ que ha de guardar, & que ha de concorrer, & preceder necessariamente a hũa contraguerra; que a deffensiva da invazaõ dos inimigos se justificará cõ documentos juridicos de mayor prova de testemunhas, que tirarà o Ouvidor geral ao tẽpo, que der lugar a mesma guerra, & por Certidoens juradas dos Missionarios, que assistirem nas terras, & aldeas, que forem invadidas. E do mesmo modo serà justificada quando os Indios, & inimigos da Fè impedirem a entrada dos Certoens aos Missionarios, & a pregaçaõ do Santo Evangelho, declarãdo-se no teor dos autos, & nos documentos dos mesmos Missionarios ás circunstancias, & qualidades que ficaõ apontadas, & que a offensiva se justificará legalissimamente primeyro, & antes de se fazer a guerra, sendo a primeyra prova os pareceres por escrito dos Padres Superiores, & Prelados das Missoens da Companhia, & da Religiaõ de Santo Antonio, que assistirem nas Cidades de Saõ Luis do Maranhaõ, ou de Bellem do Pará onde a tal guerra se ordenar, & outrosim do Ouvidor geral, sem os quaes em nenhum modo se poderá

fazer, & os daraõ com toda a diſtinçaõ, & individualidade das circunſtancias, tambem que ficaõ apontadas a eſte fim. Deſtas guerras, & com os documentos referidos me darà conta todos os annos o dito Governador, & Ouvidor geral por duas vias; huma do Cõſelho Ultramarino, outra da Secretaria do Eſtado, para que por huma, & outra me ſeja preſente, & para eu os mandar ver, & examinar, & determinar ſobre elles como parecer juſtiça; naõ o fazendo aſſim ſeraõ havidos por livres todos os Indios que de facto tiverem ſido cativos, & me darey por muyto mal ſervido dos ditos Governador, & Ouvidor, & deſta culpa mando ſe inquira em ſuas reſidencias, & que ſendolhe poſta nellas ſe me de expecial conta de como as incorreraõ para mandar ter cõ elles a demoſtraçaõ q̃ me parecer conveniente, & quero que eſte Alvará tenha força, & valha para ſempre como Ley ſem embargo de naõ paſſar pela Chãcellaria, & de quaeſquer outras Leys, & Ordenaçoens em contrario, & em expecial a do livro 2. tit. 44. Ayres Monteyro a fez em Lisboa a vinte & oyto do mez de Abril de mil & ſeiſcentos & oytenta & oyto. Eu Mendo Foyos Pereyra a ſobſcrevi.

R E Y.

*Alvarà porque V. Mag. pelos reſpeytos nelles declarados, ha põr bem derrogar a Ley feyta no primeyro de Abril de mil & ſeiſcẽtos & oytenta, qua prohibia totalmente os reſgates, & cativeyros dos Indios, & ſuſcitar em parte, o q̃ fez o Senhor Rey Dom Joaõ IV. que ſanta gloria haja em nove de Abril do anno de mil & ſeiſcentos & ſincoenta & ſinco, que os admitia nos caſos nelles expreçados cõ novas clauſulas, & certas condiçoens, que ſaõ aſima declaradas.*

Para V. Mag. ver.

Re-

Regiſtado nos livros da Secretaria do Cõſelho Ultramarino a folhas 34. verſo; em Lisboa 3. de Mayo de 1688. *Manoel Lopes de Lavre.*

Regiſteſſe nos livros da Camera, & fazenda S. Luis 6. de Agoſto de 688. eſtava a Rubrica do Senhor General Artur de Sà & Menezes. E naõ ſe cõtinha mais no dito Alvará de S. Mag. aqui neſte livro regiſtado, q̃ eu Valerio Rebello Eſcrivaõ da Camera aqui regiſtey bem, & fielmente do proprio, que torney ao Secretario do Eſtado, que a elle me reporto em todo, & por todo, que com elle conferi, concertey, ſobſcrevi, & aſſiney de meu ſinal coſtumado, que he o que abayxo ſe ve; & naõ faça duvida o borrado neſta pagina, que naõ diz nada, q̃ ſe fez na verdade. Saõ Luis, & de Agoſto ſete do anno de 688. annos. Concertado, & cõferido com o proprio por mim Eſcrivaõ da Camera abayxo Valerio Rebello.

## *TRASLADO DE OVTRO ALVARÁ DE Sua Mageſtade que Deos guarde ſobre o pào Cravo, que he em fórma de Ley.*

EU El-Rey faço ſaber aos que eſte meu Alvarà, em fórma de Ley virem, que ſendo-me preſentes, os motivos que obrigâraõ a Gomes Freyre de Andrada, ſendo Governador, & Capitaõ geral do Eſtado do Maranhaõ, para ſuſpender na execuçaõ da Ley que mãdey paſſar ſobre a falſidade, & corrupçaõ do Cravo, & penas impoſtas aos cumplices neſte dano, & achar por mais conveniente dar nova fórma á ſua colheyta, mãdando para eſte effeyto lançar hum bando em dous de Novembro de ſeiſcentos & oytẽta & ſeis; em que havia por meu ſerviço mandar pro-

**ANEXO G -** Alvará de Lei de 04 de abril de 1755

S.C. 1193/149 A.

Ley ſobre os caſamentos com as Indias, de 4 de Abril de 1755.

EU ELREY. Faço ſaber aos que eſte meu Alvará de Ley virem, que conſiderando o quanto convém, que os meus Reaes dominios da America ſe provem, e que para eſte fim póde concorrer muito a communicaçaõ com os Indios, por meio de caſamentos: Sou ſervido declarar, que os meus Vaſſallos deſte Reino, e da America, que caſarem com as Indias della, naõ ficaõ com infamia alguma, antes ſe faráo dignos da minha Real attençaõ, e que nas terras, em que ſe eſtabelecerem, ſeráo preferidos para aquelles lugares, e occupaçoens, que couberem na graduaçaõ das ſuas peſſoas, e que ſeus filhos, e deſcendentes ſeráõ habeis, e capazes de qualquer emprego, honra, ou Dignidade, ſem que neceſſitem de diſpenſa alguma, em razaõ deſtas alianças, em que ſeráõ tambem comprehendidas as que já ſe acharem feitas antes deſta minha declaraçaõ: E outrõſim prohibo, que os ditos meus Vaſſallos caſados com Indias, ou ſeus deſcendentes, ſejaõ tratados com o nome de Caboucolos, ou outro ſimilhante, que poſſa ſer injurioſo; e as peſſoas de qualquer condiçaõ, ou qualidade, que praticarem o contrario, ſendo-lhes aſſim legitimamente provado perante os Ouvidores das Comarcas, em que aſſiſtirem, ſeráõ por ſentença deſtes, ſem appellaçaõ, nem aggravo, mandados ſahir da dita Comarca dentro de hum mez, e até mercê minha; o que ſe executará ſem falta alguma, tendo porém os Ouvidores cuidado em examinar a qualidade das provas, e das peſſoas, que jurarem neſta materia, para que ſe naõ faça violencia, ou injuſtiça com eſte pretexto, tendo entendido, que ſó haõ de admittir queixa do injuriado, e naõ de outra peſſoa: O meſmo ſe praticará a reſpeito das Portuguezas, que caſarem com Indios: e a ſeus filhos, e deſcendentes, e a todos concedo a meſma preferencia para os Officios, que houver nas terras, em que viverem; e quando ſucceda, que os filhos, ou deſcendentes deſtes matrimonios tenhaõ algum requerimento perante mim, me faráõ a ſaber eſta qualidade, para em razaõ della mais particularmente os attender. E ordeno que eſta minha Real reſoluçaõ ſe obſerve geralmente em todos os meus dominios da America. Pelo que, mando ao Vice-Rey, e Capitaõ general de mar, e terra do Eſtado do Braſil, Capitaens generaes, e Governadores do Eſtado do Maranhaõ, e Pará, e mais Conquiſtas do Braſil, Capitaens móres delIas, Chancelleres, e Deſembargadores das Relaçoens da Bahia, e Rio de Janeiro, Ouvidores geraes das Comarcas, Juizes de fóra, e Ordinarios, e mais Juſtiças dos referidos Eſtados, cumpraõ, e guardem o preſente Alvará de Ley, e o façaõ cumprir, e guardar na fórma que nelle ſe contém, o qual valerá como Carta poſto que ſeu effeito haja de durar mais de hum anno, e ſe publicará nas ditas Comarcas, e em minha Chancellaria mór da Corte, e Reino, onde ſe regiſtará, como tambem nas mais partes, em que ſimilhantes Alvarás ſe coſtumaõ regiſtar; e o proprio ſe lançará na Torre do Tombo. Lisboa, quatro de Abril de mil e ſetecentos e ſincoenta e ſinco.

# REY.

*Marquez de Penalva P.*

*Alva-*

*Alvará de Ley, porque V. Mageſtade he ſervido declarar, que os Vaſſallos deſte Reino, e da America, que caſarem com Indias della, naõ ficaõ com infame alguma, antes ſe faráõ dignos da ſua Real attençaõ, e ſeráõ preferidos nas terras, em que ſe eſtabelecerem, para os lugares, e occupaçoens, que couberem na graduaçaõ de ſuas peſſoas; e ſeus filhos, e deſcendentes ſeráõ habeis, e capazes de qualquer emprego, honra, ou Dignidade, ſem que neceſſitem de diſpenſa alguma, em razaõ deſtas alianças, em que ſe comprehendem as que já ſe achaõ feitas antes deſta Reſoluçaõ; e que o meſmo ſe praticará com as Portuguezas, que caſarem com Indios, e a ſeus filhos, e deſcendentes, como aſſima ſe declara.*

Para V. Mageſtade ver.

Por Reſoluçaõ de Sua Mageſtade de vinte e dous de Março de mil ſetecentos e ſincoenta e ſinco tomada em Conſulta do Conſelho Ultramarino, de dezaſete do dito mez e anno.

*O Secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavre* o fez eſcrever.

Regiſtado a fol. 48. no liv. 12. de Proviſoens da Sacretaria do Conſelho Ultramarino. Lisboa, 10 de Abril de 1755.

*Joaquim Miguel Lopes de Lavre.*

*Franciſco Luiz da Cunha de Ataide.*

Foi publicado eſte Alvará de Ley na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 12 de Abril de 1755.

*Dom Sebaſtiaõ Maldonado.*

Regiſtado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das Leys a fol. 83. Lisboa, 14 de Abril de 1755.

*Rodrigo Xavier Alvares de Moura.*

*Theodoſio de Cobellos Pereira* o fez.

**ANEXO H -** Lei de 06 de junho de 1755

S.C. 1193//51A.



Num. II.

DOM JOSEPH POR GRAÇA DE DEOS REY de Portugal, e dos Algarves dáquem, e dálem mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquiſta, navegaçaõ, e commercio de Ethiopia, Arabia, Perſia, e da India, &c. Faço ſaber aos que eſta Ley virem, que, mandando examinar pelas peſſoas do meu Concelho, e por outros Miniſtros doutos, e zeloſos do ſerviço de Deos, e meu, e do bem commum dos meus Vaſſallos, que me pareceo conſultar, as verdadeiras cauſas com que deſde ò deſcobrimento do Graõ Pará, e Maranhaõ até agora naõ ſó ſe naõ tem multiplicado, e civilizado os Indios daquelle Eſtado; deſterrando-ſe delle a barbaridade, e o gentiliſmo, e propagando-ſe a doutrina Chriſtãa, e o numero dos Fiéis allumiádos da luz do Evangelho; mas antes pelo contrario todos quantos Indios ſe deſceraõ dos Sertoens para as Aldeas em lugar de propagarem, e proſperarem nellas de ſorte, que as ſuas cõmodidades, e fortunas ſerviſſem de eſtimulo aos que vivem diſperſos pelos matos para virem buſcar nas povoaçoens pelo meio das felicidades temporaes o maior fim da bemaventurança eterna, unindo-ſe ao gremio da Santa Madre Igreja ſe tem viſto muito diverſamente, que, havendo deſcido muitos milhoens de Indios, ſe foraõ ſempre extinguindo de modo, que he muito pequeno o numero das povoaçoens, e dos moradores dellas; vivendo ainda eſſes poucos em taõ grande miſeria, que em vez de convidarem, e animarem os outros Indios barbaros a que os imitem, lhes ſervem de eſcandalo para ſe internarem nas ſuas habitaçoens ſilveſtres com lamentavel prejuizo da ſalvaçaõ das ſuas Almas, e grave damno do meſmo Eſtado, naõ tendo os habitantes delle quem os ſirva, e ajude para colherem na cultura das terras os muitos, e precioſos frutos em que ellas abundaõ: Foi aſſentado por todos os votos, que a cauſa, que tem produzido taõ prenicioſos effeitos, conſiſtio, e conſiſte ainda em ſe naõ haverem ſuſtentado efficazmente os ditos Indios na liberdade, que a ſeu favor foi declarada pelos Summos Pontifices, e pelos Senhores Reys meus predeceſſores, obſervando-ſe no ſeu genuino ſentido as Leys por elles promulgadas ſobre eſta materia nos annos de mil e quinhentos e ſetenta, mil e quinhentos oitenta e ſete, mil e quinhentos noventa e ſinco, mil ſeiſcentos e nove, mil e ſeiſcentos e onze, mil ſeiſcentos quarenta e ſete, mil e ſeiſcentos ſincoenta e ſinco: cavillando-ſe ſempre

pela cubiça dos intereſſes particulares as diſpoſiçoens deſtas Leys ; até que ſobre eſte claro conhecimento, e ſobre a experiencia do que havia paſſado a reſpeito dellas, eſtabeleceo ElRey meu Senhor, e Avô, no primeiro de Abril de mil e ſeiſcentos e oitenta ( para de huma vez obviar a taõ perniciosas fraudes ) a Ley, cujo teôr he o ſeguinte.

## *Ley do primeiro de Abril de mil ſeiscentos e oitenta.*

„ DOm Pedro Principe de Portugal, e dos Algarves como Regente, e ſucceſtor deſtes Reinos &c. Faço ſaber aos que „ eſta Ley virem, que ſendo informado ElRey meu Senhor, e Pay „ que Deos tem, dos injuſtos cativeiros, a que os moradores do „ Eſtado do Maranhaõ por meios illicitos reduziaõ os Indios del- „ le, e dos graves damnos, exceſſos, e offenſas de Deos, que „ para eſte fim ſe cõmettiaõ, fez huma Ley neſta Cidade de Lis- „ boa em nove de Abril de mil ſeiſcentos ſincoenta e ſinco, em „ que prohibio os ditos cativeiros, exceptuando quatro caſos, em „ que de Direito eraõ juſtos, e licitos; a ſaber quando foſſem to- „ mados em juſta guerra, que os Portuguezes lhes moveſſem, in- „ trevindo as circumſtancias na dita Ley declaradas; ou quando „ impediſſem á prégaçaõ Evangelica, ou quando eſtiveſſem prezos „ á corda para ſerem comidos; ou quando foſſem remdidos por „ outros Indios, que os houveſſem tomado em guerra juſta, exa- „ minando-ſe a juſtiça della na fórma ordenada na dita Ley. E „ por naõ haver ſido efficaz eſte remedio, nem o de outras Leys „ antecedentes do anno de mil e quinhentos e ſetenta, mil qui- „ nhentos oitenta e ſete, mil quinhentos noventa e ſinco, mil ſeiſ- „ centos ſincoenta e dous, mil ſeiſcentos ſincoenta e tres, com que „ o dito Senhor Rey meu Pay, e outros Reys ſeus predeceſſores „ procuraraõ atalhar eſte damno; antes ſe haver continuado até „ o preſente com grave eſcandalo, e exceſſos contra o ſerviço de „ Deos, e meu; impedindo-ſe por eſta cauſa a converſaõ daquella „ gentilidade, que deſejo promover, e adiantar, o que deve ſer, e „ he o meu primeiro cuidado; tendo moſtrado a experiencia que, „ ſuppoſto ſejaõ licitos os cativeiros por juſtas razoens de Direi- „ to nos caſos exceptuados na dita ultima Ley de ſeiſcentos ſin- „ coenta e ſinco, e nas anteriores, com tudo que ſaõ de maior

„ pon-

„ ponderaçaõ as razoens que ha em contrario para os prohibir em Num. II.
„ todo o caſo, ſerrando a porta aos pretextos ſimulaçoens, e dó-
„ los com que a malicia abuſando dos caſos, em que os cativeiros
„ ſaõ juſtos, introduz os injuſtos, enlaçando-ſe as conſciencias,
„ naõ ſómente em privar da liberdade aquelles a quem a com-
„ municou a natureza, e que por Direito natural, e poſitivo ſaõ
„ verdadeiramente livres; mas tambem nos meios illicitos de que
„ uſaõ para eſte fim: Deſejando reparar taõ graves damnos, e
„ inconvenientes, e principalmente facilitar a converſaõ daquel-
„ les Gentios, e pelo que convém ao bom governo, tranquillida-
„ de, e conſervaçaõ daquelle Eſtado, com parecer dos do meu
„ Conſelho, ponderada eſta materia com a madureza, que pedia
„ a importancia della; e examinando-ſe as Leys antigas, e as que
„ eſpecialmente ſobre eſte particular ſe eſtabeleceraõ para o Eſta-
„ do do Braſil, onde por muitos annos ſe experimentaraõ os
„ meſmos damnos, e inconvenientes, que ainda hoje duraõ, e ſe
„ ſentem no do Maranhaõ: Houve por bem mandar fazer eſta
„ Ley, conformando-me com a antiga de trinta de Julho de ſeis-
„ centos e nove, e com a Proviſaõ que nella ſe refere de ſinco de
„ Julho de ſeiſcentos e ſinco paſſadas para todo o Eſtado do Bra-
„ ſil. E renovando a ſua diſpoſiçaõ ordeno, e mando que da qui
„ em diante ſe naõ poſſa cativar Indio algum do dito Eſtado em
„ nenhum caſo, nem ainda nos exceptuados nas ditas Leys, q̃ Hei
„ por derogadas, como ſe dellas, e das ſuas palavras fizera expreſ-
„ ſa, e declarada mençaõ, ficando no mais em ſeu vigor: e ſucce-
„ dendo que algũa peſſoa, de qualquer condiçaõ, e qualidade que
„ ſeja, cative, e mande cativar algũ Indio publica ou ſecretamen-
„ te, por qualquer titulo, ou pretexto que ſeja, o Ouvidor geral
„ do dito Eſtado o prenda, e tenha a bom recato, ſem neſte caſo
„ conceder Homenagem, Alvará de fiança, ou fiéis Carcerei-
„ ros; e com os autos, que formar, o remetta a eſte Reino en-
„ tregue ao Capitaõ, ou Meſtre do primeiro Navio, que para
„ elle vier, para neſta Cidade o entregar no Limoeiro della, e
„ me dar conta para o mandar caſtigar como me parecer. E
„ tanto que o dito Ouvidor geral lhe conſtar do dito cativeiro
„ porá logo em ſua liberdade o dito Indio, ou Indios, mandan-
„ do-os para qualquer das Aldeas dos Indios Catholicos, e livres,
„ que elle quizer. E para me ſer mais facilmente preſente ſe eſta
„ Ley ſe obſerva inteiramente: Mando que o Biſpo, e Governa-
„ dor daquelle Eſtado, e os Prelados das Religioens delle, e os

„ Parocos das Aldeas dos Indios, me dem conta pelo Conſelho
„ Ultramarino, e Junta das Miſſoens dos tranſgreſſores, que hou-
„ ver da dita Ley, e de tudo o que neſta materia tiverem noticia,
„ e for conveniente para a ſua obſervancia. E ſuccedendo mover-
„ ſe a guerra defenſiva, ou offenſiva a alguma Naçaõ dos Indios
„ do dito Eſtado nos caſos, e termos, em que por minhas Leys, e
„ ordens he permittido; os Indios, que na tal guerra forem toma-
„ dos, ficaráõ ſómente prizioneiros como ficaõ as peſſoas que ſe
„ tomaõ nas guerras de Europa, e ſómente o Governador os re-
„ partirá como lhe parecer mais conviniente ao bem, ſeguran-
„ ça do Eſtado, pondo-os nas Aldeas dos Indios livres Catholi-
„ cos, onde ſe poſſaõ reduzir á Fé, e ſervir o meſmo Eſtado, e
„ comſervarem-ſe na ſua liberdade, e com o bom tratamento, que
„ por ordens repetidas eſtá mandado, e de novo mando, e encom-
„ mendo ſe lhe dê em tudo, ſendo ſeveramente caſtigado quem
„ lhes fizer qualquer vexaçaõ, e com maior rigor os que lhas fi-
„ zerem no tempo em que delles ſe ſervirem por ſe lhes darem
„ na repartiçaõ. Pelo que mando aos Governadores, e Capitaens
„ móres, Officiaes da Camera e mais Miniſtros do Eſtado do Ma-
„ ranhaõ, de qualquer qualidade, e condiçaõ que ſejaõ, a todos
„ em geral, e a cada hum em particular, cumpraõ, e guardem
„ eſta Ley, que ſe regiſtarà nas Cameras do dito Eſtado; e por
„ ella Hei por derogadas naõ ſómente as ſobreditas Leys, como
„ aſſima fica referido; mas todas as mais, e quaeſquer Regimen-
„ tos, e Ordens, que haja em contrario ao diſpoſto neſta, que
„ ſómente quero que valha, tenha força, e vigor, como nella ſe
„ contém, ſem embargo de naõ ſer paſſada pela Chancellaria, e
„ das Ordenaçoens, e Regimentos em contrario. Lisboa, o pri-
„ meiro de Abril de mil ſeiſcentos e oitenta.

## PRINCIPE.

E porque o tempo foi cada dia fazendo mais notorias, e mais demonſtrativas as juſtiſſimas cauſas, em que ſe eſtabeleceo eſta Ley para reſtituir aos Indios a ſua antiga, e natural liberdade, fechando a porta ás impiedades, e ás malicias, com que debaixo do pretexto dos caſos, em que antes, e depois della, ſe permittio o cativeiro ſe faziaõ eſcravos os referidos Indios, ſem mais razaõ, que a cubiça, e a força dos que os cativavaõ, e a ruſticidade, e fraqueza dos chamados cativos: Sou ſervido, com o parecer das meſ-

meſmas Peſſoas, e Miniſtros, derogar, e annullar; como por eſta derogo, e annullo todas as Leys, Regimentos, Reſoluçoens, e ordens que deſde o deſcobrimento das ſobreditas Capitanías do Graõ Pará, e Maranhaõ até o preſente dia permittiraõ, ainda em certos caſos particulares, a eſcravidaõ dos referidos Indios, e no mais em que a eſta Ley forem contrarias, para neſta parte ſómente ficarem derogadas, e caſſadas, como ſe da ſubſtancia de cada huma dellas fizeſſe aqui expreſſa, e eſpecial menção, ſem embargo da Ordenaçaõ do livro ſegundo, titulo quarenta e quatro em contrario: Renovando, e excitando a inteira, e inviolavel obſervancia da ſobredita Ley aſſima trasladada, e iſto com as ampliaçoens, declaraçoens, e reſtricçoens, que ao diante ſe ſeguem.

Por obviar mais efficazmente as calamidades, que ſe tem ſeguido da eſcravidaõ; e por cortar de huma vez todas as raizes, e apparencias della: Ordeno que nos Indios, que ao tempo da publicaçaõ deſta ſe acharem dados por repartiçaõ, ou ainda por adminiſtraçaõ, ſe obſervem as diſpoſiçoens do Alvará de dez de Novembro de mil ſeiſcentos e quarenta e ſete: cujo teor he o ſeguinte.

## *Ley de dez de Novembro de mil ſeiſcentos quarenta e ſete,*

„ EU ElRey faço ſaber aos que eſte Alvará virem, que, tendo
„ conſideraçaõ ao grande prejuizo, que ſe ſegue ao ſerviço
„ de Deos, e meu, e ao augmento do Eſtado do Maranhaõ,
„ de ſe darem por adminſtraçaõ os Gentios, e Indios daquelle Eſ-
„ tado, por quanto os Portuguezes, a quem ſe daõ eſtas adminiſtra-
„ çoens, uſaõ taõ mal dellas, que os Indios, que eſtaõ debaixo
„ das meſmas adminiſtraçoens, em breves dias de ſerviço ou
„ morrerem á pura fome, e exceſſivo trabalho, ou fogem pela ter-
„ ra dentro, onde a poucas jornadas perecem, tendo por eſta
„ cauſa perecido, e acabado innumeravel gentio no Maranhaõ,
„ Pará, e em outras partes do Eſtado do Braſil: Pelo que Hei
„ por bem mandar declarar por Ley ( como por eſta faço, e co-
„ mo o declararaõ já os Senhores Reys deſte Reino, e os Sum-
„ mos Pontifices ) que os Gentios ſaõ livres, e que naõ haja ad-
„ miniſtradores, nem adminiſtraçaõ, havendo pornullas, e de
„ nenhum effeito todas as que eſtiverem dadas, de modo que naõ
„ haja memoria dellas; e que os Indios poſſaõ livremente ſervir,



„ e tra-

„ e trabalhar com quem bem lhes eſtiver, e melhor lhes pagar ſeu „ trabalho. Pelo que mando ao Governador do dito Eſtado do Ma„ ranhaõ, e a todos os mais Miniſtros delle, de Juſtiça, Gucrra, „ e Fazenda, á todos em geral, e a cada hum em particular, e „ aos Officiaes das Cameras do meſmo Eſtado, que neſta confor„ midade cumpraõ, e guardem eſte Alvará, fazendo publicar em „ todas as Capitanías, Villas, e Cidades, que os Indios ſaõ li„ vres, naõ conſentindo outro ſim, que haja Adminiſtradores, „ nem adminiſtraçaõ, havendo por nullas, e de nenhum effeito „ todas as que tiverem dadas, na fórma que aſſima ſe refere; por„ que aſſim o Hei por bem. E eſte quero que valha como Carta, „ ſem embargo da Ordenaçaõ do ſegundo livro, titulo quarenta em „ contrario. Manoel Antunes o fez em Lisboa a dez de Novem„ bro de mil ſeiſcentos quarenta e ſete: e eſte vai por duas vias.

REY.

Declarando-ſe por Editaes póſtos nos lugares publicos das Cidades de Belem do Graõ Pará, e de S. Luiz do Maranhaõ, que os ſobreditos Indios como livres, e izentos de toda a eſcravidaõ pódem diſpor das ſuas peſſoas, e bens como melhor lhes parecer, ſem outra ſujeiçaõ temporal, que naõ ſeja a que devem ter ás minhas Leys, para á ſombra dellas viverem na paz, e uniaõ Chriſtãa, e na ſociedade Civîl, em que, mediante a Divina graça, procuro manter os Póvos, que Deos me confiou, nos quaes ficaraõ incorporados os referidos Indios ſem diſtincçaõ, ou excepçaõ alguma, para gozarem de todas as honras, privilegios, e liberdades, de que os meus Vaſſallos gozaõ actualmente conforme as ſuas reſpectivas graduaçoens, e cabedaes.

O que tudo ſe extenderá tambem aos Indios, que eſtiverem poſſuidos como eſcravos; obſervando-ſe a reſpeito delles inviolavelmente o Paragrafo nove da Ley de dez de Setembro de mil e ſeiſcentos e onze; cujo teor he o ſeguinte.

„ E por quanto ſou informado, que em tempo de alguns Go„ vernadores paſſados daquelle Eſtado ſe cativaraõ muitos Gen„ tios contra a fórma das Leys de ElRey meu Senhor, e Pay, e „ do Senhor Rey D. Sebaſtiaõ meu Primo, que Deos tem, e prin„ cipalmente nas terras de Jaguaribe: Hei por bem, e mando que „ aſſim os ditos Gentios, como outros quaeſquer, que até á publi„ caçaõ deſta Ley forem cativos, ſejaõ todos livres, e póſtos em

„ ſua

„ ſua liberdade; e ſe tirem do poder de quaeſquer peſſoas, em cu-
„ jo poder eſtiverem, ſem replica, nem dilaçaõ, nem ſerem ou-
„ vidos com embargos, nem acçaõ alguma, de quarquer quali-
„ dade, e materia que ſejaõ, e ſem ſe lhes admittir appellaçaõ,
„ nem aggravo, poſto que alleguem eſtarem delles de poſſe, e
„ que os compraraõ, e por ſentenças lhes foraõ julgados por cati-
„ vos: por quanto por eſta declaro as ditas vendas, e ſentenças
„ por nullas: ficando reſguardada ſua juſtiça aos compradores
„ contra os que lhos venderaõ: e dos ditos Gentios ſe faraõ tam-
„ bem as Aldeas, que forem neceſſarias; e aſſim nellas, como nas
„ mais, que já houver, e eſtaõ domeſticas, ſe terá a meſma or-
„ dem, e governo, que por eſta ſe ordena haja nas mais, que de
„ novo ſe fizerem.

Deſta geral diſpoſiçaõ exceptuo ſómente os oriundos de pretas eſcravas, os quaes ſeraõ conſervados no dominio dos ſeus actuaes ſenhores, em quanto Eu naõ der outra providencia ſobre eſta materia.

Porém para que com o pretexto dos ſobreditos deſcendentes de pretas eſcravas, ſe naõ retenhaõ ainda no cativeiro os Indios que ſaõ livres: eſtabeleço que o beneficio dos Editaes aſſima ordenados ſe extenda a todos os que ſe acharem reputados por Indios, ou que taes parecerem, para que todos eſtes ſejaõ havidos por livres ſem a dependencia de mais prova, do que a pleniſſima que a ſeu favor reſulta da preſumpçaõ de Direito Divino, Natural, e Poſitivo, que eſtá pela liberdade, em quanto por outras provas tambem pleniſſimas, e taes, que ſejaõ baſtantes para illudirem a dita preſumpçaõ conforme o Direito, ſe naõ moſtrar que effectivamente ſaõ eſcravos na ſobredita fórma: incumbindo ſempre o encargo da prova aos que requerem contra a liberdade, ainda ſendo Reos.

O que nos caſos occurrentes ſe julgará breve, ſummariamente, e de plano pela verdade ſabida em huma ſó inſtancia. Para ella ſeraõ preparados os autos pelos Ouvidores geraes nas ſuas reſpectivas juriſdicçoens, e os proporáõ em Junta, a que aſſiſtiráõ o Prelado Dieceſano, ou o Miniſtro que elle deputar no ſeu lugar para eſte effeito, o Governador; os quatro Prelados maiores das Miſſoens da Companhia de JESUS, de noſſa Senhora do Monte do Carmo, dos Religioſos Capuchos da Provincia de Santo Antonio, e de noſſa Senhora das Mercês, o dito Ouvidor geral, o Juiz de fóra, e o Procurador dos Indios: Vencendo-ſe pela pluralidade de votos cõtra a liberdade: e baſtando a favor della, que ſejaõ iguaes os meſ-

mos

mos votos: os quaes em nenhum caſo ſe poderaõ dar ſem que eſtejaõ preſentes os Vogaes aſſima referidos, ou as peſſoas que ſeus lugares ſervirem; a menos que ſe naõ eſcuſem, ſendo advertidos, para o referido acto, com recado por eſcrito; porque eſcuſando-ſe algum, ou alguns delles, por ſe acharem impedidos, ſe autuará a eſcuſa, e ſe expedirá ſempre a cauſa com os que eſtiverem preſentes, com tanto que haja ſempre tres votos conformes para ſe vencer a deciſaõ. E das ſentenças, proferidas na ſobredita fórma, naõ poderá haver appellaçaõ ſuſpenſiva, que retarde a ſua execuça; nem outro algum recurſo, que naõ ſeja devolutivo, interpondo-ſe para o Tribunal da Meza da Conſciencia, e Ordens, onde eſtas cauſas ſeraõ ſentenceadas na ſobredita fórma; com preferencia a quaeſquer outras, como convém para o ſerviço de Deos, e meu, em huma materia taõ grave, e delicada, que involve em ſi os bens eſpirituaes, e temporaes daquelle Eſtado.

E para que os moradores delle poſſaõ achar quem lhes faça as ſuas obras, e lhes cultive as ſuas terras ainda dentro nellas, ſem a dependencia de mandarem vir obreiros, e trabalhadores de fóra, e os Indios naturaes do Paiz poſſaõ tambẽ achar a ſua conveniencia em ſe applicarem ás referidas obras, e ſerviços; fazendo aſſim huns aos outros aquelles reciprocos intereſſes, em que conſiſtem o eſtabelecimento, o augmento, a multiplicaçaõ, e a proſperidade de todos os Póvos civilizados, e polidos; nos quaes ſempre creſce o numero dos operarios á proporçaõ das lavouras, e das manufacturas, que nelles ſe cultivaõ: Hei por bem, que, logo que eſta ſe publicar na Cidade de Belem do Graõ Pará, o Governador, e Capitaõ General daquelle Eſtado, ou quem ſeu cargo ſervir, convocando a Junta os Miniſtros Letrados daquella Capital, e ouvindo o Governador, e Miniſtros da Cidade de S. Luis do Maranhaõ, com acordo das duas reſpectivas Cameras, eſtabeleça aos ſobreditos Indios os jornaes competentes para ſe alimentarem, e veſtirem ſegundo as ſuas differentes profiſſoens; conformando-ſe com o que a eſte reſpeito ſe pratica neſtes Reinos, e nos mais da Europa, em quanto os preços cõmuns do meſmo Eſtado pûderem premitillos; e ſervindo para eſte effeito de regras os exemplos ſeguintes: Primeiro exemplo, ſe em Lisboa cuſta o ſuſtento de hum homem de trabalho hum toſtaõ, e he por iſſo de dous toſtões o jornal de hum trabalhador; a eſta imitaçaõ ſe deve taxar a cada Indio de ſerviço por jornal o dobro do que lhe he preciſo para o diario ſuſtento regulado pelos preços da terra: Segundo exemplo, ſe hum artifice ganha

em

em Lisboa tres toſtoens por dia, e hum trabalhador ſómente dous toſtoens, a eſta imitaçaõ ſe taxará aos artifices do referido Eſtado ametade mais do jornal, que ſe houver arbitrado aos trabalhadores Num. II.

Todos os referidos jornaes ſeraõ pagos por ferias nos Sabbados de cada ſemana, cobrando-ſe aſſim nas quintas em q̃ houverem ſido taxados, ou em panno ou em ferramenta, ou em dinheiro, como melhor lhe parecer aos que os gauharem; procedendo-ſe por elles verbal, e executivamente, como já foi declarado por Alvará de doze de Novembro de mil ſeiſcentos quarenta e ſete; e obſervando-ſe as ſobreditas taxas ſem embargo do dito Alvará; do Capitulo quarenta e oito do antigo Regimento; dos outro Alvarás, de vinte nove de Setembro de mil ſeiſcentos quarenta e oito, e doze de Julho de mil ſeiſcentos ſincoenta e ſeis, e de todas as mais diſpoſições, e taxas até agora eſtabelecidas, as quaes todas Hei tambem neſta parte por derogadas como ſe dellas fizeſſe eſpecial menção, naõ obſtãte a Ordenaçaõ do livro ſegundo titulo quarenta e quatro, e as mais diſpoſiçoens de Direito a ella ſimilhantes

porque naõ baſtaria para reſtabelecer, e adiantar o referido Eſtado, que os Indios foſſem reſtituidas á liberdade das ſuas peſſoas na ſobredita fórma, ſe com ella ſe lhes naõ reſtituiſſe tambem olivre uſo dos ſeus bens, que até agora ſe lhes impedio com manifeſta violencia: Ordeno que a eſte reſpeito ſe execute logo a diſpoſiçaõ do paragrafo quarenta do Alvará do primeiro de Abril de mil ſeiſcentos e oitenta: cujo teor he o ſeguinte.

„ E para que os ditos Gentios, que aſſim deſcerem, e os mais „ que ha de preſente, melhor ſe conſervem nas Aldeas, Hei por „ bem, que ſejaõ ſenhores de ſuas fazendas, como o ſaõ no ſer„ taõ, ſem lhes poderem ſer tomadas nem ſobre ellas ſe lhes fa„ zer moleſtia. E o Governador com parecer dos ditos Religioſos „ aſſinará aos que deſcerem do Sertaõ lugares convenientes pa„ ra nelles lavrarem, e cultivarem, e naõ poderáõ ſer mudados „ dos ditos lugares contra ſua vontade; nem ſeraõ obrigados a pa„ gar foro, ou tributo algum das ditas terras, ainda que eſtejaõ „ dadas em Seſmarías a peſſoas particulares, porque na conceſ„ ſaõ deſtas ſe reſerva ſempre o prejuizo de terceiro, e muito mais „ ſe entende, e quero ſe entenda ſer reſervado o prejuizo, e di„ reito dos Indios, primarios, e naturaes ſenhores dellas.

Em obſervancia de cuja diſpoſiçaõ, que Hei por bem renovar, e mandar executar inviolavelmente, ſem maior dilaçaõ daquella, q̃ até agora houve em taõ importãte negocio, o meſmo Governador,

e Capi-

e Capitaõ General ou quem no seu lugar estiver, fazendo erigir em Villas as Aldeas, que tiverem o competente numero de Indios, e as mais pequenas em lugares, e repartir pelos mesmos Indios as terras adjacentes ás suas respectivas Aldeas: praticará nestas fundaçoens, e repartiçoens (em quanto for possivel) a politica que ordenei para a fundaçaõ da *Villa nova de S. Joseph do Rio Negro*: Sustentando se os Indios, a cujo favor se fizerem as ditas demarcações, no inteiro dominio, e pacifica posse das terras, que se lhes adjudicarem para gozarem dellas per si, e todos seus herdeiros: E sendo castigados os que, abusando da sua imbecillidade, os perturbarem nellas, e na sua cultura, com toda a severidade, que as Leys permittirem.

E porque sendo o meu principal intento dilatar a prégaçaõ do Santo Evagelho, procurar trazer ao gremio da Igreja aquelle numeroso Paganismo; e muitas das Naçoens daquelles Gentios estaõ em partes mui remotas, vivendo nas trévas da ignorancia, e difficultosamente se persuadiraõ a descer para as Povoações, que até agora se achaõ estabelecidas para que ainda no interior dos Sertoens lhes naõ falte o Pasto espiritual: Hei por bem que nelle sejaõ aldeados na sobredita fórma; levantando-se Igrejas, e convocando-se Missionarios, que instruaõ os ditos Indios na Fé, e os concervem nella.

E havendo mostrado a experiencia de tantos annos, que este meu primeiro fim se naõ conseguirá nunca se naõ for pelo proprio, e efficaz meio de se civilizarem estes Indios; sendo ao mesmo passo exhortados, e animados a cultivarem as terras; para que, aproveitando-se dos frutos, e drogas, que ellas produzem, e cõmutando-as com os habitantes dos lugares maritimos pela facilidade, que para isso lhes daõ os rios, possaõ na frequencia desta comumicaçaõ deixar seus barbaros costumes; com o que, além da utilidade espiritual, e temporal dos sobreditos Indios silvestres, crescerá o commercio da quelle Estado com grande conveniencia dos moradores delle; tẽdo entre outras as de q̃ por este modo se serviráõ os ditos moradores dos Indios mais remotos para consegirem os frutos, e as drogas do Sertaõ, sem o trabalho, e dispezas das navegaçoens, que até agora faziaõ para transportarem os referidos generos agrestes, e incultos de partes mui distantes; e de que assim conservaráõ os outros Indios vizinhos das Aldeas dentro nellas, valendo se delles para o serviço das suas lavouras, e obras, sem consumirem nas viagens do Sertaõ, como até agora succedia: Hei outro sim por bem, que o sobredito Governador, e Capitaõ General, e os que lhe succederem, appliquem tambẽ hum exacto cuidado na instrucçaõ civil dos

rese-

referidos Indios, que forem aldeados nos Sertoens, fazendo-lhes Num. II.
conſervar as libredades das ſuas peſſoas, bens, e cõmercio: e naõ premittindo que eſte lhes ſeja interrompido, ou uſurpado debaixo de qualquer titulo, ou pretexto pro mais eſpecioſo que ſeja: e recõmendando aos Miſſionarios, e ordenando aos Miniſtros ſeculares, que lhes dem conta das violencias que ſe fizerem aos ditos reſpeitos, para ſe proceder logo contra os que as houverem feito com o prompto caſtigo que requer a gravidade da materia.

Pelo que mando aos Capitaens Generaes, Governadores, Miniſtros, e Officiaes de Guerra, e das Cameras do Eſtado do Graõ Pará, e Maranhaõ, de qualquer qualidade, e condiçaõ que ſejaõ, a todos em geral, e a cada hum em particular, cumpraõ, e guardem eſta Ley, que ſe regiſtará nas Cameras do dito Eſtado; e por ella Hei por derogadas naõ ſómente as Leys aſſima indicadas, e referidas, mas tambem todas as mais, e quaeſquer Regimentos, e Ordens, que haja em contrario ao diſpoſto neſta, que ſómente quero que valha, e tenha força, e vigor como nella ſe contém, ſem embargo de naõ ſer paſſada pela Chancellaria, e das Ordenaçoens do livro ſegundo, titulo trinta e nove, quarenta, quarenta e quatro, e Regimento em contrario. Liſboa a ſeis de Junho de mil e ſetecentos ſincoenta e ſinco.

# REY.

*Sebaſtiaõ Joſeph de Carvalho e Mello.*

*Ley*

LEy, *porque V. Mageſtade ha por bem reſtituir aos Indios do Graõ Pará, e Maranhaõ a liberdade das ſuas peſſoas, e bens, e commercio: na forma que nella ſe declara.*

Para V. Mageſtade ver.

*Manoel Gomes de Almeida* a fez.

Regiſtada na Secretaria de Eſtado dos Negocios extrangeiros, e da Guerra, no livro primeiro da Companhia do Graõ Pará, e Maranhaõ.

**ANEXO I -** Alvará com Força de Lei de 07 de unho de 1755

S.C. 1193/1521

EU ELREY. Faço ſaber aos que eſte Alvará com força de Ley virem, que, havendo reſtituido aos Indios do Graõ Pará, e Maranhaõ a liberdade das ſuas peſſoas, bens, e commercio, por huma Ley da meſma Data deſte; a qual nem ſe poderia reduzir á ſua devida execuçaõ, nem os Indios á completa liberdade, de que dependem os grandes bens eſpirituaes, e politicos, que conſtituiraõ as cauſas finaes da dita Ley, ſe ao meſmo tempo ſe naõ eſtabeleceſſe para reger os ſobreditos Indios huma fórma de governo temporal, que, ſendo certa, e invariavel, ſe accommodaſſe aos ſeus coſtumes, quanto poſſivel foſſe, no que he licito, e honeſto; porque aſſim ſeraõ mais facilmente attrahidos a receber a Fé, e a ſe metterem no gremio da Igreja: Tendo conſideraçaõ ao referido, a que ſendo prohibido por Direito Canonico a todos os Eccleſiaſticos, como Miniſtros de Deos, e da ſua Igreja, miſturarem-ſe no governo ſecular, que como tal he inteiramente alheio das obrigações do Sacerdocio; e a que ligando eſta prohibiçaõ muito mais urgentemente os Parochos das Miſsões de todas as Ordens Religioſas; e contendo muito maior aperto para inhibirem, aſſim os Religioſos da Companhia de JESUS, que por força de voto ſaõ incapazes de exercitarem no foro externo até a meſma juriſdicçaõ Eccleſiaſtica, como os Religioſos Capuchos, cuja indiſpenſavel humildade ſe faz incompativel com o imperio da juriſdicçaõ civil, e criminal; nem Deos ſe poderia ſervir de que as referidas prohibições expreſſas nos ſagrados Canones, e Conſtituições Apoſtolicas, de que Sou Protector nos meus Reinos, e Dominios, para ſuſtentar a ſua obſervancia, a naõ tiveſſem por mais tempo depois de me haver ſido preſente todo o ſobredito, nem aquelle Eſtado poude até agora, nem poderia nunca, ainda naturalmente, proſperar entre huma taõ deſuſada, e impraticavel confuſaõ de juriſdicções taõ incompativeis, como o ſaõ a eſpiritual, e temporal, ſeguindo-ſe de tudo a falta de adminiſtraçaõ de Juſtiça, ſem a qual naõ ha Povo, que poſſa ſubſiſtir: Sou ſervido com o parecer das peſſoas do meu Conſelho, e outros Miniſtros doutos, e zeloſos do ſerviço de Deos, e meu,

que

que me parceeo ouvir neſta materia, derogar, e caſſar o Capitulo primeiro do Regimento dado para o referido Eſtado em vinte e hum de Dezembro de mil ſeiſcentos oitenta e ſeis, e todos os mais Capitulos, Leys, Reſoluções, e Ordens, quaeſquer que ellas ſejaõ, que directa, ou indirectamente forem contrarias ás ſobreditas Diſpoſições Canonicas, e Conſtituições Apoſtolicas, e que contra o nellas diſpoſto, e neſte ordenado, permittiraõ aos Miſſionarios ingerirem-ſe no governo temporal, de que ſaõ incapazes: Abolindo as ſobreditas Leys, Reſoluçõcs, e Ordens, e havendo-as por derogadas, e de nenhum effeito, como ſe de todas, e cada huma dellas fizeſſe aqui eſpecial mençaõ, ſem embargo da Ordenaçaõ do livro ſegundo, titulo quarenta e quatro em contrario: E renovando para ter a ſua inteira, e inviolavel obſervancia a Ley eſtabelecida ſobre eſta materia em doze de Setembro de mil ſeiſcentos e ſeſſenta e tres em quanto ordena o ſeguite.

» EU ELREY. Faço ſaber aos que eſta minha Proviſaõ em fórma de Ley virem, que, por ſe haverem movido grandes duvidas entre os moradores do Maranhaõ, e os Religioſos da Companhia, ſobre a fórma, em que adminiſtravaõ os » Indios daquelle Eſtado em ordem á Proviſaõ, que ſe paſſou em ſeu favor no anno de ſeiſcentos cincoenta e cinco, » das quaes reſultaraõ os tumultos, e exceſſos paſſados, originado tudo das grandes vexações, que padeciaõ, por ſe » naõ praticar a Ley, que ſe tinha paſſado no anno de ſeiſcentos cincoenta e tres, em tanto, que chegaraõ a ſer expulſos os ditos Religioſos de ſuas Igrejas, e Miſsões, ao » exercicio das quaes he muito convenicnte, que tornem a » ſer admittidos, viſto naõ haver cauſa, que obrigue a privallos dellas, antes muitas para que ſeu ſanto zelo ſeja alli » neceſſario: E deſejando Eu atalhar a taõ grandes inconvenientes, e que meus Vaſſallos logrem toda a paz, e quietaçaõ que he juſto: Hey por bem declarar, que aſſim dos » ditos Religioſos da Companhia, como os de outra qualquer Religiaõ, naõ tenhaõ juriſdicçaõ alguma temporal ſo-

» bre

» bre o governo dos Indios; e que a eſpiritual a tenhaõ tám-
» bem os mais Religioſos, que aſſiſtem, e reſidem naquelle
» Eſtado; por ſer juſto que todos ſejaõ Obreiros da Vinha
» do Senhor; e que o Prelado ordinario com os das Reli-
» giões poſſaõ eſcolher os Religioſos dellas, que mais ſuffi-
» cientes lhes parecerem, e encommendar-lhes as Paroquias,
» e a cura das almas do Gentio daquellas Aldêas; os quaes
» poderáõ ſer removidos todas as vezes, que parecer conve-
» niente; e que nenhuma Religiaõ poſſa ter Aldêas proprias
» de Indios forros de adminiſtraçaõ: Os quaes no temporal
» poderáõ ſer governados pelos ſeus principaes, que houver
» em cada Aldêa: E quando haja queixas delles cauſadas dos
» meſmos Indios, as poderáõ fazer aos meus Governadores,
» Miniſtros, e Juſtiças daquelle Eſtado, como o fazem os
» mais Vaſſallos delle.

A qual diſpoſiçaõ Sou ſervido renovar, e reſtituir á ſua inteira, e inviolavel obſervancia na ſobredita fórma: Ordenando que nas Villas ſejaõ preferidos para Juizes ordinarios, Vereadores, e Officiaes de Juſtiça, os Indios naturaes dellas, e dos ſeus reſpectivos deſtrictos em quanto os houver idoneos para os referidos cargos: e que as Aldêas independentes das ditas Villas ſejaõ governadas pelos ſeus reſpectivos principaes, tendo eſtes por ſubalternos os Sargentos móres, Capitães, Alferes, e Meirinhos das ſuas Nações, que foraõ inſtituidos para os governarem: recorrendo as partes, que ſe conſiderarem gravadas, aos meſmos Governadores, e Miniſtros de Juſtiça, para lha adminiſtrarem na conformidade das minhas Leys, e Ordens expedidas para aquelle Eſtado.

Pelo que: Mando aos Capitães Generaes, Governadores, Miniſtros, e Officiaes de Guerra, e das Camaras do Eſtado do Graõ Pará, e Maranhaõ, de qualquer qualidade; e condiçaõ que ſejaõ, a todos em geral, e a cada hum em particular, cumpraõ, e guardem eſta Ley, que ſe regiſtará nas Camaras do dito Eſtado, e por ella Hei por derogadas todas as Leys, Regimentos, e Ordens, que haja em contrario ao diſpoſto neſta, que ſómente quero que valha, e tenha força, e vigor, como nella ſe contém, ſem embargo de naõ ſer paſ-

ſa-

ſada pela Chancellaria, e das Ordenações do livro ſegundo titulo trinta e nove, quarenta, quarenta e quatro, e Regimento em contrário. Lisboa, a ſete de Junho de mil ſetecentos cincoenta e cinco.

# REY

*Sebaſtiaõ Joſé de Carvalho e Mello*

*ALvará com força de Ley, por que Voſſa Mageſtade ha por bem renovar a inteira, e inviolavel obſervancia da Ley de doze de Setembro de mil ſeiſcentos cincoenta e tres, em qúanto nella ſe eſtabelecco, que os Indios do Graõ Pará, e Maranhaõ ſejaõ governados no temporal pelos Governadores, Miniſtros, e pelos ſeus principaes, e Juſtiças ſeculares, com inhibiçaõ das adminiſtrações dos Regulares, derogando todas as Leys, Regimentos, Ordens, e Diſpoſições contrarias.*

Para V. Mageſtade ver.

*Antonio Joſé Galvaõ* o fez

Regiſtado na Secretaria de Eſtado dos Negocios eſtrangeiros, e de Guerra no livro primeiro da Companhia do Graõ Pará, e Maranhaõ.

Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

**ANEXO J – “**Directorio que se deve observar nas povoações dos Indios do Pará, Maranhão em quanto Sua Magestade naõ mandar o contrario”. De 03 de maio de 1757 e Alvará de Confirmação de 17 de agosto de 1758, que estende o Diretório ao Estado do Brasil



# DIRECTORIO,

QUE

SE DEVE OBSERVAR

NAS POVOAÇOENS DOS INDIOS

DO

PARÁ, E MARANHAÕ

Em quanto Sua Mageſtade naõ mandar o contrario.



LISBOA,

Na Officina de MIGUEL RODRIGUES,

Impreſſor do Eminentiſſimo Senhor Cardial Patriarca.

M. DCC. LVIII.

S.C.
299

# DIRECTORIO,

## QUE SE DEVE OBSERVAR NAS Povoaçoens dos Indios do Pará, e Maranhaõ em quanto Sua Mageſtade naõ mandar o contrario.

1 SENDO Sua Mageſtade ſervido pelo Alvará com força de Ley de 7 de Junho de 1755. abolir a adminiſtraçaõ Temporal, que os Regulares exercitavaõ nos Indios das Aldeas deſte Eſtado; mandando-as governar pelos ſeus reſpectivos Principáes, como eſtes pela laſtimoſa ruſticidade, e ignorancia, com que até agora foraõ educados, naõ tenhaõ a neceſſaria aptidaõ, que ſe requer para o Governo, ſem que haja quem os poſſa dirigir, propondo-lhes naõ ſó os meios da civilidade, mas da conveniencia, e perſuadindo-lhes os proprios dictames da racionalidade, de que viviaõ privados, para que o referido Alvará tenha a ſua devida execuçaõ, e ſe verifiquem as Reaes, e piiſſimas intençoens do dito Senhor, haverá em cada huma das ſobreditas Povoaçoens, em quanto os Indios naõ tiverem capacidade para ſe governarem, hum Director, que nomeará o Governador, e Capitaõ General do Eſtado, o qual deve ſer dotado de bons coſtumes, zelo, prudencia, verdade, ſciencia da lingua, e de todos os mais requiſitos neceſſarios para poder dirigir com acerto os referidos Indios debaixo das ordens, e determinações ſeguintes, que inviolavelmente ſe obſervaráõ em quanto Sua Mageſtade o houver aſſim por bem, e naõ mandar o contrario.

2 Havendo o dito Senhor declarado no mencionado Alvará, que os Indios exiſtentes nas Aldeas, que paſſarem a ſer Villas, ſejaõ governados no Temporal pelos Juizes Ordinarios, Vereadores, e mais Officiáes de Juſtiça; e das Aldeas

independentes das ditas Villas pelos seus respectivos Principaes: Como só ao Alto, e Soberano arbitrio do dito Senhor compete o dar jurisdicçaõ ampliando-a, ou limitando-a como lhe parecer justo, naõ poderáõ os sobreditos Directores em caso algum exercitar jurisdicçaõ coactiva nos Indios, mas unicamente a que pertence ao seu ministerio, que he a directiva; advertindo aos Juizes Ordinários, e aos Principáes, no caso de haver nelles alguma negligencia, ou descuido, a indispensavel obrigaçaõ, que tem por conta dos seus empregos, de castigar os delictos públicos com a severidade, que pedir a deformidade do insulto, e a circumstancia do escandalo; persuadindo-lhes, que na igualdade do premio, e do castigo, consiste o equilibrio da Justiça, e bom governo das Republicas. Vendo porém os Directores, que saõ infructuosas as suas advertencias, e que naõ basta a efficacia da sua direcçaõ para que os ditos Juizes Ordinários, e Principáes, castiguem exemplarmente os culpados; para que naõ aconteça, como regularmente succede, que a dissimulaçaõ dos delictos pequenos seja a causa de se cõmetterem culpas mayores, o participaráõ logo ao Governador do Estado, e Ministros de Justiça, que procederáõ nesta materia na fórma das Reaes Leys de S. Magestade, nas quaes recõmenda o mesmo Senhor, que nos castigos das referidas culpas se pratique toda aquella suavidade, e brandura, que as mesmas Leys permittirem, para que o horror do castigo os naõ obrigue a desamparar as suas Povoaçoens, tornando para os escandalosos erros da Gentilidade.

3 Naõ se podendo negar, que os Indios deste Estado se conservaráõ até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertoens, em que nascêraõ, praticando os pessimos, e abominaveis costumes do Paganismo, naõ só privados do verdadeiro conhecimento dos adoraveis mysterios da nossa Sagrada Religiaõ, mas até das mesmas conveniencias Temporáes, que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da Cultura, e do Commercio: E sendo evidente, que as paternáes providencias do Nosso Augusto Soberano, se dirigem unicamente a christianizar, e civilizar estes até agora infelices, e miseraveis Póvos, para que sahindo da ignorancia, e rusticidade, a que se achaõ reduzidos, possaõ ser uteis a si,

aos

aos moradores, e ao Eſtado: Eſtes dous virtuoſos, e importantes fins, que ſempre foi a heroica empreza do incomparavel zelo dos noſſos Catholicos, e Fideliſſimos Monarcas, ſeráõ o principal objecto da reflexaõ, e cuidado dos Directores.

4 Para ſe conſeguir pois o primeiro fim, qual he o chriſtianizar os Indios, deixando eſta materia, por ſer meramente eſpiritual, á exemplar vigilancia do Prelado deſta Dieceſe; recõmendo unicamente aos Directores, que da ſua parte dem todo o favor, e auxilio, para que as determinaçoens do dito Prelado reſpectivas á direcçaõ das Almas, tenhaõ a ſua devida execuçaõ; e que os Indios tratem aos ſeus Parocos com aquella veneraçaõ, e reſpeito, que ſe deve ao ſeu alto caracter, ſendo os meſmos Directores os primeiros, que com as exemplares acçoens da ſua vida lhes perſuadaõ a obſervancia deſte Paragrafo.

5 Em quanto porém á Civilidade dos Indios, a que ſe reduz a principal obrigaçaõ dos Directores, por ſer propria do ſeu miniſterio; empregaráõ eſtes hum eſpecialiſſimo cuidado em lhes perſuadir todos aquelles meios, que poſſaõ ſer conducentes a taõ util, e intereſſante fim, quaes ſaõ os que vou a referir.

6 Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquiſtáraõ novos Dominios, introduzir logo nos Póvos conquiſtados o ſeu proprio idiôma, por ſer indiſputavel, que eſte he hum dos meios mais efficazes para deſterrar dos Póvos ruſticos a barbaridade dos ſeus antigos coſtumes; e ter moſtrado a experiencia, que ao meſmo paſſo, que ſe introduz nelles o uſo da Lingua do Principe, que os conquiſtou, ſe lhes radica tambem o affecto, a veneraçaõ, e a obediencia ao meſmo Principe. Obſervando pois todas as Naçoens polîdas do Mundo eſte prudente, e ſólido ſyſtema, neſta Conquiſta ſe praticou tanto pelo contrário, que ſó cuidáraõ os primeiros Conquiſtadores eſtabelecer nella o uſo da Lingua, que chamaráõ geral; invençaõ verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Indios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permaneceſſem na ruſtica, e barbara ſujeiçaõ, em que até agora ſe conſervávaõ.

Para deſterrar eſte perniciofiſſimo abuſo, ſerá hum dos principáes cuidados dos Directores, eſtabelecer nas ſuas reſpectivas Povoaçoens o uſo da Lingua Portugueza, naõ conſentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Eſcólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de inſtrucçaõ neſta materia, uſem da Lingua propria das ſuas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na fórma, que Sua Mageſtade tem recõmendado em repetidas Ordens, que até agora ſe naõ obſervãraõ com total ruina Eſpiritual, e Temporal do Eſtado.

7 E como eſta determinaçaõ he a baſe fundamental da Civilidade, que ſe pertende, haverá em todas as Povoaçoens duas Eſcólas pûblicas, huma para os Meninos, na qual ſe lhes enſine a Doutrina Chriſtãa, a ler, eſcrever, e contar na fórma, que ſe pratíca em todas as Eſcólas das Naçoens civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de ſerem inſtruidas na Doutrina Chriſtãa, ſe lhes enſinará a ler, eſcrever, fiar, fazer renda, cuſtura, e todos os mais miniſtérios proprios daquelle ſexo.

8 Para a ſubſiſtencia das ſobreditas Eſcólas, e de hum Meſtre, e huma Meſtra, que devem ſer Peſſoas dotadas de bons coſtumes, prudencia, e capacidade, de ſorte, que poſſaõ deſempenhar as importantes obrigaçoens de ſeus empregos; ſe deſtinaráõ ordenados ſufficientes, pagos pelos Pays dos meſmos Indios, ou pelas Peſſoas, em cujo poder elles viverem, concorrendo cada hum delles com a porçaõ, que ſe lhes arbitrar, ou em dinheiro, ou em effeitos, que ſerá ſempre com attençaõ á grande miſeria, o pobreza, a que elles preſentemente ſe achaõ reduzidos. No caſo porém de naõ haver nas Povoaçoens Peſſoa alguma, que poſſa ſer Meſtra de Meninas, poderáõ eſtas até á idade de dez annos ſerem inſtruidas na Eſcóla dos Meninos, onde aprenderáõ a Doutrina Chriſtãa, a ler, e eſcrever, para que juntamente com as infalliveis verdades da noſſa Sagrada Religiaõ adquiraõ com maior facilidade o uſo da Lingua Portugueza.

9 Concorrendo muito para a ruſticidade dos Indios a vileza, e o abatimento, em que tem ſido educados, pois até os meſmos Principaes, Sargentos maiores, Capitaens, e mais

Offici-

Officiaes das Povoaçoens, ſem embargo dos honrados empregos que exercitavaõ, muitas vezes eraõ obrigados a remar as Canôas, ou a ſer Jacumáuhas, e Pilôtos dellas, com eſcandaloſa deſobediencia ás Reaes Leys de Sua Mageſtade, que foi ſervido recõmendar aos Padres Miſſionários por Cartas do 1., e 3. de Fevereiro de 1701. firmadas pela ſua Real Maõ, o grande cuidado que deviaõ ter em guardar aos Indios as honras, e os privilegios competentes aos ſeus póſtos: E tendo conſideraçaõ a que nas Povoaçoens civîs deve preciſamente haver diverſa graduaçaõ de Peſſoas á porporçaõ dos miniſtérios que exercitaõ, as quaes pede a razaõ, que ſejaõ tratadas com aquellas honras, que ſe devem aos ſeus empregos: Recõmendo aos Directores, que aſſim em pûblico, como em particular, honrem, e eſtimem a todos aquelles Indios, que forem Juizes Ordinários, Vereadores, Principáes, ou occuparem outro qualquer poſto honorifico; e tambem as ſuas familias; dandolhes aſſento na ſua preſença; e tratando-os com aquella diſtinçaõ, que lhes for devida, conforme as ſuas reſpectivas graduaçoens, empregos, e cabedaes; para que, vendo-ſe os ditos Indios eſtimados pûblica, e particularmente, cuidem em merecer com o ſeu bom procedimento as diſtinctas honras, com que ſaõ tratados; ſeparando-ſe daquelles vicios, e deſterrando aquellas baixas imaginaçoens, que inſenſivelmente os reduziraõ ao preſente abatimento, e vileza.

10 Entre os laſtimoſos principios, e pernicioſos abuſos, de que tem reſultado nos Indios o abatimento ponderado, he ſem duvida hum delles a injuſta, e eſcandaloſa introducçaõ de lhes chamarem *Negros*; querendo talvez com a infamia, e vileza deſte nome, perſuadir-lhes, que a natureza os tinha deſtinado para eſcravos dos Brancos, como regularmente ſe imagina a reſpeito dos Pretos da Coſta de Africa. E porque, além de ſer prejudicialiſſimo á civilidade dos meſmos Indios eſte abominavel abûſo, ſeria indecoroſo ás Reaes Leys de Sua Mageſtade chamar *Negros* a huns homens, que o meſmo Senhor foi ſervido nobilitar, e declarar por iſentos de toda, e qualquer infamia, habilitando-os para todo o emprego honorifico: Naõ conſentiráõ os Directores daqui por diante, que peſſoa alguma chame *Negros* aos Indios, nem que elles meſmos uſem

entre

entre ſi deſte nome como até agora praticavaõ; para que comprehendendo elles, que lhes naõ compete a vileza do meſmo nome, poſſaõ conceber aquellas nobres idéas, que naturalmente infundem nos homens a eſtimaçaõ, e a honra.

11 A' Claſſe dos meſmos abuſos ſe naõ póde duvidar, que pertence tambem o inalteravel coſtume, que ſe praticava em todas as Aldeas, de naõ haver hum ſó Indio, que tiveſſe ſobrenome. E para ſe evitar a grande confuſaõ, que preciſamente havia de reſultar de haver na meſma Povoaçaõ muitas Peſſoas com o meſmo nome, e acabarem de conhecer os Indios com toda a evidencia, que buſcamos todos os meios de os honrar, e tratar, como ſe foſſem Brancos; teráõ daqui por diante todos os Indios ſobrenomes, havendo grande cuidado nos Directores em lhes introduzir os meſmos Appellidos, que os das Familias de Portugal; por ſer moralmente certo, que tendo elles os meſmos Appellidos, e Sobrenomes, de que uſaõ os Brancos, e as mais Peſſoas que ſe achaõ civilizadas, cuidaráõ em procurar os meios licitos, e virtuoſos de viverem, e ſe tratarem á ſua imitaçaõ.

12 Sendo tambem indubitavel, que para a incivilidade, e abatimento dos Indios, tem concorrido muito a indecencia, com que ſe trataõ em ſuas caſas, aſſiſtindo diverſas Familias em huma ſó, na qual vivem como brutos; faltando áquellas Leys da honeſtidade, que ſe deve á diverſidade dos ſexos; do que neceſſariamente ha de reſultar maior relaxaçaõ nos vicios; ſendo talvez o exercicio delles, eſpecialmente o da tropeza, os primeiros elementos com que os Pays de Familias educaõ a ſeus filhos: Cuidaráõ muito os Directores em deſterrar das Povoaçoens eſte prejudicialiſſimo abuſo, perſuadindo aos Indios que fabriquem as ſuas caſas á imitaçaõ dos Brancos; fazendo nellas diverſos repartimentos, onde vivendo as Familias com ſeparaçaõ, poſſaõ guardar, como Racionaes, as Leys da honeſtidade, e policia.

13 Mas concorrendo tanto para a incivilidade dos Indios os vicios, e abuſos mencionados, naõ ſe póde duvidar, que o da ebriedade os tem reduzido ao ultimo abatimento; vicio entre elles taõ dominante, e univerſal, que apenas ſe conhecerá hum ſó Indio, que naõ eſteja ſujeito á torpeza deſ-

te

te vicio. Para deſtruir pois eſte poderoſo inimigo do bem commum do Eſtado, empregaráõ os Directores todas as ſuas forças em fazer evidente aos meſmos Indios a deformidade deſte vicio; perſuadindo-lhes com a maior efficacia o quanto ſerá eſcandaloſo, que, applicando Sua Mageſtade todos os meios para que elles vivaõ com honra, e eſtimaçaõ, mandando-lhes entregar a adminiſtraçaõ, e o governo Temporal das ſuas reſpectivas Povoaçoens; ao meſmo tempo, em que ſó deviaõ cuidar em ſe fazer benemeritos daquellas diſtinctas honras, ſe inhabilitem para ellas, continuando no abominavel vicio das ſuas ebriedades.

14 Porém como a refórma dos coſtumes, ainda entre homens civilizados, he a empreza mais ardua de conſeguir-ſe, eſpecialmente pelos meios da violencia, e do rigor; e a meſma natureza nos enſina, que ſó ſe póde chegar gradualmente ao ponto da perfeiçaõ, vencendo pouco a pouco os obſtaculos, que a removem, e a difficultaõ: Advirto aos Directores, que para deſterrar nos Indios as ebriedades, e os mais abuſos ponderados, uſem dos meios da ſuavidade, e da brandura; para que naõ ſucceda, que degenerando a reforma em deſeſperaçaõ, ſe retirem do Gremio da Igreja, a que naturalmente os convidará de huma parte o horror do caſtigo, e da outra a congenita inclinaçaõ aos barbaros coſtumes, que ſeus Pays lhes enſináraõ com a inſtrucçaõ, e com o exemplo.

15 Finalmente, ſendo a profanidade do luxo, que conſiſte na exceſſiva, e ſuperflua precioſidade das galas, hum vicio dos capitáes, que tem empobrecido, e arruinado os Póvos; he laſtimoſo o deſprezo, e taõ eſcandaloſa a miſeria, com que os Indios coſtumaõ veſtir, que ſe faz preciſo introduzir nelles aquellas imaginaçoens, que os poſſaõ conduzir a hum virtuoſo, e moderado deſejo de uſarem de veſtidos decoróſos, e decentes; deſterrando delles a deſnudez, que ſendo effeito naõ da virtude, mas da ruſticidade, tem reduzido a toda eſta Corporaçaõ de gente á mais lamentavel miſeria. Pelo que ordeno aos Directores, que perſuadaõ aos Indios os meios licitos de adquirirem pelo ſeu trabalho com que ſe poſſaõ veſtir á proporçaõ da qualidade de ſuas Peſſoas, e das graduaçoens de ſeus póſtos; naõ conſentindo de modo algum, que

andem

andém nûs, eſpecialmente as mulheres em quaſi todas as Povoaçoens, com eſcandalo da razaõ, e horror da meſma honeſtidade.

16 Dirigindo-ſe todas as Reaes Leys, que até agora emanáraõ do Throno, ao bom regimen dos Indios, ao bem eſpiritual, e temporal delles: E querendo os noſſos Auguſtos Monarcas, que os meſmos Indios pelo meio do ſeu honeſto trabalho, ſendo uteis a ſi, concorraõ para o ſólido eſtabelecimento do Eſtado, fazendo-ſe entre elles, e os Moradores reciprocas as utilidades, e communicaveis os intereſſes, como já ſe declarou no §. IX. do Regimento das Miſſoens; para o que foi ſervido o meſmo Senhor mandar entregar aos Padres Miſſionários a adminiſtraçaõ Econômica, e Politica dos meſmos Indios; cujos importantes fins ſó ſe podiaõ conſeguir pelos meios da Cultura, e do Commercio: De tal ſorte ſe executaraõ eſtas piiſſimas, e Reaes Determinaçoens, que applicados os Indios unicamente ás conveniencias particulares, naõ ſe omittio meio algum de os ſeparar do Commercio, e da Agricultura. Para conſeguir pois eſtes dous virtuoſos, e intereſſantes fins, obſervaráõ os Directores as ordens ſeguintes.

17 Em primeiro lugar cuidaráõ muito os Directores em lhes perſuadir o quanto lhes ſerá util o honrado exercicio de cultivarem as ſuas terras; porque por eſte intereſſante trabalho naõ ſó teraõ os meios competentes para ſuſtentarem com abundancia as ſuas caſas, e familias; mas vendendo os genéros, que adquirirem pelo meio da cultura, ſe augmentaráõ nelles os cabedáes á proporçaõ das lavouras, e plantaçoens, que fizerem. E para que eſtas perſuaſoens cheguem a produzir o effeito, que ſe deſeja, lhes faráõ comprehender os Directores, que a ſua negligencia, e o ſeu deſcuido, tem ſido a cauſa do abatimento, e pobreza, a que ſe achaõ reduzidos; naõ omittindo finalmente diligencia alguma de introduzir neiles aquella honeſta, e louvavel ambiçaõ, que deſterrando das Republicas o pernicioſo vicio da ocioſidade, as conſtitûe populoſas, reſpeitadas, e opulentas.

18 Conſequentemente lhes perſuadiráõ os Directores, que dignando-ſe Sua Mageſtade de os habilitar para todos os empregos honorificos, tanto os naõ inhabilitará para eſtas occu-

paçoens

paçoens o trabalharem nas ſuas proprias terras; que antes pelo contrario, o que render mais ſerviço ao publico neſte fructuoſo trabalho, terá preferencia a todos nas honras, nos privilegios, e nos empregos, na fórma que Sua Mageſtade ordena.

19 Depois que os Directores tiverem perſuadido aos Indios eſtas ſolidas, e intereſſantes maximas, de ſorte, que elles percebaõ evidentemente o quanto lhes ſerá util o trabalho, e prejudicial a occiſidade; cuidaráõ logo em examinar com a poſſivel exactidaõ, ſe as terras, que poſſuem os ditos Indios (que na fórma das Reaes Ordens de Sua Mageſtade devem ſer as adjacentes ás ſuas reſpectivas Povoaçoens) ſaõ competentes para o ſuſtento das ſuas caſas, e familias; e para nellas fazerem as plantaçoens, e as lavouras; de ſorte, que com a abundancia dos generos poſſaõ adquirir as conveniencias, de que até agora viviaõ privados, por meio do commercio em beneficio commum do Eſtado. E achando que os Indios naõ poſſuem terras ſufficientes para a plantaçaõ dos preciſos fructos, que produz eſte fertiliſſimo Paiz; ou porque na diſtribuiçaõ delas ſe naõ obſervaraõ as Leys da equidade, e da juſtiça; ou porque as terras adjacentes ás ſuas Povoaçoens foraõ dadas em ſeſmarias ás outras Peſſoas particulares; ſeraõ obrigados os Directores a remetter logo ao Governador do Eſtado huma liſta de todas as terras ſituadas no continente das meſmas Povoaçoens, declarando os Indios, que ſe achaõ prejudicados na diſtribuiçaõ, para ſe mandarem logo repartir na fórma que Sua Mageſtade manda.

20 Conſiſtindo a maior felicidade do Paiz na abundancia de paõ, e de todos os mais viveres neceſſarios para a conſervaçaõ da vida humana; e ſendo as terras, de que ſe compoem eſte Eſtado, as mais ferteis, e abundantes, que ſe reconhecem no Mundo; dous principios tem concorrido igualmente para a conſternaçaõ, e miſeria, que nelle ſe experimente. O primeiro he a ocioſidade, vicio quaſi inſeparavel, e congenito a todas as Naçoens incultas, que ſendo educadas nas denſas trevas da ſua ruſticidade, até lhe faltaõ as luzes do natunal conhecimento da propria conveniencia. O ſegundo he o errado uſo, que até agora ſe fez do trabalho dos meſmos In-

 dios,

dios, que applicados á utilidade particular de quem os adminiſtrava, e dirigia; haviaõ de padecer os habitantes do Eſtado o prejudicialiſſimo damno de naõ ter quem os ſerviſſe, e ajudaſſe na colheita dos frutos, e extracçaõ das drogas; e os miſeraveis Indios, faltando por eſte principio á intereſſantiſſima obrigaçaõ das ſuas terras, haviaõ de experimentar o irreparavel prejuizo dos muitos, e precioſos effeitos, que ellas produzem.

21 Eſtes ſucceſſivos damnos, que tem reſultado ſem duvida dos mencionados principios, arruinaraõ o intereſſe publico; diminuiraõ nos Póvos o commercio; e chegaraõ a transformar neſte Paîz a meſma abundancia em eſterilidade de ſorte, que pelos annos de, 1754., e 1755. chegou a tal exceſſo a careſtia da farinha, que, vendendo-ſe a pouca, que havia, por preços exorbitantes; as peſſoas pobres, e miſeraveis, ſe viaõ preciſadas a buſcar nas frutas ſylveſtres do mato o quotidiano ſuſtento com evidente perigo das proprias vidas.

22 Enſinando pois a experiencia, e razaõ, que aſſim como nos Exercitos faltos de paõ naõ póde haver obediencia, e diſciplina; aſſim nos Paîzes, que experimentaõ eſta ſenſivel falta, tudo he confuſaõ, e deſordem; vendo-ſe obrigados os habitantes delles a buſcar nas Regioens eſtranhas, e remotas, o mantimento preciſo com irreparavel detrimento das manufacturas, das lavouras, dos traficos, e do louvavel, e virtuoſo trabalho da Agricultura. Para ſe evitarem taõ perniciоſos damnos, teraõ os Directores hum eſpecial cuidado em que todos os Indios, ſem excepçaõ alguma, façaõ Roſſas de maniba, naõ ſó as que forem ſufficientes para a ſuſtentaçaõ das ſuas caſas, e familias, mas com que ſe poſſa prover abundantemente o Arrayal do Rio Negro; ſoccorrer os moradores deſta Cidade; e municionar as Tropas, de que ſe guarnece o Eſtado: Bem entendido, que a abundancia da farinha, que neſte Paîz ſerve de paõ, como baſe fundamental do commercio, deve ſer o primeiro, e principal objecto dos Directores.

23 Além das Roſſas de maniba, ſeraõ obrigados os Indios a plantar feijaõ, milho, arrôs, e todos os mais generos comeſtiveis, que com pouco trabalho dos Agricultores coſtumaõ

maõ produzir as fertiliſſimas terras deſte Paiz; com os quaes ſe utilizaráõ os meſmos Indios; ſe augmentaráõ as Povoaçoẽs; e ſe fará abundante o Eſtado; animando-ſe os habitantes delle a continuar no intereſſantiſſimo Commercio dos Sertoens, que até aqui tinhaõ abandonado, ou porque totalmente lhes faltavaõ os mantimentos preciſos para o fornecimento das Canôas; ou porque os exceſſivos preços, porque ſe vendiaõ, lhes diminuiaõ os intereſſes.

24 Sendo pois a Cultura das terras o ſólido fundamento daquelle Commercio, que ſe reduz á venda, e commutaçaõ dos fructos; e naõ podendo duvidar-ſe, que entre os precioſos effeitos, que produz o Paiz, nenhum he mais intereſſante que o algodaõ: Recõmendo aos Directores, que animem aos Indios a que façaõ plantaçoens deſte ultimo genero, novamente recõmendado pelas Reaes ordens de Sua Mageſtade: Porque ſendo a abundancia delle o meio mais proporcionado para ſe introduzirem neſte Eſtado as Fabricas deſte panno, em breve tempo virá a ſer eſte ramo de Commercio o mais importante para os moradores delle, com reciproca utilidade naõ ſó do Reyno, mas das Naçoens Eſtrangeiras.

25 Igual utilidade á das plantaçoens de algodaõ, conſidero-a nas lavouras do Tabaco, genero ſem duvida taõ util para os Lavradores delle, como ſe experimenta nas mais partes da noſſa America; naõ ſó pelo grande conſumo, que ha deſte precioſo genero nos meſmos Paizes, que o produzem; mas porque, ſuppoſta a indefectivel extracçaõ, que ha delle para o Reyno; evidentemente ſe comprehende o quanto eſte ramo de Commercio ſerá importante para os moradores do Eſtado. Mas como as lavouras do Tabaco ſaõ mais laborioſas, que as plantaçoens dos mais generos; ſerá preciſo, para ſe introduzir nos Indios eſte intereſſantiſſimo trabalho, que os Directores os animem, propondo-lhes naõ ſó as conveniencias, mas as honras, que delle lhes haõ de reſultar; perſuadindo-lhes, que á proporçaõ das arrobas de Tabaco, com que cada hum delles entrar na Caſa da Inſpecçaõ, ſe lhes diſtribuiráõ os empregos, e os privilegios.

26 E como para ſe eſtabelecer a Cultura dos mencionados generos nas referidas Povoaçoens, naõ baſtará toda a acti-

vidade, e zelo dos Directores, ſendo mais poderoſo, que as ſuas practicas; o inimigo commum da froxidaõ, e negligencia dos Indios, que com a ſua apparente ſuavidade os tem radicado nos ſeus peſſimos coſtumes com abatimento total do intereſſe publico: Para que o Governador do Eſtado, ſendo informado daquelles Indios, que entregues ao abominavel vicio da ocioſidade faltarem á importantiſſima obrigaçaõ da Cultura das ſuas terras, poſſa dar as providencias neceſſarias para remediar taõ ſenſiveis damnos; ſeraõ obrigados os Directores a remetter todos os annos huma liſta das Roſſas, que ſe fizerem, declarando nella os generos, que ſe plantáraõ, pelas ſuas qualidades; e os que ſe receberaõ; e tambem os nomes aſſim dos Lavradores, que cultivaraõ os ditos generos, como dos que naõ trabalháraõ; explicando as cauſas, e os motivos, que tiveraõ para faltarem a taõ preciſa, e intereſſante obrigaçaõ; para que á viſta das referidas cauſas poſſa o meſmo Governador louvar em huns o trabalho, e a applicaçaõ; e caſtigar em outros a ocioſidade, e a negligencia.

27 Sendo inuteis todas as providencias humanas, quando naõ ſaõ protegidas pelo poderoſo braço da Omnipotencia Divina; para que Deos Noſſo Senhor felicite, e abençôe o trabalho dos Indios na Cultura das ſuas terras, ſerá preciſo deſterrar de todas eſtas Povoaçoens o diabolico abuſo de ſe naõ pagarem Dizimos. Em ſignal do ſupremo dominio reſervou Deos para ſi, e para os ſeus Miniſtros, a decima parte de todos os fructos, que produz a terra, como Autor univerſal de todos elles. Sendo eſta obrigaçaõ commua a todos os Catholicos, he taõ eſcandaloſa a ruſticidade, com que tem ſido educados os Indios, que naõ ſó naõ reconheciaõ a Deos com eſte limitadiſſimo tributo, mas até ignoravaõ a obrigaçaõ que tinhaõ de o ſatisfazer. Para deſterrar pois dos Indios eſte perniciosiſſimo, coſtume, que na realidade ſe deve reputar por abuſo, por ſer materia, que, conforme o Direito, naõ admitte preſcripçaõ; e para que Deos Noſſo Senhor felicite os ſeus trabalhos, e as ſuas lavouras: Seraõ obrigados daqui por diante a pagar os Dizimos, que conſiſtem na decima parte de todos os fructos, que cultivarem, e de todos os generos, que adquirirem, ſem excepçaõ alguma; cuidando muito os Directores, em que os

refe-

referidos Indios obſervem exactamente a Paſtoral, que o digniſſimo Prelado deſta Diecéſe mandou publicar em todo o Biſpado, reſpectiva a eſta importantiſſima materia.

28 Mas como a obſervancia deſte Capitulo ſerá ſummamente difficultoſa;em quanto ſe naõ deſtinar methodo claro, racionavel, e fixo, para ſe cobrarem os Dizimos ſem detrimento dos Lavradores, nem prejuizo da Fazenda Real; attendendo por huma parte a que os Indios coſtumaõ desfazer intempeſtivamente as Roſſas para fomento das ſuas ebriedades; e por outra ao pouco eſcrupulo, com que deixaraõ de ſatisfazer eſte preceito, por ignorarem aſſim as Cenſuras Eccleſiaſticas, em que incorrem os transgreſſores delle; como os horroroſos caſtigos, que o meſmo Senhor lhes tem fulminado; ſeraõ obrigados os Directores no tempo, que julgarem mais opportuno, a examinar peſſoalmente todas as Roſſas na companhia dos meſmos Indios, que as fabricaraõ; levando comſigo dous Louvados, que ſejaõ peſſoas de fidelidade, e inteireza; hum por parte da Fazenda Real, que nomearáõ os Directores; e outro, que os Lavradores nomearáõ pela ſua parte.

29 Aos ditos Louvados recõmendaráõ os Directores, depois de lhes deferir o juramento, que ſendo chamados para avaliarem todos os fructos, que pouco mais, ou menos poderáõ render naquelle anno as ditas Roſſas; de tal ſorte ſe devem dirigir pelos dictames da equidade, que ſe attenda ſempre á notoria pobreza dos Indios; fazendo-ſe a dita avaliaçaõ a favor dos Agricultores. Concordando os ditos Louvados nos votos, ſe fará logo aſſento em hum caderno, de que avaliando os Louvados F., e F. a Roſſa de tal Indio, julgaráõ uniformemente, que renderia naquelle anno tantos alqueires,dos quaes pertencem tantos ao Dizimo: Cujo aſſento deve ſer aſſignado pelos Directores, Louvados, e pelos meſmos Lavradores. No caſo porém de naõ concordarem nos votos, nomearáõ as Cameras nas Povoaçoens, que paſſarem a ſer Villas, e nas que ficarem ſendo Lugares os ſeus reſpectivos Principaes, terceiro Louvado, a quem os Directores daraõ tambem o juramento para que decidaõ a dita avaliaçaõ pela parte, que lhe parecer juſto, de que ſe fará aſſento no referido caderno.

30 Concluída deſte modo a avaliaçaõ do rendimento

das

das Roſſas, mandaráõ os Directores extrahir do caderno mencionado huma Folha pelo Eſcrivaõ da Camera, e na ſua auſencia, ou impedimento, pelo do Publico, pela qual ſe deve fazer a cobrança dos Dizimos; cuja importancia liquida ſe lançará em hum livro, que haverá em todas as Povoaçoens, deſtinado unicamente para eſte miniſtério, e rubricado pelo Provedor da Fazenda Real: Declarando-ſe nelle em o Titulo da Receita aſſim as diſtinctas parcélas que ſe receberaõ, como os nomes dos Lavradores, que as entregaraõ: Concluindo-ſe finalmente a dita Receita com hum Termo feito pelo meſmo Eſcrivaõ, e aſſignado pelo Director, como Recebedor dos referidos Dizimos. Advertindo porém que nem hum, nem outro, poderáõ levar emolumentos alguns pelas referidas diligencias, por ſerem dirigidas á boa arrecadaçaõ da Fazenda Real, á qual pertencem em todas as Conquiſtas os Dizimos na conformidade das Bullas Pontificias.

31 E para que os ditos Directores naõ experimentem prejuizo algum na arrecadaçaõ dos referidos generos, que lhes ficaõ carregados em Receita; haverá em todas as Povoaçoens hum Armazem, em que todos eſtes effeitos ſe poſſaõ conſervar livres de corrupçaõ, ou de outro qualquer detrimento; ficando por conta dos meſmos Directores o beneficiarem os ditos generos, de ſorte, que por eſte principio naõ padeçaõ a menor damnificaçaõ, até ſerem remettidos para eſta Provedoría. Oque os Directores executaráõ na fórma ſeguinte.

32 Em primeiro lugar, mandaráõ fazer duas guias authenticas, que devem ſer extrahidas fielmente aſſim do livro dos Dizimos, como das Folhas das avaliaçoens, que remetteráõ juntamente com os effeitos ao Provedor da Fazenda Real; ficando tambem com a obrigaçaõ de inviar ao Governador do Eſtado as copias de huma, e outra liſta. Mas como póde ſucceder, que a Canôa do transporte experimente neſtes caudaloſos rios algum naufragio, e ſeria encargo naõ ſó penoſo, mas inſupportavel aos Directores, o ficarem obrigados á ſatisfaçaõ daquella perda, que inculpavelmente acontecer, por ſer contra toda a fórma de Direito padecer a pena quem naõ cõmette a culpa; tanto que os Directores embarcarem os Dizimos na Canôa do transporte, mandaráõ logo fazer no mencionado

cionado livro Termo de deſpeza, obſervando a meſma fórma, que ſe declara no da Receita; com advertencia porém, que ſeráõ obrigados a fazer o dito tranſporte com a poſſivel cautéla, e ſegurança; eſcolhendo a melhor Canôa; deſtinandolhe a eſquipaçaõ competente; e entregando o governo della áquella Peſſoa, que lhe parecer mais capaz de dar conta com honra, e fidelidade, dos Dizimos, que ſe lhe entregáraõ: Bem entendido, que omittindo os Directores alguma deſtas circumſtancias; e procedendo deſta culpavel omiſſaõ ou naufragar a Canôa, ou padecer a importancia dos Dizimos outro qualquer detrimento; ficaráõ com a indiſpenſavel obrigaçaõ de ſatisfazer á Fazenda Real todo o damno, que houver.

33 Finalmente, ſendo preciſa toda a cautéla, e vigilancia, na boa arrecadaçaõ dos Dizimos; e devendo evitar-ſe neſta importante materia qualquer deſordem, e confuſaõ; apenas ſe fizer real entrega delles neſte Almoxarifado, os mandará o Provedor da Fazenda Real carregar em Receita viva ao Almoxarife; declarando nella o nome da Villa, de que vieraõ os taes Dizimos, e o Director, que os remetteo; de cuja Receita mandará entregar o dito Miniſtro huma Certidaõ ao Cabo da Canôa, para que ſirva de deſcarga ao dito Director; e para que a todo o tempo, que for removido do ſeu emprego, poſſa dar contas neſta Provedoria pelas meſmas Certidoens do liquido, que remetteo para ella. E dada que ſeja a dita conta na fórma ſobredita, o Provedor da Fazenda Real lhe mandará paſſar para ſua deſcarga huma Quitaçaõ geral, que apreſentará ao Governador do Eſtado, para lhe ſer conſtante a fidelidade, e inteireza, com que executou as ſuas ordens.

34 E ſuppoſto que devo eſperar da Chriſtandade, e zelo dos Directores, a inviolavel obſervancia de todos os Paragrafos reſpectivos á Cultura das terras, plantaçoens dos generos, e cobrança dos Dizimos; por confiar delles, que reputaráõ pelo mais eſtimavel premio a incomparavel honra de ſe empregarem no Real ſerviço de S. Mageſtade: Como dictaõ as leys da Juſtiça, que ſendo reciprocos os trabalhos, e incõmodos, devem ſer commuas as utilidades, e os intereſſes; pertencerá aos Directores a ſexta parte de todos os frutos, que os Indios cultivarem, e de todos os generos, que adquirirem, naõ

ſendo

ſendo comeſtiveis: E ſendo comeſtiveis, ſó daquelles, que os meſmos Indios venderem, ou com que fizerem outro qualquer negocio: Para que animados com eſte juſto, e racionavel premio, deſempenhem com o maior cuidado as importantes obrigaçoens do ſeu miniſterio; e a meſma conveniencia particular lhes ſervirá de eſtimulo para dirigirem os Indios com a poſſivel efficacia no intereſſantiſſimo trabalho da Agricultura.

35 Sendo pois a Cultura das terras o ſolido principio do commercio, era infallivel conſequencia, que eſte ſe abateſſe á proporçaõ da decadencia daquella; e que pelo tracto dos tempos vieſſem a produzir eſtas duas cauſas os laſtimoſos effeitos da total ruina do Eſtado. Para reparar pois taõ prejudicial, e ſenſivel damno, obſervaráõ os Directores a eſte reſpeito as ordens ſeguintes.

36 Entre os meios, que pódem conduzir qualquer Republica a huma completa felicidade, nenhum he mais efficaz, que a introducçaõ do Commercio, porque elle enriquece os Póvos, civiliza as Naçoens, e conſequentemente conſtitûe poderozas as Monarquias. Conſiſte eſſencialmente o Commercio na venda, ou cõmutaçaõ dos generos, e na communicaçaõ com as gentes; e ſe deſta reſulta a civilidade, daquella o intereſſe, e a riqueza. Para que os Indios deſtas novas Povoaçoens logrem a ſolida felicidade de todos eſtes bens, naõ omittiráõ os Directores diligencia alguma proporcionada a introduzir nellas o Commercio, fazendolhes demonſtrativa a grande utilidade, que lhes ha de reſultar de venderem pelo ſeu juſto preço as drogas, que extrahirem dos Sertoens, os frutos, que cultivarem, e todos os mais generos, que adquirirem pelo virtuoſo, e louvevel meio da ſua induſtria, e do ſeu trabalho.

37 He certo indiſputavelmente, que na liberdade conſiſte a alma do commercio. Mas ſem embargo de ſer eſta a primeira, e mais ſubſtancial maxima da Politica; como os Indios pela ſua ruſticidade, e ignorancia, naõ pódem comprehender a verdadeira, e legitima reputaçaõ dos ſeus generos; nem alcançar o juſto preço das fazendas, que devem comprar para o ſeu uſo: Para ſe evitarem os irreparaveis dolos, que as peſſimas imaginaçocns dos Commerciantes deſte Paiz tem feito inſeparaveis dos ſeus negocios; obſervaráõ os Directores as

deter-

determinaçoens abaixo declaradas, as quaes de nenhum modo offendem a liberdade do commercio, por ſerem dirigidas ao bem commum do Eſtado, e á utilidade particular dos meſmos commerciantes.

38 Primeiramente haverá em todas as Povoaçoens, Pezos, e Medidas, ſem as quaes ſenaõ póde conſervar o equilibrio na Balança do commercio. Em todo eſte Eſtado tem feito evidente a experiencia os perjudicialiſſimos damnos, que produzio eſte intoleravel abuſo; oppoſto igualmente aos intereſſes publicos, e particulares; porque coſtumando-ſe vender em todas eſtas Povoaçoens a Farinha, Arros, e Feijaõ por Paneiros, ſem que foſſem alqueirados, preciſamente haviaõ de ſer reciprocos os prejuizos pela falta de fé publica, que he abaſe fundamental de todo o negocio. Para remediar eſta perniciofiſſima deſordem, ordeno aos Directores cuidem logo, em que nas ſuas Povoaçoens haja Pezos, e Medidas, as quaes devem ſer afferidas pelas reſpectivas Cameras; porque deſte modo, nem os Indios poderáõ falſificar os Paneiros na deminuiçaõ dos generos; nem as peſſoas, que commerceiaõ com elles experimentaráõ a violencia de os ſatisfazer como alqueires naõ o ſendo na realidade: Eſtabelecendo-ſe deſte modo entre huns, e outros aquella mutûa fidelidade, ſem a qual nem o commercio ſe póde augmentar, nem ainda ſubſiſtir.

39 Em ſegundo lugar, recõmendo aos ditos Directores, que por nenhum modo conſintaõ, que os Indios, commerceiem ao ſeu pleno arbitrio; porque naõ podendo negar-ſelhes a liberdade de venderem, ou commutarem os fructos, que tiverem cultivado, áquellas peſſoas, e naquellas partes donde lhes poſſa reſultar maior utilidade; nem devendo prohibirſe aos moradores do Eſtado o commerciar com os ditos Indios nas ſuas meſmas Povoaçoens; porque deſte modo ſe ficaria conſervando a odioſa ſeparaçaõ, que até agora ſe praticou entre huns, e outros contra as Reaes intençoens de Sua Mageſtade, como já ſe declarou no §. IX. do Regimento das Miſſoens; como ſubpoſto da parte dos Indios o deſintereſſe, e a ignorancia; e da parte dos moradores, o conhecimento, e ambiçaõ; ficando a venda dos generos ao arbitrio, e convençaõ das partes, faltaria no meſmo commercio a igual-

dade; naõ poderáõ os Indios até ſegunda ordem de Sua Mageſtade fazer negocio algum ſem a aſſiſtencia dos ſeus Directores, para que regulando eſtes racionavelmente o preço dos fructos, e o valor das fazendas, ſejaõ reciprocas as utilidades entre huns, e outros commerciantes.

40 Ficando pois na liberdade dos Indios ou vender ſeus fructos por dinheiro, ou cõmutalos por fazendas, na fórma que coſtumaõ as mais Naçoens do Mundo; ſendo innegavelmente certo, que entre as meſmas fazendas, humas ſaõ nocivas aos Indios, como he a aguardente, e outra qualquer bebida forte; e outras ſe devem reputar ſuperfluas, attendendo ao miſeravel eſtado a que ſe achaõ reduzidos; naõ conſentiráõ os Directores, que elles cõmutem os ſeus generos por fazendas, que lhe naõ ſejaõ uteis, e preciſamente neceſſarias para o ſeu decente veſtido, e das ſuas familias, e muito menos por aguardente que neſte Eſtado he o ſiminario das maiores iniquidades, preturbaçoens, e deſordens.

41 E como para extinguir totalmente, o injuſto, e prejudicial commercio da aguardente, naõ baſtaria ſó prohibir aos Indios ocumutarem por ella os ſeus effeitos, naõ ſe cõminando pena grave a todos aquelles que coſtumaõ introduzir nas Povoaçoens eſte perniciofiſſimo genero: Ordeno aos Directores, que apenas chegar ao Porto das ſuas reſpectivas Povoaçoẽs alguma Canôa, ou outra qualquer embarcaçaõ, a vaõ logo examinar peſſoalmente, levando na ſua companhia o Principal, e o Eſcrivaõ da Camera; e na falta deſtes a Peſſoa, que julgarem de maior capacidade; e achando na dita embarcaçaõ aguardente; (que naõ ſeja para o uſo dos meſmos Indios que arremaõ na fórma abaixo declarada), prenderáõ logo o Cabo da dita Canôa, e o remetteráõ a eſta Praça á ordem do Governador do Eſtado; tomando por perdida a dita aguardente que ſe applicará para os gaſtos da meſma Povoaçaõ, de que ſe fará termo de tomadia nos livros da Camera aſſignada pelos Directores, e mais peſſoas que apreſenciarem.

42 Mas, porque póde ſucceder, que fazendo viagem alguma deſtas Canôas para o Sertaõ, ou para outra qualquer parte que ſeja indiſpenſavelmente neceſſario conduzir algumas fraſqueiras de aguardente; ou para remedio, ou para

gaſto dos Indios da ſua eſquipaçaõ; o que devem depôr os meſmos Cabos, debaixo de juramenro, que lhe differiráõ os Directores; para ſe acautelarem os irreparaveis damnos, que os ditos Cabos pódem cauſar nas Povoaçoens, por meio deſte prejudicialiſſimo commercio; em quanto elles ſe demorarem naquelles Portos mandaráõ os Directores pôr em depoſito as ſobreditas fraſqueiras em parte, onde poſſaõ ſer gardadas com fidelidade, as quaes lhe ſeráõ entregues apenas quiſerem continuar a ſua viagem,aſignando termo de naõ contratarem cõ o referido genero, affim naquella, como em outra Povoaçaõ.

43 Ao meſmo tempo, que para favorecer a liberdade do commercio, permitto, que os Indios poſſaõ vender nas ſuas, e em outras quaeſquer Povoaçoens os generos, que adquirirem, e os fructos, que cultivarem, exceptuando unicamente os que forem neceſſarios para a ſuſtentaçaõ de ſuas caſas, e familias: o que ſó poderáõ fazer achando-ſe preſente os ſeus Directores na forma aſſima declarada. Ordeno aos meus Directores debaixo das penas cominadas no §. 89., que nem por ſi, nem por interpoſta peſſoa poſſa peſſoalmente comprar aos Indios os refferidos generos, nem eſtipular com elles directa, ou indirectamente negocio, ou contrato algum por mais racionavel, e juſto, que pareça.

44 E para, que os Directores poſſaõ dar huma evidente demonſtraçaõ da ſua fidelidade, e do ſeu zelo, e os Indios poſſaõ vender os ſeus generos livres de todos os enganos, com que até agora foraõ tratados; logrando pacificamente á ſombra da Real proteçaõ de Sua Mageſtade, aquellas conveniencias, que naturalmente lhes podem reſultar de hum negocio licito, juſto, e virtuoſo: haverá em todas as Povoaçoens hum livro, chamado do Commercio, rubricado pelo Provedor da Fazenda Real, no qual os Directores mandaráõ lançar pelos Eſcrivaens da Camera, ou do publico, e na falta deſtes pelos Meſtres das Eſcólas, aſſim os fructos, e generos, que ſe venderaõ, como as fazendas porque ſe cõmutaraõ; explicando-ſe a reputaçaõ deſtas, e o preço daquellas, e tambem o nome das peſſoas, que commerciaráõ com os Indios, de cujos aſſentos, que ſeráõ aſignados pelos meſmos Directores, e commerciantes, extrahindo-ſe huma liſta em forma autentica,

a remetteráõ todos os annos ao Governador do Eſtado, para que ſe poſſa examinar com a devida exacçaõ a pureza, com que elles ſe conduziraõ em materia taõ importante como eſta de que depende ſem duvida a ſubſiſtencia, e augmento do Eſtado.

45 Mas como todas eſtas providencias ſe dirigem primeiramente, a maior utilidade dos Indios; e vendendo-ſe os generos na Cidade ficará ſendo para elles mais vantajoſo, e util o commercio; attendendo por huma parte a maior reputaçaõ, que haõ de ter nella; e por outra ao limitado diſpendio, que ſe fará nos tranſportes por ſer eſte Paiz cercado por toda a parte de Rios, pelos quaes ſe pódem tranſportar os generos com muita facilidade, e pouca deſpeza; recõmendo aos Directores, que perſuadaõ os Indios pelos meios da ſuavidade, quaes ſaõ neſte caſo, o proporlhes a ſua maior conveniencia, que conduſaõ para a Cidade todos os generos, e frutos, que aliás puderiaõ vender nas ſuas Povoaçoens; obſervando os Directores neſta materia aquella meſma fórma, que ſe determina nos paragrafos ſubſequentes a reſpeito do commercio do Sertaõ.

46 Naõ podendo duvidar-ſe, que entre os ramos do negocio de que ſe conſtitue o commercio deſte Eſtado; nenhum he mais importante, nem mais util, que o do Sertaõ; o qual naõ ſó conſiſte na extracçaõ das proprias Drogas, que nelle produz a natureza; mas nas feitorias de manteigas de tartaruga, ſalgas de peixe, oleo de cupaiva, azeite de andiroba, e de outros muitos generos de que he abundante o Paiz; empregaráõ os Directores a mais exacta vigilancia, e inceſſante cuidado em introduzir, e augmentar o referido commercio nas ſuas reſpectivas Povoaçoens. E para que neſta intereſſantiſſima materia poſſaõ os Directores conduzir-ſe por huma regra fixa, e invariavel, obſervaráõ a fórma, que lhe vou a preſcrever.

47 Em primeiro lugar ſe informaráõ da qualidade das terras, que ſaõ adjacentes, e proximas ás ſuas Povoaçoens, e dos effeitos, de que ſaõ abundantes: e achando, que dellas ſe poderá extrahir com maior facilidade, eſte, ou aquelle genero, eſſe ſerá o ramo de negocio a que appliquem todo o ſeu cuidado; bem entendido, que todo o commercio para ſe augmentar, e florecer, deve fundar-ſe neſtas duas ſolidas, e ver-

verdadeiras maximas: Primeira, que em todo o negocio creſſe a utilidade ao meſmo paſſo, a que deminue a deſpeza, ſendo evidentemente certo, que aquelle genero, que puder fabricar-ſe em menos tempo, e com menor numero de trabalhadores, terá melhor conſumo, e conſequentemente ſerá mais bem reputado: Segunda, que ſeria ſummamente prejudicial, que todas as Povoaçoens de que ſe compoem huma Monarchia, ou hum Eſtado, applicando-ſe á fabrica, ou á extracçaõ de hum ſó effeito, conſervaſſem o meſmo ramo de commercio; naõ ſó porque a abundancia daquelle genero o reduziria ao ultimo abatimento com total prejuiſo dos commerciantes; mas tambem porque as referidas Povoaçoens naõ poderiaõ mutuamente ſoccorrerſe, comprando humas o que lhes falta, e vendendo outras o que lhe ſobeja.

48 Na intelligencia deſtas duas fundamentaes, e intereſſantes maximas, recõmendo muito aos Directores, que eſtabeleçaõ o Commercio das ſuas reſpectivas Povoaçoens, perſuadindo aos Indios, aquelle negocio, que lhes for mais util na fórma, que tenho ponderado, e ainda mais claramente explicarei. Se as ditas Povoaçoens eſtiverem proximas ao mar, ou ſituadas nas margens de Rios, que ſejaõ abundantes de peixe, ſerá a feitoria das ſalgas o ramo do commercio, de que reſultará maior utilidade, aos intereſſados. Se porém os Rios, e as terras adjacentes ás ſuas Povoaçoens produſirem com abundancia cacáo, ſalſa, cravo, ou outro qualquer effeito, empregaráõ os Directores todo o ſeu cuidado em applicar os Indios a eſte ramo de negocio.

49 Para animar os ditos Indios a frequentar goſtoſamente o intereſſante commercio do Sertaõ, lhes explicaráõ os Directores, que daqui por diante toda a utilidade, que reſultar do ſeu trabalho, ſe diſtribuirá entre elles meſmos; correſpondendo a cada hum o intereſſe á proporçaõ do meſmo trabalho. E como a utilidade do referido negocio deve ſer igual para todos, obſervaráõ os Directores na nomeaçaõ, que fizerem delles para o mencionado commercio, a fórma ſeguinte. Apenas ſe concluir o trabalho da cultura das terras, que em todas as circumſtancias deve ſer o primeiro objecto dos ſeus cuidados, chamaráõ á ſua preſença todos os Principaes, e

mais Indios de que conſtar a Povoaçaõ: E achando que todos elles deſejaõ ir ao negocio do Sertaõ, os nomearaõ juntamente, com os Principaes, guardando inviolavelmente as Leys da alternativa: Porque deſte modo experimentaraõ todos igualmente o pezo do trabalho; e a ſuavidade do lucro; bem entendido, que a dita nomeaçaõ ſe fará unicamente daquella parte dos Indios que pertencerem á diſtribuiçaõ das Povoaçoens como abaixo ſe declarará.

50 Mas como naõ ſeria juſto, que os Principaes, Capitaens móres, Sargentos móres, e mais Officiaes, de que ſe compõem o governo das Povoaçoens, ao meſmo tempo que Sua Mageſtade tem ordenado nas ſuas Reaes, e piiſſimas Leys que ſe lhes guardem todas aquellas honras competentes á graduaçaõ de ſeus póſtos, ſe reduziſſem ao abatimento de ſe preizarem a ir peſſoalmente á extracçaõ das drogas do Sertaõ; poderáõ os ditos Principaes mandar nas Canôas, que forem ao dito negocio ſeis Indios por ſua conta, naõ havendo mais que dous Principaes na Povoaçaõ: E excedendo eſte numero, poderáõ mandar até quatro Indios cada hum; os Capitaens móres, Sargentos móres quatro; e os mais Officiaes dous; os quaes devem ſer extrahidos do numero da repartiçaõ do Povo; ficando os ſobreditos Officiaes com a obrigaçaõ de lhe ſatisfazerem os ſeus ſellarios na fórma das Reaes ordens de Sua Mageſtade. E querendo os ditos Principaes, Capitaens móres, e Sargentos móres, voluntariamente ir com os Indios, que ſe lhes diſtribuirem, á extracçaõ daquellas drogas, o poderáõ fazer alternativamente, ficando ſempre metade dos Officiaes na Povoaçaõ.

51 Conſiſtindo pois no augmento deſte commercio o ſólido eſtabelecimento do Eſtado; para que aquelle naõ ſó ſubſiſta mas floreça, correrá por conta das Cameras, nas Povoaçoens, que forem Villas, e nas quaes forem lugares por conta dos Principaes, a expediçaõ das referidas Canôas; tendo a ſeu cargo, o mandallas preparar em tempo habil; provellas dos mantimentos neceſſarios; e de tudo o mais, que for preciſo; para que poſſaõ fazer viagem ao Sertaõ; cujas deſpezas ſe lançaráõ nos livros das meſmas Cameras; com a condiçaõ porém de que naõ poderáõ tomar reſoluçaõ alguma neſ-

ta importante materia; ſem primeiro a participarem aos ſeus reſpectivos Directores. Mas ſuppoſto encarrégo ao zelo, e cuidado das Cameras, e Principaes a execuçaõ de todas eſtas providencias, lhe recõmendo que antes de expedirem as Canôas recorraõ por petiçaõ ao Governador do Eſtado, explicando o numero dos Indios, de que ſe compoem a eſquipaçaõ dellas; aſſim para ſe lhes declarar o modo com que devem proceder na factura do Cacáo; como para ſe ſatisfazerem os novos direitos na meſma fórma que ſe pratica com outro qualquer morador.

52 E como as Canôas deſtinadas para o negocio, naõ ſó devem levar o numero de Indios competentes á ſua eſquipaçaõ, mas alguns de ſobrecellente, para que naõ ſucceda, que falecendo, enfermando, ou fugindo alguns, fiquem as Canôas nos Sertoens, expoſtas ao ultimo deſemparo, como repetidas vezes tem ſuccedido; poderáõ as meſmas Cameras, e Principaes dar licença para que as ſobreditas Canôas levem dez até doze Indios além da ſua eſquipaçaõ, que façaõ o negocio para ſi; iſto ſe entende ſe acaſo os houver; e que de ſorte nenhuma ſejaõ dos que pertencem á diſtribuiçaõ do Povo; porque a eſte deve ficar ſempre ſalvo o ſeu prejuizo.

53 Tendo enſinado a experiencia, que os meſmos Cabos, a quem ſe entregaõ o governo, e a direcçaõ das Canôas, devendo ſuſtentar a fé publica deſte Commercio, a tem naõ ſó deminuido, mas totalmente arruinado; porque attrahidos da utilidade propria, fazem com os meſmos Indios negocios particulares; baſtando ſó eſta circumſtancia para os conſtituir doloſos, e iniquos; teraõ grande cuidado os Directores em que as Cameras, e os Principaes ſó nomeiem para Cabos das referidas Canôas, aquellas peſſoas que forem de conhecida fidelidade; inteireza, honra, e verdade; cuja nomeaçaõ ſe fará pelas meſmas Cameras, e Principaes, mas ſempre a contento daquelles Indios que forem intereſſados.

54 Feita deſte modo a ſobredita nomeaçaõ, ſeráõ logo chamados ás Cameras os Cabos nomeados, para aſſignarem termo de aceitaçaõ; obrigando-ſe por ſua peſſoa, e bens, naõ ſó a dar conta de toda a importancia que receberem pertencente áquella expediçaõ; mas á ſatisfaçaõ de qualquer prejuizo,

juizo, que por ſua culpa, negligencia, ou deſcuido houver no dito negocio. E como ſem embargo de todas eſtas cautellas poderáõ faltar os ditos Cabos ás condiçoens, a que ſe ſujeitarem; ou porque eſquecidos da fidelidade, com que ſe deve tratar o Commercio compraráõ aos Indios particularmente os effeitos; ou porque os venderaõ aos moradores, antes de chegar ás ſuas Povoaçoens; Ordeno aos Directores, que logo na chegada das Canôas, tirem huma exacta informaçaõ neſta materia; e achando que os Cabos commetteraõ culpa grave, além de ſerem obrigados a ſatisfazerem o prejuizo em dôbro, que ſe destribuirá entre os meſmos intereſſados, os remetteráõ prezos ao Governador do Eſtado, para mandar proceder contra elles á proporçaõ de ſeus delictos.

55 Felicitando Deos Noſſo Senhor o Cõmercio das referidas Canôas, viráõ eſtas em direitura ás Povoaçoens a que pertencer: nellas ſe fará logo o manifeſto autentico de toda a importancia da carga: mandando os Directores, lançar no livro do Commercio com toda a diſtinçaõ, e clareza os generos de que conſtar a dita carregaçaõ: o que tudo ſe executará, na preſença dos Officiaes da Camera, e de todos os Indios intereſſados. Concluida eſta diligencia, com a brevidade que permittir o tempo, cuidaráõ logo os Directores depois de mandarem extrahir duas guias em fórma de todas as parcellas, que ſe lançará no livro do Commercio, remetter para eſta Cidade os referido effeitos; ordenando aos Cabos das meſmas Canoas, que apenas chegarem a eſte Porto, entreguem logo huma das guias ao Governador do Eſtado; e outra ao Theſoureiro geral do Commercio dos Indios: Para cujo emprego, por me parecer indiſpenſavelmente neceſſario, nas circumſtancias preſentes, tenho nomeado interinamente o Sargento mór Antonio Rodrigues Martins, attendendo á grande fidelidade, e notorio zelo de que he dotado.

56 Tanto que os Cabos das Canôas entregarem ao Theſoureiro geral as guias da carregaçaõ, terá eſte hum eſpicial cuidado, conferindo primeiro as cargas com as meſmas guias, de vender os generos, que receber, dando-lhes a melhor reputaçaõ, que permittir a qualidade delles, o que

naõ

naõ poderá executar com effeito ſem dar parte ao Governador do Eſtado. De todo o dinheiro, que liquidamente importar a venda dos ſobreditos generos pagará o dito Theſoureiro em primeiro lugar os Dizimos á Fazenda Real; em ſegundo as deſpezas, que ſe fizeraõ naquella expediçaõ; em terceiro a porçaõ, que ſe arbitrar ao Cabo da meſma Canôa; em quarto, a ſexta parte pertencente aos Directores; deſtribuindo-ſe finalmente o remanecente em partes iguaes por todos os Indios intereſſados.

57 E para que de nenhum modo poſſa haver confuſaõ na fórma com que ſe devem pagar os Dizimos dos generos, que ſe extráem dos Sertoens, declaro, que em quanto ao Cacáo, Café, Cravo, e Salſa, pertence eſta obrigaçaõ aos meſmos, que comprarem os referidos generos, dos quaes ſe coſtumaõ pagar os Dizimos na meſma occaſiaõ do embarque. A reſpeito porém dos mais generos, como ſaõ Manteigas de Tartarugas, e toda a qualidade de Peixes, oleos de Cupauba, azeite de Andiroba, e todos os mais effeitos, exceptuando unicamente os fructos, que produs a terra por meio da cultura, ſendo elles remettidos para eſta Cidade, nella ſe pagaráõ os Dizimos dirigindo-ſe neſta materia o Theſoureiro geral pelas Guias, que lhe forem remettidas. E ſe algum dos ditos generos ſe vender nas Povoaçoens, ſeraõ obrigados os Directores a cobrar os Dizimos obſervando a fórma, que ſe lhes preſcreve no paragrafo 30.

58 Finalmente como, ſuppoſta a ruſticidade, e ignorancia dos meſmos Indios, entregar a cada hum o dinheiro, que lhe compete, ſeria offender naõ ſó as Leys da Caridade, mas da Juſtiça, pela notoria incapacidade, que tem ainda agora de o adminiſtrarem ao ſeu arbitrio, ſerá obrigado o Teſoureiro geral a comprar com o dinheiro, que lhes pertencer na preſença dos meſmos Indios aquellas fazendas de que elles neceſſitarem: Executando-ſe neſta parte inviolavelmente aquellas ordens com que tenho regulado neſta Cidade o pagamento dos ditos Indios, em beneficio commum delles. Deſte modo acabando de comprehender com evidencia eſtes miſeraveis Indios a fidelidade com que cuidamos nos ſeus intereſſes, e as utilidades, que correſpondem ao ſeu trafico, ſe reporáõ na-

 quella

quella boa fé de que depende a ſubſiſtencia, e augmento do Commercio.

59 Sendo a deſtribuiçaõ dos Indios, hum dos principaes objectos a que ſe dirigiráõ ſempre as Paternáes providencias, e piiſſimas Leys de Sua Mageſtade: como em prejuizo commum dos ſeus Vaſſallos, ſe faltou á obſervancia, que ellas deveraõ ter, com eſcandaloſa offenſa naõ ſó das Leys, da Juſtiça, e Piedade, mas até daquelle meſmo decoro, que ſe deve aos reſpeitoſos Decretos dos noſſos Auguſtos Soberanos: Para que as ditas Reaes Ordens, tenhaõ a ſua devida execuçaõ; obſervaráõ os Directores as determinaçoens ſeguintes.

60 Dictaõ as Leys da natureza, e da razaõ, que aſſim como as partes no corpo fyſico devem concorrer para a conſervaçaõ do todo, he igualmente perciſa eſta obrigaçaõ nas partes, que conſtituem o todo moral, e politico. Contra os irrefragaveis dictames do meſmo direito natural, ſe faltou até agora a eſta indiſpenſavel obrigaçaõ; affectandoſe eſpecioſos pertextos para ſe illudir a repartiçaõ do Povo, de que por infallivel conſequencia ſe havia de ſeguir a ruina total do Eſtado; porque faltando aos moradores delle os operarios de que neceſſitaõ para a fabrica das Lavouras, e para a extracçaõ das Drogas, preciſamente ſe havia de diminuir a cultura, e abater o Commercio.

61 Eſtabelecendo-ſe neſte ſollido, e fundamental principio as Leys da diſtribuiçaõ, clara, e evidentemente comprehenderáõ os Directores, que deixando de obſervar eſta Ley, ſe conſtituem Réos do mais abominavel, e eſcandalozo delicto; qual he embaraçar o eſtabelecimento, a conſervaçaõ, o augmento, e toda a felicidade do Eſtado, e fruſtrar as piiſſimas intençoens de Sua Mageſtade, as quaes na fórma do Alvará de 6. de Junho de 1755. ſe derigem a que os Moradores delle ſe naõ vejaõ precizados a mandar vir obreiros, e trabalhadores de fóra para o trafico das ſuas Lavouras, e cultura das ſuas terras; e os Indios naturaes dos Pays, naõ fiquem privados do juſto eſtipendio correſpondente ao ſeu trabalho, que daqui por diante ſe lhe regulará na fórma das Reaes Ordens do dito Senhor: Fazendo-ſe por

eſte

eſte modo entre huns, e outros reciprocos os intereſſes, de que ſem duvida reſultaráõ ao Eſtado as ponderadas felicidades.

62 Pelo que recommendo aos Directores, appliquem hum eſpecialiſſimo cuidado, a que os Principáes, a quem compete privativamente a execuçaõ das Ordens reſpectivas á deſtribuiçaõ dos Indios, naõ faltem com elles aos moradores, que lhes preſentarem Portarias do Governador do Eſtado; naõ lhes ſendo licito em caſo algum, nem exceder o numero da repartiçaõ; nem deixar de Executar as referidas Ordens, ainda que ſeja com detrimento da mayor utilidade dos meſmos Indios; por ſer indiſputavelmente certo, que a neceſſidade commua, conſtitue huma Ley ſuperior a todos os incomodos, e prejuizos particulares.

63 E como Sua Mageſtade foi ſervido dar novo methodo ao governo deſtas Povoaçoens; abolindo a adminiſtraçaõ temporal, que os Regulares exercitavaõ nellas; e em conſequencia deſta Real Ordem, fica ceſſando a fórma da repartiçaõ dos Indios; os quaes ſe devidiráõ em tres partes; huma pertencente aos Padres Miſſionarios; outra ao ſerviço dos Moradores; e outra ás meſmas Povoaçoens: Ordeno aos Directores, que obſervem daqui por diante inviolavelmente, o paragrafo 15. do Regimento, no qual o dito Senhor manda, que, dividindo-ſe os ditos Indios em duas partes iguaes, huma dellas ſe conſerve ſempre nas ſuas reſpectivas Povoaçoens, aſſim para a defeza do Eſtado, como para todas as diligencias do ſeu Reál ſerviço, e outra para ſe repartir pelos Moradores, naõ ſó para a eſquipaçaõ das Canôas, que vaõ extrahir Drogas ao Sertaõ, mas para os ajudar na plantaçaõ dos Tabacos, canas de Aſſucar, Algodaõ, e todos os generos, que pódem inriquecer o Eſtado, e augmentar o Commercio.

64 Para que a referida deſtribuiçaõ, ſe obſerve com aquella rectidaõ, e inteireza, que pedem as Leys da Juſtiça diſtributiva, ceſſando de huma vez os clamores dos Póvos, que cada dia ſe faziaõ mais juſtificados pelos affectados pertextos, com que ſe confundiaõ em taõ intereſſante materia, as repetidas Ordens de Sua Mageſtade; naõ ſe podendo compre-

 hender,

hender, ſe era mais abominavel a cauſa; ſe mais prejudicial o effeito; haverá dous livros rubricados pelo Dezembargador Juiz de Fóra, em que ſe matriculem todos os Indios capazes de trabalho, que na fórma do §. XIII. do Regimento ſaõ todos aquelles, que tendo treze annos de idade, naõ paſſarem de ſeſſenta.

65 Hum deſtes livros ſe conſervará em poder do Governador do Eſtado, e outro no do Dezembargador Juiz de Fóra, como Preſidente da Camera: nos quaes ſe iraõ matriculando os Indios, que chegarem á referida idade; riſcando-ſe deſte numero todos aquelles, que conſtar por Certidoens dos ſeus Parocos, que tiverem falecido, e os que pela razaõ dos ſeus achaques ſe reputarem por incapazes de trabalho: O que ſe deve executar na conformidade das liſtas, que os Directores remetteráõ todos os annos ao Governador do Eſtado, as quaes devem eſtar na ſua maõ até o fim do mez de Agoſto infallivelmente.

66 Sendo pois as referidas liſtas o documento, autentico, pelo qual ſe devem regular todas as ordens reſpectivas á meſma deſtribuiçaõ, ordeno aos Directores, que as façaõ todos os annos, declarando nellas fideliſſimamente todos os Indios, que forem capazes de trabalho, na fórma dos paragrafos antecedentes, as quaes ſeráõ aſſignadas pelos meſmos Directores, e Principaes, com cominaçaõ de que faltando ás Leys da verdade em materia taõ importante ao intereſſe Publico, huns, e outros ſeráõ caſtigados como inimigos communs do Eſtado.

67 Mas ao meſmo tempo, que recõmendo aos Directores, e Principaes a inviolavel, e exacta obſervancia de todas as ordens reſpectivas á repartiçaõ do Povo; lhes ordeno, que naõ appliquem Indio algum ao ſerviço particular dos Moradores para fóra das Povoaçoens, ſem que eſtes lhe apreſentem licença do Governador do Eſtado, por eſcrito; nem conſintaõ, que os ditos Moradores retenhaõ em caſa os referidos Indios além do tempo porque lhe forem concedidos: O qual ſe declarará nas meſmas Licenças, e tambem nos recibos, que os Moradores devem paſſar aos Principaes, quando lhes entregarem os Indios. E como a eſcandaloſa negligencia, que

tem

tem havido na obſervancia deſta Ley, que ſe declara no paragrafo 5. tem ſido a origem de ſe acharem quaſi deſertas as Povoaçoens, ſeraõ obrigados os Directores, e Principaes a remetter todos os annos ao Governador do Eſtado huma Liſta dos tranſgreſſores para ſe proceder contra elles, impondo-ſelhes aquellas penas, que determina a ſobredita Ley no referido paragrafo.

68 He verdade, que naõ admitte controverſia, que em todas as Naçoens civilizadas, e polidas do Mundo á proporçaõ das Lavouras, das manufacturas, e do Commercio, ſe augmenta o numero dos Commerciantes, operarios, e Agricultores; porque correſpondendo a cada hum o juſto, e racionavel intereſſe proporcionado ao ſeu trafico, ſe fazem reciprocas as conveniencias, e commuas as utilidades. E para que as Leys da diſtribuiçaõ ſe obſervem com reciproca conveniencia dos moradores, e dos Indios, e eſtes ſe poſſaõ empregar ſem violencia nas utilidades daquelles, deſterrando-ſe por eſte modo o poderoſo inimigo da ocioſidade, ſeraõ obrigados os moradores, apenas receberem os Indios, a entregar aos Directores toda a importancia dos ſeus ſellarios, que na fórma das Reáes Ordens de Sua Mageſtade, devem ſer arbitrados de ſorte, que a conveniencia do lucro lhes ſuaviſe o trabalho.

69 Mas porque da obſervancia deſte paragrafo, ſe podem originar aquellas racionaveis, e juſtas queixas, que até agora faziaõ os moradores, de que deixando ficar nas Povoaçoens os pagamentos dos Indios, ainda quando evidentemente moſtravaõ, que os meſmos Indios deſertavaõ de ſeu ſerviço ſe lhes naõ reſtituiaõ os ditos pagamentos; vindo por eſte modo os deſertores a tirar comodo do ſeu meſmo delicto, naõ ſó com irreparavel damno dos Póvos, mas com total habatimento do Commercio; ſendo talvez eſte o iniquo fim a que ſe derigia taõ pernicioſo abuſo; para ſe evitarem as referidas queixas; Ordeno aos Directores, que apenas receberem os ſobreditos ſellarios entreguem aos Indios huma parte da importancia delles, deixando ficar as duas partes em depoſito; para o que haverá em todas as Povoaçoens hum Cofre, deſtinado unicamente para depoſito dos ditos pagamentos, os quaes ſe acabaráõ aos meſmos Indios, conſtando, que elles os vencêraõ com ſo eu trabalho.

70 Suc-

70 Succedendo porém deſertarem os Indios do ſerviço dos moradores antes do tempo, que ſe acha regulado, pelas Reáes Leys de Sua Mageſtade, que na fórma do paragrafo 14. do Regimento, a reſpeito deſta Capitanîa he de ſeis mezes; e vereficando-ſe a dita deſerçaõ, a qual os moradores devem fazer certa por algum documento; ficaráõ os Indios perdendo as duas partes do ſeu pagamento, que logo ſe entregaráõ aos meſmos moradores. O que ſe praticará pelo contrario averiguando-ſe, que os moradores deraõ cauſa á dita deſerçaõ, porque neſte caſo naõ ſó perderáõ toda a importancia do pagamento, mas o dobro delle. E para que os moradores naõ poſſaõ allegar ignorancia alguma neſta materia, lhes advirto finalmente, que faleſcendo algum Indio no meſmo trabalho, ou impoſſibilitando-ſe para elle, por cauſa de moleſtia, ſeráõ obrigados a entregar ao meſmo Indio, ou a ſeus herdeiros o juſto eſtipendio, que tiver merecido.

71 E como pelo paragrafo 50. deſte Directorio, ſe concede licença aos Principaes, Capitaens móres, Sargentos mòres, e mais Officiaes das Povoaçoens, para mandarem alguns Indios por ſua conta ao Commercio do Sertaõ, por ſer juſto, que ſe lhes permittaõ os meios competentes para ſuſtentarem as ſuas Peſſoas, e Familias com a decencia devida aos ſeus empregos, obſervaráõ os Directores com os referidos Officiaes na fórma dos pagamentos, o que ſe determina a reſpeito dos Moradores, exceptuando unicamente o caſo em que elles como Peſſoas miſeraveis naõ tenhaõ dinheiro, ou fazendas com que poſſaõ prefazer a importancia dos Salários, porque neſſe caſo ſeráõ obrigados a fazer hum eſcripto de divida, aſſignado por elles, e pelos meſmos Directores, que ficará no Cofre do depoſito, no qual ſe obriguem á ſatisfaçaõ dos referidos Salários apenas receberem o producto, que lhes competir.

72 Devendo acautelar-ſe todos os dólos, que podem acontecer nos pagamentos dos Indios, recõmendo muito aos Directores, que no caſo, que os moradores queiraõ fazer o dito pagamento, em fazendas; achando os Indios conveniencia neſte modo de ſatisfaçaõ; naõ conſintaõ de nenhum modo, que eſtas ſejaõ reputadas por maior preço, do que ſe vende neſta Cidade; permittindo unicamente de avanço ajuſ-

ta deſpeza dos tranſportes, que ſe arbitrará a proporçaõ das diſtancias das Povoaçoens a reſpeito da meſma Cidade. E quando os ditos Moradores pertendaõ reputar as ſuas fazendas, por exorbitantes preços, naõ poderáõ os Directores aceitallas em pagamento, com cominaçaõ de ſatisfazerem aos meſmos Indios qualquer prejuizo, que ſe lhe ſeguir do contrario. O que os meſmos Directores obſervaráõ em todos os caſos, em que os Moradores concorrem por eſte modo com os Indios, ou ſeja ſatisfazendo-lhes com fazendas o ſeu trabalho, ou comprando-lhes os ſeus generos.

73 Conſiſtindo finalmente na inviolavel execuçaõ deſtes Paragrafos o deſtribuirem-ſe os Indios com aquella fidelidade; e inteireza, que recõmendaõ as piiſſimas Leys de Sua Mageſtade, dirigidas unicamente ao bem commum dos ſeus Vaſſallos, e ao ſólido augmento do Eſtado: Para que de nenhum modo ſe poſſaõ illudir eſtas intereſſantiſſimas detreminaçoens ſeraõ obrigados os Directores a remetter todos os annos no principio de Janeiro ao Governador do Eſtado huma liſta de todos os Indios, que ſe deſtribuiraõ no anno antecedente; declarando-ſe os nomes dos Moradores, que os receberaõ; e em que tempo; a importancia dos ſellarios, que ficaraõ em depoſito; e os preços porque foraõ reputadas as fazendas, com as quaes ſe fizeraõ os ditos pagamentos; para que ponderadas eſtas importantes materias com a devida reflexaõ, ſe poſſaõ dar todas aquellas providencias, que ſe julgarem preciſas, para ſe evitarem os prejudicialiſſimos dólſos, que ſe tinhaõ introduzido no importantiſſimo Commercio do Sertaõ, faltando-ſe com eſcandalo da piedade, e da razaõ ás Leys da Juſtiça deſtributiva, na repartiçaõ dos Indios, em prejuizo commum dos Moradores, e ás da comutativa ficando por eſte modo privados os ditos Indios do racionavel lucro do ſeu trabalho.

74 A laſtimoſa ruina, a que ſe achaõ reduzidas as Povoaçoens dos Indios, de que ſe compõem eſte Eſtado; he digna de taõ eſpecial attençaõ, que naõ devem os Directores omittir diligencia alguma conducente ao ſeu prefeito reſtabelecimento. Pelo que recõmendo aos ditos Directores, que apenas chegarem ás ſuas reſpectivas Povoaçoens, appliquem logo todas

as providencias para que nellas ſe eſtabeleçaõ caſas de Camera, e Cadêas publicas, cuidando muito em que eſtas ſejaõ erigidas com toda a ſegurança, e aquellas com a poſſivel grandeza. Conſequentemente empregaráõ os Directores hum particular cuidado em perſuadir aos Indios, que façaõ caſas decentes para os ſeus domicillios, deſterrando o abuſo, e a vileza de viver em choupanas á imitaçaõ dos que habitaõ como barbaros o inculto ſentro dos Sertoens, ſendo evidentemente certo, que para o augmento das Povoaçoens, concorre muito a nobreza dos Edificios.

75 Mas como a principal origem do lamentavel eſtado a que as ditas Povoaçoens eſtaõ reduzidas procede de ſe acharem evacuadas; ou porque os ſeus habitantes obrigados das violencias, que experimentaraõ nellas, buſcavaõ o refugio nos meſmos Mattos em que naſceraõ; ou porque os Moradores do Eſtado uſando do illicito meio de os practicar, e de outros muitos que adminiſtra em huns a ambiçaõ, em outros a miſeria, os retém, e conſervaõ no ſeu ſerviço; cujos ponderados damnos pedem huma prompta, e efficaz providencia: Seraõ obrigados os Directores a remetter ao Governado do Eſtado hum mappa de todos os Indios auſentes, aſſim dos que ſe achaõ nos Mattos, como nas caſas dos Moradores, para que examinando-ſe as cauſas da ſua deſerçaõ, e os motivos porque os ditos Moradores os conſervaõ em ſuas caſas, ſe appliquem todos os meios proporcionados para que ſejaõ reſtituîdos ás ſuas reſpectivas Povoaçoens.

76 E como para conſervaçaõ, e augmento dellas naõ ſeria providencia baſtante o reſtituirem-ſe aquelles Moradores, com que foraõ eſtabelecidas, naõ ſe introduzindo nellas maior numero de habitantes; o que ſó ſe póde conſeguir, ou reduzindo-ſe as Aldeas pequenas a Povoaçoens populoſas; ou fornecendo-as de Indios por meio dos deſcimentos; obſervaráõ os Directores neſta importante materia as determinaçoens ſeguintes, as quaes lhes participo na conformidade das Reaes Ordens de Sua Mageſtade.

77 No §. II. do Regimento ordena o dito Senhor, que as Povoaçoens dos Indios conſtem ao menos de 150 Moradores, por naõ ſer conveniente ao bem Eſpiritual, e Temporal

poral dos meſmos Indios, que vivaõ em Povoaçoens pequenas, ſendo indiſputavel, que á proporçaõ do numero dos habitantes ſe introduz nellas a civilidade, e Commercio. E como para ſe executar eſta Real Ordem ſe devem reduzir as Aldeas a Povoaçoens populoſas, incorporando-ſe, e unindo-ſe humas a outras; o que na fórma da Carta do primeiro de Fevereiro de 1701. firmada pela Real maõ de Sua Mageſtade, ſe naõ póde executar entre Indios de diverſas Naçoens, ſem primeiro conſultar a vontade de huns, e outros; ordeno aos Directores, que na meſma liſta que devem remetter dos Indios na fórma aſſima declarada, expliquem com toda a clareza a diſtincçaõ das Naçoens; a diverſidade dos coſtumes, que ha entre ellas; e a oppoſiçaõ, ou concordia em que vivem; para que, reflectidas todas eſtas circumſtancias, ſe poſſa determinar em Junta o modo, com que ſem violencia dos meſmos Indios ſe devem executar eſtas utiliſſimas reducçoens.

78 Em quanto porém aos decimentos, ſendo Sua Mageſtade ſervido recommendallos aos Padres Miſſionarios nos §§. 8., e 9. do Regimento, declarando o meſmo Senhor que confiava delles eſte cuidado, por lhes ter encarregado a adminiſtraçaõ Temporal das Aldeas; como na conformidade do Alvará de 7 de Junho de 1755. foi o dito Senhor ſervido remover dos Regulares o dito governo Temporal mandando-o entregar aos Juizes Ordinarios, Vereadores, e mais Officiaes de Juſtiça, e aos Principaes reſpectivos; teraõ os Directores huma incanſavel vigilancia em advertir a huns, e outros, que a primeira, e mais importante obrigaçaõ dos ſeus póſtos conſiſte em fornecer as Povoaçoens de Indios por meio dos decimentos, ainda que ſeja á cuſta das maiores deſpezas da Real Fazenda de Sua Mageſtade, como a inimitavel, e catholica piedade dos noſſos Auguſtos Soberanos, tem declarado em repetidas Ordens, por ſer eſte o meio mais proporcionado para ſe dilatar a Fé, e fazerſe reſpeitado, e conhecido neſte novo Mundo o adoravel nome do noſſo Redemptor.

79 E para que os ditos Juizes Ordinarios, e Principaes poſſaõ deſempenhar cabalmente taõ alta, e importante obri-



gaçaõ,

gaçaõ, ficará por conta dos Directores perſuadir-lhes as grandes utilidades Eſpirituaes, e Temporaes, que ſe haõ de ſeguir dos ditos decimentos, é o prompto, e efficaz concurſo, que acharáõ ſempre nos Governadores do Eſtado, como fiéis executores, que devem ſer das exemplares, catholicas, e religioſiſſimas intençoens de Sua Mageſtade.

80 Mas como a Real intençaõ dos noſſos Fideliſſimos Monarchas, em mandar fornecer as Povoaçoens de novos Indios ſe dirige, naõ ſó ao eſtabelecimento das meſmas Povoaçoens, e augmento do Eſtado, mas á civilidade dos meſmos Indios por meio da communicaçaõ, e do Commercio; e para eſte virtuoſo fim póde concorrer muito a introducçaõ dos Brancos nas ditas Povoaçoens, por ter moſtrado a experiencia, que a odioſa ſeparaçaõ entre huns, e outros, em que até agora ſe conſervávaõ, tem ſido a origem da incivilidade, a que ſe achaõ reduzidos; para que os meſmos Indios ſe poſſaõ civilizar pelos ſuaviſſimos meios do Commercio, e da communicaçaõ; e eſtas Povoaçoens paſſem a ſer naõ ſó populoſas, mas civîs; poderáõ os Moradores deſte Eſtado, de qualquer qualidade, ou condiçaõ que ſejaõ, concorrendo nelles as circumſtancias de hum exemplar procedimento, aſſiſtir nas referidas Povoaçoens, logrando todas as honras, e privilegios, que Sua Mageſtade foi ſervido conceder aos Moradores dellas: Para o que apreſentando licença do Governador do Eſtado, naõ ſó os admittiráõ os Directores, mas lhes daraõ todo o auxilio, e favor poſſivel para erecçaõ de caſas competentes ás ſuas Peſſoas, e Familias; e lhes diſtribuiráõ aquella porçaõ de terra que elles poſſaõ cultivar, ſem prejuizo do direito dos Indios, que na conformidade das Reaes Ordens do dito Senhor ſaõ os primarios, e naturaes ſenhores das meſmas terras; e das que aſſim ſe lhes diſtribuirem mandaráõ no termo que lhes permitte a Ley, os ditos novos Moradores tirar ſuas Cartas de Datas na fórma do coſtume inalteravelmente eſtabelecido.

81 E porque os Indios, a quem os Moradores deſte Eſtado tem repoſto em má Fé pelas repetidas violencias, com que os trataraõ até agora, ſe naõ perſuadaõ de que a introducçaõ delles lhes ſerá ſummamente prejudicial; deixando-ſe convencer

vencer de que aſſiſtindo naquellas Povoaçoens as referidas peſſoas, ſe faraõ ſenhoras das ſuas terras, e ſe utilizaráõ do ſeu trabalho, e do ſeu Commercio; vindo por eſte modo a ſobredita introducçaõ a produzir contrarios effeitos ao ſólido eſtabelecimento das meſmas Povoaçoens; ſeraõ obrigados os Directores, antes de admittir as taes Peſſoas, a manifeſtarlhes as condiçoens, a que ficaõ ſujeitas, de que ſe fará termo nos livros da Camera aſſignado pelos Directores, e pelas meſmas Peſſoas admittidas.

82 Primeira: Que de nenhum modo poderáõ poſſuir as terras, que na fórma das Reaes Ordens de Sua Mageſtade ſe acharem diſtribuidas pelos Indios, perturbando-os da poſſe pacifica dellas, ou ſeja em ſatisfaçaõ de alguma divida, ou a titulo de contracto, doaçaõ, diſpoſiçaõ, Teſtamentaria, ou de outro qualquer pretexto, ainda ſendo apparentemente licito, e honeſto.

83 Segunda: Que ſeráõ obrigados a conſervar com os Indios aquella reciproca paz, e concordia, que pedem as Leys da humana Civilidade, conſiderando a igualdade, que tem com elles na razaõ generica de Vaſſallos de Sua Mageſtade, e tratando-ſe mutuamente huns a outros com todas aquellas honras, que cada hum merecer pela qualidade das ſuas Peſſoas, e graduaçaõ de ſeus póſtos.

84 Terceira: Que nos empregos honorificos naõ tenhaõ preferencia a reſpeito dos Indios, antes pelo contrario, havendo neſtes capacidade, preferiráõ ſempre aos meſmos Brancos dentro das ſuas reſpectivas Povoaçoens, na conformidade das Reaes Ordens de Sua Mageſtade.

85 Quarta: Que ſendo admittidos naquellas Povoaçoens para civilizar os Indios, e os animar com o ſeu exemplo á cultura das terras, e a buſcarem todos os meios licitos, e virtuoſos de adquirir as conveniencias Temporaes, ſenaõ deſprezem de trabalhar pelas ſuas mãos nas terras, que lhes forem diſtribuidas; tendo entendido, que á proporçaõ do trabalho manual, que fizerem, lhes permittirá Sua Mageſtade aquellas honras, de que ſe conſtituem benemeritos os que rendem ſerviço taõ importante ao bem publico.

86 Quinta: Que deixando de obſervar qualquer das

referidas condiçoens, ſeraõ logo expulſos das meſmas terras, perdendo todo o direito, que tinhaõ adquirido, aſſim á propriedade dellas, como a todas as Lavouras, e plantaçoens, que tiverem feito.

87 Para ſe conſeguirem pois os intereſſantiſſimos fins, a que ſe dirigem as mencionadas condiçoens, que ſaõ a paz, a uniaõ, e a concordia publica, ſem as quaes naõ podem as Republicas ſubſiſtir, cuidaráõ muito os Directores em applicar todos os meios conducentes para que nas ſuas Povoaçoens ſe extingua totalmente a odioſa, e abominavel diſtincçaõ, que a ignorancia, ou a iniquidade de quem preferia as conveniencias particulares aos intereſſes publicos, introduzia entre os Indios, e Brancos, fazendo entre elles quaſi moralmente impoſſivel aquella uniaõ, e ſociedade Civil tantas vezes recommendada pelas Reaes Leys de Sua Mageſtade.

88 Entre os meios, mais proporcionados para ſe conſeguir taõ virtuoſo, util, e ſanto fim, nenhum he mais efficaz, que procurar por via de caſamentos eſta importantiſſima uniaõ. Pelo que recommendo aos Directores, que appliquem hum inceſſante cuidado em facilitar, e promover pela ſua parte os matrimonios entre os Brancos, e os Indios, para que por meio deſte ſagrado vinculo ſe acabe de extinguir totalmente aquella odioſiſſima diſtinçaõ, que as Naçoens mais polidas do Mundo abominaraõ ſempre, como inimigo commum do ſeu verdadeiro, e fundamental eſtabelecimento.

89 Para facilitar os ditos matrimonios, empregaráõ os Directores toda a efficacia do ſeu zelo em perſuadir a todas as Peſſoas Brancas, que aſſiſtirem nas ſuas Povoaçoens, que os Indios tanto naõ ſaõ de inferior qualidade a reſpeito dellas, que dignando-ſe Sua Mageſtade de os habilitar para todas aquellas honras competentes ás graduaçoens dos ſeus póſtos, conſequentemente ficaõ logrando os meſmos privilegios as Peſſoas que caſarem com os dittos Indios; deſterrando-ſe por eſte modo as prejudicialiſſimas imaginaçoens dos Moradores deſte Eſtado, que ſempre reputáraõ por infamias ſimilhantes matrimonios.

90 Mas como as providencias, ainda ſendo reguladas

pelos

pelos dictames da reflexaõ, e da prudencia, produzem muitas vezes fins contrarios, e póde ſucceder, que, contrahidos eſtes matrimonios, degenére o vinculo em deſprezo, e em diſcordia a meſma uniaõ; vindo por eſte modo a transformarſe em inſtrumentos de ruina os meſmos meios que deveraõ conduzir para a concordia; recommendo muito aos Directores, que apenas forem informados de que algumas Peſſoas, ſendo caſadas, deſprezaõ os ſeus maridos, ou as ſuas mulheres, por concorrer nelles a qualidade de Indios, o participem logo ao Governador do Eſtado, para que ſejaõ ſecretamente caſtigados, como fomentadores das antigas diſcordias, e perturbadores da paz, e uniaõ publica.

91 Deſte modo acabaráõ de comprehender os Indios com toda a evidencia, que eſtimamos as ſuas peſſoas; que naõ deſprezamos as ſuas alliaņças, e o ſeu parenteſco; que reputamos, como proprias as ſuas utilidades; e que deſejamos, cordial, e ſinceramente conſervar com elles aquella reciproca uniaõ, em que ſe firma, e eſtabelece a ſólida felicidade das Republicas.

92 Conſiſtindo finalmente o firme eſtabelecimento de todas eſtas Povoaçoens na inviolavel, e exacta obſervancia das ordens, que ſe contém neſte Directorio, devo lembrar aos Directores o inceſſante cuidado, e incanſavel vigilancia, que devem ter em taõ util, e intereſſante materia; bem entendido, que entregando-lhes méramente a direcçaõ, e economîa deſtes Indios, como ſe foſſem ſeus Tutores, em quanto ſe conſervaõ na barbara, e incivîl ruſticidade, em que até agora foraõ educados; naõ os dirigindo com aquelle zelo, e fidelidade que pedem as Leys do Direito natural, e Civîl, ſeraõ punidos rigoroſamente como inimigos communs dos ſólidos intereſſes do Eſtado com aquellas penas eſtabelecidas pelas Reaes Leys de Sua Mageſtade, e com as mais que o meſmo Senhor for ſervido impor-lhes como Reos de delictos taõ prejudiciaes ao commum, e ao importantiſſimo eſtabelecimento do meſmo Eſtado.

93 Mas ao meſmo tempo, que recommendo aos Directores a inviolavel obſervancia deſtas ordens, lhes tórno a advertir a prudencia, a ſuavidade, e abrandura, com que

devem

devem executar as ſobreditas ordens, eſpecialmente as que diſſerem reſpeito á reforma dos abuſos, dos vicios, e dos coſtumes deſtes Póvos, para que naõ ſucceda que, eſtimulados da violencia, tornem a buſcar nos centros dos Mattos os torpes, e abominaveis erros do Paganiſmo.

94 Devendo pois executarſe as referidas ordens com todos os Indios, de que ſe compoem eſtas Povoaçoens, com aquella moderaçaõ, e brandura, que dictaõ as Leys da prudencia; ainda ſe faz mais preciſa eſta obrigaçaõ com aquelles, que novamente deſcerem dos Sertoens, tendo enſinado a experiencia, que ſó pelos meios da ſuavidade he que eſtes miſeraveis ruſticos recebem as ſagradas luzes do Evangelho, e o utiliſſimo conhecimento da civilidade, e do Commercio. Por cuja razaõ naõ poderáõ os Directores obrigar aos ſobreditos Indios a ſerviço algum antes de dous annos de aſſiſtencia nas ſuas Povoaçoens; na fórma, que determina Sua Mageſtade no §. XIII. do Regimento.

95 Ultimamente recommendo aos Directores, que eſquecidos totalmente dos naturaes ſentimentos da propria conveniencia, ſó empreguem os ſeus cuidados nos intereſſes dos Indios; de ſorte que as ſuas felicidades poſſaõ ſervir de eſtimulo aos que vivem nos Sertoens, para que abandonando os laſtimoſos erros, que herdáraõ de ſeus progenitores, buſquem voluntariamente neſtas Povoaçoens Civis, por meio das utilidades Temporaes, a verdadeira felicidade, que he a eterna. Deſte modo ſe conſeguiráõ ſem duvida aquelles altos, virtuoſos, e ſantiſſimos fins, que fizeraõ ſempre o objecto da Catholica piedade, e da Real benificencia dos noſſos Auguſtos Soberanos; quaes ſaõ; a dilataçaõ da Fé; a extincçaõ do Gentilismo; a propagaçaõ do Evangelho; a civilidade dos Indios; o bem commum dos Vaſſallos; o augmento da Agricultura; a introducçaõ do Commercio; e finalmente o eſtabelecimento, a opulencia, e a total felicidade do Eſtado. Pará, 3 de Mayo de 1757. = Franciſco Xavier de Mendoça Furtado. =

EU ELREY. *Faço ſaber aos que eſte Alvará de confirmaçaõ virem : Que ſendome preſente o Regimento , que baixa incluſo , e tem por titulo :* Directorio , que ſe deve obſervar nas Povoaçoens dos Indios do Pará , e Maranhaõ , em quanto Sua Mageſtade naõ mandar o contrario : *deduzido nos noventa e cinco Paragrafos , que nelle ſe contém , e publicado em tres de Mayo do anno proximo precedente de mil ſetecentos e cincoenta e ſete por Franciſco Xavier de Mendoça Furtado , do meu Conſelho , Governador , e Capitaõ General do meſmo Eſtado , e meu Principal Commiſſario , e Miniſtro Plenipotenciario nas Conferencias ſobre a Demarcaçaõ dos Limites Septemtrionaes do Eſtado do Braſil : E porque ſendo viſto , e examinado com maduro conſelho , e prudente deliberaçaõ por Peſſoas doutas , e timoratas , que mandei conſultar ſobre eſta materia ſe achou por todas uniformemente , ſerem muito convenientes para o ſerviço de Deos , e meu , e para o Bem-Commum , e felicidade daquelles Indios , as Diſpoſiçoens conteúdas no dito Regimento : Hey por bem , e me praz de confirmar o meſmo Regimento em geral , e cada hum dos ſeus noventa e cinco Paragrafos em particular , como ſe aqui por extenſo foſſem inſertos , e tranſcriptos : E por eſte Alvará o confirmo de meu proprio Motu , certa Sciencia , poder Real , e abſoluto ; para que por elle ſe governem as Povoaçoens dos Indios , que já ſe achaõ aſſociados , e pelo tempo futuro ſe aſſociarem , e reduzirem a viver civilmente. Pelo que : Mando ao Preſidente do Conſelho Ultramarino , Regedor da Caſa da Supplicaçaõ , Preſidente da Meſa da Conſciencia , e Ordens ; Vice-Rey , e Capitaõ General do Eſtado do Braſil , e a todos os Governadores , e Capitaens Generaes delle ; como tambem aos Governadores das Relaçoens da Babia , e Rio de Janeiro ; Junta do Commercio deſtes Reynos , e ſeus Dominios ; Junta da Adminiſtraçaõ da Companhia Geral do Graõ Pará , e Maranhaõ ; Governadores das Capitanías do Graõ Pará , e Maranhaõ , de S. Joſeph do Rio Negro , do Piauhî , e de quaeſquer outras Capitanîas ; Deſembargadores , Ouvidores , Provedores , Intendentes , e Direcio-*

*rectores das Colonias; e a todos os Miniſtros, Juizes, Juſtiças, e mais Peſſoas, a quem o conhecimento deſte pertencer, o cumpraõ, e guardem, e o façaõ cumprir, e guardar taõ inteiramente, como nelle ſe contém; ſem embargo, nem duvida alguma; e naõ obſtantes quaeſquer Leys, Regimentos, Alvarás, Proviſoens, Extravagantes, Opinioens, e Gloſſas de Doutores, coſtumes, e eſtylos contrarios: Porque tudo Hei por derogado para eſte effeito ſómente, ficando aliás ſempre em ſeu vigor. E Hey outroſim por bem, que eſte Alvará ſe regiſte com o meſmo Regimento nos livros das Cameras, onde pertencer, depois de haver ſido publicado por Editaes: E que valha como Carta feita em meu Nome, paſſada pela Chancellaria, e ſellada com os Sellos pendentes das minhas Armas; ainda que pela dita Chancellaria naõ faça tranſito, e o ſeu effeito haja de durar mais de hum anno, ſem embargo das Ordenaçoens em contrario. Dado em Belem, aos dezaſete dias do mez de Agoſto de mil ſetecentos e cincoenta e oito.*

# REY.

*Sebaſtiaõ Joſeph de Carvalho e Mello.*

Alva-

ALvará, porque V. Mageſtade há por bem confirmar o Regimento, intitulado: *Directorio, que ſe deve obſervar nas Povoaçoens dos Indios do Pará, e Maranhaõ, em quanta Sua Mageſtade naõ mandar o contrario*: Na fórma aſſima declarada.

Para V. Mageſtade ver.

*Filippe Joſeph da Gama* o fez.

Regiſtado na Secretaria de Eſtado dos Negocios do Reyno, no livro da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhaõ, a fol. 120. Belem a 18 de Agoſto de 1758.

*Filippe Joſeph da Gama.*

POderá o Impreſſor Miguel Rodrigues eſtampar o Regimento, intitulado: *Directorio, que ſe deve obſervar nas Povoaçoens dos Indios do Pará, e Maranhaõ, em quanto Sua Mageſtade naõ mandar o contrario*: Porque para eſſe effeito por eſte Decreto ſómente, lhe concedo a licença neceſſaria. Belem, a dezaſete de Agoſto de mil ſetecentos e cincoenta oito.

*Com a Rubrica de Sua Mageſtade.*

Regiſtado.

**ANEXO K -** Alvará com Força de Lei de 19 de setembro de 1761

EU ELREY. Faço ſaber aos que eſte Alvará com força de Ley virem, que ſendo informado dos muitos, e grandes inconvenientes, que reſultaõ do exceſſo, e devaſſidaõ, com que contra as Leys, e coſtumes de outras Cortes polidas ſe tranſporta annualmente da Africa, America, e Aſia, para eſtes Reinos hum taõ extraordinario numero de eſcravos Pretos, que, fazendo nos Meus Dominios Ultramarinos huma ſenſivel falta para a cultura das Terras, e das Minas, ſó vem a eſte Continente occupar os lugares dos moços de ſervir, que ficando ſem commodo, ſe entregaõ á ocioſidade, e ſe precipitaõ nos vicios, que della ſaõ naturaes conſequencias: E havendo mandado conferir os referidos inconvenientes, e outros dignos da Minha Real providencia, com muitos Miniſtros do meu Conſelho, e Deſembargo, doutos, timoratos, e zelozos do ſerviço de Deos, e Meu, e do Bem Commum, com cujos pareceres me conformei: Eſtabeleço, que do dia da publicaçaõ deſta Ley nos pórtos da America, Africa, e Aſia; e depois de haverem paſſados ſeis mezes a reſpeito dos primeiros, e ſegundos dos referidos pórtos, e hum anno a reſpeito dos terceiros, ſe naõ poſſaõ em algum delles carregar, nem deſcarregar neſtes Reinos de Portugal, e dos Algarves, Preto, ou Preta alguma: Ordenando, que todos os que chegarem aos ſobreditos Reinos, depois de haverem paſſado os referidos Termos, contados do dia da publicaçaõ deſta, fiquem pelo beneficio della libertos, e forros, ſem neceſſitarem de outra alguma Carta de manumiſſaõ, ou alforria, nem de outro algum Deſpacho, além das Certidoens dos Adminiſtradores, e Officiaes das Alfandegas dos lugares onde portarem, as quaes Mando que ſe lhes paſſem logo com as declaraçoens dos lugares donde houverem ſahido, dos Navios em que vierem, e do dia, mez, e anno em que deſembarcarem; vencendo os ſobreditos Adminiſtradores, e Officiaes os emolumentos das meſmas Certidoens, quatropeados, á cuſta dos Donos dos referidos Pretos, ou das Peſſoas, que os trouxerem na ſua companhia. Dilatando-ſe-lhes porém as meſmas Certidoens por mais de quarenta e oito horas, continuas, e ſucceſſivas, contadas da em que derem entrada os Navios, incorreraõ os Officiaes, que as dilatarem, na pena de ſuſpenſaõ até Minha mercê: E neſte caſo recorreraõ os que ſe acharem gravados aos Juizes, e Juſtiças das reſpectivas Terras, que nellas tiverem jurisdicçaõ ordinaria, para que qualquer delles lhes paſſe as ditas Certidoens com os meſmos emolumentos, e com a declaraçaõ das duvidas, ou negligencias dos ſobreditos Adminiſtradores, ou Officiaes das Alfandegas; a fim de que, queixando-ſe delles as Partes

tes aos Regedores, Governadores das Juſtiças das reſpectivas Relaçoens, e Jurisdicçoens, façaõ logo executar eſta de plano, e ſem figura de Juizo, e declarar da meſma ſorte as penas acima ordenadas. Além dellas Mando, que a todas, e quaesquer Peſſoas, de qualquer eſtado, e condiçaõ, que ſejaõ, que venderem, comprarem, ou retiverem na ſua ſujeiçaõ, e ſerviço, contra ſuas vontades, como eſcravos, os Pretos, ou Pretas, que chegarem a eſtes Reinos, depois de ſerem paſſados os referidos Termos, ſe imponhaõ as penas, que por Direito ſe achaõ eſtabelecidas, contra os que fazem carceres privados, e ſujeitaõ a Cativeiro os Homens, que ſaõ livres. Naõ he porém da Minha Real intençaõ, nem que a reſpeito dos Pretos, e Pretas, que já ſe achaõ neſtes Reinos, e a elles vierem dentro dos referidos Termos, ſe innove couſa alguma, com o motivo deſta Ley; nem que com o pretexto della deſertem dos Meus Dominios Ultramarinos os eſcravos, que nelles ſe achaõ, ou acharem; antes pelo contrario Ordeno, que todos os Pretos, e Pretas livres, que vierem para eſtes Reinos viver, negociar, ou ſervir, uſando da plena liberdade, que para iſſo lhes compete, tragaõ indiſpenſavelmente Guias das reſpectivas Cameras dos lugares donde ſahirem, pelas quaes conſte o ſeu ſexo, idade, e figura; de ſorte, que concluaõ a ſua identidade, e manifeſtem, que ſaõ os meſmos Pretos, forros, e livres: E que vindo alguns ſem as ſobreditas Guias na referida fórma, ſejaõ prezos, e alimentados, e remettidos aos lugares donde houverem ſahido, á cuſta das Peſſoas em cujas companhias, ou Embarcaçoens vierem, ou ſe acharem.

E eſte ſe cumprirá taõ inteiramente como nelle ſe contém. Pelo que: Mando á Meſa do Deſembargo do Paço, Conſelhos da Minha Real Fazenda, e do Ultramar, Caſa da Supplicaçaõ, Meſa da Conſciencia, e Ordens, Senado da Camera, Junta do Commercio deſtes Reinos, e ſeus Dominios, Governadores da Relaçaõ, e Caſa do Porto, e das Relaçoens da Bahia, e Rio de Janeiro, Vice-Reys dos Eſtados da India, e Braſil, Governadores, e Capitaens Generaes, e quaesquer outros Governadores dos meſmos Eſtados, e mais Miniſtros, Officiaes, e Peſſoas delles, e deſtes Reinos, que cumpraõ, e guardem, e façaõ inteiramente cumprir, e guardar eſte Meu Alvará, ſem embargo de quaesquer outras Leys, ou Diſpoſiçoens, que ſe opponhaõ ao ſeu conteúdo, as quaes Hei tambem por derogadas para eſte effeito ſómente, ficando aliás ſempre em ſeu vigor. E mando ao Doutor Manoel Gomes de Carvalho, do Meu Conſelho, e Chanceller mór deſtes Reinos, e Senhorios, o faça publicar, e regiſtar na Chancellaria mór do Reino: E da meſma ſorte ſerá publicada nos meus Reinos, e Dominios, e em cada huma das Comarcas delles, para que venha á noticia de todos, e ſe naõ poſſa allegar ignorancia: Regiſtando-ſe em todas as Relaçoens dos Meus Reinos, e Dominios, e nas mais partes onde ſemelhantes Leys ſe coſtumaõ

maõ regiſtar, e lançando-ſe eſte meſmo Alvará na Torre do Tombo. Dado no Palacio de Noſſa Senhora da Ajuda, a dezanove de Setembro de mil ſetecentos ſeſſenta e hum.

# REY.

*Conde de Oeyras.*

*ALvará com fórça de Ley, porque Voſſa Mageſtade he ſervido prohibir, que ſe poſſaõ carregar, nem tranſportar eſcravos Pretos de hum, e outro ſexo dos pórtos da America, Africa, e Aſia, para os deſtes Reinos de Portugal, e dos Algarves; applicando as penas nelle declaradas a todos os que contravierem a dita Ley, paſſado o termo de ſeis mezes, a reſpeito dos primeiros, e ſegundos dos referidos pórtos, e hum anno a reſpeito dos terceiros: Tudo na fórma que acima ſe contém.*

Para Voſſa Mageſtade ver.

Neſta Secretaria de Eſtado dos Negocios do Reino fica regiſtado eſte Alvará no livro primeiro delles a fol. 105. Noſſa Senhora da Ajuda, a 28 de Setembro de 1761.

*Joaquim Joſeph Borralho.*

*Manoel Gomes de Carvalho.*

Foi publicado eſte Alvará com força de Ley na Chancellaria mór da Corte, e Reino. Lisboa, 1 de Outubro de 1761.

*D. Sebaſtiaõ Maldonado.*

Regiſtado na Chancellaria mór da Corte, e Reino no livro das Leys a fol. 160. verſ. Lisboa, 1 de Outubro de 1761.

*Antonio Joſeph de Moura.*

*Joaquim Joſeph Borralho* o fez.

Reimpreſſo na Officina de Miguel Rodrigues.

**ANEXO L -** Alvará com Força de Lei de 16 de janeiro de 1773



U ELREY Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que depois de ter obviado pelo outro Alvará de dezenove de Setembro de mil setecentos setenta e hum aos grandes inconvenientes, que a estes Reinos se seguiam de se perpetuar nelles a Escravidão dos Homens pretos, tive certas informações, de que em todo o Reino do Algarve, e em algumas Provincias de Portugal, existem ainda Pessoas tão faltas de sentimentos de Humanidade, e de Religião, que guardando nas suas casas Escravas, humas mais brancas do que elles, com os nomes de *Pretas*, e de *Negras*; outras Mestiças; e outras verdadeiramente Negras; para pela reprehensivel propagação dellas perpetuarem os Captiveiros por hum abominavel commercio de peccados, e de usurpações das liberdades dos miseraveis nascidos daquelles succesivos, e lucrosos concubinatos, debaixo do pretexto de que os ventres das Mais Escravas não podem produzir Filhos livres, conforme o Direito Civil: E não permittindo, nem ainda o mesmo Direito, de que se tem feito hum tão grande abuso, que aos Descendentes dos Escravos, em que não ha mais culpa, que a da sua infeliz condição de Captivos, se estenda a infamia do Captiveiro, além do termo, que as Leis determinam, contra os que descendem dos mais abominaveis Réos dos atrocissimos crimes de lésa Magestade Divina, ou Humana: E considerando a grande indecencia, que as ditas Escravidões inferem aos Meus Vassallos; as confusões, e odios, que entre elles causam; e os prejuizos, que resultam ao Estado de ter tantos Vassallos lésos, baldados, e inuteis, quantos são aquelles miseraveis, que a sua infeliz condição faz incapazes para os Officios públicos; para o Commercio; para a Agricultura; e para os tratos, e contratos de todas as especies: Sou servido obviar a todos os sobreditos absurdos, Ordenando, como por este Ordeno: Quanto ao preterito, que todos aquelles Escravos, ou Escravas, ou sejam nascidos dos sobre-

Real Archivo da Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em dezeseis de Janeiro de mil setecentos setenta e tres.

# REY.

*Marquez de Pombal.*

*ALvará, por que Vossa Magestade abreviando ao impio, e deshumano abuso, com que no Reino do Algarve, e em algumas Provincias de Portugal se procuráram perpetuar os Captiveiros: He servido, que estes, quanto ao preterito, se não possam extender alem das Avós: Quanto ao futuro, que todos os que nascerem depois da publicação desta Lei, fiquem por beneficio della inteiramente livres: E que os libertados por effeito della, fiquem habeis para todos os Officios, Honras, e Dignidades, na fórma assima declarada.*

Para Vossa Magestade ver.

Fi-

Fica regiſtado eſte Alvará na Secretaria de Eſtado dos Negocios do Reino no Livro I. da Reſtauração das Peſcarias, Marinhas, e Commercio Maritimo, e Terreiro a fol. 20. Noſſa Senhora da Ajuda, em 17 de Janeiro de 1773.

*João Chryſoſtomo de Faria e Souſa de Vaſconcellos de S.*

*João Pacheco Pereira.*

Foi publicado eſte Alvará com força de Lei na Chancellaria Mór da Corte, e Reino. Lisboa, 30 de Janeiro de 1773.

*Dom Sebaſtião Maldonado.*

Regiſtado na Chancellaria Mór da Corte, e Reino no Livro das Leis a fol. 122. Lisboa, 30 de Janeiro de 1773.

*Antonio José de Moura.*

*Joaquim José Borralho* o fez.

Na Regia Officina Typografica.




Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br